



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em História
Linha: Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual.
Curso de Doutorado em História

TESE DE DOUTORADO

Doutorando: Robeilton de Souza Gomes
Orientador: Prof. Dr. José D'Assunção Barros

Nova Iguaçu – 2023.

ROBEILTON DE SOUZA GOMES

A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO HISTÓRICO:

Um estudo da obra Teórica de Johann Gustav Droysen (1857-1882).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito básico para obtenção do grau de Doutor em História, área de concentração Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual, sob a orientação do Prof. Dr. José D'Assunção Barros.

Nova Iguaçu – 2023.

*A vida é tipo um sonho: quando a gente
menos espera, acaba.*

Maria de Nazaré de Souza.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com

GOMES, Robeilton de Souza, 03/07/1986.

S633c A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO HISTÓRICO: Um estudo da obra
Teórica de Johann Gustav Droysen (1857-1882). /
Robeilton de Souza Gomes. - Nova Iguaçu, 2023.
312 f.

Orientador: José Costa D'Assunção Barros.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR UFRRJ) /
Doutorado em História., 2023.

1. Grundriss der Historik. 2. Teoria da História.
3. Método Histórico. 4. História da Historiografia. I. BARROS,
José Costa D'Assunção, 1957-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ) / Doutorado em
História. III. Título.

os dados fornecidos pelo(a) autor(a)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



TERMO Nº 937 / 2023 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.054509/2023-08

Seropédica-RJ, 17 de agosto de 2023.

Nome do(a) discente: ROBEILTON DE SOUZA GOMES

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTOR(A) EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM : 16 de agosto de 2023

Banca Examinadora:

Dra. RAYLANE MARQUES SOUSA, UnB Examinadora Externa à Instituição

Dr. ARTHUR OLIVEIRA ALFAIX ASSIS, UnB Examinador Externo à Instituição

Dra. JOSSEFRANIA VIEIRA MARTINS, IFRN Examinadora Externa à Instituição

Dr. JOSE NICOLAO JULIAO, UFRRJ Examinador Interno

Dr. JOSE COSTA D ASSUNCAO BARROS, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 17/08/2023 14:10)

JOSE COSTA D ASSUNCAO BARROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1168132

(Assinado digitalmente em 17/08/2023 17:08)

JOSE NICOLAO JULIAO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptFILO (12.28.01.00.00.85)
Matrícula: 1171508

(Assinado digitalmente em 18/08/2023 18:38)

RAYLANE MARQUES SOUSA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 045.887.963-05

(Assinado digitalmente em 17/08/2023 11:40)

JOSSEFRANIA VIEIRA MARTINS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 058.438.314-26

(Assinado digitalmente em 17/08/2023 09:52)

ARTHUR OLIVEIRA ALFAIX ASSIS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 704.025.311-91

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **937**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **17/08/2023** e o
código de verificação: **a06b87aea7**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
-----------------	----

PARTE I

A PREFIGURAÇÃO DO MÉTODO HISTÓRICO.....	45
---	----

CAPÍTULO I: Filosofia e Teoria da História: a busca pela construção do sentido.....	52
---	----

1.1 – Panorama das epistemologias do século XVI ao XVIII.....	59
---	----

CAPÍTULO II : O sentido dos acontecimentos histórico: Kant, Hegel e Droysen.....	73
--	----

CAPÍTULO III: O paradigma historicista: a fundamentação teórica da História.....	105
--	-----

3.1 – Algumas leituras acerca do Historicismo na Historiografia.....	114
--	-----

3.2 – O historicismo droyseniano.....	126
---------------------------------------	-----

PARTE II

AS CONFIGURAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	141
---	-----

CAPÍTULO IV: Análise Hermenêutica: do texto ao contexto e para além.....	148
--	-----

4.1 – Hermenêutica e Historiografia.....	159
--	-----

4.2 – O método histórico compreensivo.....	168
--	-----

CAPÍTULO V: As fontes históricas e a historiografia autoconsciente.....	182
---	-----

5.1 – Sobre a historiografia dita pós-moderna.....	183
--	-----

5.2 – Aproximações e distanciamento entre Droysen e White.....	190
--	-----

5.3 – O poder de veto das fontes.....	199
---------------------------------------	-----

5.4 – Para uma taxonomia das fontes históricas.....	211
---	-----

CAPÍTULO VI: O lugar da objetividade e subjetividade na <i>Historik</i>	222
---	-----

6.1 – O Método Histórico e o problema da objetividade na História.....	230
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	243
---------------------------	-----

FONTES.....	261
-------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	263
-------------------	-----

ANEXOS.....	275
-------------	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Esquema de divisão da <i>Historik</i> (1882).....	52
QUADRO 02 – As causas aristotélicas e o mundo histórico de Droysen.....	106
QUADRO 03 – Função das fontes segundo Hayden White e Droysen.....	213
QUADRO 04 – Tipologia das fontes.....	214
QUADRO 05 – Dimensões gerais das fontes.....	216
QUADRO 06 – Taxonomia das fontes históricas.....	221
QUADRO 07 – Usos e interpretações das fontes.....	222

AGRADECIMENTOS

No percurso de uma pesquisa de doutorado, ao longo de quatro anos, sendo dois deles atravessados por uma pandemia, há muitos episódios que não cabem no texto acadêmico, embora determinem em grande medida seus rumos e resultados. Há, contudo, alguns outros que são essenciais a tal ponto que não podem deixar de ser lembrados.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Nesta ocasião me foi concedida uma bolsa de pesquisa por 48, o que foi fundamental para que eu pudesse acompanhar as disciplinas, adquirir livros e participar de eventos regionais e nacionais. Algo necessário para a socialização dos primeiros resultados e trocas de experiências com pesquisadores e pesquisadoras da área. Deixo aqui o meu agradecimento e meu protesto para que as políticas de fomento à pesquisa no país sejam sempre prioridade e digo isso porque vivi o contexto de incertezas e cortes nos investimentos e muitos dos meus colegas não tiveram esse direito assegurado.

Agradeço ainda ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ), pela acolhida do projeto, pelas sugestões e indicações já no curso da seleção. Ao Paulo Longarini, Secretário do PPHR: profissional exemplar e atencioso que sempre me acudiu com dedicação e competência nas minhas inúmeras solicitações. Meu carinho e admiração também aos professores que ministraram as disciplinas que me permitiram avançar na construção dos argumentos: Fábio Koifman, Marcelo Berriel, Luiz Kalil, Jean Salles, Surama Pinto e José D'Assunção Barros.

Novamente, ao professor José D'Assunção Barros, meu orientador. Todo meu respeito e admiração pelo grande profissional que ele é. Nunca vou esquecer o modo acolhedor com que ele aceitou orientar meu trabalho e a forma aberta e respeitosa com que conduziu as orientações. Ainda tive oportunidade de participar de duas disciplinas ministradas pelo professor, além de dividir a sala de aula com ele durante a realização do meu estágio docente. Todos esses momentos foram sempre oportunidades de grande aprendizado. Professor D'Assunção é um exemplo de intelectual que reúne competência e humildade, duas grandes qualidades quase extintas nas Universidades brasileiras. Com ele aprendi e aprendo muito – não só sobre Teoria da História – desde os tempos iniciais

da minha graduação, razão pela qual ter sido orientado por ele nesta etapa de formação é, para mim, motivo de particular orgulho.

Aos professores José Julião (UFRRJ) e Arthur Assis (UnB), membros da banca de qualificação, foram profissionais o bastante para apontar as correções necessárias para qualificar o trabalho e sensíveis o suficiente para perceber o momento delicado que vivíamos naquele período que todos atravessávamos em meados de 2021. Muito obrigado pela oportunidade de aprendizado, pelas indicações de leitura e pela forma generosa com que compartilharam seus conhecimentos. As arguições foram definidoras para os rumos que o trabalho final assumiu. Evidentemente partilho com eles os aprimoramentos e assumo a responsabilidade por qualquer imprecisão que persista. Ainda tive oportunidade de cursar uma disciplina com o professor Arthur Assis, no primeiro semestre de 2021, uma excelente oportunidade de aprendizagem que redefiniu boa parte das minhas concepções sobre o trabalho que estava em curso.

Os professores José Julião e Arthur Assis ainda estiveram na banca de defesa, juntos com as professoras Raylane Marques Sousa e Jossefrania Vieira Martins (IFRN), a quem devo imensamente pela leitura atenta e sensível do texto final e a quem agradeço as felicitações, sugestões e incentivos que me foram dirigidos naquela oportunidade.

Foi fundamental o auxílio dos professores Jünger Stein e Hans Grubinger para o acesso aos textos de Droysen. As aulas, traduções e revisões das traduções me permitiram citar com alguma segurança o texto da *Historik* em suas edições alemãs, me possibilitando cumprir, segundo pretendíamos, uma análise da obra com algum atilamento hermenêutico. De igual modo, o amigo Leandro Almeida sempre me auxiliou nos momentos de dúvidas e imprecisões com os textos e traduções de obras escritas em língua inglesa. Tendo revisado algumas vezes meus resumos e sínteses, o que foi fundamental para ter acesso a uma bibliografia atualizada e poder produzir minhas próprias reflexões a partir dos textos correntes na historiografia estrangeira contemporânea.

Durante a realização desse trabalho, precisei morar em outro Estado. Em se tratando de formação acadêmica essa é uma decisão difícil que envolve condições intelectuais, mas, também materiais e emocionais. Os amigos César Queiróz, Ariádina Almeida foram providenciais nos momentos que precisei cumprir as etapas de seleção, nos idos de 2018. Com o amigo Tenner Abreu, os dias de pesquisa são sempre espaços

de partilha e alegria: ele é o tipo de pessoa que transforma para melhor a vida de todos ao seu redor, além de ser um grande professor e pesquisador.

No Rio de Janeiro, tive a presença carinhosa de algumas pessoas que me acolheram de pronto: Ágda Brito, Renato Alamino e Karollen Silva (Andarilha) foram essas pessoas especiais. A amiga Flávia Borbas e a colega Yasmin Pacheco me ofereceram acolhida e companhia no início da minha estada longe de casa. Entre os colegas com quem tive oportunidade de cursar as disciplinas: Thiago, Camille, Natália e Filipe estão entre as presenças mais constantes. Partilhei muitos momentos felizes e divertidos com vocês e pudemos aprender juntos. Obrigado por tudo.

No plano pessoal e familiar há muitas pessoas há agradecer. Meus irmãos e irmãs são uma presença constante e alegre na minha vida. Ensinam-me que existe um mundo além dos livros que merece ser vivido com todo o sabor e sabedoria. Meus pais me deram os maiores gestos de amor e confiança que me permitiram chegar à conclusão da minha formação acadêmica. Meu pai, Raimundo Gomes, sempre me ofertou os melhores exemplos de perseverança nos sonhos. Minha mãe, Maria de Nazaré de Souza (in memoriam), a que mais apoiou meus sonhos e a que mais sentiu as minhas ausências, por isso mesmo hoje ela é a minha maior saudade e estará sempre em tudo que eu fizer.

Esteve comigo em todos os momentos, a minha companheira de todas as horas: minha amiga, minha colega de estudos e amor da minha vida: Izabel é a pessoa mais importante em todo esse percurso porque sem ela eu não conseguiria concluir esse trabalho. Não teria a mesma alegria, inspiração e nem faria sentido seguir adiante. Por isso essa tese é tanto dela quanto minha, não só por vínculo pessoal como profissional, dado que tenho a sorte de ter ao meu lado além de uma companheira amorosa, uma excelente historiadora.

Nesses últimos anos, meu sobrinho Rodrigo tem ocupado um lugar de destaque nas razões pelas quais eu faço o que faço. Ele é atualmente a melhor lembrança que ajuda a preencher a saudade e a ausência da minha mãe, que deixou nele uma lembrança permanente. Tenho tentado ser um exemplo para que ele também veja que é pelo estudo que um homem constrói seu futuro e pode contribuir para um mundo melhor.

Meus diletos alunos do CETi Sérgio Pessoa, são a alegria necessária no dia a dia. Sobre tudo nesses últimos três anos. Eles me ensinaram a ser um professor mais dedicado, leve e brincalhão. Tive que me reinventar a cada dia para ser o melhor que podia, porque eles já eram bons quando os conheci. Muitas vezes deixei a pesquisa do

doutorado de lado para oferecer para eles as melhores aulas possíveis. Depois, corria para ler nas madrugadas e poder dá conta de tudo. Foi muito cansativo, mas, não me arrependo de nada. Faria tudo de novo. Vivi, vivemos e vivo muitos momentos felizes. Isso torna a vida melhor e completa porque a felicidade não é exatamente um tempo e um lugar, ela não é um estado permanente, mas sim a soma desses momentos em que partilhamos com pessoas inesquecíveis e que nós desejamos que não acabassem nunca.

Nesse último ano retornei para mais uma experiência como professor substituto na Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Ali tenho conhecido muitos jovens iniciantes que também são grandes fontes de inspiração e merecem toda dedicação. Voltar para o ensino superior, ministrando Teoria da História também tem sido uma experiência que me permitiu rever minha própria trajetória como aprendiz de historiador. A eles também meu agradecimento pelos bons momentos de discussão e aprendizagem.

Por fim, porém não menos importante, não posso deixar de registrar meu carinho à Catarina e a Naiá, nossas mascotes fiéis e companhia constante nas minhas madrugadas silenciosas e solitárias em que a presença delas preenchia o vazio da infertilidade textual estampada na tela do computador. Em outras tantas ocasiões, também estavam comigo, comemorando os parágrafos escritos.

A todos e todas que comigo estiveram nesse percurso, nomeados aqui ou não, divido com vocês a alegria-triste de ter sobrevivido a uma catástrofe humanitária, e ter podido concluir essa tese. Meu muito obrigado!

RESUMO

Esse trabalho visa analisar a construção do Método Histórico na obra do historiador alemão Johann Gustav Droysen (1808-1884), fundado a partir da interpretação hermenêutica e alicerçado nas reflexões teóricas do Historicismo oitocentista, como proposta que permitisse à História se constituir como ciência autônoma. Para tanto, buscamos ao longo da tese contrastar as compreensões filosóficas da história com as concepções teóricas da História presentes na fundamentação metodológica droyseneana; buscamos ainda apontar para o uso da Hermenêutica na elaboração do Método Histórico garantindo-lhe os meios adequados para lidar com o material histórico e construir as bases para uma discussão empírica em que as questões heurísticas, a crítica das fontes e a interpretação são partes constitutivas desse processo sofisticado de análise histórica. Além disso, é parte central dos nossos objetivos a problematização do lugar da subjetividade e da objetividade na Teoria da História de Johann Droysen, uma forma de apontar para a especificidade do saber produzido pelos historiadores que o distingue de outros modelos explicativos. Ao longo desse trabalho buscamos confrontar a obra droyseneana com as formulações dos seus contemporâneos, bem como a inserimos em um diálogo historiográfico que a perpassa e avança para além dela, como forma de ressaltar suas proposições seminais, seus limites e questões latentes no debate atual. Nossa fonte principal é o seu texto, *Grundriss der Historik (1857-1882)*, aqui analisado a partir das propostas metodológicas da Hermenêutica Histórica de Paul Ricoeur e da História Conceitual de Reinhart Koselleck. Acompanhando a própria estrutura do texto, redigido e ampliado ao longo dos anos de curso ministrados pelo autor e dividida em Metódica, Sistemática e Tópica, buscamos ressaltar os principais argumentos presentes em cada uma dessas partes tendo sempre como fio condutor o problema da fundamentação teórico-metodológica da História.

Palavras chave: Grundriss der Historik, Teoria da História, Método Histórico.

ABSTRACT

This work aims to analyze the construction of the Historical Method in the work of the German historian Johann Gustav Droysen (1808-1884), founded from the hermeneutic interpretation and grounded in the theoretical reflections of the nineteenth century historicism, as a proposal that would allow history to constitute itself as autonomous science. Therefore, we seek throughout the thesis to contrast the philosophical understandings of history with the theoretical conceptions of history present in the methodological foundation droyseneana; we also seek to point to the use of Hermeneutics in the elaboration of the Historical Method ensuring to deal with historical material and build the basis for an empirical discussion in which heuristic questions, source criticism and ba interpretation are constitutive parts of this sophisticated process of historical analysis. In addition, it is a central part of our objectives to problematize the place of subjectivity and objectivity in Johann Droysen's Theory of History, a way of pointing to the specificity of knowledge produced by historians that distinguishes it from other explanatory models. Throughout this work we seek to confront the Droysenean work with the formulations of his contemporaries, as well as insert it in a historiographical dialogue that traverses and advances beyond it, as a way to emphasize its seminal propositions, limits and issues latent in the current debate. Our main source is his text, *Grundriss der Historik* (1857-1882), here analyzed from the methodological proscribes of Paul Ricoeur's *Historical Hermeneutics* and Reinhart Koselleck's *Conceptual History*. Following the very structure of the text, written and expanded over the years of course taught by the author and divided into Methodical, Systematic and Topical, We seek to highlight the main arguments present in each of these parts always having as a thread to lead the problem of the theoretical-metholodological foundation of history.

Keywords: Grundriss der Historik, History Theory, Historical Method.

ZUSAMMENFASSUNG

Ziel dieser Arbeit ist es, die Konstruktion der Historischen Methode im Werk des deutschen Historikers Johann Gustav Droysen (1808-1884), zu analysieren. Begründet aus der hermeneutischen Interpretation und begründet in den theoretischen Reflexionen des Historismus des 19. Jahrhunderts, als einen Vorschlag, der es der Geschichte erlauben würde, sich als autonome Wissenschaft zu konstituieren. Daher versuchen wir in der gesamten Arbeit, die philosophischen Verständnisse der Geschichte mit den theoretischen Konzeptionen der Geschichte in der methodischen Grundlage droyseneana zu kontrastieren; wir versuchen auch, auf den Einsatz der Hermeneutik bei der Ausarbeitung der Historischen Methode zu verweisen, um mit historischem Material umzugehen und die Grundlage für eine empirische Diskussion zu schaffen, in der heuristische Fragen, Quellenkritik und Ba-Interpretation sind konstitutive Bestandteile dieses anspruchsvollen Prozesses der historischen Analyse. Darüber hinaus ist es ein zentraler Teil unserer Ziele, den Platz von Subjektivität und Objektivität in Johann Droysens Geschichtstheorie zu problematisieren, eine Weise, auf die Spezifität des von Historikern produzierten Wissens hinzuweisen, die es von anderen Erklärungsmodellen unterscheidet. Während dieser Arbeit versuchen wir, das Droysenean-Werk mit den Formulierungen seiner Zeitgenossen zu konfrontieren, sowie es in einen historiographischen Dialog einzufügen, der es durchquert und darüber hinausgeht, um seine grundlegenden Aussagen zu betonen, Grenzen und Fragen, die in der aktuellen Debatte latent sind. Unsere Hauptquelle ist sein Textgrundriss der Historik (1857-1882), der hier aus den methodischen Vorschlägen der Historischen Hermeneutik von Paul Ricoeur und der Konzeptgeschichte von Reinhart Koselleck analysiert wurde. Nach der Struktur des Textes, geschrieben und erweitert im Laufe der Jahre des Kurses durch den Autor gelehrt und unterteilt in Methodisch, Systematisch und Aktuell, Wir versuchen, die Hauptargumente hervorzuheben, die in jedem dieser Teile vorhanden sind und immer einen roten Faden haben, um das Problem der theoretisch-metholodologischen Grundlage der Geschichte zu führen.

Schlüsselwörter: Grundriss der Historik, Theorie der Geschichte, historische Methode.

INTRODUÇÃO.

Desde que escreveu a primeira versão de seu *Esboço de Teoria da História*, em 1857, o historiador alemão Johann Gustav Droysen (1808-1884) afirmou que os estudos históricos careciam de *fundamentação* e que esta era a condição basilar para sua constituição como uma ciência autônoma.¹ Naquele momento, o então professor de *Lições sobre Enciclopédia e Metodologia da História*, na Universidade de Jena, se impôs a tarefa de pensar os fundamentos da sua disciplina de forma a não apenas reproduzir pressupostos utilizados em outros campos de conhecimento. É o próprio Droysen quem nos informa as circunstâncias em que se fez forçosa essa elaboração:

A necessidade de obter clareza a respeito de nossa ciência e sua tarefa, já terá sentido todo aquele que tem a incumbência de instruir os mais jovens sobre ela, como eu tive; outros encontraram sua satisfação de alguma outra forma. O que me estimulou a esses estudos foram as questões sobre as quais costumamos passar por cima, por parecerem já ter sido solucionadas há muito tempo na prática cotidiana.²

Elaboradas a princípio como inquietações surgidas no interior da sala de aula, as prelações escritas por Droysen em 1857, sofreram acréscimos várias vezes e foram adquirindo forma, conteúdo e passaram a circular entre seus alunos até ser impresso pela primeira vez em 1858.³ Distinguiu-se de outros manuais anteriormente escritos porque buscou romper com a especulação prevalente na Filosofia, sem desconsiderar a herança filosófica que também lhe serviu de base para pensar problemas dentro do

¹ Itamar Freitas afirma que eram basicamente três as intenções dos autores de textos sobre Teoria e Metodologia da História do século XIX: informar, instruir e demonstrar. De certo modo, Droysen transita por todos esses quesitos, mas, neste momento dos seus argumentos ele está “demonstrando” como a História precisa construir as bases que lhe permita produzir um tipo específico de verdade. FREITAS, Itamar. *Uma introdução ao método histórico (1870-1930)*. São Paulo: Editora Liber Ars, 2020. pp. 45-46. Em seu livro Freitas traduz a expressão *Grundriss* como “Esquema”; Júlio Bentivoglio traduziu como “Manual” e nós optamos por “Esboço” que nos parece mais acertada e coerente com o que o texto de fato apresenta. Assim *Grundriss der Historik* é aqui traduzido como *Esboço de Teoria da História*, algo que aponta para aquilo que Droysen pretendia e realizou.

² DROYSEN, Johann Gustav (1808 – 1884). *Manual de Teoria da História*; Tradução: Sara Baldus e Julio Bentivoglio; apresentação de notas Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 31.

³ Droysen organizou e publicou as edições de 1868, 1875 e 1882. As edições póstumas de sua obra iniciaram em 1937, organizada por Rudolf Hübner e outra de 1977, de Peter Leyh, além das edições complementares de Horst Walter Blanke realizadas em 2007/2008, o segundo Tomo e em 2019/2020, o terceiro Tomo. Em inglês, há uma tradução feita por Benjamin Andrews, em 1893. Em espanhol, a edição de Ernesto Garzón Valdés e Rafael Gutierrez Girardot, publicada em 1983. Em Francês, a edição de 1882 foi publicada como *Précis de la science de l’histoire*, em 1888, e em 2002 uma nova edição da versão francesa, com o mesmo título, organizada por Alexandre Escudier. Em português consta a supracitada edição traduzida e comentada por Sara Baldus e Júlio Bentivoglio, publicada pela Editora Vozes, em 2009.

campo histórico específico, conquanto estivesse ancorado também na empiria. Nas palavras de Pedro Caldas, havia naquele período:

a riqueza conceitual de Kant, Hegel, Fichte, Schelling, e a riqueza empírica de Gatterer, Gervinus e Ranke, entre outros tantos. Por que a consciência e a experiência estavam dissociadas desta maneira? Esta é uma pergunta que subjaz todo o início da Historik de Droysen.⁴

Essa busca pela conciliação entre consciência e experiência, como sugere Pedro Caldas, foi o que orientou as reflexões de Droysen e, no nosso entender, é a tarefa que todo historiador precisaria se impor para adquirir uma “consciência aguda de seu ofício”, embora saibamos que nem sempre tenha sido esse o caminho tomado.

Nas últimas décadas do século XX tornou-se corrente a máxima de que os historiadores pouco refletiram sobre seu ofício, pelo menos essa parece ter sido uma característica da historiografia francesa desde os Annales.⁵ Para isso têm concorrido, ao longo do tempo, pelo menos duas ordens de problemas: *por um lado*, a busca de legitimação via aportes teóricos vinculados a outras matrizes de pensamento, nem sempre coerentes com suas pretensões específicas de objetividade e, *por outro*, as sucessivas crises de orientação experimentadas pela História, diante de problemas concretos vivenciados pela humanidade, momento em que os historiadores são chamados a dar respostas, embora estas nem sempre sejam satisfatórias.

O historiador francês Antoine Prost é categórico em afirmar já na introdução do seu livro *Doze lições sobre a História* que “até o final da década de 1980, na França, a reflexão metodológica sobre a história foi considerada inútil”.⁶ Há também aqueles, como François Dosse, que partilham da opinião que “os historiadores de ofício na

⁴ CALDAS, Pedro. A Atualidade de Johann Gustav Droysen: uma pequena história de seu esquecimento e de suas interpretações. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, 2006. p. 101.

⁵ Ver: BURKE, Peter. Teóricos e Historiadores. In. *História e Teoria Social*; tradução Klauss Brandini Gerhardt, Raneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora Unesp, 2002 [1992]. pp. 11-37; Escrevendo três anos após a publicação do livro de Burke, o historiador espanhol Júlio Aróstegui abre o primeiro capítulo do seu livro com as palavras de Henri Berr afirmando que “A crise da História [...] o estado inorgânico dos estudos históricos [...] provém do fato de que um número excessivo de historiadores jamais refletiu sobre a natureza de sua ciência”. Na sequência o próprio Aróstegui conclui que o pensamento de Berr permanecia válido quase 90 anos depois. ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica*. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC 2006 [1995]. p. 23. Antoine Prost deixa esse problema evidente quando afirma que “os historiadores franceses [ligado aos Annales] haviam feito pouco caso das considerações gerais”. PROST, Antoine. *Doze Lições sobre a História*. Tradução Guilherme Teixeira. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (História e Historiografia). p. 08. Já François Dosse que em outros momentos também já havia denunciado essa fuga dos historiadores franceses da Teoria da História adverte que em fins do século XX, o reencontro das Ciências Humanas com a Filosofia produziu um diálogo mais proveitoso em termos de refino teórico. DOSSE, François. *Relações Pacíficas entre filosofia e ciências humanas*. In. *Império do sentido: a humanização das ciências humanas*; tradução Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2003 [1995].

⁶ PROST. *Doze Lições sobre a História*. 2014. p. 07.

França interrogavam-se sobre seus métodos, mas voluntariamente, viravam as costas a qualquer reflexão de ordem epistemológica”.⁷ Prost e Dosse pertencem a uma geração de historiadores franceses mais críticos a alguns dos postulados da chamada *Escola dos Annales* e conseguem divisar algumas das lacunas deixadas pela pesquisa histórica como era praticada pelos autores ligados à revista que deu nome ao grupo.

Se essa parece ter sido a marca da historiografia francesa na maior parte do século XX, não o foi em momentos anteriores. Faz-se necessário, para aqui ficarmos no caso mais conhecido, citarmos o esforço de Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942) em reunir e sistematizar num manual os procedimentos necessários para a pesquisa histórica, publicado em 1898 com o nome de *Introduction aux Études Historiques*.⁸ O livro é, atualmente, muito mais lembrado pelas críticas que recebeu do que lido. Ainda assim não deixa de ser um ensaio seminal que fora seguido de outro, publicado em 1901, igualmente criticado e desacreditado.⁹

É digna de nota também a revista fundada em 1876 por Gabriel Monod: a *Revue Historique*, que tinha por finalidade apresentar as principais discussões no campo da “historiografia metódico-documental.”¹⁰ Se por um lado, essas publicações fazem jus a algumas das críticas que receberam, por outro, representaram um esforço de sistematização das regras de produção do conhecimento histórico que não encontrou continuidade nas gerações seguintes de historiadores franceses.

Destaquemos também o rompimento com o “modelo tradicional” da historiografia *Metódica Francesa*, iniciado por Henri Berr, na sua *Revue de Synthèse Historique* e aprofundado por Lucien Febvre e Marc Bloch, nos *Annales*, parece ter sua origem num duplo movimento. Tanto na pretensão de jovens historiadores de ascender aos postos de destaque nas instituições de ensino e pesquisa na França quanto na constatação de que o “esquema interpretativo” anterior já não respondia satisfatoriamente aos novos problemas do século XX, principalmente os de ordem política e econômica surgidos no período das duas grandes guerras mundiais.¹¹

⁷ DOSSE, François. *A História*; Tradução Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 07.

⁸ LANGLOIS, Charles-Victor (1863 – 1929); SEIGNOBOS, Charles (1854 – 1952). *Introduction aux études historiques*. Paris: Kimé, 1992. (Versão fac-similar da primeira edição – 1898).

⁹ SEIGNOBOS, Charles. *El método histórico aplicado a las ciencias sociales*. Madrid: Daniel Jorro, 1923 [1901].

¹⁰ ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica*. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC 2006. p. 112.

¹¹ FONTANA, Josep. O esgotamento do modelo acadêmico (1918 – 1939). In. *A História dos Homens*; Tradução de Heloísa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa. Bauru, SP: EDUSC, 2004. pp. 243-160.

Contudo, mesmo tendo iniciado suas reflexões sobre a orientação de Henri Berr, de quem os fundadores dos *Annales* herdaram sua disposição para a *interdisciplinaridade*¹², sua pretensão de uma “história-problema” e o projeto de uma “nova história” contrária a “historia historicizante”, como nos diz José Carlos Reis – na esteira de André Burguière –, “Berr foi excluído dos *Annales* porque tinha um defeito: ‘era muito teórico’”.¹³

Se a renovação metodológica trazida pela chamada *Escola dos Annales*¹⁴ produziu efeitos significativos, avançando no sentido de uma história mais crítica e problematizada, isso se deu à custa do abandono de modelos explicativos gerais que só poderiam ser pensados no âmbito da teorização do saber produzido. Conforme atesta Julio Aróstegui “não existe uma teorização suficiente da natureza do que é histórico nem do objetivo teórico da historiografia. Os fundadores da escola [dos Annales] falaram, sobretudo, de métodos, de instrumentos de análise.” Em resumo e, segundo o mesmo autor, se os historiadores franceses do século XX progrediram bastante no campo metodológico não contribuíram “na mesma medida para uma teorização do histórico nem do historiográfico”, isso explica em grande medida o abandono das preocupações sobre a natureza do saber que praticavam.¹⁵

Na Alemanha, todavia, como já fizemos notar, havia desde pelo menos o século XVIII uma intensa reflexão filosófica que buscava dar sentido as ações humanas no tempo.¹⁶ Intelectuais como Kant, Herder e Hegel, na Filosofia; Semler e Chladenius, na

¹² Sobre a importância e pertinência da interdisciplinaridade na História ver o ensaio de José D’Assunção Barros: *Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

¹³ REIS, José Carlos. História da história (1900 – 1930): Henri Berr e a “nova história” dos Annales. In. *História & Teoria: Tempo histórico, História do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 189. Ver BURGUIÈRE, André. *L’École des Annales: une histoire intellectuelle*. Paris: Odile Jacob, 2006.

¹⁴ Utilizamos a expressão “Escola” e não “Movimento”, pois concordamos com a coerência de princípios que unificam os trabalhos produzidos pelos autores ligados à referida revista, apesar de sua diversidade de métodos, objetos, problemáticas e abordagens, questão já discutida em bibliografia especializada: Ver REIS, José Carlos. *Escola dos Annales. A inovação em História*. 2ª edição. São Paulo, 2000; BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História: a Escola dos Annales e a Nova História*. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. (5V).

¹⁵ ARÓSTEGUI. *A Pesquisa Histórica*. 2006. p. 149.

¹⁶ Em livro recente, Itamar Freitas chama atenção para um aspecto interessante para pensarmos o caso alemão. Diz o autor que Carl Renatus Hausen (1740-1805), em texto datado de 1765 e intitulado *Die Theorie der Geschichte*, chamava atenção para o fato da “História não possuía princípios gerais, não sendo, portanto, uma ciência”. FREITAS, Itamar. *Uma introdução ao método histórico (1870-1930)*. São Paulo: Editora Liber Ars, 2020. p. 104. No mesmo sentido encontramos as reclamações de Gervinus sobre o fato da Historiografia não possuir uma área de conhecimento abrangente, uma *Histórica* como a *Poética* era para a Literatura. De igual modo, como já mencionamos Droysen também reclama da situação dos historiadores não refletirem detidamente sobre os fundamentos da sua ciência. Nesse caso, o argumento dos três autores parece fazer parte de um momento em que os historiadores tentavam justificar seus trabalhos de sistematização como meio para a constituição da História como ciência. E Droysen é um

Filologia; Schleiermacher, na Hermenêutica; Humboldt, na Linguística; Gervinus, autor de um *Grundzüge der Historik*¹⁷, todos, ao seu modo, contribuiriam para a emergência de uma reflexão teórica que buscava aproximar Filosofia e História na busca de sentido, localizando-o não mais num plano metafísico (causa ou processo), mas, no próprio movimento da história vivida. Essa inflexão foi importante para a posterior constituição da Teoria da História, pensada por seus profissionais especializados.

São herdeiros dessa longa tradição filosófica os historiadores da chamada *Escola Histórica Alemã*, nomeadamente Barthold Niebuhr, Leopold Von Ranke, Heinrich Von Sybel, Johann Droysen, Wilhelm Dilthey e Ernest Bernheim, para citar os mais destacados. Boa parte desses historiadores se reunia em torno da *Revista Histórica*, criada em 1859 e considerada a primeira revista especializada desde a institucionalização da História na Alemanha.¹⁸

Caberia destacar aqui, de modo particular, as obras teóricas produzidas por estes três últimos historiadores. Na ordem: *Grundriss der Historik* (Esboço de Teoria da História, 1858)¹⁹, de Johann Gustav Droysen; *Introducción a las ciencias del espíritu* (Introdução às Ciências do Espírito, 1883)²⁰, de Wilhelm Dilthey e *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie* (Introdução ao Método Histórico e à Filosofia da História, 1889)²¹ de Ernest Bernheim, que podem ser consideradas as obras de maior contribuição para a construção do Método Histórico na historiografia alemã do século XIX.

Ao contrário do que ocorreu na Historiografia francesa, os autores alemães nunca cessaram de produzir reflexões no campo da Teoria e da Metodologia da História,

desses sujeitos centrais nesse processo. FREITAS, Itamar. *Uma introdução ao método histórico (1870-1930)*. 2020. p. 35. O livro de Itamar Freitas é um estudo erudito e completo sobre o problema do Método Histórico, o que o torna uma obra fundamental e incontornável para quem deseja enveredar por essa discussão. O autor analisa 50 “manuais” publicados entre as décadas de 1870 e 1930, escritos por autores situados em 17 países. Se, como nos lembra Freitas, não é possível falar nesse período de “um” Método Histórico geral, mas sim de métodos históricos específicos, o ponto comum entre a maioria dos autores analisados é que a constituição do Método era fundamental para elevar a História à categoria de ciência.

¹⁷ GERVINUS, Georg Gottfried. *Fundamentos de Teoria da História*; tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio; apresentação e notas Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 [1837].

¹⁸ BENTIVOGLIO, Júlio. A Historische Zeitschrift e a historiografia alemã do século XIX. *História da historiografia*. Ouro Preto. Número 6, março de 2011. pp. 81-101.

¹⁹ Sobre as edições de *Historik* ver nota 03. Na edição brasileira, Júlio Bentivoglio traduziu a palavra alemã *Grundriss* como “manual”. Optamos por “esboço” porque nos parece que traduz melhor o esforço de Droysen em apresentar uma sistematização do saber histórico e não necessariamente um livro de divulgação plenamente concebido. A ideia de esboço carrega em si tanto o aspecto de tentativa como de construção, o que nos parece mais condizente com a proposta do autor e mesmo com a semântica da palavra.

²⁰ DILTHEY, Wilhelm. *Introducción a las ciencias del espíritu*. Madrid: Revista de Occidente, 1966.

²¹ BERNHEIM, Ernest. *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1903. (1889)

desde o século XIX até os dias atuais.²² Contudo, uma série de fatores que vão desde questões políticas até à crítica ao seu modelo explicativo, a Historiografia alemã sofreu diversas recusas, e, principalmente, em meados do século XX, após a ascensão do nazismo e a posterior associação das ideias desses intelectuais (com maior ou menor razão) àquele regime totalitário alemão tivemos a quase total exclusão desses autores dos debates historiográficos.

A despeito de terem seus trabalhos reconhecidos como fundantes do Método Histórico no século XIX, chega a ser flagrante ainda hoje, o silêncio em torno dos nomes de Droysen, Dilthey e Bernheim. No mais das vezes os manuais de Historiografia e Metodologia fazem apenas citações superficiais, quando não a completa ausência de menção, sem a devida atenção que merecem, dada a sua importância no processo da afirmação da História como campo disciplinar autônomo e com instrumental teórico próprio.²³ Essas obras de divulgação acabam criando imagens genéricas e pouco fiéis à ideia de História produzida por esses autores, sobretudo, por uma Historiografia mais crítica, como é o caso desses historicistas alemães da segunda metade do século XIX.

O resgate desses autores, e aqui pensando especificamente em Johann Droysen, ficou a cargo da geração de historiadores alemães no pós-Segunda Guerra Mundial, encabeçados por Reinhart Koselleck, Jörn Rüsen e *Friedrich Jaeger*, buscaram apontar a originalidade dos seus trabalhos. É bastante elucidativo, por exemplo, o fato das traduções de *Historik* para língua inglesa, francesa e espanhola precederem em muitos

²² Não cabe aqui recuperar toda a produção de séculos dos historiadores alemães, bastando como exemplo do que temos dito sobre a permanência da *Historische Zeitschrift* desde a sua fundação até os dias de hoje. “Ao longo de sua existência, figuraram como seus editores: Heinrich von Sybel (1859-1895), Heinrich von Treitschke (1895-1896), Friedrich Meinecke (1896-1935), Karl Alexander Müller (1935-1943), Ludwig Dehio (1949-1956) e Theodor Schieder (1957-1985). De 1985 a 2015, o seu editor-chefe é Lothar Gall, que foi integrado ao conselho editorial em 1980.” BENTIVOGLIO. *A Historische Zeitschrift*. 2011. p. 82. Para atualizar a informação do autor, desde 2015 os editores da revista são Hartmut Leppin e Andreas Fahrmeir.

²³ Ver: ARÓSTEGUI. *A Pesquisa Histórica*. 2006; DOSSE. *A História*. 2003; FONTANA. *A História dos Homens*. 2004; SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. Em coleções mais recentes a trajetória desses e de outros historiadores foi recuperada: REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010; MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX* / Jurandir Malerba (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010; BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*, vol. 04: Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011; BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. *A Constituição da História Como Ciência - de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013; PARADA, Maurício (org.) *Os historiadores: clássicos da história*, vol.2: de Tocqueville a a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2013; MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Rio de Janeiro-RJ: FGV, 2013.

anos a que foi feita para o português (ainda hoje incompleta) e apenas muito recentemente Droysen tornar-se objeto de interesse dos pesquisadores brasileiros. Desse modo, é compreensivo que o autor permaneça ainda pouco conhecido entre nós.

E essas são algumas das linhas de reflexão que esse trabalho busca analisar, buscando contribuir para o resgate e aprofundamento dos temas desenvolvidos pelo historiador alemão em tela, de modo particular, aqueles concernentes às suas reflexões teórico-metodológicas.

Conforme temos indicado, existe ainda pouca discussão em torno da obra teórica de Johann Droysen na Historiografia Brasileira, bem como de outros autores alemães do século XIX e, no mais das vezes, vemos suas reflexões simplificadas, mal interpretadas ou mesmo esquecidas.

Na apresentação da *Historik*, traduzida parcialmente em 2009 para língua portuguesa, Júlio Bentivoglio sugere algumas possíveis razões para esse esquecimento. Em *primeiro* lugar, o fato de Droysen ter disputado espaço nas Universidades com grandes intelectuais do porte de Hegel, Marx e Webber, que mais despertaram o interesse dos pesquisadores; *segundo*, a crítica feita desde o século XIX ao idealismo hegeliano e seus herdeiros; *terceiro*, o advento do nazismo e a associação equivocada das ideias de Droysen ao projeto da “*grande Alemanha*” do Terceiro Reich; *quarto*, a aceitação das críticas feitas por Nietzsche e dirigidas aos historiadores alemães, considerados por ele como diletantes; *quinto*, a reaproximação dos historiadores do último quartel do século XIX dos métodos das Ciências Naturais e modelos apriorísticos (Marxismo e Positivismo) e seu consequente distanciamento das propostas formuladas por Droysen de um método autônomo para a História; *sexto*, a crescente influência da historiografia francesa em detrimento da Escola Histórica Alemã. No caso brasileiro, esse último fator parece ter sido fundamental para o esquecimento de Droysen, apenas recentemente resgatado.²⁴

Dentre os intelectuais que têm se ocupado, nas últimas décadas, em resgatar as contribuições de Droysen e colocá-las no panorama da atual produção historiográfica, Jörn Rüsen tem buscado refletir sobre quais seriam os diálogos possíveis de ser estabelecidos entre esse que considera um “autor clássico” e nossas preocupações atuais. O autor adverte que:

²⁴ BENTIVOGLIO, Júlio. *Apresentação*. In. Manual de Teoria da História; Tradução: Sara Baldus e Júlio Bentivoglio; apresentação de notas Júlio Bentivoglio. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. pp. 20 – 23.

A historiografia do passado não se transfere para um horizonte histórico proposto de forma mais ou menos nova, mas ao contrário: a historiografia do presente estabelece uma conexão sistemática com uma historiografia do passado e poderia contemplar-se nela, como no espelho de um estranhamento histórico, tendo em vista os problemas pendentes, que, do contrário, permaneceriam ocultos a ela. E, além disso, poderia receber estímulos para a solução desses problemas.²⁵

É nesse exato sentido que nossas reflexões vão ao encontro das teses droysenianas, quando percebemos que, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, houve uma prevalência de discussões que enfatizavam excessivamente a relativização do saber histórico, sobretudo no âmbito da chamada historiografia Pós-moderna.²⁶ Por isso parece-nos importante analisar como esse problema, sempre recorrente na História da Historiografia, foi pensado dentro dos quadros do Historicismo oitocentista e, de modo particular, por Johann Droysen, qual seja, a fronteira entre a objetividade e a subjetividade no saber histórico produzido, que será por nós discutida à luz das questões colocadas pela Historiografia atual.

Nessa perspectiva de estudo da obra teórica de Droysen, faz-se necessário pensar sobre o que ainda podemos aprender com seus textos. Dentre tantas possibilidades destacadas por Rüsen vejamos duas: a *primeira*, ao tratar da questão de como conciliar a ficcionalidade da produção literária de sentido e a facticidade do passado:

Droysen antecipou o argumento central [...] da teoria pós-moderna da história ao enfatizar o caráter suplementar do histórico. Sua conhecida formulação diz que só ao presente é dado fazer história a partir do que sucedeu ao humano no passado [...]. Isso significa que o sentido histórico só é formado posteriormente sobre os fatos do passado, não residindo, portanto nos próprios fatos.²⁷

A diferenciação categórica para Rüsen entre a Teoria Pós-moderna e a Teoria de Droysen é que, enquanto aquela busca fazer uma “representação memorativa” do passado, usando “estratégias imaginativas e estéticas” para mantê-lo presente e vivo, esta, por sua vez, buscava uma “reconstrução racional”, rompendo com a

²⁵ RÜSEN, Jörn. Droysen Hoje: sobre temas extraviados da historiologia. In. *Cultura Faz Sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*; tradução de Nélcio Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 59

²⁶ Inserem-se nessa perspectiva Pós-moderna, Desconstrutivista ou Relativista, autores como Hayden White, Alun Munslow e Keith Jenkins, entre outros. JENKINS, Keith. *Why history? Ethics and postmodernity*, London, Routledge, 1999; JENKINS, Keith. *A história refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*; tradução de Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2014; MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*; tradução Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Sobre a influência da Pós-Modernidade na Historiografia: BARROS, José D'Assunção. *História e Pós-Modernidade*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

²⁷ RÜSEN. *Droysen Hoje*. 2014. p. 65.

“imediatricidade viva do passado presente em favor de um processo distanciador, objetivador de investigação dos fatos”.²⁸

A segunda lição que podemos aprender com Droysen é “que a subjetividade do sentido histórico sempre tem um vínculo retroativo com o acontecimento temporal do passado. Ela está, por assim dizer, fundada ‘objetivamente’ nos contextos culturais presentes dos quais se origina a pergunta histórica”.²⁹ A historicidade das fontes, do objeto, bem como das problemáticas formuladas pelo sujeito que investiga é, na atualidade, um truísmo repetido em todos os manuais de Teoria e Metodologia e é impossível não lembrar das lições de Marc Bloch, no seu *Apologia da História*, e, no entanto, Droysen já o afirmara quase cem anos antes do historiador francês.³⁰

Se a importância de Droysen como um dos maiores intelectuais de sua época, a persistente ausência de menção a sua obra e sua imensa contribuição para a construção do Método Histórico, consequentemente para a autonomia científica da História já não constituem em si razões suficientes que justifiquem um trabalho totalmente voltado para essas questões – o que nos parece motivo razoável para uma resposta positiva – esperamos ao menos que sua demonstrada capacidade de iluminar problemas atuais no campo da Teoria nos possibilite avançar nesse sentido. Afinal e mais uma vez evocando as reflexões de Jörn Rüsen:

o perguntar histórico produtivo brota da contemporaneidade sensível. Perguntas que realmente levam adiante, isto é, perguntas que inauguram novas perspectivas da noção histórica não se originam apenas de lacunas da pesquisa, mas da percepção de necessidade de orientação do presente e sua conversão em perspectivas temporais, nas quais a experiência do passado possa ser introduzida de maneira nova.³¹

A competência de formação ou “necessidade de orientação”, como bem sabemos, é outro aspecto importante da teoria droyseneana. Para um autor que sempre defendeu que não seria “negado aos estudos históricos o reconhecimento de que

²⁸ RÜSEN. *Droysen Hoje*. p. 66.

²⁹ RÜSEN. *Droysen Hoje*. p. 66.

³⁰ Alguns textos que ajudam a contextualizar e apontam a atualidade de Droysen são: CALDAS. *A Atualidade de Johann Gustav Droysen*. 2006; ASSIS, Arthur Alfaix. A didática da história de J. G. Droysen: constituição e atualidade. *Revista Tempo*, vol. 20 – 2014. pp.1-18; GOMES, Robeilton de Souza. *A Historik de Droysen: sobre a atualidade de um clássico oitocentista no trato das fontes*. In. *A Historiografia como Fonte Histórica* (Org). José D’Assunção Barros. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. pp. 189-217.

³¹ RÜSEN, Jörn. *Droysen Hoje*. 2014. p. 66.

também estes têm o seu lugar no vivo movimento da ciência”³², insistindo na autonomia da História com Teoria e Método próprios, nada mais justo que trilhemos esse caminho, tantas vezes esquecido ou desviado ao longo do tempo, resgatando-o a partir da sua obra. E, se Pedro Caldas está correto quando diz que “autonomia significa fazer uma pergunta que até então permanecera latente, significa se incomodar com algo que não perturba nenhuma outra forma de conhecimento. É o que pode ser feito por esta área de conhecimento, e nenhuma outra”³³. Desse modo, resta acreditarmos que faremos as perguntas certas.

Trabalhos sobre Droysen.

Apenas para situarmos nosso trabalho e dar o devido crédito àqueles que nos antecederam nessa discussão destacamos quatro trabalhos de fôlego sobre a obra de Droysen, apresentados por pesquisadores brasileiros e que também nos serviram de base para muitas das conclusões a que chegamos nessa tese.

O *primeiro* é a tese de doutorado de Pedro Caldas, defendida em 2004, em que o autor buscou recuperar a influência hegeliana na concepção de História de Droysen e responder sobre o sentido do pensamento histórico em três momentos: aduzindo que pensar historicamente é pensar teleologicamente (primeiro capítulo), é pensar hermenêuticamente (segundo capítulo) e indaga-se sobre as implicações da dimensão formativa da História (terceiro capítulo); encerrando assim uma visão de história que pode ser associada a três atitudes: resignação, ação e formação.³⁴

O *segundo* trabalho, esse na área da Filosofia, é a dissertação de mestrado de André Cremonezi, concluída em 2005. O autor centra atenção no conceito de Compreensão, oriundo da Hermenêutica, buscando demonstrar como esse conceito é fundamental para um projeto de Crítica da Razão Histórica encaminhado por Droysen e continuado por Dilthey.³⁵

O *terceiro* trabalho, também uma tese de doutorado em História, é de autoria de Arthur Alfaix Assis. Defendida na Alemanha em 2009, o texto ganhou formato de livro

³² DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 27.

³³ CALDAS, Pedro. Johann Gustav Droysen (1808–1884): história e compreensão. In. *Os Historiadores: clássicos da História*, vol. 02; (Org.) Mauricio Parada Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 48.

³⁴ CALDAS. *O que significa pensar historicamente*. 2004.

³⁵ CREMONEZI, André Roberto. O conceito de compreensão na “Histórica” de Johann Gustav Droysen. – 2005. 106 f. (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Maria, Rio Grande do Sul.

em 2014, e tem como diferencial o resgate do pensamento político de Droysen relacionando-o a obra histórica por ele produzida.³⁶

Por fim, o *quarto* trabalho é a dissertação de mestrado de Renata Sammer, finalizada em 2012, cujo objetivo fundamental da autora é demonstrar como a Ética aristotélica está na base da fundação da lógica histórica proposta por Droysen.³⁷

Até o momento nenhum dos trabalhos acima mencionados estão disponibilizados no formato de livros aos leitores brasileiros, de modo que pudessem circular de maneira mais eficiente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Mesmo a tese de Assis foi publicada em inglês, o que dificulta um pouco mais o acesso aos leitores não especializados no tema ou que poderiam despertar interesse para a leitura, mas, não dominam esse idioma.³⁸

Contribuem ainda para a dificuldade de acesso ao pensamento de Droysen o fato das edições críticas da sua obra teórica ainda não terem sido traduzidas para o português. Isso certamente permitiria que as novas gerações de pesquisadores e pesquisadoras pudessem se debruçar sobre uma das mais fecundas reflexões teóricas da História da Historiografia mundial.

Partindo dessas leituras que, conforme dissemos de início, ainda são poucas, mas, partindo delas e em estreito diálogo com nossas fontes trataremos de entender como o historiador alemão buscou a um só tempo, construir uma Metodologia própria para sua ciência histórica, partindo da relatividade das fontes, do historiador e do resultado do seu trabalho, todavia, sem negar a possibilidade de produção de um conhecimento objetivo. Esse aspecto do pensamento de Droysen, ao que nos parece, não foi devidamente estudado ou, pelo menos, ainda não foi objeto privilegiado nos estudos que nos antecederam.

O nosso objetivo.

O nosso objetivo central nesse trabalho parte da tentativa de analisar a construção do Método Histórico em Johann Gustav Droysen, fundado a partir da análise hermenêutica e do historicismo oitocentista, como proposta seminal e fecunda que

³⁶ ASSIS, Arthur Alfaix. *Historical thinking: Johann Gustav Droysen on the Value and function of history*. – 2009. (Doutorado em História) – Universidade de Witten-Herdecke, Witten, Alemanha.

³⁷ SAMMER, Renata. *A Ética Historista de Johann Gustav Droysen*. Rio de Janeiro, 2012. 141f. (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

³⁸ ASSIS, Arthur Alfaix. *What is history for? Johann Gustav Droysen and the functions of Historiography*. New York, Berghahn Books, 2014.

permitisse, segundo o interesse do autor, a História se constituir enquanto ciência autônoma e como síntese conciliatória das preocupações em torno da objetividade e subjetividade do conhecimento histórico. Para tanto, buscamos ao longo da tese contrastar as compreensões filosóficas da história com suas concepções teóricas então nascentes naquele contexto de meados do século XIX, portanto, presentes na fundamentação do Método Histórico droyseneano.

Visando ainda apontar para o uso da Hermenêutica na elaboração do Método Histórico garantindo-lhe os meios adequados para lidar com o material histórico e construir uma base de discussão empírica sofisticada. Além disso, fez parte dos nossos objetivos a problematização do lugar da subjetividade e da objetividade na Teoria da História de Johann Droysen a partir da metáfora da perspectiva autoral.

Perseguindo esses objetivos defenderemos a hipótese de que o Método Histórico elaborado por Johann Droysen consiste em um modelo de compreensão geral que visa dotar a História de um quadro teórico-metodológico referencial, ao mesmo tempo em que colocava em perspectiva as dimensões subjetivas e objetivas do saber histórico produzido.

Inicialmente estamos entendendo Método Histórico a partir da proposta do historiador alemão Jörn Rüsen que diz que este consiste, entre outras coisas, no “conjunto de todas as regras de procedimento observadas pelo pensamento histórico, quando procede cientificamente” e que também “trata-se da tessitura das diretrizes que conduzem o pensamento histórico à pesquisa empírica à reflexão sobre os pontos de partida e à teorização”. Tomamos essa definição inicial porque, inspirada no próprio Droysen, ela fala bastante sobre as pretensões do nosso autor com a escrita da sua obra teórica.

No entanto, assumimos aqui também a ressalva feita pelo historiador brasileiro Itamar Freitas de que naquele contexto, por mais férteis e pioneiras que sejam as reflexões de Droysen, não havia entre os autores daquele período um consenso sobre o que seria o Método Histórico.³⁹ Nesse sentido, projetar em Droysen uma definição pronta sobre o sentido de Método seria lhe imputar uma definição que é mais nossa que dele, além de perder de vista o caráter histórico do processo de elaboração autoral.

Assim, antes de qualquer definição prévia, buscaremos analisar a constituição do Método Histórico de Droysen que, não custa lembrar, foi uma proposta entre várias

³⁹ FREITAS. *Uma introdução ao método histórico (1870-1930)*. 2020. p. 07.

nesse longo processo em que os historiadores buscavam afirmar sua disciplina como uma ciência. Posto isso, precisamos dizer também que o modelo droyseniano de explicação histórica nos parece o mais refinado e complexo dentre tantos que foram esboçados.

As Fontes e a Metodologia de Análise.

Dissemos que as edições críticas da obra teórica de Droysen ainda não foram traduzidas, contudo, aqui faremos uso de material publicado na Alemanha.

O material que compõe o texto completo da *Historik* foi elaborado e reelaborado durante os cursos ministrados por Droysen, entre 1857 e 1883. Em 1858 foi impresso apenas uma versão manuscrita das prelações e distribuída para os seus ouvintes. Descontada essa versão cuja circulação foi bastante restrita, o texto do *Grundriss der Historik* teve três edições durante a vida do autor, em 1868, 1875 e a última em 1882.

Foi essa versão de 1882 que serviu de base para a tradução feita por Benjamin Andrews, para a língua inglesa, intitulada *Outline of the Principles de History*, visto que nessa edição, feita em 1893 constam os três anexos que haviam sido inseridos por Droysen na sua última versão.⁴⁰ A edição de Andrews foi que serviu de base para a edição brasileira que, cotejada com a edição alemã, deu origem a tradução feita por Bentivoglio e Baldus.

Apenas em 1937, Rudolf Hübner organizou uma edição ampliada, a partir dos manuscritos de Droysen, escritos para o semestre de 1881 e 1882/3, complementada com textos de 1857 e 1863/4. Foi a partir desta edição de Hübner que Ernesto Garzón Valdés e Rafael Gutiérrez Girardot traduziram, em 1983, os textos de Droysen para o castelhano. Também fazemos uso dessa edição castelhana nesse trabalho, mas, sempre que necessário cotejamos com a edição alemã como critério de checagem da informação e como forma de manter a coerência com as ideias autorais.

Em 1972 Günter Birtsch e Jörn Rüsen organizaram uma publicação de parte da *Sistemática* - que havia sido reduzida nas últimas edições feitas por Droysen – e trecho extraídos de versões das aulas que não tinham sido incorporados na versão de 1937, de Hübner.

⁴⁰ Recentemente Assis contribuiu para uma nova edição desse material para o inglês com um excelente ensaio introdutório que comenta e atualiza o pensamento do autor: ⁴⁰ ASSIS, Arthur Alfaix. Droysen, Outline of the Theory of History. *Bloomsbury History Theory and Method*. London: Bloomsbury, 2022. Bloomsbury History Theory and Method. Web. 27 Apr. 2022.

Neste trabalho utilizamos mais extensivamente a versão editada por Peter Leyh: *Historik*. Vol. 1: *Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen* (1857); *Grundriss der Historik in der ersten handschriftlichen* (1857–1858) und in der letzten gedruckten Fassung (1882), editado por Peter Leyh, Stuttgart, Frommann-Holzboog, 1977. Nesta edição de Leyh, temos portanto oportunidade de olhar em perspectiva três momentos da reflexão de Droysen e como o texto da *Historik* foi ganhando configuração e extensão. Sempre que fazemos menção a uma das partes que compõem esse volume 01 do trabalho organizado em 1977 sinalizamos nas notas para que o leitor acompanhe também a própria dinâmica da história do texto e das ideias do autor.

Como se ver, a edição de Leyh incorporou a *Reconstrução da primeira versão completa das prelações*, escrita em 1857, quando Droysen ainda era professor em Jena; a versão denominada *Grundriss der Historik* que teria sido impressa numa primeira edição opuscular em 1857/1858 e a última versão impressa, de 1882, em que Droysen insere a discussão sobre a *Tópica*⁴¹, como um ítem a parte, e três apêndices: *Erhebung der Geschichte zum Rang einer Wissenschaft, Natur und Geschichte e Kunst und Methode*.

Tivemos acesso também à edição de Horst Walter Blanke, publicada em dois volumes, que é complementar à edição de Peter Leyh e reúne manuscritos e impressos de Droysen, muitos deles inéditos, escritos entre 1826 e 1883. *Historik*. Vol. 2: *Texte im Umkreis der Historik* (1826–1882), editado por Horst Walter Blanke, Stuttgart, Frommann- Holzboog, 2007. (2 v). Horst Blanke publicou ainda um tomo suplementar, com listas de textos publicados por Droysen, um “Catálogo das Minhas Obras” contendo comentários sobre seus textos, além de autógrafos e fotografias do autor. *Historik. Supplement: Droysen Bibliographie*, editado por Horst Walter Blanke, Stuttgart, Frommann- Holzboog, 2008.

Mais recentemente Blanke publicou o terceiro volume dos textos de Droysen, em dois tomos, contendo textos de palestras e uma versão crítica do *Grundriss der*

⁴¹ Nas primeiras edições da *Historik*, o tema da apresentação constava no ítem *Die Apodeixis*. Uma expressão grega usada por Aristóteles para se referir às formas de exposição textual. Com o subtítulo *Wesen und formen der Darstellung* (Natureza e forma da apresentação). *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. *Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung aus den Handschriften*. pp. 217-283. Na edição impressa de 1858, a *GRUNDRISS DER HISTORIK. Die erste vollstindige handschriftliche Fassung*. pp. 405-406. o tema aparece bastante reduzido como e ainda submetido à Metódica, nomeado como *Die Darstellung* (Apresentação). Somente na edição de 1882, *GRUNDRISS DER HISTORIK. Die letzte Druckfassung*. pp. 445-450, a *Tópica* aparece como um ítem independente, embora bastante resumido e acrescido de alguns anexos que complementam a reflexão sobre a escrita Historiográfica.

Historik. Trata-se de uma reconstrução do texto das últimas preleções (*Historik letzter Hand*), feita de maneira filologicamente aceitável, com o material primário mais tardio legado por Droysen. Os dois tomos do terceiro volume foram publicados em 2019 e 2020. *Historik*, Vol. 3: *Die Historik-Vorlesungen Letzter Hand. Aus Den Spätesten Auto- Und Apographischen Überlieferungen* (1879, 1881 Und 1882/1883): Vol 03, Tomo 1-2. Ao longo da pesquisa e escrita da tese não tivemos acesso em primeira mão a estes dois volumes.

Diante de tais dificuldades, inclusive as nossas limitações de formação e domínio dos vários idiomas necessários para estudar a obra teórica de Droysen (alemão, inglês, francês, castelhano), o que foi tentado suprir com cursos e consultas a livros e autores especializados na obra e a linguagem de época. Neste sentido, a proposta de estudo da construção do Método Histórico de um autor tão relevante, interessante, porém, quase inacessível aos nossos propósitos fez com que esse trabalho adquirisse uma importância e responsabilidade muito maiores.

Ao tempo que buscávamos vencer as dificuldades iniciais de acesso à obra do autor, avançamos na construção de um método que nos permitisse seguir em nessa tarefa. Inspirados no próprio autor que diz que compreendemos enquanto pesquisamos nada nos pareceu mais coerente do que nos utilizarmos do próprio método desenvolvido por Droysen para pensarmos a sua obra e suas reflexões no campo da Teoria e Metodologia, a saber: o “Método Compreensivo” calcado na reflexão hermenêutica de Schleiermacher, no século XVIII; utilizado também por Dilthey para a fundamentação das Ciências Humanas, em fins do XIX e aprofundado ao longo do XX por diversos intelectuais que levaram adiante esse debate.⁴²

Considerado como o primeiro pensador a sintetizar os vários ramos da Hermenêutica numa concepção universal, o teólogo alemão Friedrich Schleiermacher (1768–1834) definiu esse método, em consonância com Friedrich Wolf (1759-1824)⁴³,

⁴² No século XX a Hermenêutica passou a ser objeto de muitos debates e reelaborações que escapam da nossa questão central. Para conhecer outros autores como Jacques Derrida, Michael Foucault, Claude Lefort, Jürgen Habermas, Gianni Vattimo, Richard Rorty, Felix Guattari e Giles Deleuze, que também contribuíram para esse debate ver o artigo de Maria Odila Silva. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”. *Projeto História*, 17, p. 223-258, nov. 1998. Outro nome importante para esse debate e que será posteriormente discutido por nós é Paul Ricœur, mais próximo de Heidegger do que de Gadamer por renunciar a unidade do método e buscar uma forma de ontologia do compreender baseada no pensamento do autor de *Ser e Tempo*. Ver DOSSE, François. A enxertia hermenêutica. In. *Paul Ricœur: um filósofo em seu século*; tradução de Eduardo Lessa Peixoto de Azevedo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. pp. 69–90.

⁴³ Trata-se do pensador alemão Friedrich August Wolf, um intelectual com formação inicial autodidata, dedicado ao estudo da literatura grega do período clássico que conseguiu estudar por dois anos na

como “a arte de descobrir os pensamentos de um autor, de um ponto de vista necessário, a partir de sua exposição”.⁴⁴ Dividida em “interpretação gramatical” e “interpretação psicológica”; a primeira preocupando-se com os processos constitutivos da linguagem e a segunda com a manifestação e as condições de manifestação do pensamento expresso nessa mesma linguagem.

A “compreensão hermenêutica” é um dos elementos centrais do Método Compreensivo de Droysen, mas não é o único. Como bem notou Pedro Caldas, ele dividiu a interpretação histórica em quatro etapas: *primeira*, a interpretação pragmática; nessa etapa o pesquisador parte do método indutivo de Francis Bacon, que vai do particular ao geral, visando identifica-los, distingui-los e relacioná-los num processo lógico, sem a pretensão de elaborar leis, mas de estabelecer os fatos (dados) a serem interpretados; *segunda*, a interpretação das condições; o diálogo é com Immanuel Kant e seu método dedutivo, partindo de hipóteses gerais a serem confirmadas, visando conhecer as determinações e estabelecer a lógica de sentido por traz dos acontecimentos; *terceira* a interpretação psicológica; entra em cena o método hermenêutico de Schleiermacher e sua pretensão de “reconstruir intenções de um indivíduo ou de uma coletividade”; *quarta*, a interpretação das ideias; aqui toma lugar propriamente o método compreensivo de Droysen, que tem por princípio “reconstruir um processo histórico cujo sentido não está dado para a consciência dos agentes”, partindo do suposto que “somente o historiador, após a passagem do tempo, pode compreender o significado de uma ação”.⁴⁵

Há em Droysen uma nítida influência do modo de compreender advindo da Hermenêutica de Schleiermacher. Ao dizer que “o particular é compreendido no todo e o todo é compreendido no particular”⁴⁶ estava retomando o argumento formulado por seu antecessor e conhecido como “círculo hermenêutico”. Para o teólogo esse “círculo” podia ser rompido por uma compreensão prévia do geral esclarecida e esclarecedora do particular.⁴⁷

Universidade de Göttingen e posteriormente tornou-se professor na Universidade de Halle, onde lecionou por mais de duas décadas e ajudou a consolidar a Filologia como um campo de conhecimento autônomo da Teologia. Wolf mantinha diálogos como Schleiermacher, Goethe e Humboldt e junto com estes influenciou diversos filólogos e historiadores das gerações subsequentes.

⁴⁴ SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E (1768 – 1834). *Hermenêutica – A arte da interpretação*; tradução e apresentação de Celso Reni Braidão. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015. pp. 30–31.

⁴⁵ CALDAS, Pedro. Gustav Droysen (1808 – 1884). 2013. pp. 45 – 47.

⁴⁶ DROYSSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 39.

⁴⁷ SCHMIDT. *Hermenêutica*. 2013. p. 31.

Partindo desse mesmo raciocínio, Droysen diz que “a essência do método histórico é compreender enquanto se pesquisa”, logo se depreende que é preciso não descuidar das etapas da pesquisa, evidenciando que uma das suas maiores preocupações era, segundo Rüsen, com “as regras de procedimento observadas pelo pensamento histórico” e, ao diferenciar o Método Histórico do Físico e do Filosófico, Droysen não o faz de forma irreconciliável e incomunicável, mas os considerava como “três caminhos para uma mesma meta”. Fica assim garantida a especificidade do Método Histórico como ato de compreender, distinto da explicação, próprio das ciências da natureza. A História se constituiria, contudo, como uma “ciência interativa” e não como forma de conhecimento isolado.⁴⁸

Quem levou adiante esse raciocínio e polarizou a divisão entre “compreensão” (método das ciências humanas) e “explicação” (método das ciências naturais), buscando afirmar a validade epistemológica das chamadas “Ciências Humanas” através da Hermenêutica foi Wilhelm Dilthey. Partindo das reflexões de Droysen o autor de “*A construção do mundo histórico nas ciências humanas*” (“ciências do espírito”) defendeu que a Hermenêutica fosse apropriada não apenas para a interpretação de textos escritos, mas também “para toda forma de compreensão da vida da mente e do espírito”.⁴⁹ Produziu assim um deslocamento das questões de compreensão textual. Refutando, porém, a visão de Schleiermacher de que é possível “uma recriação do processo criativo”, isto porque, como explica Schmidt:

O historiador não pode realmente experimentar o passado, mas precisa, interpretativamente, compreender os documentos escritos, os fatos históricos, as motivações dos autores principais, e assim por diante, para apresentá-los de forma que, quando lermos seu relato, sejamos capazes de reexperimentar o evento e seu significado como o historiador pretende.⁵⁰

Para Dilthey, o historiador só “experimenta o passado” através daquilo que chamou de “manifestações da vida” ou “expressão de algo espiritual”, na forma de conceitos, juízos, constructos de pensamento, ações e expressões de vivência. A existência do “espírito objetivo”, definido como “as múltiplas formas, nas quais os pontos em comum coexistem entre os indivíduos se objetivaram no mundo sensível”, presente em cada ser humano, que parte de compreensões elementares até chegar a

⁴⁸ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 38. 41.

⁴⁹ SCHMIDT. *Hermenêutica*. 2013. p. 52.

⁵⁰ SCHMIDT. *Hermenêutica*. 2013. p. 71.

compreensões superiores, é o que permite que o sujeito construa “a possibilidade do conhecimento nas ciências humanas”.⁵¹

O *individual* e o *universal* do “círculo hermenêutico” são conectados pelo ato de compreender que é por sua vez possibilitado porque os indivíduos partilham um “espírito objetivo” que se expressa geralmente na forma de *linguagem* ou manifestações exteriores de estados psíquicos interiores, apreendidas e interpretadas pelo sujeito cognoscente a partir de suas próprias “experiências vividas”. Para Dilthey a compreensão da experiência de outrem é sempre uma “reexperiência” que não consegue recriar o “estado psíquico” exato do sujeito compreendido, mas apenas os significados daquilo que foi manifestado. Como no exemplo acerca da ideia que um indivíduo pode ter de si e da sociedade em que vive:

No se pueden emplear en una construcción categorías tales como unidad y pluralidad, todo y parte: y cuando la exposición no pueda prescindir de ellas, no hay que olvidar que tienen su origen en la experiencia del individuo acerca de sí mismo y que, por consiguiente, no es posible explicar mediante su retraslado a la vivencia que el individuo es en la sociedad para sí mismo más de lo que aquella experiencia por sí misma nos puede decir.⁵²

Disso decorrem duas questões sobre a compreensão posta em curso pelos historiadores: *primeira*, ela é sempre limitada, visto que “o compreender tem sempre algo particular por seu objeto”; *segunda*, que é também e sempre “auto compreensão”, uma vez que é uma “reexperiência” em si e a partir de si do sentido daquilo que foi vivido por outra pessoa.⁵³

Com Martin Heidegger, a Hermenêutica adquiriu princípios ontológicos, ou seja, é parte da definição do *ser* em suas dimensões factuais e temporais. Iniciada em 1923 com o curso intitulado *Ontologia: a hermenêutica da facticidade* e desenvolvida em *Ser e Tempo*, sua reflexão sobre a Hermenêutica rompe com o caráter tradicional de “doutrina sobre a interpretação” para tornar-se uma ferramenta de compreensão do *ser-aí* (Dasein) no tempo.⁵⁴

⁵¹ DILTHEY, Wilhelm (1833 – 1911). *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*; tradução Marco Casanova. São Paulo: Editora UNESP, 2010. [1910]. pp. 185 – 191.

⁵² DILTHEY, Wilhelm (1833 – 1911). *Introducción a las ciencias del espíritu*. Madrid: Revista de Occidente, 1966. (1883). p. 40.

⁵³ DILTHEY. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. 2010. p. 195.

⁵⁴ SCHMIDT. *Hermenêutica*. 2013. p. 65. O próprio Heidegger admite que “‘ser’ é o conceito mais universal e o mais vazio, como tal, resiste a toda tentativa de definição”. Somente após um longo debate com os principais nomes da história da Filosofia é que apresenta “dasein” como “ser-aí”, ou seja, um *ser* em constante mudança que se dá no tempo e a partir de variadas possibilidades; HEIDEGGER, Martin.

Embora as ideias do autor sejam muito mais complexas nossa intenção é assinalar sua contribuição para o debate aqui colocado. Poderíamos resumir dizendo que Heidegger, em sua *Hermenêutica da Facticidade*, rompeu com a definição metafísica do *ser*, enquanto *ente* que necessita ser compreendido e o insere no plano da “temporalidade” a fim de perceber a sua “historicidade”, no que, por esse aspecto, não está distante de Dilthey.⁵⁵ Embora partisse de uma chave de compreensão que, sem dúvida, não comportava um “espírito objetivo” visto que o *ser* apenas é compreendido na sua “existência” e não a partir de qualquer acepção transcendental. Conforme afirmou “ao ser do Dasein pertence uma interpretação-de-si [...]. O Dasein já se entende sempre factualmente em determinadas possibilidades existenciais”.⁵⁶ Nesse ponto, Heidegger se distancia da análise de Dilthey e de certa pretensão de estabelecer um tipo compreensão universal sem considerar devidamente as condicionantes temporais.

Para Heidegger a aporia do “círculo hermenêutico” é superada pela definição precisa do “ser-no-mundo”. Como atesta Schmidt, “o objetivo da hermenêutica é a compreensão correta. Para Heidegger, a compreensão correta está fundamentada ontologicamente no modo de ser do Dasein, chamada descoberta verdadeira”. Encaminhar tal definição equivale a chegar numa “verdade hermenêutica” que é sempre “interpretativa”.⁵⁷

Profundamente influenciado por *Ser e Tempo* (1927), mas também por outros textos escritos posteriormente por Heidegger – como *O caminho para a linguagem* (1959) –, Hans-Georg Gadamer é considerado o autor de uma das obras mais completas sobre os usos da Hermenêutica como modelo de compreensão.⁵⁸ Além de partir dos conceitos de “facticidade” e “historicidade”, o autor de *Verdade e Método* recupera a centralidade da linguagem como o objeto por excelência da interpretação. Com ele apreendemos a linguagem como o meio no qual a conversa ocorre, como meio pelo qual compreendemos textos como o objeto de experiência da Hermenêutica.⁵⁹

Para Gadamer existe uma “relação especial entre pensar e falar” que manifesta uma “intimidade entre linguagem e pensamento”, portanto, é papel fundamental da

Ser e Tempo; tradução Fausto Castilho. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 [1927]. pp. 33 – 39.

⁵⁵ LUNA, João Carlos de Oliveira. História e Pensamento hermenêutico na Alemanha do século XX. *Revista Crítica Histórica*. Ano I, Nº 1, junho de 2010. p. 218.

⁵⁶ HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 2012. p. 851.

⁵⁷ SCHMIDT, *Hermenêutica*. 2013. pp. 115 – 118.

⁵⁸ MISSAGGIA, Juliana. A Hermenêutica em Heidegger e Gadamer: algumas confluências e divergências. *Griot – Revista de Filosofia*. v.6, n.2, dezembro de 2012. pp. 01 – 13.

⁵⁹ SCHMIDT, *Hermenêutica*. 2013. pp. 168 – 169.

Hermenêutica “compreender” essa relação contida fundamentalmente na linguagem oral e escrita:

A tradição de linguagem é *tradição* no sentido autêntico da palavra, ou seja, aqui não nos defrontamos simplesmente com um *resíduo* que se deve investigar e interpretar enquanto vestígio do passado. O que chegou a nós pelo caminho da tradição de linguagem não é o que restou, mas é transmitido, isto é, nos é dito – seja na forma de tradição oral imediata, onde vivem o mito, a lenda, os usos e costumes, seja na forma da tradição escrita, cujos signos de certo modo destinam-se diretamente a todo e qualquer leitor que esteja em condições de os ler.⁶⁰ [Os itálicos são nossos]

Como se pode observar, Gadamer deu especial atenção à linguagem (oral ou escrita) como tradição, e, assim como Heidegger, apontou a dimensão temporal da compreensão. Como diz Juliana Missaggia, o problema do “círculo hermenêutico” em Gadamer encontra resposta no próprio ato de compreender:

Ao procurar compreender algo que lemos, sempre realizamos um “projetar” em relação ao sentido do todo, do mesmo modo que partimos das nossas concepções prévias que determinam a compreensão. É somente no confronto com o próprio texto que podemos chegar a questionar esse projetar e os prejuízos que guiaram a leitura. Mas o fato é que uma compreensão prévia do próprio texto já é dada de antemão antes de nossa leitura. Uma estrutura circular análoga estaria presente em qualquer atividade de compreensão.⁶¹

Para Gadamer a verdadeira “consciência formada hermeneuticamente” é aquela que se abre para a “alteridade do texto”, sem que isso pressuponha uma “neutralidade”, mas que haja sempre uma confrontação de “ideias prévias” do sujeito que interpreta com as “verdades” postas no texto.⁶² Para ele a Hermenêutica não se confunde com um método para as ciências humanas, mas é também uma atitude inerente dos sujeitos.

Outro estudioso que contribuiu para esse debate foi o historiador alemão Reinhart Koselleck. Influenciado pelo debate em torno do *ser* no tempo, refletiu sobre a relação entre a produção do conhecimento e o tempo histórico. Nos dizeres de Luísa Pereira, para Koselleck:

A existência da história só é possível, tanto no plano da realidade, quanto no do conhecimento, na medida em que os homens são seres temporais, isto é, conformados, em grande medida, pelas experiências

⁶⁰ GADAMER. *Verdade e Método*. 2015. p. 504; Sobre o sentido de *tradição* e *resíduo* na pesquisa histórica ver: RÜSEN. *Reconstrução do Passado*, 2010. p. 122.

⁶¹ MISSAGGIA. A Hermenêutica em Heidegger e Gadamer. 2012. p. 05.

⁶² GADAMER. *Verdade e Método*. 2015. p. 358.

do passado, mas também capazes de planejar um futuro, atualizando-o no presente.⁶³

Partindo de uma reflexão em torno da “História dos conceitos”, em que estes são considerados já como uma forma de interpretação da realidade, sempre relacionada a um contexto social.⁶⁴ Isso implica dizer que para Koselleck a “verdade” pretendida pelo historiador não se encerra no texto ou na análise da linguagem, como em Gadamer:

A verdade a que Koselleck se refere é aquela que o historiador atinge por intermédio da fonte escrita, mas que não se encontra diretamente nela. Diferentemente do jurista, do filólogo e do teólogo, paradigmáticos na hermenêutica gadameriana, o historiador não estaria interessado propriamente no que diz o texto, com vistas a uma aplicação do sentido à sua realidade. O historiador estaria interessado na fonte como testemunho de uma realidade existente “extratextual”, que embora possibilitada e mediada linguisticamente, vai mais além do que é exequível com a linguagem.⁶⁵

Essa e outras diferenças (e aproximações) da perspectiva de Koselleck e Gadamer em torno das questões teóricas do uso da Hermenêutica foram objeto de debate entre os dois autores e é o próprio Koselleck quem nos apresenta os termos da sua divergência com o renomado filósofo. Após dizer que a hermenêutica gadameriana abarca a história para torná-la um “subcaso” da compreensão, admitindo que ela é parte do cosmo hermenêutico projetado por Gadamer e reconhecendo que, por necessitar da linguagem e do texto, a História também não pode “subtrair a pretensão hermenêutica”, Koselleck questiona:

¿Se agotan las condiciones de posibilidad de una historia en el lenguaje y en los textos? ¿O hay condiciones extralingüísticas, prelingüísticas, aun cuando se busquen por vía lingüística? Si existen tales presupuestos de la historia que no se agotan en el lenguaje ni son remitidos a textos, entonces la Histórica debería tener, desde el punto de vista epistemológico, um status que le impida ser tratada como un subcaso de la hermenéutica. Ésta es la tesis que quiero fundamentar.⁶⁶

⁶³ PEREIRA, Luisa Rauter. O debate entre Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck a respeito do Conhecimento histórico: entre tradição e objetividade. *História da historiografia*, Ouro Preto, número 7, nov./dez. de 2011. p. 255.

⁶⁴ BARROS, J. D`Assunção. *Os conceitos. Seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 64.

⁶⁵ PEREIRA. O debate entre Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck a respeito do Conhecimento histórico 2011. p. 256.

⁶⁶ KOSELLECK, R.; GADAMER, H. G. *Historia y hermenêutica*. Barcelona: Paidós, 1997. p. 69.

São essas condições “extralinguísticas” e “pré-linguísticas” que fazem com que a história “não se esgote na linguagem” que merecem a atenção de Koselleck. E mesmo partindo das teses gadamerianas delas se afasta porque e, como já foi dito, a “verdade a que Koselleck se refere é aquela que o historiador atinge por intermédio da fonte escrita, mas que não se encontra diretamente nela”, mas na capacidade que a fonte tem de comunicar sobre o contexto em que foi produzida.

Ainda que superficial e limitada, visto tratarmos aqui de ideias amplas e complexas, acreditamos que essa digressão sobre os usos da Hermenêutica como ferramenta de compreensão, sobretudo entre os filósofos e historiadores alemães, se faz necessária para demonstrar que ao longo de sua constituição ela não foi pensada de maneira uniforme pelos autores que por ela se orientaram, nem tampouco houve apenas um caminho que todos trilharam, partindo de maneira concordante e avançando sempre num certo sentido. Pelo contrário, há muitas divergências no modo de conceber e utilizar a “compreensão” como método e aqui esse dado não tem sido desconsiderado. Teremos ante nossas preocupações essa polissemia e a ela voltaremos sempre que se faça necessário evidenciar de onde estamos partindo para pensar nossas questões relativas às reflexões de Droysen, orientados por um debate que lhe antecedeu, perpassou sua obra e avançou para além dela.

Concordamos com Jörn Rüsen quando afirma que hermenêuticamente:

A pesquisa reconstrói processos temporais do passado de acordo com perspectivas de sentido coerentes com as intenções dos autores (agentes ou pacientes) desses processos. A história é assim extraída das fontes como um processo, que se dá em meio a uma interação que lhe determina o sentido e cuja direção temporal resulta das intenções divergentes dos atores.⁶⁷

Nesse sentido e em consonância com Rüsen, nossas fontes, que são constituídas principalmente pelos textos teóricos de Droysen e secundariamente por outros textos teóricos e filosóficos que influenciaram na elaboração da *Historik*, serão cotejadas e analisadas submetidas à heurística, à crítica e uma interpretação hermenêuticamente conduzidas, tendo em vista uma compreensão “de sentido coerentes com as intenções” desse autor tão importante para a constituição da Matriz Disciplinar da História.⁶⁸

⁶⁷ RÜSEN. *Reconstrução do Passado*. 2010. p. 116.

⁶⁸ Sobre a ideia de Matriz Disciplinar, ver: RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado – Teoria da História II: Os Princípios da Pesquisa Histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. pp. 140 – 145.

Além dos autores alemães supracitados nosso quadro teórico-metodológico se completa com as análises proposta pelo filósofo francês Paul Ricœur; um dos responsáveis pela atualidade da Hermenêutica e seu uso como método de análise pelas Ciências Humanas. Segundo Hélio Rabello Cardoso Junior, a Hermenêutica de Ricœur (hermenêutica para a narrativa histórica), influenciada por Bertrand Husserl e Martin Heidegger, leva adiante as reflexões propostas por Ranke, Droysen e Dilthey (hermenêutica histórica). Ao mesmo tempo em que concorda com seus antecessores quanto à centralidade da análise hermenêutica de que “o mundo histórico se caracteriza pela criação de sentido por parte dos agentes históricos”, ainda segundo Hélio Junior:

Paul Ricœur procura ultrapassar a hermenêutica que vigorou até Dilthey, onde o problema que se coloca era de que modo se pode dar ao conhecimento histórico uma base epistemológica sólida e de que lhe servisse exclusivamente [...]. Agora, no entanto, ao abordar a narrativa histórica, a hermenêutica de Ricœur atinge uma configuração que vai além das exigências epistemológicas do conhecimento histórico, pois chega ao coração do fazer historiográfico e se aproxima definitivamente do historiador de ofício.⁶⁹

Além de atualizar o debate acerca da Hermenêutica, Paul Ricœur nos legou uma teorização sobre o fazer historiográfico extremamente coerente com nossa proposta e, ao que nos parece, com o pensamento de Droysen sobre os limites da objetividade e subjetividade do historiador. Suas reflexões em torno da relação *tempo* e *narrativa* na forma como os historiadores (e também os literatos) constroem suas intrigas são fundamentais para entendermos os problemas subjacentes em um texto historiográfico. Neste particular, as proposições de Ricœur tornam-se mais interessante quando o texto historiográfico é assumido como fonte, representação ou objeto da análise histórica.⁷⁰

Resumidamente diríamos que Ricœur apresenta três teses fundamentais onde discute a aludida relação, a que denominou de mimese: na *primeira*, onde o tempo aparece como prefiguração do mundo humano e está conectado à narrativa através da intriga criada pelo autor, transmitida numa linguagem acessível aos seus leitores que por sua vez dominam os códigos de transmissão dessa mesma linguagem e o contexto ao qual ela faz referência e a partir do qual ela foi elaborada; na *segunda*, surge a

⁶⁹ CARDOSO JUNIOR, Hélio Rabello. Ricœur: de uma hermenêutica histórica a uma hermenêutica para a narrativa histórica. In. *História e Narrativa: a ciência e arte da escrita histórica*. (Org.) Jurandir Malerba, - Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 228.

⁷⁰ Sobre essa questão, ver. BARROS, José D’Assunção. História e Historiografia: todas as interações possíveis. In. *A Historiografia como Fonte Histórica*. (Org.) José D’Assunção Barros. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. pp. 15-77.

configuração do mundo humano, onde um autor conecta, pela intriga, os elementos dispersos de um dado contexto, ordenando-lhes e tornando-os inteligíveis aos seus interlocutores; por fim, na *terceira*, procede-se a uma refiguração da experiência do tempo (vivido e narrado) através da leitura do texto efetuada por leitores que podem compreender a obra de um autor, o pensamento autoral e o contexto de produção e assim produzirem suas próprias interpretações.⁷¹

No que tange aos nossos objetivos aqui delineados, usaremos como referência as contribuições do autor de *Tempo e Narrativa* para entendermos, sobretudo na primeira parte da tese, a *prefiguração* do mundo histórico ao qual Droysen e seus interlocutores partilhavam e que dão sentido aos seus textos. Assim, a segunda parte da tese, procederemos a uma análise da *configuração*, pela qual o autor da *Historik* buscou sistematizar os elementos dispersos da tradição filosófica alemã e da tradição empírica da pesquisa histórica a fim de formular sua Teoria e Metodologia da História. Por fim, de modo muito pontual e conclusivo, apontaremos no sentido de observar algumas *refiguração* possível que o texto de Droysen ainda suscita em nós, naquilo que, como já apontamos anteriormente, pode ser ainda salutar para o debate historiográfico contemporâneo no cotejo de suas ideias.

Buscamos equilibrar a divisão tripartite de Ricœur – ainda que não a sigamos rigorosamente – com a própria divisão estabelecida por Droysen nas versões finais do seu texto, em que a *Historik* se subdivide em três partes: a primeira, *Metódica* onde o autor procura responder sobre os procedimentos metodológicos concernentes à lógica de pesquisa e se subdivide em *Heurística*, *Crítica* e *Interpretação*. A segunda, *Sistemática*, no dizer de André Cremonezi, se propõe a ser uma “ontologia do histórico”, pretende atingir uma “visão panorâmica da ciência história” e está subdividida em “O trabalho histórico segundo sua matéria”, “O trabalho histórico segundo suas formas”, “O trabalho histórico segundo seus trabalhadores” e “O trabalho histórico segundo seus fins”. Por fim, a terceira divisão, a *Tópica* que ficaria encarregada das “formas de apresentação” do conhecimento pesquisado e se subdivide em: exposição investigativa, narrativa, didática e discursiva.⁷²

No final do trabalho há dois documentos em anexo: *Sobre a história intelectual alemã de Kant a Schleiermacher* (1842) e *Elevando a história à categoria de ciência*

⁷¹ RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Trad. Constança Marcondes Cesar e Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1994.

⁷² CREMONEZI. *O conceito de compreensão na “Histórica” de Johann Gustav Droysen*. 2005. p. 74.

(1868). No primeiro, Droysen comenta os principais autores alemães que contribuíram para a formação do pensamento histórico entre os séculos XVIII e XIX; o segundo trata-se de uma análise crítica da obra do historiador inglês Thomas Buckle, através da qual podemos ter acesso privilegiado ao pensamento histórico de Droysen analisando o seu posicionamento frente às teses defendidas por seu colega. São textos escritos por Droysen em contextos diferentes e inseridos nas edições críticas da *Historik*. Fizemos uma tradução livre dos referidos textos que ainda carece de uma análise histórica e filológica mais acurada, mas, que permite uma aproximação de um material inédito em língua portuguesa para quem desejar conhecer melhor o pensamento do historiador.

O que é *Historik*?

Além de Paul Ricœur, outro autor que ajuda a estruturar nossas reflexões nesse trabalho é o historiador alemão Reinhart Koselleck, sobretudo, a sua discussão em torno dos problemas da História conceitual, da temporalidade histórica percebidas nas dimensões sincrônicas e diacrônicas dos conceitos.⁷³

Como forma de exemplificarmos nossa própria metodologia e a reflexão teórica que alicerça nossa análise e ainda aproveitando para explicar o sentido da palavra utilizada por Droysen no título de sua obra, vejamos a discussão que o autor manteve com o historiador Georg Gottfried Gervinus (1805-1871) e o conceito por eles utilizado, a saber, a expressão *Historik*. Posto isso, fica evidenciado que entendemos que a formulação de conceitos é uma das questões centrais da Teoria da História.

Nesse sentido, ainda que, nos limites do que propomos, não utilizemos na tese a abordagem proposta por Koselleck sobre uma *História dos conceitos*, partiremos aqui, nesse tópico, das suas reflexões para pensarmos o modo como o termo *Historik* foi utilizado nos textos de Gervinus e Droysen. Isto significa trazer à tona uma discussão que parte da perspectiva de que a análise do significado dos conceitos tem por objetivo compreender o tempo e o espaço que permitiu o seu surgimento e quais os possíveis usos e significâncias estão implicadas na evocação contemporânea desses mesmos conceitos.

⁷³ Ver: KOSELLECK, Reinhart. [et al]. *O conceito de História*; tradução René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção História e Historiografia); KOSELLECK, Reinhart. *História dos conceitos*. Estudos sobre a semântica e a pragmática política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

Acerca da dimensão metodológica da *História dos conceitos* o historiador alemão Reinhart Koselleck afirma que;

Tal procedimento parte do princípio de traduzir significados lexicais em uso no passado para a nossa compreensão atual. A partir da investigação de significados passados, tanto a história dos termos quanto a dos conceitos conduz à fixação desses significados sob a nossa perspectiva contemporânea. Enquanto esse procedimento da história dos conceitos é refletido metodologicamente, a análise sincrônica do passado é completada de forma diacrônica. A redefinição científica de significados lexicais anteriores é um dos mandamentos básicos dos estudos diacrônicos.⁷⁴

De nossa parte, nosso objetivo é mais modesto, buscamos somente entender de que modo Droysen se apropriou do conceito utilizado por Gervinus (análise sincrônica do passado) para justificar seu projeto de elaboração teórica para a Historiografia e o quanto a discussão proposta por esses autores mudou, ao seu tempo e desde então, a maneira como pensamos também o nosso fazer historiográfico (dimensão diacrônica do estudo do passado).

Gervinus, que era apenas três anos mais velho que seu colega, escreveu seu livro em 1837, portanto, exatamente 20 anos antes de Droysen iniciar suas aulas de *Enciclopédia e Metodologia da História*. Além disso, ambos os autores faziam parte da chamada Escola Histórica Prussiana, que tinha Leopold Von Ranke e Barthold Niebuhr como seus principais expoentes. Porém, a proximidade de Droysen e Gervinus ia para além da questão acadêmica e adentrava os meandros da política. Eles eram correligionários no *Partido do Cassino*, sediado em Frankfurt; foram eleitos deputados na mesma eleição de 1848, ocasião na qual defenderam a causa da unificação alemã sob a liderança da Prússia.

Outro aspecto que aproximava os dois historiadores aqui em tela era o interesse que ambos mantinham pela *História Política* como objeto de pesquisa, sendo Droysen autor de uma obra monumental sobre o império de Alexandre, o *Geschichte des Hellenismus*, escrito ao longo de dez anos.⁷⁵ Gervinus, por sua vez, mais dedicado à história política imediata ao seu tempo, publicou em 1853 uma *Introdução a História*

⁷⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos; Tradução Wilma Maas e Carlos Pereira. – Rio de Janeiro: Editora PUC: Contraponto, 2006. p. 104.

⁷⁵ Como sabemos, além do texto clássico sobre política na Antiguidade, Droysen escreveu também em 1846 as *Prelações sobre as guerras de libertação*, e também entre os anos de 1855 e 1886 foram publicados os 14 volumes da *História Política Prussiana*.

do século XIX e entre 1855 e 1866 uma obra em oito volumes intitulada *História do século XIX*.⁷⁶

Considerando essa proximidade, suas afinidades – mas, também suas divergências – era de se esperar que Droysen não só conhecesse como recorresse aos escritos de Gervinus para formular seu próprio programa. Foi isso que ele fez e ali encontrou um conceito fértil que, valendo-se de uma terminologia usada já há bastante tempo, formulou um novo conceito. Isso é o próprio Droysen que nos confirma quando diz que “será mais fácil se chamarmos a nossa disciplina de *Historik*; ela não é uma enciclopédia da ciência histórica, nem no sentido de que a palavra tem agora, nem no sentido de que originalmente tem”.⁷⁷ Droysen parece evocar a historicidade da palavra que mantinha alguma relação com a expressão latina *Ars Histórica*, utilizada pelo menos desde o século XVI. Porém, Droysen vai além, ao argumentar que:

Desde então, tanto quanto sei, a teoria da nossa ciência tem estado por aí. Para o *Grundzüge der Historik* de Gervinus (1837) tratou apenas da arte da historiografia, ele se comprometeu a ser para a história o que, de acordo com a visão de Gervinus, a poesia de Aristóteles era para a poesia. Nem implica que a história tenha um lugar no grande sistema do conhecimento humano e sua relação com as outras ciências tem muito menos a prova de como ela chega aos seus resultados, sobre qual fundamento ela se encontra.⁷⁸

Notemos que nesse momento Droysen já está fazendo uso da palavra utilizada por Gervinus para dar nome à nova disciplina que ele pretende instituir. Defendo, portanto, o argumento de que Droysen faz um uso conceitual da expressão *Historik*.

Mais uma vez evocamos as reflexões de Reinhart Koselleck, sobre o uso dos conceitos, quando nos diz que:

⁷⁶ Para mais detalhes sobre a biografia política e intelectual de Georg Gervinus ver a *Apresentação* feita por Julio Bentivoglio na edição brasileira do *Grundzüge der Historik*. In. *Fundamentos de Teoria da História*. 2010. pp. 07-22.

⁷⁷ Es wird am einfachsten sein, wenn wir unsere Disziplin Historik nennen; sie ist nicht ein Enzyklopädie der historischen Wissenschaft, weder in dem Sinn, den das Wort jetzt hat, noch in dem, den es ursprünglich hat [...]. DROYSEN. *Historik*. Vol. 1. 1977. p. 43.

⁷⁸ Seitdem ist, soviel mir bekannt, die Theorie unserer Wissenschaft liegengeblieben. Denn die Grundzüge der Historik von Gervinus (1837) behandelten durchaus nur die Kunst der Geschichtsschreibung, sie unternahm, das für die Geschichte zu sein, was nach Gervinus' Ansicht Aristoteles' Poetik für die Poesie. Sie hat auch nicht eine Andeutung davon, daß die Historie eine Stelle in dem großen System der menschlichen Erkenntnis zu finden und ihr Verhältnis zu den anderen Wissenschaften festzustellen habe, noch weniger den Nachweis, wie sie zu ihren Ergebnissen gelangt, auf welchem Fundament sie steht. DROYSEN. *Historik* (vol. 1). 1977. p. 51.

Toda historiografia se movimenta em dois níveis: ou ela examina fatos já articulados linguisticamente ou ela reconstrói fatos não articulados linguisticamente no passado, mas que, com a ajuda de determinados métodos e a coleta de indícios, podem ser de alguma maneira recuperados. No primeiro caso, os conceitos recebidos da tradição servem de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo caso, a história [*Historie*] se serve *ex post* de categorias acabadas e definidas, que são aplicadas sem que possam ser identificadas nas fontes.⁷⁹

Foi exatamente coordenando essas duas perspectivas sinalizadas por Koselleck que Droysen, partindo de uma longa tradição de uso da palavra e do próprio Gervinus, pode reconstruir “fatos não articulados linguisticamente no passado” valendo-se de uma *categoria* de análise que não poderia ser encontrada nas fontes. Vale dizer aqui, que esse “passado” não articulado linguisticamente foi assumido por Droysen como um *passado presente*, enquanto “espaço de experiência” e, para nós, em relação a Droysen, está sendo pensado como *futuro passado*, ou “horizonte de expectativa”, considerando aquilo que ele efetivamente produziu em termos teóricos e que chegou até nós através do seu texto.⁸⁰

De fato, Droysen que era filólogo de formação e tradutor de obras gregas clássicas para o alemão, era um inveterado conhecedor da evolução histórica das palavras, naquele e no seu idioma. Asseverava que os termos até então utilizados para se referir as narrativas históricas, desde pelo menos os tempos helenísticos, não passavam de um léxico de conversações sobre assuntos conhecidos que serviam para a educação geral dos homens de Estado. Razão pela qual nenhum dos termos correntes, vindos da tradição grega, serviu para os seus propósitos.⁸¹

Feito esse encaminhamento, no sentido de aproximar os autores, em termos de interesses e argumentação, vejamos na sequência como o próprio Gervinus buscou justificar a construção de um novo conceito que fundamentasse seus estudos.

Usando argumentos muito parecidos com aqueles que Droysen evocaria 20 anos depois, Gervinus se questiona “por que a Teoria da História nunca conseguiu ocupar um lugar ao lado da poética?” Garante, não é pelo fato de que “não existe uma arte historiográfica”. Porém, mais uma vez se questiona, “por que foram escritas tão poucas

⁷⁹ KOSELLECK. *Futuro Passado*. 2006. p. 116.

⁸⁰ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “Horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos; Tradução Wilma Maas e Carlos Pereira. – Rio de Janeiro: Editora PUC: Contraponto, 2006. pp. 305-327.

⁸¹ ist der Ausdruck, der seit der Zeit der Alexandriner für die allgemeine Bildung gebräuchlich ist [...]. In: Enzyklopädie des Wissenswürdigsten aus allen möglichen fächern, wie heutzutage Konversationslexika sind. DROYSEN. *Historik*. Vol. 1. 1977. p. 43.

e insignificantes obras sobre a natureza da história, os diversos modos de escrevê-las, as atividades e a metodologia do historiador?” Após tecer rápidas considerações sobre alguns autores e suas obras – com destaque para o comentário elogioso ao texto de Humboldt – *Sobre a Tarefa do Historiador* – Gervinus formula uma terceira questão acerca do “por que dos historiadores profissionais nunca ou raramente refletirem sobre o tratamento dado a sua ciência”. E, finalmente, na quarta e última pergunta, junto dela, a apresentação do seu conceito:

Por que acontece que mesmo o trabalho preliminar mais importante para essa *Historik*, para a Teoria da História, usando essa expressão, ou seja, para a história da historiografia, não seja ainda verdadeiramente completo e que partes isoladas destas apareçam apenas vez por outra em nosso meio, ao passo que existe rica abundância em histórias da poesia, da filosofia e de todas as demais ciências? ⁸²

Essa é a primeira e uma das poucas vezes que Gervinus menciona diretamente a expressão “*Historik*”, voltando sua atenção na sequência para a reflexão sobre as formas de narrativas históricas, que grosso modo, eram divididas naquele período em *pragmática* (voltada para fins práticos e didáticos) e *cronológica* (narrativas de feitos memoráveis). Embora não tenha dedicado um espaço maior para conceituar de maneira mais precisa a expressão que estava propondo – aparentemente inspirada na *Poética* (*Poetik*) de Aristóteles, – fica patente que quando Gervinus fala em *Historik* estava pensando em algo novo em termos semânticos, ao sugerir que estava pretendendo fazer uma Teoria da História, usando essa expressão, ou seja, para a história da historiografia ou definindo, segundo o entendimento de Droysen, as “regras de como escrever história”. ⁸³

Esse refinamento do conceito ficou a cargo de Droysen que, ao tomar de empréstimo a expressão, tratou de deixar claro que uso daria:

Gostaria de dizer que a *Historik* deve ser o Órganon da nossa ciência, por assim dizer, a ciência mestra da história, segundo a expressão fichteana; ela deve nos colocar no estado do que temos que fazer pensando e pesquisando historicamente e do que continua a ser feito instintivamente na consciência dos meios e propósitos. Deve conter a justificação científica dos nossos estudos e dar respostas às questões que foram resolvidas até agora na prática, mas teoricamente, quem

⁸² GERVINUS. *Fundamentos de Teoria da História*. 2010. pp. 28-29. O itálico é do próprio autor.

⁸³ Apenas para fins comparativos, notemos que o livro de Wachsmuth utiliza a expressão “*Theorie der Geschichte*”, enquanto Gervinus e Droysen preferem *Historik* para falar em “Teoria da História”.

sabe, o que outras ciências deixaram para responder. Na primeira parte determinamos a natureza de nossa ciência. Agora temos que levar adiante o método e o domínio de nossa ciência em detalhes.⁸⁴

Além de explicar detalhadamente e definir conceitualmente o termo *Historik*, Droysen estabelece sua diferença em relação a Gervinus; para ele, faltava levar adiante um método e definir o domínio exato da ciência da história. Esse é o objetivo e a hipótese que conduziu todo o seu trabalho e que ele dedicou seus últimos anos de vida.

De igual maneira, quando consultamos os textos, tanto de Gervinus quanto de Droysen, percebemos que ambos os autores fizeram uso preciso e consciente do singular-coletivo *Geschichte*, em uso na língua alemã pelo menos desde o século XVIII, já incorporando o sentido anterior de “*história*” como conjunto de acontecimento e “*historie*”, enquanto narrativa, conhecimento ou ciência que investiga os acontecimentos históricos.⁸⁵

São facilmente encontradas ao longo do texto de Droysen, particularmente, expressões como *wissenschaftlicher gebiete* (campos científicos), *historischen Wissenschaft* (ciência histórica) *disziplin der historischen* (disciplina histórica) ou ainda a noção mais moderna e mais recorrente nos dias de hoje, *Geschichtswissenschaft*, para falar de uma “ciência da história”. Todavia, quando queria falar de *Teoria da História*, no sentido de “ciência mestra da história”, e a fim de fornecer à “justificação científica” para os estudos históricos, o conceito utilizado exclusivamente por Droysen sempre foi *Historik*. Podemos dizer, como forma de encaminhamento final que Gervinus fez uso de uma *categoria* relativamente corrente no jargão intelectual e Droysen deu a ela uma definição mais precisa e um uso *conceitual*.

Como nos diz José D’Assunção Barros, as categorias, no sentido clássico da palavra, estão ligadas à filosofia aristotélica, “para designar os predicados ou atributos fundamentais ligados ao ser”. Em outras palavras, aquilo que constitui todas as coisas

⁸⁴ Ich würde am liebsten sagen, **die Historik** soll das Organon für unsere Wissenschaft sein, gleichsam die **Wissenschaftslehre der Geschichte** nach dem Fichteschen Ausdruck; sie muss uns in den Stand setzen, das, was wir historisch denkend und forschend zu tun haben und was fort und fort instinktmässig getan wird, im Bewusstsein der Mittel und Zwecke zu tun: Sie muss die wissenschaftliche Rechtfertigung unseres Studiums enthalten und auf die Fragen Antwort geben, die man bisher wohl praktisch löste, aber **theoretisch** wer weiß welchen anderen Wissenschaften zu beantworten überließ. Ihr erster Teil war, daß wir die Natur unserer Wissenschaft feststellten. DROYSEN. *Historik*. Vol. 1. 1977. p. 44. Destacamos em negrito algumas expressões que remetem aos elementos constitutivos do pensamento histórico trabalhado teoricamente pelo autor.

⁸⁵ Para um debate completo sobre a configuração da expressão moderna *Geschichte* na língua alemão, ver: KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. In. KOSELLECK, Reinhart. [et al]. *O conceito de História*; tradução René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção História e Historiografia). pp. 119-184.

no seu modo e forma específica de existir.⁸⁶ Ora, não seria exatamente isso que Gervinus buscava, ao reivindicar para a historiografia, um fundamento análogo à *Poética* de Aristóteles para a poesia, como se fosse preciso construir uma *Poetik der Geschichte*, segundo a expressão irônica usada por Droysen? Parece-nos que sim! Ainda segundo D'Assunção Barros:

Os conceitos que circulam nos diversos campos de saber sempre implicam discussões entre seus praticantes, comportando escolhas derivadas de demandas específicas. Eles movimentam ou possibilitam perspectivas teóricas, e reaparecem com frequência nos trabalhos produzidos pelos pesquisadores e pensadores do campo passando a integrar certo repertório conceitual.⁸⁷

Nesse sentido, parece-nos exemplar a discussão empreendida por Droysen e seus interlocutores no sentido de transformar *Historik* num conceito histórico viável e coerente, dentro de uma perspectiva teórica nova que não é nem uma enciclopédia nem uma filosofia da história.⁸⁸

Sobre a maneira como pensamos aqui *Historik*, já com as devidas ressalvas de Droysen, uma última reflexão pode iluminar esse nosso esforço, aquela sinalizada pelo historiador francês Antoine Prost, quando diz que “convém historicizar os conceitos da história e reposicioná-los em uma perspectiva, por sua vez histórica” e que isto significa duas ações conjuntas: *primeira*, diferenciar conceito de realidade, assumindo o conceito como uma representação, nunca como a coisa em si (dimensão sincrônica); *segunda*, faz-se necessário traduzir em linguagem compreensiva, no presente, as palavras do passado (abordagem diacrônica).⁸⁹

Foi exatamente o que buscamos fazer, ao tentar recuperar aqui as dimensões sincrônicas e diacrônicas do conceito de *Historik* da maneira como foi proposto por Gervinus e reformulado por Droysen. No intuito de evidenciar “a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes”.⁹⁰ O que esperamos ter conseguido.

⁸⁶ BARROS, José D'Assunção. *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. pp. 68-69.

⁸⁷ BARROS. *Os conceitos*. 2016. pp. 26-27.

⁸⁸ Nos dias correntes a palavra *Historik* caiu em desuso em texto de historiadores de língua alemã, prevalecendo a expressão *Theorie der Geschichte*. Um dos poucos autores contemporâneos que manteve esse uso foi Jörn Rüsen em sua trilogia de Teoria da História.

⁸⁹ PROST, Antoine. *Doze Lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 129.

⁹⁰ KOSELLECK. *Futuro Passado*. 2006. p. 115.

PARTE I

A prefiguração do Método Histórico

O objetivo central dessa primeira parte da tese é apontar os elementos prefigurativos que compõem o Método Histórico de Droysen. Os capítulos que compõem essa primeira parte da tese e que tratam do *Idealismo alemão*, do *Historicismo* e o primeiro da segunda parte, o capítulo sobre a *Hermenêutica*, evidenciam a relação que Droysen manteve com os autores situados no escopo dessas matrizes de pensamento. Esta relação é parte constitutiva de uma imensa empresa intelectual, da qual Droysen se valeu e as assumiu como possibilidade de demudar a compreensão hermenêutica que lhes são inerentes, vertendo-as em ferramentas que lhes possibilitaram construir um quadro teórico-metodológico bastante complexo.

Neste sentido, consideramos coerente utilizarmos o próprio Método Hermenêutico para analisarmos a obra droyseneana, evidentemente observando os acréscimos e críticas que essa proposta metodológica recebeu posteriormente, aos quais já fizemos menção.

Como Hélio Rabello Cardoso Junior fez notar, a Historiografia se manteve distante da Hermenêutica ao longo de todo o século XX, embora esta tenha permanecido na reflexão filosófica. Ela encontrou lugar nas reflexões de Martin Heidegger (1917-1976) e na sua *hermenêutica da facticidade* como proposta de compreensão do *ser* no tempo, assim como em Hans-Georg Gadamer (1900-2002) que recolocou a linguagem (oral ou escrita) como o objeto por excelência da interpretação e também em Paul Ricœur (1913-2005), um dos responsáveis pela atualidade da Hermenêutica e seu uso como método de análise pelas Ciências Humanas.⁹¹

Segundo Cardoso Junior, a Hermenêutica de Paul Ricœur (hermenêutica histórica), influenciada filosoficamente por Edmund Husserl e Martin Heidegger, leva adiante as reflexões propostas por Ranke, Droysen e Dilthey. Nesse sentido, além de atualizar o debate acerca da Hermenêutica, Ricœur trouxe a questão histórica de volta para o centro do debate possibilitando uma teorização não apenas sobre os pressupostos da pesquisa histórica como também sobre a maneira como o historiador narra as histórias pesquisadas. Isso nos permitirá analisar a obra teórica de Droysen assumindo-a como fonte histórica.

⁹¹ CARDOSO JUNIOR, Hélio Rabello. Ricœur: de uma hermenêutica histórica a uma hermenêutica para a narrativa histórica. In. *História e Narrativa: a ciência e arte da escrita histórica*. (Org.) Jurandir Malerba, - Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 219.

No livro *Tempo e Narrativa* (1983-85), que empresta nome a relação entre essas duas dimensões fundamentais do fazer histórico, relação esta que é construída, segundo o autor, no momento em que os historiadores – mas, também os literatos – representam os eventos que compõem o enredo da história contada. Como se sabe, as teses fundamentais de Ricœur sobre a aludida relação, a qual denominou de *mimese*⁹², são apresentadas em três aspectos: em um *primeiro* momento, onde o tempo aparece como prefiguração do mundo humano a partir do compartilhamento de sentidos “pré-compreensíveis” entre os sujeitos num dado contexto, transmitida pelo escritor em uma linguagem acessível aos seus leitores que por sua vez dominam os códigos de transmissão dessa mesma linguagem (Mimese I); no *segundo* momento, surge a configuração do mundo humano, em que um autor conecta, pela intriga, os elementos dispersos de um dado contexto, ordenando-os e tornando-os inteligíveis, no texto, aos seus interlocutores (Mimese II); por fim, no *terceiro* momento, procede-se a uma refiguração da experiência do tempo (vivido e narrado) através da leitura do texto efetuada por leitores que podem compreender a obra de um autor, o pensamento autoral e o contexto de produção e assim produzirem suas próprias interpretações (Mimese III).⁹³

Neste sentido, a hermenêutica histórica de Ricœur nos permite compreender a elaboração do método histórico de Droysen em três momentos, entendendo o autor em seu tempo, a tessitura da intriga na sua obra e as interpretações que ela possibilitou. Os autores aqui discutidos e o nosso próprio trabalho devem ser pensados como essas leituras refigurativas da obra droyseneana.

No que tange aos nossos objetivos mais imediatos, nessa primeira parte do texto, usaremos como referência as contribuições do autor de *Tempo e Narrativa* para entendermos como as *prefigurações* que Droysen lançou mão, em seu tempo, para compor a sua narrativa.

⁹² Mimese é o termo grego utilizado por Platão e Aristóteles para se referir a representação da realidade através das artes miméticas (pintura, escultura, literatura, teatro, etc.). Ricœur utiliza o termo pelo sentido aristotélico que, diferentemente de Platão, via a representação como algo positivo, não como distorção de algo perfeito existente no mundo das ideias, mas, como simulacro da realidade observada. Assim, para Aristóteles, tanto o poeta quanto o historiador produzem mimese da realidade, sendo que o historiador escreve sobre as coisas que sucederam e o poeta sobre as que poderiam suceder. Portanto, a mimese, seja ela poética ou histórica, não é uma cópia da realidade, mas, uma representação que nos permite contemplá-la indiretamente. ARISTÓTELES. *Poética*. Eudoro Souza. 7ª edição. [S.l.] Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003. p. 115.

⁹³ RICŒUR, Paul. *Tempo e Narrativa*, a tríplice mimese. In *Tempo e narrativa*. Tomo I. Trad. Constança Marcondes Cesar e Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1994. pp. 85-131.

Uma palavra acerca da noção de “prefiguração” permitirá essa primeira tese ricœuriana torna-se mais inteligível no interior das nossas pretensões. Tanto porque é através da operação mimética que Ricœur transpõe o problema da compreensão hermenêutica do simples ato de interpretar textos para a análise de processos históricos quanto porque segundo o próprio autor “a composição da intriga [da relação entre tempo e narrativa] está enraizada numa pré-compreensão do mundo e da ação: de suas estruturas inteligíveis, de suas fontes simbólicas e de seu caráter temporal”.⁹⁴

Por *estruturas inteligíveis* o autor se refere à capacidade semântica de entendermos as ações, a finalidade e as motivações que levam os “agentes” a fazerem determinada coisa, sob quais circunstâncias, a partir de quais interações e visando quais resultados; *fontes simbólicas*, é tudo aquilo que, a partir do seu contexto, permite atribuir sentido à ação, para tanto é necessário que quem pratica a ação e quem a observa partilhem um universo simbólico que confere legitimidade e inteligibilidade tanto ao ato quanto a sua interpretação; por fim, o *caráter temporal* da ação ganha sentido na relação entre tempo e narrativa através do “tempo narrativo”, por assim dizer, e este tempo que já não é mais apenas a sucessão ininterrupta do tempo cósmico nem somente a evasão permanente da consciência, apresenta-se como uma simultaneidade de tempos articulados pela e na intriga.

A multiplicidade de “tempos narrativos”, em Paul Ricœur, segundo nos parece tem relação direta com a noção de “intratemporalidade” de Martin Heidegger que, rompendo com uma representação linear do tempo, buscou apresentar o “ser no tempo”, um tempo onde as dimensões do passado, presente e futuro se apresentam de modo articulado. No dizer do próprio Heidegger:

Fez-se a interpretação do caráter temporal da história, embora não se considerasse o “fato” de que todo gestar-se transcorre no tempo. No curso da análise existencial temporal da historicidade não foi dada a palavra ao entendimento cotidiano do Dasein que factualmente só conhece história como gestar-se “intratemporal”.⁹⁵

O historiador, enquanto “ser no tempo”, onde tudo transcorre, não conhece o passado tal qual ele foi, nem concebe o futuro, tal qual ele será. Portanto, reconhecer a historicidade dos dados analisados na pesquisa é perceber que “factualmente” só

⁹⁴ RICŒUR. *Tempo e Narrativa*. 1994. p. 88.

⁹⁵ HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*; tradução Fausto Castilho. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p.1093.

conhecemos a história numa concepção “intratemporal” em que passado e futuro são “presentificados”.

Embora Heidegger seja a referência mencionada, há muitas aproximações entre a concepção de tempo histórico em Paul Ricœur e Reinhart Koselleck. O passado como “espaço de experiência” reconstruído e o futuro enquanto “horizonte e expectativa” imaginado, ambos apresentados como construções no tempo presente são modos altamente sofisticados de gestação intratemporal.⁹⁶

Por fim, seria o caso de dizer que, assim como Paul Ricœur partiu de Aristóteles para pensar a *narrativa* e de Agostinho para pensar o *tempo*, partiremos do próprio Ricœur e de Koselleck para pensarmos essas mesmas questões na análise que faremos da obra de Droysen, visto que o problema da narratividade e da temporalidade são duas dimensões indissociáveis da análise hermenêutica atual.

Os três elementos prefigurativos a serem configurados na obra teórica de Droysen são: *primeiro*, a discussão sobre as condições sobre a produção do conhecimento, realizada no interior no Idealismo alemão; *segundo*, uma nova concepção de História e compreensão dos processos históricos formulados a partir da consciência historicista; *terceiro*, a mudança da análise hermenêutica para uma Hermenêutica histórica, base do método compreensivo.

* * *

Apenas na edição de 1882, intitulada *Grundriss der Historik*. Die letzte Druckfassung, temos a divisão da obra de Droysen em três partes.⁹⁷ Cremos que nos três capítulos que compõem a primeira parte da tese tocamos em questões que são centrais em pelo menos duas dessas subdivisões: a *Metódica* e a *Sistemática*.

No que se refere especificamente à *Sistemática*, no primeiro capítulo, *Filosofia e Teoria da História: a busca pela construção do sentido*, no segundo, *O sentido dos*

⁹⁶ Ver: REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico em Ricœur, Koselleck e nos Annales: uma articulação possível. In. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 179-206; NICOLAZZI, Fernando. Paul Ricœur (1913-2005). In. PARADA, Maurício (org.) *Os historiadores: clássicos da história*, vol.3: de Ricœur a Chartier. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2014, p. 15; Ver DOSSE, François. A enxertia hermenêutica. In. *Paul Ricœur: um filósofo em seu século*; tradução de Eduardo Lessa Peixoto de Azevedo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. pp. 69-90. Ver também KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “Horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos; Tradução Wilma Maas e Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUC: Contraponto, 2006. pp. 305-327.

⁹⁷ Ver: DROYSEN. *Grundriss der Historik*. Die letzte Druckfassung (1882). pp. 413-488.

acontecimentos históricos: Kant, Hegel e Droysen, e no terceiro, *O paradigma historicista: a fundamentação teórica da História*, abordamos as questões em torno das suas subdivisões, senão, vejamos:

Primeiro, sobre “o trabalho histórico segundo sua matéria”, ou seja, tudo aquilo que diz respeito ao “material do trabalho histórico é a matéria dada pela natureza e a matéria que passou a existir, fruto do devir histórico; ambas são simultaneamente condição e meio; tarefa e limitação para ela”.⁹⁸ Em outras palavras, quando tratamos de observar o que é o objeto específico com o qual a análise histórica se preocupa, estaremos dando conta desses elementos “materiais” que condiciona e permite o trabalho dos historiadores. Sem essa definição do objeto específico da pesquisa histórica, seria difícil afirmar a alteridade da História em relação a outras Ciências e a Filosofia.

Segundo, sobre “o trabalho histórico segundo suas formas” que, para Droysen, resume-se numa expressão: o mundo ético e suas comunidades. São elas as “Comunidades naturais” (família, vizinhança, tribo, povo); as “Comunidades ideais” (a fala e a linguagem, o belo e a arte, a verdade e as ciências, o sagrado e as religiões); as “Comunidades práticas” (onde se movimentam os interesses práticos e os interesses conflitantes); e as “Esferas”: da Sociedade, da Economia, do Direito, do Poder.⁹⁹ Droysen define explicitamente as divisões do campo histórico e propõe formas de nos aproximarmos do mundo histórico, pelas suas “dimensões”, como modernamente chamamos. Notamos que aqui, mais uma vez, um autor rompe com a proposta de uma histórica calcada exclusivamente em processos políticos e isso buscamos ressaltar tanto nos capítulos iniciais quanto nos que virão adiante.

Terceiro, no que concerne ao “trabalho histórico segundo seus trabalhadores”, significa considerar o historiador também como parte da comunidade ética, afinal “O indivíduo não é um átomo da humanidade”, porque “cada pessoa é um sujeito ético; somente através disso ele é ser humano”.¹⁰⁰ É como parte de uma coletividade que o historiador busca compreender e ser compreendido. Compreende e é compreendido porque partilha com os seus semelhantes – do passado e do presente – um conjunto de valores e práticas que faz o indivíduo relacionar-se com a comunidade, o específico generalizar-se. São essas generalidades que Droysen chama de “eu” da humanidade, o

⁹⁸ DROYSSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 63.

⁹⁹ DROYSSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. pp. 64-70.

¹⁰⁰ DROYSSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 65. 71.

sujeito da História e, desse modo, “a história é o conhece-te a ti mesmo da humanidade, sua consciência”.¹⁰¹ O trabalho do historiador pressupõe uma rede humana que é ao mesmo tempo “condição e meio”, por assim dizer, da pesquisa histórica. Esse ponto foi bastante explorando no terceiro capítulo sobre a consciência historicista de história.

Quarto, “o trabalho histórico segundo seus fins” aponta para as funções pragmáticas do conhecimento histórico como quando o autor afirma que “Toda evolução e crescimento é movimento em direção a uma finalidade, que, realizando-se no movimento, quer chegar à consciência de si mesma”.¹⁰² Nesse ponto o autor advoga por uma função de formação para a vida prática, política e assim por diante. Porém, a história aponta também para “o fim mais elevado”, encaminha para o “fim supremo” isto porque “as épocas da história não constituem a idade desse eu da humanidade [...] mas são estágios de seu autorreconhecimento, do conhecimento de mundo, de seu conhecimento de Deus”.¹⁰³ A influência de Hegel aqui é imensa e isso será discutido já no primeiro e segundo capítulos da tese.

Não seria nenhum exagero da nossa parte dizer que na *Sistemática* localizamos todos aqueles fatores que constituem a História como um Campo Disciplinar específico. Para José D’Assunção Barros há pelo menos dez fatores que fazem com quem uma área se consolide dessa maneira em face de outras formas de conhecimento: 01) Um campo de interesse; 02) Singularidades; 03) Campo Intradisciplinar; 04) Aspectos Expressivos; 05) Aspectos Metodológicos; 06) Aspectos Teóricos; 07) Oposições e diálogos Interdisciplinares; 08) Interditos; 09) Rede Humana; 10) Olhar sobre si.¹⁰⁴ Do que temos apreciado sobre o Método Histórico em Droysen, todos esses fatores, no estrito sentido em que são apresentados por Barros, estão presentes na *Historik* e asseguram a autonomia da História como uma ciência.

Quanto à *Metódica*, esta parte da *Historik* onde o autor procura responder sobre os procedimentos metodológicos concernentes à lógica de pesquisa. Ela se subdivide em *Heurística*, *Crítica* e *Interpretação*. Ainda nessa primeira parte trataremos apenas da Interpretação e suas respectivas subdivisões: interpretação pragmática, das condições, psicológica e das ideias. Dada a imensa importância da Hermenêutica para a construção do Método Histórico de Droysen, dedicamos um capítulo a esse tema, o primeiro da

¹⁰¹ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 71.

¹⁰² DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 74.

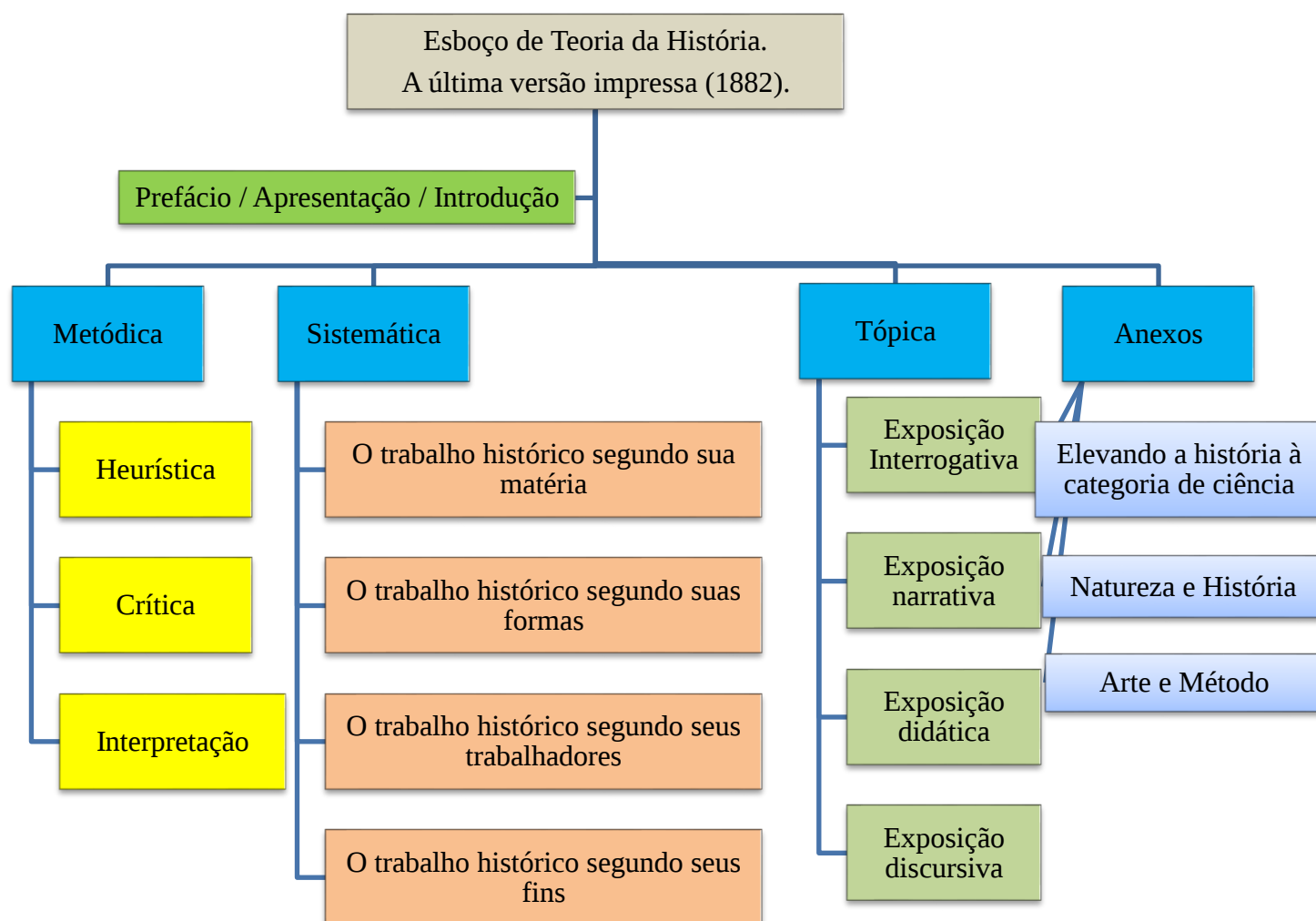
¹⁰³ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 74.

¹⁰⁴ BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais*. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 20.

segunda parte da tese. Já na introdução da segunda parte enfatizamos a Heurística e a Crítica no momento em que falarmos das fontes e o lugar central que elas ocupam na Teoria e Metodologia de Droysen.

Para fins didáticos de compreensão poderíamos resumir o *Esboço* de Droysen, apresentado na edição de 1882 da *Historik* da seguinte forma.¹⁰⁵

QUADRO 01 – Esquema de divisão da *Historik* (1882)



Nos capítulos que se seguem passemos à análise dos elementos prefigurativos e a utilização criativa que Droysen fez desses mesmos fatores na construção do seu Método Histórico.

¹⁰⁵ Esquema elaborado a partir do Prefácio da edição de Peter Leyh: *Historik*. Vol. 1: Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857); *Grundriss der Historik in der ersten handschriftlichen* (1857–1858) und in der letzten gedruckten Fassung (1882), editado por Peter Leyh, Stuttgart, Frommann-Holzboog, 1977.

CAPITULO I

I – Filosofia e Teoria da História: a busca pela construção do sentido.

Antes mesmo de iniciarmos a análise dos fatores prefigurativos do Método Histórico de Droysen, faz-se oportuno apresentarmos algumas considerações sobre a Historiografia mais recente com o intuito de também situarmos esse trabalho que ora se apresenta.

Nas últimas décadas do século XX e início do XXI, a Historiografia consolidou-se como um campo de possibilidade de construção de uma epistemologia própria para História.¹⁰⁶ Tal perspectiva dialoga com questões colocadas inicialmente pela *História das Ideias* e por outras vertentes historiográficas da segunda metade do século XX que buscaram discutir a relação entre pensamento e historicidade visando responder, sobretudo, aos questionamentos surgidos nos anos de 1960, particularmente àqueles trazidos pelo chamado *giro linguístico*.¹⁰⁷

A pesquisa histórica e a decorrente análise da exposição dos seus resultados mais do que nunca dedicou atenção especial ao conteúdo linguístico e semântico do texto historiográfico.¹⁰⁸ Com isso, tem crescido desde então o interesse por estudar a produção historiográfica das várias épocas percebendo-a também como uma fonte histórica. É com essa ordem de problemas e nesse contexto de produção que esta tese está inserida.

A partir desse contexto emerge também uma série de dificuldades para estabelecer, em termos comparativos, uma relação entre os objetos e abordagens da tradicional *História das ideias*, da *História Intelectual*, da *História das mentalidades*, da

¹⁰⁶ WEHLING, Arno. Historiografia e Epistemologia Histórica. In. A História Escrita: teoria e a história da historiografia (Org.) Jurandir Malerba. – 2ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. pp. 175-191.

¹⁰⁷ O “giro linguístico” (linguistic turn), expressão cunhada pelo filósofo austro-americano Gustav Bergmann e difundida por Richard Rorty para se referir ao movimento intelectual que ganhou força nos Estados Unidos na década de 1960, ainda que alguns apontem suas raízes na Linguística de Fernand Saussure (1857-1913) e na Filosofia de Ludwig Wittgenstein (1889-1951). A principal característica dos intelectuais ligados a essa perspectiva de análise é atribuir à linguagem uma capacidade primordial de explicação do pensamento e do comportamento humano, deslocando a análise de problemas filosóficos e processos históricos, por exemplo, para a própria forma da linguagem em que estes são apresentados. Sobre a influência do giro linguístico na Historiografia, bem como outras perspectivas, ver: ARÓSTEGUI, Julio. A crise da Historiografia e as perspectivas na virada do século. In. A Pesquisa Histórica. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006. pp. 175-247.

¹⁰⁸ Os textos de Quentin Skinner e Reinhart Koselleck publicados originalmente na forma de artigos nos anos 1960-70 e, posteriormente reunidos em livros, são precursores desse debate. SKINNER, Quentin. Visões da Política: sobre os métodos históricos. Algés, Portugal: Editora DIFEL, 2005; KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução Wilma Maas e Carlos Pereira. – Rio de Janeiro: Editora PUC: Contraponto, 2006.

História social das ideias e da *História Conceitual*. Todas estas são tributárias dos debates e reformulações ocorridas nas Ciências Humanas e Sociais desse período e levantam problemáticas que guardam entre si algumas semelhanças, a despeito das especificidades. Contudo, as tentativas de comparação destas perspectivas que são, na sua origem, muito próprias de alguns países faz com que esse esforço não seja possível sem alguma simplificação de tradições historiográficas específicas.¹⁰⁹

Dentre as tentativas de síntese mais interessantes estão àquelas elaboradas pelo historiador americano Robert Darnton e pelo francês Roger Chartier. Ambos afirmam que expressões como *história das ideias* e *história intelectual* – comumente relacionadas à historiografia norte-americana –, são pouco difundidas na Europa onde sempre circularam outras definições. Analisando a história da historiografia estadunidense, Darnton nos diz que naquele país a *História das ideias* e a *História Social* têm uma raiz comum na chamada *Nova História Americana*, surgida no início do século XX a partir dos trabalhos de James Robinson, Charles Beard, Frederick Turner e Carl Becker. O autor segue dizendo que teria sido nas décadas de 1920-30 que surgiram, nas Universidades americanas, os cursos de “*História intelectual e social*” e que nas décadas posteriores, com os debates trazidos por Arthur Lovejoy e Perry Miller, difundiu-se a vertente conhecida como *História das ideias*, já sem o acento no “social” que marcou o período anterior.¹¹⁰

Por sua vez, Chartier ressalta que nunca houve na Europa uma *Intelectual History* (história intelectual) e que em diversos países do velho continente sempre se preferiu utilizar expressões próprias como a *Geistesgeschichte* (História do espírito) alemã, a *Histoire des mentalités* (história das mentalidades) francesa ou a *Storia della filosofia* (História da Filosofia) italiana.¹¹¹ Cada uma dessas com autores e obras que dialogam e divergem entre si numa polifonia complexa.¹¹²

No quadro comparativo estabelecido por Robert Darnton destacam-se:

¹⁰⁹ Para uma análise da *História das ideias* e suas intersecções com outros campos historiográficos ver: FALCON, Francisco. *História das ideias*. In. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*/Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp.139 – 188.

¹¹⁰ DARNTON, Robert. *História intelectual e cultural*. In. *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e Revolução*; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 175. O texto foi escrito originalmente em 1980.

¹¹¹ CHARTIER, Roger. *História Intelectual e História das mentalidades: uma dupla reavaliação*. In. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. pp. 29-30.

¹¹² BARROS, José D’Assunção. *A harmonia musical como modelo de análise para a História Intelectual*. *Tempos Históricos* • Volume 19 • 1º Semestre de 2015 • p.14-47 • 1983-1463 (versão eletrônica).

a história das ideias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), **a história intelectual propriamente dita** (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), **a história social das ideias** (o estudo das ideologias e da difusão das ideias) e **a história cultural** (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas) [grifo nosso].¹¹³

De modo bastante pertinente, o historiador brasileiro Francisco Falcon ressalta que as sínteses de Darnton e Chartier têm em comum a pretensão de submeter a tradicional *História das ideias* a alguma especialização mais contemporânea, como a *História Cultural* ou a *História Intelectual*.¹¹⁴

Evidentemente que essa multiplicidade de definições é resultante de diversos fatores que vão desde as especificidades de como a História se constituiu com disciplina acadêmica em cada país, o estabelecimento de temas e problemas, condicionamentos institucionais, projetos políticos e educacionais, metodologias, relações interdisciplinares, até a permanente disputa por hegemonia intelectual entre as disciplinas do humano e internamente à própria História e suas várias vertentes historiográficas. Assim, num contexto de produção historiográfica global e dinâmica como o que temos atualmente, relações de interação entre campos e perspectivas historiográficas diversas são plenamente viáveis e desejáveis. O que acaba contribuindo para reformulações de perspectivas antigas e/ou surgimento de novas.

Dois exemplos ilustram o que estamos dizendo. Num *primeiro* momento podemos ver como a *Begriffsgeschichte* (História Conceitual) alemã, uma proposta que, na atualidade, é mais que uma simples “história dos conceitos”, constituindo-se como uma vertente historiográfica que visa “reconstruir trajetórias individuais, constelações intelectuais e um jogo altamente complexo de interconexões disciplinares, teóricas e mesmo políticas”. Tendo se consolidado na Alemanha como campo de investigação específico a partir da década de 1970, a *História Conceitual* está vinculada a uma *cultura historiográfica*¹¹⁵ específica que tem íntima relação com a tradição filosófica e hermenêutica daquele país e que ao entrar em contato com as reconfigurações do campo historiográfico desse período estabeleceu como prioridade, entre outras, a análise dos

¹¹³ DARNTON. Op. Cit. p. 187.

¹¹⁴ FALCON. Op. Cit. p. 142.

¹¹⁵ A noção de Cultura Historiográfica aqui é assumida como o conjunto de características que marcam as formas e produzir conhecimento histórico em um determinado espaço e tempo. No caso aqui específico, na Alemanha dos pós-Segunda Guerra, sobretudo, no curso das décadas de 1960/70 e adiante. Ver: DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

“atores sociais e suas respectivas ideias e práticas científicas, assim como os grupos e instituições em torno dos quais se organiza”.¹¹⁶

Cabe salientar que, ao contrário da *História das ideias* de Arthur Lovejoy e Perry Miller, a *História Conceitual* representada por Reinhart Koselleck, Werner Conze e Otto Brunner mantém uma relação de interface e complementariedade com *História Social*. Portanto, uma proposta que relaciona um modo de *fazer história* fundado em aportes teóricos e metodológicos clássicos aplicados a temas e problemas renovados.

Em *segundo* lugar, vemos que atualmente fala-se também numa *Nova História Intelectual* que, retomando a proposta de historicizar as ideias, critica o relativismo ensejado pelo giro linguístico, e retoma o diálogo com o contexto de produção, a partir de novos sujeitos, novas fontes e problemas. Contribuíram para esse diálogo, intelectuais de vários países, com formações diversas e perspectivas teóricas muitas vezes divergentes, o que revela o caráter internacional e interdisciplinar da Historiografia praticada nos dias de hoje. Essa discussão intersubjetiva enriquece o debate acadêmico e fomenta novas formas de compreender questões clássicas ou ensejam novas problemáticas surgidas a partir de um determinado espaço-tempo de produção. Isso alimenta o interesse dos pesquisadores – como dissemos – em tornar a própria Historiografia uma fonte de reflexão histórica.¹¹⁷

Em linhas gerais esse é o panorama das discussões e aqui nos interessa tão somente compor um quadro geral a fim de situarmos nosso próprio lugar de produção. Neste sentido, partiremos dos debates propostos pela *Nova História Intelectual* e tomando como premissa básica para a análise que se segue algumas das questões apontadas pela *História Conceitual*. Assim, o texto que aqui se apresenta pretende discutir a obra teórica do historiador alemão Johann Gustav Droysen (1808-1884), particularmente seu *Grundriss der Historik* (Esboço de Teoria da História), escrito originalmente em 1857.¹¹⁸

¹¹⁶ KOSELLECK, Reinhart [et al]. *Prefácio*. Arthur Alfaix Assis e Sérgio da Mata. O conceito de História; tradução René Gertz. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pp. 09-10. Ver também: KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In. KOSELLECK. Op. Cit. pp. 97-118.

¹¹⁷ Sobre os recentes desdobramentos da *História Intelectual*, ver: DI PASQUALE, Mariano. De la historia de las ideas a la nueva historia intelectual: Retrospectivas y perspectivas. Un mapeo de la cuestión. Revista Universum. n° 26. Vol. 01, 2011. Universidad de Talca. pp. 79 – 92; WASSERMAN, Claudia. A História Intelectual: origem e abordagens. Tempos Históricos • Volume 19 • 1º Semestre de 2015 • p. 63-79 • 1983-1463 (versão eletrônica); VILANOU, Conrad. Historia conceptual e historia intelectual. Ars Brevis, [en línea], 2006, Núm. 12, pp. 165-90.

¹¹⁸ Utilizaremos ao longo desse texto a expressão alemã *Historik* (Teoria da História) como aparece na primeira edição de 1857 ou *Grundriss der Historik*, título da edição de 1882, para nos referirmos ao texto de Droysen.

Partiremos de uma metodologia que busca entender o texto autoral como uma fonte histórica, um testemunho de um determinado pensamento histórico e como um meio de aproximação de seu contexto e lugar de produção, dos diálogos intersubjetivos mantidos pelo autor, bem como suas aproximações e distanciamentos das concepções paradigmáticas do seu tempo, buscando pensar as inovações e atualidades da obra aqui analisada.

Nesse sentido, nesses próximos capítulos buscaremos compreender a obra teórica de Droysen em um panorama amplo que antecede e perpassa as suas reflexões específicas no campo da Teoria da História, com as quais ele interagiu de modo crítico e criativo.

* * *

Inicialmente, dada à abrangência do tema aqui colocado, buscaremos situá-lo para que possamos melhor definir nosso objetivo principal. Nesses dois primeiros capítulos da tese discutiremos um dos momentos mais importantes no processo de consolidação da História como uma ciência autônoma, com aportes teórico-metodológicos próprios, ainda que este seja tributário de um longo caminho que perpassa outras formas de produção de pensamento histórico. Faremos isso buscando entender os fatores que conectam as Filosofias da história do século XVIII e XIX com a Teoria da História produzida subsequentemente. Daremos ênfase ao que foi proposto por dois dos maiores filósofos alemães daquele período: Immanuel Kant (1724-1804) e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831).

Há algumas razões para termos escolhido partir desses dois autores. *Primeiro*, porque são os principais representantes de uma das escolas de pensamento mais profícua e que mais contribuiu para as discussões epistemológicas de então, o chamado Idealismo alemão; *segundo*, porque ambos dedicaram parte das suas reflexões a pensar algum sentido subjacente ao processo histórico, o que acabou por contribuir para uma reflexão posterior no âmbito da sistematização desse conhecimento em seu aspecto historiográfico; *terceiro*, em função da nítida ascendência que as teses kantianas e hegelianas tiveram em muitas das propostas encaminhadas por Droysen.

O contraste que evidenciamos entre as “filosofias da história” e as “teorias da História” foi afirmado de maneira bastante conveniente por José D’Assunção Barros quando este diz que as primeiras se encarregam de elaborar reflexões filosóficas sobre o

sentido *no* processo histórico, enquanto as segundas devem ser pensadas como a concepção científica *do* saber histórico. Segundo Barros, as características mais destacadas das filosofias da história são: a maior carga de especulação filosófica, a preocupação primordial com o sentido da história, o fato de serem produzidas predominantemente por filósofos e por tratar-se de realizações pessoais de filósofos. As teorias da História, por sua vez, se destacam devido a sua menor carga de especulação filosófica, a preocupação primordial com a realidade histórica percebida através das fontes, por serem produzidas predominantemente por historiadores e cientistas sociais e por servirem como espaços de discussão coletiva de setores da historiografia.¹¹⁹

De igual modo, concordamos com a premissa de José Nicolao Julião de que essa passagem de uma forma de compreensão histórica para outra não representa uma ruptura abrupta. No dizer de Julião:

A pretensão crítica de analiticidade própria à Teoria ou Filosofia da História Epistemológica, por sua vez, não teria sido capaz de promover uma ruptura tão radical que tornasse obsoleta a reflexão especulativa – por mais que seus representantes assim o quisessem – porquanto deveria persistir nela a questão da validade das ciências históricas que não permitiria seu afastamento dos elementos da fundamentação transcendental ou ontológica oriundos da filosofia da história especulativa que ela pretendia poder simplesmente substituir.¹²⁰

O nosso objetivo de estabelecer uma discussão em torno da busca do sentido histórico na vertente historiográfica historicista, aqui representada pela Teoria da História de Droysen, tomando por base as reflexões encaminhadas pelos filósofos, cumpre uma dupla finalidade: *por um lado*, demarcar a diferença entre as filosofias e as teorias da história como já foi dito; *por outro lado*, visamos apontar também para as possíveis continuidades entre a Historiografia e algumas das questões colocadas pelos autores idealistas, preocupados com essa mesma questão no âmbito das suas reflexões filosóficas sobre a história.

Além de Kant e Hegel, o Idealismo alemão em suas inúmeras variantes, tinha ainda em suas fileiras autores como Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), Friedrich Wilhelm Joseph Schelling (1755-1854), entre outros. Nomes em torno dos quais

¹¹⁹ BARROS, José D'Assunção. Teorias da história e filosofias da história. In. *Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais*. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. pp. 101-149.

¹²⁰ JULIÃO, José Nicolao. Ensaio de Introdução à Filosofia da História. *Veritas*, v. 55, n. 3, set./dez. 2010, p. 238.

gravitam infindáveis interlocutores e que, entre si, também mantiveram um intenso diálogo não menos polifônico que àquele praticado entre os idealistas, os apoiadores e os críticos das suas asserções. Desse modo, é evidente que não teríamos como recuperar e nem mencionar de maneira mais detalhada todos esses autores e o universo de temas de que eles trataram; o que também justifica a nossa escolha em centrar atenção em apenas dois deles, inserindo os demais indiretamente no debate.

Para sermos ainda mais preciso é necessário que se diga que a problemática central que norteará as nossas reflexões nesse e no próximo capítulo é a seguinte: discutiremos o modo como o problema do sentido na história, pensado pelas Filosofias da história no interior do Idealismo alemão, foi reapropriado pela Teoria da História, particularmente nas formulações teórico-metodológicas de Droysen. Para isso, analisaremos os textos *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784) de Kant, *Lições sobre a filosofia da história universal* (1837) de Hegel, em contraste com os textos teóricos de Droysen.¹²¹

Na obra intitulada *Idealismo Alemão*, Will Dudley chama atenção para o fato de que esse foi um momento da história filosófica que:

Surgiu em 1781, com a publicação da *Crítica da razão pura* de Kant, e terminou cinquenta anos mais tarde, com a morte de Hegel. Este meio século foi sem sombra de dúvidas um dos mais importantes e influentes da história da filosofia. Os pensadores desse período, e os temas que eles desenvolveram, revolucionaram toda a área da filosofia e tiveram um impacto que continua a ser sentido nas ciências humanas e ciências sociais.¹²²

Não obstante Dudley estabeleça os limites cronológicos da história do Idealismo, segue dizendo que a partir dele abriram-se muitos caminhos de discussões que se prolongaram por todo o século XIX e grande parte do XX. Para o nosso intento, basta dizer que o Idealismo se insere na história da Filosofia, entre muitos outros aspectos, também como uma busca pelo entendimento do sentido histórico e os autores e obras que discutiremos são exemplares nesse debate. Contudo, antes de passarmos ao tema

¹²¹ Particularmente sobre o texto de Hegel, utilizaremos a edição brasileira, nomeada *A razão na história: uma Introdução Geral à Filosofia da História* (2001), traduzida para o português por Beatriz Sidou a partir da edição em inglês de Robert Hartman (1953). Evidentemente a opção por estas obras não inviabiliza que menções oportunas a outros textos dos autores possam ser feitas. Apenas sinalizamos estas por manterem um diálogo mais aberto com a problemática acima estabelecida.

¹²² DUDLEY, Will. *Idealismo Alemão*; tradução Jacques Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 13.

específico desse tópico, vejamos como Kant e Hegel, se inserem em um circuito mais amplo que conforma e dá sentido às suas teses sobre história.

Na história do pensamento humano algumas questões de ordem epistemológica marcaram a obra de grandes filósofos e ensejaram um longo debate. Podemos indicar algumas delas, tais como: *o que é o conhecimento? Como podemos conhecer? Quais os limites do conhecimento humano? Em que condições o conhecimento é possível? Essas condições são atributos inatos dos seres inteligentes ou são propriedades inerentes aos objetos inteligíveis? Qual o papel da razão e da experiência na apreensão da realidade? Existe de fato uma realidade para além da consciência humana?* Estas e outras perguntas estiveram no horizonte de gerações de pensadores. Na sequência dos nossos argumentos buscamos sumariar algumas dessas tentativas de respostas.

1.1 – Panorama das epistemologias do século XVI ao XVIII.

No princípio da Modernidade, entre os séculos XVI e XVIII, as tentativas de explicar a natureza do conhecimento humano (visão metafísica) e as condições em que ele é possível (visão epistemológica) se agudizaram em duas perspectivas: a *racionalista* e a *empirista*. O *Racionalismo* é a concepção segundo a qual é a razão humana que tem a faculdade de compreender a realidade e definir o objeto de conhecimento. Seus principais formuladores foram René Descartes (1596-1650), Baruch Espinosa (1632-1677) e Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716). O *Empirismo*, por sua vez, baseia-se na pressuposição de que todas as ideias que temos do mundo são reflexos da experiência empírica, não sendo possível estabelecer qualquer princípio antes dessa relação. Entre seus principais representantes estavam Francis Bacon (1541-1626), John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776).¹²³

É bem verdade que, olhados desse modo antagônico, Racionalismo e Empirismo parecem doutrinas inconciliáveis e esse olhar inspira certa coerência de conjunto entre seus autores referenciais situados em trincheiras opostas, o que não corresponde exatamente à dinâmica da própria historicidade das suas formulações e às ideias por eles defendidas. Estudos recentes tendem a demonstrar exatamente a heterogeneidade de posições entre autores de um mesmo grupo e possibilidades de diálogos entre os

¹²³ Ver: JAPIASSÚ, Hilton. *Dicionário Básico de Filosofia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 84.233-234; HUENEMANN, Charlie. *Racionalismo*; tradução Jacques Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012; MEYERS, Robert. *Empirismo*; tradução Marcus Penchel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

situados em uma e outra dessas matrizes de pensamento.¹²⁴ No que tange, por exemplo, às questões ligadas a religião havia algumas divergências entre os racionalistas. Descartes acreditava que os dogmas religiosos eram matéria da revelação, enquanto Leibniz defendia que eram plenamente concebíveis pela sua metafísica. Leibniz e Espinoza deram muito mais atenção às questões morais derivadas da política do que Descartes. Apenas para exemplificar o que estamos chamando de heterogeneidade de posições entre autores de um mesmo grupo.

Dizendo isso buscamos fugir de reducionismos e explicações simplistas em torno de uma temática tão complexa e da qual faremos somente breves menções, antes de passarmos efetivamente para a questão central da qual trataremos. Algo que se tornaria quase incompreensível sem esse esclarecimento anterior uma vez que Kant e Hegel buscaram também responder as perguntas acima colocadas e, evidentemente, suas contribuições no âmbito da filosofia da história não estão desprendidas de suas concepções epistemológicas e são em grande medida tributária da reflexão que lhes antecede.

Em um primeiro momento, e supondo alguma coerência de conjunto, vejamos o que caracteriza o pensamento racionalista. Para Charlie Huenemann, no *Racionalismo*, “a razão descreve tanto o que pode existir como o que pode ser pensado”. Deste princípio geral decorrem três pressupostos básicos: a) se uma coisa pode ser concebida, então ela é genuinamente possível; b) nada no universo está para além do nosso conhecimento; c) uma vez que a mente humana discirna uma relação lógica entre duas ideias, o mundo precisa também exibir uma relação similar entre as coisas que correspondem àquelas ideias. Huenemann prossegue: “em suma, o racionalismo sustenta que a mente humana possui em si a chave para a compreensão da estrutura da realidade última”.¹²⁵

Não se trata obviamente de acreditar que o ser humano é capaz de conhecer as coisas usando somente a razão e desconsiderando por completo a experiência, como que

¹²⁴ Um exemplo do que acabamos de afirmar é a controvérsia em torno do nome de George Berkeley (1685-1753). Alguns autores, como Bertrand Russel, situam-no no âmbito do racionalismo; outros, como Robert Meyers e Marilena Chauí, inserem-no entre os empiristas. Essas divergências podem acontecer e têm relação direta com a obra específica do autor tomada como objeto de análise, o que se privilegia na análise, o momento em que a análise é produzida. Tais divergências dizem muito também sobre as interfaces possíveis entre uma perspectiva e outra, conforme sinalizamos. O livro de Russel é *Os problemas da Filosofia*, escrito em 1912. Em obras posteriores o autor reviu sua posição e apontou Berkeley e Hume como representantes de um “novo empirismo”, atento e crítico ao modo como a consciência lida com os dados da realidade empírica.

¹²⁵ HUENEMANN, Charlie. *Racionalismo*; tradução Jacques Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 11.

em um exercício de imaginação livre. Longe disso! Significa a defesa da posição segundo a qual os racionalistas partem da premissa de que o modo mais apropriado para concebermos o que chamamos de *real* (visão epistemológica) e a verdade última por detrás das aparências (visão metafísica) é assumindo uma forma de conhecimento racional, inato, universal e necessário.

Tomemos como exemplo o pensamento de René Descartes que escreveu tanto sobre questões epistemológicas quanto metafísicas, nos textos *Discurso do Método* (1637) e *Meditações* (1641). A famosa citação de Descartes, contida na quarta parte do seu *discurso*, serve como síntese do que estamos tentando demonstrar. Diz o filósofo que na sua busca por determinar que “todas as coisas que haviam entrado em meu espírito não eram mais corretas do que as ilusões dos meus sonhos”, chegou a seguinte conclusão:

Percebi que, ao mesmo tempo que eu queria pensar que tudo era falso, fazia-se necessário que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, ao notar que esta verdade: *eu penso, logo existo*, era tão sólida e tão correta que as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de lhe causar abalo, julguei que podia, considerá-la, sem escrúpulo algum, o primeiro princípio da filosofia que eu procurava.¹²⁶

Nessa formulação podemos perceber que, para Descartes, o conhecimento que “entra no espírito”, que é exterior e advindo da experiência, é ilusório porque reflete simples imagens captadas pelos sentidos. Ao contrário, quando mobilizamos o pensamento, a razão, conseguimos eliminar as ideias falsas e determinar, senão a natureza das coisas como elas são, podemos notar a natureza do *ser* que pensa, e provar por esse meio a sua existência enquanto *ser pensante*. Nesse sentido, é preciso admitir que no Racionalismo as condições para que o conhecimento seja possível está no sujeito que pensa, conhece e concebe a si e ao mundo. Segundo Marilena Chauí, as ideias para Descartes são de três ordens. As *ideias adventícias*, derivadas das nossas sensações, percepções e lembranças, portanto, derivadas da experiência; as *ideias fictícias*, que são inventadas por nós, mesclando elementos da realidade existente com fatores da nossa imaginação; por fim, as *ideias inatas*, são aquelas que, ao nascer já trazemos como dado, logo não poderiam ser resultante da experiência e nem criadas pela nossa fantasia, porque antecede a tudo e está na base da nossa razão.¹²⁷

¹²⁶ DESCARTES, René. *Discurso do Método*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999. p. 62.

¹²⁷ CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 14ª edição. São Paulo, Editora Ática, 2013. pp. 90-91.

Disso decorre a necessidade de que todos os seres humanos tragam em si as predisposições para conhecer (conhecimento inato), que exista alguma relação entre pensamento e realidade (conhecimento racional), que a razão produza verdades lógicas irrefutáveis em qualquer contexto (conhecimento universal) e demonstre que as coisas são como são, semelhantes a si mesmas, sem admitir contradição (conhecimento necessário).

Utilizando um exemplo dado pelo próprio Descartes, podemos dizer que um triângulo é a representação mental, anterior à experiência e que dela prescinde, de um espaço determinado. Ainda que eu não consiga definir em toda a sua extensão o que é o espaço *em si*, parece racional que existe alguma relação entre a forma geométrica e algo maior que a conforma. Para que seja uma verdade universalmente aceita, todos os triângulos precisam ter três lados em todos os lugares e momentos. Desse modo, é necessário que o triângulo seja sempre formado por três retas para que seja considerado como tal, sob pena de que, lhe faltando ou acrescentando, deixe de ser o que é.¹²⁸

Em síntese, sobre os aspectos epistemológicos do Racionalismo, os quais nos interessam mais diretamente aqui, Huenemann assevera que os elementos comuns entre Descartes, Espinosa e Leibniz – a despeito de suas diferenças – e, que podem servir de síntese do pensamento racionalista, são as seguintes proposituras: 01) a crença em verdade *a priori*; 02) a crença na condição inata de certas ideias ou verdades; 03) a crença na capacidade humana de distinguir intelecto e imaginação.¹²⁹ E foi exatamente contra estas pressuposições que os autores ligados ao Empirismo dedicaram suas análises, ao qual comentaremos na sequência.

O Empirismo é comumente entendido como a doutrina segundo a qual o conhecimento é adquirido pelos sentidos e pela experiência. Embora isso seja verdadeiro, não traduz toda a complexidade e a heterogeneidade de posições dos seus autores. Bastaria lembrar que para Locke a existência de Deus é uma realidade, ainda que não demonstrável empiricamente, enquanto Hume é cético quanto a essa questão. Já Berkeley, ainda que acreditasse que o conhecimento deriva da experiência, assim como Locke e Hume, não postulava a capacidade de definir a existência de entidades físicas independentes da consciência humana. Sua conhecida fórmula “ser é ser percebido” é a síntese dessa posição. Desse modo, os empiristas, assim como os racionalistas, não podem ser simplesmente reduzidos a um grupo uniforme.

¹²⁸ O exemplo foi apresentado por Descartes em sua *quinta meditação*.

¹²⁹ HUENEMANN. *Racionalismo*. 2012. p. 20.

A despeito disso, Robert Meyers apresenta um quadro interessante das principais características do Empirismo, buscando contrastar com o Racionalismo. Resumidamente: a) o Empirismo contrapõe o Racionalismo naquilo que lhe é mais caro, ao negar a possibilidade de conhecimento *a priori*; b) os racionalistas não precisam afirmar que todo conhecimento é *a priori*, mas, ao afirmar que todo conhecimento é derivado da experiência os empiristas negam qualquer possibilidade de conhecimento *apriorístico*; 03) o Empirismo sustenta que, o que os racionalistas chamam de conhecimento *a priori*, são apenas conhecimentos de ordem conceitual, derivada da realidade, mas, não uma realidade independente; 04) Empirismo e Racionalismo dizem respeito a doutrinas epistemológicas e quando assim entendidos podem ser pensados de modo independente de questões metafísicas, ainda que possam também adentrar neste campo.¹³⁰

Dentre os autores empiristas aquele que melhor encarna a sua expressão e defesa é sem dúvida John Locke. O seu livro *Ensaio acerca do entendimento humano* (1690), parece ter sido escrito com o propósito de refutar os postulados racionalistas contidos nos escritos de René Descartes. Já na primeira parte, intitulada *Nem os princípios nem as ideias são inatas*, estão contidas as principais críticas, muitas vezes em tom de resposta direta, ao que havia sido sustentado pelo autor das *Meditações*. Locke se concentra inicialmente em negar a existência de ideias inatas e faz isso dizendo que não há consenso universal nem mesmo em relação a questões cotidianas e mesmo que tais consensos existissem entre pessoas de regiões diferentes do mundo seria fácil demonstrar que tal concordância derivaria da instrução que receberam e não de algo que sabiam desde o nascimento. A prova disso, para o autor, é que as crianças não carregam ideias até que convivam com quem as ensine. De forma categórica, Locke afirma que nem mesmo a ideia de Deus é inata e que o fato de se chegar a ela utilizando a razão não nos autoriza a pensar desse modo.

Anteriormente, René Descartes em sua *terceira meditação*, havia tentado avançar do “penso, logo existo” para provar a existência necessária de um ser superior que tudo criou. Em seus próprios termos:

Pelo nome de Deus entendo uma substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipresente e pela qual eu próprio e todas as coisas que são (se é verdade que há coisas que existem) foram criados e produzidos. Ora essas vantagens são tão grandes e tão importantes

¹³⁰ MEYERS, Robert. *Empirismo*; tradução Marcus Penchel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. pp. 14-15.

que, quanto mais cuidadosamente às considero, menos me convenço de que essas ideias possam haver se originado apenas em mim. E, portanto, é necessário que obrigatoriamente concluir, de tudo o que foi dito antes, que Deus existe; porque mesmo que a ideia de substância esteja em mim, pelo próprio fato de ser eu uma substância, não teria a ideia de uma substância infinita, eu que sou um ser finito, se ela não tivesse sido colocada em mim por alguma substância que fosse de fato infinita.¹³¹

Locke, por sua vez argumenta que:

Se alguma ideia pode ser imaginada inata dentre todas as outras, a ideia de Deus pode ser pensada assim, por várias razões, por julgar-se que seria difícil conceber a existência de princípios morais inatos sem a ideia inata da Divindade. Sem a noção de um legislador é impossível ter uma noção da lei e obrigação para cumprí-la. [...] Mas, se os homens tivessem em toda parte uma noção de um Deus (até que a história nos provasse o oposto), não resultaria disso que sua ideia seria inata. Apesar de nenhuma nação ter sido descoberta sem um nome, com poucas e obscuras noções acerca dele, apesar disto não podem ser comprovantes de impressões naturais na mente, do mesmo modo que os nomes do fogo, sol, calor e o número não provam que as ideias que manifestam são inatas, porque os nomes destas coisas, e as ideias delas que manifestam são inatas, porque os nomes destas coisas, e as ideias delas, são universalmente recebidos e conhecidos entre os homens.¹³²

Para Descartes a ideia de Deus (substância infinita) só poderia está presente no homem (substância finita) na forma de ideia inata, legada do próprio *criador* e esta seria uma prova de que existem tais ideias, uma vez que o ser humano por si só seria incapaz de pensar sobre tal realidade. Para Locke, no entanto, o conhecimento acerca da realidade de Deus é apenas um conhecimento demonstrativo, derivado do pensamento sobre a existência de um ser que pensa, mas, que pensa a partir de sua existência; logo, mesmo a ideia de Deus precisa da experiência de alguém que pense sobre si e deduza da sua finitude, coisas infinitas.¹³³

O ponto de destaque nesse debate é a existência de dois princípios: a razão ou consciência e a experiência ou empiria, e o modo como elas concebem o que chamamos de realidade e dela se apropriam na construção do conhecimento; entendido como o discurso sobre a realidade.

¹³¹ DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999. p. 281.

¹³² LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999. pp. 51-52.

¹³³ MEYERS. *Empirismo*. 2017. pp. 41-42.

Do lado dos racionalistas mais radicais como Descartes, o acento recai na exclusividade da razão nesse processo; do lado oposto, Locke considerava apenas a experiência como fator determinante.¹³⁴ Olhados pelo prisma de seus representantes mais antagônicos, tanto o Racionalismo quanto o Empirismo levam a problemas sem solução. O *primeiro* precisaria admitir que as verdades não são universais, porque mudam constantemente no tempo e no espaço, portanto, não geram conhecimentos necessários, racionais e em assim sendo, as ideias também não poderiam ser inatas. O *segundo*, precisaria admitir que as nossas concepções de verdade são apenas impressões sensoriais, transmutadas em percepções, que apenas se encarregam da aparência das coisas, nada revelando sobre a natureza da *coisa em si*, portanto, um conhecimento subjetivo e impreciso. Para escaparmos dessas visões radicais precisaríamos considerar o que disseram os possíveis mediadores.

Além do já mencionado Berkeley, na linha dos empiristas, outro autor que produziu reflexões que intermediam esse debate foi Leibniz, um racionalista que, assim como Descartes acreditava nas ideias inatas, mas, que dividia as possibilidades de conhecimento em duas formas primitivas: as *verdades da razão* e as *verdades de fato*, sendo as primeiras derivadas da *razão pura* e as segundas da *experiência*.¹³⁵ Observemos que, em seu livro *Novos ensaios sobre o entendimento humano*, escrito entre 1701-04 e publicado postumamente apenas em 1765, Leibniz partilha com Locke a visão de que existem níveis de conhecimento. Diz Leibniz que “além da *intuição* e *demonstração*, que constituem os dois graus do nosso conhecimento, todo o resto é fé ou opinião, e não conhecimento, pelo menos com respeito a todas as *verdades gerais*”.¹³⁶ A despeito disso, o autor admite uma terceira forma: o *conhecimento sensitivo*, ou conhecimento das formas particulares, que está um passo adiante das “opiniões” porque são “prováveis”, porém, não produzem “verdades gerais”.

¹³⁴ É assim que devemos compreender a seguinte afirmação: “Todo homem tem consciência de que pensa, e que quando está pensando sua mente se ocupa de ideias. [...] Suponhamos pois, que a mente é, como dissemos, um papel em branco, desprovida de todos os caracteres, sem nenhuma ideia; como ela será suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e ilimitada fantasia do homem pintou nela com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso repondo numa palavras: da experiência”. LOCKE. *Ensaio acerca do entendimento humano*. 1999. p. 57.

¹³⁵ LEIBNIZ, Gottfried. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. Particularmente o capítulo II do livro IV, “Os graus do nosso conhecimento”. pp. 359-372. Interessante notar que nessa obra, Leibniz resgata a tradicional forma dos diálogos, muito praticada por Platão para expor suas ideias. No texto do racionalista os diálogos se dão entre Filaleto e Teófilo.

¹³⁶ LEIBNIZ. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. 1996. p. 368.

Por outro lado, quando estabeleceu os graus de conhecimento Locke o fez de modo a parecer que fossem todos derivados unicamente da experiência. Desse modo, em Locke, havia o *conhecimento intuitivo*: quando a mente humana percebe imediatamente a concordância ou discordância entre si de duas ideias; o *conhecimento demonstrativo*: quando a mente percebe a concordância ou discordância de qualquer ideia em relação a outras, mas, não imediatamente, necessitando de provas. O conhecimento intuitivo elabora “ideias simples”, o conhecimento demonstrativo concebe as “ideias complexas”.¹³⁷ Haveria ainda uma terceira forma de conhecimento, o *conhecimento sensitivo das coisas particulares*: quando a mente relaciona ideias captadas pelos sentidos com alguma que ficou guardada na memória. Essa última parece ser a menos precisa das formas de conhecimento postulada por Locke, e que assumidamente remetem mais às questões de fé e opinião que um conhecimento propriamente dito. Para melhor dizer, o *conhecimento sensitivo* de Locke lembra muito mais as *ideias fictícias* de Descartes que falamos anteriormente.

Notemos que Leibniz toma de empréstimo a divisão e as próprias nomenclaturas utilizadas por Locke, contudo, empresta uma abordagem racionalista. Para Leibniz, mesmo o conhecimento das coisas particulares e confrontado com “objetos externos” já estão de algum modo no espírito, como ideia. Essa é a raiz do seu questionamento: “resta saber se daí podemos inferir com certeza a existência de alguma coisa fora de nós que corresponda a esta ideia”.¹³⁸ Como sabemos, Leibniz, diferente de Locke, manteve-se incrédulo quanto a uma resposta positiva a essa questão.

O empirista cético David Hume polarizou em duas as condições e formas de conhecimento. Para o filósofo escocês “todos os objetos da razão ou da investigação humanas, podem dividir-se naturalmente em dois gêneros, a saber: *relações de ideias e de fatos*”.¹³⁹ As primeiras são relações de ideias que chegaram à mente pelos sentidos e as segundas são resultados da observação empírica imediata. Aqui, ainda que haja elementos que distingam Hume e Locke, ênfases pormenorizadas as quais não nos ateremos, o suposto empirista prevalece como um dado comum.

De todo modo, talvez a principal contribuição de Hume para a teoria do conhecimento foi a negação do postulado racionalista de que existe uma relação

¹³⁷ Locke distingue as ideias simples das complexas no capítulo II da primeira parte do livro dedicados as *Ideias*.

¹³⁸ LEIBNIZ. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. 1996. pp. 369-370.

¹³⁹ HUME, David. *Investigação acerca do Entendimento Humano*. São Paulo Editora Nova Cultural Ltda, 1996. p. 47.

intrínseca de causa e efeito na realidade empírica observadas. Para o autor de *Investigação acerca do Entendimento Humano* (1748), esse tipo de relação é um postulado construído pela lógica advinda do hábito que temos de perceber certas conexões entre acontecimentos sucessivos. Hume defende que essa relação pode ser percebida a partir da experiência, contudo, jamais poderia ser determinada *a priori*. Em suas próprias palavras, diz: “ousarei afirmar, como proposição geral, que não admite exceção, que o conhecimento desta relação não se obtém, em nenhum caso por raciocínio *a priori*, porém nasce inteiramente da experiência”. De forma mais contundente e inserindo um novo dado, resume sua tese nos seguintes termos: “Em uma palavra: todo efeito é distinto de sua causa. Portanto, não poderia ser descoberto na causa e deve ser inteiramente arbitrário concebê-lo ou imaginá-lo *a priori*”.¹⁴⁰

O dado novo a ser extraído do raciocínio de Hume é que o *conhecimento analítico*, ou seja, aquele que tenta definir o ser das coisas como ela é não comporta uma relação de causa e efeito. Rompe também com a ideia de que para que algo seja verdadeiro precisa sempre ser semelhante a si mesmo. Ao dizer que o efeito é distinto da causa, está postulando que um conhecimento para ser verdadeiro precisa acrescentar algo novo, extraído da observação que, não se refira à natureza das coisas, mas, ajude a explicá-la, ou seja, produza um *conhecimento sintético*.

Foi a partir dessas inferências de Hume, as quais Kant tentou responder, que nasceu o projeto da sua obra fundamental, a *Crítica da razão pura* (1781). Considerada como uma tentativa de equilibrar as posições radicais no interior do Racionalismo e do Empirismo, superando seus limites. Nascia assim a *Filosofia crítica* kantiana, pautada em um modelo *transcendental* de análise, o que significa dizer uma forma de investigação que propõe uma “revolução copernicana” na Filosofia. No lugar da razão (como fizeram os racionalistas) e da experiência (como fizeram os empiristas) Kant desloca para o centro da sua reflexão o próprio conhecimento e as condições em que é possível conhecer.¹⁴¹

O quadro geral que expusemos até aqui, que antecede e perpassa as obras de Kant e Hegel, deve servir para melhor situar os referidos autores, sobre os quais

¹⁴⁰ HUME. *Investigação acerca do Entendimento Humano*. 1996. p. 49-50. 51.

¹⁴¹ Kant descreve o objetivo da sua obra nos seguintes termos: “A tarefa desta crítica da razão especulativa consiste neste ensaio de alterar o método que a metafísica até agora seguiu, operando assim nela uma revolução completa, segundo o exemplo dos geômetras e dos físicos. É um tratado acerca do método, não um sistema da própria ciência; porém, circunscreve-a totalmente, não só descrevendo o contorno dos seus limites, mas também toda a sua estrutura interna”. KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução Manuela Pinto dos Santos, 5ª edição. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 23.

acrescentaremos apenas o essencial sobre suas concepções epistemológicas como forma de aproximar do debate que nos interessa em suas obras.

Kant mantém a fundamentação do conhecimento em dois tipos: conhecimentos *a priori* e *a posteriori*, a partir dos quais se torna possível extrair juízos *analíticos* e *sintéticos*. Juízos analíticos são sempre *a priori* (antes da experiência) e precisam produzir verdades universais. Juízos sintéticos são sempre *a posteriori* (depois da experiência) e tratam de coisas particulares. Nisso Kant está apenas seguindo o que já havia sido proposto por racionalistas e empiristas, embora de modo conciliatório. Diz ele que “Em relação ao objeto de todos os nossos conhecimentos da razão, alguns filósofos foram simplesmente *sensualistas*, outros simplesmente *intelectualistas*”. Kant percebe certa permanência desse antagonismo ao longo da história e afirma que “Aristóteles pode considerar-se o chefe dos *empiristas* e Platão o dos *noologistas*. Locke, que nos tempos modernos seguiu o primeiro, e Leibniz, que seguiu o segundo [...] não puderam, nesta controvérsia, chegar ainda a nenhuma solução”.¹⁴² A Filosofia crítica kantiana, portanto, surge como proposta de solução desse antagonismo, embora mantenha como base a natureza humana a partir da dupla percepção da realidade sensório-intelectual.

Ao distinguir conhecimento puro de empírico, Kant afirma: “Não resta dúvida de que todo o nosso conhecimento começa pela experiência [...]. Se, porém, todo o conhecimento se inicia com a experiência, isso não prova que todo ele derive da experiência”.¹⁴³ Aqui já notamos um afastamento em relação ao Empirismo. Para Kant a experiência não é a única forma de aquisição de conhecimento, mas, uma oportunidade de sua manifestação.

Vejamos através de um exemplo que clarifique as definições kantianas. Quando digo que um livro contém palavras, não estou acrescentando nada de novo sobre esse objeto tão conhecido dos seres humanos, embora o fato de conter palavras seja um dado intrínseco do ser do livro. Afirmando algo, mas, não agrego conhecimento. Nesse caso estou produzido um conhecimento analítico. Quando digo que o livro é volumoso, atribuo uma característica, um adjetivo; estou inserindo um dado novo ao objeto livro que o distingue dos demais e o torna singular. Agregando conhecimento, mas, ainda não explico. Nesse caso, trata-se de um conhecimento sintético. Quando digo que o livro contém palavras, eu não preciso ter a experiência do livro para saber disso, basta

¹⁴² KANT. *Crítica da razão pura*. 2001. p. 854.

¹⁴³ KANT. *Crítica da razão pura*. 2001. p. 01.

acreditar que todos os livros são portadores desse atributo. Daí que todo conhecimento analítico é também *a priori* e produz verdades que se querem aceitas por todos. Contudo, para dizer se o livro é de fato volumoso devo observá-lo, ter a experiência do livro. Desse modo posso extrair um juízo sintético *a posteriori*.

Todavia, Kant vai além e postula a possibilidade de construir um conhecimento sintético *a priori*, ou seja, que preserve a capacidade de agregar conhecimento prescindindo da experiência. Vejamos: quando digo que todos os livros ocupam lugar no espaço ou que todos os livros que existem foram escritos em algum momento estou introduzindo um conhecimento sintético *a priori*. Não preciso conhecer todos os livros do mundo para saber que espaço e tempo são dimensões da realidade que conformam a nossa relação com as coisas. No entanto, espaço e tempo, junto com as categorias, pertencem à determinada realidade que a nossa sensibilidade e intuição não são capazes de compreender. Porque se referem às *coisas em si*, ao *nôumeno*. Somos capazes de perceber tais realidades apenas através de algo que se apresente aos nossos sentidos ou consciência. Como quando vemos uma prateleira repleta de livros, todos com suas respectivas datas de publicação e eventuais marcas de leitura, tudo isso nos remete a algo além da sua aparência, mas, tudo que conseguimos ver é o *fenômeno*, ou a coisa como ela se manifesta.

Se nosso exemplo do livro não expressa a ideia complexa de Kant, talvez algo dito pelo próprio filósofo ajude a demonstrar. Acreditamos que os *imperativos categóricos* podem ser pensados, segundo o modelo kantiano, como sínteses *a priori*, uma vez que são “determinados pela razão”, “seguindo um princípio de uma vontade”, não se relacionam com a matéria das coisas e são a expressão da universalidade da lei moral. Desse modo:

Uma vez que a universalidade da lei, segundo a qual certos efeitos se produzem, constitui aquilo a que se chama propriamente *natureza* no sentido mais lato da palavra (quanto à forma), quer dizer a realidade das coisas, enquanto é determinada por leis universais, o imperativo universal do dever poderia também exprimir-se assim: *age como se a máxima da tua ação se devesse tornar, pela tua vontade, lei universal da natureza.*¹⁴⁴

¹⁴⁴ Os destaques no texto são do próprio autor. KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*; Tradução Paulo Quintela. Rio de Janeiro: Edições 70, 1986. p. 59.

Podemos concluir que o *imperativo categórico* era uma forma de verdade universal, sintética e apriorística que devia nortear a ação dos indivíduos independente das circunstâncias.

Assim como o tempo e o espaço, Kant acreditava que era possível chegar a *conceitos puros* ou *categorias* (conforme nomeou Aristóteles) que explicassem a realidade das coisas produzindo *sínteses apriorísticas*.¹⁴⁵ Seriam elas 12 categorias distribuídas em quatro ordem: *Quantidade* (unidade, pluralidade e totalidade), *Qualidade* (realidade, negação e limitação), *Relação* (inerência e substância, causalidade e dependência, reciprocidade entre agente e paciente), *Modalidade* (possibilidade-impossibilidade, existência - não-existência e necessidade-contingência).¹⁴⁶

No livro *Crítica da razão pura*, Kant utiliza basicamente exemplos da Geometria e da Aritmética para tentar explicar as categorias e a capacidade que elas têm de gerar juízos sintéticos *a priori*. Em outras de suas obras buscou afirmar esse modelo, como na Filosofia Moral, em *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785) e *Crítica da razão prática* (1788); na Política, com *A paz perpétua* (1795) e na Filosofia do Direito, em *Metafísica dos costumes* (1797), para dar alguns exemplos. Em *Ideia de uma História universal de um ponto de vista cosmopolita*, um opúsculo escrito três anos após a *Crítica da razão pura*, Kant emprega algumas das suas categorias, relacionando-as à História. Mais adiante teremos oportunidade de especificar o que estamos afirmando.

Resta, por fim, comentarmos alguns aspectos da epistemologia hegeliana. As teses de Hegel são de uma complexidade enorme e não cabem nos breves comentários que faremos, porém, para o nosso objetivo imediato, importa dizer que foi este filósofo que introduziu de fato a perspectiva histórica no processo de construção racional do conhecimento. Isto distingue o hegelianismo como um *sistema* próprio e novo na história da Filosofia.¹⁴⁷

Para Roberts Sinnerbrink, assim como para a maior parte dos comentadores de Hegel, é correto afirmar que o sistema filosófico hegeliano, sobretudo a partir do livro

¹⁴⁵ KANT. *Crítica da razão pura*. 2001. p. 102.

¹⁴⁶ KANT. *Crítica da razão pura*. 2001. pp. 106-107.

¹⁴⁷ Em Filosofia costuma-se utilizar o termo *sistema* para designar um conjunto de pensamentos, teses e doutrinas que se articulam e formam uma unidade teórica. É, portanto, mais amplo e complexo que as teorias. Quando se fala em *sistema hegeliano* diz-se do conjunto de suas teorias sobre os vários temas tratados em sua obra filosófica. JAPIASSÚ, Hilton. *Dicionário Básico de Filosofia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 255

Fenomenologia do espírito (1807), é uma tentativa de levar adiante as ideias de Kant, assim como superar algumas das limitações da *Crítica da razão Pura*, as quais há tempos já viam sendo discutidas.¹⁴⁸ Entre os distanciamentos dos dois autores podemos destacar que Kant não postulava um conhecimento das coisas *em si*, algo que o *Espírito Absoluto* de Hegel tenta concretizar; a ancoragem do progresso da liberdade no próprio movimento dialético da História e não apenas em categorias do entendimento é outro diferencial, além da cisão subjacente nas teses kantianas entre sujeito e objeto, enquanto para Hegel essa relação se concretiza em etapas do crescimento em que o Espírito progride da sua expressão *subjética* (conhecimento particular do indivíduo) para um segundo momento *objetivo* (conhecimento das coisas como elas se apresentam para a consciência) até atingir a sua forma mais elevada como Espírito absoluto (conhecimento da totalidade). Essa tentativa de fundir sujeito e objeto numa mesma compreensão, já havia sido iniciada por Fichte e Schelling, Hegel a aprofundou.¹⁴⁹

O Sistema de Hegel admite algumas divisões nas quais as inúmeras obras do autor podem ser inseridas. Segundo José Nicolao Julião:

O Sistema da Ciência hegeliano está, portanto, dividido ou composto em três partes ou programas, isto é, em uma Lógica, uma Filosofia da Natureza e uma Filosofia do Espírito que estão sistematicamente interligadas constituindo uma Totalidade. Essas partes, por sua vez, estão também subdivididas cada uma delas em três partes que sucessivamente vão se subdividindo, no mais das vezes, ainda em três, em um encadeamento dialético até atingir o Absoluto, realizando de forma semelhante à estrutura geral do Sistema.¹⁵⁰

Nos dizeres de Nicolao Julião, “para Hegel, então, a filosofia é histórica e a história é filosófica, no sentido de uma *Weltgeschichte* [História Universal] compreendida como progresso na consciência da liberdade”.¹⁵¹ E foi exatamente enquanto “progresso na consciência da liberdade” que a História foi pensada no *sistema hegeliano*.¹⁵²

¹⁴⁸ No capítulo “Desafios céticos e o desenvolvimento do idealismo alemão”, Dudley apresenta uma boa discussão sobre as críticas seguidas de debates entre Heinrich Jacobi (1743-1819), Karl Leonhard Reinhold (1757-1853), Gottlob Ernst Schulze (1761-1833) em torno das teses kantianas. DUDLEY, Will. *Idealismo Alemão*; tradução Jacques Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. pp. 76-107.

¹⁴⁹ SINNERBRINK, Robert. *Hegelianismo*; tradução Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

¹⁵⁰ JULIÃO, José Nicolao. *Reflexões filosóficas sobre a história: Agostinho, Hegel e Nietzsche*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019. pp. 97-98.

¹⁵¹ JULIÃO. *Reflexões filosóficas sobre a história*. 2019. p. 92.

¹⁵² “A história do mundo é o avanço da Liberdade, porque ela é o avanço da autoconsciência do Espírito”. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, 1770-1831. *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da*

Salvo melhor juízo, acreditamos ser a partir dessa história universal que se apresenta como o progresso do espírito (subjetivo, objetivo e absoluto) em sua busca pela autorrealização que podemos encontrar o movimento histórico da razão ou o sentido da história em Hegel. Mais adiante, momento em que discutiremos especificamente algumas das obras hegelianas, e com a ajuda de seus comentadores, esperamos aclarar melhor o complicado mundo dos conceitos apresentados pelo autor de *Lições sobre a filosofia da história universal*, na medida em que eles nos permitam compreender a sua Filosofia da História.

CAPITULO II

O sentido dos acontecimentos históricos: Kant, Hegel e Droysen.

Até aqui tentamos resumir as teorias do conhecimento mais influentes na história da Filosofia ocidental, as teses racionalistas, empiristas e as levadas a curso pelos autores ligados ao Idealismo alemão. Assumindo de antemão o simplismo das sínteses acima expostas, a necessidade dessa exposição nos parece explícita: não temos como pensar a fundamentação do conhecimento histórico, seja nas Filosofias ou nas Teorias da História, sem compreendermos minimamente o modo como a história do conhecimento se deu nos séculos que antecederam essa discussão, dado o imbricado das teses sobre história com suas epistemologias ou sistemas. Diante disso, cremos que agora podemos proceder à exposição das Filosofias da História de Kant e Hegel, entrecruzando com as teses droyseneanas.

Nesse ponto cabe um esclarecimento sobre o que estamos chamando de *sentido*. Estevão Martins nos lembra que já há muito tempo os historiadores refutaram a ideia de história como processo em si mesmo e que contemporaneamente:

“Sentido” pode significar, todavia, que a realização temporal do mundo humano é interpretada (ou interpretável) no *esquema da subjetividade*. Mudanças aparecem como sendo devidas a uma intenção, como causadas por uma vontade teleológica obedecendo a razões. O conceito de sentido estaria assim intimamente vinculado ao de intencionalidade e de teleologia que caracterizam a ação humana como atividade de um sujeito pensante e reflexivo. “Sentido” possui, por conseguinte, uma *conotação teleológica*. A história é entendida como submetida a um fim (bem entendido: posto, não necessário), as mudanças temporais no passado são vistas e representadas na perspectiva de um determinado direcionamento, ao qual o agir humano presente pode ser referido intencionalmente.¹⁵³

A definição de Rezende Martins parece vir ao encontro das diferenças e permanências de que falam D’Assunção Barros e Nicolao Julião, lembradas no início do primeiro capítulo, por isso nos parece também pertinente para pensarmos a questão do sentido histórico na passagem das Filosofias para as Teorias da História; a mudança do sentido intrínseco para o construído.

¹⁵³ MARTINS, Estevão de Rezende. Sentido da história: significado e implicações culturais. In. *Teoria e Filosofia da História: contribuições para o ensino de História*. Curitiba: W & A Editores, 2017. p. 111.

O que conecta a discussão anterior a esta que agora nos dedicaremos é que, alguns filósofos sentiram a necessidade de confirmar suas teorias sobre o conhecimento à luz dos acontecimentos históricos. Isso fez emergir, sobretudo a partir do século XVIII, um conjunto de textos onde podemos localizar as Filosofias da história. E aqui nos interessa particularmente resgatar o problema se seria possível haver algum sentido inerente aos acontecimentos e como postular tal sentido.

Evidentemente que as Filosofias da história não nascem no século XVIII.¹⁵⁴ Segundo Remo Bodei, desde a Antiguidade, por exemplo, Políbio pensava na possibilidade de uma história universal, no contexto do império romano, em que o acaso prevalecia e a causalidade recaía sobre escolhas políticas. Na tradição cristã, que tem Agostinho como representante, o sentido seria garantido pela ação da Providência Divina na história; esse modelo perpassa todo o período medieval, chegando até a modernidade, na obra de Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704). Foi apenas a partir de Giambattista Vico e sua *Ciência Nova* (1725/44) que a história passaria ao domínio da razão.¹⁵⁵ Evidentemente que isso não significa uma evolução e um rompimento por completo com modelos anteriores.¹⁵⁶ Admite-se a coexistência dessas várias formas de interpretação histórica em vários momentos. Contudo, a partir do século XVIII, segundo Olinto Pegoraro, a maioria dos autores de origem britânica, francesa e alemã dedicou-se à reflexão filosófica sobre a história orientando-se notadamente pelo princípio da *Providência* da razão, com ênfase em dois princípios fundamentais: a liberdade e o progresso.¹⁵⁷

¹⁵⁴ O que surge nesse período é a expressão “Filosofia da história” que aparece pela primeira vez nas obras do filósofo francês Voltaire (1694-1778), *Ensaio sobre os Costumes* (1756) e no *Dicionário Filosófico* (1764). Contudo, as narrativas sobre o sentido da história são muito mais antigas. Até mesmo o significado da expressão no autor francês ainda não tem o sentido crítico que adquiriu com Herder, Kant e Hegel. Costuma-se considerar o livro *Também uma Filosofia da História para a Formação da Humanidade: uma contribuição a muitas contribuições do século* (1774) de Herder, como o primeiro livro nesse formato a se colocar com uma proposta de formação (Bildung) dos cidadãos. Ver: BACHUR, João Paulo. Filosofias da História e Teoria da Revolução: Progresso e Utopia, Dominação e Emancipação. *Revista Brasileira de Direito*, Passo Fundo, vol. 15, n. 2, p. 134-172, Maio-Agosto, 2019.

¹⁵⁵ BODEI, Remo. Modelos. In. *A História tem um sentido?* Tradução Reginaldo Di Piero. Bauru, SP: Edusc, 2001. pp. 17-59.

¹⁵⁶ Exemplo do que estamos afirmando é que Vico, mesmo se dispondo a pensar a história humana racionalmente vale-se da Providência como elemento central. “Ao longo da presente obra se demonstrará ser essa a verdadeira natureza do homem, existindo, pois, um direito natural. Dessa conduta da Providência divina incube-se, maximamente, de discorrer essa Ciência, correspondendo a ela, sob este aspecto, a uma verdadeira teologia racional da Providência divina”. VICO, GIAMBATTISTA. *Princípios de uma Ciência Nova*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2005. p. 08.

¹⁵⁷ PEGORARO, Olinto. *Sentidos da história: eterno retorno, destino, acaso, desígnio inteligente, progresso sem fim*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. pp. 131-191.

Em substituição à ideia de *Providência* Kant prefere falar em “plano oculto da natureza” como meio de interpretar o fio condutor das “ações humanas”.¹⁵⁸ Kant não especifica o que seria esse plano, daí a necessidade de cotejar em outras das suas obras o que ele concebia por “natureza” para que, por analogia, possamos compreender melhor essa proposição.

Em sua tese sobre o conceito de natureza em Kant, o filósofo Carlos Moisés de Oliveira nos oferece algumas possibilidades analíticas. Diz o autor que inicialmente Kant apresenta três definições: a primeira, na *Crítica da razão pura* (1781), natureza é pensada pela relação “mecânico-causal” e apresenta a relação entre entendimento e fenômeno a partir da ideia de causa e efeito, permitindo à ciência moderna a previsão de certos acontecimentos (causalidade mecânica). Na *Crítica da razão prática* (1788), natureza é entendida como entidade “suprassensível”, com leis independentes das leis da física (causalidade por liberdade). Na *Crítica da faculdade do juízo* (1790), toma lugar uma junção das duas primeiras definições (mecânico-causal e suprassensível) e a natureza passa a ser vista como “totalidade orgânica” através de juízos reflexivos.¹⁵⁹

A tese de Oliveira se concentra exatamente na possibilidade de pensar um quarto conceito que, abarcando as características dos três anteriores, exponha de modo mais acentuado a complexidade da relação homem-natureza na obra de Kant. A Hipótese de um quarto conceito assenta-se na conhecida afirmação, retirada de *À paz perpétua* (1795), de que o proporciona a garantia de paz “é nada menos que a grande artista natureza em cujo curso mecânico transparece visivelmente a finalidade de fazer prosperar a concórdia pela discórdia dos homens”. Ainda que não nomeie ou afirme categoricamente um quarto conceito de natureza, a exposição de Oliveira deixa claro que este tem uma intrínseca relação com o que Kant nomeou de “plano da natureza” no texto de 1784. As leis da natureza em conflito com a liberdade humana, englobando todos os fenômenos e determinando o sentido da história.¹⁶⁰

¹⁵⁸ Kant, a bem da verdade, usa as duas expressões como sinônimos, como podemos ver na única vez que o termo é mencionado no texto. “Uma tal justificação da natureza – ou melhor, da Providência – não é um motivo de pouca importância para escolher um ponto de vista particular para a consideração do mundo”

¹⁵⁹ OLIVEIRA, Carlos Moisés de. *Análise do conceito de Natureza em Kant*. 231 f. Tese de doutorado em Filosofia. Natal, RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. p. 14.

¹⁶⁰ Esse modo de conceber o “plano da natureza” kantiano nos parece mais acertado do que as explicações que tentam reduzir as filosofias da história como simples laicização de teses religiosas, como o fez Karl Löwith (1897-1973). Evidente que o pensamento religioso era uma nota bastante sentida na formação desses autores, quase todos teólogos de formação, contudo, e, pelo menos no caso de Kant e Hegel, seria uma redução pensar as suas formulação por um prisma tão simplório. LÖWITH, Karl. *O sentido da história*; tradução Maria Georgina Segurado. Lisboa: Edições 70, 1991.

Passemos então à análise do próprio texto de Kant, distribuídos em nove proposições, a fim de extrairmos o significado do seu conteúdo. Partiremos da versão brasileira do texto traduzida por Ricardo Naves e Ricardo Terra, destacando e comentando as sínteses elaboradas pelo próprio Kant.¹⁶¹

Primeira Proposição. *Todas as disposições naturais de uma criatura estão destinadas a um dia se desenvolver completamente e conforme um fim.* Evidencia-se nessa primeira *ideia* pelo menos três pontos centrais: as “disposições naturais”, ou seja, aquilo que a natureza dotou os humanos e que os torna distintos de outros seres vivos; a ênfase na noção do desenvolvimento, traço marcante da influência iluminista que Kant transpôs para suas obras; e a ideia de *finalidade*, que é parte do resgate da teoria das quatro causas de Aristóteles, um dos autores que mais estão presentes tanto na obra de Kant quanto de Droysen.¹⁶²

Segunda Proposição. *No homem (única criatura racional sobre a Terra) aquelas disposições naturais que estão voltadas para o uso de uma razão devem desenvolver-se completamente apenas na espécie e não no indivíduo.* Aqui tomamos conhecimento da “disposição natural” mais importante do ser humano: a racionalidade. Kant era um defensor ardoroso de que a história da humanidade é racional, algo como “o motor da história é a razão”. Isso o distinguia de Hegel, para quem a história também admite as paixões, os vícios, violências, os interesses particulares, etc.¹⁶³ Também entendemos o princípio “universal” da ideia de história kantiana: a história é racional e uma realização da espécie, do todo, não do indivíduo. Isso implica também que uma geração deve aprender com as anteriores visando extrair daí algum aprendizado histórico.

Terceira Proposição. *A natureza quis que o homem tirasse inteiramente de si tudo o que ultrapassa a ordenação mecânica de sua existência animal e que não participasse de nenhuma felicidade ou perfeição senão daquela que ele proporciona a si mesmo, livre do instinto, por meio da própria razão.* Nesse trecho, Kant afirma que a

¹⁶¹ KANT, Immanuel. *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita*. Organização Ricardo Terra; tradução Rodrigo Naves. 3ª Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. pp. 05-22.

¹⁶² Aristóteles (384-322 a.C) havia definido quatro causas, a saber: *Causa Material*, do que o objeto é feito, qual o seu “substrato”. *Causa Formal* ou o que dá forma (substância) ao objeto, qual a sua essência. *Causa Eficiente*, ou quem dá a forma ao objeto, qual a sua origem. *Causa Final*, porque o objeto foi feito, princípio da finalidade. Essa discussão pode ser encontrada no livro I da obra *Metafísica*, de autoria do filósofo estagirita.

¹⁶³ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*; tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 306.

“natureza humana” é distinta da “natureza mecânico-causal” – para lembrar a expressão de Oliveira acima referida – e que mesmo pertencendo a uma existência animal, a *finalidade* da razão é dotar o homem da capacidade de buscar a felicidade e a perfeição através da sua autolibertação. Uma busca que faz com que a história humana seja também a história do progresso da liberdade.

Quarta proposição. *O meio de que a natureza se serve para realizar o desenvolvimento de todas as suas disposições é o antagonismo delas na sociedade, na medida em que ele se torna ao fim a causa de uma ordem regulada por leis desta sociedade.* O princípio norteador dessa *ideia* revela o pensamento político liberal de Kant. O antagonismo faz com que os homens cultivem uma “inveja competitiva” que não os deixa estagnar. “O homem quer a concórdia, mas a natureza sabe mais o que é melhor para a espécie: ela quer a discórdia”. A busca pela honra, pela conquista, por reconhecimento é o que faz com que o indivíduo avance e a humanidade como um todo também progrida. Porém, essa competitividade precisa ser “regulada”. Eis a necessidade da sociedade civil e suas leis.

Quinta Proposição. *O maior problema para a espécie humana, a cuja solução a natureza a obriga, é alcançar uma sociedade civil que administre universalmente o direito.* **Sexta Proposição.** *Este problema é, ao mesmo tempo, o mais difícil e o que será resolvido por último pela espécie humana.* **Sétima Proposição.** *O problema do estabelecimento de uma constituição civil perfeita depende do problema da relação externa legal entre Estados, e não pode ser resolvido sem que este último o seja.* Reunimos a quinta, sexta e sétima proposição porque tratam da questão central do texto: como pensar uma história universal de um ponto de vista efetivamente cosmopolita? Os caminhos apontados por Kant vão da já conclamada obrigatoriedade de se fundar uma sociedade civil pautada em leis justas, passando pela necessidade dos homens terem meios de fazer cumprir as leis (sabendo que irão descumprir) instituídas numa *constituição civil*, além de buscarem o acordo entre os vários Estados para que a humanidade saia de fato do “Estado de leis dos selvagens” (creio que podemos falar aqui de “estado da natureza”) para se fundar uma “federação de nações”. Esse regime universal carece que se estabeleçam os consensos baseados na igualdade, na liberdade e em princípios morais que não excluam o direito à diferença. Aqui o “cosmopolita” faz o contraponto e, ao mesmo tempo, complementa a dimensão “universal” da história humana sob a condução dos Estados.

A sétima proposição é a mais longa de todas. É sobre ela que Kant tece os maiores comentários e evoca mais autores em seu auxílio. Parece querer conciliar a justificativa de Locke e Hobbes para o Estado regulador da “natureza humana” com a crença de Rousseau na civilização do homem via Educação moral. Aliás, o filósofo francês é citado duas vezes nessa proposição. Esse é o desafio maior da *Filosofia da história* kantiana, tentar equilibrar suas teses, em parte *racionalistas*, sobre a natureza humana, sobre as leis da natureza e da história com o componente *empírico* do conflito, dos antagonismos, da inveja, das guerras. Esse problema ainda ocuparia as páginas de *Fundamentação da Metafísica dos Costumes e À Paz Perpétua*. Poderíamos dizer que o pensamento de Kant em todas essas obras se pauta por um princípio que hoje nomearíamos como solução pacífica dos conflitos.¹⁶⁴

Oitava Proposição. *Pode-se considerar a história da espécie humana, em seu conjunto, como a realização de um plano oculto da natureza para estabelecer uma constituição política (Staatsverfassung) perfeita interiormente e, quanto a este fim, também exteriormente perfeita, como o único estado no qual a natureza pode desenvolver plenamente, na humanidade, todas as suas disposições.* Essa penúltima proposição é a que mais tem chamado atenção dos comentadores da Filosofia da história de Kant e muito se tem especulado sobre o que seria essa imprecisa noção de “um plano oculto da natureza” que se realiza através das *ações humanas*. Nos anos de 1930 Robin Collingwood viu nessa expressão certa maneira de usar “linguagem mitológica” para explicar a história.¹⁶⁵ Mais adiante, nos anos de 1950, Patrick Gardiner entendeu como a impossibilidade dos homens, apesar de racionais, executar seus próprios planos.¹⁶⁶ No entanto, nos parece mais acertada e condizente com o pensamento kantiano a afirmação

¹⁶⁴ Em texto recente Jörn Rüsen apresentou a Filosofia da história de Kant como uma “narrativa-mestra” eficaz para pensar a identidade ocidental nesse contexto de globalização. No entanto, fez isso, a nosso ver, em bases nitidamente eurocêntricas ao desconsiderar elementos históricos que contrariam a possibilidade de pensar uma “história universal de um ponto de vista europeu”, por assim dizer. Esse “ponto” fica ora subentendido ora explícito no texto de Rüsen. Que Kant tenha dito que a sua parte do mundo (Europa) “provavelmente um dia dará [daria] as leis a todas as outras”, em sua *nona proposição*, é compreensível à luz do seu contexto e visão de história. Defender tal proposta atualmente como ainda viável nos parece bastante descabido. Ver: RÜSEN, Jörn. Seguindo Kant: ideia europeia de história universal com propósito intercultural. In. *Cultura Faz Sentido: orientações ente o ontem e o amanhã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. pp. 17-34. A leitura de Rüsen já mereceu alguma resposta, como veremos mais adiante. Ver: PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr/jun. 2018. pp. 102-104.

¹⁶⁵ COLLINGWOOD, R.G. KANT. In. *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1946 [1938]. p. 138.

¹⁶⁶ GARDINER, Patrick. KANT. In. *Teorias da História*; tradução Vitor Matos e Sá. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964 [1957]. p. 57.

de que “o sentido da história é algo de possível e de ideal” e que natureza, como referida na oitava proposição significa “alternativas e não predeterminação”.¹⁶⁷

O que a natureza exige do homem é que ele crie uma “constituição política” internacional (exteriormente) perfeita a semelhança da nacional (interiormente). Por isso Kant diz que a oitava proposição “é decorrente da anterior”, a que fala da lei nascida da “liberdade entre Estados vizinhos” e que é o ser humano (“por seu esforço”) que encarna os meios para que “saia do estado caótico em que se encontram as relações entre os Estados”. Não há nada de mitológico ou indeterminado. Ainda que haja para cumprir um “plano da natureza”, do qual, aliás, o homem é parte e o faz usando de sua liberdade e esforço.

Nona Proposição. *Uma tentativa filosófica de elaborar a história universal do mundo segundo um plano da natureza que vise à perfeita união civil da espécie humana deve ser considerada possível e mesmo favorável a este propósito da natureza.* A ideia aqui esboçada é autoevidente. Trata-se de uma “tentativa filosófica”, ou seja, uma formulação especulativa sobre “um fio condutor” assentado em base *a priori* que possa dá sentido à história. O próprio Kant confessa que não poderia escrever uma história com base empírica e que tomar sua “ideia de uma história do mundo” dessa maneira seria uma incompreensão do seu propósito. Podemos afirmar, portanto, que Kant tem ciência de que o que ele estava fazendo é o que denominamos como Filosofia da história. Inclusive o autor faz uso, no texto, da diferença entre *Geschichte* (processo histórico) e *Historie* (conhecimento histórico) já corrente no seu tempo.

Apesar de Kant confessar os limites das suas proposições, não nos parece infrutífero o exercício que ele elabora. Tanto é assim que seu texto influenciou gerações de historiadores. E se as “cabeças muito versadas em história” puderam escrever a História (*Historie*) não o fizeram sem se valer das “cabeças filosóficas”. É o que vamos tentar demonstrar com um breve quadro comparativo entre as proposições kantianas e algumas formulações droyseneanas.

Sobre a importância de Kant para o pensamento histórico, o próprio Droysen dá testemunho disso em um texto de 1842, intitulado *Sobre a história intelectual alemã de Kant a Schleiermacher*.¹⁶⁸ Nesses breves comentários introdutórios aos seus cursos,

¹⁶⁷ TERRA, Ricardo Ribeiro. *Algumas questões sobre a Filosofia da história em Kant*. 3ª Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 49.

¹⁶⁸ DROYSEN. Über die Deutsche Geistesgeschichte von Kant bis auf Schleiermacher (1842). In. *Historik*. Vol. 2: Texte im Umkreis der Historik (1826–1882), editado por Horst Walter Blanke, Stuttgart, Frommann- Holzboog, 2007. pp. 203-224.

ainda em Kiel, Droysen fala da contribuição de vários intelectuais alemães (filósofos, teólogos, literatos e historiadores) e ressalta Kant como o que trouxe para as ciências a premissa correta de que somos livres. Segundo Droysen, o resumo do pensamento do autor das *Críticas* seria esse: “eu sou livre, este é todo o resultado da filosofia kantiana”. [Ich bin frei, das ist das ganze Resultat der Kantischen Philosophie]. E segue afirmando que nem a natureza, nem qualquer homem, nem o próprio Deus é capaz de qualquer coisa contra essa liberdade da vontade que marca o espírito do homem livre.¹⁶⁹ Isso equivaleria como, assevera Droysen, ao “*penso, logo existo*” da filosofia kantiana.

Na primeira versão das suas prelações, datada de 1857, a que recebe o subtítulo de *Reconstrução da primeira versão completa dos manuscritos*, Droysen também reserva um lugar de destaque para os autores ligados ao Esclarecimento (*Aufklärung*). Teria sido no interior desse movimento e, sobretudo a partir de Lessing e Kant, que as ideias de *humanidade, liberdade e progresso* foram aprimoradas e puderam ser utilizadas na compreensão histórica (*historisches Verständnis*). Droysen mais uma vez elogia os textos de Kant e diz que sua filosofia causou uma profunda agitação e influenciou a Herder, Schiller e Humboldt.¹⁷⁰ Este último, Droysen celebra como o principal fundador da ciência histórica (*Wissenschaftslehre der Geschichte*) e continuador da filosofia kantiana.¹⁷¹

A historiadora Renata Sammer, em um belo trabalho sobre a influência da ética aristotélica e, conseqüentemente, da Moral kantiana na Teoria da História de Droysen nos apresenta alguns pontos comuns entre os autores da *Crítica da razão pura* e da *Historik*. Diz a autora que:

Transposta à teoria da história, a interpretação droyseana da filosofia kantiana nos diz: 1) a natureza humana é simultaneamente sensório e espiritual; 2) as categorias a priori de espaço e tempo organizam as nossas percepções sensíveis. Assim, Droysen acompanha o raciocínio kantiano, identificando, além da dupla-natureza humana, o espaço e o tempo como formas a priori a partir das quais organizamos nossas intuições.¹⁷²

¹⁶⁹ DROYSSEN. *Über die Deutsche Geistesgeschichte von Kant bis auf Schleiermacher*. p. 207.

¹⁷⁰ Em seguida, seguiram-se alguns ensaios altamente instrutivos de Kant e, além disso, toda a agitação profunda da filosofia kantiana, que continuou em Herder, em Schiller, em Humboldt. [Dann folgten einige höchst lehrreiche Aufsätze von Kant, und was mehr war, die ganze tiefe Anregung der Kantischen Philosophie, die dann in Herder, in Schiller, in Humboldt weiter gewirkt hat]. Droysen. *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung aus den Handschriften. p. 50

¹⁷¹ Droysen. *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. p. 53

¹⁷² SAMMER, Renata. *A Ética Historista de Johann Gustav Droysen*. Rio de Janeiro, 2012. 141f. (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. p. 29.

São algumas possibilidades de pensar aproximações do pensamento histórico droyseneano com a filosofia kantiana. Poderíamos ainda acrescentar a lista de similaridade a influência da Ética aristotélica na obra de ambos os autores; a manutenção da divisão do conhecimento em três disciplinas: ética, física e lógica, como faziam os gregos antigos, o que no caso de Droysen é crucial para estabelecer a diferença entre o método histórico, o físico e o filosófico; bem como ideias mais difusas, como uma noção coletivista de história, certo apelo ao progresso, a autorrealização do homem como indivíduo livre e uma concepção de história amparada em finalidades.¹⁷³

No que diz respeito especificamente à maneira de conceber o conhecimento, de modo bastante próximo à filosofia transcendental kantiana, Droysen afirma e define a dupla capacidade humana para conhecer nos seguintes termos:

Esta fuertemente perfilada duplicidad del ser humano fundamenta los grandes ámbitos de los conocimientos científicos que elabora el espíritu humano. Teniendo en cuenta la esencia espiritual-sensórea de nuestro yo, estos conocimientos pueden tomar su punto de partida o bien en el lado sensorial o bien el aspecto espiritual; pueden ser o bien empíricos o bien especulativos, es decir, o bien de tal manera que el espíritu se dirige observando e investigando hacia el mundo exterior o de modo tal que el yo pensante se aprehende y se profundiza a sí mismo en la plenitud del contenido que ha adquirido.¹⁷⁴

Pelo excerto acima, nota-se que Droysen estava trabalhando, em um nível elementar, com a revolução conciliatória empreendida por Kant, ressaltando os aspectos sensórios (empíricos) e intelectuais (racionais) da capacidade humana de produzir conhecimento. Embora, como fora ressaltado por Droysen, isto signifique apenas “o ponto de partida” para um conhecimento mais elaborado.

Quanto aos conceitos de espaço e tempo, centrais na análise histórica, Droysen os reconhece como conformadores da capacidade humana de apreender a realidade. No entanto, gostaríamos de chamar atenção para uma sutil diferença no modo como os autores compreenderam estes conceitos. Na perspectiva droyseneana, as concepções do espírito humano em sua relação criativa com o mundo se apresentam nos seguintes termos:

¹⁷³ SAMMER. *A Ética Historista de Johann Gustav Droysen*. 2012. São algumas conclusões cotejadas entre as páginas 30 e 45 do texto supracitado.

¹⁷⁴ DROYSEN, Johann Gustav (1808 – 1884). *Histórica*. Lecciones sobre la Enciclopedia y metodologia de la historia. Versão Castellana de Enesto Garzón Valdés y Rafael Gutiérrez Girardot. Barcelona: Editorial Alfa, S. A., 1983. p. 13.

Vimos como o espírito humano pode compreender a natureza apenas no que tem em comum com ela; este comum é o movimento que se desenvolve no espírito pelos conceitos de espaço e tempo; criativamente trabalhando mais nesses conceitos ele ganha a figura do espaço, do tempo, do número. Além disso, os conceitos de quantidades extensivas e intensivas, toda a riqueza de conhecimento, que dominam o mundo do mensurável e da pesagem. Ele finalmente aceita lidar com tudo sob essas categorias, e eventualmente ele chega ao que não deve ser compreendido por eles, sendo descartado, como estando fora do reino do conhecimento e da verdade.¹⁷⁵

Para Droysen, os conceitos de espaço e tempo estão diretamente vinculados à Natureza e História, respectivamente. Diretamente relacionados às dimensões sensório-espiritual do conhecimento. Neste sentido, não são exatamente categorias *apriorísticas* no sentido kantiano do termo. É o que podemos depreender da afirmação segundo a qual:

Natureza e história são os conceitos mais amplos sob os quais o espírito humano resume o mundo das aparências. E assim ele os apreende de acordo com as noções de espaço e tempo, que surgem para ele quando ele distingue o movimento inquieto dos fenômenos em mudança de acordo com sua espécie, a fim de compreendê-los.¹⁷⁶

Embora espaço e tempo lembrem, em certa medida, as categorias kantianas, os conceitos para Droysen são constructos humanos na relação com o objeto da compreensão. São limitados e limitadores, sem nunca dá conta de mapear todo “o reino do conhecimento e da verdade”. Por isso mesmo os historiadores se restringem ao movimento dos fenômenos que podem compreender.

De modo contundente e após questionar sobre quais são as propriedades que tornam o material histórico presente à consciência do observador, Droysen afirma terminantemente que “não temos em nosso *caminho empírico* o direito a deduções

¹⁷⁵ Wir sahen, wie der menschliche Geist die Natur nur in dem, was er mit ihr gemein hat, zu verstehen vermag; dies Gemeinsame ist die Bewegung, die sich im Geist zu den Begriffen Raum und Zeit entwickelt; schöpferisch in diesen Begriffen weiterarbeitend gewinnt er aus dem Raum die Figur, aus der Zeit die Zahl, weiter die Begriffe der extensiven und intensiven Größen, die ganze Fülle von Erkenntnissen, welche die Welt des Meßbaren und Wägbaren beherrschen. Er entnimmt es endlich, alles unter diese Kategorien zu befassen, und er kommt schließlich wohl dahin, was nicht von ihnen zu fassen ist, als außer dem Bereich des Wissens und der Wahrheit liegend zu verwerfen. Droysen. *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. *Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung aus den Handschriften*. p. 32.

¹⁷⁶ Natur und Geschichte sind die weitesten Begriffe, unter denen der menschliche Geist die Welt der Erscheinungen faßt. Und er faßt sie so den Anschauungen Raum und Zeit gemäß, die sich ihm ergeben, wenn er sich die rastlose Bewegung der wechselnden Erscheinungen nach seiner Art zerlegt, um sie zu erfassen. Droysen. *Grundriss der Historik*. Die letzte Druckfassung (1882). p. 421.

conceituais *a priori*, mas, devemos tentar chegar a nossos resultados no amplo desvio de observação e compreensão”. [Wir haben in unserer empirischen Weise nicht das Recht zu apriorisch begrifflichen Deduktionen, sondern wir müssen auf dem weiten Umwege des Beobachtens und Verstehens zu unseren Resultaten zu kommen suchen].¹⁷⁷ É exatamente esse desvio, essa volta, esse caminho mais longo (*Umwege*) da observação e da compreensão que o historiador toma que faz da História uma ciência empírica e não uma forma de *crítica da razão*, pautada apenas em categorias e prescindindo da experiência.

Não obstante as citações da historiografia e das próprias fontes apontem para a influência de Kant sobre Droysen, o reconhecimento à contribuição kantiana veio acompanhando de um distanciamento. E foi o próprio historiador quem assinalou os termos da sua alteridade em relação ao seu interlocutor, no referido texto de 1842, onde lemos:

Foi necessário obter a transição do comportamento teórico ideal do espírito alemão para as realidades. Quão significativa é a visão de Schiller sobre a transição do estado estético para o moral. O primeiro impulso poderoso foi Kant quando ele dirigiu a pesquisa filosófica para a relação do pensamento com o ser; mas ele permaneceu na abstração.¹⁷⁸

Mais uma vez recorrendo às reflexões de Renata Sammer, podemos apontar sumariamente algumas diferenças entre Kant e Droysen. Se ambos concordavam que o conhecimento não revela a natureza das coisas *em si* – apenas os fenômenos –, em Droysen, fica mais explícito que a maneira de organizar o material, suas conexões causais, o contexto, as condições e os fins, determinam a natureza do conhecimento a ser construído. Enquanto a *metafísica dos costumes* de Kant pressupõe uma filosofia moral calcada em bases apriorísticas (especulativa), a *ética histórica* de Droysen foi construída numa íntima relação com a observação histórica (empírica). A ética droyseneana acentua o caráter político, as finalidades das ações humanas, associando-as

¹⁷⁷ Droysen. *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. p. 12. Optamos por uma tradução bastante livre desse trecho falando em “caminho empírico” e não em “modo empírico” para tentar manter o aspecto metafórico que o autor quis empregar sobre a atitude de quem caminha, observa e compreende aquilo que ver.

¹⁷⁸ Es galt den Uebergang aus dem idealen theorestischen Verhalten des deutschen Geistes zu den Wirklichkeiten zu gewinnen. Wie bedeutsam ist hier Schillers Ansicht von dem Uebergang des ästhetischen in den moralischen Zustand. Der erste mächtige Impuls war Kant, als er die philosophische Forschung auf das Verhältniß des Denkens zum Sein lenkte; aber er blieb im Abstracten. DROYSEN. *Über die Deutsche Geistesgeschichte von Kant bis auf Schleiermacher*. p. 212.

aos “atos de vontade” do sujeito que interage com o “mundo ético”, enquanto os *imperativos categóricos* na Moral kantiana partem de uma formulação muito mais subjetiva e com elementos *apriorísticos* mais evidentes.¹⁷⁹

A despeito das aproximações da Filosofia da história kantiana e as teses droysenianas, cremos que um dos fatores determinantes para os distanciamentos foi a grande influência exercida por Hegel sobre Droysen. Nesse sentido, cabe recuperar os aspectos centrais da Filosofia da história hegeliana tendo exclusivamente como demarcação os aspectos que mais contribuíram para as formulações teóricas do autor da *Historik*.

Na vasta obra que compõe o *sistema hegeliano* costuma-se destacar alguns textos nos quais o autor deu mais relevo à questão da *Filosofia da história* e aos tópicos concernentes à escrita de uma *história filosófica*.¹⁸⁰ Além da já mencionada *Lições sobre a filosofia da história universal* (1837), um texto oriundo de palestras proferidas pelo professor Hegel, entre 1822 e 1831, quando dos seus cursos em Berlim e que foi publicado postumamente com anotações dos alunos¹⁸¹; temos também na última seção

¹⁷⁹ SAMMER. *A Ética Historista de Johann Gustav Droysen*. 2012. p. 32.37.76. O “ato de vontade” (Willensakte) para Droysen revela o efeito concreto das decisões humanas. Segundo suas próprias palavras: “No entanto, também reconhecemos como o conteúdo essencial e objetivo da história, fatos reais: estes são os atos da vontade”. [Allerdings anerkennen auch wir als den wesentlichen und objektiven Inhalt der Geschichte eigentliche Tatsachen: Das sind die Willensakte]. Droysen. *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. p. 114.

¹⁸⁰ Hegel apresenta três métodos de escrita da História. O primeiro seria *A história original*, contada por quem vivenciou os acontecimentos ou os relata de modo mais direto. O segundo modelo seria o *Reflexivo* que transcende o tempo presente, não apenas pela temporalidade, mas, pela abordagem. Este se subdivide em *história universal*, que estuda um povo, um país, o mundo; *pragmática*, um estudo do passado em função da instrução no tempo presente; *crítica*, uma espécie de história da historiografia, uma crítica acerca das narrativas históricas; e *fragmentária*, que conta parte das realizações humanas com a pretensão de compreender o todo: história da arte, da religião, das leis, por exemplo. Por fim, o terceiro modelo que seria o da *História Filosófica* que, incorporando os dois métodos anteriores, iria adiante no sentido de propor uma compreensão filosófica do sentido histórico subordinado à análise do próprio conteúdo histórico. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*; introdução de Robert S. Hartman; Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2001. pp. 44-52. Comentando as características da histórica filosófica hegeliana José Nicolao Julião adverte que “Para Hegel, a história filosófica propicia a compreensão da realidade concreta e de nenhum modo é uma construção *a priori* que se aplica a uma matéria histórica inerte. A filosofia tem ante de si o objeto mais concreto, o que reúne em si todos os aspectos diversos da existência”. JULIÃO, José Nicolao. *A Filosofia da História como o lugar de efetivação da liberdade no Sistema da Ciência Hegeliano*. *Veritas*, v. 59, n. 1, jan./abr. 2014. pp. 101-102.

¹⁸¹ A edição de 1837 foi realizada por Eduard Gans, jurista alemão e ex-aluno de Hegel em Berlim; a segunda edição foi feita por Karl Hegel (filho do autor), em 1840 e a terceira, datada de 1917, organizada por Georg Lasson. A primeira edição para o inglês foi realizada ainda em 1857, por John Sibree e teve dezenas de reedições antes e após a morte do tradutor. A segunda tradução para a língua inglesa é de Hartman, a partir da qual a edição brasileira foi realizada. É importante dizer que a edição de Beatriz Sibou traduziu apenas a introdução geral que compõe o material primário das *Lições*, a parte nomeada de *A Razão na história*. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*; introdução de Robert S. Hartman; Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2001.

da terceira parte de *Princípios da Filosofia do Direito* (1821) alguns parágrafos destinados à *História Universal*.¹⁸² Este é o material do qual nos valeremos, a despeito das traduções e do caráter fragmentário, consideramos que, bem cotejados, nos permite recuperar a centralidade do pensamento histórico do autor.¹⁸³

Dentre as muitas formas de aproximação da obra hegeliana, consideramos interessante a que foi adotada por Lincoln Menezes de França ao inserir as obras escritas por Hegel pensando-as a partir dos diálogos que o filósofo manteve com os diversos autores nas várias cidades em que morou e trabalhou. Assumindo os limites e o caráter impreciso dessa abordagem – como o são todas as escolhas metodológicas que fazemos – França, apoiado em outros comentadores de Hegel (como Dilthey, Lukács, Hyppolite, Bourgeois e Taylor) consegue construir um panorama bastante amplo e esclarecedor das várias etapas de construção do hegelianismo. O autor divide o percurso intelectual do chamado “jovem Hegel” em cinco momentos, dando ênfase aos temas privilegiados, os autores que o influenciaram, os conceitos que desenvolveu e as obras escritas em cada período.

Em um *primeiro* momento em Stuttgart, sua cidade de nascimento, e nos anos que correspondem ao período escolar (até 1787), os principais temas que marcaram os estudos de Hegel teriam sido a Antiguidade Clássica, a obra literária de Shakespeare e a História em geral. No *segundo* momento, já em Tübingen (1788-1793), nos anos do seminário de Teologia e durante os acontecimentos da Revolução Francesa. Além dos estudos teológicos e do seu interesse pela Antiguidade, Hegel também se debruça sobre os autores da Filosofia moderna: Locke (1632-1704), Hume (1711-1776), Kant (1724-1804), Diderot (1713-1784), Voltaire (1794-1778), Montesquieu (1689-1755) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Nasce daí o esboço do desenvolvimento do que para o autor seria o “espírito de um povo”. Aquilo que marca o seu caráter e o distingue dos demais. A cidade grega permanece como o ideal de sociedade perfeita a ser atingido no mundo moderno. Hegel via a Revolução com otimismo e como possibilidade de concretização de um mundo novo.

¹⁸² HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*; tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

¹⁸³ Sobre os textos de Hegel ver: JULIÃO, José Nicolao. *Reflexões filosóficas sobre a história*: Agostinho, Hegel e Nietzsche. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019. p. 70; REIS, José Carlos. A consciência histórica ocidental pós 1871: Nietzsche e a legitimação da conquista europeia do planeta – o projeto alemão. In: *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*: Hegel, Nietzsche, Ricœur. 2ª Reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 69.

No *terceiro* momento, em Berna (1793-1796), a Revolução Francesa tendo sofrido a inflexão produzida pelo governo jacobino, o tema da liberdade, da razão, da consciência infeliz e da positividade são tratados em textos por Hegel.¹⁸⁴ À luz do contexto histórico imediato, o problema que inquieta o filósofo é demonstrar que a liberdade não pode ser imposta, como muitas vezes os revolucionários franceses pareciam querer fazer, mas, sim que somente uma consciência livre pode escolher submeter-se a algo maior e racional (às leis, à moral, à religião, ao Estado). Por essa época, o Lessing de *A Educação do Gênero Humano* (1780), Kant de *A Religião nos Limites da Simples Razão* (1793) e Schelling de *Sobre a Possibilidade de uma Forma da Filosofia em Geral* (1795), foram seus principais interlocutores nessa discussão, além do pensamento histórico de Fichte, cada vez mais influente nas formulações hegeliana.¹⁸⁵

Os dois momentos posteriores foram os mais significativos em termos de alterações no projeto filosófico do “jovem Hegel”. No *quarto* período tratado por Lincoln de França, quando passou a residir em Frankfurt (1797-1800), Hegel retorna da Suíça (Berna) e entra em contato com os conflitos políticos e econômicos de uma das cidades mais desenvolvidas economicamente da Alemanha. Aprofunda suas leituras sobre clássicos da Política e Economia, chegando a escrever dois textos, entre 1798 e 1799 sobre a *Constituição de Wüttemberg* e a *Constituição Alemã*. Três mudanças principais podem ser destacadas nesse curto, porém, instigante período de estada em Frankfurt: um distanciamento mais profundo em relação à filosofia *apriorística* kantiana, a convicção de que o modelo de cidade grega representava apenas uma das muitas etapas na formação humana e não um modelo a ser seguido na modernidade e a formulação do pensamento dialético que marcaria doravante toda a sua reflexão e emprestaria um novo sentido a todos os seus conceitos.¹⁸⁶

¹⁸⁴ São desse período os textos teológicos *Fragments sobre Religião Popular e Cristianismo* (1793-1794), *Vida de Jesus* (1795) e *A Positividade da Religião Cristã* (1795-1796) em que os referidos temas são enfatizados.

¹⁸⁵ FRANÇA, Lincoln Menezes de. *Filosofia da História Hegeliana: Liberdade, Razão e o Mundo Germânico*, 2010. 256f (Mestrado em Filosofia). Universidade Estadual Paulista (UNESP, Marília, São Paulo. pp. 16-39.

¹⁸⁶ FRANÇA. *Filosofia da História Hegeliana*. 2010. pp. 40-47. França explora no restante do capítulo um texto do período de Frankfurt, *O Espírito do Cristianismo e seu Destino* (publicados postumamente em 1907) para demonstrar a mudança de pensamento de Hegel em relação a sua visão do Cristianismo, uma religião vista nos escritos de Berna como positiva, marcada pela imposição, que passa a ser vista como o acontecimento mais importante da história humana, carregando em si muitas “sínteses” das antigas religiões, sobretudo do judaísmo e da religiosidade grega antiga.

No *quinto* momento de sua trajetória como professor, Hegel vai trabalhar na Universidade de Jena (1801-1807). Uma instituição que ficou famosa por abrigar boa parte dos grandes intelectuais alemães. Por lá passaram Reinhold, Schiller, Fichte, Goethe e dois ex-colegas de seminário de Hegel, Hölderlin e Schelling, embora apenas esse último estivesse ainda em Jena quando da sua chegada à cidade.¹⁸⁷ Segundo França, em Jena, Hegel proferiu cursos que foram fundamentais para solidificar suas reflexões, entre eles *Lógica e Metafísica*, *Introdução à Filosofia*, *Direito Natural*, *Enciclopédia das ciências* e *História da Filosofia*. Temas que se desdobrariam nas suas obras mais elaboradas da maturidade, como a *Fenomenologia do Espírito* (1807), publicada no seu último ano em Jena.¹⁸⁸

Há dois textos importantes e que marcam um diferencial no pensamento de Hegel: *Diferença entre os sistemas de filosofia de Fichte e Schelling* (1801) e o *Sistema da Eticidade* (1802/3), no qual o autor discute as principais teses do *Idealismo alemão* e busca se posicionar em torno delas. Sem detalharmos as mudanças posteriores empreendidas pelos autores comentados por Hegel, nestes textos ele estava dialogando com o Kant da *Crítica da razão pura*, o Fichte de *A doutrina da ciência* e Schelling de *Sistema do Idealismo transcendental*.

Desse diálogo, podemos resumir as teses desses autores da seguinte maneira: Kant manteve a oposição entre *coisas em si* (número), que não podem ser conhecidas – apenas intuídas – e os fenômenos que podemos conhecer como objetos do entendimento (*Idealismo transcendental*). Por outro lado, Fichte renunciou essa oposição e afirmava que não existem *coisas em si*, mas, apenas aquilo que a inteligência humana consegue perceber e explicar (*Idealismo subjetivo*). Por seu turno, Schelling buscou estabelecer uma identidade imediata e absoluta entre sujeito e objeto a partir da “intuição intelectual” manifestada na representação artística (*Idealismo objetivo*). Por fim, Hegel rompeu com o dualismo kantiano e com o monismo fichteano, assumiu a concepção de realidade absoluta de Schelling, dando-lhe uma dimensão dialética, tomando a relação sujeito-objeto como as partes fundamentais que permitem a experiência da consciência do espírito (*Idealismo lógico*).¹⁸⁹

¹⁸⁷ O próprio Droysen iniciou seus cursos de Enciclopédia e Metodologia das Ciências Históricas em Jena, a partir de 1851 até ser nomeado para a Universidade de Berlim, em 1859.

¹⁸⁸ FRANÇA. *Filosofia da História Hegeliana*. 2010. pp. 74-75.

¹⁸⁹ Sobre essa relação ver: PADAVANI, Umberto; CASTAGNOLA, Luis. Idealismo. In. *História da Filosofia*. 9ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1972. pp. 379-391.

Se Hegel apoiou-se em um primeiro momento em Schelling para romper com o tipo de *Idealismo* de Kant e Fichte, em um momento seguinte, na elaboração do seu próprio *sistema*, se distanciou também do seu colega, sobretudo, depois que este saiu de Jena em 1803.¹⁹⁰ Esse distanciamento se manifestou, principalmente, na maneira como ambos pensavam a concretização do “Espírito Absoluto”: para Schelling esta se dava apenas nas obras de Arte, produzidas por gênios privilegiados, enquanto que para Hegel esta se daria por etapas na Arte, na Religião e na Filosofia.¹⁹¹ Essa diferença já estava marcada na *Fenomenologia do espírito* e tenderia a se aprofundar nas obras subsequentes, consideradas como parte da produção madura do filósofo e que passam a contar a história do Espírito.¹⁹² É o que podemos notar em *Princípios da Filosofia do Direito* quando diz que a existência do “espírito universal, que é intuição e imagem na arte, sentimento e representação na religião, pensamento puro e livre na filosofia” se revela na História Universal.¹⁹³

A história da filosofia de Hegel, segundo Lincoln França – concordando com o argumento de Dilthey – seguiria a seguinte lógica: a *Fenomenologia do Espírito* seria a parte introdutória, a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* conteria o desenvolvimento e a *Filosofia do Direito* apontaria para as formas objetivas de concretização do Espírito.¹⁹⁴

Uma pergunta aqui se impõe: o que seria “espírito” para Hegel? Uma questão ampla e complexa que merecia uma reflexão mais detida e, no entanto, tentaremos expor sucintamente, ainda que fuja dos nossos interesses imediatos, por ser crucial para entendermos a sua Filosofia da história. Há quem aponte como o faz Sinnerbrink, para a similaridade entre o conceito de “Espírito” em Hegel e “Razão” em Kant.¹⁹⁵ Dudley, por sua vez, afirma que Hegel define razão como “identidade de sujeito e objeto”, o que aponta para uma fenomenologia que busca a unidade da unidade, o que distingue dos demais idealistas, conforme atrás dissemos.¹⁹⁶ Em outras palavras, Espírito e Natureza

¹⁹⁰ SINNERBRINK. *Hegelianismo*. 2017. p. 25.

¹⁹¹ FRANÇA. *Filosofia da História Hegeliana*. 2010. p. 80.

¹⁹² Depois de Jena, Hegel foi professor no Liceu de Nuremberg (1807-1816). Foi por esse tempo que escreveu *A ciência da lógica* (1812-1816). Na sequência teve uma breve passagem pela Universidade de Heidelberg (1816-1817), onde iniciou a publicação da *Enciclopédia das ciências filosóficas* (1817) e em 1818 assumiu a vaga de Fichte na Universidade de Berlim, onde permaneceu até sua morte em 1831. REIS. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*. 2013. p. 39.

¹⁹³ HEGEL. *Princípios da filosofia do direito*. 1997. p. 307.

¹⁹⁴ FRANÇA. *Filosofia da História Hegeliana*. 2010. p. 76.

¹⁹⁵ SINNERBRINK. *Hegelianismo*. 2017. p. 32.

¹⁹⁶ DUDLEY, Will. *Idealismo Alemão*; tradução Jacques Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 205.

são expressões da Razão ou Ideia divina e da relação entre esses dois fatores é que se pode chegar à compreensão da realidade última das coisas.

A relação dialética sujeito-objeto (Espírito-Natureza) é apresentada de maneira mais efetiva nos três volumes da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (1817, 1827, 1830), dividida em *A ciência da Lógica*, *A ciência da Natureza* e *A ciência do Espírito* em que o Espírito é apresentado como o “Outro” da Natureza.

A primeira parte da obra é dedicada a apresentar a Lógica ou a “ideia pura”, ideia em si (unidade); a *segunda* estuda a Natureza como “ideia na forma de ser Outro”, ideia fora de si (alteridade); e a *terceira* apresenta o Espírito como ideia de si (identidade).¹⁹⁷ Nas palavras de José Julião, a divisão da *Enciclopédia* representa três círculos:

O primeiro círculo é o da Lógica (*die Wissenschaft der Logik*), onde a ideia aparece em si, apresentando de forma concisa a sua progressão na lógica. A lógica é, portanto, a ciência da ideia em-si (*an sich*), na qual o pensamento se apresenta em sua imanência, ou seja, como puro pensamento, e as suas categorias estruturantes se estenderão, por conseguinte, coextensivamente, para todo o sistema filosófico, efetivando-se, como veremos, no Espírito objetivo. O segundo círculo é o da Natureza (*die Naturphilosophie*), é a ciência da ideia para-si (*für sich*), o momento da ideia em sua exteriorização (*Entäusserung*) como Natureza, ou seja, depois de ser apresentada em-si, na lógica, na Natureza, a ideia é externada, aparecendo em sua alteridade. O terceiro e definitivo círculo é o do Espírito (*die Philosophie des Geistes*), após a ideia encontrar o seu oposto, no âmbito da Natureza, ela retorna a si no Espírito, ciência da ideia em-si e para-si (*an sich und für sich*), ou seja, depois da ideia se exteriorizar na Natureza, reencontra-se em seu conceito como Espírito.¹⁹⁸

De modo semelhante, a evolução do Espírito em seu movimento de autoconsciência perfaz três momentos: o *espírito subjetivo* (consciência de si), o *espírito objetivo* (consciência fora de si) e *espírito absoluto* (consciência de si para si).¹⁹⁹ Ainda segundo esse esquema, nos diz Julião, Hegel leva adiante o modelo tripartite e expõe o *Espírito Subjetivo* apresentando-o a partir da “Antropologia”, da “Fenomenologia” e da “Psicologia”; o *Espírito Objetivo*, concretizado no Direito, e abrangendo o “Direito Abstrato”, a “Moralidade” e a “Eticidade”; e o *Espírito Absoluto*

¹⁹⁷ As conclusões aqui apresentadas estão baseadas em algumas das considerações de Bourgeois, sobre a obra aqui em questão. Ver: BOURGEOIS, Bernard. *A Enciclopédia das Ciências Filosóficas de Hegel*. In: HEGEL, Friedrich. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em compêndio* (1830); tradução Paulo Menezes. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 2005 [1995]. Apêndice. pp. 373-443.

¹⁹⁸ JULIÃO. *Reflexões filosóficas sobre a história*. 2019. p. 96.

¹⁹⁹ FRANÇA. *Filosofia da História Hegeliana*. 2010. p. 174.

que trata das três formas de Filosofia: da Religião, da Arte e da História da Filosofia. Assim, podemos entender que as obras em que Hegel apresenta a sua concepção filosófica da história situam-se na terceira parte do círculo do “espírito objetivo”, a que trata das questões éticas.²⁰⁰

A propositura de Hegel está na raiz da afirmação de Droysen, no início da *Sistemática*, de que “o campo do mundo histórico é o universo do mundo ético”.²⁰¹ Desse modo, devemos compreender que uma vida individual se compreende e se faz compreender apenas na vida coletiva. Nas palavras do próprio historiador: “o ser humano, dependendo do que ele é por suas aptidões, se torna uma totalidade em si somente ao compreender outros, ao ser compreendido por outros, vivendo em comunidades éticas com outros (família, povo, Estado, religião, etc.)”.²⁰² E é partir do estudo dessas “comunidades éticas”, da qual o Estado é a mais significativa – porque “é o espírito enraizado no mundo” a expressão da “Ideia divina como ela existe na terra” – que se pode perceber o sentido da história.²⁰³ Por isso Hegel inseriu nas obras que trata da Filosofia do direito a sua reflexão sobre a Filosofia da história.

Na sua exposição sobre a História Universal, em *Princípios de Filosofia do Direito*, Hegel afirma que “a existência do espírito universal é [...] a realidade espiritual em ato”. Em outras palavras, o espírito se dá a conhecer na história através dos acontecimentos concretos. Nesse sentido, podemos notar que “o movimento do espírito consiste em tornar isso evidente”, ou seja, que a História Universal é história da concretização do espírito no tempo em suas várias formas. E segue afirmando:

Não se pense, porém, que a história universal é o simples juízo da força, quer dizer, da necessidade abstrata e irracional de um destino cego; antes, sendo em si e para si razão, e como o seu ser para si é no espírito um saber, a história é, de acordo com o conceito da sua liberdade, o desenvolvimento necessário dos momentos da razão, da consciência de si e da liberdade do espírito, a interpretação e a realização do espírito universal.²⁰⁴

É desse modo que devemos entender o problema do sentido da história em Hegel: como a história do desenvolvimento da razão, da consciência de si e liberdade do

²⁰⁰ JULIÃO. *Reflexões filosóficas sobre a história*. 2019. p. 99. 105. 110.

²⁰¹ DROYSEN, Johann Gustav (1808 – 1884). *Manual de Teoria da História*; Tradução: Sara Baldus e Julio Bentivoglio; apresentação de notas Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 61.

²⁰² DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 40.

²⁰³ HEGEL. *Princípios da filosofia do direito*. 1997. p. 322; HEGEL. *A Razão na história*. 2001. pp. 89-90.

²⁰⁴ HEGEL. *Princípios da filosofia do direito*. 1997. p. 307.

espírito manifesto na experiência histórica concreta. As considerações presente em *Princípios da Filosofia do Direito* sobre os quatro impérios – oriental, grego, romano e germânico –, mais tarde recuperadas também nas *Lições*, é uma tentativa de exemplificar o progresso da liberdade na história. Essa talvez seja a parte mais controversa das reflexões de Hegel sobre a História Universal, porque denotaria um etnocentrismo latente e explícito no modo como abordou a história – ou sua ausência – dos povos africanos e asiáticos, o que de certo modo justificaria a conquista dos seus territórios pelos europeus.²⁰⁵ Importa mais aqui afirmar que a História Universal não é “um destino cego”; como elemento fundamental da experiência da consciência é somente a partir dela e nela que o espírito toma consciência de si para-si e pode passar do círculo objetivo ao absoluto.

Em seu conhecido livro *A História tem um sentido?* Remo Bodei afirma um tanto peremptoriamente que em Hegel “as paixões são o verdadeiro motor da história”.²⁰⁶ Cremos que nesse ponto a definição mais precisa foi apresentada por José Carlos Reis quando diz que “A razão precisa das paixões particulares para se realizar, pois o objetivo final é implícito, abstrato, pensamento, intenção, possibilidade que, para se tornar realidade, precisa da vontade e atividade dos indivíduos”.²⁰⁷ O que está em jogo aqui é a relação crítica de Hegel com o ideal de racionalidade iluminista, certa crítica romântica que marca a sua geração. Todavia, ao introduzir o conteúdo das paixões na dinâmica dos acontecimentos, o filósofo não rompe completamente com a ideia de progresso histórico racional.²⁰⁸

De fato, Hegel afirma que as paixões põem em curso os acontecimentos, contudo, com a seguinte ressalva:

É verdade, “paixão” não é exatamente a palavra certa para o que quero expressar. Não pretendo mostrar aqui mais do que a atividade humana resultante do interesse privado, de planos especiais ou, se é melhor, planos pessoais – com essa qualificação: de que toda a energia da vontade e do caráter seja dedicada à consecução de um objetivo e que

²⁰⁵ Essa é a hipótese principal de José Carlos Reis sobre os desdobramentos políticos da Filosofia da História hegeliana. REIS. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*. 2013. p. 70.

²⁰⁶ BODEI. *A História tem um sentido?* 2001. p. 49.

²⁰⁷ REIS. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*. 2013. p. 81. A formulação de Reis parece mais coerente uma vez que Hegel mantém a convicção de que “na história do mundo as coisas aconteceram racionalmente” uma vez que é a Razão ou Ideia divina que a tudo conduz. HEGEL. *A Razão na história*. 2001. p. 52.

²⁰⁸ SINNERBRINK. *Hegelianismo*. 2017. p. 17. Sobre o lugar que Hegel ocupa na geração românica alemã ver: TAYLOR, Charles. As demandas da razão especulativa. In. *Hegel: sistema, método e estrutura*; tradução Nélcio Scheider. São Paulo: Editora Realizações, 2014 [1975]. pp. 21-41.

os outros interesses ou objetivos possíveis, tudo o mais, realmente, seja sacrificado a esse objetivo.²⁰⁹

Para melhor entendimento, “as paixões” são particularmente interessantes para a história quando são externalizadas por homens que encarnam o espírito do seu tempo – os heróis – que carregam em si, segundo Hegel, os interesses universais. Nada mais exemplar a esse respeito do que as palavras introdutórias de Droysen na biografia de Alexandre da Macedônia:

Raros são os indivíduos e os povos aos quais é considerado o privilégio de uma missão superior ao simples fato de existir ou uma função mais alta do que as que bastam para a vida vegetativa. Todos são chamados. Mas a história só confere imortalidade àqueles que ela escolhe para fazer destes os pioneiros de suas vitórias e os artesãos de seu pensamento. Ela lhes permite brilhar, como astros solitários, no crepúsculo do eterno devir.²¹⁰

Em contrapartida, dizia Hegel – e Droysen não estava em desacordo – que “o interesse particular da paixão é, portanto, inseparável da realização do universal, pois é também da atividade do particular e de sua negação que resulta o universal”.²¹¹ Esse gesto de deixar que as paixões trabalhem, fazendo brotar dos interesses particulares os universais é o que Hegel chama de “Astúcia da Razão”. Como lembra-nos Robert Hartman, na introdução da *Razão Histórica*, no sistema filosófico de Hegel “Razão” é o equivalente à “Ideia”, a vontade divina que se manifesta na história através da Natureza e do Espírito.²¹² Nesse sentido, quando Hegel nos diz que “a história do mundo é a manifestação do Divino, o absoluto desenvolvimento do Espírito em suas formas mais elevadas” ou ainda que “A história do mundo em geral é o desenvolvimento do Espírito no Tempo, assim como a natureza é o desenvolvimento da Idéia no Espaço” ele está afirmando uma visão de história como Teodiceia, a história como manifestação de Deus.²¹³ Nisso reside o sentido último da história para ele, nessa revelação de uma “Astúcia” que aponta para o Absoluto.

Diferente do “Plano da Natureza” de Kant, os homens não são determinados, condicionados, inclusive podem ter clareza – ou não – de que concorrem para um plano

²⁰⁹ HEGEL. *A Razão na história*. 2001. p. 68.

²¹⁰ DROYSEN, Johann. *Alexandre, o grande*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 35.

²¹¹ HEGEL. *A Razão na história*. 2001. p. 81.

²¹² HARTMAN, Robert. Introdução. In. *A Razão na história*. 2001. p. 21

²¹³ HEGEL. *A Razão na história*. 2001. p. 103. 122. Anteriormente Hegel já havia dito que “Neste aspecto o nosso método é uma teodiceia, uma justificação de Deus, algo que Leibniz tentou metafisicamente, à sua maneira, através de categorias abstratas indeterminadas”. p. 59.

maior, ainda que particularmente estejam lutando por suas próprias causas – como o fizeram Alexandre, César e Napoleão, segundo os exemplos do próprio Hegel. No entanto, sabedores ou não da sorte para a qual contribuíram o efeito das suas ações só poderá ser notado no transcurso da história.²¹⁴

Aqui percebemos que tanto o problema do sentido quanto o da compreensão histórica adquirem em Hegel um raciocínio teleológico. É o que podemos divisar no exceto abaixo:

César lutou para manter sua posição, sua honra e segurança. A vitória sobre seus inimigos que mantinham o poder sobre todas as províncias romanas tornou-se ao mesmo tempo a conquista de todo o império. Sem modificar a constituição, César tornou-se assim o único governante do Estado. Ao realizar seu objetivo originalmente negativo - a autocracia sobre Roma - ele ao mesmo tempo cumpriu o necessário destino histórico de Roma e do mundo. Dessa maneira ele foi motivado não apenas por seu interesse privado, mas também agiu instintivamente para a realização daquilo que a época exigia. O mesmo acontece com todos os grandes indivíduos históricos - seus objetivos pessoais contêm a vontade essencial do Espírito do Mundo.²¹⁵

Os objetivos pessoais de César – posição, honra e segurança – realizam o destino geral – do Império – segundo a “Astúcia da Razão” que se realiza no “Espírito do Mundo”, ou seja, nos acontecimentos concretos. E são exatamente esses feitos que, olhados retroativamente permitem ao “Espírito”, como parte da “Razão Absoluta”, em sua busca por liberdade, compreender o sentido geral – a História Universal - por detrás dos acontecimentos particulares.²¹⁶ Nas palavras de Hegel, os meios pelos quais a Liberdade se dá a conhecer “são os fenômenos exteriores que na história se apresentam diretamente aos nossos olhos”.²¹⁷ Ao se dá a conhecer na história e pela história o plano de desenvolvimento do Espírito em busca da Liberdade torna-se assim história do mundo.

Podemos afirmar de maneira sintética que o sentido da história para Hegel é a concretização de um plano de liberdade do espírito. O espírito inicia por tomar consciência de si, como espírito subjetivo. Ao considerar os fenômenos históricos

²¹⁴ HEGEL. *A Razão na história*. 2001. p. 81.

²¹⁵ HEGEL. *A Razão na história*. 2001. pp. 77-78.

²¹⁶ Não deixa de ser pertinente observar que a compreensão histórica pensada por Hegel em que a observação das ações individuais torna possível o esclarecimento da História Universal tem uma estreita relação com a Hermenêutica Histórica desenvolvida por Droysen em que as partes e o todo são intercambiáveis. Este tema foi tratado no quarto capítulo da tese.

²¹⁷ HEGEL. *A Razão na história*. 2001. p. 65.

particulares e suas concretizações desenvolve uma consciência fora de si como espírito objetivo. Ao perceber – compreensiva e teleologicamente – o sentido último dos acontecimentos em sua totalidade o espírito toma consciência do progresso da liberdade através da história e assim percebe que tais acontecimentos particulares se inter-relacionam ao universal e assim desenvolve uma consciência de si para si. Desse modo, se reconecta com a Ideia da qual é parte, junto com a Natureza, torna-se, portanto espírito absoluto.

Segundo se entende atualmente, esse seria o sentido do “fim da história” para Hegel, a concretização do progresso do espírito rumo à liberdade e sua reconexão com o “absoluto” ou “eterno” e não uma realidade social e econômica específica como alguns argumentaram. O objetivo da escrita de uma *história filosófica* seria exatamente demonstrar que as condições para tal concretização estavam disponíveis no mundo contemporâneo pós-Revolução Francesa, em que o ideal de liberdade havia sido posto à disposição de todos e não apenas de alguns como nos tempos pretéritos.²¹⁸

Vários dos temas desenvolvidos na Filosofia da história de Hegel, apresentados aqui de maneira sumariada, marcaram profundamente o pensamento histórico de Droysen. É do que trataremos nos parágrafos seguintes.

Talvez bastasse dizer, para afirmar a ascendência das ideias de Hegel sobre a Teoria da História de Droysen, o fato deste ter sido aluno daquele e da sua assiduidade em inúmeros cursos proferidos pelo filósofo quando dos seus anos de formação inicial em Berlim (1826-1829). Mais ainda, basta uma rápida lida nas páginas da *Historik*, sobretudo na Sistemática, para notarmos que a influência hegeliana se afirma desde os conceitos adotados por seu autor, nos temas por ele privilegiados e na abordagem que mescla elementos ontológicos e epistemológicos no modo de conceber o “mundo histórico”.²¹⁹

Tomemos como exemplo as expressões como “mundo ético” (*sittliche Welt*), “comunidades éticas” (*sittlichen Gemeinsamkeiten*), “poderes éticos” (*sittliche Mächte*), todas elas retiradas do jargão hegeliano e que pressupõem para o filósofo, assim como para Droysen, que a história é uma construção coletiva. Diz o historiador que:

²¹⁸ SINNERBRINK. *Hegelianismo*. 2017. pp. 48-49

²¹⁹ ASSIS, Arthur Alfaix. Droysen, Outline of the Theory of History. *Bloomsbury History Theory and Method*. London: Bloomsbury, 2022. Bloomsbury History Theory and Method. Web. 27 Apr. 2022. p. 12. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5040/9781350927933.128>. Consultado em 20 de dezembro de 2022.

Poderíamos resumir a totalidade do material adequado para o método histórico como o mundo ético. O momento da existência dos seres éticos tem sua relação com as personalidades; e suas séries individuais de aparências se tornam como estado, lei, trabalho, arte, etc. resumido pelo significado técnico de sua categoria ética. A forma e o ponto de vista da observação histórica são diferentes; ela capta as aparências do mundo ético de acordo com seu devir, ela lhes dá, no que está apenas no aqui e agora, a retrospectiva na qual aprendem a entender a si mesmos; ela lhes mostra sua verdade histórica, isto é, a verdade, que é reconhecível em seu ser e que quis realizar-se em seu devir.²²⁰

Além de chamar atenção para a terminologia usada por Droysen e para a identificação feita entre “material histórico” e “mundo ético”, cabe apontar a dimensão teleológica do sentido histórico como forma de compreensão da verdade histórica. Contudo, há que se destacar também uma inflexão no pensamento de Droysen que marca uma distância em relação às Filosofias da história. Enquanto Hegel tenta identificar o sentido último dos acontecimentos de forma a dá curso a uma compreensão Universal da História, Droysen se preocupa muito mais com aquilo que está ainda presente no “aqui e agora” (dimensão presentista), no que permite aos indivíduos entenderem a si mesmos (dimensão historicista), tomando como ponto de partida o processo histórico que quis realizar-se no seu devir (dimensão teleológica).

Nesse sentido, podemos dizer que, mesmo não rompendo por completo com os elementos especulativos da abordagem filosófica da história de tipo kantiano e hegeliano, a busca por uma formulação teórica do saber histórico impôs certas restrições aos historiadores. Pelo menos é a partir desse ponto de vista que Droysen tenta legitimar as suas convicções e demarcar um espaço para a Teoria da História. Nas palavras de Arthur Assis, “a teoria do método histórico de Droysen não foi uma tentativa de eliminar essas abordagens especulativas da paisagem intelectual”.²²¹ Certamente não o foi, embora configure uma busca por outro tipo de conhecimento em que “a forma e o

²²⁰ DROYSEN. *Historik*. Vol. 1: *Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen* (1857). p. 61. Wir konnten die Gesamtheit des Stoffes, der für die historische Methode geeignet ist, als die sittliche Welt zusammenfassen. Das Moment des sittlichen Seins hat sie in ihrer Beziehung zu den Persönlichkeiten; und ihre einzelnen Erscheinungsreihen werden als Staat, Recht, Arbeit, Kunst usw. nach der technischen Bedeutung ihrer sittlichen Kategorie zusammengefasst. Die Form und der Gesichtspunkt der historischen Betrachtung ist ein anderer; sie fasst die Erscheinungen der sittlichen Welt nach ihrem Gewordensein auf, sie gibt ihnen, die ja nur in dem Hier und Jetzt sind, die Rückschau, in der sie sich selber verstehen lernen; sie zeigt ihnen ihre historische Wahrheir, d. h. die Wahrheit, die in ihrem Gewordensein erkennbar ist und die in ihrem Werden sich hat verwirklichen wollen. Traduzimos “sittliche Welt” como “mundo ético” e não “mundo moral”, o que seria uma possibilidade mais viável nas traduções contemporâneas. Porém, seguindo o que já há mundo tempo vem sendo feito pela Historiografia que analisa os texto droysenianos uma vez que essa forma parece está em melhor acordo com o sentido aplicado por Droysen a está expressão.

²²¹ ASSIS. *Outline of the Theory of History*. 2022. p. 17.

ponto de vista da observação histórica são diferentes”. É o que podemos também inferir em um trecho bastante elucidativo, mencionado por Pedro Caldas, em que Droysen define a posição ocupada pelo método histórico e sua relação de aproximação com os demais métodos:

Quem aprendeu a pensar historicamente desconhece a aversão filosófica perante o único e o específico e a aversão ainda maior que é enxergar em tudo somente número e matéria, enxergar em tudo forças físicas; quem aprende a pensar historicamente se lança aos fenômenos cambiantes convicto de que encontrará, por detrás deles, a verdade das potências éticas.²²²

Em diversos momentos Droysen afirma a relação interativa, de alteridade e interação, entre os métodos físico, filosófico e histórico. Nesse trecho nos parece que o autor aponta para o fato de que os historiadores praticam uma espécie de mediação entre a especulação filosófica e a observação das ciências da natureza.

Em relação aos temas escolhidos por Droysen, como pesquisador, é notória também a influência de Hegel. Lembremos que Droysen formou-se na Universidade de Berlim em Filologia e Letras Clássicas (1829); escreveu seu trabalho de doutorado sobre o Egito Ptolomaico (1831); dedicou-se a traduzir textos clássicos do teatro grego (1832-1838) de modo que o mundo grego antigo figurava – assim como foi para o jovem Hegel – mais do que um objeto de estudo, um modelo de sociedade ideal.

É conhecida a tese de Georg Iggers de que as leituras de Droysen sobre a Grécia Antiga e, posteriormente, o processo de independência das treze colônias inglesas na América e a Revolução Francesa de 1789 prefiguraram em grande medida o pensamento político de Droysen e esse ideário está configurado nos textos políticos e na sua visão de história. De modo inicial, Droysen viu nesses acontecimentos um modelo a ser seguido pela Prússia, que devia assumir seu destino de tornar-se uma grande nação sob a condução de um Estado forte.²²³ Mais do que o caráter nacionalista destacado na abordagem de Iggers, importa aqui evidenciar o sentido dessa leitura política da história. Evidentemente nota-se nessa perspectiva a influência hegeliana quanto ao modo de encarar a história como um longo percurso de concretização da liberdade. Assim como Hegel havia postulado em *Princípios de Filosofia do Direito*, para Droysen também a

²²² DROYSEN. *Historik*. Ed. Leyh. p. 5. Apud. CALDAS. *O que significa pensar historicamente*. 2004. p. 24.

²²³ IGGERS, Georg; *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*. Ed. revista. Hanover: Wesleyan University Press, 1983 [1968]. p. 106.

civilização grega clássica, o helenismo, o cristianismo, a reforma protestante representavam esses momentos em que a liberdade havia avançado e se difundido. Segundo Arthur Assis, Droysen viu a história do progresso da liberdade, como o *Telos* da compreensão histórica, uma diretriz interpretativa pela qual os fatos, as experiências e os processos passados seriam selecionados (ou descartados), descritos e avaliados.²²⁴ Esse seria o resultado teórico das escolhas temáticas feitas por Droysen mesmo quando olhamos para os seus textos que abordam contextos específicos da história.

Avançando nos argumentos e valendo-se da correspondência do historiador trocada com amigos, Assis afirma que Droysen tendeu a criticar a pretensão hegeliana de conceber a manifestação do Absoluto na história: “ele argumentou que nenhum ser humano, seja filósofo ou historiador, foi capaz de compreender inteiramente esse ‘mistério maravilhoso’, ou de conceber plenamente em detalhes a necessidade do que acontece”.²²⁵ Embora ressalte que Droysen foi um dos poucos historiadores do século XIX que seguiu de perto os postulados fornecidos por Hegel, que as críticas direcionadas ao seu ex-professor tinham por base muito mais aspectos políticos do que propriamente epistemológicos e ainda, que a justeza dessas críticas poderia ser facilmente relativizada, Assis não deixou de notar também que esse é sim um distanciamento tomado pelo historiador em relação ao filósofo no que concerne à compreensão do processo histórico.²²⁶

Mantendo-se fiel a sua formação cristã protestante, Droysen menciona em diversos momentos do seu texto teórico a tentativa do homem conceber Deus. E, no entanto, o autor reserva à especulação filosófica e à reflexão teológica o lugar preferencial para as “demonstrações da existência de Deus” uma vez que o “pensar humano tende a buscar a Deus” e “lo absoluto y eterno, pero no lo alcanza, sino que sólo ve la dirección en la que tendría que estar”.²²⁷ Fica evidenciado que mesmo no âmbito filosófico e teológico “o pensar humano” sobre o sentido “absoluto e eterno” dos acontecimentos tem seus limites e não pode ser conhecido. De modo bastante pertinente e definidor Droysen defende sua visão religiosa e sua convicção na impossibilidade do homem, ser finito, compreender as coisas infinitas:

²²⁴ ASSIS, Arthur Alfaix. *What is history for? Johann Gustav Droysen and the functions of Historiography*. New York, Berghahn Books, 2014. p. 104.

²²⁵ ASSIS. *What is history for?* 2014. p. 120.

²²⁶ ASSIS. *What is history for?* 2014. p. 105. 120.

²²⁷ DROYSSEN. *Histórica*. 1983. p. 33.

Entre as provas da existência de Deus há também a moral, que foi realizada por Kant e Fichte em particular, eles ainda não compreenderam que o conceito de liberdade e o dever do homem moral individual se desenvolve ainda mais na moral, para o mundo histórico, e progredir da prova moral da existência de Deus para isso, se assim posso dizer, histórico. De fato, em tal sentido a história pode ser chamada de Teodiceia, uma justificação de Deus, e a cosmovisão ética gravita para o fato de que toda razão finita, conhecimento e vontade se relaciona com Deus, nele seu rendimento à totalidade, tem sua justificação e solução.²²⁸

Notemos que há muito de Hegel nesse postulado droyseneano – o progresso da liberdade, a visão de história como teodiceia –, tudo isso, no entanto, nuançado pelo argumento de que o sentido histórico reside nos próprios acontecimentos. No dado imanente da realidade histórica concreta e não em um “Plano oculto da natureza” (Kant) ou na “Astúcia da Razão” (Hegel). A teodiceia droyseneana é apenas um eco ou, para usarmos outra imagem, seria como uma seta que aponta numa determinada direção onde está “a verdade das verdades”, sendo esta incognoscível à razão ou espírito humano. Pois para a História, mesmo como Teodiceia, quando busca compreender “o eterno e incondicional, alcança apenas uma analogia transfigurada do finito e condicional”.²²⁹ Mesmo quando Droysen define a história como “a humanidade tornando-se um ser consciente de si mesmo” a partir de estágios no quais o “Eu” da humanidade atinge um autoconhecimento, o conhecimento do mundo e de Deus. Uma definição que lembra em tudo os estágios do espírito hegeliano não o faz sem notar que “o fim mais elevado, o que condiciona incondicionalmente, aquele que move a todos, abrange a todos, esclarece a todos, o fim supremo, não pode ser descoberto empiricamente”.²³⁰

Outro dado importante que não podemos deixar de considerar na maneira como Droysen concebeu sua visão de história é o que diz respeito aos aspectos epistemológicos que sustentam o seu Método Histórico. Ele se serve amplamente da pretensão kantiana de resolver o impasse entre o modo como racionalistas e empiristas concebiam o conhecimento e também da abordagem histórica que Hegel introduziu nos temas filosóficos.

Numa rica passagem em que comenta a importância do material histórico para a compreensão da história Droysen afirma:

²²⁸ DROYSEN. *Historik*. Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857). p. 35.

²²⁹ DROYSEN. *Historik*. Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857). p. 35.

²³⁰ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. pp. 74-75.

Nuestro Yo que se representa y concibe el mundo de los fenómenos dividido en tiempo y espacio, ve en su derredor, de acuerdo al espacio, la naturaleza en inmensa extensión; según el tiempo, le pertenece a él sólo el momento, el Yo vive sólo en el momento; tras sí, el infinito vacío de lo que ha pasado y ante sí, el infinito vacío de lo que vendrá. Pero este vacío hacia atrás lo llena el Yo con las representaciones de lo que fue, con recuerdos en los cuales lo pasado le es no pasado; y el vacío hacia adelante lo llena con las esperanzas y los planes, con las representaciones de lo que queriendo pretende realizar o espera que otros realicen.²³¹

Nesse pequeno trecho, o autor da *Historik* assevera que História e Natureza (Tempo e Espaço) são, ao mesmo tempo, material e representação através dos quais o “Eu-humano”, o historiador, por assim dizer, concebe o mundo. O vazio do que ficou para trás é preenchido pela presença da lembrança, através da qual “o passado torna-se não passado” no presente. O vazio do que está adiante é enriquecido pelas esperanças e planos a serem realizados. É quase impossível não notar que Droysen está trabalhando com uma noção de temporalidade que se tornou notória e foi sintetizada nas categorias desenvolvidas por Koselleck ao tomar o passado como “espaço de experiência” e o futuro como “horizonte de expectativa”.²³²

Retomando o diálogo com seus interlocutores da Filosofia da história, Droysen destaca a importância da obra de Kant na forma de perceber os “fenômenos históricos”, na passagem de um tipo de razão para outro. Segundo Droysen quando:

Kant en su *Crítica de la razón pura*, en su teoría del conocimiento, llega al resultado de que el espíritu pensante no logra llegar al sí de las cosas, a su certeza, en tanto que en la *Crítica de la razón práctica*, demuestra que nuestro querer libre está determinado por la certeza incondicional y por la realidad del conocimiento y que se conserva en el concepto del deber, es este contenido histórico de nuestro Yo, por así decirlo, el que hace desaparecer esta aparente contradicción. Pues en el pensar de la razón pura el Yo hace caso omiso de este su contenido y trabaja sólo como la fuerza lógica de este individuo pensante, mientras que en todo actuar entra en vigor el contenido total del Yo, tal como ha sido históricamente condicionado y devenido y a partir del cual queremos, obramos y operamos.²³³

O que o historiador está ponderando partir da obra de Kant é que o modo de pensar historicamente não está fundamentado propriamente na *razão pura* – ainda que

²³¹ DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 25.

²³² KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “Horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos; Tradução Wilma Maas e Carlos Pereira. – Rio de Janeiro: Editora PUC: Contraponto, 2006. pp. 305-327.

²³³ DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 25.

essa possa fornecer categorias para pensar o que é historicamente pesquisável – precisamos preencher essa experiência de aproximação do passado com o “conteúdo histórico”. É partir dessa relação sensório-intelectual que pensamos no que ficou condicionado e podemos divisar o que outras pessoas desejaram, trabalharam e como agiram. Supondo que os serem humanos – do passado e do presente – atuam intencionalmente e, portanto, quando agimos nos revelamos, nos damos a conhecer e nos reconhecemos. Sobre esse conteúdo histórico – que Hegel trouxe para o âmbito da especulação filosófica – Droysen nos diz que o recebemos a partir do nosso nascimento, das comunidades éticas: família, povo, estado, fé ou incredulidade. São estes os fatores que condicionam o existir e o agir humanos. E o que “o indivíduo é e tem de corporal e espiritual, recebe deles e através deles”.²³⁴

Nesse ponto da discussão deve estar claro que posturas mais radicais como algumas produzidas no interior do Racionalismo e do Empirismo já não encontram lugar nos pressupostos teóricos de Droysen, uma vez que o conhecimento histórico e o próprio material histórico partilham dessa ambivalência sensorial e espiritual. Porque assim é a formação do próprio Eu-do-humano que, valendo-se dos conceitos ligados ao espaço e tempo pretende preencher o vazio que paira atrás e adiante de si a partir da análise do conteúdo histórico do qual ele também é parte inseparável. Por esta razão, Droysen foi um crítico severo das tendências sociológicas que pretendiam tomar o indivíduo por seu componente particular e que, segundo pensava, desacreditavam da possibilidade de analisar o homem de modo coletivo. Sua crítica se resume nos seguintes termos:

Pode-se ver que o ceticismo dessas considerações não se volta contra a realidade do mundo natural, muito menos contra a realidade das formações históricas e morais. Para nós a natureza não é um fenômeno cerebral, o mundo ético menos ainda, não é a frágil "afirmação da vontade de viver". Na prática, vivemos e agimos no sentido confiante de nós mesmos, do nosso Eu-Ser, no sentido imediato da totalidade dentro da qual estamos. Estes são os dois momentos que surgem da natureza do nosso ser, que é espiritual e sensual ao mesmo tempo.²³⁵

²³⁴ DROYSSEN. Grundriss der Historik. Die letzte Druckfassung (1882). p. 478.

²³⁵ Man sieht, die Skepsis dieser Betrachtungen wendet sich nicht gegen die Realität der natürlichen Welt, noch weniger gegen die Tatsächlichkeit der geschichtlichen, der sittlichen Gestaltungen. Uns ist die Natur nicht ein Gehirnphänomen, die noch weniger sittliche Welt die fadenscheinige “Bejahung des Willens zum Leben”. Praktisch leben und handeln wir in dem zuversichtlichen Selbstgefühl unseres Ich-Seins, in der unmittelbaren Empfindung der Totalität, innerhalb deren wir stehen. Es sind dies die beiden Momente, die sich aus der Art unseres Seins, das geistig und sinnlich zugleich ist, ergeben. DROYSSEN. Grundriss der Historik. Die letzte Druckfassung (1882). p. 478.

Além da afirmação recorrente que o sentido da história dá-se na coletividade – nas comunidades éticas – importa destacar também a dimensão natural e ética da realidade histórica e o caráter espiritual (intelectual) e sensual (empírico) do ser-do-homem. Desse modo, a Teoria da História de Droysen visa incorporar todas essas dimensões no horizonte das suas preocupações em compreender o mundo histórico e na busca da construção do sentido para os acontecimentos e o consequente Método que acompanha as suas reflexões também deve abarcar a totalidade dentro da qual o humano está inserido. Nesse sentido ele não está distante de Hegel que via Natureza e História como expressões do Espírito Absoluto. Embora, como já dissemos, não levasse adiante a crença na possibilidade de que disso pudéssemos fazer (re)conectar a razão histórica (empírica) com a razão absoluta (especulada). Essa impossibilidade se afirma como inerente ao método utilizado pelos historiadores e o tipo de verdade que eles pretendem afirmar.

A respeito do Método e sobre a possibilidade de produzir um discurso de verdade a partir do material histórico, Droysen formula de modo quase poético as limitações epistemológicas as quais o historiador está submetido:

O método poderia muito bem mostrar o mecanismo de compreensão e aprendizagem do entendido, mas o ato real de compreensão, essa conexão agradável do nosso espírito com o espírito que se expressa nas formas da realidade, não poderia ensinar o método. O segredo disso reside na natureza ético-intelectual do homem e, mais próximo dele, dos escolhidos. Ele deve ouvir o sussurro dos espíritos, ele deve ter a corda nas profundezas da alma, que imediatamente vibra e soa quando, através das realidades reconhecidas, uma figura de verdade o toca; e ele deve suspeitar que, o que nele soa é um fraco eco da verdade das verdades.²³⁶

Mais do que um exercício de humildade e resignação, a constatação de Droysen de que não podemos ouvir senão o “eco da verdade das verdades” remete mais uma vez

²³⁶ Diese Wahrheiten finden und erfassen heisst verstehen. Die Methode Konnte wohl den Mechanismus zeigen, wie man forschend verstehen und das Verstandene lerne, aber den eigentlichen Akt des Verständnisses, dies kongeniale Zusammenklingen unseres Geistes mit dem Geist, der in den Formen der Wirklichkeit sich ausspricht, konnte die Methode nicht lehren. Das Geheimnis desselben liegt in der ethisch-intellektuellen Natur des Menschen, und näher, des dazu berufenen. Er muss das Flüstern der Geister vernhmen, er muss in der Tiefe der Seele die Besaitung haben, welche sofort schwingt und Klingt wenn, durch die erkannten Wirklichkeiten her, ihn eine Gestalt der Wahrheit berührt; und er muss ahnen, daß, was in ihm klingt, ein leiser Widerklang ist von der Wahrheit der Wahrheiten. DROYSEN. *Historik*. Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857). p. 283. Optamos por traduzir “des dazu berufenen” como “os escolhidos” porque este parece ser o sentido da expressão no conjunto da frase, o que remete à ideia presente tanto em Droysen como em Hegel de que certos sujeitos encarnam e traduzem o “espírito de uma época” e que são escolhidos, chamados para agir em conformidade com as necessidades do período. São estes os chamados heróis.

a sua concepção de história como teodiceia, a verdade última dos acontecimentos não se revela totalmente. Por outro lado, poderíamos aproveitar a metáfora e dizer que a corda atada na profundidade da alma e que vibra fazendo-nos ouvir o sussurro dos espíritos é a própria Teoria da História. Ela que nos permite postular o “ato real de compreensão” e estabelecer a “conexão agradável do nosso espírito com o espírito que se expressa nas formas da realidade” em suas dimensões empírico-intelectual.

Desse modo, notamos como Droysen se apropriou habilmente de Kant e Hegel e das suas proposições, construídas no âmbito do Idealismo alemão, e dos avanços que suas filosofias da história produziram a partir da discussão das teses racionalista e empirista e como construíram novas possibilidades de compreensão epistemológica no âmbito da Filosofia. O que Droysen logrou operar foi a adequação dessa discussão ao universo das Ciências do Espírito, não sem introduzir também novas possibilidades de compreensão e análise adequadas aos seus propósitos e em consonância com as especificidades do objeto histórico. Posteriormente discutiremos como a ambivalência empírico-conceitual do material histórico permite que, no âmbito da Teoria da História, possamos dimensionar o caráter subjetivo e objetivo do Método Histórico e do consequente resultado do seu trabalho, na forma do texto historiográfico.

Como um último esforço de apresentar os elementos que conectam a Filosofia da história de Kant e Hegel à Teoria da História de Droysen, traremos à baila a sua visão teleológica de história. Como já vínhamos anunciando, esse é um dado que conforma a maneira que Droysen aborda o tema do sentido da história e que culmina em sua compreensão dos acontecimentos a partir da interpretação dos dados do passado. Em citação anterior, extraída de Rezende Martins, fizemos notar que “o conceito de sentido estaria assim intimamente vinculado ao de intencionalidade e de teleologia”. Tal encaminhamento demonstra-se assertivo de tal modo que Pedro Caldas apresenta como uma primeira resposta à pergunta que dá título a sua tese sobre Droysen - *O que significa pensar historicamente?* – a afirmativa de que “pensar historicamente é pensar teleologicamente”.²³⁷

A constatação de Pedro Caldas está referendada por uma ampla discussão comparativa entre a visão teleológica de Hegel e Droysen. O argumento de Caldas, amparado nas reflexões de Walter Schulz, aduz ao fato de que essa forma de compreensão histórica representa uma fase inicial no pensamento droyseneano, o que o

²³⁷ CALDAS. *O que significa pensar historicamente*. 2004. p. 11.

aproxima das Filosofias da história, partilhando com elas certa “visão resignada” de história. A pergunta que permanece é: “como foi possível para Droysen pensar a autonomia da história depois de Hegel?”.²³⁸ Para Caldas, é na compreensão hermenêutica da história que Droysen se distancia efetivamente da especulação e avança numa perspectiva de “história como ação”, em que os sujeitos são percebidos com uma carga maior de responsabilidade pelos seus atos, não estando submetidos a nenhuma lógica condicionante como o destino.²³⁹

Em relação à influência de Kant, Droysen se apropria do princípio teleológico subjacente a sua *quarta causa*, a que diz respeito à finalidade. Segundo Renata Sammer, o postulado kantiano é mais bem entendido não como algo exterior aos seres humanos, mas, como algo inerente ao seu próprio desenvolvimento. Nas palavras da autora:

A causa final ou teleológica, não implica que algo transcendente parta de um futuro ainda desconhecido e venha orientar no presente o sujeito rumo a um fim que lhe é exterior. Antes, a quarta causa aristotélica supõe que os entes movem em direção ao seu florescimento, à plenitude de sua vida adulta, à finalidade que portam em si.²⁴⁰

Parece-nos evidente que a quarta causa aristotélica – reapropriada por Kant – se aproxima do tema do fim da história de Hegel. No entanto, Droysen não postula nem a partir de Kant nem de Hegel um “fim da História”, não no sentido de algo que permita encontrar empiricamente a sua realização numa realidade supralunar. Seguindo a análise de Pedro Caldas, diríamos que Droysen relaciona a compreensão teleológica à compreensão hermenêutica e localiza o sentido da história naquilo que chamou de *interpretação das ideias*, algo que, somente após cumprir rigorosamente as etapas anteriores da interpretação – *pragmática*, *psicológica* e das *condições* – o historiador consegue postular compreensivamente como concretização dos processos históricos.

Resta a questão: *Como podemos perceber a “concretização dos processos históricos” em termos imanentes?* E retomando a pergunta anteriormente colocada por Pedro Caldas sobre “*como foi possível para Droysen pensar a autonomia da história*

²³⁸ CALDAS. *O que significa pensar historicamente*. 2004. pp. 83-84.

²³⁹ Pedro Caldas faz essa discussão no segundo capítulo de sua tese, *História como ação: A Hermenêutica em Droysen*, a qual não detalharemos nesse momento, uma vez que dedicamos o nosso capítulo quatro para a abordagem hermenêutica em Droysen. Mesmo o tema do “destino” é visto de modo diferente por Hegel e Droysen: “se em Hegel o destino é uma lei que revela como tal através da minha consciência, em Droysen o destino é necessariamente expresso através da existência que se quer pertença a si mesma, e por isso é autoprodução de sua essência”. CALDAS. *O que significa pensar historicamente*. 2004. p. 121.

²⁴⁰ SAMMER. *A Ética Historista de Johann Gustav Droysen*. 2012. p. 99.

depois de Hegel?” Após fazer suas considerações sobre as causas aristotélicas, Droysen arremata: “É na história da finalidade que o eu da humanidade se concebe e a ideia de liberdade se cumpre”.²⁴¹ A finalidade não é destino, nem fim da história, é a autorrealização do “eu” no seu caminho para a liberdade e na busca pela consciência de si mesmo.

Portanto, se para Kant o sentido da história se localiza no *Plano oculto da Natureza* e para Hegel na *Astúcia da Razão*, para Droysen, o sentido na história encontra-se nos próprios acontecimentos e na reconstrução interpretativa do passado que tenta estabelecer o progresso da liberdade através das ações humanas que podem ser empiricamente verificadas e localizadas no interior das comunidades que compõem um mundo ético.

QUADRO 02 – As causas aristotélicas e o mundo histórico de Droysen.²⁴²

Causas Aristotélicas	Sistemática	O tipo Material Histórico
Causa Material	O trabalho histórico segundo seus materiais.	Tudo que a natureza deu e o que a História fez evoluir. § 50.
Causa Formal	O trabalho histórico segundo suas formas.	As comunidades éticas. § 55.
Causa Eficiente.	O trabalho histórico segundo seus agentes	Os atos de vontade. § 72
Causa Final	O trabalho histórico segundo seus fins.	A consciência de si mesmo. § 83

O quadro acima tenta estabelecer uma comparação entre a teoria das quatro causas aristotélica e o que Droysen chamou, na *Sistemática*, de mundo ético ou histórico a partir do material historicamente pesquisável. Um quadro semelhante foi proposto por Renata Sammer visando sintetizar a influência aristotélica tanto na *Sistemática* quanto na *Metódica* de Droysen. Nessa mesma direção, André Cremonezi também chamou atenção para o fato de que o conceito de compreensão de Droysen está intimamente relacionado à ideia de causalidade. No entanto, Cremonezi destaca que, diferente das ciências da natureza em que os conceitos de causa e efeito têm certa lógica

²⁴¹ DROYSEN. *Historik*. Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857). p. 385.

²⁴² Renata Sammer traz um quadro semelhante do qual partimos para construir este no qual apontamos para o dado comparativo e para o aspecto histórico em Droysen que não estava evidentemente no filósofo grego. SAMMER. *A Ética Historista de Johann Gustav Droysen*. 2012. p. 105.

funcionalista, na história isso não ocorre da mesma maneira, entre outras razões porque a causa eficiente, ou seja, a força que dá movimento à matéria é a vontade humana, fazendo com que a ação humana torne o processo histórico um caráter indeterminado.²⁴³

Como sabemos e o próprio Droysen afirma, a complexidade da história deve-se ao fato de que:

Toda evolução e crescimento é movimento em direção a uma finalidade, que, realizando-se no movimento, quer chegar à consciência de si mesma. No mundo ético, as finalidades enfileiram-se uma à outra numa cadeia infindável de anéis. Cada um desses fins tem inicialmente o seu caminho e a sua formação própria, mas simultaneamente, cada um deles condiciona o outro e é condicionado por este.²⁴⁴

Visto desse modo, percebe-se que o sentido histórico, para Droysen, relacionado à sua perspectiva teleológica de história, toma de empréstimo a teoria das causalidades aristotélicas a partir da leitura kantiana, relacionando a história do progresso do espírito de Hegel, porém, não sem emprestar novos sentidos para essas formulações.

A História para Droysen é o movimento da humanidade no seu caminho de autorrealização, na busca pela liberdade e consciência de si mesmo, a partir de atos de vontade que põem os acontecimentos em curso, sem que nisso esteja inserida uma dinâmica de causa e efeito como na Natureza; isso porque a natureza humana é de tipo “sensório-intelectual” e não “mecânica-causal”. A história não tem um fim porque é uma cadeia infinita de acontecimentos que se relacionam e se condicionam. Não adianta buscar o sentido último das coisas, a manifestação do absoluto, do eterno ou “verdade das verdades” porque nada disso pode ser demonstrado empiricamente. O sentido da história deve ser buscado na dinâmica dos acontecimentos, a partir dos conceitos extraídos das categorias gerais de espaço e tempo, numa leitura a partir da posição de quem observa retroativamente e busca interpretar os dados do passado, na relação empírica possível mantida com o material histórico disponível no aqui e agora do presente do intérprete.

Para finalizarmos, cremos ser pertinente recuperar aqui a centralidade da Teoria da História de Droysen, concordando mais uma vez com Arthur Assis, quando este afirma haver quatro “ídolos” que o historiador alemão oitocentista buscou criticar e superar.

²⁴³ CREMONEZI. *O conceito de compreensão na “Histórica” de Johann Gustav Droysen*. 2005. p. 82.

²⁴⁴ DROYSSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 84.

O *primeiro ídolo* que a *Historik* de Droysen foi a estetização, a tendência de priorizar a "exposição artística" como característica determinante da obra do historiador. Aqui a crítica direta tem sido dirigida ao historiador alemão Gervinus, do qual falaremos em capítulo posterior. O *segundo ídolo* combatido foi a supervalorização dedicada à crítica das fontes como se esta operação fosse o suficiente para determinar o material histórico pesquisável e garantir a objetividade do resultado do trabalho histórico. Sem dúvidas Droysen mira a perspectiva rankeana de história nessa crítica. O *terceiro ídolo* foi as posições políticas mais conservadoras que, a partir de uma visão de história que aspira a uma pretensa imparcialidade, desaconselhasse os historiadores a se envolver diretamente nos processos de mudanças sociais. Postura que opõe o autor da *Historik* mais uma vez em relação a Ranke, mas, também o leva a criticar a Hegel. O *quarto ídolo*, embora Droysen tenha mantido uma relação ambígua com a questão, diz respeito às Filosofias da história e sua carga especulativa. Droysen não rompe por completo com os filósofos, como esperamos ter ficado evidenciado nesse capítulo. Conforme havia alertado José Julião, esse processo de passagem de uma Filosofia para uma Teoria da História é lento e cheio de permanências.²⁴⁵

De todo modo, acreditamos que, para além das releituras que Droysen fez de temas postulados por Kant e Hegel, sobretudo, o fato que vai fazer com que ele efetivamente se distinga desses autores é a definição do mundo histórico, do material a ser pesquisado e das regras da pesquisa histórica. cremos que o diálogo com outros autores situados no campo das chamadas *ciências históricas* em formação nesse século XIX é o que permite que Droysen dê outras respostas para as perguntas colocadas de início: sobre o que é o conhecimento e o conhecimento histórico em particular, sobre como podemos conhecer, a partir de quais condições e qual a natureza do conhecimento praticado pelos historiadores.

No próximo capítulo buscaremos demonstrar que foi a partir da sua aproximação com os temas discutidos no interior do Historicismo que Droysen definiu melhor as linhas de interesse da pesquisa histórica e o seu objeto específico: o mundo histórico.

²⁴⁵ ASSIS. Outline of the Theory of History. 2022. pp. 16-17.

CAPITULO III

O paradigma historicista: a fundamentação teórica da História.

A proposta de escrever um texto que demonstre a aproximação do Método Histórico de Droysen com os temas discutidos no interior do Historicismo é desafiadora. Faz-nos lembrar da afirmação contundente de Sérgio da Mata quando diz que “não existe qualquer definição consensual do que é, ou do que seria, ou do que foi historicismo”, seguida da advertência de que “esta dificuldade de princípio não deve, porém, nos constranger”.²⁴⁶ Neste capítulo enfrentaremos o desafio de relacionar os pressupostos teóricos que atravessam a discussão posta na *Historik* a partir de noções básicas que apontam para a inserção de Droysen como um dos autores-formuladores da perspectiva historicista da História no século XIX.

Evidentemente é preciso dizer, seguindo o que fora apontado por Herbert Schnädelbach, que dificilmente veremos um autor se autodeclarando historicista, principalmente nesse contexto de meados do século XIX em que o campo disciplinar histórico ainda estava em formação.²⁴⁷ A própria palavra não havia se difundido no sentido que depois será utilizado, como um paradigma historiográfico, e, portanto, nem figura entre as expressões utilizadas por Droysen. De todo modo, isso não inviabiliza que em uma análise posterior possamos atribuir ao referido autor uma definição que estabeleça uma relação entre a obra droyseniana e a concepção historicista de história em uma perspectiva diacrônica, embora o façamos com os devidos cuidados sem lhe imputar questões para com as quais o autor não se comprometeu.

Assumindo a tarefa de tentar situar no campo historiográfico o que estamos chamando de Historicismo e posteriormente buscar aproximar as teses droysenianas desse horizonte de compreensão histórica, o argumento principal desse capítulo parte do suposto que foi no interior da vertente historicista da História que Droysen fundamentou teoricamente o seu modo de ver o mundo histórico. Mais do que simplesmente filiar o autor a uma determinada concepção paradigmática do saber histórico e a partir disso explicar seus argumentos, o que está no horizonte das nossas intenções é apontar como Droysen foi um dos autores que mais e melhor ajudou a construir um novo modo de

²⁴⁶ D MATA, Sérgio. Elogio do historicismo. In. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna* (Org.) Valdeí Lopes de Araújo [et. al]. Belo Horizonte: MG, Argvmentvm, 2008. p. 49.

²⁴⁷ SCHNÄDELBACH, Herbert. La Filosofía de la historia despues de Hegel. El problema do historicismo. Versão Castellana de Ernesto Garzón Valdés. Buenos Aires: Alfa, 1980 [1974]. p. 21.

pensar historicamente com todos os contornos do que podemos chamar de uma Teoria da História. Neste sentido, buscamos inclusive apontar as aproximações e distanciamentos das suas concepções em relação a autores situados dentro e fora da sua perspectiva teórica.

Para evitar maiores complicações, deixemos claro que o Historicismo ao qual faremos menção nesse texto trata-se sempre do paradigma historiográfico que teve seu início entre os intelectuais alemães do século XIX.²⁴⁸ Essa observação é necessária dado estarmos tratando de uma expressão que teve aplicações e compreensões variadas ao longo da história da historiografia, reunindo em torno de si muitas “camadas de significados” que nem sempre aduzem ao sentido que aqui estamos empregando.²⁴⁹

O historiador brasileiro Estevão de Rezende Martins afirma que a palavra *historismus* apareceu pela primeira vez no livro do filósofo e crítico literário alemão Friedrich Schlegel (1772-1829), *Die Griechen und die Römer* (1797), posteriormente seu uso foi incorporado aos textos filosóficos como uma noção que servia para “designar tanto uma filosofia especulativa da história quanto o esforço de distinguir-se dela” e somente no final das últimas décadas do século XIX o termo passou a ser utilizado nos “debates acerca da utilidade do pensamento histórico como contraposto ao pensamento racional na economia, no direito e na teologia”.²⁵⁰ Assim, é compreensível que quando da escrita das versões da *Historik* o termo ainda não estivesse amplamente

²⁴⁸ A categoria Paradigma, como lembra-nos Sertório Neto, remete a *exemplo, modelo, padrão*, contudo, encontra melhor definição quando associada ao tipo de pensamento que subjaz a forma de produção do conhecimento científico e desde as reflexões do físico e filósofo Thomas Kuhn (1922-1996) vem sendo utilizada para definir outras formas de pensamento e atividades humanas. “Para Kuhn, o conhecimento científico é definido basicamente pela adoção de um paradigma, e um paradigma nada mais é do que uma estrutura mental – composta por teorias, experiências, métodos e instrumentos – que serve para o pensamento organizar, de determinado modo, a realidade e os seus eventos. Essa estrutura, que comporta fatores também psicológicos e filosóficos, é assumida e partilhada pelo conjunto dos membros da comunidade científica e, por causa disso, necessariamente, emerge dali uma unidade social fundada numa visão de mundo consensual”. SILVA NETO, Sertório de Amorim. O que é um Paradigma? *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, Volume 45, Número 2, Outubro de 2011. p. 347. Para Kuhn, uma visão paradigmática está contemplada em outras formas de conhecimentos que não apenas àquelas oriundas das Ciências Naturais. KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

²⁴⁹ Tomo de empréstimo a sugestiva definição de Reinhart Koselleck para quem “A retrospectiva diacrônica pode dar acesso a camadas de significado que permanecem encobertas no uso espontâneo da língua”. KOSELLECK. *Futuro Passado*. 2006. p. 115.

²⁵⁰ MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In. *Teoria e Filosofia da História: contribuições para o ensino de História*. Curitiba: W & A Editores, 2017. pp. 158-159. Ocasionalmente alguns autores utilizam “historismo” como escrito em alemão, sempre que fizemos uso de citação literal a expressão permanecerá como mencionada, sem prejuízo de compreensão. Ver: SAMMER. *A Ética Historista de Johann Gustav Droysen*. Rio de Janeiro. 2012. pp. 11-12; CALDAS, Pedro. O limite do Historicismo: Johann Droysen e a importância do conceito de Bildung na consciência Histórica alemã do século XI. *Revista Filosófica de Coimbra*. n.º 29, 2006. p. 142.

difundido, o que explica de certo modo o fato de que a palavra ainda não figure nas suas páginas, embora o conceito de História a ela atrelado já estivesse presente.²⁵¹

Seguindo o raciocínio de Martins podemos falar em três momentos da história do historicismo: da *concepção*, de fins do século XVIII a início do XIX; da *recepção*, meados do XIX a início do século XX; e da *crise*, após os eventos que marcaram os dois pós-Guerra até a década de 1960. Em cada um desses momentos a palavra foi adquirindo novos sentidos, ora mais precisos ora mais difusos e até mesmo contraditórios, não necessariamente numa perspectiva excludente.

Vê-se que cronologicamente Droysen se situa entre aqueles que receberam a influência dos autores que conceberam uma abordagem historicista e que levou adiante essas recepções. Ressalte-se que nesse período de início do século XIX o campo de saber histórico não se encontrava delimitado e os profissionais das chamadas “Ciências Históricas” eram representantes das mais variadas formações: teólogos, filósofos, filólogos, letrados e eruditos de modo geral. Desse modo, é possível supor que Droysen é um desses intelectuais que consegue estabelecer a conexão entre essas formas mais amplas de pensamento histórico e os contornos que a pesquisa histórica vai tomando na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX. As primeiras gerações de historiadores que daí emerge podem ser vistas como aquelas que recepcionaram e ajudaram a elaborar as categorias, os conceitos, as ferramentas de análises e pressupostos do campo disciplinar da história em formação, e disso resultam as múltiplas formas de compreensão histórica mesmo quando olhamos apenas para um paradigma historiográfico.

Apesar da multiplicidade de posicionamentos e divergências entre aqueles autores que podemos identificar como pertencentes ao grupo dos historicistas há certo consenso de que podemos identificar alguns pontos que são comuns a esses historiadores e que dão sentido e concretude a essa vertente historiográfica. Os historicistas, particularmente os dos oitocentos, recusavam o uso de métodos das Ciências Naturais na análise de processos históricos; criticavam a pretensão de neutralidade na produção do conhecimento; negavam a possibilidade de produzir leis

²⁵¹ Esse novo conceito de História que, segundo Koselleck, surge na modernidade e que se constitui como um singular coletivo foi resumida por Droysen em uma frase: “Mas acima das histórias está a História”. DROYSSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 71. A tese koselleckiana resume-se no argumento de que “A história, então, passa a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo. O tempo se dinamiza como uma força da própria história. Mas esta nova fórmula da experiência pressupõe também um novo conceito de história, a saber, a história como singular coletivo, que a partir de mais ou menos 1780 pôde ser concebido como história em si, sem um objeto a ela coordenado ou um sujeito pré-ordenado”. KOSELLECK. *Futuro Passado*. 2006. p. 115.

universais na História; além de alguns autores mais destacados apontarem a relatividade das fontes históricas e do próprio historiador, bem como encaminharam a propositura de métodos específicos que melhor atendessem as especificidades da pesquisa histórica, resguardando suas qualidades científicas, rompendo, portando, com o monismo metodológico até então prevalente.

Os dois primeiros paradigmas historiográficos que se forma ainda no século XIX é o Positivismo e o Historicismo. No caso do Positivismo, conforme afirma D'Assunção Barros, ele consegue se definir primeiro porque herda do Iluminismo um conjunto de ideia que os autores filiados a este modelo de explicação apenas deslocaram para legitimar um tipo de sociedade conservadora emergida no período pós-revolucionário que marca a ascensão da burguesia como classe social, econômica e politicamente dominante.²⁵² O Historicismo por sua vez herda, por assim dizer, questões que já haviam sido pensadas por autores vinculados ao Romantismo, outra escola de pensamento difícil de definir, mas, em torno da qual gravitavam teólogos, juristas, filólogos e filósofos que escreveram textos sobre História, entre eles, nomes de grande destaque como Justus Möser (1720-1794), Johann Herder (1744-1803), Friedrich von Savigny (1779-1761, que vinham postulando leituras sobre a realidade histórica a partir das especificidades de cada povo e que contrapunham as teses generalizantes do Iluminismo.²⁵³

No caso específico de Herder, que escreveu em 1774 o seu *Ideia para Filosofia da história da Humanidade* – criticando em grande parte as teses kantianas – podemos observar ideias seminais que influenciariam diretamente os historicistas, como o rompimento com a noção de natureza humana invariável, a valorização de cada contexto histórico por suas características intrínsecas, defesa da variedade e individualidade das experiências históricas de cada povo, leitura crítica da ideia de

²⁵² Para tanto, basta verificar a enorme influência que as teses postas por Condorcet em *Esboço para um quadro histórico do Progresso Humano* (1793) exerceram sobre os escritos de Auguste Comte, principalente no seu *Curso de filosofia positiva* (1830). Pressupostos como: *ideia de progresso história, Método de investigação de base empírica* (conforme as ciências da natureza), *progresso do espírito humano a partir de três estágios, tentativa de construir uma neutralidade epistemológica, busca por estabelecer as leis gerais de compreensão das transformações sociais*, são algumas das noções compartilhadas por esses autores e que permanecem como a herança iluminista no Positivismo. Ver: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*; tradução Vitor Matos e Sá. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964 [1959]. pp. 60-70. 88-103.

²⁵³ SCHNÄDELBACH, 1980[1974]. pp. 21-31. Falar do legado romântico não significa dizer que o Historicismo é apenas seu continuador. O próprio Droysen, em texto anteriormente citado, discutiu as contribuições desses autores, mas, sempre destacando também os limites do que eles pensaram quando transportados para o modo de pensar historicamente do tipo como os historiadores o fazem. DROYSSEN. *Über die Deutsche Geistesgeschichte von Kant bis auf Schleiermacher* (1842). In: *Historik*. Vol. 2, 2007. pp. 203-224.

História como Mestra da Vida (ainda que defendesse a função de formação do conhecimento histórico).²⁵⁴ Podemos então dizer que o Romantismo foi a primeira expressão intelectual que se manifestou contra a pretensão iluminista de universalidade da História – mesmo em sua vertente cosmopolita –; e, desse modo, preparou o ambiente cultural em que o Historicismo pode estabelecer suas bases.²⁵⁵

Percebe-se com isso que o Historicismo contrapunha-se categoricamente à visão de história encaminhada pelo Positivismo, não podendo ser de modo algum confundido com esta abordagem proposto por Auguste Comte (1798-1857) para as Ciências Sociais, mas, devendo ser pensados um e outro como antagônicos.²⁵⁶

Para Droysen, a História havia se livrado do domínio da especulação filosófica e teológica por volta do século XVIII, momento a partir do qual as ciências naturais tentaram sobrepor-se às ciências humanas apresentando seu método como o único de caráter científico.²⁵⁷ É nesse contexto que aparecem as críticas de Droysen ao modelo positivista, para quem:

Así como hace 50 años la filosofía, todavía con toda la soberbia del dominio absoluto, afirmaba que sólo ella era científica y que la historia lo era en la medida en que sabe ser filosófica - así también ahora aparecen las ciencias naturales y sostienen que científico es sólo lo que se mueve con el método de las ciencias naturales, y la llamada filosofía de Comte y de Littré adhiere a ellas, y Thomas Buckle escribe tres tomos para elevar por este camino a la historia, como él lo dice, al rango de ciencia.²⁵⁸

²⁵⁴ GARDINER. Teorias da História. 1964 [1959]. pp. 41-59. Droysen faz várias menções a Herder no texto da *Historik*, muitas delas reconhecendo o valor das suas contribuições.

²⁵⁵ Sobre a influência da cultura romântica na historiografia alemã ver: RODRIGUES, Antônio Edimilson Martins. Em busca de novos horizontes. Reflexões sobre a cultura romântica. In. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna* (Org.) Valdei Lopes de Araújo [et. al]. Belo Horizonte: MG, Argvmentvm, 2008. pp. 81-106. O autor afirma que “o Historicismo faz parte da cultura romântica até a sua feição rankeana, quando se processa um distanciamento entre a história romântica, ou o Historicismo estético, e o historicismo cientificista”. (p. 87).

²⁵⁶ Ver: BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*, vol. 02: Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. A mesma observação que fizemos acerca do Racionalismo e do Empirismo também cabe aqui. Quando observamos a prática concreta de alguns historiadores vemos que, de lado a lado, positivistas e historicistas partilham pontos em comum, como resultado dos diálogos que mantiveram, pelo contexto em que discutiram certos temas e pelas características da formação individual de cada autor e suas múltiplas influências.

²⁵⁷ Importante notar que, mesmo Droysen afirmando que a História se liberou do domínio das filosofias da história e da visão teológica no século XVIII essa influência pode ser vista em continuidade por muito tempo no trabalho dos historiadores, inclusive no seu próprio trabalho, como vimos no capítulo anterior.

²⁵⁸ DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 24. Além do filósofo francês Auguste Comte e do historiador inglês Thomas Buckle, há uma referência também ao filósofo e lexicógrafo francês Émile Littré (1801-1881), autor de dicionários e livros de história da língua francesa utilizando o método positivo comteano.

Vemos aqui a explícita recusa de Droysen aos pressupostos das filosofias da história e da história positivista. No caso específico de Thomas Buckle (1821-1862), sobre quem Droysen já havia feito apreciações quando escreveu uma resenha do livro *História da Civilização na Inglaterra* (1858-1861), e acrescentou na edição de 1882 da *Historik* largos comentários sobre a perspectiva teórica desse autor.

No tópico intitulado *Elevando a história à categoria de ciência* Droysen comenta de forma crítica que:

Buckle vê o conteúdo histórico real da vida humana no que ele chama de civilização. Ele desenvolveu a história da civilização do povo inglês, francês, espanhol, escocês, para mostrar nesses exemplos a aplicação de seu método, a correção das leis encontradas por ele. Ele encontra estas leis, como ele diz, nas únicas duas maneiras possíveis, a da dedução e a da indução; dessa forma, demonstrando como essas leis explicam o desenvolvimento histórico da civilização entre os povos acima mencionados; desta forma, a partir da abundância de fatos que ele reuniu em seus estudos, ele resume o autoritário e decisivo e encontra a expressão superior unindo-os.²⁵⁹

No excerto acima fica evidente a crítica de Droysen a dois dos pressupostos positivistas: o uso do método das ciências da natureza (dedução e indução) e a pretensão de postular leis que explique o desenvolvimento histórico. Na sequência dos seus comentários, Droysen afirma ainda que não examinaria o modo como Buckle aplica a indução e dedução ao material histórico, mas, adverte que sua maneira de usar a fonte, na seleção de suas indicações, na adequação de suas compilações, havia muitos erros, arbitrariedade e inadequação.²⁶⁰ O ponto central do argumento é que a forma como o historiador inglês se valia dessa metodologia levava a uma ideia de empiria que não servia para o tipo de material com o qual a História trabalha porque lhe impõe tarefas e

²⁵⁹ Buckle sieht den eigentlichen geschichtlichen Inhalt des Lebens der Menschheit in dem, was er Zivilisation nennt. Er hat die Geschichte der Zivilisation des englischen, französischen, spanischen, schottischen Volkes entwickelt, um an diesen Beispielen die Anwendung seiner Methode, die Richtigkeit der von ihm gefundenen Gesetze zu zeigen. Er findet diese Gesetze, wie er sagt, auf den zwei einzigen möglichen Wegen, dem der Deduktion und dem der Induktion; auf jenem Wege, indem er nachweist, wie sich aus diesen Gesetzen die geschichtliche Entwicklung der Zivilisation bei den genannten Völkern erklärt; auf diesem, indem er aus der Fülle von Tatsachen, die er in seinen Studien gesammelt hat, die maßgebenden und entscheidenden zusammenfaßt und den sie vereinigenden höheren Ausdruck findet. *Erhebung der Geschichte zum Rang einer Wissenschaft*. In: DROYSEN. Grundriss der Historik. Die letzte Druckfassung (1882). p. 453.

²⁶⁰ Mais adiante, no próximo capítulo, veremos como o próprio Droysen faz uso da dedução e da indução na construção do seu método, de forma a evitar uma visão empírica simplória.

um conceito de ciência que não corresponde ao tipo de domínio do conhecimento humano que a história buscar cumprir.²⁶¹

Ainda de modo um tanto contundente e até mesmo irônico, Droysen encaminha uma terceira crítica à perspectiva positivista de Buckle: o princípio que afirmava ser possível manter um afastamento epistemológico que garantisse a neutralidade do investigador em relação ao objeto. Ao afirmar que se ele, Buckle, pretendia “acender uma luz para nós, historiadores no escuro” deveria ter deixado claro como isso ocorreria para uma série de aparências.

Ele deveria ter mostrado o que significa para o epitomador caprichoso, o espírito humano, os fenômenos no espaço como natureza, no tempo como a história resume, não porque eles são em si mesmos e objetivamente assim e tão separados, mas para poder pensar neles ou não; ele teria então reconhecido como esse material é feito, teria uma "Ciência da história" para fazer e trabalhar com ele.²⁶²

Observa-se que a questão abordada e que serve como ponto de discordância entre os autores é também certa noção de “fato histórico”, algo que para Droysen precisa ser encarado não como uma determinação imposta pelo observador, mas, como um dado presente na realidade observada que será ainda trabalhado pelo espírito humano. Procedendo desse modo, Droysen estava rebatendo os principais postulados da historiografia positivista e afirmando por outro lado aquilo que conforma a sua identidade teórica como um historicista de quilate refinado. Como já dissemos, Droysen encaminha a discussão sobre a subjetividade da fonte, do pesquisador e do resultado do seu trabalho baseando em uma perspectiva historicista que lhe possibilita uma sofisticada definição de fonte histórica e uma percepção problematizada do que e como dela pode ser extraído em termos de conteúdo histórico. Tudo isso sem romper com a noção de objetividade que nele, Droysen, subjaz de modo bastante singular e a qual ainda voltaremos para especificar melhor.

Antes de prosseguirmos na nossa análise da fundamentação do conhecimento histórico em sua vertente historicista será oportuno apresentar um breve panorama das

²⁶¹ DROYSEN. Grundriss der Historik. Die letzte Druckfassung (1882). pp. 454-455. Não deixa de ser interessante notar que Droyse utiliza exatamente a filosofia kantiana para contrastar ao modelo empírico do positivismo.

²⁶² DROYSEN. Grundriss der Historik. Die letzte Druckfassung (1882). p. 457. Er hätte zeigen müssen, was es bedeutet, daß der wunderliche Epitomator, der Menschengestalt, die Erscheinungen dem Raum nach als Natur, die der Zeit nach als Geschichte zusammenfaßt, nicht weil sie an sich und objektiv so sind und so sich scheiden, sondern um sie or sen und denken zu können; er würde dann erkannt haben, wie daß Material beschaffen ist, müt dem eine "Wissenschaft der Geschichte" zu tun haben und arbeiten kann.

principais leituras que essa abordagem mereceu ao longo da história da Historiografia posterior a obra droyseneana. Isso nos ajudará a apontar a singularidade do Historicismo por ele praticado, a compreender a centralidade dos seus argumentos, os limites das suas afirmações e o modo como dialogou com as questões do seu tempo. A discussão que se segue apresenta algumas das críticas feitas ao Historicismo de modo que possamos realizar um diálogo intersubjetivo retroativo com as teses de Droysen.

3.1 – Algumas leituras acerca do Historicismo na Historiografia.

Na virada do século XIX para o XX, diversos autores se debruçaram sobre a chamada “crise do Historicismo” e foi nesse contexto que a maioria das imagens que temos sobre esse paradigma foi construída. Conforme Arthur Assis, essa tarefa foi assumida por Jacob Burckhardt, Friedrich Nietzsche, Ernst Troeltsch, Karl Heussi e Friedrich Meinecke, como uma tentativa de resposta para aquilo que representava “uma crise do padrão oitocentista de justificação do pensamento histórico e da historiografia”.²⁶³ Ao recuperarmos algumas dessas leituras estamos também historicizando parte da compreensão atual, em larga medida generalizada sobre o tema, que não necessariamente corresponde à abordagem específica de um autor situado em contexto anterior.

Na história das análises do Historicismo, em um primeiro momento, dois autores se destacam por terem construído imagens que marcaram profundamente o que se passou a considerar como a visão historicista de história. O *primeiro* deles foi Nietzsche, porém, no caso desse autor é preciso ponderar que embora fizesse uma crítica acirrada ao tipo de consciência histórica representada, sobretudo, por Hegel, essa crítica não se estendia, em grande medida, ao trabalho dos historiadores ligados ao Historicismo, pelo menos não às suas vertentes mais críticas. De modo semelhante, pode-se dizer sobre as críticas de Karl Popper que, utilizando o rótulo “historicista” para se referir às teorias das ciências sociais, buscava interpretar a realidade em bases empiristas e nomotéticas, portanto, algo que nenhum autor ligado à historiografia historicista explicitamente nunca propôs.²⁶⁴

²⁶³ ASSIS, Arthur Alfaix. Friedrich Meinecke. A formação do Historicismo: considerações preliminares. In. *Lições da História: da ciência científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Jurandir Malerba (Org.). Porto Alegre: FGV, Edipucrs, 2013. p. 257.

²⁶⁴ NIETZSCHE, Friedrich (1844-1900). II consideração intempestiva: sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In. *Escritos Sobre História*; tradução Noéli Correia de Melo. São

Especificamente sobre Nietzsche, responsável por apontar alguns dos aspectos desagradáveis do Historicismo, Estevão Martins afirma que as críticas do filósofo alemão partiam de um equívoco conceitual básico: “o de tratar no mesmo plano a história-vida e a história-narrativa”.²⁶⁵ Nietzsche nunca analisou detidamente as obras historiográficas e sim elaborou uma crítica à visão de história pautada num projeto de racionalidade, algo que se afigura muito mais nas obras da filosofia hegeliana.

Nietzsche não desconhecia a historiografia de seu tempo; pelo contrário, leu e até comentou as obras de Niebuhr e Ranke, e foi amigo de Burckhardt, que havia sido aluno de Droysen, embora nunca tenha mantido – até onde sabemos – um diálogo direto com esses autores. Com este último em particular seria uma interlocução interessante porque notamos algumas semelhanças entre as críticas do autor das *Considerações* e o da *Historik* à historiografia corrente no século XIX. Como bem observou José Carlos Reis, Nietzsche não criticou a historiografia como um todo e sim uma determinada concepção de história alemã que ele associava ao Historicismo, essa febre que corruíra toda a cultura histórica do seu tempo, uma espécie de “virtude hipertrofiada” que busca desvelar um sentido em tudo.²⁶⁶

Ainda segundo Reis, nas *Segundas Considerações Intempestivas* há três críticas centrais a essa cultura histórica representada pela filosofia hegeliana: a *primeira crítica* é dedicada ao mundo universitário, com suas regras de conduta, seus métodos, ciosa da sua tarefa de construir memória, a qual Nietzsche opõe apresentando o esquecimento e a escolha dos recortes do passado como úteis na construção de saber para a vida; a *segunda crítica* dirige-se aos próprios historiadores e ao método histórico, particularmente a tentativa de narrar os acontecimentos tal como aconteceram, embora o autor não rejeitasse a possibilidade de produzir um conhecimento histórico objetivo; a *terceira crítica* de Nietzsche volta-se a uma determinada visão de história que estuda o passado pelo passado, enquanto para ele o presente é quem se encarrega de entender o passado, mas, sempre em virtude do futuro.²⁶⁷

Apesar de serem aparentemente excludentes entre si, segundo Reis, as três críticas de Nietzsche também são reveladoras do modo como ele manteve um diálogo

Paulo: Folha de São Paulo, 2015[1874]. pp. 47-118; POPPER, Karl. *A Miséria do Historicismo*. São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980 [1957].

²⁶⁵ MARTINS. Historicismo: o útil e o desagradável. 2017. p. 158.

²⁶⁶ NIETZSCHE. *II consideração intempestiva*. 2015 [1874]. p. 48.

²⁶⁷ REIS, José Carlos. A consciência histórica ocidental pós 1871: Nietzsche e a legitimação da conquista europeia do planeta – o projeto alemão. In. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*: Hegel, Nietzsche, Ricœur. 2ª Reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pp. 163-168.

com a cultura histórica do seu tempo, a história historicista da qual, segundo pensamos, o filósofo compartilhava mais do que discordava, quando comparado com o Historicismo praticado por Droysen, por exemplo. Todas essas questões e ponderações feitas por Nietzsche foram consideradas na formulação do Método Histórico encaminhado pelo autor da *Historik* como mais adiante veremos.

O segundo dos autores mencionados foi Friedrich Meinecke (1862-1954), autor que escreveu em 1936 um livro específico sobre o Historicismo e certamente o texto que mais influenciou esse debate, José D'Assunção Barros afirma que o autor defende a filiação do Historicismo ao Iluminismo, sendo o equivalente historiográfico deste modelo de pensamento filosófico, ainda que ressalte que o Historicismo representa uma ruptura com a visão universalizante.²⁶⁸ Arthur Assis também ressalta essa mudança de uma “visão generalizadora” para uma “visão individualizadora” na interpretação de Meinecke, porém, adverte que ao falar em “historicismo”, o autor não se referia à “trajetória da moderna historiografia alemã, mas antes a de uma forma geral de pensamento sobre as coisas humanas”. De fato, Meinecke não propõe um debate historiográfico em seu livro e isso fica bastante evidente quando o autor elege como recorte temporal o período que vai da escrita das obras de Leibniz até a obra do romancista Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), portanto, autores que, a despeito da influência que tiveram na escrita dos historiadores, estavam situados fora do campo historiográfico.²⁶⁹

Para sermos justos com Meinecke é preciso dizer que sua pretensão era apresentar o Historicismo como uma nova visão de história que encontrou lugar entre os filósofos ingleses, alemães, franceses e italianos do século XVIII. Por esta razão o autor situa como precursores dessa “nova visão” intelectuais como o moralista Anthony Ashley-Cooper (conde de Shaftesbury), Leibniz, Godofredo Arnald e Giambatista Vico. Segundo o próprio Meinecke estes foram os quatro pensadores que apresentaram os fundamentos do nascente historicismo, a saber: o neoplatonismo, o pietismo e

²⁶⁸ BARROS, José D'Assunção. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem* (TEL), v.1, n.2, maio/ago. 2010, p. 91; MEINECKE, Friedrich. *El historicismo y su genesis*. Mexico: FCE, 1982 [1936].

²⁶⁹ ASSIS. *Friedrich Meinecke*. 2013. pp. 258-259. Em 1939, Marc Bloch escreveu uma resenha do livro de Meinecke. Bastante elogiosa, a resenha de Bloch ajudou a difundir, no meio acadêmico francês, a visão que o autor alemão apresentava sobre o historicismo. BLOCH, Marc. “¿«Historismo» o trabajo del historiador?”, in *Annales d'histoire sociale* (París), vol. I, 1939, pp. 420-430. Versión española de F. J. González García tomada de Marc BLOCH. *Historia e historiadores*. Madrid: Akal, 1999. pp. 99-101.

protestantismo, nova sensibilidade estética, exigência profunda de contato com a humanidade e, como sustentáculo de tudo, “uma nova pulsão da vida espiritual”.²⁷⁰

Pelos próprios elementos que Meinecke aponta como os fundamentos do Historicismo nascente – a fase de *recepção*, para usarmos a expressão de Estevão Martins – percebemos que ele não discute o tema a partir de uma visão teórica da História, mas, ainda em termos de uma filosofia da história. Isso fica bastante evidente também quando Meinecke afirma, “sem rodeio” que isto representou “un enriquecimiento interior de los caminos de la evolución mediante uma tensión fecunda, que el pensamiento histórico del siglo emprendiera el rescate del mundo historico para la vida com los medios, de otra inspiración, de la Ilustración”.²⁷¹ A partir desse ponto todo o restante da primeira parte de *El historicismo y su genesis* é dedicada a apresentar as contribuições de Voltaire, Montesquieu, Hume, Gibbon, Robertson, Ferguson, Burke, ou seja, os filósofos ligados ao movimento da Ilustração.

A segunda parte do livro é toda dedicada a apresentar os autores alemães que contribuíram para a construção do Historicismo, segundo era entendido por Meinecke. Entre estes estavam os precursores Lessing e Winckelmann, e Möser, Herder e o já mencionado Goethe como continuadores. As poucas menções aos historiadores profissionais como Gatterer, Niebuhr, Burckhardt e Treitschke são, quando muito, apenas notas que confirmam o pensamento dos “percussores”. Até mesmo a figura mais notável do Historicismo alemão, Leopold von Ranke, aparece apenas no apêndice do livro de Meinecke, escrito como homenagem póstuma por ocasião dos 50 anos de falecimento do velho mestre. Mas, este também ocupa posição similar aos seus colegas nas considerações de Meinecke, o de continuador dos filósofos da Ilustração no “caminho da evolução do pensamento sobre o mundo histórico”. Se nem Ranke mereceu uma análise acurada de sua obra historiográfica, Droysen sequer foi mencionado.

Numa segunda linha de análise do Historicismo podemos situar a apreciação feita pelos autores ligados ao Materialismo Histórico Dialético. Entre esses historiadores denominados marxistas, à crítica ficou por conta de Georg Luckács e Walter Benjamin e as considerações feitas por esses autores costuma figurar entre as mais severas. O autor de *História e Consciência de classe* atribuiu ao Historicismo a pretensão de alcançar “leis naturais” e uma “erudição assistemática” que fazia dessa

²⁷⁰ MEINECKE. *El historicismo y su genesis*. 1982. p. 69.

²⁷¹ MEINECKE. *El historicismo y su genesis*. 1982. p. 69.

“historiografia burguesa” uma espécie de mercadoria. Enquanto Benjamin, nas suas famosas teses *Sobre o conceito de História*, censurava nos historicistas uma suposta “busca pelos fatos”.²⁷²

Em contrapartida, considerando o que temos discutido nos capítulos anteriores e apresentado até aqui sobre as teses de Droysen, verifica-se que o autor da *Historik* escapa muito facilmente das críticas de Luckács e Benjamin, sobretudo, no que tange a insinuação de que o conhecimento histórico como pensado pelos historicistas visasse produzir leis e estabelecer fatos incontestáveis. O diálogo crítico acima mencionado em relação à perspectiva positivista de história representada por Buckle bastaria para demonstrar essa nossa linha de argumentação.

A despeito da aparente distância assumida pelos marxistas da primeira metade do século XX, em um ensaio bastante inovador, Pedro Caldas aponta algumas aproximações possíveis entre o Historicismo droyseniano e as teses marxianas. Além da influência da filosofia hegeliana que aproxima Droysen e Marx, Caldas salienta três aspectos que permitem um diálogo entre o projeto elaborado por esses autores: *primeiro*, a busca por uma autonomia da ciência histórica: um ideal muito mais perceptível em Droysen que em Marx, mas, presente em ambos; *segundo*, o esforço de rompimento com a metafísica, algo mais presente em Marx e esboçado com mais nuances em Droysen, mas, praticado pelos dois autores; *terceiro*, um processo de individuação, no sentido de afirmação do objeto específico da ciência histórica; de novo, uma dimensão muito mais assente no Historicismo droyseniano, porém, também praticado por autores situados no escopo do materialismo histórico.²⁷³

O texto de Pedro Caldas, ao comparar textos de Droysen e Marx, além de promover um diálogo pouco visto na Historiografia – como o próprio autor nos lembra – ainda evidencia uma questão fundamental no debate historiográfico: nada substitui a consulta às fontes de uma matriz de pensamento quando se tem em vista entender como os autores fundantes construíram suas problemáticas. A leitura de Caldas nos apresenta um Marx muito mais próximo de Droysen, de quem era apenas 10 anos mais novo, do

²⁷² Esse debate é feito por Pedro Caldas, que refuta esses autores citando trechos da obra de Droysen. CALDAS, Pedro. Johann Gustav Droysen (1808–1884): história e compreensão. In. *Os Historiadores: clássicos da História*, vol. 02; (Org.) Mauricio Parada Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. pp. 48–49; A Atualidade de Johann Gustav Droysen: uma pequena história de seu esquecimento e de suas interpretações. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, 2006. p. 99

²⁷³ CALDAS, Pedro. Uma dificuldade no caminho do Historicismo: uma leitura de Droysen com filtro marxista. In. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna* (Org.) Valdeci Lopes de Araújo [et. al]. Belo Horizonte: MG, Argvmentvm, 2008. pp. 107-124.

que os marxistas do século XX, próximo não apenas cronologicamente, como também em certa medida em suas perspectivas teóricas.

Na mesma perspectiva de Luckács e Benjamin, já na segunda metade do século XX, seguem-se as críticas dos historiadores espanhóis Josep Fontana e Julio Aróstegui ao Historicismo. O *primeiro*, bastante apegado à ideia de associar Historicismo apenas ao Nacionalismo prevalente no século XIX, ressalta muito mais “as preocupações políticas conservadoras” dos historiadores alemães empenhados, segundo o autor, em “preparar a população para reverenciar o Estado ao qual proporcionavam legitimação”. E, embora faça notar que foi no interior do Historicismo que o Método Histórico se desenvolveu, afirma que enquanto as Ciências Sociais avançavam rumo a novas tendências “os historiadores limitavam-se a continuar recolhendo ‘fatos históricos’”.²⁷⁴ O *segundo*, embora apresente uma boa conceituação e distinção entre Historicismo e Positivismo, opta por trabalhar com uma categoria generalizante, inspirada nas ideias de Gonzalo Pasamar, denominada de “fundamentação metódico-documental”. Dando a entender que este seria “um grande paradigma, o primeiro, compartilhado por todas as historiografias nacionais, para o conhecimento da história”.²⁷⁵ Essa nos parece uma tipificação bastante falha porque junta sob uma mesma nomenclatura visões de história, de tempo e fonte histórica que são pensadas de modo diametralmente oposto no interior de cada paradigma historiográfico.²⁷⁶

Mais recentemente, autores ligados ao “pós-colonialismo” e ao “decolonialismo” retomaram a crítica à tendência universalista que, segundo afirmam, estaria presente no Historicismo.²⁷⁷

No *primeiro caso* podemos situar o historiador indiano Sanjay Seth que, apoiado em Althusser, Foucault e Derrida critica o suposto “humanismo transcendental” praticado pelos historicistas no qual “o objeto de toda a escrita da história” (o homem/humanidade) é naturalizado. Apesar do adendo de que “diferentemente da

²⁷⁴ Note-se a influência de Lucács e Benjamin nas reflexões de Fontana sobre o Historicismo, com quem compartilha da visão marxista. FONTANA, Josep. Historicismo e Nacionalismo. In. A História dos Homens; Tradução de Heloísa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa. Bauru, SP: EDUSC, 2004. pp. 221 – 241.

²⁷⁵ ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica*. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC 2006. p. 114. Ver, PASAMAR, Gonzalo. La investigación histórico e la historia metódica en el XIX. *História Contemporânea*, Bilbao, n. 11, 1994. pp. 183 – 213.

²⁷⁶ Sobre as especificidades dos Paradigmas Historiográficos prevalentes no século XIX ver: BARROS, José D' Assunção. *Teoria da História*, vol. 02. 2011. pp. 73 – 151.

²⁷⁷ Para uma boa compreensão sobre essas duas tendências historiográficas recentes, ver: BALLESTRIN, Lucina. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11, Brasília, maio-2013. pp. 89-117.

Razão abstrata do Iluminismo, o Historicismo está atento às particularidades”, a constatação de Seth de que o Historicismo é parte da “Razão Universal” europeia, tida como prejudicial à interpretação histórica, persiste ao longo de todo o seu texto.²⁷⁸ No *segundo caso*, mencionemos as recentes reflexões da historiadora brasileira Ana Carolina Barbosa Pereira, que faz uma série de críticas às chamadas “teorias universalistas”. A autora elege a obra do historiador alemão Jörn Rüsen – de certo modo um herdeiro do Historicismo droyseneano – como objeto de avaliação. Segundo a autora, Rüsen “parte de uma constante antropológica, de uma (suposta) experiência humana universal como pressuposto teórico” e, como decorrência disso as questões referentes à “consciência histórica” teriam sempre um sentido universalista.²⁷⁹

Ao que pese as críticas contumazes de Sanjay Seth, há muitas imprecisões e problemas conceituais que tornam difícil compreender o que o referido autor chama de “historicismo”. Além de não analisar nenhuma obra referencial específica, por vezes ainda menciona autores de tradições historiográficas diversas, como se todos pertencessem a uma mesma “razão europeia universal”, a qual ele denominou de “historicista”, sem muito critério. Seria necessária uma análise muito mais profunda para situar autores e obras específicos, inclusive para pensar as divergências, antes de reforçar visões generalistas. Algo que Sanjay Seth não se dispõe a fazer.

Quanto à crítica de Ana Carolina, sua análise nos parece muito mais fecunda, sobretudo, no que tange ao ensino de Teoria da História no Brasil, que tradicionalmente tem se pautado pela reprodução de teorias elaboradas por autores europeus e norte-americanos. No tocante a sua análise específica da obra de Rüsen, contudo, acreditamos que podemos partir da reflexão posta pela autora, avançar e acrescentar algumas ponderações.

Ao comentar os trabalhos de Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen, continuadores dos “trabalhos fundacionais” de Dilthey e Droysen, no entender de Ana Carolina, aumenta a necessidade de uma leitura crítica, “afinal, em alguma medida se atualizam

²⁷⁸ SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? *História da historiografia*, vol. 6, vol. 11, 173-189, 2013. pp. 181-182.

²⁷⁹ PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr/jun. 2018. pp. 102-104. Vale mencionar que Luis Fernando Cerri, comentando a questão da consciência histórica em Rüsen, aponta para um entendimento diferente deste proposto Ana Carolina. Para o autor é justamente Jörn Rüsen e Agnes Heller os dois autores responsáveis por historicizar o problema da formação da consciência sem as generalizações e etapismos que costumam aparecer nos textos de outros autores. CERRI, Luis Fernando. O que é consciência histórica? In: *Ensino de História e consciência histórica*. Implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2011. pp. 19-55.

também aqueles olhares imperiais, especialmente quando está em jogo a elaboração de interpretações de pretensão universalista”.²⁸⁰ Nesse ponto, embora concordemos com a crítica feita, acreditamos que a concepção de história de Rüsen precisa ser pensada de modo mais nuançado.

Os textos de Rüsen, analisados por Ana Carolina, são os que compõem a sua trilogia sobre Teoria da História. O que Rüsen propõe nesses livros, escritos na década de 1980 é a construção de uma *Matriz Disciplinar* da História, tomando de empréstimo a categoria desenvolvida por Thomas Kuhn e a estendendo para a História.²⁸¹ Algo que ainda está no plano da Teoria da História e próximo daquilo que Droysen chamava de “leis da pesquisa histórica”. Contudo, em textos posteriores, de fato, Rüsen investiu na tentativa de estabelecer o que chamou de uma “narrativa-mestra” que possibilite “descortinar e preencher um horizonte de experiência que corresponda ao atual processo de globalização”.²⁸² Nesse ponto, Rüsen se reconhece como “um cientista europeu”, que procede de modo a “tornar a identidade europeia plausível e aceitável em termos interculturais”, tendo em vista “explorar os potenciais das ações de reconhecimento mútuo em face da alteridade e da diferença”. Aliás, o subtítulo do seu texto e o autor evocado – o filósofo Immanuel Kant – para justificar seus propósitos não deixam dúvidas de que trata-se de uma “*ideia europeia de história universal*”.²⁸³

A perspectiva decolonial de Ana Carolina tende a inserir a obra de Rüsen numa tradição filiada ao “imperialismo intelectual”²⁸⁴, do qual Dilthey e Droysen, entre outros, teriam participado. Tal afirmação nos parece um tanto precipitada uma vez que a autora não demonstra concretamente como esses autores situados no século XIX se vinculam a esse tipo de imperialismo. Algo que fica mais no plano do truísmo acerca da Historiografia oitocentista.²⁸⁵ Quanto a Rüsen, é bastante evidente a preocupação do

²⁸⁰ PEREIRA. *Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História*. 2018. p. 101.

²⁸¹ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica*; tradução Estêvão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 29.

²⁸² RÜSEN, Jörn. Seguindo Kant: ideia europeia de história universal com propósito intercultural. In. *Cultura Faz Sentido*. 2014. p. 23.

²⁸³ RÜSEN. *Seguindo Kant: ideia europeia de história universal com propósito intercultural*. 2014. pp. 18-19.

²⁸⁴ A autora se vale do conceito desenvolvido pelo sociólogo malaio Syed Hussein Alatas (1928- 2007), para pensar a “mentalidade cativa e o imperialismo intelectual” presentes nos currículos de Teoria da História no Brasil. Ver: ALATAS, Syed Hussein. The captive mind in development studies: some neglected problems and the need for an autonomous social science tradition in Asia. *Int. Soc. Sc. J.*, v.XXIVn.1, 1972.

²⁸⁵ As reflexões de Ana Carolina, nesse ponto, seguem a discussão proposta por Raewyn Connell sobre a Historiografia do século XIX e acaba reproduzindo, indiretamente, algumas imprecisões. É difícil concordar, por exemplo, com o argumento de que Ranke, Humboldt, Droysen, Dilthey, Langlois e Seignobos pertenceram todos a um “momento fundacional” da História, enquanto disciplina acadêmica,

historiador alemão em tentar rebater aquilo que considera como “visão radicalizada de um modo de pensar amplamente difundido que desenvolve ou estabiliza a identidade histórica das culturas não ocidentais numa expressão crítica contrária à cultura ocidental”.²⁸⁶ Esse é o horizonte que Rüsen acredita ter diante de si e que lhe enseja o mote para pensar uma contraproposta.

Se situarmos essa discussão no cenário atual da disputa por legitimidade acadêmica em que outras epistemologias produzidas fora das instituições europeias e norte-americanas têm se consolidado – e penso que é nesse contexto que o ideal universalista de Rüsen soa como “imperialista” – não deixa de ser interessante constatar que um dos grandes intelectuais europeus se incomoda e ao mesmo tempo se expõe tão flagrantemente na defesa de um plano que se revela infrutífero nos dias correntes. Assim tem-nos parecido um projeto que exige que a História consiga “tematizar todas as culturas” e que abranja “a identidade humana como fenômeno cultural”. Que um filósofo como Kant tenha esboçado essa “ideia” no século XVIII, parece-nos plausível. Todavia, um historiador do século XXI, tentar converter essa proposta “numa concepção multicultural com base no princípio constitutivo e abrangente da igualdade” entre povos se nos afigura uma abstração que desconsidera a experiência histórica concreta.²⁸⁷ Estevão Martins defende uma visão parecida a nossa, ao dizer que:

O historicismo ensinara à burguesia a conceber a ideia-força de sua autonomia política como motor único da evolução histórica da cultura (europeia) até hoje. Na medida, porém, em que as experiências contemporâneas predominantes não podem ser subordinadas a esta ideia-força, torna-se necessária uma nova concepção, uma nova compreensão da história, com a qual se possa trabalhar estas experiências a fim de produzir orientações históricas conscientes para a práxis social contemporânea.²⁸⁸

que pode ser “genericamente qualificado de ‘positivista’”. PEREIRA. *Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História*. 2018. p. 100.

²⁸⁶ O representante maior dessa “visão radicalizada” seria o historiador indiano Vinay Lal. Rüsen fala mesmo em “repetição agudizada do etnocentrismo ocidental com sinais invertidos”. O argumento de Rüsen serve como confissão, mas, não encontra um fundamento plausível e nem lugar na realidade.

²⁸⁷ RÜSEN. *Seguindo Kant: ideia europeia de história universal com propósito intercultural*. 2014. pp. 24-25.

²⁸⁸ MARTINS. Historicismo: o útil e o desagradável. 2017. pp. 170-171. A despeito do argumento, Martins defende ao longo do seu texto, de maneira geral, a tese de que o Historicismo trouxe as questões fundamentais para a fundamentação da História como ciência e sua respectiva autonomia como campo de saber específico, justificável e fundamentado. Nesse sentido ele é insuperável como ponto de partida para todo e qualquer debate que envolva a fundamentação do conhecimento histórico em bases científicas.

Essa discussão interessa-nos e por isso nos estendemos um pouco mais sobre ela porque, segundo nos parece, Rüsen tem buscado resgatar, nos seus textos mais recentes, questões que só poderiam ser pensadas no âmbito de uma filosofia da história de tipo iluminista. A tentativa de reconstrução de uma ideia de história que “integra a filosofia da história do historicismo no universalismo do pensamento histórico de Kant”²⁸⁹ nos parece revelador do distanciamento que o referido autor vem mantendo em relação à reflexão propriamente teórica. Penso que essa consideração acrescenta um dado a mais à crítica de Ana Carolina, com a qual concordamos em boa medida.

De todo modo, ao nos debruçarmos sobre as leituras feitas acerca do Historicismo, principalmente as mais recentes, fazemos com o intuito de refletir sobre quais eventuais imagens construímos e cristalizamos sobre um determinado paradigma e o quanto elas nos ajudam ou não a entender de fato a visão de um autor clássico específico. O suposto é que em grande medida muitas das características imputadas ao modelo de história oitocentista não correspondem de maneira explícita e direta à formação do método histórico pensado pelo autor da *Historik*.

Outro autor que merece menção nesses apontamentos sobre a construção da ideia de Historicismo é o historiador inglês Georg Iggers, responsável por difundir essa expressão – em substituição ao termo alemão *historismus* – no mundo de língua inglesa e em outros países. Em seu livro *The German Conception of History*, publicado originalmente em 1968, Iggers acentua aquilo que posteriormente será apontado por muitos outros autores: a estreita vinculação entre a historiografia alemã, particularmente a historicista, e o projeto político conservador defendido na Alemanha, no qual, diferente de outros países europeus, ainda não havia a figura de um estado moderno e burocrático. Por essa razão, conseguimos entender o fato de que, quando da Revolução Francesa de 1789 e do avanço de novas ideias políticas liberais de inspiração Iluminista, com pretensões universalistas, os alemães tenham se mantido reticentes e se baseado numa concepção historicista da história para fundamentar uma visão política de manutenção de direitos e privilégios locais.²⁹⁰

Mais do que apontar a estreita relação entre Historiografia e Política na Alemanha, de modo bastante influenciado pelo contexto do pós-Segunda Guerra – não

²⁸⁹ RÜSEN. *Seguindo Kant: ideia europeia de história universal com propósito intercultural*. 2014. p. 25. Com esse argumento, Rüsen se reporta a uma dimensão do historicismo que, até onde temos avançado nas nossas leituras, não condiz com o Historicismo pensado e praticado por Droysen, daí que o historiador oitocentista não pode ser evocado nessa sua *ideia universal de história*.

²⁹⁰ IGGERS, Georg: *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*. Ed. revista. Hanover: Wesleyan University Press, 1983 [1968]. p. 06.

podemos deixar de notar esse elemento na construção dos argumentos do autor – Iggers apresenta também um bom ensaio sobre a história do Historicismo alemão, sua vinculação com o Idealismo e a influência que exerceu em várias áreas do conhecimento. Para ele o Historicismo traz consigo três elementos principais e de modo acentuado no caso alemão: um conceito de estado, uma filosofia de valor e uma teoria do conhecimento. Esses são os temas que estruturam o livro de Iggers e conduzem o modo como ele analisa a historiografia alemã. Podemos concordar com o autor no sentido de que esses três aspectos, com maior ou menor acento, estão presentes nos textos droyseneanos.

No *primeiro* caso, e como um tema derivado de Hegel, o Estado será objeto presente em várias das análises de Droysen, nas biografias que escreveu e mesmo nas suas reflexões teóricas quanto este figura como uma das comunidades éticas essenciais para explicar a história. Quanto ao *segundo* tema, o Historicismo droyseneano se afirma categoricamente como uma visão de história que pensa o mundo histórico como sinônimo de mundo ético, ou seja, nos quais as relações humanas são pensadas a partir da coletividade de modo correlato ao que Hegel apontava como as formas de manifestação do “espírito objetivo”. E particularmente ao *terceiro* item, é bastante explícito o esforço de Droysen em construir uma teoria e metodologia do saber histórico que, entre outros fatores, pautava por uma concepção historicista no modo de compreender a história.

Nas palavras de Iggers, o Historicismo era tão central na cultural histórica alemã que sua filosofia e metodologia permearam todas as ciências humanísticas e culturais alemãs, de modo que a linguística, a filologia, a economia, a arte, o direito, a filosofia e a teologia se tornaram estudos historicamente orientados.²⁹¹ Mais adiante nas nossas reflexões demonstraremos como Droysen dialogou com essa “cultura histórica alemã” e interagiu de modo criativo com as teses desses teólogos, filósofos e filólogos que estão na base do seu método compreensivo proposto para a História.

Para encerrar essa questão em torno das imagens construídas sobre o Historicismo lembremos a crítica de Hans-Georg Gadamer e Frank Ankersmit. Para o *primeiro*, na análise historicista “o eu individual é como um ponto solitário no mundo dos fenômenos”, para o *segundo*, “o sujeito histórico é transcendentalizado,

²⁹¹ The philosophy and methodology of historicism permeated all the German humanistic and cultural sciences, so that linguistics, philology, economics, art, law, philosophy, and theology became historically oriented studies. IGGERS. *The German Conception of History*. 1983. p. 4.

deshistoricizado e, com isso, colocado fora do tempo histórico e do alcance das categorias históricas”.²⁹² No tocante a essas críticas tais afirmações não nos parecem encontrar um equivalente na concepção historicista que Droysen representa.

Olhando em perspectiva essas definições e interpretações aqui coligidas e que foram formuladas por autores diversos ao longo da história do Historicismo, parece quase inevitável não concordar com a afirmação de Sérgio da Mata com qual abrimos esse capítulo, quando este afirma que:

Não existe qualquer definição consensual do que é, ou do que seria, ou do que foi o historicismo. Esta dificuldade de princípio não deve, porém, nos constranger. Há campos inteiros de pesquisa cujos conceitos fundamentais não estão e provavelmente nunca estarão estabelecidos de forma absolutamente segura.²⁹³

No entanto, uma questão que tem nos orientado e que pode ser aqui inserida como mote para pensarmos de modo mais específico as teses droysenianas, é uma tentativa de escapar de uma falsa coerência que produz uma aproximação artificial entre pressupostos teóricos de um determinado paradigma e a obra de um autor. A nosso ver, quase todas as análises que buscam apresentar as características gerais do Historicismo, mesmo àquelas mais acertadas, o fazem de modo redutor, atribuindo ao conjunto das reflexões atinente a um modelo de explicação aspectos apresentados por um autor, nesse caso, quase sempre Ranke é tomado como o exemplo.²⁹⁴

Aqui seguiremos a pertinente sugestão de Pedro Caldas para quem seria “útil ver como o historismo, ao menos em Droysen, é mais complexo do que uma simples

²⁹² GADAMER. *Verdade e Método (Vol I)*. 2015. p. 288; ANKERSMIT, Frank. Historicismo, pós-modernismo e Historiografia. In. *A HISTÓRIA ESCRITA: teoria e a história da historiografia* (Org.) Jurandir Malerba. 2ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 129. O texto foi publicado originalmente em 1993. Em textos posteriores Ankersmit reviu essa posição.

²⁹³ DA MATA, Sérgio. Elogio do historicismo. In. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna* (Org.) Valdeci Lopes de Araújo [et. al]. Belo Horizonte: MG, Argvmentvm, 2008. p. 49.

²⁹⁴ A categoria *Paradigma* inicialmente proposta por Thomas Kuhn perfazia uma discussão sobre cientificidade que muito serviu às ciências da natureza; posteriormente o próprio autor reviu essa discussão e sugeriu a categoria *Matriz Disciplinar*. Foi a partir desse segundo termo que historiador alemão Jörn Rüsen pensou a *Matriz Disciplinar da História*. Oportunamente, D’Assunção Barros observou que essa transposição das categorias kuhnianas para a História não poderia ser feita sem algumas ressalvas e adaptações. Isso ocorre porque não há, na Historiografia, uma simples sucessão de paradigmas de modo que um anule o outro por completo, o que prevalece é a coexistência desse modelo de explicação de modo que um influencie o outro e mais ainda, no interior dos paradigmas é bem possível que habitem perspectivas teóricas que apontem para leituras singulares. Isto posto, não é incomum que dois autores historicista, por exemplo, pertencendo ao mesmo modelo de compreensão histórica produzam teses que possam antagonizar em certos aspectos. Ver: BARROS, José D’Assunção. *Sobre a noção de paradigma e seu uso nas ciências humanas*. Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, v.11, n.98, p. 426-444, jan/jun. 2010.

tentativa de se desfazer do presente e recorrer ao passado, estabelecendo com ele uma unidade de sentido que tornaria possível o conhecimento histórico”.²⁹⁵ Em outras palavras, sem desconsiderar a complexidade das formulações anteriores e dos limites do que pretendemos fazer, buscaremos responder a questão: o que significa dizer que Droysen é um historiador historicista e quais as características do Historicismo por ele praticado? Apesar dos textos mais atuais que analisam a obra do historiador aqui em tela e sobre essa questão específica, penso que essa reflexão carece ainda de uma discussão mais detida.

3.2 – O historicismo droyseniano.

Entre os autores que consideramos que melhor definiram o Historicismo está o historiador alemão Gunter Scholtz que sintetizou as suas várias acepções, desde o seu surgimento, no século XVIII, até as primeiras décadas do século XX. Segundo o autor, a palavra remete a uma *percepção Universal da história*, uma visão *Metafísica da história*, com influência do *Romantismo* e do *Tradicionalismo*, ligada ao *Objetivismo* e *Positivismo* e com forte ancoragem no *Relativismo*.²⁹⁶

Uma observação importante a ser feita é que não podemos confundir o termo “positivismo”, usado pelo autor, com aquele outro Paradigma do século XIX que tem em Auguste Comte seu principal representante. O *positivismo* aqui mencionado é apresentado por Scholtz apenas como uma das dimensões do Historicismo (junto com o relativismo), aquela responsável pela “cientificização” da História. Segundo o próprio autor, “o Historicismo como ‘positivismo’ é, antes de tudo, o resultado de uma concorrência das ciências do espírito com as ciências da natureza, ele é a cientificização das ciências históricas”.²⁹⁷ Neste particular, Scholtz segue as reflexões de Ernst

²⁹⁵ *O que significa pensar historicamente*. 2004. p. 218.

²⁹⁶ SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. *História da Historiografia*. Ouro Preto. Número 6, março de 2011. pp. 42-63.

²⁹⁷ Apontam para essa mesma direção algumas afirmações Herbert Schnädelbach quando diz que uma das possibilidades de compreender o Historicismo é defini-lo como “el positivismo práctico de las ciencias del espíritu en la investigación histórica, es decir, como una actitud que se atiene exclusivamente a lo positivamente dado y que desconfía de todo lo que, por vía de interpretación, vá más allá de él”. SCHNÄDELBACH, Herbert. *La Filosofía de la historia después de Hegel. El problema del historicismo*. Versão Castellana de Ernesto Garzón Valdés. Buenos Aires: Alfa, 1980 [1974]. p. 22. Além dessa definição, Schnädelbach fala ainda de Historicismo como práxis das ciências e com a historicização fundamental de todo o nosso pensamento acerca do home, sua cultura e seus valores. Idem. p. 21. 24.

Troeltsch, a quem considera “autor do diagnóstico sobre o historicismo mais relevante do início do século XX”.²⁹⁸

Olhando em perspectiva a complexidade contida em cada uma dessas dimensões do Historicismo apresentadas por Scholtz percebemos que quase sempre os seus críticos se ativeram a aspectos pontuais que o compõe e o fizeram quase sempre de modo redutor e estereotipado. Não que as críticas sejam indesejadas, muito pelo contrário, supondo que é por esse meio que o debate historiográfico avança, mas, é imprescindível que ela venha acompanhada de uma análise contextualizada e abrangente, o que nem sempre ocorre quando se trata da historiografia do século XIX como um todo, quase sempre tida, *a priori*, como “tradicional” ou mesmo “ultrapassada”. Nisso esperamos que a análise da obra teórica de Droysen, nessa parte do texto, nos permita problematizar melhor, situando coerentemente as questões historicistas a partir do seu caso específico.

Visando escapar de produzir uma leitura simplificadora partiremos aqui também das reflexões de Gunter Scholtz e de Estêvão Martins que apontou para aquilo que considera os “aspectos úteis e desagradáveis” do Historicismo.

De modo resumido poderíamos dizer que Martins identifica três aspectos como desagradáveis no Historicismo, a saber: a tendência ao relativismo sociocultural, a associação do Historicismo ao Positivismo e uma imprecisão conceitual que é fruto de constantes reinterpretações.²⁹⁹ E de modo geral, apresenta os aspetos que considera úteis, acrescentando que estes prevalecem sobre os aspectos desagradáveis, quais sejam: 01) a autonomia do pensamento histórico, 02) conhecimento geral e particular pensados em conjunto, 03) conhecimento histórico produzido pelo sujeito que conhece, 04) afirmação da imanência da ação dos indivíduos e coletivos dada no tempo, 05) causalidades históricas situadas no próprio transcurso da história, 06) pesquisa e crítica das fontes visando encontrar um sentido histórico, 07) sistematização teórica do saber produzido, 08) compreensão da história como tempo produzido pela racionalidade humana.³⁰⁰

Essa nos parece uma boa discussão que repõe a complexidade que o tema merece e joga luz sobre categorias centrais do pensamento historicista, tais como método, fonte, teorização, tempo, sentido e causalidade histórica.

²⁹⁸ SCHOLTZ. *O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX*. 2011. p. 45.

²⁹⁹ MARTINS, Estêvão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In. *Teoria e Filosofia da História: contribuições para o ensino de História*. Curitiba: W & A Editores, 2017. p. 157. 161. 168.

³⁰⁰ Ibidem. pp. 166 - 167.

Concordamos ainda com a demarcação que Estevão Martins apresenta, partindo das reflexões de Jörn Rüsen e Friedrich Jaeger, quando estes definem o Historicismo como:

Uma forma determinada do pensamento histórico e da correspondente concepção da história como ciência. Trata-se de um modo de pensar que considera a história como um conhecimento específico dos tempos passados, distintos do conhecimento do tempo presente, mas que coloca aqueles em perspectiva com este e com o tempo futuro.³⁰¹

A dimensão temporal ressaltada no excerto, bem como a sua dimensão comparativa, ganha enorme relevância porque, concordando com Carlos Reis, a fundamentação e distinção entre os paradigmas historiográficos dão-se, sobretudo, pela sua capacidade de construir uma “representação do tempo histórico”.³⁰² Já consideramos, ainda que brevemente, a questão referente ao tipo de representação do tempo histórico pensando no interior do Historicismo e ainda retornaremos a ela quando falarmos das fontes históricas em capítulo posterior, visto que apenas as fontes não permitem uma reflexão completa sobre o tempo histórico.³⁰³ E ainda aqui voltaremos a esse ponto para demonstrar o modo como Droysen encaminhou essa questão.

Concordamos ainda com a divisão proposta por José D’Assunção Barros quando, comentando as características dos historiadores historicistas, dividi-os em dois grupos. No *primeiro*, Leopold Von Ranke³⁰⁴ e Barthold Niebuhr, pertencentes ao que o autor chamou de “historicismo realista”, em que o acento da relatividade está somente nas fontes históricas. No *segundo*, situando Johann Droysen e Wilhelm Dilthey, ligados

³⁰¹ RÜSEN, Jörn; JAEGER, Friedrich. *Geschichte des Historismus*. Munique: Beck, 1992. APUD. MARTINS. Historicismo: o útil e o desagradável. 2017. p. 159.

³⁰² REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*. A inovação em História. 2ª edição. – São Paulo, 2000. p. 09. Koselleck é ainda mais contundente quando afirma que “a ciência da história só poderá persistir como ciência se desenvolver uma teoria dos tempos históricos, sem a qual a ciência da história, como investigadora de tudo, se perderia na infinitude”. KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 280.

³⁰³ KOSELLECK. *Futuro Passado*, 2006. p. 13.

³⁰⁴ Ranke costuma ser associado equivocadamente ao Positivismo. “A personalidade mais representativa da tendência positivista é certamente Leopold Von Ranke. As suas palavras, segundo as quais incumbe ao historiador não a apreciação do passado, nem instrução dos seus conterrâneos, mas apenas dar contas do que realmente se passou tornaram-se de certa maneira as palavras de senha da escola” SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. pp. 101–102. Recentemente a obra de Ranke foi reposta, acertadamente, dentro do Paradigma Historicista. Ver, BARROS, José D’Assunção. Ranke: possibilidades de um realismo historicista. In. *Teoria da História*, vol. 04: Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. pp. 69 - 95.

ao “historicismo relativista” que incorpora a relatividade anteriormente proposta, estendendo-a também ao próprio sujeito produtor do conhecimento.³⁰⁵

No caso de Droysen, indo mais adiante do que fora dito, não seria incorreto afirmar que este autor pensou sobre a relatividade das fontes, do historiador e do resultado do seu trabalho, conforme sinalizamos anteriormente. É o próprio autor que aponta nesse sentido quando diz que “a pesquisa histórica pressupõe a percepção de que o conteúdo do nosso eu é também um múltiplo mediado, um resultado histórico. O fato reconhecido dessas mediações é a memória” [Das historische Forschen setzt die Einsicht voraus, daß auch der Inhalt unseres Ich ein vielfach vermittelter, ein geschichtliches Resultat ist. Die erkannte Tatsache dieser Vermittlungen ist die Erinnerung].³⁰⁶ Aqui, Droysen relaciona diretamente consciência histórica e construção do fato e como estes estão relacionados e implicados na pesquisa; não há nada que lembre uma “simples coleta de fatos” como queriam os críticos do Historicismo.

Estêvão Martins também nos diz que podemos identificar três fases na formação do Historicismo: a *preparação*, a *integração e consagração* e a *fundamentação teórica*. As obras teóricas de Droysen, bem como a de Ernest Bernheim situam-se justamente nessa segunda etapa, a da teorização.³⁰⁷ Aqui talvez devêssemos dizer que a obra de Droysen incorpora aspectos desses três momentos: tanto ajudou a preparar um ambiente teórico em termos que fosse possível uma atuação profissional dos historiadores, realizando através da integração que fez das teses de vários autores que lhe antecederam, como também deu excelentes contribuições para a consolidação das reflexões teóricas específicas no campo disciplinar da História.

As análises de Martins e Barros nos parecem complementares; ambos situam os avanços e o pioneirismo das reflexões de Droysen, sendo este considerado o autor da “obra teórica mais significativa do Historicismo”.³⁰⁸

De igual modo, Pedro Caldas também afirma que todas aquelas características apontadas por Gunter Scholtz como inerentes ao Historicismo estão presentes nas reflexões de Johann Droysen: no idealismo por ele herdado de autores como Wilhelm Von Humboldt (*historicismo genético*), na influência do protestantismo nas suas

³⁰⁵ BARROS. *Teoria da História*, vol. 02. 2011. p. 68. 117.

³⁰⁶ DROYSEN. *Grundriss der Historik*. Die letzte Druckfassung (1882). p. 399

³⁰⁷ MARTINS. *Historicismo: o útil e o desagradável*. 2017. p. 176. Os autores que escreveram obras propedêuticas da fase de preparação foram Friederich Rüns, Wilhelm Wachsmuth, Gottfried Gervinus e Wilhelm von Humboldt. A terceira fase, a da fundamentação filosófica, tem como representantes principais Wilhelm Dilthey e Heinrich Rickert, amplamente influenciados pelo neokantismo. Essa fase segue pelo século XX, até o esgotamento do modelo clássico do Historicismo nos dois pós-Guerra.

³⁰⁸ MARTINS. *Historicismo: o útil e o desagradável*. 2017. p. 173. 176.

reflexões sobre o sentido da história (*historicismo metafísico*), na importância atribuída à cultura grega, (*historicismo tradicionalista*); na busca pela autonomia da história (*historicismo metódico*) e pelo seu perceptivo nacionalismo no modo de escrever história (*historicismo ético*).³⁰⁹ Creio que podemos afirmar que os aspectos idealista e metafísico no Historicismo de Droysen foram legados do seu convívio com Hegel – que o influenciou mais do que qualquer outro o autor da *Historik*, como buscamos apontar anteriormente –, muito presente em outros textos tem menor prevalência no texto da *Historik*, onde as dimensões tracionais, metódica e ética da análise histórica são mais evidenciadas.³¹⁰

É possível notar, e aqui fazemos uma aproximação entre o que fora dito antes, que essas duas primeiras formas de expressão do Historicismo mencionadas por Caldas estão relacionadas ao que Estevão Martins chamou de “aspectos desagradáveis do Historicismo”, uma vez que podem sim levar facilmente a uma visão genérica e relativista de história e contribuem para tornar mais turvo o conceito aqui em análise. Muito embora Droysen busque sempre contrabalancear a sua visão idealista e metafísica valendo-se das outras perspectivas acima mencionada.

Toda essa discussão sobre as características do Historicismo até aqui colocada tem uma finalidade muito precisa. Ao salientarmos as imagens construídas pela Historiografia ao longo do século XIX e XX, suas (re)definições, imprecisões, tentativas de sínteses, buscamos construir um quando amplo em que seja possível situar o texto da *Historik* como um esforço que, partindo do Historicismo, assim como do Idealismo e Hermenêutica, permitiu ao seu autor estabelecer uma Teoria e Metodologia da História que é ao mesmo tempo – usando uma imagem droyseneana – fruto e semente de uma nova concepção de História.³¹¹

Podemos resumir parte dessa discussão inferindo que Droysen antecipou muitas das críticas que Nietzsche apresentou e certamente ambos concordavam com o fato de que o historiador não estuda o passado em si, mas, o que selecionou para estudar, dentro daquilo que ainda é possível de ser estudado. Droysen é o grande nome da teoria

³⁰⁹ CALDAS. *Johann Gustav Droysen (1808 – 1884)*, vol. 02. 2013. pp. 36 – 40.

³¹⁰ De todo modo mesmo na *Historik* é possível localizar afirmações como essa que diz que “A totalidade dos tempos, dos povos, etc., é apenas uma expressão da Totalidade absoluta, de Deus” [Die Gesamtheit der Zeiten, Völker usw. ist nur wie ein Ausdruck der absoluten Totalität, Gottes] que remetem diretamente ao aspecto idealista e metafísico do historicismo droyseneano. DROYSEN. *Grundriss der Historik*. Die letzte Druckfassung (1882). p. 398

³¹¹ Droysen refere-se nesses termos ao efeito que as guerras entre gregos e persas teve na construção, nas cidades da Hélade, de uma nova concepção de liberdade política. DROYSEN, Johann. *Alexandre, o grande*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 41.

historicista, como lembra Martins, Scholtz e Caldas. E certamente a sua historiografia não busca a imparcialidade, todavia, está calcada no projeto político que visa um futuro promissor para a Alemanha, como insistem Lucács, Iggers e Fontana.

Por outro lado, é difícil concordar que Droysen praticou uma “historiografia imperialista” tal como argumenta Seth e Oliveira, embora, evidentemente como toda análise histórica ela tenha as feições de onde é produzida e nesse caso é quase um truísmo dizer que há sim em Droysen algo de eurocentrismo. Basta ver a maneira entusiasta com que ele narra as conquistas de Alexandre contra os “inimigos do gênio helênico”. E não podemos jamais desconsiderar que Droysen escrevia sobre as guerras de libertação dos gregos e ministrava seus cursos ao mesmo tempo em que meditava sobre as disputas franco-prussianas agudizadas a partir da década de 1870. O Reno é o novo Mediterrâneo. Já nas primeiras edições da *Historik*, escritas após a frustrada unificação alemã de 1848, sua ideia de história é aquela que parte conscientemente de um ponto de vista como a única forma segura de praticar alguma objetividade. Assim, mesmo quando fala de indivíduos concretos, nem o objeto, nem a análise, são deshistoricizadas ou redutoras, como Gadamer e Ankersmit afirmaram em algum momento, porém, rompe com a noção de universalidade para situar os sujeitos e os eventos no movimento da história.

O Historicismo de Droysen é autocrítico e foi construído num longo diálogo, direto e indireto, com uma quantidade imensa de autores e valendo-se de maneira habilidosa das principais matrizes do pensamento alemão. Na sequência tentaremos demonstrar como algumas das principais características que permaneceram *úteis* do Historicismo, apontadas por Estevão Martins, já estavam presentes na maneira como Droysen pensava o mundo histórico e no modo como refletiu teórica e metodologicamente a partir de uma perspectiva historicista bastante sofisticada.

Em *primeiro lugar*, no que se refere à *autonomia do pensamento histórico*, é um dado bastante lembrado por todos que se dedicam a estudar a história da historiografia de que foi no século XIX que essa forma de conhecimento buscou se constituir como uma ciência. O que chamamos de visão paradigmática da história coincide com essa tentativa de encaminhar uma reflexão capaz de dotar a História de um arcabouço teórico-metodológico eficiente na produção de uma forma lógico-empírica de discurso abalizada pela experiência humana percebida. E foram os autores ligados ao Historicismo, no seu embate com os adeptos do Positivismo – como já sinalizamos – os responsáveis por efetuar um tipo de conhecimento que não se pautasse mais em uma

base de reflexão especulativa (método filosófico) nem em uma metodologia empirista amparada na observação direta dos dados, mas, que buscasse refinar esses princípios e ajustá-lo para o material histórico.

Desse modo, evocando uma longa tradição de pensamento ontológico e epistemológico que remonta aos gregos antigos, passando pelos filósofos da modernidade, avançando sobre o pensamento de Kant e Hegel, dos quais muito se serviu, Droysen pode afirmar que:

De acordo com os objetos e do tipo humano de conhecimento, os três métodos científicos possíveis são o especulativo (teológico ou filosófico), o matemático-físico e o histórico, que significa o velho cânone: lógica, física, ética. Não três caminhos para um objetivo, mas os três lados de um prisma, se o olho humano quer suspeitar da luz eterna, cujo brilho não pode suportar, no reflexo das cores.³¹²

Mais do que apelar para uma bela metáfora que, aliás, soa bastante hegeliana, Droysen está buscando nesse tópico intitulado *Die Historische Methode*, presente na versão de 1882 da *Historik*, definir e diferenciar o modo de pensar histórico em relação aos demais. É assim que devemos compreender afirmações como “o tipo de pesquisa histórica é determinado pelo caráter morfológico do seu material” [Die Art der historischen Forschung ist bestimmt durch den morphologischen Charakter ihres Materials] ou ainda “Pensar historicamente significa ver a sua verdade nas realidades” [Historisch denken heift in den Wirklichkeiten ihre Wahrheit sehen]. Todas elas apontam para um mesmo objetivo: definir a singularidade e a autonomia do pensamento histórico tanto em relação à Filosofia quanto às Ciências da Natureza.

Em *segundo lugar*, Droysen é muito fecundo em estabelecer um tipo de *conhecimento geral e particular pensados em conjunto*, inclusive como uma característica essencial tomada de empréstimo da Hermenêutica, como oportunamente veremos.

Há largas afirmações a esse respeito como quando reflete, no tópico *O que é histórico?* [Was ist Geschichtlich?], acerca de como perceber os momentos histórico especial, baseado no fato de que toda relação humana tem sua história por ser de

³¹² DROYSEN. Grundriss der Historik. Die letzte Druckfassung (1882). p. 399. Nach den Objekten in der menschlichen Erkenntnisart sind die drei möglichen wissenschaftlichen Methoden die spekulative (theologische oder philosophische), die mathematisch-hysikalische, die historische, Das meint der alte Kanon: Logik, Physik, Ethik. Nicht drei Wege zu einem Ziel, sondern die drei Seiten eines Prismas, wenn das menschliche Auge das ewige Licht, dessen Glanz es nicht zu ertragen vermag, im Farbenwiderschein ahnen will.

natureza moral e, portanto, mesmo que se esteja estudando uma personalidade “para que haja uma história que tenha mais do que este significado particular e individual, ela deve ser aquela em que todos os povos, em que o homem como tal está envolvido, deve ser a história de todos”.³¹³ Aqui, cabe uma observação sobre esse raciocínio do autor: ao falar em história de “todos os povos”, Droysen não está postulando um tipo de conhecimento histórico no mesmo sentido de “história universal” das filosofias da história, mas, uma História como singular coletivo, capaz de falar da experiência coletiva, “uma História acima das históricas” individuais e particulares. A expressão usada pelo historiador é “Geschichte aller” e não “Weltgeschichte”, como em Hegel.

Sobre o tipo de totalidade histórica que o Historicismo pretendia construir, Estevão Martins afirma:

O historicismo não concebe as perspectivas desde as quais o passado humano é entendido como história não como um sistema universal de normas do agir humano válido definitivamente para todas as formas possíveis de cultura. O historicismo elabora suas perspectivas da totalidade significativa da história em estreita dependência das diversas formas culturais do passado, relacionando-as com as múltiplas manifestações concretas da cultura humana consignadas empiricamente no passado. Somente como base nestas manifestações reais é possível descobrir e determinar tal totalidade no presente e para o futuro. Está aqui a razão da premissa teórica essencial do historicismo: a de ser orientação do pensamento histórico pelo seu próprio valor, pela individualidade das formas passadas de cultura da socialização humana e da evolução desta.³¹⁴

Vê-se logo que, no Historicismo descrito por Martins e que segundo acreditamos corresponde em grande medida ao tipo de pensamento histórico droyseneano, não há espaço para totalizações históricas de tipo especulativo; seja qual for a matriz de referência, e muito menos para “imperialismo historiográfico”. Em diversos momentos Droysen afirma que é através de uma compreensão geral do todo que chegamos à compreensão do particular e vice-versa. Contudo, trata-se de um suposto metodológico e não em uma pretensão de construir uma narrativa-mestra capaz de unir sob uma mesma história todos os povos e culturas. Este princípio está atrelado a sua concepção hermenêutica de história, desdobra-se na sua forma de compreender a finalidade na

³¹³ Droysen. *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. p. 367. Wenn es nun eine Geschichte geben soll, die mehr als diese besondere und individuelle Bedeutung hat, so muß es eine solche sein, bei der alle Menschen, bei der der Mensch als solcher, beteiligt sind, es muß die Geschichte aller.

³¹⁴ MARTINS. Historicismo: o útil e o desagradável. 2017. p. 181.

história como anéis infindáveis de que já falamos no capítulo anterior e também se apresenta na maneira como concebe as ideias de tempo:

Todo mundo vive e tece no círculo de ideias de sua presença, e como hoje, assim antes de 10, 100 e 1000 anos; dele ele mediu e regulou o indivíduo e o todo, seu próprio fazer e pensar; como sempre nublado, velado, sem reflexão, individualmente moldado, esta soma de ideias foi expressa em todos e em tudo; e se encontrarmos apenas um método para remover, subtrair ou projetar sobre este comum e universal do tempo e do povo, devemos ter sucesso em estabelecer o estado das coisas, para provar o estágio de desenvolvimento dessas ideias, tanto de todos como de cada indivíduo, na medida em que se manifestou em cada caso.³¹⁵

Dito de outro modo, resguardando as diferenças, pode-se dizer que, assim como o hermenêuta compreende um texto partindo de uma ideia geral e verificando as partes, o historiador também pode desenvolver um método que relacione as ideias individuais com o “círculo das ideias” coletivas para compreender o pensamento de uma época, desde que jamais perca de vista que isto significa uma escolha e que o particular e o geral são inseparáveis.

Sobre o fato dos historiadores historicistas buscarem estabelecer uma forma de *conhecimento histórico produzido pelo sujeito* conscientes dos limites do seu trabalho – o terceiro aspecto útil apresentado por Estevão Martins –, podemos localizar facilmente em Droysen afirmações que acentuam o caráter subjetivo e objetivo na análise histórica.

Nesse quesito, mais do que as críticas proferidas ao modelo positivista de história que anteriormente comentamos, Droysen também questionou o tipo de objetividade defendida por Ranke, como se a subjetividade estivesse presente apenas nas fontes históricas e o historiador, com o devido critério metodológico, pudesse se munir de uma imparcialidade. Mais adiante, quando tratarmos especificamente da questão da objetividade e subjetividade no texto historiográfico teremos oportunidade de apresentar uma leitura mais completa sobre esse tema na abordagem droyseniana, porém, desde já fique explícito que o autor não deixou de refletir sobre a natureza do

³¹⁵ Droysen. *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. p. 204. Jeder lebt und webt in dem Ideenkreise seiner Gegenwart, und wie heut, so vor 10 und 100 und 1000 Jahren; von ihm aus maß und regelte er das Einzelne und das Ganze, sein eigen Tun und Denken; wie immer in dem einzelnen Fall getrübt, verhüllt, ohne Reflexion, individuell geformelt, kam diese Summe von Ideen in jedem und in allen zu ihrem Ausdruck; und finden wir nur ein Verfahren, je das Besondere und Individuelle zu entfernen, in Abzug zu bringen oder es auf dies Gemeinsame und Allgemeine der Zeit und des Volkes zu projizieren, so muß es gelingen, den Stand, die Entwicklungsstufe dieser Ideen, sowohl aller wie jeder einzelnen, soweit er in dem jedesmaligen Tatbestand sich ausprägte, nachzuweisen.

conhecimento histórico e sobre o quanto os sujeitos que o produz também emprestam sentido para o processo analisado.

De modo bastante direto Droysen aponta para as várias formas de subjetividade pensadas pelos autores ligados ao Historicismo, ao dizer que “uma série (apresentação discursiva), que poderíamos chamar de subjetiva. Inclui a discussão dos fatos, a discussão histórica do caso dado e do caráter histórico do sujeito atuante” [die eine Reihe (diskussiver Darstellung), welche wir die subjektive nennen durften. Sie umfaßt die Erörterung des Tatbestandes, die historische Diskussion des gegebenen Falles von dem historisch gewordenen Charakter des handelnden Subjektes aus].³¹⁶

Um pequeno trecho que aponta para a subjetividade das formas de apresentação discursiva, ou seja, para a própria Historiografia; para a forma como buscamos estabelecer os dados da pesquisa [a discussão dos fatos] e, evidentemente para o elemento central aqui discutido: o caráter histórico, logo, relativo, subjetivo do próprio sujeito que atua para produzir o conhecimento. Ao dizer também que qualquer pesquisa histórica começa com uma questão e que esta não é um descoberta aleatória, uma simples tomada de nota, tão pouco uma abstração filosófica e que a partir da questão histórica os historiadores têm muito mais uma imagem de seus próprios talentos e interesses do que uma imagem da realidade objetiva, o autor enfatiza que o conhecimento histórico é sim produzido por um sujeito consciente e crítico. E Droysen ainda conclui: é só a partir de então que a pesquisa histórica real acontece.³¹⁷

Em relação à pesquisa história, além da função da *questão histórica* que exerce papel central, outro dado interessante do Historicismo presente em Droysen é a *afirmação da imanência da ação dos indivíduos e coletivos dada no tempo*. Nesse ponto é possível notar a suspensão das convicções prévias, das leituras generalizantes, que cedem lugar para o específico, para a análise detida, através das fontes do dado concreto que o historiador pretende investigar. Segundo Droysen, é “na natureza das fontes, é que elas são concepções; elas serão, portanto, caracterizadas de acordo com a relação entre a concepção e o que apreendem. Será possível superar o factual ou, se quiser, o subjetivo”.³¹⁸

³¹⁶ Droysen. *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. p. 274.

³¹⁷ Droysen. *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. p. 106. Sie haben eine subjektive Welt, die mehr ein Bild ihrer eigenen Begabungen und Interessen als ein Abbild der objektiven Wirklichkeit ist; es tritt erst spät das eigentliche *ιστορεῖν* ein.

³¹⁸ Droysen. *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. pp. 89-90. In dem Wesen der Quellen liege es, daß sie Auffassungen sind; sie werden sich also nach aa Verhältnis zwischen der Auffassung und dem, was sie

O suposto aqui é que a imanência do trabalho historiográfico se realiza através das fontes históricas, pensadas por Droysen como, numa definição inicial como “representações cujo propósito específico era entender o que tinha acontecido com a intenção de passá-lo para a memória”.³¹⁹ É nessa relação entre uma concepção, a questão histórica, a hipótese, o problema de pesquisa, enfim, e o que as fontes disponíveis conseguem comunicar que o historiador buscará falar sobre o que aconteceu.

Sobre os demais itens apresentados por Estevão Martins como qualidades ainda apreciáveis do Historicismo - *causalidades históricas situadas no próprio transcurso da história, pesquisa e crítica das fontes visando encontrar um sentido histórico, sistematização teórica do saber produzido* – cremos que alguns dos argumentos expostos no capítulo anterior e neste já são suficientes para afirmar a sua presença entre aquelas que demarcam o pensamento histórico de Droysen. Faz-se necessário ainda dedicar uma atenção a um último aspecto, o que diz respeito à compreensão da história como tempo produzido pela racionalidade humana.

De modo conclusivo, vale resgatar a questão acima mencionada acerca da dimensão temporal como elemento de distinção entre os paradigmas historiográficos e pensar como Droysen encaminhou essa reflexão. Nesse ponto as reflexões de Rüsen e Koselleck, autores que se situam na continuidade das análises historicistas, podem indicar tanto o percurso do problema colocado nos dias correntes quanto servem como ponto de partida num sentido inverso para compreendermos o surgimento de uma nova percepção do tempo histórico na virada do século XVIII para o XIX, contexto no qual podemos inserir o Historicismo droyseniano e sua abordagem sobre o tempo histórico.

A representação do tempo histórico no interior do Historicismo é marcada pela construção de uma consciência histórica que se volta para o estudo da experiência humana passada a partir do tempo presente e assumindo o futuro como um horizonte possível projetado em suas construções intelectuais.³²⁰ Nesse sentido, o tempo do

auffassen, charakterisieren lassen. Es wird entweder mehr das Sachliche oder mehr die Auffassung, wenn man will, das Subjektive überwiegen können.

³¹⁹ Droysen. *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. p. 145. No tópico *Quellenkritik* (crítica das fontes). Denn was wir als Quellen bezeichneten, das waren Darstellungen, deren ausdrückliche Bestimmung war Geschehenes aufzufassen in der Absicht, es der Erinnerung zu überliefern.

³²⁰ “Experiência histórica” aqui é empregada no sentido que Fernando Nicolazzi atribui a Wilhelm Dilthey, como “uma experiência de sentido e significado historicamente determinados, à diferença de uma noção de experiência física ou sensorial, permite a concepção de uma experiência historicamente interpretável e não puramente sensível”. NICOLAZZI, Fernando. O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica, 2004. 154 f. (Mestrado em História). Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 07.

historiador partilha características do tempo físico (natureza) e filosófico (pensamento), mas, mantém com estes uma relação de alteridade.³²¹

A questão da construção da consciência histórica, para Rüsen, é sempre mediada pela experiência e pela intenção e tem como vetor fundamental uma concepção de tempo histórico. A consciência histórica entendida como “o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conforme com a experiência do tempo”.³²² Notemos, o autor fala de uma experiência “do” tempo e não “no” tempo, portanto, está tratando da forma pela qual construímos temporalmente o sentido para os acontecimentos e não uma simples vivência cotidiana.

Por sua vez, Reinhart Koselleck relaciona a questão temporal tomando de empréstimo uma metáfora espacial, em sua definição de “estratos do tempo”, para pensar a relação inerente entre essas duas dimensões da realidade humana. Desse modo, o autor afirma que “a força metafórica das imagens temporais tem origem em noções espaciais, as questões espaciais e temporais permanecem entrelaçadas.” Segundo Koselleck, desde Kant e Herder, “os historiadores incluem em sua declaração de princípios o fato de trabalharem com tempo e espaço, referindo-se a um espaço histórico e um tempo histórico no horizonte da própria historicidade”.³²³ Se concordarmos que o que distingue um paradigma historiográfico de outro é uma noção de tempo histórico e que sem essa definição uma Teoria da História é impensável, nesse sentido, não haveria como Droysen se furtar a esse debate na *Historik*.

Em uma formulação que ainda soa bastante atual, Droysen argumentou que:

Todo lo que se encuentra en el espacio se encuentra simultáneamente en el tiempo y viceversa, que las cosas no se dividen objetivamente fuera de nosotros en naturaleza e historia, que tiempo y espacio solamente son las categorías más generales según las cuales descomponemos y podemos ordenar la suma de todos los fenómenos. Nuestra concepción colocará los fenómenos en una o en otra serie, según le parezca que lo más importante es el momento del tiempo o el del espacio.³²⁴

Esse tempo histórico historicista marcado pela simultaneidade coincide com aquela nova concepção de história construída na virada do século XVIII para XIX, a

³²¹ REIS, José Carlos. *Tempo, História e Evasão*. Campinas, SP: Papirus, 1994. Particularmente Parte II: Tempo e História.

³²² RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica*; tradução Estêvão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. pp. 58-59.

³²³ KOSELLECK. *Estratos do tempo*. 2014. p. 74.

³²⁴ DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 14.

qual Droysen ajudou a edificar. Como veremos mais adiante, na discussão que o autor faz sobre “o material empírico da História”, Droysen sugere que é na relação que o historiador mantém com as fontes que esse tempo histórico se constitui e se apresenta de modo mais nítido, isto porque:

Nuestro Yo que se representa y concibe el mundo de los fenómenos dividido en tiempo y espacio, ve en su derredor, de acuerdo al espacio, la naturaleza en inmensa extensión; según el tiempo, le pertenece a él sólo el momento, el Yo vive sólo en el momento; tras sí, el infinito vacío de lo que ha pasado y ante sí, el infinito vacío de lo que vendrá.³²⁵

O passado em si não existe, senão naquilo que o “eu” do historiador consegue interpretar nas fontes disponíveis; o futuro é vazio de sentido, senão aquele projetado, por vezes pretendido. No primeiro excerto acima mencionado percebemos tanto a questão da consciência histórica apontada por Rüsen quanto à importância da relação tempo-espço na formação do raciocínio, como Koselleck sugere. No segundo excerto, notamos como Droysen estabelece uma relação direta entre temporalidade e representação histórica. É na pesquisa histórica e através dela que o tempo histórico torna-se manifesto como consciência da experiência no e do tempo.

Para finalizarmos esse capítulo, resgatando as questões que nos propusemos responder, cremos que a despeito das inúmeras questões que perpassam a discussão em torno dos múltiplos sentidos do Historicismo; para além do fato de que em Droysen nenhuma reflexão se apresenta de modo linear; e que se o próprio autor não se intitula um historiador historicista; considerando todos esses fatores, cremos que apresentamos elementos suficientes que nos permitem associa-lo a este paradigma. E não a um tipo difuso mais um modo de pensar historicamente que legou questões que permanecem bastante atuais na maneira de pensar o mundo histórico, o material da pesquisa, as complexas operações que mobilizamos no ato de interpretar o passado, as formas de construir um conhecimento pautado na empiria e numa visão de conjunto e uma concepção de história temporalmente orientada.

Desse modo, podemos resgatar a indicação que Pedro Caldas fizera, afirmando que o Historicismo de Droysen é sim bastante sofisticado. Através dele o historiador oitocentista buscou formular e responder as questões centrais referentes ao estabelecimento de uma visão teórica de História. E como ainda persistissem questões

³²⁵ DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 25.

legadas de autores situados fora do Campo Disciplinar em formação e que ensejam aspectos desagradáveis – no sentido de que ainda careciam ser trabalhadas nesse novo ambiente de produção de conhecimento histórico –, Droysen tratou de contrabalancear as generalizações persistentes no seu ideário com uma Metodologia que lhe desse alguma segurança de que as suas realizações estavam avançando para além do que já havia sido postulado em outras áreas de conhecimento das quais ele soube tanto se servir quanto se distanciar.

No que tange aos aspectos metodológicos, Estevão Martins afirma que a teorização de tipo historicista ficou “no meio do caminho de quanto à explicação dos pontos de vistas diretores da interpretação histórica” e que não chegou a formular explicitamente “as razões que levam à escolha deste ou daquele quadro de orientação da interpretação histórica – o que é indispensável numa metodologia clara”.³²⁶ Por outro lado, Herbert Schnädelbach afirma que um dos grandes feitos da obra teórica de Droysen, além de ter desenvolvido a filosofia da história depois de Hegel, foi ter elevado ao nível da reflexão metodológica a auto interpretação da história e ter reformulado os princípios teológicos da Escola rankeana de história universal.³²⁷

Sobre a afirmação do primeiro autor, entendemos que foi dirigida ao historicismo como um todo e não a um autor específico. Quanto ao segundo, cremos que não é de todo acertado dizer que Droysen simplesmente desenvolveu a filosofia hegeliana – para além da influência já destacada –, tampouco que possamos reduzir as teses rankeanas a meras formulações teológicas.

A despeito das alijadas reflexões de Martins e Schnädelbach sobre o Historicismo e a Filosofia da história, respectivamente, cremos que sobre o Método Histórico de Droysen especificamente ainda há bastante o que ser discutido. Partiremos do suposto de que a principal base para fundamentar metodologicamente suas escolhas e a primeira a qual o autor recorreu foi à Hermenêutica. Isso lhe possibilitou construir, por assim dizer, um *quadro de orientação da interpretação histórica*. É disso que trataremos no próximo capítulo, o primeiro da segunda parte da tese.

³²⁶ MARTINS. Historicismo: o útil e o desagradável. 2017. p. 186.

³²⁷ SCHNÄDELBACH, Herbert. La Filosofía de la historia después de Hegel. 1980 [1974]. p. 97.

PARTE II

As configurações Teórico-Metodológicas

Nessa segunda parte da tese buscaremos evidenciar os elementos configurativos que compõem as reflexões teóricas e o método histórico de Droysen. Evidenciaremos alguns diálogos mais próximos mantidos pelo autor com outros historiadores e intelectuais que contribuíram para elaboração da *Historik*. Localizaremos também nas teses droyseneanas questões latentes do debate historiográfico do seu tempo como a objetividade, a subjetividade, a crítica das fontes, os limites da verdade histórica, apontaremos para a capacidade do texto historiográfico representar a realidade e a função de formação do conhecimento histórico.

Como temos visto até aqui, Johann Droysen é daqueles intelectuais que contrariam qualquer afirmação generalizante, dessas do tipo que costumamos encontrar nos manuais de Historiografia. Suas pesquisas empíricas e suas teses no campo da Teoria e Metodologia da História foram extremamente inovadoras e permanecem (pelo menos boa parte delas) bastante atuais nos dias correntes, a despeito das marcas do seu contexto.

Formado em Filologia e Letras Clássicas, na Universidade de Berlim (1826-29), Droysen teve a oportunidade de estudar ali com os maiores intelectuais alemães do seu tempo: o filósofo Wilhelm Hegel, o historiador Leopold Von Ranke, o geógrafo Carl Ritter, o filólogo August Boeckh, seu orientador no doutorado. Pessoas cuja influência pode ser sentida na sua formação, ao longo da sua trajetória e na sua obra.

Com essa formação inicial marcada pela interdisciplinaridade, dono de uma produção intelectual vasta e densa tanto em termos de pesquisa empírica quanto em reflexão teórica, além de uma erudição invejável, Droysen escreveu ao longo de dez anos (1833-1843) sua famosa trilogia *Geschichte des Hellenismus* (História do Helenismo), uma obra fundamental que inaugurou os estudos científicos sobre o império de Alexandre e gestou o conceito que deu nome ao período nela estudado.³²⁸

Sua carreira como professor universitário teve início em 1840, na Universidade de Kiel. Escreveu em 1846 as *Prelações sobre as guerras de libertação* e em 1848 tomou posse como parlamentar na Assembleia de Frankfurt, ocasião em que defendeu fervorosamente o projeto de unificação alemã a ser conduzido pela Prússia. Em 1851, frustrada a causa da unificação, Droysen retornou à sala de aula, dessa vez como

³²⁸ DROYSEN, Johann. *Alexandre, o grande*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

professor na Universidade de Jena, onde passou a ensinar *Lições sobre Enciclopédia e Metodologia da História*.

Entre os anos de 1855 e 1886 foram publicados os 14 volumes da *História Política Prussiana*, sendo os últimos volumes publicados postumamente. Escreveu e editou entre 1857 e 1882 o *Grundriss der Historik*. E em 1859, Droysen conseguiu o feito mais desejado por qualquer intelectual alemão do seu tempo: foi nomeado professor na Universidade de Berlim, onde permaneceu até sua morte, em 1884. Outra grande contribuição sua e que influenciou bastante na sua própria concepção de História, na escolha de temas de pesquisa e na sua visão teórico-metodológica das fontes foi a tradução das obras completas dos escritores gregos antigos, Ésquilo (1832) e Aristófanes (1835/37).³²⁹

Escrito com o objetivo de responder inquietações surgidas no interior da sala de aula, o texto original da *Historik* é uma síntese do pensamento teórico do autor. É interessante perceber que, na ocasião em que iniciou seus cursos de Teoria da História Droysen já contava quase 50 anos de idade, era um intelectual com bastante experiência como professor e pesquisador, com obras de envergadura lançadas e outras em vias de serem publicadas. Desse modo, Droysen teve oportunidade de rever nas páginas de *Historik* sua própria trajetória como intelectual.³³⁰ É notório que por esse tempo a influência de Hegel já não se fazia tão sentida (ainda que permanecesse), como tinha sido quando da escrita de *Geschichte des Hellenismus*. Por outro lado, afirmava-se em Droysen uma nota relativista, própria do Historicismo de meados do século XIX, o que fez com que divergisse de outro antigo mestre, o renomadíssimo Leopold Von Ranke. Este também um historicista, porém, com atributos mais realistas.

Evocando aqui a metáfora dos “acordes” de José D’assunção Barros, diríamos que, pelo tempo da publicação do *Historik*, a “nota” principal do acorde historiográfico

³²⁹ Para uma aproximação da obra e trajetória intelectual de Droysen, ver: CALDAS, Pedro. Johann Gustav Droysen (1808-1884): história e compreensão. In. *Os Historiadores: clássicos da História*, vol. 02; (Org.) Mauricio Parada Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. pp. 36 – 55.

³³⁰ Droysen fez sua formação em Filologia e Filologia, na Universidade de Berlim (1826-1929), onde também concluiu seu doutorado em 1831. Entre 1833 e 1835 trabalhou como professor não remunerado na Universidade de Berlim, ensinando filologia clássica, ao mesmo tempo em que dava aula no ensino básico e traduzia as obras de Ésquilo para o alemão. Droysen foi nomeado professor titular para a Universidade de Kiel em 1840 e em 1851 mudou-se para a Universidade de Jena. Em 1859 assumiu sua cadeira na Universidade de Berlim como professor titular. Publicou entre os anos de 1833 e 1843 a sua obra *Geschichte des Hellenismus*, escrita em dois volumes, o primeiro deles intitulado *Die Geschichte Alexanders des Großen*. Escreveu ainda antes da *Historik* o texto *Vorlesungen über die Freiheitskriege* (1846) e sua obra *Geschichte der preußischen Politik* (1855-1886), escrita em 14 volumes.

de Droysen é de fato o Historicismo.³³¹ Para tanto, esperamos que o debate feito no capítulo anterior tenha esclarecido melhor – tendo presente a complexidade dessa afirmação – o que significa dizer que Droysen era um historiador historicista.

Um dos principais objetivos de Droysen, em sua *Historik*, foi postular um método histórico que possibilitasse chegar a um tipo de conhecimento que, admitindo a relatividade da fonte e do historiador, não abandonasse as pretensões de objetividade e, mais importante ainda, da capacidade de compreender e explicar processos históricos.³³² Nesse sentido, ele foi um legítimo representante da erudição alemã do século XIX, preocupado com questões teóricas e metodológicas que legitimassem a História como uma ciência autônoma.

Como já fizemos notar, o projeto de escrever uma *Historik* surgiu no interior da sala de aula, como resultado da experiência cotidiana, de uma ação ancorada na reflexão. Como tal desde sua origem buscou alinhar teoria e prática. Herdeiro de uma longa tradição, incorporada na sua própria formação, Droysen alinhou sua capacidade filosófica que lhe servia de base para pensar o sentido da história, com sua longa prática de pesquisa empírica.

Essa tentativa de combinar habilidades reflexivas e práticas conduziu as reflexões de Droysen, ao defender que a tarefa do historiador como uma atividade autoconsciente e ao propor uma solução para essa disjunção em seu texto o historiador abriu caminho para uma verdadeira reflexão teórica da História. Ao mesmo tempo, Droysen encaminhou uma crítica severa ao aspecto “positivista” do Historicismo, que assumia certos postulados do Empirismo como base para as Ciências Humanas, sem discuti-los à luz de uma reflexão condizente com seu objeto de estudo específico.

Outro aspecto interessante de notar é a preocupação que Droysen manteve em relação às formas de exposição do texto histórico. Há um diálogo fecundo com Gervinus e Humboldt em torno de uma questão que voltaria à baila apenas nas últimas

³³¹ Sobre o uso do conceito de “acorde historiográfico” ver: BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*, vol. 04: Acorde historiográfico: uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011; Nessa obra existe um capítulo específico sobre o autor da *Historik*: “Droysen: os desdobramentos relativistas do Historicismo”. Barros apresenta além do Idealismo Hegeliano e do Historicismo, também o Protestantismo, como notas fundamentais que compõem o “acorde teórico” de Droysen. Vale lembrar que nessa, como em outras obras, o autor apresenta a Música não apenas como fonte, objeto ou representação histórica, mas, sobretudo, como outro campo disciplinar que pode servir como interface da História, podendo enriquecê-la conceitualmente. Ver também do mesmo autor: História e música: considerações sobre suas possibilidades de interação. *História & Perspectivas*, Uberlândia (58), jan./jun. 2018. pp. 25-39.

³³² Droysen é categórico ao afirmar que: “Não é a ‘objetividade’ que é a melhor glória do historiador. Sua maior justiça é buscar compreender”. DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 80.

décadas do século XX, com a *Figuração Tropológica* de Hayden White e a *Operação Historiográfica* de Michel de Certeau, apenas para citar dois dos mais notórios autores que discutiram essa questão no século XX.

O problema da estética do texto historiográfico torna-se interessante porque, além de apontar o protagonismo de Droysen sobre um tema que ainda hoje causa infindáveis discussões, nos possibilita ressaltar que em sua obra teórica há uma intrínseca relação entre as formas de exposição do texto (*Tópica*), a metodologia de pesquisa (*Metódica*) e os fundamentos teóricos da investigação histórica (*Sistemática*), fazendo dessas três etapas um todo inseparável. Sem compreendermos essa lógica maior que ordena as reflexões do autor perderíamos de vista o modo como ele configurou no seu texto todas as questões que buscaremos evidenciar a partir de agora.

Na sequência dos nossos argumentos recuperaremos uma discussão que ficou inacabada na primeira parte, a saber: as problemáticas que compõe as outras duas partes da *Metódica*: a Heurística e a Crítica.

A *Heurística*, assim como a paleografia, a numismática, a cronologia, a diplomática, a sigilografia, a heráldica, entre outras, está entre aquelas chamadas “ciências auxiliares da história”, conforme nomenclatura proposta pelo historiador e paleógrafo austríaco Theodor Sickel (1826-1908).³³³ Droysen afirma que é a Heurística que “nos fornece os materiais para o trabalho histórico, ela é como a arte do mineiro, de encontrar e trazer à luz” e concordando com a expressão de Niebuhr, de que representa um verdadeiro “trabalho subterrâneo”.³³⁴

Embora a metáfora da mineração possa parecer um tanto simplória para falar do modo como acessamos o passado e ela seja utilizada mais de uma vez por Droysen, quando observamos a maneira como o autor encaminhou essa discussão, a complexidade do feito se apresenta. Nesse sentido, torna-se necessário esclarecer desde já que por Material Histórico, Droysen entendia tudo:

aquilo que ainda está diretamente disponível (vestígios) daqueles presentes, cuja compreensão estamos buscando, em parte o que dos mesmos refugiou-se no imaginário dos seres humanos e nos foi transmitido pela memória (nas fontes) e, em parte, são coisas nas

³³³ Sickel é reconhecido pelo seu trabalho no campo da Diplomática e pela sua colaboração na *Monumenta Germaniae Historica*. Ver TOPOLSKY, Jerzy. *Metodologia de la Historia*; tradução Maria Luisa Rodríguez Tapia. Madrid, Espanha: Edições Cátedra, 1985 [1973]. p. 45.

³³⁴ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 46.

quais as duas formas se encontram e estão combinadas (monumentos).³³⁵

Essas nomenclaturas – vestígios, fontes e monumentos – serão, mas adiante melhor trabalhadas para tornarmos evidente o que cada uma significa na prática.

Em certo sentido, a pesquisa histórica inicia pelas questões propostas heurísticamente. A Heurística está presente desde o modo como formulamos o problema de pesquisa; na maneira como acessamos, selecionamos e ordenamos o material histórico a ser trabalhado; quando observamos as características intrínsecas das fontes; no tipo de método que utilizamos para compreendê-las e assim por diante. Creemos que é assim que devemos compreender a afirmação de Droysen que “no que diz respeito à heurística, assumimos que o pesquisador não chegou acidentalmente à abundância de materiais, mas caminhou até as coisas que um dia procurou e encontrou aquilo que lhe responderiam”.³³⁶ O que é outro modo de dizer que as fontes não falam nada, apenas quando sabemos perguntar, quando sabemos chegar até elas.

Todas essas questões serão devidamente trabalhadas no quinto capítulo dessa segunda parte – *As fontes históricas e a historiografia autoconsciente* – quando discutiremos a taxonomia das fontes histórica pensadas por Droysen.

Sobre a *Crítica* das fontes podemos dizer que se trata de um procedimento de longa data que foi se aperfeiçoando desde pelo menos o século XVI, cruzando técnica de Filologia e Diplomática, muito ligadas a tarefa de definir a autenticidade do documento.

Na edição de 1903 do seu livro *Introdução ao Método Histórico e à Filosofia da História*, Ernest Bernheim chama atenção para uma discordância existente entre o seu modo de pensar as fontes e os historiadores franceses Langlois e Seignobos. Diz o historiador alemão: “surpreendentemente, os autores da *Introdução aux études historiques* não concordaram com minha classificação [das fontes], que tem sido comum desde Droysen”. A divergência se dava quanto ao tipo de material considerado como fonte histórica pelos historiadores franceses: apenas material escrito. Embora, o

³³⁵ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 46.

³³⁶ Wir gingen in betreff der Heuristik davon aus, daß der Forscher nicht etwa zufällig in die Fülle der Materialien hineingreift, sondern mit einer Tage an die Dinge tritt und sich diejenigen sucht und finder, die ihm antworten werden. DROYSEN. *Historik*. 1977. p. 105.

próprio Bernheim reconhecesse, havia concordância entre ele e seus colegas franceses em questões referentes à Heurística e a Crítica.³³⁷

Pode-se dizer que Bernheim partia da definição de Material Histórico amplo que Droysen havia estabelecido, mas, quanto à Crítica estava mais próximo de Langlois e Seignobos. É o que podemos perceber quando o autor afirma: “pode-se dizer com razão que para a crítica metodológica da história só se tornou uma ciência, porque só então uma certeza convencida sobre os fatos básicos se tornou possível, ou uma eliminação convincente do não verdadeiro e do falso”.³³⁸ Eu outra palavra, para Bernheim a Crítica ainda cumpria a tarefa de ser apenas a ferramenta capaz de demonstrar a autenticidade ou não autenticidade das fontes. Isso fica mais marcado ainda quando o autor afirma categoricamente que:

A tarefa da crítica histórica é verificar a factualidade dos dados de origem transmitidos e os eventos assim identificados, ou decidir em que grau de probabilidade eles devem ser considerados como reais. Esta tarefa positiva, como suplemento, adormeceu a tarefa negativa de determinar quais datas e supostos eventos não devem ser considerados reais.³³⁹

Embora partisse de uma definição de Material Histórico inspirada em Droysen, a concepção de Crítica das fontes de Bernheim não havia avançado no mesmo sentido que do seu colega. O autor da *Historik* dizia, por exemplo, que “a tarefa da crítica é determinar em qual relação se entrelaça o material ainda disponível em relação aos atos de vontade, dos quais ele oferece testemunho”.³⁴⁰ Nota-se que não há uma preocupação imediata quanto ao problema da veracidade. Isto por que, segundo Droysen:

A crítica não busca o “fato histórico propriamente dito”, pois cada chamado fato histórico, desconsiderando os meios, o contexto, as condições e as finalidades que atuaram conjuntamente, são um

³³⁷ BERNHEIM, Ernest (1850-1942). *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1903 [1889]. pp. 230-231.

³³⁸ Man darf mit vollem Recht sagen, dass durch die methodische Kritik die Geschichte erst zu einer Wissenschaft geworden sei, weil dadurch erst eine überzeugte Gewissheit über die Grundthatsachen möglich geworden ist, bzw. eine überzeugte Ausscheidung des Unwahren und Falschen. BERNHEIM. *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*. 1903 [1889]. p. 296.

³³⁹ Die Aufgabe der historischen Kritik ist, die Thatsächlichkeit der überlieferten Quelldaten und der dadurch gekennzeichneten Ereignisse urteilend festzustellen, bzw zu entscheiden, bis zu welchem Grade der Wahrscheinlichkeit dieselben für thatsächlich zu halten sind. Diese positive Aufgabe schließt als Ergänzung die negative Aufgabe ein, festzustellen, welche Daten und angeblichen Ereignisse als nicht thatsächlich gelten müssen. BERNHEIM. *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*. 1903 [1889]. p. 294.

³⁴⁰ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 50.

complexo de atos de vontade, muitas vezes, de muitos atos de vontade que auxiliam, ou que inibem e que, como tais, já são do passado juntamente com o presente ao qual pertenceram e ainda existem somente nos vestígios do que foi feito naquela época ou formado graças a eles, ou estão disponíveis sob a forma de opiniões e lembranças.³⁴¹

Não é que Droysen desconsiderasse o protocolo a ser seguido sobre crítica interna e externa da fonte, sobre a autenticidade e não autenticidade da informação. É que para ele, como muitas vezes ainda veremos “é a questão histórica que encaminha a pesquisa” e não o simples fato de que a fonte é confiável. Ou seja, importa mais a pergunta a ser respondida e o modo de perguntar do que uma preocupação exagerada com os critérios de confiabilidade do material. Isto sim é importante, e Droysen o afirma, porém, para o autor “o resultado da crítica não é o ‘fato histórico propriamente dito’, mas o fato de que o material foi preparado de tal forma a permitir uma interpretação relativamente segura e correta”. Desse modo, Heurística, Crítica e Interpretação – os três componentes da Metodica – são inseparáveis.

Iniciamos a discussão sobre os tópicos que compõem a Metodica de Droysen pelo tema da Interpretação porque ele é tanto um meio prefigurativo como configurativo do Método Histórico de Droysen, as demais questões serão discutidas nos demais capítulos.

³⁴¹ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 49.

CAPÍTULO IV

Análise Hermenêutica: do texto ao contexto e para além.

Neste capítulo buscaremos reconstruir a inserção e apropriação de Johann Gustav Droysen na longa tradição hermenêutica. Um processo nem sempre evidenciando pela maioria dos seus comentadores e não tão simples de compreender, mas, que se torna fundamental para os nossos objetivos uma vez que identificamos na Hermenêutica uma das principais bases formadoras do Método Histórico de Droysen.

Na longa história da Hermenêutica gostaríamos de chamar atenção para dois momentos muito importantes que servirão de marco temporal para nossas reflexões posteriores. O *primeiro*, na passagem do século XVIII para o XIX, quando autores alemães como o teólogo Friedrich Schleiermacher (1768–1834), e os filólogos Friedrich August Wolff (1759-1824) e Georg Anton Friedrich Ast (1778-1841), caracterizados como hermeneutas românticos, fizeram uma primeira aproximação da Hermenêutica de questões que seriam posteriormente pensadas numa perspectiva historicista, para compreender o sentido dos textos bíblicos, jurídicos ou literários. O *segundo* momento, no curso do século XIX, quando os historiadores, como Leopold von Ranke (1795-1886), Johann Droysen (1808-1884) e o Wilhelm Dilthey (1833-1911), também passaram a utilizar a Hermenêutica para analisar e compreender as fontes históricas, para interpretar o próprio mundo histórico, nas suas tentativas de reconstrução do sentido dos acontecimentos e na busca por uma fundamentação metodológica da História.³⁴²

Nosso intuito não é, evidentemente, fazer uma história da Hermenêutica que de resto já conta com excelentes trabalhos, além de que os leitores podem consultar os próprios livros dos autores clássicos.³⁴³ Nosso objetivo para esse capítulo restringe-se a

³⁴² Em Metodologia da História e, sobretudo, a partir das teses de Droysen, “Compreensão” e “Interpretação” são conceitos distintos, porém, complementares. A compreensão (*das Verständnis*) refere-se ao processo de decodificação dos sentidos inerentes àquilo que está posto no texto, é a tentativa de estabelecer *objetivamente* aquilo que o autor do texto disse. Por outro lado, a interpretação (*die Auslegung*) parte da compreensão para que o intérprete estabeleça *subjetivamente* as conexões entre o texto e os contextos que emprestam sentido ao que foi dito textualmente. Disso resulta que, objetividade compreensiva e subjetividade interpretativa são inerentes à análise hermenêutica, jamais devendo ser pensadas como antagônicas. Voltaremos a esse debate sobre a inerente relação entre objetividade e subjetividade na pesquisa histórica, na segunda parte da tese, a partir de Ranke e Droysen.

³⁴³ GRONDIN, Jean. *Introdução à hermenêutica filosófica*; tradução de Benno Dischinger. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 1999; RICŒUR, Paul. *Hermenêutica e Ideologias*. 2ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes,

uma tentativa de demonstrar como Droysen aproveitou-se dessa discussão, disponível ao seu tempo, e soube valer-se dela em sua tarefa de construção de uma reflexão teórica e metodológica da História. Este é um dos aspectos da obra teórica droyseniana que carece de alguma reflexão mais detida e que não é tarefa simples de ser executada, dadas as lacunas, os silêncios e os caminhos sinuosos que precisamos percorrer para, minimamente, entendermos a maneira como aconteceram certas apropriações intelectuais e algumas sínteses heterogêneas, por assim dizer.

Essa discussão ocupa lugar de destaque entre nossas preocupações porque, como já dissemos, Droysen valeu-se, num primeiro momento, da *Hermenêutica Universal*³⁴⁴ de Schleiermacher, na composição do seu quadro teórico referencial e porque o objeto principal desse nosso trabalho é compreender a construção do Método Histórico na obra do historiador alemão aqui em tela, decodificando todos os elementos prefigurativos possíveis que nos ajudem a estabelecer essa compreensão. Em vista disso torna-se necessário também esclarecermos o que entendemos por “método histórico” e buscar, de maneira coerente, os encaminhamentos da análise que pretendemos.

Se for verdadeira a afirmativa de que, no Positivismo e, num certo sentido, também na *Escola dos Annales*, o método estava “no centro das preocupações” como forma de garantir uma objetividade que nega (no primeiro) e reduz (no segundo) a reflexão epistemológica, não é o caso do Historicismo e, particularmente de Droysen, para quem Metodologia e Teoria foram sempre duas dimensões indissociáveis da reflexão sobre a natureza e as possibilidades desse tipo de conhecimento.³⁴⁵

O historiador alemão Jörn Rüsen propõe uma definição, da qual partiremos, sendo bastante inspirada também nas teses droysenianas, quando conceitua método histórico como:

O conjunto de todas as regras de procedimento observadas pelo pensamento histórico, quando procede cientificamente. Trata-se da

2011; SCHMIDT, Lawrence. *Hermenêutica*; tradução de Fábio Ribeiro. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

³⁴⁴ Schleiermacher foi um dos principais responsáveis por unificar os conhecimentos dispersos na forma de hermenêuticas particulares (bíblica, jurídica e filológica) em uma mesma disciplina que permitisse interpretar textos diversos. É isto que está sendo chamado de *Hermenêutica Universal*. SCHMIDT. *Hermenêutica*. 2013. pp. 25-26. Esforços anteriores no sentido de uma *Hermenêutica Universal* já haviam sido feitos por Johann Conrad Dannhauer (1603-1666), Johann Martin Chladni (1710-1759), mais conhecido como Chlaudenius e Georg Friedrich Meier (1718-1777). É importante notar que Schleiermacher não conheceu ou pelo menos não citou as obras desses autores em seus textos. GRONDIN. *Introdução à hermenêutica filosófica*. 1999. pp. 91-116. 118.

³⁴⁵ BURGUIÈRE, André. “Método Histórico”. In. *Dicionário das Ciências Históricas*; tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993. pp. 537-539.

tessitura das diretrizes que conduzem o pensamento histórico à pesquisa empírica, à reflexão sobre os pontos de partida e à teorização, conferindo-lhe a dinâmica do progresso cognitivo, da ampliação das perspectivas e do reforço de identidade. São as mesmas diretrizes da transformação do pensamento histórico em ciência, cientifização, cuja observação permite diferenciar, racionalizar e fundamentar reflexivamente a matriz disciplinar [da História]. O “método histórico” refere-se, de outro lado, em sentido estrito, a operações específicas de conhecimento conhecidas como “pesquisa histórica” e abrange as suas regras básicas.³⁴⁶

Entre outras coisas, fica bastante evidente, na proposta de Rüsen, a conexão entre “pensamento histórico” (componente teórico) e “operações específicas” (componente metodológico), nos dizeres do próprio autor. Por esta razão, para Rüsen – como em Droysen – há uma estreita relação entre “teorização”, “metodização” e “cientifização” naquilo que compõe o cerne da “pesquisa histórica” e fundamenta a *Matriz Disciplinar da História*.³⁴⁷

No excerto acima, Rüsen argumenta ainda que é papel da Teoria da História pensar sobre os fundamentos da *Matriz Disciplinar da História* que é constituída “das carências de orientação, das perspectivas orientadoras da experiência do passado, dos procedimentos metódicos da pesquisa empírica, das formas de apresentação e das funções de orientação existencial”.³⁴⁸ Droysen, por sua vez, em texto intitulado *Arte e Método* afirmou que:

Todos os métodos [...] que encontram aplicação na área dos estudos históricos, movimentam-se dentro da mesma periferia, têm o mesmo ponto de gravitação determinante. Sintetiza-los em pensamentos comuns, desenvolver seu sistema e sua teoria e assim determinar as leis da pesquisa histórica, e não as leis da história: essa é de fato a tarefa da teoria da história.³⁴⁹

³⁴⁶ RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado – Teoria da História II: Os Princípios da Pesquisa Histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 101.

³⁴⁷ Como já sinalizamos anteriormente, Rüsen discute os elementos da Matriz Disciplinar da História no primeiro volume da sua trilogia sobre Teoria da História. RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica*; tradução Estêvão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. Ver particularmente o capítulo 03, Científica: a constituição metódica da ciência da história, em que o autor estabelece mais precisamente essa relação entre fundamentos e funções teóricas e práticas metodológicas da pesquisa.

³⁴⁸ RÜSEN. *Reconstrução do Passado*. 2010. pp. 11-12.

³⁴⁹ DROYSEN, Johann Gustav. *Arte e Método* (1868); tradução de Pedro Caldas. In. *História Pensada: Teoria e Método na Historiografia europeia do século XIX*. (Org.) Estêvão Martins. São Paulo: Contexto, 2010. p. 45. O texto traduzido por Caldas consta nos anexos da *Historik* deste sua primeira publicação completa, em 1868. A leitura desse texto é indispensável para uma síntese da proposta metodológica de Droysen. Nele encontramos passagens seminais de crítica às chamadas fontes oficiais, a proposta de expansão da fronteira dos estudos históricos para além das questões de Estado e Política, até questões que só ganhariam corpo na historiografia avançada do século XX: a preocupação com a estética do texto

O historiador oitocentista argumentou pioneiramente, imbuído do dever de fornecer para a História “a fundamentação científica e sua relação com as outras formas de conhecimento” e a “fundamentação de seus métodos e a correlação com suas tarefas”³⁵⁰. Droysen estabeleceu seu plano de trabalho afirmando que “a teoria da história abrange a *Metódica* da pesquisa histórica, a *Sistemática* do que é historicamente pesquisável e a *Tópica* dos modos de exposição do que é historicamente pesquisado”.³⁵¹

Esta divisão dos elementos que compõem a *Matriz* droyseniana inclusive nomeia as três partes em que se divide o seu *Grundriss der Historik*.³⁵² A *Metódica* procura responder sobre os procedimentos metodológicos concernentes à lógica de pesquisa e se subdivide em Heurística, Crítica e Interpretação. A *Sistemática*, que no dizer de André Cremonezi, se propõe a ser uma “ontologia do histórico”, pretende atingir uma “visão panorâmica da ciência da história” e está subdividida em: “o trabalho histórico segundo

historiográfico, o problema da imaginação histórica como complementar as fontes e certo embrião do que se convencionou chamar de “método indiciário”, a partir da crítica e interpretação das obras de artes para definir autenticidade e autoria.

³⁵⁰ DROYSEN, Johann Gustav (1808 – 1884). *Manual de Teoria da História*; Tradução: Sara Baldus e Julio Bentivoglio; apresentação de notas Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 29.

³⁵¹ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 43.

³⁵² Conforme sinalizamos anteriormente, o material que compõe o texto completo da *Historik*, não foi publicado na íntegra por seu autor, ele foi elaborado e reelaborado durante os cursos ministrados por Droysen, entre 1857 e 1883 e recebeu várias edições, inclusive póstumas. Em 1858 foi impresso apenas uma versão manuscrita das palestras e distribuída para os seus ouvintes. Durante a vida do autor ele próprio editou e organizou três edições do seu *Grundriss der Historik*, em 1868, 1875 e a última em 1882. Foi essa versão de 1882 que serviu de base para a cópia feita por Benjamin Andrews, para a língua inglesa, intitulada *Outline of the Principles of History*, visto que nessa edição, feita em 1893 constam os três anexos que haviam sido inseridos por Droysen na sua última versão. As edições póstumas apareceram a partir de 1937, quando Rudolf Hübner organizou uma edição ampliada, a partir dos manuscritos de Droysen, escritos para o semestre de 1881 e 1882/3, complementada com textos de 1857 e 1863/4. Foi a partir desta edição de Hübner que Ernesto Garzón Valdés e Rafael Gutiérrez Girardot traduziram, em 1983, os textos de Droysen para o castelhano. Em 1972 Günter Birtsch e Jörn Rüsen organizaram uma publicação da *Sistemática*, que havia sido reduzida e suprimida nas últimas edições feitas por Droysen. Neste trabalho utilizamos a versão editada por Peter Leyh: *Historik*. Vol. 1: *Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857); Grundriss der Historik in der ersten handschriftlichen (1857–1858) und in der letzten gedruckten Fassung (1882)*, editado por Peter Leyh, Stuttgart, Frommann-Holzboog, 1977. Como se ver, a edição de Leyh incorporou a *Reconstrução da primeira versão completa das prelações*, escrita em 1857, quando Droysen ainda era professor em Jena; a versão denominada *Grundriss der Historik* que teria sido impressa numa primeira versão opuscular em 1857/1858 e a última versão impressa, de 1882, em que Droysen insere a discussão sobre a *Tópica e três apêndices*: 01) *Enhebung der Geschichte zum Rang einer Wissenschaft*, 02) *Natur und Geschichte*, 03) *Kunst und Method*. Tivemos acesso também à edição de Horst Walter Blanke, publicada em dois volumes, que é complementar a edição de Peter Leyh e reúne manuscritos e impressos de Droysen, muitos deles inéditos, escritos entre 1826 e 1883. *Historik*. Vol. 2: *Texte im Umkreis der Historik (1826–1882)*, editado por Horst Walter Blanke, Stuttgart, Frommann- Holzboog, 2007. Tomo 1-2. Walter Blanke publicou ainda um tomo suplementar, com listas de textos publicados por Droysen, um “Catálogo das Minhas Obras” contendo comentários sobre seus textos, além de autógrafos e fotografias do autor. *Historik. Supplement: Droysen Bibliografie*, editado por Horst Walter Blanke, Stuttgart, Frommann- Holzboog, 2008. Mais recentemente Blanke publicou o terceiro volume dos textos de Droysen, em dois tomos, contendo textos de palestras. Os dois tomos do terceiro volume foram publicados em 2019 e 2020. *Historik*, Vol. 3: *Die Historik-Vorlesungen Letzter Hand. Aus Den Spätesten Auto- Und Apographischen Überlieferungen (1879, 1881 Und 1882/1883)*: Vol 03, Tomo 1-2.

sua matéria”, “o trabalho histórico segundo suas formas”, “o trabalho histórico segundo seus trabalhadores” e “o trabalho histórico segundo seus fins”. Por fim, a *Tópica* ficaria encarregada das “formas de apresentação” do conhecimento pesquisado, subdividindo-se em: exposição pragmática, monográfica, biográfica e catastrófica.³⁵³ Essas três sessões da *Historik* se encarregam do que modernamente chamamos de Metodologia, Teoria e Historiografia, respectivamente, sendo impossível desvincular um ponto do outro sem prejudicar o raciocínio proposto pelo autor.

Estabelecida uma conceituação prévia de “método histórico” e o lugar que ele ocupa na divisão geral da obra de Droysen pela qual nos orientaremos retomemos o percurso de apresentação do “Método Histórico Compreensivo”, que Droysen ajudou a desenvolver, a saber, tomando como base a compreensão hermenêutica.

Droysen partiu fundamentalmente da Hermenêutica como esta foi pensada por Schleiermacher, autor que havia definido esse método como “a arte de descobrir os pensamentos de um autor, de um ponto de vista necessário, a partir de sua exposição”.³⁵⁴ Schleiermacher dividiu a tarefa hermenêutica em “interpretação gramatical” e “interpretação psicológica”; a primeira preocupando-se com os processos constitutivos da linguagem e a segunda com a manifestação e as condições de manifestação do pensamento expresso nessa mesma linguagem. O Método Hermenêutico de Schleiermacher, segundo Lawrence Schimdt, pode ser resumido como:

A arte de compreender aquilo que é expressado na linguagem oral ou escrita. Toda expressão na linguagem tem uma relação dupla com a totalidade dessa linguagem e todo o pensamento do autor, por isso a hermenêutica tem duas partes interligadas, a gramatical e a psicológica. A prática hermenêutica escrita pressupõe que mal-entendidos ocorrem normalmente, por isso a interpretação sempre é necessária. O objetivo da hermenêutica é reconstruir o processo criativo do autor e mesmo compreendê-lo melhor do que ele se compreendia.³⁵⁵

³⁵³ CREMONEZI. *O conceito de compreensão na “Histórica” de Johann Gustav Droysen*. 2005. pp. 09–39.

³⁵⁴ SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E (1768 – 1834). *Hermenêutica: a arte da interpretação*; tradução e apresentação de Celso Reni Braidá. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015. pp. 30–31. Schleiermacher nunca organizou e publicou em vida um estudo sistemático da Hermenêutica, os textos referenciais são sempre edições póstumas a partir de seus escritos usados em seminários e palestras. A tradução feita pela Editora Vozes reúne textos escritos por Schleiermacher em 1809 e 1810 (introdução e primeira parte), textos de 1826/27 (segunda parte) e o Discurso Acadêmico de 1829.

³⁵⁵ SCHMIDT. *Hermenêutica*. 2013. p. 30.

O problema do “mal-entendido” na interpretação, acima referido, Schleiermacher toma de empréstimo de Ast. Esse aspecto torna-se importante para pensarmos a diferença entre “verdade hermenêutica” e “verdade objetiva”, pois, interpretar corretamente um texto significa recuperar corretamente a intencionalidade autoral, embora isso não signifique equivalência entre narrativa e realidade. Da mesma forma que o intérprete pode distorcer as ideias de um autor, este também pode ter uma falsa percepção da realidade. É disto que trata o princípio do “mal-entendido”. Nesse sentido, é importante também perceber que Schleiermacher se distancia do pressuposto da “explicação autêntica” de Georg Friedrich Meier (1718-1777) segundo a qual ninguém consegue compreender melhor as ideias de um autor que ele mesmo.³⁵⁶ Por outro lado, para Schleiermacher a reconstrução do “processo criativo do autor”, ao pensar “a totalidade da linguagem” e “o todo do pensamento do autor” possibilitaria a “explicação autêntica”, por assim dizer, não só da obra, mas, do próprio autor. Portanto, para Schleiermacher é possível produzir uma *verdade hermenêutica* que considera obra e autor como parte de um todo contextual.

A linguagem é fundamental para que a compreensão hermenêutica aconteça, porque é através dela que o leitor entra em contato com o pensamento autoral. Em termos comparativos, a Hermenêutica faz o caminho inverso da Retórica. Nesta, o orador precisa organizar suas ideias, pensar nas palavras e expô-las de um modo inteligível, coerente, preciso e convincente. Na Hermenêutica, o intérprete faz o caminho inverso, partindo dos signos da linguagem para compreender e interpretar o que o orador disse, na medida em que compreende como ele organizou e expressou seus pensamentos.³⁵⁷

Ao evocarmos a Retórica como interface da Hermenêutica, fazemos para reforçar a ideia de que Schleiermacher não se atinha apenas à linguagem escrita, como comumente se costuma acreditar. Pelo contrário, e este é justamente um ponto em que Schleiermacher se distinguia de Wolff e Ast, na maneira como pensava a linguagem, oral e escrita, como passíveis de interpretação:

Eu estou inteiramente de acordo em encerrar a tarefa da hermenêutica entre esses dois pontos, porém, confesso também que quero reivindicar para ela este domínio em sua totalidade e dizer que, em todo lugar onde houver qualquer coisa de estranho, na expressão do pensamento pelo discurso, para um ouvinte, há ali um problema que

³⁵⁶ GRONDIN. *Introdução à hermenêutica filosófica*. 1999. p. 110.

³⁵⁷ SCHMIDT. *Hermenêutica*. 2013. p. 26-27.

apenas pode se resolver com a ajuda de nossa teoria [se bem que, sem dúvida, sempre apenas na medida em que houver algo de comum entre ele e aquele que fala]. Todavia, meus dois guias me limitam de vários modos: um, na medida em que fala apenas de escritores, os quais devem ser compreendidos, [como se o mesmo não ocorresse também na conversação e no discurso imediatamente ouvido]; o outro, na medida em que ele logo limita o estranho àquilo que está redigido em língua estrangeira, e, deste modo, às obras do espírito assim redigidas, o que constitui um domínio ainda mais restrito que aqueles dos escritores em geral.³⁵⁸

Além de postular uma compreensão do escrito e do falado, Schleiermacher ainda afirma que há coisas que aprendemos com ensaios, conversações cotidianas, cartas pessoais, jornais e que em todas essas situações “ocorrem problemas hermenêuticos cuja dificuldade não é pequena”.³⁵⁹ Portanto, mais do que uma extensão do uso da Hermenêutica para outros objetos que não apenas os textos clássicos, percebe-se uma proposta de ampliação geral da relação entre a linguagem e a compreensão hermenêutica.³⁶⁰

É nesse ponto que reside a questão central proposta por Schleiermacher, na maneira como transformamos a linguagem em objeto de estudo da ciência. Paul Ricœur afirma que o “movimento de *desregionalização*” empreendido por Schleiermacher com o intuito de transformar a Hermenêutica numa disciplina geral não poderia ocorrer sem considerar as questões de ordem epistemológica. Ricœur assegura que esse movimento:

Não pode ser levado a bom termo sem que, ao mesmo tempo, as preocupações propriamente *epistemológicas* da hermenêutica, ou seja, seu esforço para constituir-se em saber de reputação científica, estejam subordinadas a preocupações *ontológicas* segundo as quais *compreender* deixa de aparecer como simples modo de *conhecer* para tornar-se uma *maneira de ser* e relacionar-se com os seres e como ser.³⁶¹

Tendo se distanciado dos seus interlocutores mais imediatos, Wolf e Ast, e não encontrando respostas na filologia e na exegese para o seu projeto audacioso, Schleiermacher encontrou os recursos necessários ao que pretendia no idealismo

³⁵⁸ SCHLEIERMACHER. *Hermenêutica*. 2015. pp. 31–32.

³⁵⁹ SCHLEIERMACHER. *Hermenêutica*. 2015. p. 32.

³⁶⁰ O filólogo e historiador Philipp August Boeckh (1785-1867), que frequentou os seminários de Schleiermacher e posteriormente foi professor e orientador de Droysen, também defendia essa concepção. Ver GRONDIN. *Introdução à hermenêutica filosófica*. 1999. p. 28.

³⁶¹ RICŒUR. *Hermenêutica e Ideologias*. 2011. p. 24.

transcendental de Immanuel Kant (1724-1804).³⁶² A ideia básica tomada de empréstimo do kantismo é a da “esquematização”, pressuposto segundo o qual os seres humanos apreendem o mundo através de sensações captadas pela experiência e que são *esquematizadas* segundo quadros gerais, imagens gerais, idênticas aos conceitos inatos. Estas imagens gerais são sempre indeterminadas, imprecisas e, como não podemos ver a formação orgânica que se processa no interior da nossa consciência, a única forma que temos de aferir se formamos imagens aproximadas da realidade é expressando nossas sensações através da linguagem. A este processo de aferição Schleiermacher denominava “troca de consciências”.³⁶³ E é justamente porque partilhamos consciências, porque exteriorizamos nossas sensações na forma de linguagem – atributo ontológico do ser – é que podemos vertê-la em pressuposto epistemológico e nos compreendermos hermeneuticamente.³⁶⁴

A questão que se impõe agora é: como efetuar o deslocamento da compreensão hermenêutica individual para uma compreensão geral? Schleiermacher não responde completamente essa questão, mas, aponta para soluções bastante interessantes quando propõe como recurso ao dilema do “círculo hermenêutico”, ou seja, do problema da interdependência das partes em relação ao todo, ao dizer que devemos iniciar a compreensão de um texto, por exemplo, sempre por uma visão geral e a partir da visão geral ir interpretando as partes específicas e relacionando-as ao todo. O autor se pergunta: “de onde proviria, então, o ponto de partida para o procedimento de comparação, se ele não fosse dado nas tentativas pessoais?” Na sequência, Schleiermacher responde, concordando com Ast e Wolff, que “a constituição da hermenêutica, parece ser mais um achado que uma descoberta, a saber, a ideia de que cada particular apenas pode ser compreendido por meio do todo e, portanto, toda explicação do particular pressupõe já a compreensão do todo”.³⁶⁵

Comentando a solução encaminhada por Schleiermacher para o círculo hermenêutico, Lawrence Schmidt aponta que essa interdependência da parte com o todo pode ser vista em vários níveis: das palavras numa frase, das frases num texto e assim por diante. Levando mais adiante o raciocínio, Schmidt conclui:

³⁶² O segundo capítulo da tese foi dedicado exclusivamente a pensar a influência do idealismo alemão (kantismo e hegelianismo) no pensamento histórico de Droysen de modo que evitaremos retomar aqui essa discussão.

³⁶³ SCHMIDT. *Hermenêutica*. 2013. pp. 40-41.

³⁶⁴ No dizer de Ricœur, “a problemática geral do compreender constituía uma reviravolta inteiramente análoga a que fora operada pela filosofia kantiana com referência às ciências da natureza”. RICŒUR. *Hermenêutica e Ideologias*. 2011. p. 24.

³⁶⁵ SCHLEIERMACHER. *Hermenêutica*. 2015. p. 40. 46.

Num nível ainda mais geral o círculo trata da obra de um autor, como uma parte, em relação ao todo de sua cultura. Para compreendermos os escritos de um autor precisamos compreender a linguagem e a história de seu tempo, mas, para compreendermos essa linguagem e história, precisamos ter compreendido os escritos dessa época, incluindo os do autor. Parece que a compreensão não pode começar em nenhum nível sem fazermos alguma pressuposição, possivelmente preconceituosa, sobre o significado ou das partes ou do todo.³⁶⁶

Tomemos como exemplo o nosso próprio esforço de compreender a obra teórica de Droysen. O que significa dizer que Droysen era um “historiador historicista”? Esta pergunta nada mais é que uma pressuposição geral que precisa de confirmação na análise dos escritos do autor, mas, ao mesmo tempo algo que já empresta sentido para aquilo que encontraremos lá redigido. Ou ainda, quando analisamos de maneira mais detida a sua famosa frase “das Wesen der geschichtlichen Methode ist forschend zu verstehen”.³⁶⁷ Só é possível interpretarmos corretamente essa frase se tivermos clareza do que Droysen entendia por “método histórico”, “pesquisa” e “compreensão”. Por outro lado, a simples definição gramatical de cada palavra só adquire sentido se pensarmos a frase como um todo e esta dentro do quadro geral dos objetivos da obra do autor. Seria ainda possível avançar, como propõe Schmidt e relacionar a obra de Droysen, “num nível mais geral”, inserindo-a como parte do todo de sua cultura, no caso específico, a cultura acadêmica alemã do século XIX. É esse contexto geral que explica e dá sentido ao fato do autor se atribuir a tarefa de escrever um texto sobre Teoria da História, como ele o fez.

Compreendida a questão acerca da linguagem e como ela pode ser transferida para o plano epistemológico, tornando possível a análise hermenêutica, vejamos como Schleiermacher procedeu metodologicamente. Ele dividiu a interpretação em duas: a interpretação gramatical e a interpretação psicológica.

A *interpretação gramatical* ocupa-se do código linguístico utilizado pelo autor para se comunicar com sua plateia. Aqui o deslocamento é duplo: do geral ao particular e deste último ao encontro do primeiro. Trata-se de perceber como as estruturas da linguagem são rearranjadas e conformadas no texto autoral e como este se comunica com aquelas.

³⁶⁶ SCHMIDT. *Hermenêutica*. 2013. P. 31.

³⁶⁷ “A essência do método histórico consiste em compreender enquanto se pesquisa”. Droysen. *Historik*. Vol. 1. 1977. p. 22.

A interpretação gramatical se desdobra em dois princípios básicos: o primeiro princípio diz que o intérprete precisa conhecer bem a linguagem empregada pelo autor. O desafio torna-se particularmente complexo quando o texto foi escrito em outro idioma ou se pertence a uma cultura muito distante em relação ao tempo do leitor. Neste cenário, os riscos de interpretações equivocadas e anacronismos crescem enormemente. Por exemplo, em que sentido Droysen usou a expressão *Historik* (teoria da história)? Uma palavra que parece guardar alguma relação com a expressão latina *Ars Histórica*, desde pelo menos o século XVI; que já havia sido utilizada pelo historiador Georg Gottfried Gervinus (1805-1871), ainda que não no mesmo sentido que Droysen lhe confere e que, na atualidade é menos utilizada.³⁶⁸ O segundo princípio diz que cada palavra precisa ser entendida de modo relacional com as demais palavras que lhe são imediatamente próximas. Isso é particularmente importante no alemão, um idioma que se caracteriza pela justaposição de palavras para dar origem a novas expressões com sentidos ligeiramente modificados. Por exemplo, *Geschichte*, que na virada do século XVIII para o XIX já havia adquirido um sentido diferente, pode se juntar com outros termos para formar expressões novas como *die Geschichtsschreibung* (historiografia) ou *Geschichtswissenschaften* (ciências históricas), que dependendo do lugar, do contexto e da intenção do autor podem produzir outros sentidos no conjunto maior do texto.

A interpretação psicológica, por sua vez, tem como finalidade reconstruir o pensamento do autor. Da mesma forma que na interpretação gramatical, o círculo hermenêutico que põem em diálogo o geral com o particular também encontra lugar nessa segunda etapa da Hermenêutica de Schleiermacher. Para compreender o pensamento autoral é preciso conhecer, ainda que de maneira genérica, o contexto de sua escrita e esta, por sua vez, se dá a conhecer a partir dos próprios escritos do autor e de seus contemporâneos.

³⁶⁸ Desde então, tanto quanto sai, a teoria da nossa ciência tem estado por aí. Para o *Grundziige der Historik* von Gervinus (1837) tratou apenas da arte da historiografia, ele se comprometeu a ser para a história o que, de acordo com a visão de Gervinus, a poesia de Aristóteles era para a poesia. Nem implica que a história tenha um lugar no grande sistema do conhecimento humano e sua relação com as outras ciências tem{ } muito menos a prova de como ela chega aos seus resultados, sobre qual fundamento ela se encontra. Seitdem ist, soviel mir bekannt, die Theorie unserer Wissenschaft liegengeblieben. Denn die Grundzüge der Historik von Gervinus (1837) behandelten durchaus nur die Kunst der Geschichtsschreibung, sie unternahm, das für die Geschichte zu sein, was nach Gervinus' Ansicht Aristoteles' Poetik für die Poesie. Sie hat auch nicht eine Andeutung davon, daß die Historie eine Stelle in dem großen System der menschlichen Erkenntnis zu finden und ihr Verhältnis zu den anderen Wissenschaften festzustellen{ habe}, noch weniger den Nachweis, wie sie zu ihren Ergebnissen gelangt, auf welchem Fundament sie steht. DROYSEN. *Historik* (vol. 1). 1977. p. 51.

Aqui também há dois princípios básicos subsequentes. O *primeiro* princípio é chamado de interpretação *puramente psicológica* e tenta apreender a “decisão seminal” do autor, ou seja, aquilo que o impulsionou a seguir num certo sentido a sua linha de reflexão. Poderíamos demarcar o contexto da *decisão seminal* de Droysen em escrever sobre Teoria da História o momento em que ele começou a lecionar na Universidade de Jena e, posteriormente em Berlim quando, segundo afirmou, se apercebeu que o material disponível para as aulas não davam conta das problemáticas que ele pretendia abordar nos seus cursos.³⁶⁹ O *segundo* princípio é a chamada *interpretação técnica* em que o objetivo principal é perceber como que as ideias do autor ganham forma e conteúdo a partir da sua escrita. Neste sentido, saber que Droysen compôs seu *Grundriss de Historik* ao longo de quase três décadas, desde as notas escritas para suas aulas em 1857; publicadas ainda em formato manuscrito em 1858; depois editada e ampliada para a primeira publicação em forma de texto em 1868, seguida de outras edições realizadas pelo próprio autor em 1875 e 1882, com novas interferências, subtrações e adições de trechos ajudam muito a perceber como Droysen compôs textualmente sua obra teórica. Isso para não falarmos das possibilidades de interpretação oriundas dos textos traduzidos, comentados ou reunidos.

As ideias centrais aqui apresentadas sobre a divisão da Hermenêutica de Schleiermacher em *interpretação gramatical* e *psicológica* e suas respectivas etapas foram compulsadas em Schmidt e Grondin.³⁷⁰ Contudo, os exemplos apresentados a partir da experiência concreta de Droysen são nossos e, além de tentar demonstrar, na prática, como funcionaria cada uma dessas etapas buscamos relacionar o pensamento daquele autor com os fundamentos da teoria droyseniana da História; o que quase sempre é mais anunciada do que discutida. A grande maioria dos autores apenas menciona Droysen como um dos historiadores que teriam levado adiante as ideias de

³⁶⁹ Precisamos chamar atenção para um fato importante no argumento de Droysen que ajuda a relativizar essa afirmação do autor. Droysen não desconhecia algumas das obras que antecederam seus cursos, porém, em alguns casos as considerava pouco adequada. De todo modo alguns textos já circulavam na Alemanha com finalidades parecidas com as suas pretensões na *Historik*. O livro de Johann Martin Chladenius, intitulado *Allgemeine Geschichtswissenschaft* (1752); o livro de Friederich Rühs, *Entwurf einer Propädeutik des historischen Studiums* (1811); livro de Wilhelm Wachsmuth, *Entwurf einer Theorie der Geschichte* (1820); o texto da conferência de Wilhelm von Humboldt, *Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers* (1821); o livro de Friedrich Rehm, *Lehrbuch der historischen Propädeutik und Grundriss der allgemeinen Geschichte* (1830); o manual de Georg Gottfried Gervinus, publicado como *Grundzüge der Historik* (1837) e o livro de Friedrich Dahlmann, *Die politik auf den Grund und das Mass der gegebenen Zustände zurückgeführt* (1837). Entre as obras que mereceram alguma consideração positiva por parte de Droysen estão o texto de Humboldt e o livro de Dahlmann, os demais são bastante criticados pelo autor.

³⁷⁰ Ver: SCHMIDT. *Hermenêutica*. 2013. pp. 35-40; GRONDIN. *Introdução à hermenêutica filosófica*. 1999. pp. 130-134.

Schleiermacher, para na sequência se debruçar sobre a obra de Dilthey e apontar como este utilizou a Hermenêutica para fundamentar o método das Ciências Humanas, esquecendo-se que Droysen foi o precursor desse movimento e que este não se limitou apenas a reproduzir as teses de Schleiermacher, mas, que soube se aproximar e se distanciar do teólogo de forma original, como veremos mais adiante.

4.1 – Hermenêutica e Historiografia.

Entre os autores que dedicaram alguma atenção para a relação entre a Hermenêutica e a Historiografia na obra dos historiadores da primeira geração do Historicismo estão Jean Grondin e Hans-Georg Gadamer. É a partir deles que traçaremos as reflexões a seguir. Evidentemente há textos mais recentes que também se debruçaram sobre essa questão e, sempre que for pertinente, estarão aqui sinalizados.

Para Grondin foi August Boeckh quem aproximou o problema da compreensão hermenêutica das questões de ordem metodológica das ciências humanas no século XIX.³⁷¹ Boeckh valeu-se das reflexões de Schleiermacher para organizar o seu método filológico, contudo, foi além, ao aproximar as questões hermenêuticas de preocupações históricas e com feições iminentemente historicistas.³⁷² A partir de então novos problemas se apresentaram e a questão básica do Historicismo de pensar os processos históricos em suas particularidades, buscando compreendê-las a partir do contexto de cada época, encontrou um equivalente teórico no “círculo hermenêutico”. Segundo Grondin, o Historicismo:

[...] levanta candentes questionamentos epistemológicos: se cada época deve ser explicada por si mesma, isso também deve valer para a nossa. Nossa visão de épocas anteriores é igualmente explicada no contexto de nosso presente, mas também deve ser relativizada. Também a nossa época representa apenas uma entre outras. Como, então, é possível uma ciência parcialmente rigorosa, do fenômeno histórico? Numa concepção mais ampla: como, sob os auspícios do historicismo universalmente reconhecido, pode ser defendida a ideia de uma verdade vinculante e, ao mesmo tempo, não relativizável?

³⁷¹ O filólogo alemão Philipp August Boeckh (1785-1867) pertence a uma geração de intelectuais que permitiu fazer ligação entre a Hermenêutica Geral, praticada por teólogos e filólogos clássicos, e a Historiografia Historicista praticada pela geração posterior a sua. Foi aluno de Wolf em Halle e colega de Schleiermacher em Berlim, onde foi professor entre os anos de 1811 e 1867. Foi na Universidade de Berlim que Boeckh orientou o trabalho de doutorado de Droysen.

³⁷² Embora tenha se dedicado ao estudo da Filologia pelo menos desde 1809, o livro de autoria de Boeckh, *Enzyklopadie und Methodenlehre der Philologischen Wissenschaften*, foi organizado e publicado por seu aluno Ernest Bratuscheck apenas em 1877.

Dissolve-se tudo no todo perspectivista do respectivo condicionamento de uma época? Como se pode sair do círculo hermenêutico de nossa historicidade, se é que isso é possível e necessário? São essas as preocupações básicas do historicismo.³⁷³

Todas essas indagações estavam no horizonte das questões pensadas por Boeckh, embora, para Grondin, ele não tenha ido muito além de Schleiermacher, o que não nos parece acertado. Ao aproximar esses questionamentos iminentemente historicistas do campo de estudos voltado à compreensão textual Boeckh permitiu o avanço das questões do universo mais restrito da linguagem para os grandes problemas pensados no interior das ciências humanas em formação. Esse deslocamento não fora proposto por Schleiermacher e é nesse sentido que Boeckh conecta a geração dos hermeneutas do final do século XVIII com os historiadores do século XIX e introduz novas questões que fazem avançar o pensamento histórico.³⁷⁴

O distanciamento em relação a Schleiermacher fica evidente quando em sua *Teoria da Hermenêutica* Boeckh estabelece os seguintes tipos de interpretação: a interpretação gramatical, a interpretação histórica, a interpretação individual e a interpretação genérica.³⁷⁵ Nesse modelo proposto por Boeckh fica evidenciado que a interpretação não se limita ao texto (interpretação gramatical) e a recuperar a intenção autoral (interpretação psicológica) como em Schleiermacher, embora o autor também o faça. No entanto, avança para historicizar o próprio indivíduo que emite um discurso e generaliza sua colocação em vista de entender a sociedade em que este mesmo discurso foi produzido e produziu algum sentido. Portanto, já em Boeckh há uma expansão considerável do círculo hermenêutico, saindo do texto em direção ao mundo histórico e que será adaptado e aprofundado por Droysen como adiante veremos.

Como sabemos, foi Boeckh quem orientou a Droysen em seu doutorado em Filologia na Universidade de Berlim. Ainda que não tenhamos certeza se Droysen leu Schleiermacher em primeira mão – e as ausências de citação direta levam a crer que não leu – é certo que a discussão hermenêutica e filológica proposta por estes dois autores marcaram profundamente a sua concepção de História, assim como é patente que as teses droysenianas se inserem na linha inaugurada por seu orientador. E é esse contexto

³⁷³ GRONDIN. *Introdução à hermenêutica filosófica*. 1999. pp. 135-136.

³⁷⁴ Além de Droysen, Dilthey também frequentou os seminários de Boeckh em Berlim, durante os anos iniciais de sua formação. Assim como também frequentou os cursos de *Enciclopédia e Metodologia da História*, ministrados pelo próprio Droysen.

³⁷⁵ Ver: BOECKH, August Wilhelm. *Enzyklopadie und Methodenlehre der Philologischen Wissenschaften*. Herausgegeben von Ernest Bratuscheck, zweite auflage besorgt von Rundolf Klusmann. Springer Fichmedien Wiesbaden GMBH, 1886. pp. 79-155.

e lugar de produção, o ambiente intelectual que Droysen participara que dá sentido à aproximação entre Hermenêutica e Historicismo que ele promoveu e a sua tentativa de produzir não apenas uma *Enciclopédia*, mas, uma verdadeira *Historik*, um Órganon das Ciências Humanas.³⁷⁶

De modo um tanto apressado, Grondin e Gadamer afirmam que Ranke e Droysen apenas pensaram aquilo que Dilthey se encarregou de formular: a passagem da Hermenêutica para a Historiografia.³⁷⁷ Para Gadamer, a questão da “conexão da escola histórica e da hermenêutica romântica”,³⁷⁸ da qual participaram também Herder³⁷⁹ e Humboldt, foi levada a cabo por Ranke e Droysen, mas, a partir de um ideal de “história universal”.³⁸⁰ Grondin vai além e afirma que a proposta metodológica de Droysen foi apenas uma “concessão ao espírito positivista da época”.³⁸¹ Nesses dois pontos em particular tendemos a nos distanciar das conclusões dos supracitados autores.³⁸²

É preciso notar que, como o próprio Gadamer chama atenção, na fronteira desse diálogo entre Hermenêutica e Historiografia, havia pelo menos dois problemas a serem enfrentados: *primeiro*, o fato de que o texto, objeto por excelência da interpretação hermenêutica é individual, enquanto a história é sempre coletiva: “seu tema [do

³⁷⁶ DROYSSEN. *Historik*. 1977. Vol. 1. p. 43. *Enciclopédia e Metodologia da História* era o nome dos seminários ministrados por Droysen, na Universidade de Belim, e não o nome do livro por ele escrito.

³⁷⁷ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Vol. 01; Tradução de Flávio Paulo Meurer; Revisão Enio Paulo Giachini. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 271. É importante notar que Gadamer e Grondin utilizaram apenas a versão incompleta da *Historik* editada por Hübner em 1937. Talvez isso, somada a falta de uma análise mais detida da obra do historiador alemão aqui em tela tenha conformado a visão dos nossos interlocutores.

³⁷⁸ Pedro caldas aponta como um equívoco de Gadamer situar Droysen como um herdeiro da “hermenêutica romântica”, argumento com o qual concordamos. CALDAS. Pedro Spinola Pereira. *O que significa pensar historicamente*: uma interpretação da teoria da História de Johann Gustav Droysen. – 2004. 215 f. (Doutorado em História). Pontífice Universidade Católica, Rio de Janeiro. p. 122. 123. Grondin, por exemplo, diz que foi “Ast [quem] pensou antecipadamente o relativismo epocal do historicismo emergente, para o qual tudo deve ser interpretado como expressão de sua época”. GRONDIN. *Introdução à hermenêutica filosófica*. 1999. p. 134. Isso aponta para uma afinidade entre Hermenêutica e Historicismo. Contudo, se consideramos a “vontade idealista e histórico universalista” de Ast percebemos a distância entre Droysen e a hermenêutica romântica que Ast representava.

³⁷⁹ Trata-se do filósofo alemão Johann Gottfried Herder (1744-1803). No caso de Herder, há dois bons ensaios que aponta para o caráter romântico do seu pensamento histórico. COLLINGWOOD, R.G. *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1946. pp. 143-153. GARDINER, Patrick. *Teorias da História*; tradução Vitor Matos e Sá. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964. pp. 41-59.

³⁸⁰ A ideia de uma “história universal” é mais facilmente imputada a Ranke, em Droysen, esse suposto é muito mais complexo do que Gadamer faz notar e não necessariamente coincide com o que Hegel e Ranke formularam. Voltaremos a essa discussão em momento posterior.

³⁸¹ GRONDIN. *Introdução à hermenêutica filosófica*. 1999. p. 146.

³⁸² Em texto datado de 1965, com o título sugestivo de *Hermenêutica e Historicismo*, Gadamer apenas menciona o fato de que “Droysen projetou uma metodologia das ciências históricas, exercendo grande influência” para em seguida analisar a contribuição de outros autores, negligenciando completamente a contribuição do autor da *Historik*. GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*: complementos e índices. Vol. 02; Tradução de Enio Paulo Giachini; revisão Marcia Sá Cavalcante Schuback. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 449.

historiador] não é um texto individual, mas a história universal”; *segundo*, um texto é uma unidade de sentido com começo, meio e fim, enquanto o processo histórico é sempre contínuo e incompleto: “falta ao contexto universal da história o caráter de conclusividade que possui o texto para o filólogo, e que faz com que uma biografia, por exemplo, pareça converter-se num conjunto de sentido acabado, num texto compreensível por si”.³⁸³ São estas as questões que a Hermenêutica anterior a Droysen não respondeu a contento e que ele, na esteira de Boeckh, as enfrentou apontando para encaminhamentos que o colocaram além das propostas de Ast, Wolf e Schleiermacher.

É o que podemos depreender de afirmações como a que diz que:

O homem não só reflete as impressões sensoriais que recebe de forma peculiar, mas procede das meras impressões às ideias, à distinção e à comparação, ao juízo e à conclusão, só que a soma das sensações está unida a uma totalidade, que tem na força unificadora, no eu, no seu lugar, no seu órgão, na sua existência peculiar. Esta é a forma básica típica dada ao homem; ele é, na sua essência mais íntima totalidade e, no entanto, um todo inacabado, ele é infinito e ainda cercado pela finitude e uma parte dela; colocado nos limites do espaço e do tempo, é o levantamento constante dessas barreiras, não é a totalidade e o infinito, mas, para que assim seja, continua a tornar-se a cada momento: não na calma dos resultados, mas no trabalho constante da realização.³⁸⁴

Como se pode notar, a forma como Droysen apresenta o modo de apreensão dos eventos [impressões sensoriais] perfaz várias etapas [recepção, impressão, ideias, distinção, comparação, juízo e conclusão] de uma *forma peculiar* de interpretação que está bem além do modelo de compreensão hermenêutica que lhe antecede. Aqui, lembra-nos mais a *interpretação individual* de que fala Boeckh. Como diz Pedro Caldas, isto “não permite que ele seja classificado como um historista ingênuo ou romântico, tampouco como um iluminista a acreditar em um aperfeiçoamento linear do homem”.³⁸⁵ Não é romântico porque não defende uma visão *empática* do passado, não é

³⁸³ GADAMER. *Verdade e Método* (Vol. 01). 2015. p. 270.272.

³⁸⁴ Nicht bloß, daß der Mensch die Sinneseindrücke, die er empfängt, auf eine ihm eigentümliche Weise reflektiert, er schreitet von den bloßen Eindrücken fort zu Vorstellungen, zu Unterscheidung und Vergleichung, zu Urteil und Schluß, nur ihm wird die Summe der Sensationen zu einer Totalität vereinigt, welche in der vereinigenden Kraft, in dem Ich, ihre Stelle, ihr Organ, ihr eigentümliches Dasein hat. Das ist die typische Grundform, die dem Menschen gegeben ist; er ist nach seinem innersten Wesen Totalität und doch ein unfertiges Ganzes, er ist Unendlichkeit und doch von der Endlichkeit umschränkt und ein Teil von ihr; in die Schranken von Raum und Zeit gestellt, ist er die stete Aufhebung dieser Schranken, er ist nicht Totalität und Unendlichkeit so, daß er es wäre, sondern indem er in jedem Augenblick es zu werden fortfährt: nicht in der Ruhe des Erreichten, sondern in der steten Arbeit des Erreichens. DROYSEN. *Historik*. 1977. Vol. 1. p. 23.

³⁸⁵ CALDAS. *O que significa pensar historicamente*. 2004. p. 118.

um iluminista porque não defende um projeto de história pautado num progresso contínuo. O homem, para Droysen, é *um todo inacabado*, colocado *nos limites do espaço e do tempo*. É nessa condição que ele se relaciona com a totalidade das coisas, mas, a partir da sua *existência peculiar*. O indivíduo para Droysen, em não sendo um todo infinito, é parte da totalidade das coisas, uma existência peculiar situada no limite do espaço e do tempo em constante mudança e nesse “tornar-se a cada momento” pelo “trabalho constante da realização” é que ele, o sujeito, concebe o mundo em que vive, compreendendo-o ao seu modo e comunicando a outros os sentidos daquilo que experimentou como uma “força unificadora”. A compreensão desses sentidos produzidos por este “eu particular” pode ser generalizado (interpretação genérica) porque ele é, na sua essência, parte da totalidade.

Quem estabelece a conexão entre a experiência individual e o contexto geral e quem recorta a história para observar – uma biografia, a história de uma nação ou de uma época passada – é o historiador-intérprete que, ao proceder desta maneira, transforma o passado “num conjunto de sentido acabado”. Isso não significa dizer, como o faz Gadamer que, para Droysen, “a historiografia pretende reconstruir o grande texto da história a partir dos fragmentos da tradição”.³⁸⁶ Isto significaria defender, em termos práticos, que só existiria uma Historiografia possível e verdadeira, capaz de reunir uma vez só a *totalidade* dos fatos a partir dos *fragmentos*, o que certamente contraria a noção de *compreensão* utilizada por Droysen no seu esforço de entender hermeneuticamente a história. Neste aspecto tendemos a concordar com Pedro Caldas, quando afirma que a “totalidade” almejada no método compreensivo de Droysen é formal, “na medida em que é capaz de integrar diferentes formas de pensar” e que é a partir disso que “a hermenêutica como método [é] capaz de articular a especulação filosófica e teológica com a empiria das ciências da natureza”.³⁸⁷

É nesse ponto, a nosso ver, que reside uma das principais contribuições de Droysen e onde podemos situar o elemento que lhe permitiu pensar a conexão entre a Hermenêutica e a Historiografia: ao definir precisamente a natureza do objeto histórico

³⁸⁶ GADAMER. *Verdade e Método* (Vol. 01). 2015. p. 295

³⁸⁷ CALDAS, Pedro. Johann Gustav Droysen (1808 – 1884): história e compreensão. In. *Os Historiadores: clássicos da História, vol. 02*; (Org.) Mauricio Parada Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 48. Algo, portanto bem distante de uma “concessão ao espírito positivista da época”, como quis vê Grondin.

e as suas possibilidades de compreensão. Droysen, não apenas “pensou” como estabeleceu as bases de uma Metodologia própria da História.³⁸⁸

Para Droysen, o que permite ao historiador compreender e estabelecer as relações entre o todo e a parte é o “*mundo ético*” (*sittliche Welt*) que se expressa nas “comunidades éticas” (*sittlichen Gemeinsamkeiten*) dos quais o homem participa.³⁸⁹ Nas palavras do próprio Droysen: “o ser humano se torna uma totalidade em si somente ao compreender outros, ao ser compreendido por outros, vivendo em comunidades éticas com outros (família, povo, Estado, religião, etc.)”.³⁹⁰ Ao localizar o *ser humano* (particular) no interior das *comunidades éticas* (geral) Droysen está partindo da velha questão do círculo hermenêutico de Schleiermacher e Boeckh para pensar o sentido da história, não como um texto acabado, mas, como um grande “livro da história” – para usarmos a metáfora de Gadamer – do qual nunca conhecemos todas as páginas, senão alguns *eventos* nele inscrito.

Também para Wilhelm von Humboldt (1767-1835), a quem Droysen reconhece imensa influência a suas reflexões, o historiador “deve expor cada evento como parte de um todo” e deve agir de modo “a separar o necessário do contingente, descobrir as sequências internas, tornar visíveis as verdadeiras forças ativas”.³⁹¹ Foi Humboldt quem, segundo o próprio Droysen, “acompanhando as formações práticas e ideais do gênero, em especial as linguagens – distinguiu a ‘natureza espiritual-sensível’” e pode assim localizar os problemas históricos numa dimensão teórica.³⁹² Note-se que ao falar de *linguagens*, no plural, é bastante significativo de que o mundo ético de Droysen

³⁸⁸ Creio que num ponto tendemos dá um passo além do que Pedro Caldas propõe e dizer que vemos nas teses droyseneanas certa antecipação da Hermenêutica Ontológica de Heidegger. Quando Droysen afirma que o homem “não é a totalidade e o infinito, mas, para que assim seja, continua a tornar-se a cada momento: não na calma dos resultados, mas no trabalho constante da realização”, isso o coloca em relação direta com as questões que o autor de *Ser e Tempo* buscou aprofundar nas suas reflexões. Foi Gadamer, em texto de 1961, intitulado *Sobre a problemática da autocompreensão: uma contribuição hermenêutica para o tema da “desmitologização”* quem primeiro levantou essa questão. Ver: GADAMER. *Verdade e Método* (Vol. 02). 2011. pp. 148-149. Ver também: SAMMER, Renata. Causa diz-se em quatro sentidos: sobre a hermenêutica droyseneana e a teoria da causalidade aristotélica. *Revista História e Historiografia* • ouro preto • n. 13 • dezembro • 2013 • p. 173.186.

³⁸⁹ DROYSEN. *Historik*. 1977. Vol. 1. p. 289.

³⁹⁰ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 40.

³⁹¹ HUMBOLDT, Wilhelm. *Sobre a Tarefa do Historiador* (1821). Apresentação e tradução de Pedro Caldas. In. *História Pensada: Teoria e Método na Historiografia europeia do século XIX*, (Org.) Estevão Martins. São Paulo: Contexto, 2010. p. 87. Droysen afirma também que “não é objetivamente que os fenômenos se dividem no espaço e no tempo; a nossa percepção é que os separa de acordo como eles parecem relacionar-se mais ao espaço ou ao tempo”. DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 35.

³⁹² DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 34.

abarca não apenas uma forma de percepção das coisas, mas, a um conjunto de “generalidades”. Para Pedro Caldas:

O mundo ético de Droysen está dividido em ‘generalidades naturais’, ‘generalidades gerais’ e ‘generalidades práticas’. As primeiras seriam formadas pela família, pelo gênero, pelo povo e pela etnografia; as segundas, pela linguagem, pela arte, pela verdade e pelo sagrado; as terceiras, pelo Bem, pelo Direito e pelo Estado.³⁹³

Ainda segundo Caldas, essa divisão das forças éticas em três partes, proposta por Droysen, seguia o princípio estabelecido pelos gregos antigos para pensar a realidade *física* (generalidades naturais), *lógica* (generalidades ideais) e *ética* (generalidades práticas).³⁹⁴ Nesse modelo droyseniano de percepção da “natureza espiritual-sensível”, inspirado em Humboldt, Kant e Hegel, não há espaço para um empirismo do tipo como gostaria Wilhelm Wachsmuth ou Henry Thomas Buckle.³⁹⁵ De igual modo não cede à tentação de uma história universal do espírito, pautada tão somente numa concepção idealista. Neste sentido, podemos concordar com Gadamer quando diz que:

É necessário que se recorde à distância que a escola histórica tomou frente a Hegel. De certa forma, sua certidão de nascimento é sua recusa à construção apriorística da história do mundo. Sua nova pretensão é que o que pode conduzir a uma concepção da história universal não é a filosofia especulativa, mas unicamente a investigação histórica.³⁹⁶

Ainda que seja necessário não exagerar esse distanciamento de Droysen em relação a Hegel, como Gadamer defende, há que se acentuar que, a despeito da imensa e permanente influência hegeliana, a proposta de uma Teoria da História tem suas feições próprias. É neste sentido que devemos compreender a afirmação segundo a qual “a ciência da história é o resultado de percepções empíricas, de experiências e da pesquisa”.³⁹⁷ Esta discussão sobre a natureza do objeto da História, Droysen apresenta na segunda parte da sua *Historik - a Sistemática*. Ela compreende o *cosmos do mundo ético*, ou seja, o universo daquilo que é historicamente observável e está profundamente

³⁹³ CALDAS. Johann Gustav Droysen (1808 –1884). 2013. p. 44.

³⁹⁴ CALDAS. Johann Gustav Droysen (1808 –1884). 2013. p. 44.

³⁹⁵ Sobre a crítica de Droysen a Wachsmuth ver a nota 62 de Júlio Bentivoglio; DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 34; em relação a Buckle, ver SAMMER. *A Ética Historista de Johann Gustav Droysen*. 2012. p. 120.

³⁹⁶ GADAMER. *Verdade e Método* (Vol. 01). 2015. p. 273

³⁹⁷ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 36.

ancorada nas reflexões de Humboldt, assim como em Hegel e igualmente na ética e na teoria das quatro causas aristotélicas e na releitura destas encaminhadas por Kant no século XVIII.³⁹⁸

Tendo em vista todo esse amplo panorama de reflexões que Droysen sintetizou na formulação do seu método histórico, em que a Hermenêutica é um dos fatores principais, embora muito longe de ser o único, torna-se quase irrelevante dizer – como Grondin nos lembra – que a palavra em si quase nunca aparece nos textos do metodólogo.³⁹⁹ Isto não significa que o autor não tenha apreendido corretamente a discussão que lhe antecedeu e que não tenha sabido manejar de maneira precisa as ferramentas que tinha disponíveis ao seu tempo. Pelo contrário, concordamos com Arthur Assis quando afirma que “a originalidade da teoria da história de Droysen decorre da sua inusitada síntese da filosofia da história, teoria do conhecimento, metodologia e teoria da historiografia”.⁴⁰⁰ Não apenas inusitada, diríamos mesmo ousada e complexa. Uma reflexão extremamente erudita que põem em diálogo todo um universo intelectual, num arco que vai dos pensadores da Grécia antiga ao que havia de mais sofisticado na Alemanha e em outros países europeus do século XIX.

Nessa mesma direção, Pedro Caldas lembra que em sua tese sobre Droysen, Jörn Rüsen aponta que a *Historik* “procurava criar seu espaço próprio diferenciando-se basicamente de outras três formas de conhecimento da época”, a saber: a filosofia hegeliana da história, do romantismo e do iluminismo.⁴⁰¹ Não é trivial lembrar que não devemos tomar diferença por rompimento puro e simples, mas, assumir a obra teórica de Droysen como um “trabalho constante da realização” de um “espírito finito” que não está de forma alguma desprendido da “totalidade” do mundo da qual emerge. Cremos que nos dois capítulos antecedentes essa distinção ficou em parte sinalizada.

O silêncio sobre a relação que Droysen manteve com a Hermenêutica, segundo cremos, não está na ausência de reflexão detida por parte do autor sobre esse tema e

³⁹⁸ SAMMER, Renata. Causa diz-se em quatro sentidos: sobre a hermenêutica droyseana e a teoria da causalidade aristotélica. *Revista História e Historiografia* • ouro preto • n. 13 • dezembro • 2013 • p. 172-187 • doi: 10.15848/hh.v0i13.600

³⁹⁹ De fato, Droysen prefere usar *compreensão* e também não faz nenhuma menção direta aos textos de Schleiermacher nos primeiros textos que compõem a *Historik*, nem na edição crítica de 1977 de Peter Leyh. É possível que Droysen tenha acessado os textos de Schleiermacher editados por Friedrich Lücke em 1838 a partir de um manuscrito, datado de 1819. Droysen cita ainda a Wolf, Boeckh e Niebuhr entre aquele que contribuíram para a crítica histórica com os quais o diálogo com Schleiermacher é explícito. Droysen. *Historik*. Vol. 1. 1977. p. 113.172.222.

⁴⁰⁰ ASSIS, Arthur. Johann Gustav Droysen (1808-1884). *Apresentação*. In. História Pensada: Teoria e Método na Historiografia europeia do século XIX. (Org.) Estevão Martins. São Paulo: Contexto, 2010. p. 33.

⁴⁰¹ CALDAS. *O que significa pensar historicamente*. 2004. p. 118.

deve-se menos a ausência de menção mais explícita ao termo na *Historik* e mais pelo percurso nada linear que o tema assumiu nas obras dos autores aqui apresentados. Basta lembrar que Schleiermacher, Boeckh, Droysen e o próprio Dilthey tiveram seus textos editados e publicados ou de forma fragmentárias ou muito posteriormente, o que dificultava um diálogo mais direto entre esses autores e produz uma descontinuidade para os analistas posteriores. O próprio Dilthey, falecido em 1911, não viu as obras completas de Droysen editadas e publicadas, o que de certo modo explica também certo o silêncio deste em relação ao autor da *Historik*.⁴⁰² Um silêncio sempre renovado e ratificado por todos que viram em Dilthey o fundador da “verdadeira filosofia da escola histórica”.⁴⁰³ Nesse sentido, temos nos beneficiados da disposição de todo esse material em formato digital ou impresso, publicados mais recentemente. E aqui também cabe a nós o papel de intérprete que pode ler as interpretações individuais e produzir uma interpretação genérica, inserindo-nos também desse modo no círculo hermenêutico expandido ao molde de Droysen.⁴⁰⁴

Droysen refletiu de maneira sobre a Hermenêutica, ou mais precisamente sobre compreensão e interpretação em história, ao longo de toda a *Historik*, embora em algumas partes específica o autor dê mais atenção ao problema. Vejamos aqui alguns desses momentos que podem nos ajudar a situar melhor a questão da *compreensão* a partir da proposta droyseniana. Iniciemos por uma das citações já lembradas anteriormente. Ela se situa no contexto da definição do método histórico e de como o historiador lida com o material histórico: Diz o autor que:

Lo singular se comprende en la totalidad, de donde emerge, y la totalidad se comprende en esta singularidad, en la que se expresa. El que comprende es, como él mismo un Yo, una totalidad en sí, lo mismo que aquél a quien comprende, y complementa su totalidad a partir de la manifestación singular y la manifestación singular, a partir de su totalidad. El comprender es el conocer más perfecto que nos es

⁴⁰² Lembremos que Dilthey também não fez uso mais extenso da palavra Hermenêutica. SCHMIDT. *Hermenêutica*. 2013. p. 51. Como já mencionamos, Dilthey frequentou as aulas de Droysen em Berlim, de quem este se serviu bastante em primeiros escritos, particularmente para contestar o modelo positivista de história proposto por Buckle. Mas, sobretudo, os seus objetivos de tentar afirmar a História como uma ciência autônoma a partir de uma concepção psicológica do indivíduo fez também Dilthey se distanciar paulatinamente de Droysen e percorrer seus próprios caminhos. Ver: SILVA, Guilherme José Santini da. *A percepção do projeto de H.T. Buckle para a fundação científica da História pelo jovem Dilthey como o primeiro momento de sua tese sobre a necessidade de uma psicologia descritiva e analítica no sistema das ciências do espírito*. 124 f. Tese de doutorado em Filosofia. São Paulo. Pontífice Universidade Católica (PUC-SP), 2020. Particularmente os capítulos 05, 06 e 07.

⁴⁰³ GADAMER. *Verdade e Método* (Vol. 02). 2011. p. 211.

⁴⁰⁴ A expansão do círculo hermenêutico, em Droysen, vai além do texto e do seu contexto imediato de produção, abarcando também as interpretações posteriores. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

humanamente posible. Por eso se realiza inmediata, súbitamente, sin que tengamos conciencia del mecanismo lógico que allí funciona. Por ello el acto de la comprensión es como una intuición inmediata, como un acto creador, como una chispa de luz entre dos cuerpos electróforos, como un acto de la concepción. En el comprender, la naturaleza espiritual-sensórea del hombre participa totalmente, dando y tomando a la vez, procreando y concibiendo al mismo tiempo. El comprender es el acto más humano del ser humano, y todo que hacer verdaderamente humano se basa en la comprensión, busca comprensión, encuentra comprensión.⁴⁰⁵

Nesse excerto, com as devidas ressalvas já feitas, há muitas possibilidades de inter-relação de Droysen com seus antecessores. A título de exemplo citemos duas das mais destacadas: *primeira*, a menção indireta ao círculo hermenêutico de Schleiermacher, que propunha que o intérprete iniciasse o ato de compreender por uma compreensão geral e deslizesse assim para o particular e desse retornasse ao geral; *segunda*, uma explícita deferência à filosofia hegeliana das formas de percepção do mundo sensível pela consciência do “eu” que estar no mundo.⁴⁰⁶ Ao mesmo tempo ao afirmar que o “comprender es el conocer más perfecto que nos es humanamente posible”, Droysen eleva a compreensão a uma forma distinta e sofisticada de conhecimento, muito mais complexa que um simples “conhecer”, porque a compreensão é “intuição imediata”, mas é também “ato criador”.

4.2 – O método histórico compreensivo.

Indo além nesse argumento, Pedro Caldas aponta que Droysen dividiu a interpretação histórica em quatro etapas: a *interpretação pragmática*; nessa etapa o pesquisador parte do método indutivo de Francis Bacon, que vai do particular ao geral, visando identificá-los, distingui-los e relacioná-los num processo lógico, sem a pretensão de elaborar leis, mas, de estabelecer os fatos a serem interpretados; na *interpretação das condições* o diálogo dá-se a partir do método dedutivo e a filosofia

⁴⁰⁵ DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 34

⁴⁰⁶ Várias afirmações de Droysen nesse excerto são quase paráfrases do autor de *Fenomenologia do Espírito*. Como podemos ver nos capítulos iniciais de Hegel: “o saber que, de início ou imediatamente, é nosso objeto, não pode ser nenhum outro senão o saber que é também imediato”; “o conteúdo concreto da certeza sensível faz aparecer imediatamente essa certeza como o mais rico conhecimento”; “A certeza sensível experimenta, assim, que sua essência nem está no objeto nem no Eu, e que a imediatez nem é imediatez de um nem de outro, pois o que ‘visto’ em ambos é, antes, um inessencial”. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (1770-1803). *Fenomenologia do Espírito*; tradução Paulo Meneses. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. P. 83.87. Segundo temos entendido, e com a devida ressalva ao que foi proposto por Gadamer, a filosofia hegeliana permaneceu como uma das matrizes fundantes da Teoria da Histórica de Droysen, conforme discutimos na primeira parte da tese.

transcendental de Immanuel Kant, visando conhecer as possibilidades em que o conhecimento se dá e estabelecer a lógica de sentido por traz dos acontecimentos; na *interpretação psicológica* parte do método hermenêutico de Schleiermacher e sua pretensão de “reconstruir intenções de um indivíduo ou de uma coletividade”; por fim, chega-se à *interpretação das ideias* em que toma lugar propriamente o método compreensivo de Droysen, na tentativa de “reconstruir um processo histórico cujo sentido não está dado para a consciência dos agentes”, partindo do suposto que “somente o historiador, após a passagem do tempo, pode compreender o significado de uma ação”.⁴⁰⁷

Levaremos adiante a reflexão sobre cada uma das etapas da interpretação em Droysen a fim de percebermos o que significa efetivamente dizer que “a essência do método histórico é compreender enquanto se pesquisa”, ou ainda, que “o particular é compreendido no todo e o todo é compreendido no particular”.⁴⁰⁸ Como já fizemos notar, esse é um princípio básico partilhado por todos os autores que se debruçaram sobre o problema do “círculo hermenêutico” e Droysen o retoma para dar-lhe concretude à luz dos eventos históricos e ampliar para muito além do mundo dos textos, mas, para pensar o próprio contexto histórico, assim, se distanciando da Hermenêutica Romântica e fundando uma verdadeira Hermenêutica Histórica que faz com que o historiador – intérprete das generalizações em Boeckh, intérprete das ideias em Droysen – também participe compreendendo e complementando a totalidade das coisas interpretadas.

Droysen tinha em vista diferenciar o Método Histórico do Físico e do Filosófico, porém, não o faz de forma irreconciliável e incomunicável, visto que os considerava como “três caminhos para uma mesma meta”. Contudo, para o autor, a especificidade e a autonomia do Método Histórico eram garantidas pela “compreensão”, capaz de produzir modos de interpretação distintos da “explicação”, própria das ciências da natureza.⁴⁰⁹ Todavia, a *interpretação pragmática* e a *interpretação das condições* lidam diretamente com a materialidade, com os dados objetivos daquilo que compõem e permite produzir o conhecimento histórico.

⁴⁰⁷ CALDAS. Johann Gustav Droysen (1808 –1884). 2013. pp. 45-47. A semelhança das formulações de Droysen com o modelo proposto por Boeckh, acima mencionado, é latente.

⁴⁰⁸ Gadamer faz notar essa relação: GADAMER. *Verdade e Método* (Vol. 01). 2015. p. 295. Júlio Bentivoglio que chamou atenção para esse aspecto, na nota 73, da edição brasileira da *Historik*. DROYSSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 38. 39.

⁴⁰⁹ DROYSSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 41.

Notemos que nesse esforço de delimitação e afirmação da autonomia do Método Histórico, a interpretação pragmática acontece, segundo Droysen:

Através da indução feita através do particular, o método histórico, com o que lhe é dado observar, chega ao geral. Mas este geral não é uma lei; o método histórico também busca analiticamente, a partir dos fenômenos, a sua essência, mas esta essência não é um substrato material com atribuições imutáveis.⁴¹⁰

A defesa de que a Teoria e Metodologia da História não pretende formular leis e sim “as leis da pesquisa histórica” – como acima mencionado – já seria suficiente para rebater a tese de Grondin de que Droysen cede a uma tentação positivista do seu tempo. E se recuperamos a crítica droyseneana a forma como Thomas Buckle se utilizou da indução, vemos que o autor da *Historik* tem um modo peculiar de encaminhar essa discussão. Neste sentido é forçoso concordar com Arthur Assis quando fala que:

Ao contrário da reflexão filosófica, a historiografia é, para Droysen, o resultado de uma cognição empírica, e não especulativa. Por outro lado, essa orientação empírica diverge do padrão característico das chamadas ciências naturais, uma vez que promove o conhecimento do mundo empírico sem recorrer ao procedimento da remissão de fenômenos particulares a leis gerais.⁴¹¹

A *indução* é apenas o ponto inicial de um processo maior de identificação dos “fenômenos” – leia-se eventos históricos – a serem pensados analiticamente.⁴¹² Junto com o método especulativo e físico, o método histórico se apresenta como a possibilidade de “reconhecer, esclarecer e compreender”. Nessa outra formulação, Droysen amplia o modelo por ele apresentado. Faz isso para demonstrar que “reconhecer” (lógica), “esclarecer” (física) e “compreender” (ética) são pressupostos básicos do conhecimento estabelecidos desde o cânone dos gregos antigos e que ainda que os pensemos de modo isolado eles são “três lados de um único e mesmo prisma”.⁴¹³

⁴¹⁰ Auf diese und ihr Verständnis wendet sich die historische Methode. Auch sie summiert durch Induktion aus dem Einzelnen, was ihr zur Beobachtung vorliegt, ein Allgemeines, aber dies Allgemeine ist nicht ein Gesetz; auch sie sucht analytisch aus den vorliegenden Erscheinungen deren Wesen, aber dies Wesen ist nicht ein stoffliches Substrat mit unveränderlichen Attributionen. DROYSEN. *Historik*. 1977. p. 21.

⁴¹¹ ASSIS. Johann Gustav Droysen (1808-1884). 2010. p. 33.

⁴¹² Como facilmente podemos perceber, todos esses termos aqui empregados fazem parte de uma terminologia bastante inspirada em Kant.

⁴¹³ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 41.

Voltando à questão da *interpretação pragmática* de Droysen pensada a partir de Francis Bacon (1561-1626), vemos como o autor de *Novo Órganon* apresentou uma definição de indução que permitiu a Droysen usá-la na base do Método Histórico. Diz Bacon que:

A forma de indução que os lógicos falam, a qual procede por simples enumeração, é algo infantil, que se precipita às conclusões, está exposto ao perigo da contradição imediata, observa apenas as coisas familiares e não chega a qualquer resultado. As ciências precisam de uma forma de indução que faça experimentos e os analise, chegando a conclusões necessárias com base em exclusões e rejeições apropriadas.⁴¹⁴

Ao propor uma indução que não considera apenas os aspectos semelhantes da realidade e os enumera para depois comparar, interpretar e concluir, Bacon permitiu aos historiadores analisar a realidade histórica, matéria essencialmente dessemelhante, não repetível ou quantificável. Penso que é isso que Droysen tinha em vista quando afirmou, um pouco antes da passagem que transcrevemos acima, que “no mundo histórico, não são as analogias, mas, pode-se dizer, as anomalias o elemento motriz. Sobre estas se debruça o método histórico.”⁴¹⁵ A indução simples, essa que parte das “coisas familiares”, não serve para o historiador porque ele não trabalha com “essências [...] com atribuições imutáveis”. Não há analogias históricas que não produza alguma anomalia.

Esse tipo de “enumeração simples” de que fala Bacon poderia ser exemplificado com um tipo de raciocínio que levaria à conclusão de que se Meier, Ast, Wolff, Schleiermacher, Boeckh e Droysen se ocuparam de problemas hermenêuticos logo o fizeram de modo semelhante. Cremos que o exposto até aqui serve de “contradição imediata” a tal raciocínio. Se há muitas analogias a serem pensadas entre esses autores, não podemos deixar de notar as anomalias também. Anomalias são diferenças, não discrepâncias, produzem apenas “rejeições apropriadas” e permitem que as singularidades se manifestem.

Avançando em sua crítica, Bacon identificou dois modos de investigar e chegar à verdade: *um* que “salta dos sentidos e das coisas particulares para os axiomas mais

⁴¹⁴ BACON, Francis (1561-1626). *Novo Órganon*; tradução Daniel Miranda. São Paulo Edipro, 2014. p. 30.

⁴¹⁵ In der geschichtlichen Welt sind nicht die Analogien, sondern, man könnte sagen, die Anomalien das Bewegende. Auf diese und ihr Verständnis wendet sich die historische Methode. DROYSEN. *Historik*. 1977. p. 21.

gerais e, a partir desses princípios e de sua verdade estabelecida, determina e descobre axiomas intermediários”. Este seria o modelo corrente e que Bacon refuta. O *outro*, “extraí os axiomas a partir dos sentidos e das coisas particulares, crescendo em ascensão gradual e ininterrupta até chegar, por fim, aos axiomas mais gerais”. E acrescenta: “este é o verdadeiro caminho, mais ainda não foi tentado”. Este é o projeto que Bacon propõe para uma indução menos “infantil” que não se restringe a ser uma mera soma de partes semelhantes para gerar conclusões precipitadas.⁴¹⁶ Foi nesse segundo modelo que Droysen viu a possibilidade de usar a indução como *pragmática* que permitisse abarcar as especificidades do objeto histórico e situar as suas singularidades em face da dessemelhança da totalidade infinita dos acontecimentos.

Na *interpretação das condições*, como nos lembra Pedro Caldas, trata-se de “conhecer as determinantes de um fato histórico, sendo estas causas espaciais, temporais e técnicas”, percebidas pela lógica dedutiva.⁴¹⁷ Para encaminhar essa reflexão é incontornável retomarmos uma discussão anterior e fazer menção, ainda que breve, ao debate estabelecido entre Hume e Kant e a tentativa deste em responder ao problema epistemológico esboçado na pergunta: *como posso conhecer?*⁴¹⁸ A resposta a essa pergunta, formulada filosoficamente, interessava a Droysen porque com ela pode-se pensar também em que *condições* o conhecimento histórico é possível.

Kant buscou equacionar as teses racionalistas com as críticas empiristas encaminhadas por Hume segundo a qual a razão não coordena a ação humana e nem explica a realidade e sim os costumes e as práticas, sendo estes últimos o real objeto da ciência pautada na inferência indutiva.

No empirismo de Hume há dois supostos básicos que podem ser resumidos na ideia de que as nossas “impressões” são resultantes da experiência sensória e que as “ideias” são as cópias mentais dessas mesmas impressões. É a partir disso que podemos, segundo Hume, definir as duas formas básicas de conhecimentos: *primeira*, as “questões de fato”, entendendo “fatos” como “estados das coisas reais sobre as quais podemos aprender algo somente através da experiência do mundo”; *segunda*, as

⁴¹⁶ BACON. *Novo Órganon*. 2014. p. 50.

⁴¹⁷ CALDAS. Johann Gustav Droysen (1808 –1884). 2013. p. 46.

⁴¹⁸ Essa é a problemática central do livro *Crítica da razão pura* (1791), onde Kant inaugura uma série de respostas ao empirismo cético de David Hume e que se seguiram por outros dois livros: *Crítica da Razão Prática* (1788) e *Crítica do poder do Julgamento* (1790).

“relações de ideias”, que partem sempre dos fatos e precisam guardar com estes uma relação lógica que garantam que são verdadeiras.⁴¹⁹

Fica evidente que esse tipo de argumentação esboçado por Hume apresenta sérias limitações para aqueles que, como Droysen, buscavam pensar a História como uma ciência, visto que o material com o qual o historiador tem que lidar não lhe permite uma “experiência sensorial” direta com seu objeto de estudo.⁴²⁰ Daí que para Hume, seria muito difícil determinar com exatidão a diferença entre história e poesia épica, por exemplo, já que para ele a maneira como esses dois gêneros de escrita estabelecem a conexão entre os acontecimentos é muito mais “uma questão de gosto, que de raciocínio”.⁴²¹

No entanto, o empirismo traz uma questão latente que o próprio Hume reconhecia e que expõe certa fragilidade de argumentação. Segundo Robert Meyers, um dos problemas principais desse tipo de suposição é que:

Uma única experiência não mostra que um objeto físico existe. A maioria dos objetos externos que nos interessam têm o que Hume chamou de “existência contínua”: não existem apenas quando os percebemos, mas pelo menos por um curto espaço de tempo antes e depois. Uma única experiência, no entanto, só estabelece que o objeto existe naquele momento. Se existia um momento antes é algo que fica na memória de uma percepção passada ou, quando desviamos e então olhamos de novo, reside na elaboração da hipótese de sua existência no intervalo entre os olhares. E se vai existir no momento depois só se pode saber quando esse momento chega ou quando o inferimos de uma percepção passada. A percepção direta mostra, no máximo, que os objetos existem no presente e não que existem antes ou depois.⁴²²

⁴¹⁹ DUDLEY, Will. *Idealismo Alemão*; tradução Jacques Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 17.

⁴²⁰ Para um bom resumo sobre os argumentos contrários à ideia de História como ciência capaz de produzir algum tipo de verdade ver: REIS, José Carlos. História e Verdade: posições. In. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 147-177.

⁴²¹ HUME, David. *Investigação sobre o Entendimento Humano e sobre os princípios morais*; tradução José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora Unesp, 2004, pp. 49-50. Noutro trecho, Hume é mais categórico ainda ao dizer que: “Nada é mais livre que a imaginação humana, e, embora não possa ir além daquele inventário original de ideias fornecidas pelos sentidos internos e externos, ela dispõe de poder ilimitado para misturar, combinar, separar e dividir essas ideias em todas as variedades de ficção e miragens. É-lhe possível inventar uma série de acontecimentos que têm toda a aparência de realidade, atribuir-lhes uma ocorrência em um local e momento precisos, concebê-los como existentes e pintá-los para si mesma com todas as circunstâncias apropriadas a um fato histórico qualquer, no qual acredite com a máxima certeza”. HUME. Op. Cit. 2004. p. 80. Em outras palavras, o autor está dizendo que o que chamamos com máxima certeza de “fatos históricos” podem ser apenas arranjos bem construídos da nossa “imaginação humana”.

⁴²² MEYERS. *Empirismo*. 2017. pp. 181-182.

É exatamente essa argumentação que está no cerne da *filosofia transcendental* de Kant, o suposto de que a experiência direta com as coisas não diz tudo sobre as condições em que pode se dá o conhecimento, ela é apenas um fator nessa relação.⁴²³ Para Hume, lembremos, existem apenas duas formas de conhecimento: as *questões de fato* baseada em generalizações indutivas e as *relações de ideias* advindas da razão dedutiva.

Para Kant, contudo, existem pelo menos quatro condições de conhecimentos possíveis. O conhecimento *a priori*, aquele que não é derivado da experiência e o conhecimento *a posteriori* que é derivado da experiência. Desse primeiro par de conhecimentos avançamos para um segundo, que se revelam como duas formas básicas de *juízo*: o *analítico*, que estabelece as relações explícitas entre o sujeito e seus predicados e o *sintético* que se encarrega de estabelecer as relações implícitas entre o sujeito e seus predicados.⁴²⁴

Vejamos num exemplo prático o que significa esses termos kantianos e até que ponto eles podem orientar o raciocínio histórico. Partamos de uma pergunta do próprio Droysen ao tentar explicar o que é *a questão histórica*? O autor da *Historik* questiona: ¿De qué cuestiones políticas, eclesiásticas, nacionales, se trataba en Worms como para que la pertinacia de Lutero en lo que hizo se impusiera tan poderosamente?⁴²⁵

O primeiro passo em direção à interpretação das condições é admitirmos, *a priori*, que as questões discutidas na *Dieta de Worms* tinham alguma relação com os feitos de Lutero. A pesquisa histórica, *a posteriori*, se encarrega de demonstrar – ou não – que essas questões tiveram sim implicações políticas, eclesiásticas, nacionais e em que medida cada uma delas foram tratadas na Dieta. Podemos ainda colocar o problema segundo o qual os indivíduos envolvidos naquele episódio tinham consciência de tais implicações e se tornaram isso manifesto, de modo explícito, para quem queira investigar esse acontecimento histórico (raciocínio analítico). Há ainda a possibilidade de que as implicações não estivessem dadas aos próprios envolvidos ou que eles não as tenham tornado manifestas, o que não impede que o investigador *a posteriori* as possa estabelecer (raciocínio sintético).

⁴²³ A *filosofia transcendental* kantiana refere-se às categorias que se encarregam de revelar as condições de possibilidade do conhecimento. JAPIASSÚ. *Dicionário Básico de Filosofia*. 2006. p. 270. A esse respeito, o próprio Kant afirma: “chamo transcendental a todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível a priori”. KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução Manuela Pinto dos Santos, 5ª edição. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. B 25.

⁴²⁴ DUDLEY. *Idealismo Alemão*. 2013. p. 35.

⁴²⁵ DROYSSEN. *Histórica*. 1983. pp. 45-46

A filosofia transcendental kantiana pretendia ir além dos fatores acima mencionados, buscando construir os fundamentos de uma metafísica capaz de avançar na análise “até onde o exige a apreciação completa do conhecimento sintético a priori”.⁴²⁶ Dito de outro modo, a *crítica da razão pura* kantiana tinha por finalidade postular um tipo de conhecimento que, considerando as críticas empiristas de Hume ao Racionalismo, ainda assim fosse capaz de atingir um conhecimento implícito, baseando-se na razão, para compreender as leis naturais universais que explicam as ações humanas.⁴²⁷ Kant argumenta que seria uma incompreensão acreditar que sua proposta de *história do mundo* exclui a *história propriamente dita, composta empiricamente*.⁴²⁸ Não nos parece que, nesse particular, Droysen estivesse em desacordo com essa visão, pelo menos com esse plano que, em Kant fica apenas como uma possibilidade e que para o historiador fica como o objetivo a ser buscado.

De fato, ao dizer que a duplicidade sensório-espiritual do ser humano fundamenta os grandes âmbitos dos conhecimentos científicos e que estes conhecimentos podem ter início de um ou de outro princípio, ou seja, podem ser empíricos ou especulativos, sem que haja contradição⁴²⁹, Droysen ainda está caminhando em solo kantiano. Contudo, a filosofia transcendental atravessa uma fronteira da qual Droysen não estava disposto a transpor, considerando que isso implicaria no fato da História permanecer um ramo da metafísica. Como já dissemos Droysen não considerava possível estabelecer leis na história, nem metafísicas nem empíricas. Ademais, a questão da *verdade histórica* para Droysen precisa manter sua base empírica, logo, jamais produziria um conhecimento de tipo “*sintético a priori*”. Essas são duas das possibilidades de distanciamento – apesar das aproximações – entre a *Historik* e a *Crítica da Razão Pura*, que marcam profundamente a diferença entre uma teoria e uma filosofia da História.

Feitos esses dois encaminhamentos sobre as duas primeiras formas de interpretação em Droysen – a *pragmática* e a das *condições* – conforme sinalizado por

⁴²⁶ KANT. *Crítica da razão pura*. 2001.p. A 14, B 28.

⁴²⁷ Kant desenvolveu essa argumentação em texto posterior, escrito em 1794. KANT, Immanuel. *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita*. Organização Ricardo Terra; tradução Rodrigo Naves. 3ª Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

⁴²⁸ KANT. *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita*. 2011. p.22.

⁴²⁹ DROYSEN. *Histórica*. 1983. pp. 13-14. Mais adiante na sua argumentação, Droysen chega mesmo a afirmar que Kant resolveu essa aparente contradição entre o conhecimento espiritual, discutido na *Crítica da Razão Pura* e o conhecimento sensorial, discutido na *Crítica da Razão Prática*. DROYSEN. *Op Cit*. 1983. p. 26.

Pedro Caldas, resta comentar ainda a passagem da *interpretação psicológica* para a *interpretação das ideias*.

De modo conclusivo, nos valendo da discussão atrás apresentada sobre a hermenêutica de Schleiermacher e sua *interpretação psicológica* e retomando os dois problemas também já apresentados sobre o uso da Hermenêutica como ferramenta de análise na História – o fato da história, diferentemente de um texto ser sempre coletiva e contínua – e ainda, tendo presente o diálogo que Droysen manteve com os filósofos acerca das condições do conhecimento. Tendo isso em vista será mais fácil entender porque Droysen considerou a *interpretação psicológica*, ainda que importante, insuficiente para a investigação histórica.

Droysen argumentava que havia dificuldade nesse uso:

porque o agente não revela exteriormente a plenitude do seu conteúdo espiritual. O que foi feito é apenas relativo a uma expressão parcial da totalidade que nós denominamos seu “eu”. Podemos possivelmente conhecer sua intenção, mas não o motivo da sua intenção, possivelmente sua força de vontade aparece no fato, mas não o impulso secreto de sua ação enérgica. Desse modo, trata-se de uma ação de segunda ou terceira ordem deste caráter que nos é dado interpretar; o mesmo homem pode ter sido anteriormente diferente, e posteriormente pode ter se transformado, ele talvez tenha se exibido em certa circunstância, parcialmente, e, assim, é de se perguntar como se pode a partir de fatos individuais dizer que isto ou aquilo é constante e permanente, assim como os seus motivos.⁴³⁰

A dimensão temporal é imprescindível nessa passagem da *interpretação psicológica* para a *interpretação das ideias*. Apenas transcorrido certo tempo podemos estabelecer as relações e produzir interpretações que os contemporâneos de um acontecimento não poderiam inferir. Nos dizeres de Pedro Caldas, é nesse momento que, para Droysen, o historiador precisa “ser capaz de reconstruir um processo histórico cujo sentido não está dado para a consciência dos agentes”⁴³¹.

⁴³⁰ der Handelnde tritt nicht mit der ganzen Fülle seines geistigen Inhalts in das Äußere, das Getane ist nur der relative, nur die teilweise Ausdruck der Totalität, die wir sein Ich nennen; vielleicht seine Absicht, aber nicht der Grund seiner Absicht, vielleicht seine Willensstärke, aber nicht die geheime Triebfeder seines energischen Handelns erscheint in der Tatsache. – Sodann, es ist nur eine oder eine zweite, dritte Tathandlung } dieses Charakters { die uns zur Interpretation zugänglich wird; derselbe Mann ist vielleicht früher anders gewesen, ist später ein anderer geworden, er ist vielleicht nur durch Umstände, nur zietweise aus seiner sonstigen Art hinausgedrängt, wie wollen wir aus den einzelnen Tatsachen schließen, so und so ist konstant und dauernd dieser Charaktere, so sind seine Motive. DROYSEN. *Historik*. 1977. pp. 189-190.

⁴³¹ CALDAS. Johann Gustav Droysen (1808 –1884). 2013. p. 47.

Tomemos como exemplo um exercício retórico, Droysen pergunta: *Foi Robespierre apenas um demagogo revolucionário?* Aqui talvez a interpretação pragmática, das condições e psicológica pudesse dizer algo a respeito, mas, é preciso não perder de vista que “o mesmo homem pode ter sido anteriormente diferente, e posteriormente pode ter se transformado”, portanto, sem colocar o problema numa perspectiva temporal a resposta, ainda que correta, estaria incompleta.

O exemplo é eficiente também para demonstrarmos o limite do empirismo de Hume. Se não podemos experimentar Robespierre diretamente, podemos compreendê-lo temporalmente e, percebendo suas mudanças e permanências, dizer algo sobre ele. Não deixa de ser interessante também notarmos a resposta de Droysen para a pergunta:

Talvez ele [Robespierre] fosse bastante diferente, agora, neste tempo e antes, seu caráter pode ter mudado com as circunstâncias; mas para o seu ser pertence também como ele era antes; agora, neste momento, sob essas circunstâncias, nesta direção, ele era o sangrento, sangue frio, demagogo radical.⁴³²

De igual modo, não deixa de ser pertinente nos perguntarmos se Droysen percebia as condições em que sua resposta foi elaborada. Ao dizer “neste momento, sob essas circunstâncias” ele demonstra alguma lucidez sobre seu posicionamento. Pelo menos notava que Robespierre não era “apenas” um demagogo. A resposta para essa pergunta nos ajuda a entender a intenção de Droysen ao usar Robespierre ou Lutero, e não outros agentes históricos como exemplo. Ajuda a interpretar o motivo da sua intenção? Cremos que sim. Mas, para chegar a essa resposta precisamos ter atravessado bem as três etapas anteriores da interpretação droyseniana e colocar corretamente a *questão histórica*. Isto nos permitirá produzir, pela interpretação das suas ideias, um julgamento sintético *a posteriori*.

Saber que Droysen era um intelectual alemão do século XIX, marcado pelo nacionalismo e que 10 anos antes da *Historik* havia escrito uma *Prelação sobre as guerras de libertação* que opuseram prussianos e franceses certamente nos ajuda a compreender sua visão sobre Robespierre. Saber que Droysen tinha uma formação luterana e que via a história como uma Teodiceia que não se dava a revelar por

⁴³² War Robespierre nur abstrakt revolutionäre Demagog? Vielleicht war er es nun in dieser Zeit und Früher ein ganz anderer, sein Charakter mag sich mit den Umständen geändert haben; aber zu seinem Wesen gehört doch auch, wie er früher war; nun in dieser Zeit, unter diesen Umständen, in dieser Richtung war er der blutige, Kaltblütige, radikale Demagog. DROYSEN. *Historik*. 1977. p. 190.

completo devido as limitações humanas também nos ajuda a compreender sua visão sobre Lutero.⁴³³

Um último exemplo, a partir da História da Arte, pode nos ajudar a compreender melhor como acontece a interpretação das ideias na prática. Droysen afirma que:

Quando se tratava de aprimorar a História da Arte do tempo de Rafael e Dürer, não era possível ir muito longe com as “fontes” e com a crítica de fontes, ainda que se pudesse encontrar, ao menos, em Vasari e noutros, informações superficiais extremamente desejadas; em suas obras e nas de seus contemporâneos alemães havia um material totalmente diverso, um material autenticamente destinado à pesquisa; um material que, sinceramente, só poderia ser totalmente devassado pelo pesquisador que possuísse recursos bem específicos; ele precisaria conhecer a técnica do pintor para diferencia-lo dos demais pintores, em seus usos de tonalidades de cor, do *chiaroscuro*, da pincelada; ele precisaria determinar como no olhar de Albrecht Dürer se apresentava a figura humana para poder comprovar se aquele crucifixo foi feito por ele; ele precisaria lançar mão de um erudito aparato de rascunhos, de desenhos feitos à mão etc. para finalmente decidir se tal retrato foi feito por Leonardo da Vinci ou Holbein; ele precisaria dispor do modo de ver daquele tempo, da abrangência de seus conhecimentos gerais, de suas convicções comuns eclesiásticas e profanas, sua história local e diária, para interpretar corretamente o que se apresenta nas obras de arte e que está sugerido em assuntos paralelos, de modo a comprovar de maneira convincente as intenções e concepções profundas ou superficiais, em vez de meramente senti-las esteticamente.⁴³⁴

Droysen está tentando responder a pergunta, por ele mesmo formulada, *se não é possível encontrar métodos que regulem e fundamentem o processo de complementação?* E acaba nos ensinando, passo a passo, um modo de solucionar metodologicamente um problema histórico concreto.

Se as fontes históricas que são a base empírica de onde o historiador parte para reconstruir um contexto não lhe permite ir muito além, ele precisará conhecer a técnica da qual o autor da sua fonte se utilizou para produzi-la.⁴³⁵ Perceba que a lacuna das

⁴³³ Para uma melhor reflexão sobre ideias políticas de Droysen e a influência na sua concepção de História, ver: IGGERS, Georg: *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*. Ed. revista. Hanover: Wesleyan University Press, 1983 [1968]; ASSIS, Arthur Alfaix. *What is history for? Johann Gustav Droysen and the functions of Historiography*. New York, Berghahn Books, 2014. Sobre a visão religiosa de Droysen, o primeiro capítulo da tese de Pedro Caldas, *História como resignação: A Teleologia em Droysen*, permite excelente inferências. CALDAS. *O que significa pensar historicamente*. 2004. pp. 20-81; Ver também: CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da, BENTIVOGLIO, Júlio César. *A religião da História: as raízes teológicas da moderna ciência histórica alemã em Humboldt, Ranke e Droysen*. Serra, ES: Editora Milfontes, 2018.

⁴³⁴ DROYSEN. *Arte e Método* (1868). 2010. pp. 46-47.

⁴³⁵ Valendo-se da discussão sobre “lugar de produção” do texto historiográfico encaminhada por Michel de Certeau no texto *a Operação historiográfica* (1975), D’Assunção Barros tece algumas reflexões sobre

fontes na Historiografia é o equivalente ao “mal-entendido” na Hermenêutica, são duas circunstâncias em que a descontinuidade se apresenta e exige uma *interpretação pragmática* calcada em uma generalização indutiva eficaz que considere a dessemelhança, seja ela um problema de incompreensão da linguagem, seja um problema produzido pela passagem do tempo e a perda ou mudança dos elementos que conectam temporalidades distintas. De igual modo, o domínio da linguagem e das suas regras é o equivalente para o hermeneuta ao que o domínio da técnica representa para o historiador da Arte na *interpretação das condições*. Não há como compreender eficazmente um texto se eu não domino o idioma do autor, assim como não tem como saber se um quadro é realmente de Da Vinci se não sei sequer a maneira como ele manjava o pincel.⁴³⁶

Indo mais além, para compreender uma obra de Albrecht Dürer o historiador da Arte precisará compreender seu “olhar”. Ou seja, entende-lo a partir de uma *interpretação psicológica* que apresente as motivações da sua intenção ao representar uma figura humana desta forma e não de outra. Reconstruir o olhar do pintor é o equivalente ao atingir uma “verdade hermenêutica”, no sentido de Schleiermacher. Contudo, ainda são casos individuais: Dürer, Da Vinci ou Holbein. Sem dúvida, homens que partilham inúmeras semelhanças e diferenças entre si e em relação a nós. Como analisar suas obras de arte, enquanto fontes históricas tomadas em conjunto, dadas as dificuldades já apresentadas? Como passar da interpretação psicológica para a *interpretação das ideias*, onde reside de fato a questão histórica? O historiador necessita “dispor do modo de ver daquele tempo, da abrangência de seus conhecimentos gerais”. Só assim será possível “interpretar corretamente o que se apresenta” e “comprovar de maneira convincente as intenções e concepções profundas ou superficiais”.

Voltamos para o “círculo”. Não mais àquele da Hermenêutica clássica, que surge na interpretação de texto e que se fecha sobre si mesmo. No círculo produzido por esta

como as fontes históricas estão submetidas a vários processos que determinam a sua condição como material histórico que não podem ser desconsideradas pelos historiadores que as utilizam em suas pesquisas. Dentre os elementos fundamentais a serem considerados está o fato de que toda fonte é marcada por três fatores: produção, conteúdo e linguagem. Dados heurísticos importantes que jamais podem ser desconsiderados para que as etapas posteriores da pesquisa a serem encaminhadas não fiquem comprometidas. BARROS, José D’Assunção. *Fontes Históricas e seu lugar de produção*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. pp. 45-50.

⁴³⁶ A interpretação pragmática e das condições lidam com o material histórico empírico e com os constrangimentos físicos e culturais da ação histórica, respectivamente. Ver: MACLEAN, Michael. Johann Gustav Droysen and the Development of Historical Hermeneutics Author(s): Source: *History and Theory*, Vol. 21, No. 3 (Oct., 1982), p. 356.

Hermenêutica histórica⁴³⁷ em que se busca atingir a compreensão dos textos, dos contextos e dos próprios agentes e que permite a interpretação histórica em que “somente compreendemos completamente aquilo que é, quando conhecemos como aquilo se tornou o que é” compreendemos na “medida que o entendemos temporalmente”.⁴³⁸

Em Droysen, e em parte desde Boeckh, o “círculo hermenêutico” se expande de modo a produzir não um simples anel e sim algo que lembra mais um *infinitus* (∞) ou círculos sucessivos – anéis infindáveis, para lembrar uma expressão do próprio Droysen – que se conectam e se voltam uns para os outros. No ponto de intersecção dos anéis reside cada presente dos intérpretes, ele também um sujeito singular e finito, mas que, conectado a totalidade da história, busca atingir o infinito ainda que pela sua própria condição limitada jamais consiga.

Essa maneira de representar a expansão do círculo na Hermenêutica histórica de Droysen, segundo nos parece, coincide com a própria representação do tempo histórico no Historicismo em que a simultaneidade das dimensões temporais é produzida pela consciência do sujeito que investiga e que foi bem apresentada por Reinhart Koselleck, a partir das noções de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Coincide ainda com o que falava Paul Ricoeur, em suas três mimeses (prefiguração, configuração e refiguração) e que são causa da “representância”, uma forma de narrar que é própria dos historiadores.

Nas palavras de Michael Maclean, Droysen sustenta que a compreensão do *mundo ético* da história procede da mesma maneira que o ato de compreensão interpessoal, embora com as dificuldades impostas pelo distanciamento no tempo e no espaço. E que em Droysen, a dialética construtiva do círculo hermenêutico, juntamente com um reviver do ser espiritual comum que está por trás da história, torna possíveis etapas sucessivas de interpretação que, cumulativamente, retraçar *continuidades históricas* (Zusammenhänge) até o nível de uma continuidade da história humana.⁴³⁹

Apesar de toda complexidade das teses droyseniana, fundamentada em uma concepção de tempo e narrativa que encontra equivalência inclusive em autores de refinada capacidade analítica, houve também quem apontasse certa fragilidade na

⁴³⁷ Foi Maclean que desenvolveu essa tese de que Droysen concebeu uma nova Hermenêutica apropriada para a interpretação histórica. Ver: MACLEAN, Michael. Johann Gustav Droysen and the Development of Historical Hermeneutics Author(s): Source: *History and Theory*, Vol. 21, No. 3 (Oct., 1982), pp. 347-365

⁴³⁸ DROYSEN. *Historik*. 1977. p.162.

⁴³⁹ MACLEAN. *Johann Gustav Droysen and the Development of Historical Hermeneutics*. p. 356.

maneira como ele conduziu a questão da interpretação histórica. O historiador alemão Gunter Scholtz, por exemplo, chama atenção para o perigo da análise histórica recair em um tipo de relativismo que leva a um esvaziamento da capacidade interpretativa. Segue afirmando que as “ciências do espírito” oferecem, atualmente, “um pluralismo normativo ou um monismo sem normas. O que hoje, em geral, se entende por ‘historicismo’ é o pluralismo normativo, fundamentado através do método individualizante e hermenêutico, pelos quais uma variedade de sistemas culturais são lembrados e interpretados”.⁴⁴⁰ O que Scholtz está chamando atenção é aquilo que Estevão Martins classificou como um dos “aspectos desagradáveis” do Historicismo: a tendência ao relativismo sociocultural. Estas são observações pertinentes que a Historiografia mais recente tem apontado como problemas nessa maneira de pensar a História.

No entanto, já chamamos atenção para o fato de que o Método Histórico em Droysen não se encerra na análise hermenêutica. Se nos adiantamos para pensar sobre essa parte das teses droyseneanas é porque na maneira como ele concebeu sua Hermenêutica Histórica nos permite também pensar sobre o material histórico, sobre a relação com o passado, sobre o lugar do problema na pesquisa.

Assim a *Metódica* também comporta em si a *crítica das fontes e heurística*, que dão sustentação empírica à *interpretação* e permitem, senão solucionar completamente, pelo menos equilibrar o problema do relativismo no historicismo. É disso que trataremos nas páginas seguintes e nos capítulos que compõem a segunda parte dessa tese: como Droysen construiu uma Teoria e Metodologia da história capaz de equilibrar a relatividade do pensamento histórico com a objetividade no modo como este conhecimento é construído.

⁴⁴⁰ SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. *História da Historiografia*. Ouro Preto. Número 6, março de 2011. pp. 55-56.

CAPÍTULO V

As fontes históricas e a historiografia autoconsciente

Nesse capítulo discutiremos a pertinência do trato das fontes históricas e seus usos historiográficos conforme proposto por Droysen. Evidenciaremos a taxonomia das fontes, suas características e potenciais interpretativos. De como comparativos faremos algumas considerações sobre temas tratados por Droysen e por autores de renomado destaque, ligados a perspectivas de história recentes, com vistas a contrastar algumas das teses droyseneanas com outras formas de compreensão histórica, notadamente aquelas pensadas por historiadores ligados ao chamado Pós-Modernismo.

Antes de procedemos à discussão específica aqui proposta, faz-se necessário alguns esclarecimentos prévios sobre os procedimentos, escolhas, conceitos e categorias utilizados em vista de melhor situar as reflexões dos autores que discutiremos, evidenciando também nossos pressupostos. Algumas dessas categorias e conceitos merecerão nossa atenção de modo mais detido e nessa parte do texto a discussão sobre o *Historicismo*, feita na primeira parte da tese, vem se somar ao *Pós-Modernismo* e a noção de *Fonte Histórica*.⁴⁴¹

Começamos pelo Pós-Modernismo que, segundo temos considerado, não constitui um paradigma historiográfico.⁴⁴² Aliás, isto seria contraditório ao seu caráter anti-paradigmático, sendo aqui entendido como uma filosofia da história. Daí que não se possa falar propriamente de uma historiografia e sim de uma concepção de história pós-moderna, surgida no mesmo contexto dos *novos modelos historiográficos* das

⁴⁴¹ Utilizamos a divisão entre *conceitos* e *categorias*. “Os conceitos na Teoria da História são ferramentas que, geradas a partir da realidade empírica, produzem uma generalidade que deve ser confrontada com esta mesma realidade empírica através de casos particulares [...]. Já as categorias possuem um grau de generalização muito mais amplo”. BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. História, verdade e interpretação a partir da crise dos paradigmas. In. *História, Verdade e Tempo*. Marlon Salomon (Org.). Chapecó, SC: Argos, 2011. pp. 78–79. Nesse sentido, “Feudalismo” e “Revolução” são conceitos e “Progresso”, “Evolução”, “Contingência” são categorias. Os exemplos são do próprio autor. Sobre a inerente relação entre o uso dos conceitos e a produção de conhecimento nas ciências: “O conceito pode ser entendido, de modo mais geral, como a bem delineada ideia que é evocada a partir de uma palavra ou expressão verbal que passa desde então, a ser operacionalizada sistematicamente no interior de certo campo de saber ou de práticas específicas”. BARROS, José D’Assunção. *Os conceitos*. Seus usos nas ciências humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 26. O autor discute ainda expressões correntes como “termos” e “noções” e seus usos, sempre enfatizando as dimensões científicas e interdisciplinares dos conceitos. Ver também: KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e História social. In. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. – Rio de Janeiro: Editora PUC: Contraponto, 2006. pp. 97–118.

⁴⁴² Há quem prefira usar Posmodernismo (sem o hífen) para ressaltar que não há de fato um rompimento, mas, um avanço em direção a um “modernismo consciente”. MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*; tradução Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 10.

últimas décadas do século XX.⁴⁴³ O Pós-Modernismo buscou criticar os paradigmas do século XIX e a História Científica do século XX, esta última representada pelo “Modelo Econômico Marxista”, “Modelo Ecológico-Demográfico” francês e a “Cliometria” americana, prevalentes entre as décadas de 1930 e 1970, centrados na busca da verdade histórica e no rigor metodológico no trato das fontes.⁴⁴⁴

5.1 – Sobre a historiografia dita pós-moderna.

No final da década de 1970, Lawrence Stone escreveu um texto crítico que suscitou uma polêmica que será interessante recuperarmos aqui alguns dos seus argumentos porque fazem parte de um debate que nos parece sintomático desse período de mudança na História. O historiador inglês criticou categoricamente àquilo que considerava “ameaças à História”, a saber: a Linguística Pós-estruturalista, a Antropologia cultural e o Novo Historicismo.⁴⁴⁵ Na sequência dos nossos argumentos, discutiremos brevemente esses pontos, exceto o Novo Historicismo, oriundo da Crítica Literária, porque isso implicaria uma reflexão mais extensa, incompatível com nossos objetivos mais limitados.⁴⁴⁶

Em texto recente, Jurandir Malerba aponta para a relação entre o Pós-Estruturalismo e o Pós-Modernismo quando diz que “a ascendência meteórica do paradigma pós-estruturalista, que viria a ser chamado ‘pós-moderno’ a partir dos anos de 1980, acabou fazendo sombra às discussões sobre narrativa”, particularmente no Brasil. Isso acabou “obliterando o potencial da reflexão que vinha se desenvolvendo antes”, fazendo com que a atenção se deslocasse para a análise tropológica de Hayden

⁴⁴³ Julio Aróstegui afirma que: “Uma mudança de *modelo* historiográfico não é necessariamente uma mudança *paradigmática*, mas é muito mais que uma mudança de caráter temático. Diante do que a história da historiografia, e a dos debates historiográficos, do último decênio mostra, é muito mais realista falar do surgimento de modelos historiográficos do que da cristalização de algum novo paradigma de grande amplitude”. ARÓSTEGUI. *A Pesquisa Histórica*. 2006.p. 210. Os itálicos são do próprio autor.

⁴⁴⁴ VASCONCELOS, José Antonio. *Quem tem medo de Teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. – São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005. pp. 77-78.

⁴⁴⁵ STONE, Lawrence. The revival of narrative: reflexões on a new old history. *Past and Present*. n. 85, p. 3-24, 1979 e History and pos-modernism. *Past and Present*. n. 131, pp. 217-218, 1992[1]; Para um boa síntese da relação entre a obra de Hayden White e Dominick LaCapra com Crítica Literária, ver: KRAMER, Lloyd. Literatura, crítica e imaginação histórica. In. *A nova História Cultural*. (Org.) Lynn Hunt. – São Paulo: Martins Fontes, 2001. pp. 131-173.

⁴⁴⁶ Para uma boa discussão sobre essa vertente da crítica literária surgida nos anos de 1960 em Universidade norte-americanas e sobre seu modo de construir narrativas tomando o texto como o próprio referencial real ver: GALLAGHER, Catherine; GREENBLATT, Stephen. *A prática do Novo Historicismo*; tradução Gilson César Cardoso de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2005.

White e os debates em torno da ordem do discurso, de Michel Foucault que, junto com Jacques Derrida, é tido como um dos principais formuladores do Pós-Estruturalismo.⁴⁴⁷

Como sabemos, Foucault era amplamente influenciado por Friedrich Nietzsche, que já contestava o empirismo como base para a investigação histórica. Nesse sentido, toda narração histórica (inclusive a contida nas fontes) é marcada pela impossibilidade de estabelecer uma correlação direta entre linguagem e realidade. Assim, Foucault entendia o conhecimento textualizado como um *discurso* produzido em uma determinada época (*episteme*), perpassado por relações de poder e apresentado a partir de uma forma de narração (*tropos*) dominante em cada período. Foucault dividiu a modernidade em quatro *epistemes*, indo do século XVI ao XX. As três primeiras (Renascença, Clássica e Antropológica) tinham em comum (apesar das diferenças) a aceitação da realidade como referente da linguagem. A quarta *episteme*, iniciada no século XX, é marcada pela crítica à noção de cientificidade moderna e produziria essa ruptura entre as palavras e as coisas.⁴⁴⁸

Por sua vez, Jacques Derrida valendo-se da Linguística de Fernand Saussure, formulou duas críticas que nos interessam mais detidamente: a crítica ao *logocentrismo* e ao *fonocentrismo*.⁴⁴⁹ A *primeira* refere-se a sua afirmação de que o pensamento ocidental sempre esteve acostumado a estabelecer raciocínios por oposição binária do tipo *causa* e *efeito*, fazendo crer que o segundo era importante apenas para se chegar ao primeiro. Derrida propunha uma *desconstrução* desse raciocínio. Para ele, se chegamos às causas observando os efeitos então eles são, no final das contas, a causa das causas. Para não cair numa nova hierarquia dos fatores, Derrida propõe um *jogo* que alternasse os termos na ordem de importância. Na *segunda* crítica, Derrida leva adiante a tese de Saussure da não correspondência direta entre *signo* (referente), *significado* (ideia ou

⁴⁴⁷ MALERBA, Jurandir. Ciência e arte na escrita histórica. In. (Org.). Jurandir Malerba. *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 24. Nessa parte do texto o autor discute as questões em torno da narrativa histórica proposta por autores como Morton White, Arthur Danto, William Dray, Louis Minsk, Walter Gallie e Davi Carr, uma discussão que é anterior, mas, que ficou “obliterada” pela pós-modernidade. Alguns desses autores tiveram seus textos traduzidos e publicados pela primeira vez no Brasil na supracitada coleção organizada por Malerba. Sobre a aproximação entre White, Foucault e Derrida, faz-se necessário dizer que, embora concordando com a análise feita por Malerba, de nossa, não desconsideramos as diferenças entre os autores e que de fato é mais oportuno situar White como *narrativista*, sobretudo, em textos posteriores aos anos de 1980. Ver: WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality, *Critical Inquiry*. v. 7, n. 1. On Narrative (Autumn, 1980). pp. 5-27.

⁴⁴⁸ MUNSLow. *Desconstruindo a História*. 2009. Particularmente o capítulo 06: Michel Foucault e a história. pp. 163–185; Um registro da influência de Foucault na historiografia, ainda nos anos de 1970, é *Como se escreve a história ou Foucault revolucionou a história*, de Paul Veyne, escrito ainda em 1971.

⁴⁴⁹ DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004 [1967].

conceito) e o *significante* (sinal fônico). Na concepção derridareana o significante não nos remete a um significado (nem em um contexto específico), apenas nos leva a novos significantes em uma cadeia infinita de novos sentidos.⁴⁵⁰ Todo significado pretendido é intertextual!

Nossa intensão nessa brevíssima exposição de algumas ideias centrais de Michel Foucault e Jacques Derrida é demonstrar como o Pós-Estruturalismo legou para o Pós-Modernismo algumas críticas agudas a teses fundamentais do tipo de pensamento histórico chamado modernista, tais como, objetividade, referencialidade, causalidade e contexto.

Quanto à Antropologia cultural, a maior influência para a historiografia dos anos de 1970 é, sem dúvida, o livro *A interpretação das culturas*, de Clifford Geertz, uma coleção de ensaios reunidos em 1973, centrados em torno do conceito de cultura e de uma proposta de método de pesquisa etnográfica: a “descrição densa”.⁴⁵¹

Para Geertz as culturas funcionam como uma “teia de significados” construída pelos próprios homens, que só pode ser percebida numa análise semiótica, o que significar dizer, entre outras coisas, que os conceitos utilizados para interpretar uma realidade não se confundem com a realidade interpretada. Portanto, como não podem representar a realidade diretamente, os resultados do trabalho etnográfico constituem-se como tipos de “ficções”. Geertz trata de explicar que são “ficções no sentido de que são ‘algo construído’, ‘algo modelado’, não que sejam falsas, não-factuais ou apenas experimentos de pensamento”.⁴⁵² Mas, como José Antonio Vasconcelos diz, há no pensamento de Geertz uma “inevitável associação com a Literatura, sua utilização desse termo [ficção] nos leva a conceber a pesquisa etnográfica como um empreendimento menos ‘científico’ e ‘objetivo’ que a princípio poderíamos supor”.⁴⁵³ Sobre a “descrição densa” Vasconcelos apresenta-a como “um modo de análise que visa desvendar o

⁴⁵⁰ VASCONCELOS. Quem tem medo de Teoria? Especialmente o capítulo 03: A abordagem pós-estruturalista de Jacques Derrida. pp. 153-191. Vasconcelos lembra-nos que o artigo de David Harlan intitulado “*Intellectual History and Return of Literature*” era amplamente apoiado nas teses pós-estruturalistas de Derrida, esse texto foi pivô de uma intensa polêmica nas páginas da *American Historical Review*, nas décadas de 1980 e 1990, envolvendo nomes como David Hollinger, Joyce Appleby, Allan Megill, Russel Jacoby e Dominick LaCapra. Ainda sobre a influência de Derrida na historiografia nor-teamericana, ver: SCOTT, Joan. *Experiência*. Disponível em: historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Jean_Scott-Experiencia.pdf.

⁴⁵¹ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Particularmente os capítulos: Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura e Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galos Balinesa. pp. 3-21; 185-21. Como o próprio Geertz faz notar a expressão “descrição densa” é tomada de empréstimo de Gilbert Ryle e sua noção de cultura como “teia de significados” é tributária das ideias de Max Webber.

⁴⁵² GEERTZ. *A interpretação das culturas*. 2008. p. 11.

⁴⁵³ VASCONCELOS. *Quem tem medo de Teoria?* 2005. p. 121.

significado mais profundo de toda ação humana dotada de conteúdo simbólico”.⁴⁵⁴ E nas palavras do próprio Geertz:

Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.⁴⁵⁵

A proposta de Geertz ressoou mais entre àqueles historiadores preocupados com a dimensão cultural da história, com as características narrativas do texto histórico, com certa “imaginação” que visa colorir os aspectos “desbotados” da história e, sobretudo, naqueles que trabalham com a ampliação da escala de observação em um espaço reduzido de pesquisa.⁴⁵⁶ Notadamente nos historiadores ligados à Micro-História italiana ou por ela influenciados, com alguma exceção.⁴⁵⁷ Tal influência está presente, em maior ou menor grau, nas obras do historiador italiano Carlo Ginzburg e nos americanos, Robert Darnton e Natalie Davis, talvez por essa razão já tenham sido apresentados, equivocadamente, como pós-modernos.⁴⁵⁸

Ressalte-se que mesmo reconhecendo o lugar da ficcionalidade, a narratividade, a subjetividade e a imaginação no trabalho do historiador, nenhum desses autores avançaram, no mesmo sentido e com a mesma ênfase, numa perspectiva de história como a que fora pretendida por autores pós-modernos, exemplificados aqui por Hayden White. Pelo contrário, muito deles e, sabidamente o próprio Carlo Ginzburg, eram-lhe agudamente críticos.⁴⁵⁹

⁴⁵⁴ VASCONCELOS. *Quem tem medo de Teoria?* 2005. p. 120.

⁴⁵⁵ GEERTZ. *A interpretação das culturas*. 2008. p. 07.

⁴⁵⁶ Sobre a importância da escala de observação na pesquisa histórica ver: REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 15, n. 45, 2010. pp. 434-444.

⁴⁵⁷ Para uma leitura crítica do uso dos pressupostos de Geertz na pesquisa histórica ver: LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 133-161.

⁴⁵⁸ Jörn Rüsen, em textos antigos, referiu-se a Carlo Ginzburg e Emmanuel Le Roy Ladurie como autores pós-modernos, ver: “Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da nova ‘intransparência’”. *História, questões e debate*. Curitiba, n. 10 (18 – 19), p. 303-328. Jun-dez, 1989.

⁴⁵⁹ As críticas de Ginzburg à Filosofia da história de White podem ser encontradas em: GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279; GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e O princípio da Realidade. In: *A História Escrita: teoria e a história da historiografia* (Org.) Jurandir Malerba. – 2ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. pp. 271–299. Para uma leitura crítica da obra de White ver a excelente dissertação de Rodrigo Oliveira Marquez, *Teoria da História: Hayden White e seus críticos* (2008), defendida pelo Programa de Pós-graduação em história da Universidade de Brasília (UnB). Nos quatro primeiros capítulos o autor analisa os principais livros do historiador americano: *Meta-História* (1973), *Trópicos do Discurso* (1978), *O conteúdo da forma* (1987) e *Realismo Figural* (1999),

Uma breve consulta aos textos de análise historiográfica é suficiente para perceber a dificuldade de estabelecer um esboço geral do Pós-Modernismo e sua influência no debate historiográfico.⁴⁶⁰ Um ou outro autor é inserido ou retirado com a mesma facilidade com que nega(m) seu pertencimento.⁴⁶¹ Faltam os textos históricos produzidos a partir desse viés e ancorados numa pesquisa empírica.⁴⁶² Mesmo um entusiasta de outros tempos de uma proposta de história pós-moderna, como é o caso do historiador holandês Frank Ankersmit, em textos mais recentes reformulou suas pretensões e hoje pode ser associado a uma perspectiva narrativista de história, muito mais próximo de historiadores como o alemão Jörn Rüsen do que do norte-americano Hayden White.⁴⁶³

Quase tudo que sabemos da influência pós-moderna na historiografia é resultante dos debates entre historiadores e cientistas sociais, que não teríamos como listar aqui, mas, em parte pode ser recuperado na bibliografia citada e em outros trabalhos que buscam refletir sobre o tema. José Antonio Vasconcelos, ao discutir a “ameaça do pós-modernismo na historiografia americana”, é categórico ao afirmar que:

Existem teóricos do pós-modernismo, isto é, teóricos que se utilizam do aparato conceitual da modernidade para refletir sobre as questões levantadas pelo pós-modernismo, mas, não teóricos pós-modernistas, já que o pós-modernismo exclui a teoria.⁴⁶⁴

bem como as críticas que receberam. No quinto capítulo, apresenta as discussões entre White e seus comentadores: Roger Chartier, Arthur Marwick, George Iggers e Dirk Moses.

⁴⁶⁰ A melhor síntese da Historiografia pós-1970 continua sendo “A crise da historiografia e as perspectivas na virada do século”. ARÓSTEGUI. *A Pesquisa Histórica*. 2006. pp. 175- 247. Ver também MEGILL, Allan. *Historiologia/filosofia da escrita histórica*. In. (Org.). Jurandir Malerba. *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. pp. 35-57.

⁴⁶¹ BARROS, José D’Assunção. Quem são os pós-modernos. In. *História e Pós-Modernidade*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018. pp. 91–97. Apenas Alain Corbin e Richard Price são apontados como tal.

⁴⁶² Valdeci Lopes de Araújo, comentando a oscilação entre a “tarefa teórica” e a atividade de pesquisa e escrita da história, afirma que: “Essa oscilação, certamente ausente em teóricos como Hayden White, que raramente enfrentou a tarefa de representar a história [...] em que pensar e escrever história tornaram-se atividades inseparáveis e igualmente relevantes, independentes, mas articuladas”. Prefácio. In. (Org.). Jurandir Malerba. *História e Narrativa*. 2016. p. 14. Para fazer justiça seria necessário dizer que White era especialista em Idade Média, particularmente o conflito papal de 1130, objeto analisado em sua tese defendida, em 1955, na Universidade do Michigan. Embora, como nos diz Ricardo Marques de Mello, sua tese “não gerou boa aceitação dos seus pares, que o consideraram excessivamente esquemático”. MELLO, Ricardo. Hayden White (1928–), vol. 03. In. *Os Historiadores: clássicos da História*, vol. 03; (Org.) Mauricio Parada. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 179.

⁴⁶³ SIVA, Luiz Sérgio Duarte da. Rüsen e Ankersmit. *Intelligere, Revista de História Intelectual* vol. 3, nº 2, out.2017. pp. 54-59. O livro “*Meaning, Truth and Reference in Historical Representation*”, publicado em 2012, registra essa inflexão no pensamento de Ankersmit. A melhor apresentação que conheço da obra do historiador holandês é a tese de doutorado de Jonathan Menezes intitulada “Frank Ankersmit: A metamorfose do historicismo”, defendida em 2018, na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

⁴⁶⁴ VASCONCELOS. *Quem tem medo de Teoria?* 2005. p. 85. O autor sugere aqui aquela mesma relação entre pós-modernismo e modernismo que apontamos anteriormente, nos valendo das reflexões de Alun

De fato, o único historiador autointitulado pós-moderno e que não parece ter mudado sua convicção é o inglês Keith Jenkins, que nos apresenta uma definição rara, em termos de síntese, dessa proposta para fins historiográficos. Em seu livro *A história refigurada*, ele nos diz que:

O pós-modernismo tem muitas definições diferentes [...] decidi pensar nele como “a era da aporia”. Com aporia, quero dizer que esta é uma época em que todas as decisões que tomamos – políticas, morais, interpretativas, representacionistas, etc. – são, em última análise, indecidíveis (aporéticas). Que nossas formas escolhidas de ver as coisas não têm fundamentações e, no que diz respeito a um discurso como a história, ele deve ser pensado essencialmente como uma estética – um discurso que formata, que figura – e não como uma epistemologia objetiva, verdadeira ou fundacional.⁴⁶⁵

Para encaminhar uma conclusão para esse tópico aponto, a partir da bibliografia compulsada, entre críticos e entusiastas, o que poderíamos considerar as características mais acentuadas de uma perspectiva pós-moderna de história.

De *modo geral*: 01) o Pós-Modernismo, na sua relação com a historiografia, deve ser entendido como uma Filosofia da história (nunca um paradigma ou método de pesquisa) que busca estabelecer as bases do conhecimento histórico a partir de sua construção textualizada; 02) advoga a impossibilidade de representação da realidade pela linguagem, negando ou limitando a capacidade de apreensão e interpretação direta nas ciências humanas. De *modo específico*, significa dizer que: 01) a interpretação substituiu o passado (nunca atingido diretamente) na narrativa histórica, sendo o texto historiográfico um *discurso* que só encontra sentido numa relação intertextual; 02) a forma de exposição narrativa (*tropo*) é o que determina (e até mesmo cria) o conteúdo do texto historiográfico e não a interpretação contextualizada do passado a partir das fontes; 03) o contexto não serve como referente porque é também uma construção intertextualizada; 04) a redução das fronteiras (senão sua extinção completa) entre *fatos* e *ficção* no texto literário e histórico; 05) a ausência de critérios metodológicos específicos que definam as regras comuns da pesquisa história e; 06) a retirada da História das fileiras das ciências e sua consequente aproximação com as artes.

Munslow, e que enseja debates sobre como situar a obra de White. Parece-nos, contudo, acertada a afirmação de que ela encarna essa passagem entre esses dois momentos.

⁴⁶⁵ JENKINS, Keith. *A história refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*; tradução de Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2014 [2003]. p. 103.

Ao associarmos Hayden White ao Pós-Modernismo, não desconsideramos as ressalvas feitas por aqueles que se detiveram particularmente sobre sua obra, sobre a incontornável dificuldade de inseri-la em uma tradição intelectual específica.⁴⁶⁶ A despeito disso, localizaremos sua produção, e aqui pensando especificamente nos livros *Meta-História* (1973) e *Trópicos do discurso* (1978), no escopo das preocupações pós-modernas de história. Não apenas porque assim entendem-nos boa parte dos seus comentadores, bem como a ele acorrem os defensores de tal proposta, como também identificamos na obra do referido autor todas as características acima descritas.⁴⁶⁷

Concordamos ainda com Ricardo Marques de Mello quando afirma que as críticas à obra de White centram atenção em dois pontos principais de sua análise: a aproximação entre historiografia e literatura e a aproximação entre historiografia e filosofia da história.⁴⁶⁸ O autor acrescenta posteriormente um terceiro aspecto: a concepção de ciência, presente nos textos de White, fazendo retirar a História do rol das disciplinas científicas.⁴⁶⁹ Esses três pontos serão retomados na discussão posterior.

Conquanto, assumiremos o risco de talvez reduzir, além do pretendido, a complexidade do pensamento de Hayden White ao localizá-lo entre os intelectuais pós-modernos. Partiremos desse suposto para entender o lugar das fontes históricas em sua análise tropológica da história, especificamente nos dois livros supracitados.

Nessa parte do texto trataremos de estabelecer uma análise comparada dos usos e interpretação das fontes históricas em dois historiadores referenciais, um do Historicismo, outro do Pós-Modernismo, respectivamente o alemão Johann Droysen (1808-1884) e o norte-americano Hayden White (1928-2018). Não faremos uma

⁴⁶⁶ MELLO. *Hayden White* (1928-). 2013. p. 179; KERN, Daniela. Hayden White e o pluralismo histórico. In. (Org.). Jurandir Malerba. *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. pp. 181-191. A autora analisa um artigo escrito em 1986 (posterior às obras aqui analisadas), onde o próprio White se define como “um genuíno pluralista”. p. 188. Keith Jenkins afirma que “apesar de a maioria dos historiadores atualmente [2003] adotar uma versão de pluralismo interpretativo em seus trabalhos argumentei, que essa não é a mesma agenda defendida pelas perspectivas pós-modernas”. JENKINS. *A história refigurada*. 2014. pp. 11-12. Apesar das mudanças de perspectivas na obra de Hayden White, por esse tempo, Jenkins insiste em situa-lo entre os pós-modernos e recusa o *pluralismo* que para ele “continua a lutar pelo ‘conhecimento histórico verdadeiro’”.

⁴⁶⁷ Entre eles Arthur Marwick, Frank Ankesmit, Perez Zagorin, Arnaldo Momigliano, Daniel Woolf, Keith Jenkins. Outros preferem associá-lo a outros movimentos culturais mais amplos: “giro” ou “reviravolta linguística” (Fontana e Aróstegui), historiografia desconstrucionista (Munslow), historiografia linguístico-narrativista (Megill).

⁴⁶⁸ MELLO. *Hayden White* (1928-). 2013. p. 181.

⁴⁶⁹ MELLO, Ricardo Marques de. Da utilidade e desvantagem da história para Hayden White. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 42: p.611-634, jul/dez 2009. p. 613-614.

apresentação biográfica nem historiográfica detalhada de ambos os autores, apenas o necessário para fazer notar elementos comparáveis nos termos propostos.⁴⁷⁰

A cautela exige que, ao comparar sociedades ou sujeitos distintos, situados em tempos, espaços e contextos diferenciados – o que não é de modo algum descabido –, que sejam tomadas algumas precauções para que não se cometa aquele grave erro da nossa profissão: o anacronismo. Entre esses cuidados, faz-se necessário ter presente as diferenças e semelhanças que aproximam e distanciam os objetos postos em perspectiva, analisados a partir de um aparato conceitual que permita fazer as inferências aceitáveis numa abordagem histórica.⁴⁷¹

5.2 – Aproximações e distanciamento entre Droysen e White.

Um dos principais objetivos de Droysen, em seu *Grundriss der Historik*, como temos dado destaque ao longo de toda a tese, era formular um método específico que possibilitasse chegar a um tipo de conhecimento histórico que, admitindo a relatividade da fonte e do historiador, não descurasse das pretensões de objetividade e, mais importante ainda, da capacidade de compreender e explicar processos históricos.⁴⁷² Nesse sentido, ele foi um legítimo intelectual representante da erudição alemã do século XIX, preocupado com questões teóricas e metodológicas que legitimassem a História como uma ciência autônoma.

Hayden White, por sua vez, era um intelectual norte-americano que completou sua formação como historiador na segunda metade do século XX, tempos em que os problemas e incertezas da história, notadamente aqueles dos dois Pós-Guerras, incidiam sobre as certezas da História. Nesse contexto, é bastante compreensível que White,

⁴⁷⁰ Além das teses e dissertações que os dois autores inspiraram, uma boa leitura de apresentação de suas obras pode ser acompanhada nos capítulos escritos por Pedro Caldas e Ricardo Marques de Mello na coleção supramencionada “*Os Historiadores Clássicos da História*”. CALDAS. *Johann Gustav Droysen (1808 – 1884)*, vol. 02. 2013. pp. 36-55; MELLO. *Hayden White (1928–)*, vol. 03. 2013. pp. 178-201.

⁴⁷¹ Sobre o método comparativo na História, ver: BLOCH, Marc. Para uma História Comparada das Sociedades Europeias. In. *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998[1928]. pp. 119-150; CARDOSO, Ciro Flamarion; PÉREZ, Héctor. O método comparativo na História. In. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 409-419; ZIMMERMANN, Bénédicte; WERNER, Michel. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. *Textos de História*, vol. 11, n. 1-2, 2003. pp 89-127; BARROS, José D’Assunção. *História Comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014.

⁴⁷² Droysen é categórico ao afirmar que: “Não é a ‘objetividade’ que é a melhor glória do historiador. Sua maior justiça é buscar compreender”. DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 80.

como parte dos seus contemporâneos, fosse marcado pela descrença nos métodos e modelos de explicação geral, propostos anteriormente a esses eventos catastróficos.⁴⁷³

Um ponto comum entre os dois autores é a preocupação que mantiveram em relação às formas de exposição do texto histórico. A conhecida proposta de uma *figuração tropológica*, defendida tanto em *Meta-História* como em *Trópicos do discurso*, encontra um equivalente na *Tópica* que compõe a terceira parte da *Historik* de Droysen em sua edição de 1882.

Contudo, aqui também há diferenças perceptivas. Se para Hayden White são os *tropos*, representados pelas figuras de linguagem (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) que estruturam e até definem os significados dos objetos da pesquisa e o texto dela resultante; para Droysen há uma intrínseca relação entre as formas de exposição do texto (*Tópica*), a metodologia de pesquisa (*Metódica*) e os fundamentos teóricos da investigação (*Sistemática*), fazendo dessas três etapas da pesquisa um todo inseparável.

Vejamos como White apresenta seu modelo tropológico e como essa maneira de proceder encaminha o problema da investigação histórica:

O problema do historiador é construir um protocolo linguístico, preenchido com as dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas, por meio do qual irá caracterizar o campo, e os elementos nele contidos, *nos seus próprios termos* (e não nos termos em que vêm rotulados nos documentos) e assim, prepara-los para a explicação e representação que posteriormente oferecerá deles em sua narrativa. Por sua vez, esse protocolo linguístico preconceptual será – em virtude de sua natureza essencialmente *prefigurativa* – caracterizável em função do modo tropológico dominante em que será vazado.⁴⁷⁴

O modelo tropológico de White pressupõe ainda um *Modo de elaboração do enredo* (romanesco, trágico, cômico e satírico), *Modos de argumentação* (formista, mecanicista, organicista e contextualista) e *Modo de implicação ideológica* (anarquista,

⁴⁷³ Ao comentar a importância que o método tinha nos debates dos historiadores do século XIX, White conclui que, no século XX, “as considerações em torno dessas questões se processam numa atmosfera um pouco menos autoconfiante” e que os intelectuais ocidentais (a exemplo de Valéry, Heidegger, Sartre, Lévi-Strauss e Foucault) “sublinharam o caráter fictício das reconstruções históricas”. WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*; tradução José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.p. 17. De modo enfático afirma que “os historiadores sustentaram convencionalmente que nem uma metodologia específica nem uma bagagem intelectual específica são requeridas para o estudo da história”. Apesar de não nos dizer quem são os historiadores que fizeram tal afirmação, avança para a constatação de que “qualquer um é capaz de dominar os requisitos (de preparação do historiador) com toda a facilidade” e que “a história não possui terminologia técnica comumente aceita e, na verdade, nenhum acordo sobre o tipo de eventos que constituem seu tema específico”. In. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*; tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994. p. 53. 111.

⁴⁷⁴ WHITE. *Meta-História*. 1992.p. 45. Os itálicos são do próprio autor.

radical, conservador e liberal). Para não recair numa estruturação limitadora, o autor adverte que “convém não tomar essas afinidades como combinações necessárias”, ou seja, que existe margem para combinações variadas. Nas palavras de Ricardo Marques de Mello, “as dimensões estéticas, epistêmicas e políticas em nenhum caso se apresentam de forma ‘pura’”, e “as afinidades eletivas entre um tropo e um certo enredo, argumento e posição política não é invariável, necessária ou obrigatória”.⁴⁷⁵

Droysen inicia a apresentação da *Tópica* expondo sua dissensão com outro teórico alemão daquele período, o historiador Georg Gervinus (1805-1871). Os termos da divergência são os seguintes:

Nada podría estar más lejos de nuestra concepción que ofrecer en la *Histórica*, tal como lo ha hecho Gervinus, una teoría del manejo artístico de la historia, una investigación sobre el carácter artístico de la historiografía. Ello sería más o menos como si la lógica quisiera proporcionar una teoría acerca del arte de escribir libros filosóficos. Y nada ha sido más fatal para nuestra ciencia que el haberse acostumbrado a ver en ella una parte de las bellas letras.⁴⁷⁶

O que fica evidenciado nessa citação é a resistência de Droysen em submeter a investigação histórica a uma teoria do fazer artístico da história, é sua recusa em reduzir a História a uma simples parte “das belas letras”, como se apenas assim ela merecesse algum reconhecimento. Se o autor da *Historik* censurou “o caráter artístico da historiografia” proposta por Gervinus, não é difícil supor as advertências que faria ao “protocolo linguístico preconceptual” de Hayden White.⁴⁷⁷

Uma observação necessária é que a preocupação com a estética e com as formas de exposição, não é uma problemática inaugurada pelos teóricos pós-modernos, embora devamos admitir que tenham sido eles (entre outros) os que mais enfatizaram essas questões, contudo, ela já encontrava lugar alentado na historiografia alemã do século XIX, o que demonstra o caráter vigoroso e nada ingênuo dessa tradição intelectual como muito frequentemente é sugerido. O que torna bastante significativo o fato de Hayden

⁴⁷⁵ MELLO. *Hayden White* (1928–), vol. 03. 2013. p. 191. É esse caráter estruturante e definidor da linguagem (e apenas ele) que Mello identifica como o aspecto pós-moderno do autor de *Meta-História*.

⁴⁷⁶ DROYSEN, Johann Gustav (1808 – 1884). *Histórica*. Lecciones sobre la Enciclopedia y metodología de la historia. Versão Catellana de Enesto Garzón Valdés y Rafael Gutiérrez Girardot. Barcelona: Editorial Alfa, S. A., 1983. p. 337. A versão castelhana traduz, inadequadamente, o termo alemão *Historik* como “histórica”, quando a melhor aceção de fato é “teoria da história”. O texto de Gervinus a que Droysen se refere é *Fundamentos de Teoria da História*; tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio; apresentação e notas Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Publicado originalmente em 1837.

⁴⁷⁷ A exposição divide-se em: *Investigativa*, *Narrativa*, *Didática* e *Discursiva*. Cada uma delas contendo subdivisões que não vem ao caso detalhar. Ver: DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. pp. 79-81.

White ter buscado inspiração justamente nos autores clássicos daquele período para escrever seu *Meta-História*⁴⁷⁸ e, mais recentemente, Frank Ankersmit tenha retomado à obra de Wilhelm Von Humboldt (1767-1835) e Leopold Von Ranke (1795-1886) para discutir as questões em torno da forma do texto historiográfico.⁴⁷⁹

Portanto, ainda que estejamos tratando de autores que se situam em tempos bastante distintos, as aproximações tornam-se possíveis pelo universo de preocupações que evocaram em suas reflexões. É forçoso concordar com Antoine Prost, na esteira de Fernand Braudel e Reinhart Koselleck, que não é o recuo ou avanço no tempo que faz um objeto mais ou menos próximo e digno de interesse, mas, a problemática estabelecida pelo historiador, a maneira de encaminhá-la e as suas motivações.⁴⁸⁰ Assim, ao confrontar um autor clássico do século XIX, notório por suas formulações no campo da Teoria e da Metodologia da pesquisa e um filósofo da história provocativo, com um aguçado senso de percepção sobre a forma do texto histórico, nada nos parece mais capaz de mediar esse diálogo do que o trato das fontes. Ainda que elas não tenham ocupado a mesma relevância nas reflexões dos autores em tela, é consenso inquestionável entre os historiadores – supondo que tais consensos existem – que toda obra histórica é postulada a partir de fontes.

Seguiremos, aqui, as reflexões trazidas recentemente por José D’Assunção Barros sobre os usos historiográficos das fontes históricas. Parece-nos bastante pertinente ao debate atual a sua definição de *fonte histórica* como:

Tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história.⁴⁸¹

⁴⁷⁸ Os autores analisados por White são os historiadores Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt; os filósofos Hegel, Marx, Nietzsche e Croce.

⁴⁷⁹ Como adverte Jonathan Menezes, essa direção assumida pela abordagem histórica de Ankersmit (um antigo defensor das teses pós-modernas na perspectiva de White) representa “uma fase intelectual de transição da *linguagem* para a experiência *histórica*”. Essa transição teve início no livro *Historical Representation* (2001), prosseguiu em *Sublime Historical Experience* (2005) e se aprofundou em *Meaning, Truth and Reference in Historical Representation* (2012). É neste último que os temas clássicos da filosofia da linguagem (sentido, verdade e referência na representação histórica) são estudados a partir de Humboldt e Ranke. MENEZES, Jonathan. *Frank Ankersmit: A metamorfose do historicismo*. 331f. Tese de doutorado em História. Assis-SP: UNESP, 2018. pp. 12-13.

⁴⁸⁰ PROST, Antoine. *Doze Lições sobre História*; Tradução Guilherme Teixeira. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. pp. 105-106. (História e Historiografia).

⁴⁸¹ BARROS, José D’Assunção. *Fontes Históricas*. Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p. 15. Mais adiante, num novo esforço de síntese, o autor deixa mais evidente que quem transforma esses “vestígios” em “fontes históricas” é “o próprio historiador no ato de sua produção historiográfica”. p. 42. O livro de D’assunção Barros é um ensaio inédito e vigoroso que vem preencher

Estabelecido o consenso e partindo dessa definição de fonte, traremos algumas questões para sugerirmos que Droysen e White respondam: *primeiro*, sobre a capacidade de comunicação do passado retida nas fontes históricas; *segundo*, as possibilidades e impossibilidades, por parte dos historiadores, de apreensão e compreensão dos vestígios do passado com fins de construir e reconstruir o sentido dos processos históricos; *terceiro*, a capacidade de transmissão desse sentido passado para o contexto presente na forma de texto.

Se pudéssemos indicar um aspecto recorrente nas críticas que perpassam o modelo de figuração tropológica de Hayden White, sem dúvida, este seria o que versa sobre sua abordagem das fontes. Essa questão foi bem sintetizada em uma das quatro perguntas feitas pelo historiador francês Roger Chartier ao questionar que:

Se a história produz um conhecimento que é idêntico àquele gerado pela ficção, nem mais nem menos, como considerar (e por que perpetuar) essas operações tão pesadas e exigentes que são a constituição de um *corpus* documental, o controle dos dados e das hipóteses, a construção de uma interpretação?⁴⁸²

De fato, Hayden White dedica pouca atenção à tarefa de explicar qual o seu entendimento sobre o que é uma fonte e qual a função que ela exerce na pesquisa empírica, como fator delimitador da subjetividade do pesquisador na construção do seu *enredo* histórico.⁴⁸³ Talvez a questão não tenha merecido maior trato visto que o foco dos dois livros publicados na década de 1970 era apontar a dimensão tropológica e negar, em tom de provocação, o caráter científico do texto histórico.

Numa breve passagem de *O fardo da História*, ensaio escrito originalmente em 1966, posteriormente inserido na coletânea *Trópicos do discurso*, White diz que após a profissionalização e especialização da História, o historiador tornou-se um sujeito “empenhado na busca do documento elusivo que o firmará como autoridade num campo estritamente definido” e que “tem tido pouco tempo para se informar acerca dos mais recentes acontecimentos verificados nos campos mais remotos da arte e das ciências”.⁴⁸⁴

uma lacuna persistente na historiografia brasileira. Usaremos nesse texto *fonte* e *documento* como sinônimos, ainda que tenhamos clareza que remetem a contextos sentidos específicos.

⁴⁸² CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas. In. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed, Universidade/UFRGS, 2002. p. 112.

⁴⁸³ Aquele “poder de veto” que as fontes exercem sobre nossas possibilidades de fazer afirmações: KOSELLECK. *Futuro Passado*. 2006. p. 188.

⁴⁸⁴ WHITE, Hayden. O fardo da história. In. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*; tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994. p. 40.

Esse trecho faz parte dos argumentos de White no sentido de denunciar falaciosa tentativa dos historiadores de se colocarem como mediadores entre artistas e cientistas, ao passo que não acompanham o desenvolvimento ocorrido nessas áreas. Para além do suposto atraso metodológico ou da ausência de disposição interdisciplinar nos historiadores, chama atenção o fato de que o *documento* aparece, no trecho destacado, como um possível legitimador da prática historiográfica, como se pelo simples uso de um documento na pesquisa tornasse válida qualquer afirmação posterior. Talvez daí a afirmação categórica de que a maioria dos historiadores simulava uma “ingenuidade metodológica”. Logo, se White acusa os historiadores de usar ingenuamente os documentos (quase uma prova) é de se esperar que tenha um entendimento diferente.

Em *Meta-história*, um livro escrito integralmente com a pretensão de aprofundar o que havia apenas esboçado “de forma irônica” em textos anteriores, lemos já na *Introdução* que “a obra histórica representa uma tentativa de mediação entre o que chamarei de *campo histórico*, o *registro histórico* não-processado, *outros relatos históricos* e um público”.⁴⁸⁵ É preciso ir até o capítulo *Historicismo, História e a Imaginação Histórica*, de *Trópicos do discurso*, para entendermos melhor o que o autor sugere com essa afirmação. White afirma que o historiador, “na sua qualidade de artista literário”, aplicando “técnicas de urdidura de enredo”, produz uma “distorção do campo factual”, entendido como “uma totalidade de todos os eventos” e que “essa distorção pode parecer mais compreensível do que o campo de evento no seu estado não-processado ou processado apenas em forma de crônica”. Ou seja, é pela urdidura do enredo que o historiador empresta sentido ao “caos de acontecimentos”.⁴⁸⁶

Desse modo, por “registro histórico não processado”, devemos entender àquilo que comumente chamaríamos de “fontes históricas”, o material que remete ao “campo de eventos não-processados” ou simplesmente “eventos” (no sentido de acontecimento) que ainda não foi transformado em “fato histórico” no enredamento produzido pelo historiador. É nesse sentido que, em outro momento, White nos adverte que “nenhum conjunto dado de acontecimentos históricos casualmente registrados pode por si só constituir uma estória”.⁴⁸⁷

Mais do que insistindo que *fontes* não são *provas* – são “acontecimentos históricos casualmente registrados” –, logo, elas por si só não garantem um

⁴⁸⁵ WHITE. *Meta-História*. 1992.p. 21. Os itálicos são do próprio autor.

⁴⁸⁶ WHITE. *Historicismo, História e a Imaginação Histórica*. In. *Trópicos do discurso*. 1994. p. 129.

⁴⁸⁷ WHITE. O texto histórico como artefato literário. In. *Trópicos do discurso*. 1994. p. 100.

conhecimento histórico objetivo, Hayden White aponta para o fato de que as fontes não determinam em última instância o tipo de história (ou estória, como prefere) que será contada. Nas palavras de Ricardo Marques de Mello, para White:

As fontes não determinam, de maneira nenhuma, a elaboração do enredo mediante o qual o discurso será narrado, o modo de argumentação formal que será empregado na aplicação dos eventos e menos ainda uma base ideológica a partir da qual o texto será redigido. As fontes se apresentam mais ou menos como *uma massa de informações amorfas*.⁴⁸⁸

É isso que explica o fato de que, se dois historiadores estudassem o mesmo evento eles poderiam facilmente chegar a resultados distintos, partindo de “modos tropológicos” diferentes e isso aconteceria uma vez que “eles perseguiram tipos diferentes de fatos porque tinham tipos diferentes de histórias para contar”. O caso concreto que White usa para explicar essa afirmação é a história da Revolução Francesa contada na ótica de Michelet e de Tocqueville.⁴⁸⁹

As citações sobre fontes e seus usos na urdidura do enredo poderiam avançar, contudo, sempre sucintas, em capítulos dedicados a enfatizar o caráter tropológico do texto histórico. Para que as informações até aqui cotejadas não adquiram um aspecto dispersivo, sobretudo, pela maneira como aparecem nos dois livros aqui analisados, é interessante recorrermos a uma síntese mais completa, porque feita a partir dos quatro livros de autoria de White, analisados por Rodrigo Oliveira Marquez, em que o autor nos diz que o historiador norte-americano apresenta algumas características do “registro histórico não-processado” e como ele chega para o historiador de modo:

a) *Incompleto* demais, ou com uma série de informações a serem supridas; b) *compacto* demais, ou com uma série de informações a serem excluídas ou subsumidas; c) de toda maneira, *caótico*, pois organizadas sem o propósito de serem conceptualizadas em um dos níveis explicativos da narrativa; d) e inscrito na sua própria terminologia ou código, não no que o historiador usará para transformá-lo em narrativa histórica.⁴⁹⁰

⁴⁸⁸ MELLO. Hayden White (1928–). 2013. p. 192.

⁴⁸⁹ WHITE. O texto histórico como artefato literário. In. *Trópicos do discurso*. 1994. p. 110. 112. Apenas para recordar, em *Meta-História* há capítulos específicos dedicados a Jules Michelet (1798-1874) e a Alexis de Tocqueville (1805-1859). O primeiro, segundo Hayden White, urdiu sua história da Revolução Francesa como *Romance* a partir do tropo *Metafórico*; já o segundo compôs seu enredo como *Tragédia*, a partir do tropo *Metonímico*. WHITE. *Meta-História*. 1992. pp. 147-173. 203-240.

⁴⁹⁰ MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. *Teoria da História: Hayden White e seus críticos*. 179f. Tese de Doutorado em História. Brasília-DF: UnB, 2008. p. 22. White chega mesmo a afirmar que “o historiador – como qualquer autor de prosa discursiva – molda os seus materiais”, e que “pode molda-los de maneira

Apesar do empenho de White em identificar as características intrínsecas das fontes históricas sua disposição em vê-las como “*registro histórico não-processado*”, ao que nos parece, não encontra mais lugar no debate heurístico atual. Se admitirmos o princípio, sugerido pelo próprio autor, de que os documentos contêm “acontecimentos históricos *casualmente* registrados” já é o bastante para questionar essa ideia. De outro modo, um raciocínio razoável seria de que a expressão aduz a “não processado [ainda] pelo historiador”. Todavia, a própria fórmula escrita como uma sentença de sentido unitário impossibilita outro entendimento que não seja o de que a fonte, para White, tem um caráter de “dados empíricos” intocados em seu nível mais elementar.⁴⁹¹

Contudo, permanece conveniente para um bom entendimento das fontes, sua característica *incompleta, compacta e caótica*.⁴⁹² Quem completa, expande e organiza as informações nelas contidas é o historiador no ato da pesquisa. Nisso certamente Droysen está em acordo com White, pois para ele:

Não importa o quanto a pesquisa tenha tido êxito, as ideias obtidas dessa forma não cobrem nem de longe a abundância de conteúdo, de movimento, de variedade de configurações e de energia real que as coisas tinham quando estavam no seu tempo presente.⁴⁹³

De todo modo, voltemos à tese de Rodrigo Marquez porque ela nos oportuniza apresentar, sucintamente, a resposta de Hayden White à pergunta de Roger Chartier, apresentada anteriormente. Como o autor nos lembra, os questionamentos de Chartier perfazem os quatro livros de White, daí a necessidade de apresentar os argumentos contidos também em *The content of the Form* (1987) *Figural Realism* (1999), livros escritos posteriormente e quase que exclusivamente para responder críticas que *Trópicos do Discurso* e *Meta-História* receberam.

Sobre a constituição de um *corpus* documental e sua utilização na pesquisa empírica a resposta é que: (01) diferentemente dos métodos das Ciências da Natureza, a

a adapta-los a uma ‘estrutura de ideias preconcebidas’” ou ainda “conforma-los a um ‘ponto de vista seletivo preconcebido’ igual ao do romancista na função de narrador de uma estória”. WHITE. *Historicismo, História e a Imaginação Figurativa*. In. *Trópicos do discurso*. 1994. p. 124.

⁴⁹¹ Já para Droysen, “no mundo ético (leia-se, no mundo histórico) nada existe que não seja mediado”. DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. p. 53.

⁴⁹² Embora Droysen ressalte que “a fonte primeira não consiste na caótica confusão das opiniões simultâneas, das notícias, boatos” e que “a tarefa da crítica é determinar em qual relação se entrelaça o material ainda disponível em relação aos atos de vontade, dos quais ele oferece testemunho”. DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. pp. 50.52. Logo, a fonte histórica, para Droysen, é o “o material ainda disponível”, resultante da informação caótica, depois de processado pela crítica.

⁴⁹³ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. p. 79.

pesquisa histórica não possibilita chegar a dados comprováveis e verificáveis; (02) sobre o uso das fontes, elas continuam sendo utilizadas para justificar a pretensão de objetividade e honestidade dos historiadores; (03) Sobre a realidade do fato, White argumenta que é o historiador que escolhe a forma de seu discurso, logo os fatos históricos também são fictícios e que os historiadores terão que usar técnicas de representação peculiares à representação ficcional⁴⁹⁴; (04) admitindo o caráter relativista de suas proposições e assegurando que isso é fundamental para um debate histórico honesto, White nega apenas que elas autorizem leituras revisionistas sobre processos concretos (como o Holocausto) e que a discussão entre esses revisionistas e seus críticos não se resolve em termos de método e técnica de pesquisa, visto que essa oposição é muito mais pedagógica que científica.⁴⁹⁵

Percebe-se pelas respostas encaminhadas que Hayden White não mudou substancialmente sua maneira de entender as fontes e seus usos no debate historiográfico. De modo que, se os apontamentos de Rodrigo Marquez sobre os livros posteriores do historiador norte-americano estão corretos – e não temos razão para acreditar que não estejam – a conhecida formulação de White permaneceu inalterada, aquela que nos diz que:

Considerados como elementos potenciais de uma estória, os acontecimentos históricos são de valor neutro [...]. O mesmo conjunto de eventos pode servir como componentes de uma estória [...] dependendo da escolha, por parte do historiador, da estrutura de enredo que lhe parece mais apropriada para ordenar os eventos desse tipo a transformá-los numa estória inteligível.⁴⁹⁶

Esse é dos trechos mais citados pelos debatedores da obra de Hayden White para ressaltar o trato explicitamente inócuo dispensado aos documentos na sua teoria tropológica e a aparente determinação dos tropos no uso e na interpretação das fontes, no momento de “ordenar os eventos” e produzir narrativas.

⁴⁹⁴ De modo semelhante a Clifford Geertz e já prevendo as críticas que receberia, White se antecipa e diz: “quero admitir desde já que os *eventos históricos* diferem dos *eventos ficcionais* nos modos pelas quais se convencionou caracterizar as suas diferenças desde Aristóteles”. WHITE. As ficções da representação factual. In. *Trópicos do discurso*. 1994. p. 137. Ou seja, o autor difere fatos históricos (produzidos pelo historiador) de fatos imaginados (representados pelo literato), mas, como adverte adiante, o que chama de “ficções da representação factual” é o grau em que o discurso do historiador e do escritor imaginativo se sobrepõem, se assemelham ou se correspondem mutuamente”. Rodrigo Marquez lembra que a “ficção historiográfica” em White resulta da combinação de *evento*, *fato* e *narrativa*. MARQUEZ. *Teoria da História*. 2008. p. 160.

⁴⁹⁵ MARQUEZ. *Teoria da História*. 2008. pp. 131-140.

⁴⁹⁶ WHITE. O texto histórico como artefato literário. In. *Trópicos do discurso*. 1994. p. 101.

Ainda que White tenha se empenhado nos anos seguintes em demonstrar que “não há nada na teoria tropológica que implique determinismo ou relativismo linguístico” e que “a tropologia é uma teoria do discurso, não da mente ou da consciência [...] que procura fornecer o conhecimento necessário para uma escolha livre entre diferentes estratégias de figuração”, permaneceu no entendimento comum de sua obra àquilo que o próprio autor admitia: “que a figuração não pode ser evitada no discurso”.⁴⁹⁷ Assim, é notório que, se para o próprio White a *figuração tropológica* não determina o conteúdo histórico, é dela que tudo parte e para ela que se volta quase toda sua atenção na explicação dos modos de produzir e expor o conhecimento produzido. Dito de outro modo, é explícito que, para White, o fato de que o significado contido no texto historiográfico é muito mais resultante da escolha tropológica e muito menos da forma como a pesquisa histórica é conduzida.

Se concordarmos com a indicação de Droysen de que a “essência do método histórico é de entender ao pesquisar” seria difícil aceitar qualquer forma de determinação prévia.⁴⁹⁸ Tendo em vista esse suposto, a partir de agora consideraremos alguns aspectos da metodologia encaminhada por Droysen na *Historik*, assim como as considerações e questões que fizemos para Hayden White.

5.3 – O poder de veto das fontes.

Em meados do século XIX, Droysen considerava que os estudos históricos careciam de *fundamentação* e que esta era condição basilar para sua constituição como uma ciência autônoma. Naquele momento, o então professor de *Lições sobre Enciclopédia e Metodologia da História*, da Universidade de Jena, se impôs a tarefa de pensar os fundamentos da sua Disciplina de forma a não apenas reproduzir pressupostos utilizados em outros campos de conhecimento. É o próprio Droysen quem nos informa as circunstâncias em que se fez forçosa essa elaboração:

⁴⁹⁷ WHITE, Hayden. Teoria Literária e Escrita da História. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991, p. 15. “Uma figura é então defendida como resultado da transformação dos dados, ou das manifestações contidas nas fontes históricas, em objetos passíveis de serem explicados por encadeamento e argumentação narrativa. E como o processo de figuração dos dados das fontes históricas é anterior ao emprego das estratégias de explicação sobre eles, Hayden White fala de *pré-figuração* dos dados do registro histórico não-processado através dos modos de reação existentes na metáfora, metonímia, sínecdoque e ironia”. MARQUEZ. *Teoria da História*. 2008. p. 31

⁴⁹⁸ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. p. 79.

A necessidade de obter clareza a respeito de nossa ciência e sua tarefa, já terá sentido todo aquele que tem a incumbência de instruir os mais jovens sobre ela, como eu tive; outros encontraram sua satisfação de alguma outra forma. O que me estimulou a esses estudos foram as questões sobre as quais costumamos passar por cima, por parecerem já ter sido solucionadas há muito tempo na prática cotidiana.⁴⁹⁹

Elaboradas como inquietações surgidas no interior da sala de aula, as prelações escritas em 1857 e impressas em 1858 distinguiram-se dos manuais anteriores porque buscou romper com o método especulativo, prevalente na Filosofia, sem desconsiderar a herança filosófica que lhe servia de base para pensar o sentido da história, conquanto estivesse ancorado na empiria. Nas Palavras de Pedro Caldas: Por que a consciência e a experiência estavam dissociadas desta maneira? Esta é uma pergunta que subjaz todo o início da *Historik* de Droysen.⁵⁰⁰

Essa busca pela conciliação entre consciência e experiência, como sugere Pedro Caldas, foi o que orientou as reflexões de Droysen, ao defender que a tarefa do historiador requer uma “consciência aguda de seu ofício”. Esse é o contexto e as chaves que nos possibilitam entender afirmações do tipo:

A ciência da história é o resultado de percepções empíricas, de experiências e da pesquisa. Todo empirismo se baseia na “energia específica” dos nervos sensoriais, em que, por meio da excitação, o espírito recebe não “cópias”, mas signos dos objetos do mundo exterior, que produziram essa estimulação. Assim, o espírito humano desenvolve sistemas de signos que, por efeito de correspondência externa, apresentam os objetos, constituindo o mundo das ideias. Um mundo de representações, através das quais a mente, corrigindo-as, ampliando-as e aumentando-as por meio de novas percepções toma posse do mundo.⁵⁰¹

Temos aqui um bom resumo do pensamento histórico de Droysen. *Primeiro*, a afirmação contundente de que ela é uma ciência; *segundo*, o empirismo evocado para legitimar tal afirmação, embora, não da mesma forma que nas ciências da natureza;⁵⁰² *terceiro*, a sua convicção de que “por efeito de correspondência externa” entre o “sistema de signos” e “os objetos” o “espírito humano” consegue representar o mundo.

⁴⁹⁹ DROYSSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 31.

⁵⁰⁰ CALDAS. *A Atualidade de Johann Gustav Droysen*. 2006. p. 101.

⁵⁰¹ DROYSSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 36-37.

⁵⁰² Em sua *Segunda consideração intempestiva*, Nietzsche argumenta que a história tornou-se maçante e desnecessária para a vida [p. 49]. O mesmo tipo de “fardo da história” de falava Hayden White, do qual seguia o *fardo do historiador* de sua geração: “restabelecer a dignidade dos estudos históricos”. WHITE. O fardo da história. In. *Trópicos do discurso*. 1994.p. 53.

Conforme aponta Oswaldo Giacoia Junior, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) criticou aquilo que considerava o aspecto “positivista” do Historicismo, ao tomar o empirismo como base para as ciências humanas, a História era entendida como “um celeiro de fatos e processos ordenados em relações de causa e efeito”, como uma:

concepção de ciência, que considerava os acontecimentos como série de fatos empiricamente constatáveis, cuja ordem é determinada por leis positivas, que o historiador descreve objetivamente, a partir de uma perspectiva axiologicamente neutra, como convém ao cientista natural.⁵⁰³

Escapam aos nossos propósitos mais imediatos demonstrar aqui que tal crítica à *cientificidade*, *objetividade* e, principalmente, a *neutralidade* não abarcam a concepção teórica de Droysen, basta mencionar que vinte anos antes das *Considerações* o autor da *Historik* lembrava, em face da história, os historiadores não são como os eunucos diante das donzelas. Essa mesma crítica irônica seria retomada por Nietzsche, em termos literais, o que nos leva a crer que ele leu o texto de Droysen, embora não faça menção.⁵⁰⁴

Por outro lado, a ideia de que o “mundo exterior” se apresenta ao “espírito humano” como “signos” e que, é a partir deles que produzimos nossas representações sobre os acontecimentos nos remete às reflexões mais modernas, como a *Teoria dos Signos* de Charles Peirce (1839-1914), o fundador da *Semiótica*, disciplina encarregada de compreender os signos e sua capacidade de representação.⁵⁰⁵

A *Teoria Tropológica* de White remete a divisão proposta por Pierce, em que o signo se manifesta de três maneiras: como *índice*, em que o significado e significante são tomados por contiguidade de fato (Ex: fumaça com o fogo); como *ícone*, onde o significado e significante expressam uma contiguidade de semelhança (Ex: fotografia e coisa fotografada); e como *símbolo*, em que significado e significante se relacionam por contiguidade de sentido (Ex: a coisa dita e o que ela quer dizer).⁵⁰⁶

⁵⁰³ GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. Friedrich Nietzsche. In. *Lições de História: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. (Org.) Jurandir Malerba - Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013. pp. 79-80

⁵⁰⁴ DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 354-355. Ver também: RÜSEN, Jörn. Narratividade e Objetividade nas ciências históricas. *Textos de História*, v.4, nº 1, 1996. pp. 75-102.

⁵⁰⁵ PEIRCE, Charles. *Semiótica*; Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2000.

⁵⁰⁶ MARQUEZ. *Teoria da História*. 2008. p. 53. Evidentemente essa relação entre Semiótica e História, hoje quase impensável se não reportar a linguista e filósofos como Jacques Derrida, Roland Barthes,

Todavia, como lembra Maria Celeste de Almeida Wanner a *Semiótica* de Pierce é muito mais complexa do que uma simples divisão do significado do signo para posterior aplicação e avaliação do sentido exterior atribuído pelo interprete. Diz a autora, lembrando as palavras do próprio Pierce que um “signo é aquilo que, sob determinado aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém”. Wanner nos apresenta uma elaboração muito mais complexa da teoria dos signos do Pierce do que o uso que White faz das ideias do autor ao dizer que o semiólogo considerava o signo em si mesmo, à relação do signo com o objeto dinâmico – é nessa parte que aparece a divisão em *ícone*, *índice*, *símbolo* – e à relação do signo com seu interpretante. Avança no sentido de dizer que:

Cada uma dessas divisões foi então re-subdividida de acordo com as variações próprias das categorias de primeiridade, secundidade e terceiridade. Os signos em si mesmos podem ser: 1.1 qualidades; 1.2 fatos; e 1.3 ter a natureza de leis ou hábitos. Os signos podem estar conectados com seus objetos em virtude de: 2.1 uma similaridade; 2.2 de uma conexão de fato, não cognitiva; e 2.3 em virtude de hábitos (de uso). Finalmente, para seus interpretantes, os signos podem representar seus objetos como: 3.1 sendo qualidades, apresentando-se ao interpretante como mera hipótese ou tema; 3.2 sendo fatos, apresentando-se ao interpretante como dicentes; e 3.3 sendo leis, apresentando-se ao interpretante como argumentos. Dessas nove modalidades, Peirce extraiu as combinações possíveis.⁵⁰⁷

É nítido que White utilizou as reflexões de Pierce, a partir das inferências do crítico literário canadense Northrop Frye (1912-1991), apenas naquilo que interessava ao seu propósito de negar o estatuto da fonte histórica como um signo capaz de representar de alguma maneira a realidade observada pela pesquisa histórica.

Evidentemente as principais influências de Droysen antecedem às reflexões de Pierce e sua formulação da Semiótica como disciplina que só se estruturaria posteriormente. Nesse sentido as referências mais sentidas na *Historik* são as de Aristóteles, Kant e Hegel.⁵⁰⁸ Daí que *signo*, em Droysen, remeta a algo menos

Michel Foucault, Louis Mink, Richard Rorty, todos ligados ao Pós-estruturalismo, evoca um universo muito posterior a Droysen e exerceram influência significativa em Hayden White. A bem da verdade, no texto “*O texto histórico como artefato literário*”, apenas menciona Charles Pierce, mas, faz uso extenso das ideias do crítico literário canadense Northrop Frye (1912-1991), de quem suas ideias são efetivamente mais próximas.

⁵⁰⁷ WANNER, Maria Celeste de Almeida. Uma reflexão sobre a filosofia de C. S. Peirce. In. *Paisagens sógnicas: uma reflexão sobre as artes visuais contemporâneas* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010. pp. 39-40.

⁵⁰⁸ SAMMER. *A Ética Historista de Johann Gustav Droysen*. Rio de Janeiro, 2012; CALDAS, Pedro. *O que significa pensar historicamente: uma interpretação da teoria da História de Johann Gustav Droysen*. – 2004. 2015f. (Doutorado em História). Pontífice Universidade Católica, Rio de Janeiro.

elaborado. Ainda assim, pela influência kantiana partilhada com Pierce, note-se algo de mais próximo do pensamento do que quando comparado com as teses de White. É o que podemos notar quando Droysen nos diz que:

Las cosas no son en sí azules, dulces, calientes, sonoras, sino que ésto lo son las sensaciones que ocasionan el efecto en el sentido correspondiente; lo causante no es azul, caliente, dulce, etcétera. O sea que la sensación no es en nuestra alma una reproducción-reflejo de lo que ha operado sobre ella, sino un *signo* que el sentido envía al cerebro, una señal del efecto acontecido. Pues una reproducción-reflejo tendría alguna semejanza con el objeto reproducido y reflejado. Un signo no necesita tener ninguna semejanza tal con lo designado; la relación entre los dos consiste solamente en que el mismo objeto, bajo iguales circunstancias, opera la producción del mismo signo, es decir, que impresiones desiguales provocan siempre signos desiguales.⁵⁰⁹

Além do mais, ao insinuar o signo como um “sinal do efeito acontecido” fica evidente que Droysen parte de uma concepção de história casuística, reservando à interpretação histórica a tarefa de tirar conclusões sobre as finalidades.⁵¹⁰ Todavia, a noção de causalidade histórica em Droysen é bastante complexa e complementada por um raciocínio teleológico. Daí que, para o historiador alemão “a pesquisa histórica não tem por ambição explicar, ou seja, não pretende deduzir do anterior o posterior, os fenômenos como efeitos de revoluções e leis que os regem”.⁵¹¹ A dedução posterior das *causas* e *efeitos* seria possível apenas depois de completada a pesquisa e como resultante de uma sofisticada interpretação histórica.

Portanto, mesmo que a concepção de signo, em Droysen, tenha as marcas do seu tempo e esteja submetida às peculiaridades do seu modo de entender os processos históricos, a ponto de permitir poucos *insights* – como diria White – ela possibilita pensar as fontes históricas longe de simplismos.

Vejamos alguns encaminhamentos formulados pelo autor que dialogam com nossas três questões apresentadas no início do texto: (01) “o método da pesquisa histórica é determinado pelo caráter morfológico de seus materiais”, ou seja, para cada

⁵⁰⁹ DROYSSEN. *Histórica*. 1983. p. 9.

⁵¹⁰ A antecipação de Droysen sobre exposição do texto pensada mais de cem anos de Hayden White, bem como influência de Hegel na obra do historiador alemão para sua fundamentação teórica, ressaltando que nesta subjaz “uma concepção de ciência que seja mais do que mera derivação da filosofia idealista” já havia sido apontada por Pedro Caldas, em sua tese. CALDAS. *O que significa pensar historicamente*. 2004. pp. 23-25.

⁵¹¹ Mais uma vez aqui é a influência de Hegel e sua concepção de história como *Teodiceia*, em que o sentido último das coisas não é dado a conhecer ao humano, devido suas limitações. DROYSSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 62; CALDAS. *Johann Gustav Droysen (1808 – 1884)*, vol. 02. 2013. p. 41.

tipo de fonte pressupõem-se um tipo de método; (02) “a possibilidade de compreensão reside na afinidade congênita das manifestações disponíveis como material histórico”, logo é a fonte que determina os rumos da pesquisa; (03) “da questão histórica resultam quais serão os vestígios, os monumentos, as fontes que serão mobilizadas na busca de sua resposta”; (04) “a comprovação da não-autenticidade está completa quando a época, a origem, a finalidade da falsificação são comprovadas; a falsificação verificada dessa forma, se for encarada de outra maneira, pode tornar-se um material histórico muito importante”.⁵¹²

Já aqui temos um bom arrazoado das inovações sugeridas por Droysen. Já na *primeira* afirmação vemos não só um claro rompimento com uma proposta de modelo único de método para ser usado em todas as ciências, como a afirmação explícita que uma mesma ciência (no caso a História) pode se valer de variados métodos para responder questões específicas. Na *segunda*, vê-se uma distinção entre fatos históricos e processo histórico, uma vez que aqueles são resultantes das interpretações condicionadas à “possibilidade de compreensão” e que o pesquisador constrói a partir da consulta das “manifestações disponíveis”, ou seja, a partir das fontes. Já na *terceira* evidencia-se a problemática como fio condutor da pesquisa e, na *quarta*, temos algo que só veremos ser discutido novamente muito tempo depois: a possibilidade de analisar fontes – independente da questão da veracidade – numa análise que não se pauta por uma busca desenfreada por uma “verdade” pura e simples. E aqui também vemos a atualidade do pensamento de Droysen, quando antecipou essas e outras questões que permanecem válidas e presentes em qualquer pesquisa histórica séria nos dias de hoje.

As questões concernentes “à crítica das fontes” ocupam a parte que Droysen denominou de *Metódica*⁵¹³, elas nos remetem a um manual bastante famoso e criticado do século XIX, o *Introduction aux Études Historiques* (1898), de Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942).⁵¹⁴ Ficou famosa a máxima proferida pelos autores de que “pas de documents, pas d’histoire”.⁵¹⁵ Mais famosa ainda

⁵¹² São algumas reflexões cotejadas entre as páginas 38 e 50 do *Manual de Teoria da História*.

⁵¹³ A metódica se subdivide em Heurística, Crítica e Interpretação das fontes.

⁵¹⁴ LANGLOIS, Charles-Victor (1863 – 1929); SEIGNOBOS, Charles (1854 – 1952). *Introduction aux études historiques*. Paris: Kimé, 1992. (Versão fac-similar da primeira edição de 1898). O livro Langlois e Seignobos foi escrito 40 depois da *Historik* e cita as ideias de Droysen a partir de uma edição francesa de 1888, *Précis de la science de l’histoire*.

⁵¹⁵ LANGLOIS; SEIGNOBOS. *Introduction aux études historiques*. p. 19. Para sermos justos com os autores, a frase isolada não traduz a totalidade da sua ideia. Ela foi dita num momento em que estavam discutindo o estado caótico das bibliotecas e arquivos da França daquele período; coleções incompletas, documentos perdidos ou se perdendo, ausência registros, catálogos e demais instrumentos que

a crítica de Lucien Febvre para quem “se não há problema, não há história”.⁵¹⁶ A sentença de Febvre, de toda sorte, não anula o postulado dos seus professores, mas, de fato, aponta para entendimentos diferentes sobre História.⁵¹⁷

Se Langlois e Seignobos tivessem seguido dois princípios estabelecidos por Droysen, talvez tivessem escapado, nesse ponto, do conhecido senso crítico impiedoso de Febvre. O *primeiro*, aquele que diz que a crítica não se limita apenas a definir a autenticidade e exatidão das fontes; o *segundo*, o princípio de que uma fonte falsa não exclui as possibilidades do seu uso porque o que define a pesquisa é a problemática.

Se não for levar muito adiante esse raciocínio, ousaríamos dizer que em tempos de Internet e de *fake news* temos um imenso material de trabalho diante de nós, ou seja, bastante “manifestações disponíveis”; não sabemos ainda se com “possibilidades de compreensão”, isso apenas as reflexões metodológicas – já em vias de serem construídas – poderão dizer.⁵¹⁸

De todo modo, chama nossa atenção a maneira bastante sofisticada como Droysen encaminhou essa questão – da utilização de fontes independente do grau de veracidade – sobretudo, quando esse apontamento precede em cerca de cem anos as famosas críticas dos historiadores ligados à *Revista dos Annales* à chamada história historicizante que, supostamente, apenas selecionava e narrava os fatos. E, de igual modo, rebate com antecipação a crítica segundo a qual o Historicismo ver a história apenas como “celeiro de fatos e processos ordenados em relações de causa e efeito”, feita por Nietzsche e muitos outros ao longo da história da Historiografia.

Já que trouxemos à baila alguns pressupostos assumidos pelos historiadores dos *Annales*, em termos de concepção e uso das fontes, notemos que muitos deles podem ser localizados antecipadamente no trabalho de Droysen.⁵¹⁹ Vejamos:

auxiliassem o trabalho dos pesquisadores. Daí a afirmação “nada de documentos, nada de história”, num tom muito mais de denúncia do que de reflexão metodológica ou teórica.

⁵¹⁶ FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 51. Original de 1953. D’Assunção Barros propôs um “ajuste” interessante numa sentença simples e direta: “sem o encontro entre um problema e suas fontes possíveis não há história”. BARROS. *Fontes Históricas*. 2019. p. 23.

⁵¹⁷ Para um estudo proveitoso sobre o uso das fontes nos manuais do século XIX e início do XX, ver: FREITAS, Itamar. As ideias de prova nos manuais de Introdução à História dos ditos positivistas (1887-1926). *Revista Labirinto*, ano XVI, VOL.24, n. 2 (JAN-JUN), 2016, pp. 71-95.

⁵¹⁸ Para uma excelente reflexão sobre a relação entre Historiografia e mundo digital, ver: ROSENZWEIG, Roy. *Clio Conectada: o futuro do passado na era digital*; Tradução Gil Reyes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022 [2011]; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Lembrança do presente: ensaios sobre a condição histórica na era da internet*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022; BARROS, José D’Assunção (Org.). *História Digital: a Historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*. Petrópolis, RJ, 2022.

⁵¹⁹ A paginação sinalizada entre parêntese corresponde à edição brasileira.

- 01) “Os dados da pesquisa histórica não são as coisas passada, mas o que está ainda preservado no aqui-e-agora”. (p. 37). A famosa “ciência dos homens no tempo”, de que tanto nos falou Marc Bloch, no seu livro *Apologia da História*.
- 02) “O ponto de partida de toda pesquisa é a questão histórica”. (p. 46). Uma antecipação vigorosa da proposta de uma “História-problema”.
- 03) Merece atenção a abundância de fontes apresentada por Droysen na sua taxonomia: obras moldadas pela mão do homem (artísticas, técnicas, interferências no meio físico), da vida comunitária (usos, costumes, leis, regulamentos civis e religiosos), manifestações de pensamento, de conhecimento e do espírito (filosófico, literário, mitológico), obras históricas (encaradas como produtos de sua época), documento oficiais (correspondências, arquivos de toda espécie), utensílios domésticos e do cotidiano, obras de decoração e usos práticos, documentos comerciais, obras de arte de todo tipo, inscrições, moedas, medalhas, títulos, pedras divisórias, brasões, nomes próprios, cartas, diários, periódicos e fontes orais (pp. 46-47). Um rompimento com a tradicional utilização de fontes escritas e apenas sobre temas políticos.
- 04) Estabeleceu uma divisão das fontes em: *Subjetivas* – marcadas pela imaginação, sentimento dominante, contemplação, argumentação –, *Pragmáticas* – distinguem-se pela maneira de combinar e relacionar fatos –, e *Derivadas* – que são interpretações de interpretações. (pp. 47-48). Uma tipologia que demonstra a subjetividade contida nas fontes, no historiador e no conhecimento por ele produzido, conforme fizemos notar anteriormente.
- 05) O resultado da crítica não é o “fato histórico propriamente dito”, mas o fato de que o material foi preparado de tal forma a permitir uma interpretação relativamente segura e correta. (p. 53). O chamado “fato histórico” não se confunde com o passado, é parte dele e é produzido pela investigação.
- 06) “Nem a crítica procura as origens, nem a interpretação as exige. No mundo ético tudo é mediado”. (p. 53). Aqui, o *mito das origens* também denunciado por Bloch na obra já citada cai por terra, porque o passado não é matéria de estudo nem pode ser recuperado integralmente como “fato em si”.

Da variedade de fontes apontadas por Droysen, desde a primeira edição da *Historik*, dois aspectos chamam bastante atenção. O *primeiro*, o rompimento explícito com o uso das chamadas “fontes oficiais”, produzida pela burocracia de estado, de

natureza escrita e sobre temas políticos, conforme juízo comum que se tem acerca da historiografia oitocentista; ele mesmo se valeu de fontes de naturezas diversas, tais como cartas, inscrições, papiros, textos literários, filosóficos, históricos, entre outros, para escrever sua *História do Helenismo* (1833-1843).⁵²⁰ O *segundo*, é interessante notar no rol das fontes nomeadas como “manifestações do pensamento”, muitas das quais passaram a ser utilizadas sistematicamente apenas nas últimas décadas do século XX.⁵²¹ Os textos literários, filosóficos, obras de arte, objetos da cultura material e história oral já constavam entre aquelas apontadas por Droysen como passíveis de trato metodológico e usos historiográficos, sem estabelecer hierarquias, visto que para ele, a diferença de valor entre um tipo de fonte e outra era determinada pelo objetivo da pesquisa.⁵²² Apesar de ainda hoje não ser difícil encontrar colegas que se recintam de um ou outro membro de banca, quando das seleções dos Programas de Pós-Graduação, ao tratarem suas fontes com menosprezo. Ao que parece, um historiador oitocentista conseguiu ser e permanece sendo mais inovador que muitos profissionais da atualidade.

E o que dizer do destaque dado às “obras históricas” e às “interpretações das interpretações”? Aqui Droysen antecipou com margem de século um dos objetos fundamentais da História Intelectual de hoje – que é também a nossa aqui nesse texto – a preocupação em encarar a Historiografia “como produtos de sua época”, ou seja, como fonte história. E tão pouco importava a diferenciação entre “fontes primárias” e “fontes derivadas”, já que para ele “este punto de vista no nos proporciona una diferenciación de principio para la variedad de las fuentes, sino que debe ser situada en la sección sobre el procedimiento crítico”.⁵²³ Isso não é pouco, porque demonstra Droysen alinhado ao pensamento historicista mais avançado, sendo capaz de perceber a relatividade das fontes, do historiador e do resultado do seu trabalho.

Para encaminharmos para nossas considerações finais acerca da comparação aqui colocada é oportuno retornarmos a Hayden White, sobre o qual comentávamos anteriormente. Apesar de fazermos apenas citações indiretas aos últimos livros publicados por White, é interessante notar que no livro *The content of the Form* há um capítulo específico sobre Droysen, escrito originalmente em 1980, intitulado: *Droysen: a disciplina histórica como ciência*.

⁵²⁰ DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 91. 111.

⁵²¹ Sobre a cronologia do uso das fontes históricas, desde meados do século XIX até a década de 1980, ver o excelente quadro apresentado por D’Assunção Barros. *Fontes Históricas*. 2019. p. 95.

⁵²² DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 48.

⁵²³ DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 80.

A rigor, as incursões de White sobre a obra do teórico alemão já se faziam sentir desde os tempos de *Meta-História* e *Trópicos do discurso*. Ali, como sabemos o autor parte da ideia de falência de toda pretensão de objetividade histórica, que teria declinado com a crise das meta-narrativas e chega mesmo a creditar a Droysen o mérito de ter antevisto a “crise do Historicismo”⁵²⁴ e ter rompido com “o mito da objetividade que predominava entre os adeptos de Ranke”.⁵²⁵

É discutível a ideia de que Droysen, sendo um autor historicista, teria encaminhado à “crise do Historicismo”, certamente essa é uma conclusão que White chega pela própria consideração que tinha dos paradigmas do século XIX. Mas, certamente a noção de objetividade em Droysen é muito mais nuançada do que em seu professor dos tempos de Universidade, em Berlim. Contudo, ainda assim é um distanciamento muito mais em termos de ênfase do que efetivamente com a objetividade histórica como um todo. Uma vez mais é o relativismo pós-moderno do século XX incidindo sobre a relatividade historicista dos tempos anteriores.

Se tomarmos uma citação em que Hayden White compara a opacidade do documento histórico com a dos documentos literários perceberemos, não só uma visão distinta do que seja a objetividade histórica em relação à Droysen, como a já indicada visão distinta que ambos tinham das fontes e seus usos:

Os documentos históricos não são menos opacos do que os textos estudados pelo crítico literário. Tampouco é mais acessível o mundo figurado por estes documentos. Um não é mais “dado” do que o outro. De fato, a opacidade do mundo figurada nos documentos históricos é, se é lícito falar de opacidade, aumentada pela produção das narrativas históricas. Cada nova obra histórica apenas se soma ao número de textos possíveis que tem de ser interpretados se quiser traçar fielmente um retrato completo e exato de um determinado meio histórico. A relação entre o passado a analisar e as obras históricas produzidas pela análise dos documentos é paradoxal; quanto mais conhecemos sobre o passado tanto mais difícil se torna fazer generalizações sobre eles.⁵²⁶

A “opacidade” dos documentos, percebida por White, é parte do seu argumento de que se é difícil interpretar os processos históricos valendo-se das fontes – que permitem ver pouco através delas –, igualmente difícil, dada a ampliação do conhecimento

⁵²⁴ WHITE, Hayden. A consciência histórica e o renascimento da filosofia da história. In: *Meta-História*. 1992. p. 280.

⁵²⁵ WHITE, Hayden. A interpretação histórica. In: *Trópicos do discurso*. 1994. p. 67. Ver também: WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In: Jurandir Malerba. (Org.). *A História Escrita*. 2006. pp. 245 – 269.

⁵²⁶ WHITE. *Trópicos do discurso*. 1994. p. 106.

histórico seria produzir generalizações. Sendo muito mais fácil “generalizar em torno das formas em que esse conhecimento é transmitido”. Se lembrarmos da sua noção de fonte como alguma coisa *incompleta, compacta e caótica*, mas, principalmente – e aqui me parece que reside a maior diferença entre os autores – que nada na sua Teoria Topológica prever soluções para esses problemas, apenas visa discutir as “generalizações das formas” de um conhecimento já produzido, não nos surpreende que White questione a objetividade da pesquisa histórica.⁵²⁷

Por sua vez, em Droysen, as formas de exposição do texto (como já o dissemos) não estão deslocadas do restante das etapas anteriores da pesquisa, visto que para esse autor “a Teoria da História abrange a Metodica da pesquisa histórica, a Sistemática do que é historicamente pesquisável e a Tópica dos modos de exposição do historicamente pesquisado”.⁵²⁸ Dito de outro modo:

A pesquisa, que utiliza elementos ainda disponíveis, partindo do tempo presente e de certos elementos que ela usa como material histórico, e de certas ideias sobre ocorrências e estado de coisas no passado, são as duas coisas ao mesmo tempo: enriquecimento e aprofundamento do presente, mediante esclarecimento sobre seu passado, e esclarecimento sobre o passado mediante exploração e desdobramento daquilo que disso, muitas vezes, ainda está disponível no tempo presente em estado latente.⁵²⁹

Disso resulta que onde White percebe a “opacidade” Droysen procura “esclarecimento”. O que não os opõe radicalmente, senão em termos de abordagem, já que White também via utilidade no estudo da história, inclusive, semelhante a Droysen, atento aos princípios relativistas, políticos e éticos dos usos da memória.⁵³⁰

Sem dúvida, esse trecho da *Historik* oportuniza responder, a um só tempo, quase que todas as questões que colocamos inicialmente: (01) sobre a capacidade que as fontes históricas têm de minimamente comunicar o passado é vista aqui como

⁵²⁷ O argumento de White é o mesmo apresentado por Frank Ankersmit no texto de 1989, quando defendia uma historiografia pós-moderna. “A atual superprodução dentro de nossa disciplina” oblitera qualquer possibilidade de conhecimento seguro. O historiador holandês compara a “superprodução” a um “alcoolismo intelectual”. O texto de Ankersmit desencadeou um debate com Perez Zagorin, publicado em 2001, no Brasil. ANKERSMIT, Frank. *Historiografia e pós-modernismo. Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 113-135; ZAGORIN, Perez. *Historiografia e pós-modernismo: reconsiderações. Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 137-152.

⁵²⁸ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 43.

⁵²⁹ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 78.

⁵³⁰ As “vantagens” (invertendo o termo de Nietzsche) é uma das dimensões importantes nos trabalhos de White, apesar de pouco estudadas: MELLO, Ricardo Marques de. *Da utilidade e desvantagem da história para Hayden White*. 2009. p. 613-614; MARQUEZ. *Teoria da História*. 2008.p. 163.

“elementos ainda disponíveis” que a pesquisa histórica explora e desdobra; (02) sobre as possibilidades e limites de apreensão e compreensão do passado, isso se torna possível porque o historiador trabalha com “o material histórico”, aquilo que “ainda está disponível no tempo presente em estado latente”; (03) quanto à capacidade de comunicação desse sentido do passado na forma de texto vislumbra-se a partir do momento em que o historiador, “partindo do tempo presente”, visando um “enriquecimento e aprofundamento do presente” entra em contato com “certas ideias sobre coerência e estado de coisas do passado”. Essa transmissão de sentido, portanto, está assegurada na medida em que o “esclarecimento sobre seu passado” comunica algum significado a questões “latentes” no presente de quem investiga.

Alguns fatores que poderíamos destacar como pontos em comum entre Droysen e White, salvaguardadas as especificidades dos autores são: (01) a distinção entre eventos históricos e imaginados, destacando que White aproxima ambos pelo aspecto da ficcionalidade literária; (02) certo relativismo como ponto referencial da subjetividade das fontes e do historiador, no caso de Droysen penso que é mais adequado falar de relatividade para distinguir do relativismo mais acentuado do século XX; (03) a preocupação com as formas de exposição dos resultados da pesquisa histórica; (04) as implicações éticas no estudo da história e com a construção de uma memória.

Sobre a questão mais direta dos usos e interpretações das fontes históricas poderíamos resumir dessa forma:

QUADRO 03 – Função das fontes segundo Hayden White e Droysen.

Hayden White.	Johann Droysen
→ As fontes são neutras.	→ As fontes são mediadas.
→ Contém um passado ainda “não-processado” que remete a eventos factuais, incompletos, compactos e caóticos.	→ É o material histórico que restou e precisa ser preparado heurísticamente antes de ser interpretado.
→ Exercem um papel secundário na prefiguração do enredo histórico.	→ É fundamental na investigação histórica como mediador da pesquisa.
→ A opacidade das informações impossibilita recuperar e produzir um conhecimento seguro sobre o passado.	→ Possibilita o enriquecimento do presente mediante o esclarecimento sobre o passado.

Nosso intuito ao fazermos essa aproximação entre dois autores situados em tempos distintos e com leituras bastante singulares sobre temas importantes da Teoria da História é, em um primeiro momento, pensar conjuntamente alguns pontos comuns nas suas formulações. Em um segundo momento, evidenciar como muitas das teses de Droysen, nesse caso sobre as fontes históricas especificamente, foram inovadoras, ao seu tempo e ainda mantêm uma vivificada atualidade a ponto de manter um diálogo próximo de temas trabalhados pela Historiografia mais recente. Concluiremos esse texto apontando para esses aspectos inovadores trazidos pela discussão encaminhada por Droysen.

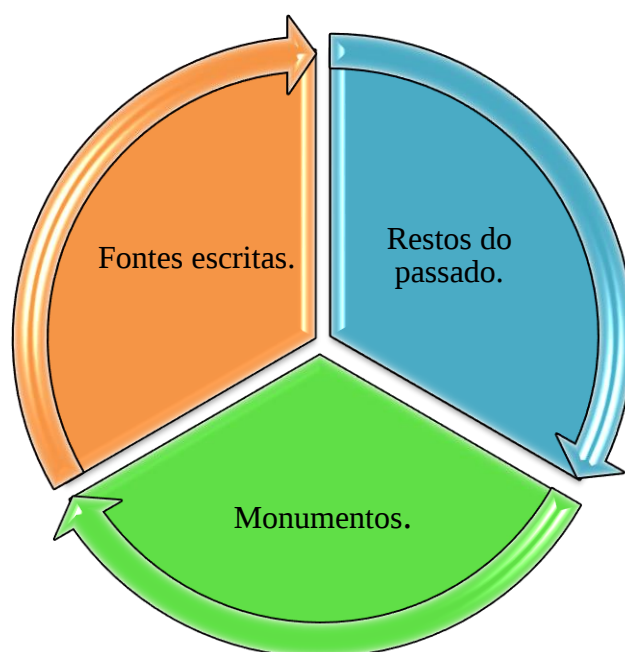
5.4 – Para uma taxonomia das fontes histórica.

Na *Metódica*, já no primeiro item, aquele destinado a refletir sobre a natureza das fontes e as implicações metodológicas do seu uso – a *heurística* – Droysen nos apresenta três nomenclaturas distintas para se referir ao *material histórico*. Nessa parte

o autor apresenta os seguintes termos. Primeiro, as *Fontes*, que são representações ou lembranças do passado fixadas por escrito; segundo, os *Restos do passado*, que são qualquer coisa que leve a compreensão do espírito humano em qualquer tempo, sobre o qual a tradição escrita pouco ou nada tenha a dizer; terceiro, os *Monumentos*, que são documentos de modo geral, inscrições, obras de arte monumentais, moedas e emblemas de vários tipos; é um tipo de material que pode reunir características das *fontes* e dos *restos do passado*, mas, que nasce com a finalidade de fixar uma representação sobre o sucesso de um determinado acontecimento para as gerações posteriores.⁵³¹ Na atualidade costumamos reunir todas essas definições apresentadas por Droysen na expressão *fontes históricas*.

Apesar dessa divisão, como ressaltamos anteriormente, Droysen não estabeleceu nenhum tipo de hierarquia entre as fontes históricas; pelo contrário, ressaltou a interação e a interdependência entre os diversos tipos de materiais, conforme evidenciado na representação gráfica abaixo.

QUADRO 04 – Tipologia das fontes



Segundo o entendimento do autor, o que define o uso de um ou de outro tipo de fonte histórica, ou mesmo a utilização conjunta e complementar de materiais de

⁵³¹ DROYSEN. *Histórica*. 1983. pp. 51-52.

natureza e origem diversas é a questão histórica a ser discutida, a disponibilidade e o acesso a um tipo ou outro, a capacidade do pesquisador em utilizar e mesmo cruzar fontes diversas, usando para cada uma delas um método adequado.⁵³²

Ao longo de todo o texto e como forma de legitimar seu projeto de construção de uma Metodologia e Teoria próprias da História, Droysen ressalta constantemente a dimensão empírica da pesquisa histórica, pois “tal como quiere serlo nuestra ciencia, no podemos hacer otra cosa que encontrar y tomar nuestro punto de partida en forma empírica”.⁵³³ E mais adiante, ainda sobre essa mesma discussão, Droysen explica que a duplicidade humana – espiritual e sensorial – permite-nos produzir dois tipos de conhecimentos: especulativo e empírico, respectivamente. No *primeiro*, o espírito se apreende e aprofunda em si mesmo, na profundidade do conhecimento adquirido; no *segundo*, o sujeito pensante observa e investiga o mundo exterior. Contudo, sobre essa duplicidade do humano, Droysen adverte que:

No se trata por cierto de una contraposición de tipo objetiva; pues en las dos formas el yo cognoscente es el mismo que actúa y que es activo frente al mismo material, esto es, con los sistemas de signos que, producidos empíricamente, pero ordenados espiritualmente, están combinados en nosotros como representaciones, palabras, pensamientos.⁵³⁴

Esse é o limite do “empirismo” apontado por Droysen, onde o “empiricamente produzido” (e observado) é usado apenas como “ponto de partida” a ser ordenado, combinado, representado. Não tem o mesmo sentido das ciências naturais, pois, segundo seu raciocínio, tratar a História “según el método de las ciencias naturales y decir que ella sería científica solamente en la medida en que refiere el mundo histórico a la mecánica de los átomos”⁵³⁵; isso, segundo o próprio Droysen, era a grande pretensão dos historiadores do seu tempo, mas que nem as ciências naturais conseguiam realizar.

É nesse sentido, portanto, que devemos compreender a dimensão empírica das fontes, tal como nos apresenta o autor da *Historik*:

De acuerdo con la naturaleza empírica de nuestra disciplina, el material de sus investigaciones tiene que ser empíricamente

⁵³² A discussão completa sobre essas várias questões, inclusive com citação de estudos de casos específicos, encontra-se entre as páginas 51 e 103 da edição castelhana da *Historik*.

⁵³³ DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 07.

⁵³⁴ DROYSEN. *Histórica*. 1983. pp. 13-14.

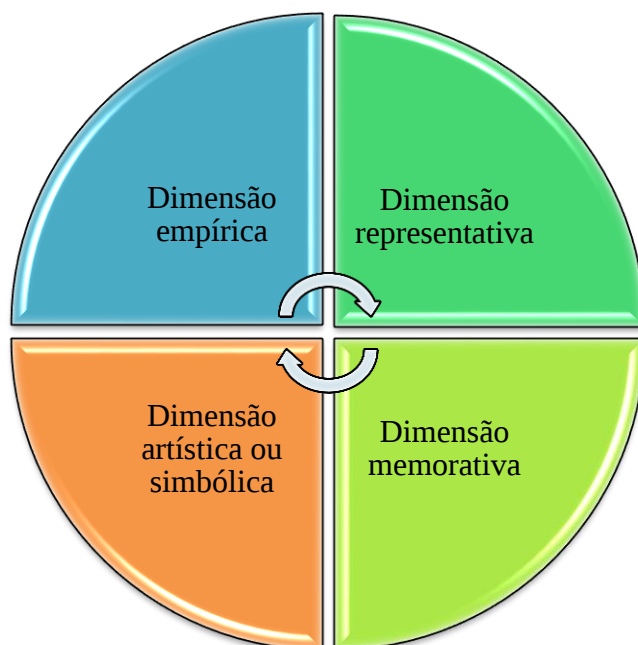
⁵³⁵ DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 07.

perceptible y estar disponible. El material puede provenir del pasado, pero sólo por el hecho de que es aún presente y accesible es adecuado para nuestros fines. Pues con nuestra investigación queremos despertar de nuevo en nuestro espíritu, em vez del vacío que yace tras nuestro hoy, una representación de lo que fue y es para siempre pasado. Se tiene la costumbre de designar tales materiales con el nombre de fuentes.⁵³⁶

Ganha destaque aqui também, além da *dimensão empírica* das fontes, a sua *dimensão representativa*, ou seja, a sua capacidade de tornar o passado acessível no presente, segundo os fins da investigação. A essas características somam-se outras duas: *memorativa* e *artística* ou *simbólica*, formando um total de quatro atributos básicos que podem ser cominadas a qualquer fonte, independente de forma, conteúdo e origem.⁵³⁷

Essas quatro dimensões apresentadas por Droysen que perpassam toda a discussão sobre fontes, assim como outros aspectos teóricos, metodológicos e historiográficos por ele discutidos, não representam uma ordem de importância em si na pesquisa, apenas constituem uma forma de compreensão geral daquilo que é comum aos diversos tipos de material histórico.

QUADRO 05 – Dimensões gerais das fontes.



⁵³⁶ DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 51.

⁵³⁷ Note-se que há alguma semelhança, embora não total correspondência, entre as *dimensões das fontes* como apresentadas por Droysen e a teoria dos signos de Charles Pierce. Há também uma grande aproximação entre as dimensões apresentadas pelo historiador oitocentista e aquilo que D'Assunção Barros aponta como elemento característicos das fontes, a partir do seu lugar de produção.

Foi o próprio historiador que, numa formulação bastante elucidativa, tratou de esclarecer a relação existente entre todas essas dimensões gerais das fontes e o quanto elas são interdependentes e intercambiáveis. Segundo nos diz:

En los monumentos, junto a la propiedad de ser resto del pasado, encontramos otra característica más en el sentido de que estaban destinados para servir de recuerdo, y que daban una determinada concepción de aquello que se quería mantener para el recuerdo, de modo tal que resumiera ciertos momentos o peculiaridades significativas del suceso externo, en forma artística o simbólica, a fin que el espectador tuviera la correspondiente representación o sensación.⁵³⁸

Embora cite os *monumentos* como exemplo, é possível deduzir, pelas diversas questões heurísticas apontadas no texto, que essas dimensões estariam presentes em todos os tipos de fontes, com maior ou menos ênfase, a depender do tipo de material. Nesse sentido, essas noções gerais deveriam ser levadas em consideração no momento da escolha de um método adequado para analisa-las, a fim de fazermos o melhor uso possível, em termos historiográficos, do material que temos disponível. Certamente cada uma das noções gerais mereceriam inúmeras considerações e em cada uma delas poderíamos apontar os limites do pensamento histórico de Droysen.

De fato, *representação*, hoje, é sem dúvida um dos conceitos mais utilizados, particularmente entre aqueles historiadores que tratam de questões culturais e simbólicas, dialogando com seus colegas da Literatura, Antropologia e Psicologia. As questões em torno da *memória* também adquiriram enormes desdobramentos historiográficos, sobretudo, no diálogo com as Ciências Sociais, o Cinema, as Artes de modo geral. A bibliográfica é imensa, embora bastante conhecida, o que torna menos obrigatórias as citações extensivas. De modo que fazemos esse adendo apenas como forma de sinalizar que algumas dessas noções apresentadas por Droysen são muito mais limitadas do que costumamos entender hoje e foram discutidas e muito mais nuançadas e aprofundadas pelas gerações sucessivas de historiadores.

A *representação*, para Droysen, está muito mais ligada à capacidade que as fontes têm de evocar aspectos do passado no tempo presente e o “sistema de signos” que o pesquisador se vale para fazer “representar” aquilo que do passado ainda pode servir como orientação no presente. Nada que se aproxime, em termos de complexidade, das reflexões Paul Ricœur, por exemplo, sobre a representação histórica

⁵³⁸ DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 77.

(representância), em *Tempo e Narrativa*, ainda que este parta de Droysen e Dilthey como uma das bases das suas teses.⁵³⁹ De todo modo, Como Jörn Rüsen adverte, existe uma diferença significativa entre “representação memorativa” e “reconstrução racional” do passado. A primeira se vale de estratégias imaginativas e estéticas para criar identidades, a segunda parte de um processo distanciador e objetivador de investigação dos fatos. Segundo o autor, essa diferenciação já estava contemplada na obra de Droysen.⁵⁴⁰

A *memória*, de modo semelhante, aparece na *Historik* em sentidos mais modestos, tanto como uma das características intrínsecas das fontes quanto como resultado produzido pelo trabalho histórico. Ainda distante das discussões mais abrangentes sobre a construção da memória coletiva e individual ou a relação entre história e memória, aspectos que mereceram estudos específicos em autores como Maurice Halbwachs, Michel Pollack, Pierre Nora, Jacques Le Goff, Tzvetan Todorov, marcados pela experiência histórica concreta do pós-Segunda Guerra.⁵⁴¹

Evidentemente que um texto surgido como anotações de aula Teoria e Metodologia não é o lugar mais indicado para empreender estudos detalhados de cada tema, problema ou conceito que por ventura possa aparecer nas suas linhas – e alguns de fato até foram encaminhados, como atrás dissemos – não se trata de exigir um esforço que o autor não se dispôs ou nem teria como fazer. Como salientamos, trata-se apenas de colocar a *Historik* em perspectiva para percebemos suas inovações e atualidades, bem como seus limites.

Ainda sobre esse último aspecto, dos limites ou as marcas do tempo, é evidente na *Historik* que, mesmo quando Droysen aponta de forma inovadora (insisto nesse ponto) para fontes que seriam utilizadas historiograficamente somente muito tempo depois – como periódicos, diários, literatura e fontes orais – o próprio autor dá menos ênfase ao longo do seu esboço a algumas dessas fontes, citando-as poucas vezes ou

⁵³⁹ RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*; Tradução Constança Marcondes Cesar e Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1994. 3v; RICŒUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*; Tradução Alain François – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

⁵⁴⁰ RÜSEN. *Droysen Hoje*. 2014. p. 66.

⁵⁴¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006 [1950]; POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos históricos*, v. 2 - nº 03 – Memória. Rio de Janeiro: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 1989; POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos históricos*, v. 5 - nº 10 – Teoria e História. Rio de Janeiro: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 1992; NORA, Pierre. *Entre a História e Memória*: a problemática dos lugares; Tradução Yara Aun Khoury. Proj História São Paulo (10), dez, 1993. pp. 07-28; TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: ARX, 2002; LE GOFF. *História e memória*. 1990.

apontando questões bem menos complexas sobre seus usos do que costumamos vermos nos dias atuais sendo formuladas pelos especialistas que trabalham com elas.

Outro adendo que pode ser feito, diz respeito às fontes que carregam um componente artístico ou simbólico latente, tais como as moedas, as armas, as sepulturas, inscrições, entre outras da cultura material. Droysen não as explora enquanto suporte, ele mesmo como portador de um conteúdo a ser analisado. Apresenta-as muito mais pela mensagem que carregam em termos de informações. Assim como não avança no sentido de explorar os aspectos simbólicos dos ritos religiosos e das narrativas mitológicas ainda que, evidentemente, tenha apontado à historicidade desse tipo de manifestação em vários momentos do texto. Droysen salientou que Jacob Ludwig Karl Grimm (1785-1863) já chamava atenção para o estudo da cultura popular como forma de entender a mitologia na Alemanha, na Inglaterra e na França; também apontou para a importância que os deuses tinham na composição das histórias contadas por Ésquilo (525-456 a.C.), autor que, Droysen era profundo conhecedor da obra.⁵⁴²

O importante aqui é salientar – para além dos limites da *Historik* – que Droysen se valeu de uma formação erudita exemplar, de sua vasta experiência como pesquisador, da sua prática docente questionadora, de um amplo diálogo interdisciplinar possível ao seu tempo, de uma discussão intersubjetiva marcada por uma identidade teórico-metodológica marcante. Tudo isso permitiu que sua obra teórica avançasse e inovasse bastante em suas análises, ao seu tempo, e tenha legado ótimas reflexões para a posteridade.

Retomemos aqui a reflexão apresentada pelo próprio Droysen, a partir da História da Arte, para exemplificarmos cada uma das dimensões da fonte histórica proposta pelo autor. Após afirmar que para saber identificar se uma obra de arte pertence a Rafael ou Dürer e que esse material “só poderia ser totalmente devassado pelo pesquisador que possuísse recursos bem específicos”, leia-se, munido de um instrumental teórico-metodológico adequado, Droysen faz uma primeira asserção que aqui nos interessa particularmente: “ele [o historiador] precisaria conhecer a técnica do pintor para diferencia-lo dos demais pintores, em seus usos de tonalidades de cor, do

⁵⁴² DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 77. Para um quadro atual dos tipos de fontes, segundo sua qualidade, natureza ou suporte (Fontes Materiais, Conteúdo, Imateriais e Virtuais), ver: BARROS. *Fontes Históricas*. 2019. p. 60.

chiaroscuro, da pincelada”.⁵⁴³ Nesse ponto Droysen está chamando atenção para a *dimensão empírica* da fonte, ou seja, aquele tipo de informação de emergindo da materialidade da obra de arte que informa as primeiras informações aos sentidos.

Em outro momento do texto, diz Droysen, o historiador “precisaria determinar como no olhar de Albrecht Dürer se apresentava a figura humana para poder comprovar se aquele crucifixo foi feito por ele”, ou seja, precisaria analisar a dimensão representativa da fonte; a capacidade que ela tem de comunicar os sentidos construídos pelo autor da obra.

No trecho final do texto aqui cotejado temos uma afirmação bastante elucidativa que vale a pena, mais uma vez, ser reproduzida aqui para que possamos decodificá-la. No instante em que considera que o historiador “precisaria dispor do modo de ver daquele tempo”, Droysen remete para uma capacidade de interpretação que se serve “da abrangência de seus conhecimentos gerais” [...] e que está “sugerido em assuntos paralelos” acerca do objeto tratado. Em outras palavras, deve evocar algum conhecimento que ficou latente nas fontes, valendo-se da *dimensão memorativa*, da capacidade desta ainda comunicar algo sobre os acontecimentos. E como encaminhamento final, conclui, que quando diante de um obra de arte o historiador deve proceder “de modo a comprovar de maneira convincente as intenções e concepções profundas ou superficiais, em vez de meramente senti-las esteticamente”; portanto, deve-se atingir um grau acurado de percepção do objeto, o que envolve as suas dimensões *artísticas* e *simbólicas*, fundamentais nesse tipo de fonte, sem as quais para, seriam impossível “interpretar corretamente o que se apresenta nas obras de arte”.

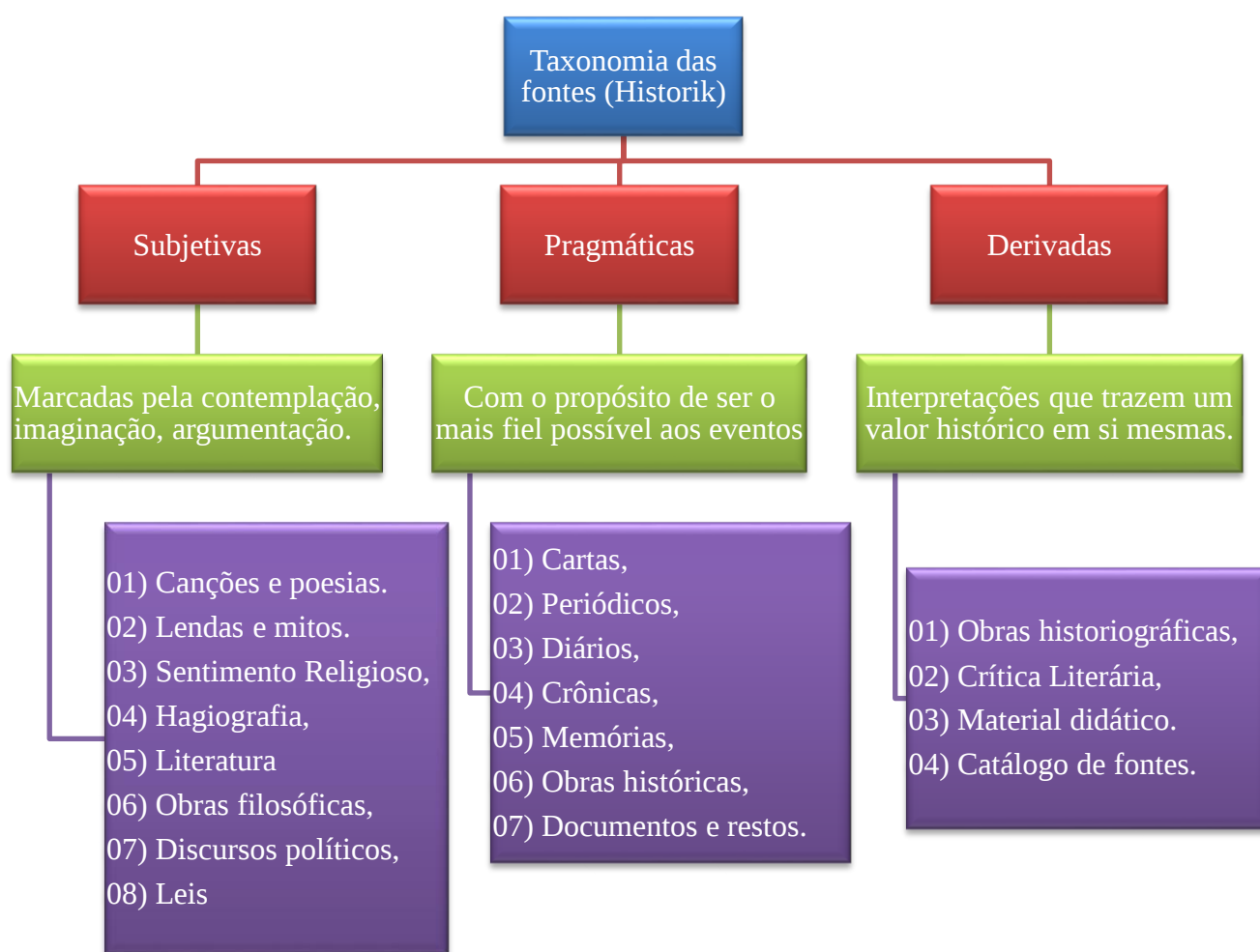
Creemos que o que foi dito até aqui apresenta bem o modo como Droysen pensava a fecundidade das fontes históricas e expõe bem o modo aprimorado como algumas das questões heurísticas fundamentais pensadas pelo autor. Pelo exposto acima, cremos inclusive encontra alguns equivalentes entre as dimensões das fontes pensadas por Droysen e as reflexões que posteriormente foram desenvolvidas pelo historiador da arte Erwin Panofsky (1892-1968). O historiador alemão, ligado à chamada *Escola de Warburg*, falava em seus textos das condições pré-iconográficas

⁵⁴³ O *chiaroscuro*, em italiano “claro-escuro”, é uma técnica muito usada, sobretudo na pintura de tipo realista que destaca as proporções, volume e forma da coisa representada dando-lhe um aspecto maior de verossimilhança.

(materialidade da arte), iconográficas (a representação em si) e iconológicas (as significâncias culturais e históricas) da obra de arte.⁵⁴⁴

Avançando a discussão sobre a tipologia das fontes que fizemos menção, subdivididas em *Subjetivas*, *Pragmáticas* e *Derivadas*, buscaremos na sequência apresentar um síntese que elenca os vários tipos de materiais históricos apresentados por Droysen. O gráfico abaixo apresenta a divisão das fontes históricas, segundo suas características, origens e possibilidades de uso, conforme pode ser cotejada nas formulações de Droysen a esse respeito.⁵⁴⁵

QUADRO 06 – Taxonomia das fontes históricas.



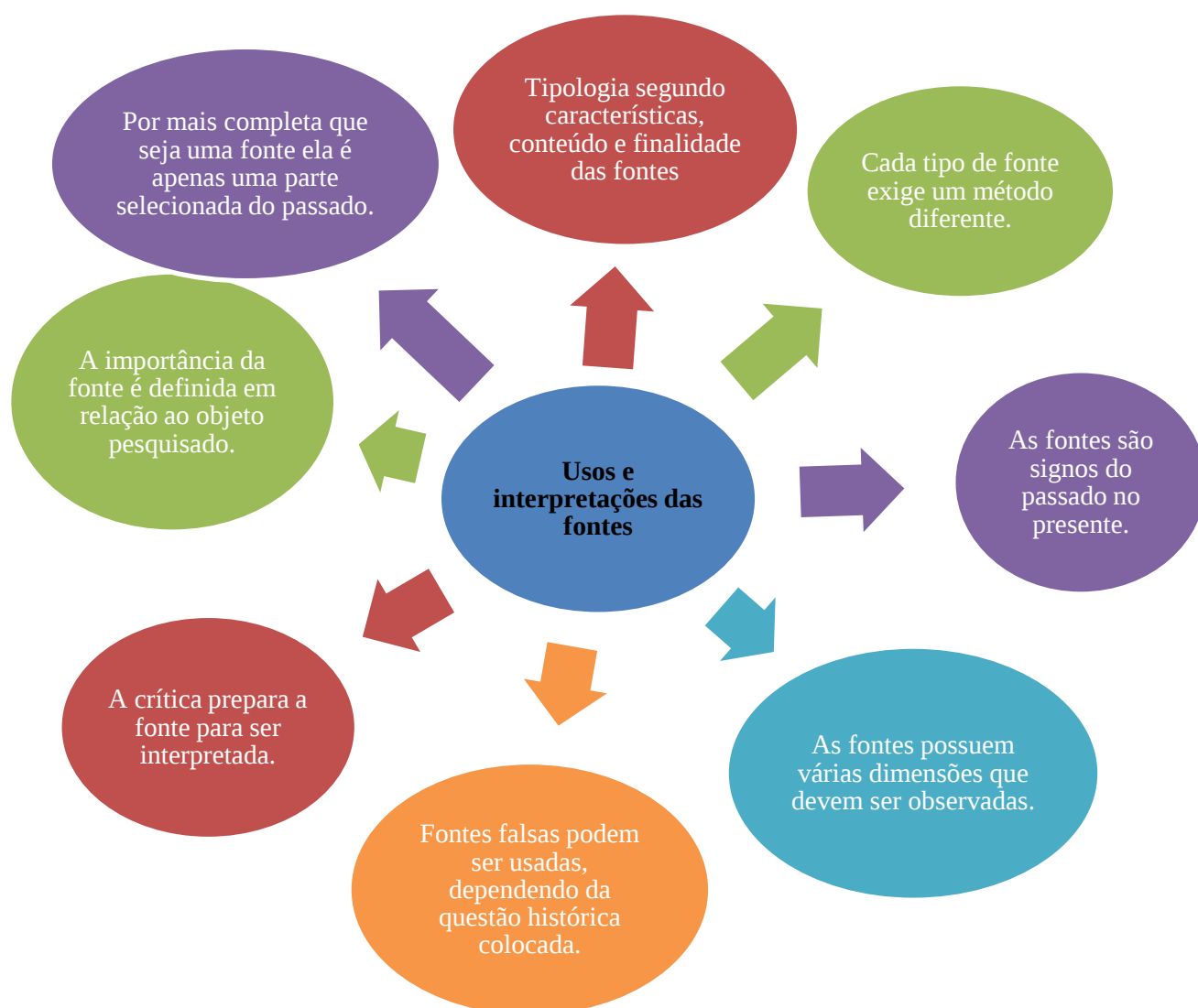
⁵⁴⁴ Ver: PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009 [1955].

⁵⁴⁵ Este gráfico foi elaborado a partir de informações cotejadas entre as páginas 46 e 48 da edição brasileira e 77 e 103 da edição castelhana da *Historik*

O quadro acima, evidentemente, contempla o tipo de material que estava no horizonte imediato do tipo de pesquisa histórica pensada no século XIX e, se comparado com os dados mais atuais constataríamos o quando essa taxonomia das fontes incorporou novas fontes desde então.⁵⁴⁶ Ainda assim não podemos deixar de notar o quanto esse quadro é rico tanto em amplitude quanto em possibilidades de usos, metodologias e problemas que podem surgir a partir do material aqui apresentado.

Por fim, reunimos no gráfico abaixo algumas das possibilidades apontadas por Droysen sobre o trato metodológico e uso historiográfico das fontes, sem a pretensão de esgotar o debate, mas, com o interesse de apresentar uma síntese das questões principais que discutimos ao longo desse texto.

QUADRO 07 – Usos e interpretações das fontes.



⁵⁴⁶ BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas*. Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p. 95.

Resta-nos concluir reafirmando o entendimento de que as interpretações produzem um diálogo intersubjetivo (e não apenas intertextual) fundamental para a construção do caráter epistemológico da História.⁵⁴⁷ Nesse sentido, as fontes históricas – e a Historiografia assim percebida – também têm sido pensadas e repensadas a partir de um novo contexto em que o entendimento prevalente assume que “o documento não é um documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento [e que] todo documento é uma construção permanente”.⁵⁴⁸

Foi a partir dessa chave de compreensão que buscamos entender a *Historik* como uma fonte histórica para entendermos o seu contexto de produção e as questões apontadas por Droysen em relação ao uso e interpretações das fontes, reconhecendo seus avanços, limites e o quanto do debate colocado por um historiador oitocentista ainda contribui para o enriquecimento da história da Historiografia, ela também em permanente mudança.

⁵⁴⁷ Sobre esse aspecto ver também: APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret. *Telling the Truth about History*. New York/London: w.w. Norton & Compay, 1994.

⁵⁴⁸ KARNAL, Lenadro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In. *O historiador e suas fontes*. (Orgs.) Karla Pinsky e Tania Regina de Luca. – São Paulo: Contexto, 2012. p. 12.

CAPÍTULO VI

O lugar da objetividade e da subjetividade na *Historik*.

O capítulo que se segue tem como objetivo principal analisar o diálogo travado por Droysen com seus interlocutores contemporâneos no processo de formulação do seu Método Histórico. Pensaremos sobre as implicações do uso de alguns conceitos alinhados a um novo entendimento da percepção de história (*Geschichte*), enquanto processo, e sua eventual compreensão analítica em um campo específico de saber, a História (*Historie*). Na sequência, discutiremos o modo como Droysen construiu, num diálogo com Ranke, bem como com outros autores uma concepção de objetividade histórica, distinta daquela positivista e ao mesmo tempo possibilitando pensar a relatividade do conhecimento histórico.

Partiremos das reflexões propostas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, no âmbito da História Conceitual, para pensarmos essa mudança operada no uso de certas definições, tendo como suposto a ideia de que essa passagem de um novo modo de pensar historicamente fez parte dessa forma renovada de compreensão do *fazer histórico* na historiografia alemã na virada do século XVIII para o XIX que está relacionada com uma nova concepção de tempo.

Quando Droysen iniciou seu curso de *Enciclopédia e Metodologia da História*, a partir de 1857, ainda na Universidade de Jena, não havia consenso sobre os problemas fundamentais e constitutivos do saber histórico, os modos de fazer não estavam constituídos.⁵⁴⁹ De fato, até mesmo livros com essa finalidade mais específica parecia não atender as pretensões teórico-metodológicas de Droysen; entre eles podemos listar o já citado livro do teólogo Johann Martin Chladenius (1710-1759), intitulado *Allgemeine Geschichtswissenschaft* (1752); o livro de Wilhelm Wachsmuth (1784-1886) *Entwurf einer Theorie der Geschichte* (1820) o texto da conferência do filósofo Wilhelm von

⁵⁴⁹ Como nos informa Peter Leyh, no prefácio da edição de 1977 do *Grundriss der Historik*, o curso foi repetido pelo menos 17 vezes entre 1857 e 1883, com o nome de "Encyclopaediam et Methodologiam Historiarum" (1857-1859), a partir de 1859 Droysen adentra os quadros da Universidade de Berlim e continua ministrando aulas suas aulas de "Metodologia Histórica e Enciclopédia de Ciências Históricas" para os semestres 1860/61, 1863/64 a 1872 e 1879 a 1881, para 1875 "Metodologia e Enciclopédia de Estudos Históricos", para 1876 "Metodologia e Enciclopédia de Ciências Históricas" e "Metodologia e Enciclopédia da História" em 1878 e 1882/83. Ver: *Prefácio do Editor*. In. Johann Gustav Droysen, *Historik*. Vol. 1: Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857); *Grundriss der Historik in der ersten handschriftlichen (1857-1858) und in der letzten gedruckten Fassung (1882)*, editado por Peter Leyh, Stuttgart, Frommann-Holzboog, 1977. p. IX.

Humboldt (1767-1835) *Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers* (1821) e o manual do historiador Georg Gottfried Gervinus (1805-1871), publicado como *Grundzüge der Historik* (1837).⁵⁵⁰ Sabemos que Droysen leu e comentou esses autores e que, de alguma maneira, mesmo sendo influenciado por eles buscou ultrapassá-los no exato sentido de que pretendia estabelecer os pressupostos epistemológicos para uma nova ciência da história.⁵⁵¹

A este projeto Droysen dedicaria as últimas três décadas da sua vida. Não obstante, o reconhecimento não sucedeu o empenho, visto que seus colegas, na data, “abanavam a cabeça” desacreditados do seu esforço. A dedicação do professor Droysen fica evidenciada no fato de que, entre os anos de 1857 e 1883, ele repetiu seu curso pelo menos 17 vezes, contudo, não encontrou também a ressonância pretendida entre seus alunos.⁵⁵² É possível dizer, no entanto, concordando com Peter Leyh, que as reflexões de Droysen “foram conquistas pioneiras para a Teoria Científica e Didática da História”.⁵⁵³

A questão fundamental para Droysen é que não havia nas reflexões que lhe precederam, segundo seu entendimento, nada que pudesse ser chamado de um “Método Histórico”, ou seja, uma maneira de produzir conhecimento que fosse própria dos

⁵⁵⁰ O livro de Chladenius foi traduzido no Brasil como *Princípios Gerais da Ciência Histórica*: exposição dos elementos básicos para uma nova visão sobre todos os tipos de saberes, tradução Sara Baldus. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. O texto de Humboldt foi traduzido na revista *Anima, História, Teoria e Cultura*, Rio de Janeiro, Editora da PUC-Rio/Curitiba: Casa da Imagem, ano I, n. 2, 2001, pp. 79-89 e consta também no livro *História Pensada: Teoria e Método na Historiografia europeia do século XIX*, organizado por Estevão Martins, com apresentação e tradução de Pedro Caldas, com o título *Sobre a Tarefa do Historiador* (1821), pp. 82-100. O texto de Gervinus também foi traduzido: GERVINUS, Georg Gottfried. *Fundamentos de Teoria da História*; tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio; apresentação e notas Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. O livro de Wachsmuth não recebeu ainda nenhuma tradução para língua portuguesa.

⁵⁵¹ A influência de Chladenius parece ter sido um daqueles muitos contatos indiretos que Droysen manteve ao longo da sua trajetória. Tudo indica que foi através de Gatterer que Droysen recebeu a influência das ideias desenvolvidas por Chladenius. Agradeço ao professor Arthur Assis (UnB) que chamou nossa atenção para esse detalhe importante.

⁵⁵² É interessante percebermos, na atualidade, como muitas das ideias desenvolvidas pioneiramente por Droysen são atribuídas inadvertidamente a outros autores, preferencialmente a Wilhelm Dilthey que também escreveu obras históricas importantes, mas, todas elas em alguma medida inspiradas nas discussões postas na *Historik*. Nesse sentido, ver: REIS, José Carlos. Sobre a “compreensão” em história: Dilthey (1833-1911) versus (e vice-versa) Weber (1864-1920). In: *Teoria da História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. pp. 207-233. Outros que parecem ter “abanado a cabeça” para as discussões de Droysen foram os historiadores franceses Langlois e Seignobos, que leram a edição de 1882 da *Historik*, publicada na França como *Précis de la science de l’histoire*, ao qual, junto a outros textos, teceram um comentário bastante severo: “L’immense majorité des écrits sur la méthode d’investigation en histoire et sur l’art d’écrire l’histoire — ce que l’on appelle, en Allemagne et en Angleterre, l’Historik — sont superficiels, insipides, illisibles, et il en est de ridicules”. LANGLOIS, Charles-Victor (1863-1929); SEIGNOBOS, Charles (1854-1952). *Introduction aux études historiques*. Paris: Kimé, 1992. (Versão fac-similar da edição de 1898). p. 06.

⁵⁵³ *Gehalten, waren eine wissenschaftstheoretische und geschichtsdidaktische Pionierleistung. Historik*. Vol. 1. p. IX (ed. Peter Leyh).

historiadores, aquilo que os constituíssem enquanto tal e os fizessem distintos de outros profissionais.⁵⁵⁴ De tal modo, Droysen chega a dizer que quando lhe perguntavam “por onde começar a estudar história, o que fazer e como fazer para se tornar um historiador”, respondia que esse caminho poderia ser tomado estudando Teologia, Filologia ou mesmo Direito. E é categórico nessa assertiva: “um livro, no entanto, em que você possa encontrar uma resposta a esta pergunta, eu não poderia dizer-lhe, mesmo que não sejam poucos sobre a arte da historiografia”.⁵⁵⁵ É nesse sentido que, mesmo reconhecendo a importância da reflexão empreendida por seus antecessores, Droysen buscou ir adiante deles na construção de um Método Histórico, algo que legitimasse a História como ciência autônoma.

Nesse diálogo com as gerações anteriores podemos notar algumas das principais influências que Droysen incorporou nas suas reflexões. Com os intelectuais da segunda metade do século XVIII, sobretudo a partir de Johann Gatterer (1727-1799), August Ludwig Schlözer (1735-1809) e estes, por sua vez, influenciados pelo já mencionado Chladenius, Droysen aprendeu e levou adiante um conceito que marcou profundamente sua concepção de história: a ideia de “ponto de vista” (*Sehepunkt*), que o teólogo havia desenvolvido pioneiramente em seu *Allgemeine Geschichtswissenschaft*.⁵⁵⁶ Contudo, faz-se necessário dizer que, embora mencione mais de uma vez a Gatterer e Schlözer na *Historik*, Droysen mantém certo silêncio em relação a Chladenius, embora faça uso extenso da ideia de que só é possível (e mesmo preferível) escrever história a partir de um ponto de vista.⁵⁵⁷

Num trecho que já se tornou de praxe citar, em que Droysen refuta e ironiza a pretensão de objetividade defendida por alguns historiadores de sua geração, Droysen argumenta: “no quiero tener para brillar nada más y nada menos que la verdad relativa a

⁵⁵⁴ Como já fizemos notar, não se trata da inexistência de livros com propósitos semelhantes aos de Droysen, mas, sim do fato de que ele discordava dos princípios estabelecidos pela maioria dos outros autores.

⁵⁵⁵ “Ich bin oft gefragt worden, wie man Geschichte zu studieren habe, womit man anfangen, was treiben müsse, um ein Historiker zu werden. Ich habe dann wohl geantwortet, man könne von der Theologie, von der Philologie, von der Staatswissenschaft ausgehen, oder auch, der rechte Historiker müsse wo möglich alles wissen, er müsse auf der Höhe menschlicher Bildung zu stehen suchen, oder ähnliches. [Ein Buch aber, in dem Sie Antwort auf diese Frage fänden, könnte ich Ihnen nicht nennen, wenssich es deren nicht wenige über die Kunst der Geschichtsschreibung gibt]”. DROYSEN. *Historik*. Vol. 1. 1977. p. 03.

⁵⁵⁶ Sobre o pioneirismo de Chladenius no desenvolvimento da ideia de “ponto de vista” na análise histórica ver: BENTIVOGLIO, Julio. Johann Martin Chladenius e o pensamento histórico alemão no século XVIII. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. pp. 01-09.

⁵⁵⁷ Para uma análise conjunta que relaciona a obra de ambos os autores, ver: ESCUDIER, Alexandre. De Chladenius à Droysen Théorie et méthodologie de l’histoire de langue allemande (1750-1860). *Annales HSS*, juillet-août 2003, n°4, pp. 743-777.

mi punto de vista, como me lo ha permitido alcanzar mi patria; mi convicción política, religiosa, mi estudio serio”.⁵⁵⁸

Assumidamente foi em Humboldt que Droysen extraiu “as ideias que lhe abriram o caminho” e possibilitaram “fundamentar seu método e sua tarefa”, como afirma no prefácio da primeira edição publicada da *Historik*, de 1858.⁵⁵⁹ Ideias fundamentais como *compreensão, aprendizado, verdade histórica*, crítica à *abordagem filosófica e teleológica da história, formação intelectual* e tantas outras tomadas de empréstimos e desenvolvidas por Droysen foram apresentadas inicialmente pelo autor de *Sobre a tarefa do Historiador*.⁵⁶⁰

Por fim, com Gervinus, que além de preceder a Droysen no uso da palavra *Historik* – como consta no título de sua obra publicada em 1837 – foi pioneiro também na discussão sobre as formas de exposição dos resultados da pesquisa histórica. A esse problema da construção do texto historiográfico Droysen também se voltaria com particular interesse e com um distanciamento acentuado em relação ao seu predecessor.⁵⁶¹ Sobre as formas de exposição trabalhadas por Droysen na terceira parte da *Historik*, inserida na edição de 1882, faremos ainda algumas considerações, no sentido de ressaltar o pioneirismo e a singularidade da sua empreitada.

Aliás, numa afirmação taxativa sobre os aspectos que diferenciavam seu projeto de uma nova concepção de História em relação aos autores que lhes antecederam, Droysen sintetiza sua posição nos seguintes termos:

A teoria da história não é uma enciclopédia das ciências históricas, nem uma filosofia (ou teologia) da história, tampouco uma física do mundo histórico, muito menos uma poética para a historiografia. Ela deve postular como sua tarefa ser um *Órganon* do pensamento e da pesquisa histórica.⁵⁶²

⁵⁵⁸ DROYSEN. *Histórica*. 1983. pp. 354-355. Segundo nos parece, essa forma de entender a História e o trabalho do historiador retira Droysen da lista dos autores que pretendiam praticar uma historiografia pautada num ideal de História Universal.

⁵⁵⁹ DROYSEN, Johann Gustav (1808 – 1884). *Manual de Teoria da História*; Tradução: Sara Baldus e Julio Bentivoglio; apresentação de notas Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. pp. 33-34.

⁵⁶⁰ O título original do texto de Humboldt é *Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers*, literalmente, *Sobre a tarefa da Historiografia*, mas, comumente as traduções adotam como título a primeira frase do texto, onde se ler que “a tarefa do historiador consiste na exposição do acontecimento”. O texto de Humboldt, datado de 1821, foi traduzido na revista *Anima, História, Teoria e Cultura*, Rio de Janeiro, Editora da PUC-Rio/Curitiba: Casa da Imagem, ano I, n. 2, 2001, pp. 79-89 e consta também no livro *História Pensada: Teoria e Método na Historiografia europeia do século XIX*, organizado por Estevão Martins, com apresentação e tradução de Pedro Caldas, com o título *Sobre a Tarefa do Historiador* (1821). pp. 82-100.

⁵⁶¹ Sobre as divergências de Droysen em relação a Gervinus ver: *Histórica*. 1983. p. 337.

⁵⁶² DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 42; DROYSEN. *Historik*. Vol. 1. 1977. p. 425.

Esse esforço de distanciamento é revelador em muitos sentidos e sobre ele nos deteremos por alguns momentos porque já aqui nos parece que o autor evoca os elementos centrais que norteariam sua *tarefa* de construir uma Teoria própria para a História. Há aqui pelo menos cinco aspectos importantes de serem destacados.

Primeiro, ao afirmar que *a teoria da história não é uma enciclopédia das ciências históricas*, Droysen reforça o seu argumento sobre a inadequação dos livros que respondessem sobre o que é preciso aprender a fazer para se tornar um historiador, senão, aqueles que se limitavam a mostrar “os princípios gerais da ciência histórica” (*Allgemeine Geschichtswissenschaft*), como se o saber histórico pudesse se resumir a um conjunto de informações, ao modo de uma Enciclopédia.⁵⁶³

Sobre isso Droysen afirma no início do segundo capítulo da *Historik*, aquele dedicado a esclarecer sua tarefa (*unsere aufgabe*):

No passado, nos familiarizamos com a natureza geral da nossa Ciência. Tentaremos explicar o assunto que temos de tratar, a fim de justificar o método que temos de desenvolver. Só agora podemos começar a determinar a tarefa que temos de resolver.⁵⁶⁴

Segundo, há um afastamento epistemológico em relação à Filosofia da História, em particular às ideias de Hegel, de quem Droysen fora aluno e de quem recebeu grande influência. Contudo, um projeto de Método Histórico ao molde do que estava propondo precisava atender a questões empíricas, responder sobre os *poderes éticos*, que atuam na realidade humana concreta e não se ater ao plano metafísico ou especulativo, como era proposto na teologia e na filosofia. Vejamos como considerou essa questão:

Nossa *Historik* não pode querer ser uma Filosofia da História. Hegel praticou esta ciência com certa predileção, embora tenha estado lá por muito tempo na forma de contemplação teológica da história e foi realmente bastante dominante na Idade Média. Já discutimos anteriormente, esta sábia consideração, para nós, era inaplicável.⁵⁶⁵

⁵⁶³ Não deixa de ser curioso notarmos que *Enciclopédia* é um dos termos presentes no nome da disciplina ministrada por Droysen, tanto em Jena quanto em Berlim. Talvez venha desse tempo a sua rejeição a esse termo, visto que havia a disciplina, mas, nenhum material para ensiná-la como pretendia.

⁵⁶⁴ Wir haben in dem bisherigen die allgemeine Natur unserer Wissenschaft kennenllener. Wir haben den Gegenstand, mit dem wir uns zu beschäftigen, um die Methode, die wir zu entwickeln haben, zu begründen versucht. Erst jetzt können wir darangehen die Aufgabe festzustellen, die wir zu lösen haben. DROYSEN. *Historik*. Vol. 1. 1977. p. 43.

⁵⁶⁵ Ebenso wenig kann unsere *Historik* eine Philosophie der Geschichte sein wollen. Hegel hat diese Wissenschaft mit einer gewissen Vorliebe ausgebildet, obschon sie in der Gestalt theologischer Betrachtung der Geschichte längst da war und besonders im Mittelalter recht eigentlich dominierte. Wir haben früher auseinandergesetzt, warum diese Betrachtungsweise für uns unanwendbar. DROYSEN. *Historik*. Vol. 1. 1977. p. 44.

Essa afirmação toma uma importância singular porque marca uma inflexão no pensamento de Droysen como um intelectual genuíno. A despeito da forte influência do idealismo hegeliano – já aqui tratada em capítulo anterior –; como lembra-nos Pedro Caldas, reside em Droysen “uma concepção de ciência que seja mais do que mera derivação da filosofia idealista”.⁵⁶⁶ Isso marca significativamente o projeto de Teoria e Metodologia da História que Droysen estava esboçando.

O terceiro ponto a destacar é que, ao dizer que a Teoria da História não pretende ser uma “física do mundo histórico”⁵⁶⁷, Droysen estava refutando do seu projeto de ciência histórica uma visão estéril de objetividade – a *objetividade dos eunucos* que há pouco fizemos menção – como aquela proposta por Wachsmuth e, posteriormente por Buckle, este último ancorado na *Filosofia Positiva* de Auguste Comte, a qual Droysen considerava como uma visão “inadequada e especulativa” porque tentava colocar os “fenômenos vitais” de maneira análoga às Ciências da Natureza, como se esse fosse um critério seguro para garantir “o caráter científico da história”. Sobre isso, Droysen comenta:

Buckle não é o primeiro que fez a tentativa de chegar a um acordo com o caráter científico da história (...) como um velho escritor já chama, colocando suas aparências vitais em consideração, que aqueles, dos quais as ciências exatas são análogas. Mas o que é ocasionalmente realizado por outros - por exemplo, na fórmula do crescimento natural - uma concepção mista, ou muito inadequada, apenas metafórica do orgânico, o que é realizado por outros - assim desenvolvido por Comte na atraente "filosofia positiva" - é especulativo, compromete-se a justificar Buckle numa declaração histórica abrangente.⁵⁶⁸

⁵⁶⁶ CALDAS. O que significa pensar historicamente. 2004. pp. 23-25.

⁵⁶⁷ Segundo Bentivoglio, Droysen toma de empréstimo a expressão “física do mundo” de um texto de Wilhelm von Humboldt, *Betrachtungen über die bewegenden ursachen der weltgeschichte em gesammelte schriften* (Reflexões sobre as causas em movimento da história do mundo em escritos coletados), escrito em 1818. Contudo, essa expressão se encontra no subtítulo do livro de Alexander von Humboldt, irmão do autor indicado, cuja obra-prima citada por Droysen chama-se “Cosmos: ensaio de uma descrição física do mundo”, publicado originalmente entre 1845 e 1862. Seja como for, Droysen apenas cita essa expressão para depois refutá-la. Ver na versão castelhana: DROYSEN. *Histórica*. 1983. p. 236.

⁵⁶⁸ “Buckle ist nicht der erste, welcher den Versuch gemacht hat, dem un wissenschaftlichen charakter der geschichte (...) wie schon ein alter Schriftsteller sie nennt, dadurch beizukommen, daß ihre vitalen Erscheinungen unter Gesichtspunkte gestellt, werden, welche denen, von welchen die exakten Wissenschaften ausgehen, analog sind. Aber was von anderen – etwa in der Formel des Naturwüchsigens – gelegentlich ein gemengt, oder in der sehr unzulänglichen, nur metaphorischen Vorstellung des Organischen durchgeführt, was von anderen – so von Comte in der anziehenden ‘Philosophie Positive’ – spekulative entwickelt ist, unternimmt Buckle in einer umfassenden historischen Darlegung zu begründen”. DROYSEN. *Historik*. Vol. 1. 1977. p. 452.

Mesmo Ranke discordava que esse tipo de *objetividade* pudesse ser aplicada à História, ainda que nesse ponto sua visão fosse distinta da de Droysen. Olhados de perto e com atenção perceber-se o quanto é frágil a argumentação daqueles que fazem crer que toda forma de objetividade proposta pela historiografia oitocentista é uma “tentação positivista”.

Quarto, é notória a crítica de Droysen a Gervinus, a quem considerava que tinha reduzido o problema da exposição do texto histórico apenas a uma questão “poética”. Embora reconheça os méritos da reflexão de Gervinus e a conveniência da palavra por ele utilizada, Droysen considera que seu interlocutor não havia tratado devidamente das questões teóricas que orientavam a construção do texto historiográfico, deslocando completamente essa etapa da pesquisa histórica (que Droysen denominou de *Tópica*) das fases anteriores – a *Metódica* e a *Sistemática* – responsáveis por dá conta da fundamentação metodológica e justificação teórica do saber histórico produzido, respectivamente.

Ao comentar a formulação da expressão *Historik* utilizada por Gervinus, Droysen evidencia sua discordância em relação a esse autor:

Ele [Gervinus] precisa do nome *Historik* em seu bem conhecido esboço e acha que encontrou o essencial quando ele dá certas regras sobre como escrever história. Se o propósito dos nossos estudos fosse escrever livros históricos, seria melhor para nós que os abandonasse.⁵⁶⁹

Dito de outro modo, Droysen não queria apenas escrever um livro que ensinasse a escrever livros de história. O seu projeto era mais ambicioso: ele buscava fundamentar teórica e metodologicamente a História.⁵⁷⁰

Por fim, em *quinto* lugar, se Droysen considerou inicialmente a Humboldt como o Bacon das ciências históricas, chamou para si a tarefa de escrever a *Órganon* que faltava para a ciência nascente, com a finalidade de fundamentar o pensamento e a pesquisa histórica. Estava assim desenhado o seu plano para a elaboração do seu *Grundriss der Historik*.

⁵⁶⁹ Er braucht in seinem bekannten Grundriss dafür den Namen Historik und meint das Wesentliche gefunden zu haben, wenn er gewisse Regeln angibt, wie man Geschichte schreiben müsse. Wäre der Zweck unsere Studien, geschichtliche Bücher zu schreiben, so wäre es besser, wir gäben sie auf. DROYSEN. *Historik*. Vol. 1. 1977. p. 44.

⁵⁷⁰ FREITAS. *Uma introdução ao método histórico (1870-1930)*. 2020. pp. pp. 44-55.65-83. 87-95.

Em seu estudo profundo, analisando 50 “manuais” escritos entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX em 17 países, Itamar Freitas divide os textos segundo intenções dos autores em três tipos. Em *primeiro* lugar estão aqueles que pretendiam “informar”, ou seja, textos propedêuticos que apresentam a Historiografia para os leitores e comentam as obras de outros autores. Eram textos introdutórios e com pretensões menos ambiciosas. Era o caso de autores como Adolphe Tardif (1824-1890), Wilhem Maurenbrecher (1838-1932), Affonso Taunay (1876-1958), Alfred Feder (1882-1927), Ernesto Quesada (1858-1934) e Marc Bloch (1886-1944), entre outros. Em *segundo*, os textos que buscavam “instruir”, que foram escritos em ambiente universitário, como resultados de atividades acadêmicas e que tinham como finalidade ensinar os jovens pesquisadores a produzir seus próprios trabalhos. Nessa configuração surgiram trabalhos como os de Frank Foster (1851-1935), Kristian Erslev (1852-1930), John Martins Vicent (1857-1939), Fred Fling (1860-1934), Henry Jhonson (1867-1953). Textos como os de Bernheim, Langlois e Seignobos também estão nessa segunda classificação. No *terceiro* tipo de escritos encontram-se aqueles que buscavam “demonstrar”, ou seja, que iam além de informar e instruir porque tratavam de questões eminentemente teóricas (e não apenas metodológicas) e buscavam postular uma Filosofia ou Teoria das Ciências Históricas. São colocados nesse rol, autores como o alemão Johann Droysen (1808-1884), o italiano Pasquale Villari (1826-1917), o chileno Valentín Letelier (1852-1919), o francês Henri Berr (1863-1954) e o brasileiro João Ribeiro (1864-1934), apenas para citar alguns.

É importante mencionar que Freitas ressalta o fato de que uma característica ou outra não são excludentes na obra desses autores. Cita, por exemplo, Bernheim que transita entre o *instruir* e o *demonstrar*. Diríamos que, nas várias edições da *Historik*, é possível notar as três finalidades. O texto de Droysen começa a ser inscrito em 1857 para instruir; ganha novos contornos nas edições seguintes, com acréscimos e comentários, passando também a informar; e nas edições posteriores, sobretudo, nas edições críticas póstumas que reúne todo o material teórico produzido pelo autor sobressai o interesse crescente por *demonstrar* que a História é uma ciência com objeto, método e teoria próprios.⁵⁷¹

Tomando a tese do autor como válida – de que não havia um método histórico e sim métodos de pesquisa histórica –, podemos concluir a partir da análise de Freitas,

⁵⁷¹ FREITAS. *Uma introdução ao método histórico (1870-1930)*. 2020. pp. pp. 44-55.65-83. 87-95.

que dentre os 50 autores que ele analisou – a despeito das inúmeras discordâncias – há um consenso: o fato de que a formulação de um método é um dos elementos centrais na legitimação da História como Ciência e um meio para de encaminhar soluções possíveis ao problema da subjetividade e objetividade do saber histórico. Essa é também a questão central na obra de Droysen. E é sobre isso que nos deteremos nesses próximos parágrafos.

6.1 – O Método Histórico e o problema da objetividade na História.

O debate acerca da objetividade histórica figura entre aqueles que nunca se esgotam nem cessam de suscitar novas questões que enriquecem as discussões historiográficas. Desde os tempos antigos o problema de o quanto o relato histórico consegue representar – “objetivamente” – a coisa representada perpassou às reflexões de tantos quantos dele se ocuparam, como Tucídides, Cícero e Tácito, apenas para citar os mais lembrados na Antiguidade.⁵⁷² Já no século XIX, momento em que os historiadores se preocuparam em estabelecer com maior precisão os critérios de cientificidade que norteariam a História como um saber acadêmico, tal problemática se estabeleceu de modo ainda mais imperativo nas reflexões de autores como Ranke, Gervinus e Droysen, entre muitos outros e para ficarmos aqui apenas em alguns nomes da tradição alemã.⁵⁷³

Nos limites desse texto, buscaremos apontar como Droysen tomou parte nesse debate e contribuiu para a construção da objetividade histórica. Buscaremos discutir de que forma o autor apontou para possibilidades de uma prática historiográfica que, partindo de uma reflexão teórica, não reduzisse na prática, a complexidade de um

⁵⁷² Argumentos muito interessantes podem ser encontrados em, HARTOG, François. *Evidências da História*. O que os historiadores veem; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção História e Historiografia, vol 5). Especialmente a primeira parte “Ver na Antiguidade”; também, DOSSE, François. *A História*; tradução Maria Elena Ortiz. Bauru, SP: EDUSC, 2003. Particularmente os capítulos 01 (O historiador: um mestre de verdade) e 03 (O relato).

⁵⁷³ Para um debate mais amplo, ver: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de História*. O Caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010. MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Rio de Janeiro-RJ: FGV, 2013; BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. *A Constituição da História Como Ciência - de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013; PARADA, Maurício (org.) *Os historiadores: clássicos da história*, vol.2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2013.

conceito com múltiplas “camadas de significado” adquiridas ao longo de séculos e presentes no jargão filosófico e científico que faz uso do termo.⁵⁷⁴

Embora tenha apresentado sua discussão na segunda metade do século XIX – e a menção é necessária para melhor situarmos o pensamento do autor – boa parte das teses de Droysen, apresentadas em seu *Grundriss der Historik* sobre o tema da objetividade, parecem-nos bastante atuais e condizentes com o debate posto sobre objetividade histórica nos dias correntes. Se tomarmos comparativamente algumas das suas asserções com outras produzidas pelo debate historiográfico atual, como àquelas propostas pelo historiador norte-americano Thomas Haskell (1939-2017), por exemplo, perceberemos muitas similaridades. Antes de tratarmos diretamente dos argumentos de Droysen, acompanhemos um pouco desse debate mais recente sobre o problema aqui colocado.

De fato, a própria afirmativa que dá nome ao trabalho de Haskell nos faz lembrar algumas das declarações de Droysen. Poderia muito bem ter sido o historiador oitocentista a ter dito que “objetividade não é neutralidade!”. De igual modo, parece-nos bastante plausível que o autor da *Historik* estaria em pleno acordo com a negação de seu colega sobre a ideia de que “os fatos falem por si só” ou que a “neutralidade política” – pretendida, ainda que insustentável – representasse de alguma maneira um tipo qualquer de virtude.⁵⁷⁵

O contexto em que Haskell escreveu suas considerações, nas décadas de 1980 e 1990, é revelador dos caminhos que esse debate havia assumido, sobretudo, entre os historiadores de língua inglesa. A questão da objetividade foi alvo constante das críticas desferida por autores ligados às tendências historiográficas pós-moderna, pós-estruturalista ou alguma outra com ênfase marcadamente relativista. Dentre outros destaquemos Peter Novick (1934-2012), autor de um livro cujo intuito principal era o de criticar a ideia de objetividade histórica.⁵⁷⁶ Thomas Haskell, por sua vez, dedicou uma série de críticas ao livro de Novick que podem ser resumidas no argumento segundo o qual, aparentemente, o autor de *Aquele Nobre Sonho* não se deu conta de que, pelo menos entre os historiadores profissionais, o termo “objetividade” há muito havia

⁵⁷⁴ A expressão destacada foi usada por Koselleck, para quem “a retrospectiva diacrônica [na história dos conceitos] pode dar acesso a camadas de significado que permanecem encobertas no uso espontâneo da língua.” KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos; Tradução Wilma Maas e Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUC: Contraponto, 2006. p. 115.

⁵⁷⁵ HASKELL, Thomas, “Objectivity Is Not Neutrality” [1990], in: Haskell, Objectivity Is Not Neutrality. Explanatory Schemes in History (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000): 145-174.

⁵⁷⁶ O livro de Novick tem tradução para o português. NOVICK, Peter. *Aquele Nobre Sonho: A “Questão da Objetividade” e a Profissão Histórica Americana*: Cambridge University Press, 2007. [1988].

perdido a sua vinculação estrita com “ausência de paixão”, “indiferença” e “neutralidade”. Haskell segue argumentando que:

Da mesma forma, ao fazer do desapego um critério vital de pensamento objetivo, não precisamos cometer o erro ainda maior de confundir objetividade com neutralidade [...] Não vejo nada para admirar na neutralidade. Minha concepção de objetividade (que acredito ser amplamente, ainda que tacitamente, compartilhada pelos historiadores de hoje) é compatível com um forte compromisso político.⁵⁷⁷

Como observou Arthur Assis, objetividade para Haskell tem a ver com autocontrole, com empurrar o eu do inquiridor para fora do centro do inquérito, e com a capacidade de, provisoriamente, equilibrar a própria perspectiva e tentar imaginar como os outros pensariam sobre a mesma questão.⁵⁷⁸ De todo modo, a noção de objetividade em Haskell é plenamente “compatível com um forte compromisso político”, como o próprio autor fez notar. Disso resulta que ela jamais deve ser entendida como sinônimo de neutralidade.

É exatamente nesse ponto, segundo nos parece, que as ideias de Haskell mais se aproximam e refletem na contemporaneidade algumas das reflexões que foram pioneiramente encaminhadas por Droysen; ainda que este preferisse usar o termo “imparcialidade”, ao invés de “neutralidade”, como mais adiante faremos notar.

Torna-se pertinente ainda observar que, embora não seja a centralidade do debate, a análise de Haskell evidencia algo que é frequentemente negligenciado pela maioria dos autores, a saber, o fato de que a própria palavra “objetividade” tem uma historicidade que precisa ser explicitada para evitar confusões no seu uso. Nos dizeres de Lorraine Daston, são poucos os estudos que “entretêm seriamente a hipótese de que a objetividade possa ter uma história em andamento intimamente ligada com a história das práticas e dos ideais científicos”.⁵⁷⁹ Quando a historicidade dos conceitos empregados no debate historiográfico não é objeto da preocupação cai-se facilmente no equívoco de essencializar algo que é por excelência uma construção histórica.

⁵⁷⁷ “Likewise, in making detachment a vital criterion of objective thinking, we need not make the still greater error of confusing objectivity with neutrality.... I see nothing to admire in neutrality. My conception of objectivity (which I believe is widely, if tacitly, shared by historians today) is compatible with strong political commitment”. HASKELL, Objectivity Is Not Neutrality. 2000. p. 150.

⁵⁷⁸ ASSIS, Arthur Alfaix. Objectivity and the First Law of History Writing, *Journal of the Philosophy of History*, 13, 1 (2019): 126.

⁵⁷⁹ DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. Tradução: Derley Menezes Alves e Francine Iegelski (Org. Tiago Santos Almeida). São Paulo: Editora Liber Ars, 2017. p. 16.

Seguiremos aqui algumas das considerações de Daston porque consideramos não só fecunda a sua análise como importante para melhor situarmos a posição que Droysen assumiu no século XIX, nessa construção histórica da ideia de objetividade. A autora discute as várias “camadas conceituais” que o termo foi agregando ao longo da história, definidas como acepção ontológica, epistemológica e mecânica, até chegar à centralidade da sua argumentação que tem como objetivo definir a “objetividade aperspectivística” e sua incorporação, nas ciências naturais, como modelo ideal de cientificidade no século XIX.

A autora argumenta que “subjetivo” e “objetivo” são termos oriundos da Filosofia Escolástica, com tendência ontológica, e que nessa linha de pensamento eram vistos de modo oposto ao sentido que lhe damos atualmente. O termo objetivo referia-se exatamente às coisas do pensamento e não as coisas do mundo externo. Este sentido ontológico, segundo a autora, estaria ainda presente em autores como Descartes, Berkeley e Crusius. Mesmo em Kant as “validades objetivas” diziam respeito não aos objetos externos, mas, a categorias relacionais como, tempo, espaço e causalidade. Foi somente com o filósofo e teólogo inglês Samuel Taylor Coleridge (1772-1834), segundo sua interpretação particular da obra de Kant, que objetivo (natureza) e subjetivo (inteligência) passaram a ser entendido não só como termos opostos, mas, também adquiriram o sentido que habitualmente lhes conferimos.⁵⁸⁰

Ainda sobre o percurso da objetividade na passagem do século XVIII para o XIX, Daston propõe três argumentos que merecem algumas considerações: *primeiro* que objetividade dizia respeito à ontologia e somente depois de Kant ganhou algum sentido epistemológico, embora ainda não tivesse relação com distanciamento emocional, controle de julgamento, método ou confiabilidade empírica; *segundo*, o seu correspondente, a subjetividade, ainda não recebera as críticas que viria a receber, quase sempre em virtude do seu caráter intuitivo; *terceiro*, a metáfora da perspectividade que permeia a discussão sobre objetividade ainda não estava dada naquele contexto.⁵⁸¹

A *primeira* assertiva de Daston nos lembra de que, a passagem do sentido ontológico para uma acepção epistemológica da noção de objetividade, está relacionada à formação do *ethos* profissional nas ciências do século XIX. E segundo Arthur Assis, falando no caso específico dos historiadores, se entendermos objetividade histórica não apenas como uma questão de métodos e raciocínios, mas, também como uma obrigação

⁵⁸⁰ DASTON. *Historicidade e objetividade*. 2017. pp. 19-21.

⁵⁸¹ DASTON. *Historicidade e objetividade*. 2017. pp. 21-22.

moral de falar a verdade, ela nos permite pensar na “intersecção entre ética e epistemologia”.⁵⁸² Partindo dos argumentos de Lorraine Daston e Peter Galison, Assis conclui que:

esta orientação geral [a que relaciona ética e epistemologia] pode nos ajudar a formar não apenas uma abordagem teórica viável para a objetividade histórica, mas também, e talvez mais importante, uma perspectiva a partir da qual poderemos escrever sua história”.⁵⁸³

É nesse contexto de formação do ethos profissional do historiador que devemos inserir as reflexões de Droysen sobre objetividade histórica.⁵⁸⁴

A *segunda* assertiva nos remete diretamente aos comentários de Heskell à crítica de Novick ao conceito de objetividade. A subjetividade ocupou lugar central nas discussões em torno de como o texto historiográfico dá vazão aos resultados da pesquisa histórica ao longo de toda a segunda metade do século XX.⁵⁸⁵ Se é verdade a afirmativa de Daston que, na passagem do século XVIII para o XIX, a subjetividade ainda não ocupara lugar central no debate historiográfico, tanto quanto o seu par complementar, a objetividade, é possível dizer, que, na segunda metade do XIX, pelo menos Droysen deu algum encaminhamento a essa questão. Ele nos diz que o historiador deve ter a coragem de confessar as suas limitações, porque o limitado, o particular é muito mais rico do que o geral. E afirma de modo mais categoricamente ainda: “a imparcialidade objetiva, como Wachsmuth recomenda em sua história, é desumana”.⁵⁸⁶

⁵⁸² ASSIS, Arthur. Objectivity and the First Law of History Writing. *Journal of the Philosophy of History*, 13, 1 (2019): 107-128. 2019. p. 122

⁵⁸³ This general orientation can help us form not only a viable theoretical approach to historical objectivity, but also, and perhaps more importantly, a perspective from which to write its history. ASSIS. “Objectivity and the First Law of History Writing”. 2019. p. 122. O texto que Arthur Assis utiliza para construir seus argumentos é Lorraine Daston and Peter Galison, *Objectivity* (New York: Zone Books, 2007), sem tradução para o português.

⁵⁸⁴ Recordemos o argumento de Renata Sammer, com o qual concordamos, de que a *Historik* de Droysen chama para si a tarefa de fundar, inspirada na ética aristotélica e com as devidas ressalvas, uma “ética historista”. Diz a autora que “A ética historista de Droysen busca a formação ética do indivíduo, i.e., prepará-lo para as deliberações (éticas) que virá a enfrentar, mas, ainda, a ética droyseana contribui para a formação ética da humanidade. Não há história sem a liberdade de ação, logo não há de haver leis abstratas ou sistemas orgânicos que retirem do homem sua vontade, sua liberdade e sua responsabilidade se quisermos, como o quis Droysen, fazer da historiografia uma ética”. SAMMER. *A Ética Historista de Johann Gustav Droysen*. 2012. P. 55

⁵⁸⁵ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4ª ed., Brasília: Editora UNB, 2008 [1971]; WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*; tradução José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992 [1973]; CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*; tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. [1985]; WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*; tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994 [1978].

⁵⁸⁶ “Der Historiker muß den Mut haben, solche Beschränkungen zu bekennen, denn das Beschränkte und Besondere ist mehr und reicher als das Allgemeine. Die objektive Unparteilichkeit, wie sie z. B

Notemos que o autor recusa a “imparcialidade histórica” (*die objektive Unparteilichkeit*), já no século XIX, refutando o sentido de objetividade proposto por Wilhelm Wachsmuth (1784-1866).⁵⁸⁷ Essa postura era entendida por Droysen como uma tentativa de esconder “limitações”, ou seja, as parciaisidades do historiador que escreve a partir de um lugar, um tempo, que mantem certas visões de mundo, sejam elas filosóficas, políticas, religiosas ou de outra natureza. Em outras palavras, os aspectos subjetivos que permeiam “o lugar de produção” do texto historiográfico, para evocar aqui uma expressão mais contemporânea.⁵⁸⁸

A terceira assertiva de Daston, àquela sobre a inexistência da “metáfora perspectivística” como uma das camadas de significado da objetividade na passagem do século XVIII para o XIX, esta merece algum reparo.⁵⁸⁹ Sem dúvida, a metáfora já havia sido colocada por Johann Christoph Gatterer (1727-1799) em seu livro *Abhandlung von Standort und Gesichtspunct des Geschichtsschreibers* (1768).⁵⁹⁰ Antes mesmo de Gatterer, aquele que pode ser considerado o autor da expressão no sentido que ela adquiriu no debate histórico, Chladenius em seu *Allgemeine Geschichtswissenschaft*, publicado em 1752, já havia formulado tal pressuposto epistemológico.⁵⁹¹

Nesta obra, a questão do “ponto de vista” é apresentada por Chladenius como fundamental para entendermos a maneira como os historiadores abordam seus temas e constroem seus argumentos. No capítulo dedicado aos “espectadores e o ponto de vista”, o autor não apenas expõe o problema como estabelece uma conceituação que

Wachsmuth in seiner Historik empfiehlt, ist unmenschlich. Menschlich ist es vielmehr, parteilich zu sein”. DROYSEN. *Historik*. Vol. 1. 1977. p. 235.

⁵⁸⁷ Ernst Wilhelm Gottlieb Wachsmuth, Teólogo e Filósofo alemão, formado pela Universidade de Halle (1803-1806), tendo sido professor de Filosofia Clássica na Universidade de Kiel (1820 a 1826) e História da Filosofia na Universidade de Leipzig (1826 a 1865). Com esse currículo é pouco provável que Wachsmuth desconhecesse os vários sentidos da palavra objetividade, mas, tudo indica que ele optou por seguir o caminho da “objetividade aperspectivística”, que, como diz Lorraine Daston, é a marca do ideal de cientificidade do século XIX. Apesar das divergências, assim como Droysen, Wachsmuth escreveu também sobre a Antiguidade Helenística, sobre História Política na Alemanha e sobre Teoria da História. É de sua autoria um *Entwurf einer Theorie der Geschichte*, datado de 1820. É a esse texto que Droysen volta suas críticas no seu *Grundriss de Historik*.

⁵⁸⁸ “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”. CERTEAU. *A Escrita da história*. 2011. p. 47.

⁵⁸⁹ A autora diz que René Descartes (1596-1650) e Gottfried Wilhelm Leibniz (1646 -1716) eram exceções, ainda assim, no caso do primeiro, como alguém que teria transitado por uma concepção aperspectivística de objetividade.

⁵⁹⁰ *Ensaio sobre a localização geográfica e o ponto de vista do historiador*. O livro de Gatterer ainda não tem edição em língua portuguesa.

⁵⁹¹ O livro de Chladenius foi traduzido no Brasil como *Princípios Gerais da Ciência Histórica: exposição dos elementos básicos para uma nova visão sobre todos os tipos de saberes*, tradução Sara Baldus. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

perfaz as várias possibilidades de uso da metáfora da perspectiva e suas implicações na análise histórica. Diz o autor que:

Já que o ponto de vista dever ser considerado com tão grande abrangência, de acordo com as variadas constituições dos objetos e dos espectadores, é adequado incluímos todos esses conceitos sob um conceito geral, isto é, o ponto de vista, que é o estado interior e exterior de um espectador, do qual emana uma determinada e específica forma de visualizar e considerar as coisas que se lhe apresentam. Este é um conceito que se encontra no mesmo nível dos conceitos mais importantes de toda filosofia, mas ainda hoje não estamos habituados a utilizar, exceto naqueles pontos em que Leibniz já aplicou aqui e ali na metafísica e na psicologia. Para o conhecimento histórico, praticamente tudo isso é relevante.⁵⁹²

É importante notar que ao relacionar num único conceito “o estado interior e exterior de um espectador” Chladenius se situa em uma forma de objetividade de tipo ontológico, segundo definição de Lorraine Daston. Isto porque, ao tempo do autor, não havia sido produzida a cisão entre “subjetivo” e “objetivo”, nem a associação desses termos à realidade interior e exterior, respectivamente. Esse aspecto é importante para entendermos como se deu a apropriação epistemológica do *ponto de vista* na abordagem histórica de Droysen e consequentemente na sua definição de objetividade.

Há um intervalo de mais de cem anos entre o texto de Chladenius e às reflexões de Droysen e entre um e outro temos Gatterer que foi quem colocou a questão do ponto de vista no debate historiográfico. Segundo acreditamos foi a partir de Gatterer que Droysen chegou à metáfora formulada por Chladenius. E foi relacionando essas referências e cruzando com a leitura dos textos de Leibniz que Droysen pode utilizá-la como um dos pressupostos epistemológicos da Ciência da História, a qual o autor da *Historik* agregou ao seu conceito de objetividade a questão do “ponto de vista” como um elemento fundamental. É neste contexto e nesse sentido que devemos entender a sua recusa à noção de objetividade como algo semelhante à neutralidade ou mesmo imparcialidade. Numa formulação irônica e contundente, já antes lembrada, mas, agora retirada do texto em alemão, Droysen adverte seus opositores:

Agradeço-vos por este tipo de objetividade de eunucos, e se a imparcialidade histórica e a verdade consistem neste tipo de consideração das coisas, então, os melhores historiadores são os piores e os piores, os melhores. Não quero ter mais, mas também não menos,

⁵⁹² CHLADENIUS. *Princípios Gerais da Ciência Histórica*. 2013. p. 113.

do que a verdade relativa da minha posição, como a minha pátria, a minha religião, a minha convicção política, o meu tempo permitiu-me.⁵⁹³

Em suas reflexões, Droysen empregou diversas vezes expressões como *Gesichtspunkt* (ponto de vista), *Standpunkt* (posição) e *Perspektive* (perspectiva), todas elas remetendo à metáfora encaminhada por Chladenius e Gatterer e usadas pelo autor da *Historik* como um elogio contra a imparcialidade (*Unparteilichkeit*) e ao o ponto de vista universal (*Allerweltsstandpunkt*). Este último considerado por ele como uma forma infeliz de “ver” as coisas, porque dissimulava o “olhar individual” num modo de “ver de todos”.

Desse modo, para Droysen, quanto mais os historiadores renunciassem a pretensão de “imparcialidade histórica”, quanto mais assumissem “a verdade relativa do seu ponto de vista”, melhores seriam.

É nesse sentido que dissemos que Droysen colocou de antemão o ponto central da discussão encaminhada por Thomas Heskell. Contrariando Wachsmuth e antecipando as críticas de Novick, em Droysen, a objetividade histórica tem relação direta com a subjetividade do historiador. Nesse ponto ele também se manteve fiel ao pressuposto de Chladenius que não antagonizou os termos dessa relação.

As divergências entre Droysen e Wachsmuth, por outro lado, validam o argumento de Lorraine Daston para quem não havia consenso entre os historiadores do século XIX sobre “os significados de imparcialidade ou de objetividade, muito menos sobre as relações entre as duas”. A autora vai além e considera a posição de Droysen particularmente instrutiva:

pois ele defendeu a objetividade histórica ao mesmo tempo em que rejeitava, por um lado, o positivismo histórico à lá Henry Herbert Buckle (que buscou leis determinísticas da história baseado em dados estatísticos) e, por outro, o romance histórico à lá Macaulay e Michelet. Droysen descartou o culto dos “fatos puros” como superstição, a busca de leis na história como erro de julgamento e a fé de que a história pode acessar verdades não-mediadas sobre o passado como criminosamente ingênua.⁵⁹⁴

⁵⁹³ Ich danke für diese Art von eunuchischer Objektivität, und wenn die historische Unparteilichkeit und Wahrheit in dieser Art von Betrachtung der Dinge besteht, so sind die besten Historiker die schlechtesten und die schlechtesten die besten. Ich will nicht mehr, aber auch nicht weniger zu haben scheinen als die relative Wahrheit meines Standpunktes, wie mein Vaterland, meine religiöse, meine politische Überzeugung, meine Zeit mir zu haben gestattet. DROYSEN. *Historik* (vol. 1). 1977. p. 236.

⁵⁹⁴ DASTON. Historicidade e objetividade. 2017. pp. 19-21.

A compreensão que Daston apresenta do conceito de objetividade de Droysen nos parece bastante interessante até certo ponto. Contudo, tendemos a concordar com a observação de Arthur Assis quando este afirma que a autora enfatiza demais a oposição entre a “nova objetividade” e a “velha imparcialidade” e apresenta as “técnicas da crítica histórica” como o elemento principal da objetividade histórica.⁵⁹⁵ A crítica de Assis pode ser localizada nos argumentos de Daston para quem “a objetividade histórica repousa sobre os métodos da crítica histórica” o que, segundo a autora, torna mais “fácil compreender como historiadores politicamente engajados como Sybel e Treitschke puderam simultaneamente rejeitar a imparcialidade e afirmar a objetividade”.⁵⁹⁶ Assis contrapõe esse argumento apresentando o caso de Leopold von Ranke como exemplo de historiador que conciliou o novo ideal de objetividade, surgido no contexto das ciências naturais do século XIX, com o ethos tradicional da imparcialidade formulado desde Cícero.⁵⁹⁷ Portanto, um exemplo de composição entre velha imparcialidade e nova objetividade que nos permite pensar que as “camadas de significados” nem sempre se excluem, mas, podem ser reunidas, reajustadas e assim produzir novas interações.

A observação de Arthur Assis coincide ainda com o argumento de Katherina Kinzel, ao sugerir que, embora Ranke relacionasse diretamente objetividade à imparcialidade, para ele esta questão não se resumia ao aspecto metodológico, mas, estava relacionado a um processo indutivo que começava com a crítica das fontes. Porém, Ranke concebia a crítica à fonte como apenas o primeiro passo em um processo mais amplo de reconstrução e representação histórica.⁵⁹⁸

Como se ver, pelos argumentos de Daston, Assis e Kinzel que buscamos reunir aqui e relacionar à réplica que Heskell escreveu ao livro de Novick, a questão da objetividade, mesmo na obra de um autor – como estamos aqui a pensar a partir do texto de Droysen – não é tarefa das mais simples, porque envolve inúmeros outros autores com visões aproximadas, porém, ao mesmo tempo cada um apontando questões sutis que não podem ser desconsideradas, sob pena de escamotearmos e simplificarmos seus argumentos.

Ora, se for verdadeiro o raciocínio de Daston – e acreditamos que seja – segundo o qual não há concordância entre os historiadores do século XIX sobre os significados

⁵⁹⁵ ASSIS. Objectivity and the First Law of History Writing. 2019. p. 124

⁵⁹⁶ DASTON. Historicidade e objetividade. 2017. p. 135.

⁵⁹⁷ ASSIS. Objectivity and the First Law of History Writing. 2019. p. 123

⁵⁹⁸ KINZEL, Katherina, Method and Meaning. Ranke and Droysen on the Historian’s Disciplinary Ethos, History and Theory, 59, 1, 2020. p. 27.

de imparcialidade e objetividade também não há caminho fácil para a sua compreensão. Daí que a perspectiva de Assis nos parece mais eficiente, a de assumirmos que “no decurso do século XIX, a noção de objetividade histórica absorveu boa parte dos conteúdos e funções anteriormente ligados à imparcialidade”.⁵⁹⁹ Essa nos parece a abordagem mais adequada para pensarmos como Droysen lidou com essa questão.

O argumento de Arthur Assis parte do suposto de que a objetividade histórica aponta não apenas para a questão epistemológica, mas, também para a ética profissional. O que torna a condenação da mentira uma exigência e estabelece um consenso entre os historiadores quanto à sinceridade admitida como norma mínima e indiscutível da escrita da história.⁶⁰⁰ Este é o ponto fulcral por onde podemos compreender melhor a maneira como Droysen elaborou e propôs a sua definição de objetividade.

Em *primeiro* lugar vimos como Droysen considerou desumana – impraticável – a objetividade segunda a proposta de Wachsmuth, porque não autorizava o historiador falar como homem do seu tempo, consciente de sua parcialidade. A proposta droyseniana defende exatamente o inverso.

Em *segundo* lugar, em relação a Ranke, as divergências de Droysen são mais complexas. Ambos mantiveram também inúmeras aproximações, como: a recusa à noção ciceroniana de *Historia Magistra Vitae*⁶⁰¹; substituíram essa função moralizante da história por uma visão pragmática de política⁶⁰²; ambos se distanciaram das abstrações filosóficas, mas, mantiveram convicções teológicas de que em última análise a história segue um plano metafísico inatingível pela consciência humana; postulavam que a compreensão da história universal é possibilitada pela observação particular. No entanto, Droysen rejeitava o princípio da imparcialidade metodológica e política de Ranke. Droysen refutava ainda a noção de fonte e fato histórico de Ranke, portanto, contrariando Daston, na *Historik*, não há uma aposta num tipo de objetividade assegurada tão somente pelas técnicas da crítica histórica.⁶⁰³

O cerne dessa divergência entre Droysen e Ranke parece está naquilo que José D’Assunção Barros apontou, ao sinalizar para o fato de que Ranke notava a relatividade

⁵⁹⁹ ASSIS. Objectivity and the First Law of History Writing. 2019. p. 124

⁶⁰⁰ ASSIS. Objectivity and the First Law of History Writing. 2019. p. 107.

⁶⁰¹ BOUTON, Christophe, Learning from History. The Transformations of the topos *historia magistra vitae* in Modernity, *Journal of the Philosophy of History*, 13, 2 (2019): 183-215.

⁶⁰² No caso de Droysen, tal postulado se orienta pela concepção de Políbio de que o estudo da história está a serviço da formação para a vida política. BOUTON. *Learning from History*. 2019. pp. 09-10. 18.

⁶⁰³ KINZEL. *Method and Meaning*. 2020. p. 32.

apenas nas fontes históricas, enquanto o historiador continuava sendo objetivo. Droysen, por sua vez, acentuava a relatividade das fontes, estendendo-a também ao historiador e à construção do fato histórico.⁶⁰⁴ Nas palavras do próprio Droysen, a objetividade:

não se deve ao fato de que o narrador é indiferente à questão, menos ainda ao fato de que ele deixa expressar o que as coisas contêm objetivamente: pelo contrário, as coisas em si não falam, sem que nós as deixemos falar, e no mais objetivo; em outras palavras, a forma mais factual de apresentação, a coloração subjetiva mais forte só pode ser a mais confiável; como Tácito e em nosso tempo Dahlmann [...]. Lá, é claro, apesar de toda forma objetiva, sente-se o quadro subjetivo; mas mesmo o narrador mais indiferente não é mais objetivo, porque ele é enfadonho, ele faz as pessoas e as coisas aparecerem como ele tem visto e ouvido, ele escolhe, a partir da abundância do material, apenas o que lhe parecia apropriado e pertinente para o seu ponto de vista. E é tão importante, que é precisamente na apresentação narrativa, que é sempre subjetiva sob aparências objetivas, que o intérprete confessa claramente e determina o seu ponto de vista, os seus pensamentos.⁶⁰⁵

Desse modo, podemos concluir, concordando com a inferência de Daston e aplicando-a a Droysen, percebemos que este reuniu diversas camadas de significados na sua definição de objetividade. Ele concordaria facilmente com Cícero quanto à questão do compromisso ético de dizer a verdade, ainda que refutasse a sua função moralizante de *História como Mestra da Vida*. A função da história para a formação política, apontada por Políbio, e a subjetividade contida no relato histórico, sinalizada por Tácito, estas pareciam a Droysen bem mais prudentes e aceitáveis.

Torna-se explícita também a discordância de Droysen em assumir uma postura de “narrador indiferente”, como queria Wachsmuth, e de “narrar as coisas objetivamente”, da maneira como Ranke pretendia. Nesse ponto, concordamos com Katherina Kinzel quando afirma que Droysen se aproxima muito mais de Wilhelm von

⁶⁰⁴ BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*, vol. 02: Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.p. 117.

⁶⁰⁵ ist nicht etwa darin begründet, daß sich der Erzähler gleichgültig gegen die Sache verhält, noch weniger darin, daß er das, was die Sachen objektive enthalten, sich von selbst aussprechen läßt: im Gegenteil, die Sachen selbst sprechen nicht, sondern wir lassen sie sprechen, und in der objektivsten, d.h. sachlichsten. Weise der Darstellung kann sich die stärkste subjektive Färbung nur um so sicherer darstellen, wie denn Tacitus und in unserer Zeit Dahlmann [...]. Da freilich fühlt man trotz aller objektiven Form die subjektive Fassung; aber auch der teilnahmsloseste Erzähler ist nicht darum objektiver, weil er langweiliger ist, er läßt die Personen und Sachen so erscheinen, wie er sie gesehen und gehört, er wählt aus der Fülle des Materials eben nur das, was ihm angemessen und für seinen Standpunkt der Betrachtung sachgemäß schien. Und eben darum ist es gerade in der erzählenden Darstellung, die unter dem objektiven Schein immer subjektiv ist, so wichtig, daß der Darstellende Klar und bestimmt seinen Standpunkt, seinen Gedanken bekennt. DROYSEN. *Historik* (vol. 1). 1977. p. 237. O autor citado por Droysen é Friedrich Christoph Dahlmann (1785-1860), historiador e político alemão, seu colega nos tempos de Parlamento nos idos de 1848.

Humboldt (1767-1835) para quem o método histórico vai além da reconstrução fiel dos fatos.⁶⁰⁶ E que ao descrever os fatos, o historiador não captura a história própria. Ele apenas alcança uma verdade “externa, lateral, aparente”. E para chegar à verdade interior, o historiador precisa proceder como o artista ou o poeta.⁶⁰⁷

De igual modo notamos que o conceito proposto por Chladenius, ao falar em *ponto de vista*, como algo que considera “o estado interior e exterior do espectador” – algo semelhante à proposta de reconstrução do mundo histórico de Humboldt – ganhou a adesão de Droysen e enriqueceu o seu entendimento sobre objetividade histórica. Uma vez que é inevitável, na apresentação narrativa, o intérprete deixar de expor também “o seu ponto de vista, os seus pensamentos”, que o faça de maneira consciente, porque essa é a “a forma mais factual de apresentação”.

De fato, dentre tantas possibilidades de compreensão da objetividade e tantos significados a ela atribuídos, acreditamos que a definição a qual Droysen pode seguramente ser associado é aquela apresentada por Arthur Assis, quando nos diz que:

objetividade é, de fato, uma questão de procedimentos metódicos que orientam o processo de avaliação e interpretação dos materiais do passado com quem geralmente os historiadores lidam. Mas é pelo menos tanto uma questão de disposições morais básicas levando historiadores a escolher decência profissional sobre impropriedade, precisão sobre descuido, justiça sobre injustiça, abertura sobre teimosia, honestidade sobre duplicidade. [...] Além disso, sublinho também que a objetividade, quando considerada como uma mistura de componentes morais e epistêmicos, dificilmente pode ser mantida em oposição à subjetividade.⁶⁰⁸

Não resta dúvida que Droysen professou um tipo de objetividade que não excluía a subjetividade. Para ele, negar a parcialidade/subjetividade é ingenuidade ou dissimulação. Nesse ponto, a assertiva que melhor define a maneira como Droysen entendia a relação entre objetividade e subjetividade foi apresentada por Pedro Caldas, quando define:

⁶⁰⁶ HUMBOLDT, Wilhelm. *Sobre a Tarefa do Historiador* (1821). Apresentação e tradução de Pedro Caldas. In. *História Pensada: Teoria e Método na Historiografia europeia do século XIX*, (Org.) Estevão Martins. São Paulo: Contexto, 2010. p. 87.

⁶⁰⁷ KINZEL. *Method and Meaning*. 2020. p. 28. Notemos que não é por acaso de Droysen utiliza *der Darstellende*, algo semelhante a “artista” ou “intérprete”.

⁶⁰⁸ Objectivity is in fact a matter of methodical procedures that guide the process of assessing and interpreting the materials from the past historians usually deal with. But it is at least as much a matter of basic moral dispositions prompting historians to choose professional decency over impropriety, accuracy over carelessness, fairness over unjustness, openness over bullheadedness, honesty over duplicity. [...] In addition, I also stress that objectivity, when regarded as a mix of moral and epistemic constituents, can hardly be held in opposition to subjectivity. ASSIS. *Objectivity and the First Law of History Writing*. 2019. p. 110-111.

Subjetividade não é arbitrariedade ou capricho, mas lenta e laboriosa construção: por esta razão, ela é resultado da interpretação, e não simples expressão de uma opinião. E só é atingida após as etapas da pesquisa, percorridas de maneira mais ou menos consciente. O resultado, quando atingido (e não é fácil), é a experiência de pensar o próprio pensamento enquanto pensamos o objeto.⁶⁰⁹

Nesse excerto há uma síntese da maneira como Droysen compreendia essa relação imbricada entre objetividade e subjetividade. Droysen defendia categoricamente que a “coloração subjetiva” tornava a exposição histórica mais forte e a mais confiável. Portanto, mais do que ninguém, Droysen produziu “uma mistura de componentes morais e epistêmicos”, que impossibilitou dissociar os dois termos do seu “ponto de vista” das coisas.

Neste sentido, o projeto teórico e metodológico de Droysen sintetizado em sua *Historik* assume como tarefa principal a justificação da História como campo de saber independente, autônomo, capaz de formular hipóteses, conceitos e de apresentar respostas coerentes a problemas concretos, sem desconsiderar a relatividade e sem abrir mão da objetividade deste mesmo conhecimento.

⁶⁰⁹ CALDAS. Johann Gustav Droysen (1808 –1884). 2013. p. 51

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua conhecida trilogia, *Tempo e Narrativa*, o filósofo francês Paul Ricœur evidencia duas das dimensões mais importantes do fazer histórico, contribuindo assim para o debate que estava posto no contexto em que a obra foi lançada, na década de 1980. Segundo o autor, a relação entre tempo e narrativa é construída no momento em que os historiadores – também os literatos – representam os eventos que compõem o enredo da história contada.

Como se sabe, os argumentos de Ricœur sobre esta operação a qual denominou *mimese* são apresentados em três aspectos.⁶¹⁰ Em um *primeiro* momento, o tempo aparece como prefiguração do mundo humano a partir do compartilhamento de sentidos “pré-compreensíveis” entre os sujeitos num dado contexto, transmitida pelo escritor em uma linguagem acessível aos leitores que, por sua vez, dominam os códigos de transmissão dessa mesma linguagem (Mimese I); no *segundo* momento, surge a configuração do mundo humano, em que um autor conecta, pela tessitura da intriga, os elementos dispersos *de* e *em* um dado contexto, ordenando-os e tornando-os inteligíveis aos seus interlocutores (Mimese II); por fim, no *terceiro* momento, procede-se a uma refiguração da experiência do tempo (vivido e narrado) através da leitura do texto efetuada por leitores que podem compreender a obra de um autor e o seu contexto de produção e assim produzirem suas próprias interpretações (Mimese III).

É neste sentido que a hermenêutica histórica de Ricœur, segundo pensamos, nos permite compreender a historicidade da obra teórica do historiador alemão Johann Gustav Droysen, tomando o seu livro *Grundriss der Historik (1857-1882)* como fonte principal. Como forma de encaminharmos essa discussão nas nossas conclusões, comentaremos brevemente alguns dos aspectos prefigurativos da *Historik* e daremos ênfase maior à configuração do mundo histórico, salientando alguns aspectos pontuais da obra teórica de Droysen que merecem ser destacados. No que se refere às considerações refigurativas, ou seja, sobre a recepção e desdobramentos dados pela

⁶¹⁰ Mimese é o termo grego utilizado por Platão e Aristóteles para se referir à representação da realidade através das artes miméticas (pintura, escultura, literatura, teatro, etc.). Ricœur utiliza o termo pelo sentido aristotélico que, diferentemente de Platão, via a representação como algo positivo, não como distorção de algo perfeito existente no mundo das ideias, mas, como simulacro da realidade observada. Assim, para Aristóteles, tanto o poeta quanto o historiador produzem mimese da realidade, sendo que o historiador escreve sobre as coisas que sucederam e o poeta sobre as que poderiam suceder. Portanto, a mimese, seja ela poética ou histórica, não é uma cópia da realidade, mas, uma representação que nos permite contemplá-la indiretamente.

Historiografia corrente a ideias por ele encaminhadas faremos apenas breve menções, ao que se têm destacado como atual nas suas formulações.

Através da operação mimética prefigurativa Ricœur transpõe o problema da compreensão hermenêutica do simples ato de interpretar textos para a análise de processos históricos, neste sentido ele se insere numa longa tradição intelectual iniciada por August Boeckh, pelo próprio Droysen, Wilhelm Dilthey e outros intelectuais que precederam o autor de *Tempo e Narrativa* nessa discussão. Segundo o filósofo francês, “a composição da intriga está enraizada numa pré-compreensão do mundo e da ação: de suas estruturas inteligíveis, de suas fontes simbólicas e de seu caráter temporal”.⁶¹¹ Dessa maneira, encaminhar uma análise da compreensão histórica a partir da prefiguração, configuração e refiguração do objeto estudado, significa a possibilidade de pensar o tempo do autor, do livro e do leitor.⁶¹²

Quando chamamos atenção para o *tempo do autor* e deslocamos a ênfase para a *prefiguração* em Droysen, estamos assumindo esta problemática a partir daquilo que Ricœur denominou “pré-compreensão do mundo e da ação”. Em outros termos, trata-se de saber como o historiador alemão soube se apropriar das *estruturas inteligíveis*, das *fontes simbólicas* e do *caráter temporal* com os quais entrou em contato quando de suas reflexões.

Por “estruturas inteligíveis”, Ricœur entendia os *fins* e *motivos* que visam dar respostas às questões do tipo: *o que, por que, quem, como, com* ou *contra quem* determinada ação foi praticada. O suposto é que essas motivações, além de diferenciar o mundo da ação humana do movimento do mundo físico, podem ser recuperadas sem determinações prévias por um observador competente. As “*fontes simbólicas*”, por sua vez, dizem respeito a toda forma de linguagem ou ação narrada, articulada na forma de signos, regras e normas que permite recuperar o significado do que foi expresso num dado momento. Parte-se do princípio que toda ação é “simbolicamente mediatizada” e que a partir da compreensão dos símbolos torna-se possível recuperar experiências inteiras. Por fim, o terceiro elemento, aquele que diz respeito ao *caráter temporal*, Ricœur se vale das ponderações de Martin Heidegger em torno do tema da *historialidade* e *intratemporalidade* para elaborar a sua concepção de *tempo prefigurado*. Conforme nos mostra François Dosse, já aí notamos a “enxertia” que

⁶¹¹ RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I; Tradução Constança Marcondes Cesar e Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1994. p. 88

⁶¹² NICOLAZZI, Fernando. Paul Ricœur (1913-2005). In. PARADA, Maurício (org.) *Os historiadores: clássicos da história*, vol.3: de Ricœur a Chartier. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2014. pp. 09-68.

Ricœur praticou entre questões hermenêuticas e fenomenológicas, porque para ele – Ricœur – foi Heidegger quem fez avançar mais a questão do tempo como *tríplice presente* – presente das coisas futuras, presente das coisas passadas e presente das coisas presentes – ao inserir o problema ontológico-existencial do *ser* que é *no tempo*.⁶¹³

Paul Ricœur atesta que a fenomenologia da ação heideggeriana vai além da concepção de tempo de Santo Agostinho. Na proposta do filósofo alemão, a articulação entre presente do futuro, presente do passado e presente do presente acontece a partir de uma práxis cotidiana e não apenas na distensão da alma como pretendia o antigo teólogo. No entendimento de Ricœur “é essa articulação prática que constituiu o indutor mais elementar da narrativa”.⁶¹⁴

No terceiro tomo de *Tempo e Narrativa* o autor nos apresenta as razões objetivas pelas quais se vale da concepção de tempo proposta por Heidegger. Segundo Ricœur, a intratemporalidade possibilita pensar três problemas básicos para uma compreensão do tempo: a *databilidade*, a *extensão* e o seu *caráter público*. A *primeira* orienta a marcação e a contagem do tempo; a *segunda* permite identificar e situar os acontecimentos no lapso do tempo, atribuindo sentido ao “agora”, “então” e “outroa” da ação; na *terceira*, ocorre a exteriorização da compreensão do tempo, através dos instrumentos de contagem (relógio, calendário, etc.) o tempo torna-se tempo-*de*, tempo-*para*; em outras palavras, o tempo torna-se útil para a vida em sociedade.⁶¹⁵

Deslocadas da Fenomenologia para a Hermenêutica e desta para a Historiografia, podemos pensar essas questões assumindo o papel do historiador, enquanto “ser no tempo”, como alguém que não conhece o passado tal qual ele foi, nem concebe o futuro, tal qual ele será. Portanto, reconhecer a historicidade dos dados analisados na pesquisa é perceber que “factualmente” só conhecemos a história numa concepção “intratemporal” em que passado e futuro são “presentificado”.

Embora Ricœur sinalize uma aproximação com as noções de temporalidade desenvolvidas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck - “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” – o *tempo prefigurado* da primeira mimese, tal como apresentado no Tomo I de sua obra, permanece alinhado à categoria de intratemporalidade de Heidegger. Ricœur sinaliza essa aproximação em relação a

⁶¹³ DOSSE, François. A enxertia hermenêutica. In. *Paul Ricœur: um filósofo em seu século*; tradução de Eduardo Lessa Peixoto de Azevedo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. pp. 69 – 90.

⁶¹⁴ RICŒUR. *Tempo e narrativa*. Tomo I. 1994. p. 96.

⁶¹⁵ RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira; Revisão Maria da Penha Villela-Petit. Campinas, SP: Papyrus, 1997. pp. 132-140.

Koselleck no último capítulo do terceiro tomo, intitulado *Rumo a uma Hermenêutica da consciência histórica*. O diálogo com Koselleck é retomado e aprofundado em obras posteriores como *A memória, a História, o esquecimento*.⁶¹⁶

A representação do tempo histórico no interior do Historicismo é marcada pela construção de uma consciência histórica que se volta para o estudo da experiência humana passada a partir do tempo presente e assumindo o futuro como um horizonte projetado em suas construções intelectuais.⁶¹⁷ Segundo Jörn Rüsen a construção da consciência histórica é sempre mediada pela experiência e pela intenção e tem como vetor fundamental uma concepção de tempo histórico. A consciência histórica, por sua vez, é entendida como “o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo”.⁶¹⁸ Isto significa, nos termos do autor, que falar de uma experiência “do” tempo e não “no” tempo, nos permite construirmos sentido para os acontecimentos e não apenas evocar, através da memória e de relatos experiências cotidianas desconexas.

Nas suas reflexões Reinhart Koselleck relaciona a questão temporal à metáfora do espaço, na sua definição de “estratos do tempo”, para pensar a relação inerente entre essas duas dimensões da realidade humana. Desse modo, o autor afirma que “a força metafórica das imagens temporais tem origem em noções espaciais, as questões espaciais e temporais permanecem entrelaçadas”. Segundo Koselleck, desde Kant e Herder, “os historiadores trabalham com tempo e espaço, referindo-se a um espaço histórico e um tempo histórico no horizonte da própria historicidade”.⁶¹⁹

A representação do tempo histórico historicista marcado pela simultaneidade coincide com a concepção de história construída na virada do século XVIII para o XIX, a qual Droysen ajudou a edificar.

Concordando com José Carlos Reis, podemos dizer que a aproximação da Hermenêutica ricœuriana com a Historiografia não só enriqueceu-a como permitiu aos

⁶¹⁶ RICEUR, Paul. *A memória, a História, o esquecimento*. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. pp. 311-320.

⁶¹⁷ “Experiência histórica” aqui é empregada no sentido que Fernando Nicolazzi atribui a Wilhelm Dilthey, como “uma experiência de sentido e significado historicamente determinados, à diferença de uma noção de experiência física ou sensorial, permite a concepção de uma experiência historicamente interpretável e não puramente sensível” (NICOLAZZI, 2004. p. 07).

⁶¹⁸ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica*; tradução Estêvão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

⁶¹⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 09. 74

historiadores servirem-se dela em suas pesquisas históricas.⁶²⁰ Sobre a discussão do tempo histórico, a obra de Koselleck permanece imprescindível. Nesse sentido, poderíamos afirmar também que esses dois elementos prefiguram o mundo da ação de Droysen e fundamentam a sua compreensão histórica: uma concepção historicista da História e uma metodologia fundada na Hermenêutica. E que questões em torno da narratividade e da temporalidade já ocupavam as suas análises, como seguem ocupando na Historiografia atual.

7.1 - A configuração do mundo humano: o tempo do livro.

Buscaremos evidenciar os elementos configurativos que compõem as reflexões teóricas e o método histórico de Droysen. Localizamos nas teses droysenianas questões latentes do debate historiográfico do seu tempo como o sentido e referência na tessitura do texto historiográfico, evento e estrutura na explicação histórica, crítica e interpretação das fontes, ponto de vista e verdade histórica. Adiante, comentamos brevemente alguns desses problemas na teoria droyseniana e a proposta encaminhada pelo autor com suas ponderações para estas questões.

Um dos principais objetivos de Droysen em seu *Grundriss der Historik* foi postular um Método Histórico que possibilitasse chegar a um tipo de conhecimento que, admitindo a relatividade da fonte, do historiador e da própria Historiografia, não abandonasse suas pretensões de objetividade e, mais importante ainda, da capacidade de compreender e explicar processos históricos. Droysen é categórico ao afirmar que “não é a ‘objetividade’ que é a melhor glória do historiador. Sua maior justiça é buscar compreender”.⁶²¹ Nesse sentido, ele foi um legítimo representante da erudição alemã do século XIX, preocupado com questões teóricas e metodológicas que legitimassem a História enquanto ciência.

Escrito com o intuito de apresentar soluções a problemas teóricos até então – segundo o entendimento do seu autor – mal resolvidos, o *Grundriss der Historik* surgiu no interior da sala de aula, como resultado da experiência cotidiana ancorada em uma reflexão teórica e como tal, resultante de uma práxis do fazer histórico ensinado e pesquisado.

⁶²⁰ REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo modernidade, temporalidade e verdade*. 3ª. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 207-246.

⁶²¹ DROYSEN, Johann Gustav (1808 – 1884). *Manual de Teoria da História*; Tradução: Sara Baldus e Julio Bentivoglio; apresentação de notas Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 80.

Droysen alinhou sua capacidade teórica que lhe servia de base para pensar o sentido da história com uma longa prática de pesquisa empírica. A busca por conciliar consciência e experiência orientava as reflexões de Droysen e permitia-lhe abrir caminho para uma verdadeira reflexão teórica da História. Ao mesmo tempo, o autor encaminhou uma crítica severa ao aspecto “positivista” do Historicismo, que assumia certos postulados do Empirismo como base para as Ciências Humanas, o que lhe parecia incoerente com o objeto de estudo da História.

Salientemos ainda a preocupação que Droysen manteve em relação às formas de exposição do texto histórico. O problema da estética do texto historiográfico é um desses temas que nos permite apontar o protagonismo de Droysen sobre uma questão que já causou infindáveis discussões. Aqui, torna-se oportuno resgatar o que Paul Ricœur aponta em sua *Mimese II*, não apenas porque ela faz a mediação entre a prefiguração do mundo e a refiguração da obra, como também porque nela há uma discussão importantíssima que serve de base para pensarmos o texto historiográfico e que em muito se aproxima dos postulados de Droysen em torno dessa problemática.

Após contrapor narrativa de ficção e narrativa histórica, tendo por base a oposição entre imaginário e real que compõem, respectivamente, um tipo e outro de texto, Ricœur argumenta que a tessitura da intriga – que é comum ao historiador e ao literato – produz a mediação entre tempo e narrativa em três sentidos: *primeiro*, ela relaciona os acontecimentos aparentemente dispersos inserindo-os numa totalidade; *segundo*, reúne os fatores que ajudam a compreender uma ação – os fins, meios, interações, circunstâncias, resultados inesperados –, dispondo-os numa relação que os torne inteligíveis; *terceiro*, a intriga imprime um caráter temporal próprio, produz uma síntese de heterogêneo, porque reúne as “dimensões episódicas” e a “dimensão configurante” numa mesma narrativa.⁶²²

Ricœur afirma que a *dimensão episódica* expõe os acontecimentos numa representação linear, numa série aberta que permite acréscimos e numa ordem cronologicamente irreversível. A *dimensão configurante* por sua vez apresenta a sucessão de fatos numa “totalidade significativa”, impõe uma sequência lógica que encaminha de um ponto inicial a um ponto final e torna o tempo reversível, uma vez que permite, pela recapitulação, ir do fim ao início. Para Ricœur, é a partir dessas múltiplas possibilidades de tecer uma intriga, articulando os acontecimentos em uma história, que

⁶²² RICŒUR. *Tempo e narrativa*. Tomo I. 1994. pp. 102-105.

nascem os gêneros narrativos tradicionalmente usados e é essa atividade narrativa que permite perceber o tempo *configurado* na narrativa.⁶²³

O contato entre a proposta ricœuriana e a Teoria da História de Droysen nos parece evidente, na medida em que o historiador oitocentista, além de dividir a tarefa do historiador em três momentos - *Sistemática*, *Metódica* e *Tópica* - também reconhece, em todas essas etapas o caráter subjetivo que norteia a pesquisa histórica. Contudo, da mesma forma que Ricœur, já o autor da *Historik* não confundia ou aproximava de modo quase indistinto narrativa ficcional e narrativa histórica como outros o fizeram.

O que Droysen nomeou como *Tópica* é a parte da produção do conhecimento histórico encarregada pela “natureza e formas de apresentação” do conhecimento pesquisado. Esta por sua vez foi subdividida em: *exposição investigativa*, *narrativa*, *didática* e *discursiva*. Cremos que vale a pena recuperar aqui essa discussão, ainda que pontualmente, porque ela é parte central das estruturas configurativas não só da obra de Droysen, como de todo e qualquer autor.

Como já salientamos anteriormente, o tema da apresentação varia de lugar, na relação com a demais parte do texto, mas, sempre exercendo a mesma função nas várias edições *Historik*. Na primeira edição, constava no item *Die Apodeixis*. Uma expressão grega usada por Aristóteles para se referir às formas de exposição textual que trazia os resultado da pesquisa. Mas, já aí trazia o subtítulo *Wesen und formen der Darstellung* (Natureza e forma da apresentação). Na edição impressa de 1858, o tema aparece bastante reduzido como e ainda submetido à *Metódica*, nomeado como *Die Darstellung* (Apresentação). Somente na edição de 1882, a *Tópica* aparece como um item independente, um pouco mais desenvolvido que na edição anterior e acrescido de alguns anexos, compostos por textos escritos por Droysen nos anos anteriores e que complementam a reflexão sobre a escrita Historiográfica.⁶²⁴

Portanto, desde quando iniciou a escrita dos primeiros esboços da sua obra, Droysen tratou do tema da natureza do texto historiográfico, buscou criticar tendência de valorizar excessivamente a estética textual em detrimento da Metodologia e dos fundamentos teóricos da História. É o que podemos divisar da afirmação segunda a qual:

⁶²³ RICŒUR. *Tempo e narrativa*. Tomo I. 1994. pp. 105-109.

⁶²⁴ *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung aus den Handschriften. pp. 217-283; *GRUNDRISS DER HISTORIK*. Die erste vollständige handschriftliche Fassung. pp. 405-406; *GRUNDRISS DER HISTORIK*. Die letzte Druckfassung. pp. 445-450.

Os aspectos sob os quais nossa parte *apodeítica* é apresentada resultam dos momentos já comprovados pelo método. É, creio, um mero preconceito, se apenas a apresentação narrativa for considerada apropriada; muitos resultados da pesquisa histórica não são de todo capazes de serem apresentados nesta (a mais popular) forma.⁶²⁵

Como diversas vezes já sinalizamos, todas as partes da pesquisa histórica estão relacionadas na Teoria da História de Droysen. O acerto assim é mais uma afirmação nesse sentido. Aproveitando ainda a crítica que o autor faz ao privilégio dado a um modo de exposição – a narrativa –; vejamos seus próprios apontamentos sobre essa questão.

A *primeira* forma apresentada por Droysen é a Exposição Investigativa. Nas palavras do próprio Droysen, “Ela é uma mimese do ato de procurar” [Sie ist eine Mimesis des Suchens oder Findens].⁶²⁶ Droysen resume essa forma de apresentação em dois princípios: no primeiro, procura chegar a resultados seguros a partir das incertezas, no segundo, partindo de situações seguras, analisa as fontes históricas visando reconstruir de modo coerente. Aqui, percebemos que a *Tópica* se relacionada com a *Metódica* quando esta propõe partir sempre de uma “questão histórica” no ato investigativo. Isso se reflete no ato da escrita. O autor conclui que, das duas formas que a exposição investigativa está dividida a primeira é a mais convincente, a segunda é mais cativante e prende mais o leitor; no entanto, para ambas é fundamental que o texto exponha mais do que a simples vaidade e erudição do autor e dê relevo ao assunto em questão.⁶²⁷

A *segunda* forma apresentada por Droysen é a Exposição Narrativa. Só aparentemente os próprios “fatos” falam aqui, sozinhos, exclusivamente “objetivamente”; seriam mudos sem o narrador que os deixa falar [Nur scheinbar sprechen hier die “Tatsachen“ selbst, allein, ausschließlich “objektiv”. Sie wären stumm ohne den Erzähler, der sie sprechen läßt].⁶²⁸ Apesar de, aparentemente, essa ser a forma mais simples, por isso a mais adotada pelos historiadores, ela se complexifica na medida

⁶²⁵ Die Gesichtspunkte, unter denen sich unser apodeiktischer Teil uns darstellt, ergeben sich aus den bereits nachgewiesenen Momenten Methode. Es ist, glaube ich, ein bloßes Vorurteil, wenn man nur die erzählende Darstellung als sachgemäß will gelten lassen; viele Ergebnisse historischer Forschung sind gar nicht dazu angetan, in dieser (der freilich populärsten) Form dargelegt zu werden. *Historik*. Die Vorlesungen von 1857. Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung aus den Handschriften. p. 219.

⁶²⁶ DROYSEN. *GRUNDRISS DER HISTORIK*. Die letzte Druckfassung. p. 446.

⁶²⁷ Jene Art ist überzeugender und zwingender, diese anschaulicher und spannender; für beide wesentlich, daß nicht ein gelegentlich herbeigezogener Wust von Ungehörigkeiten mehr die gelehrte Eitelkeit des Autors als die Sache ins Licht serzt. DROYSEN. *GRUNDRISS DER HISTORIK*. Die letzte Druckfassung. p. 446

⁶²⁸ DROYSEN. *GRUNDRISS DER HISTORIK*. Die letzte Druckfassung. p. 446

em que se subdivide em outras quatro formas: *pragmática* (que apresenta os dados predeterminado pelas condições e movimento das circunstâncias); *monográfica* (apresenta como o desenvolvimento das formações históricas permitiu a emergência do seu gênio); *biográfica* (trata de apresentar a ação do gênio da histórica em seu sofrimento e realização); *catastrófica* (apresenta as lutas, as tendências, enfrentamentos e contradições entre os poderes, ora se enfrentando ora se aliando).⁶²⁹

Aqui é quase inevitável não lembrar as etapas da interpretação do método droyseniano (interpretação pragmática, das condições, psicológica e das ideais) e perceber a relação e o papel que elas ocupam em face das quatro formas de exposição aqui discutidas.

A terceira forma de apresentação do texto trabalhada por Droysen é a Exposição Didática. Nesta ganha destaque a função de formação do conhecimento histórico. “A história é instrutiva não porque dá padrões de imitação ou regras a serem reaplicadas, mas porque é experimentada e vivida no espírito” [Lehrhaft ist die Geschichte nicht, weil sie Muster zur Nachahmung oder Regeln für die Wiederanwendung gibt, sondern dadurch, daß man sie im Geiste durchlebt und nachlebt].⁶³⁰

Nesse ponto, além da Metodica, da Sistemática, Droysen releciona a Tópica com a Didática da História. Embora não tenhamos evidenciado esse aspecto nessa pesquisa, essa quarta dimensão também recebeu alguma consideração por parte do autor, o que já foi evidenciado por outros autores que estudaram sua obra.⁶³¹ Vejamos ainda o que o autor afirma sobre essa questão:

A forma correta de apresentação didática é o ensino histórico da juventude, pelas mãos de um professor que se movimenta tão livremente quanto possível e com pesquisa independente nos campos históricos, dominando-os e ensinando sempre com espírito renovado, espírito que testemunha e realiza a vida histórica.⁶³²

Nesse ponto, a Teoria da História de Droysen torna-se uma práxis do fazer/ensinar histórico, a ser realizado por alguém que dominar e se movimenta com

⁶²⁹ DROYSEN. *GRUNDRISS DER HISTORIK*. Die letzte Druckfassung. pp. 446-447.

⁶³⁰ DROYSEN. *GRUNDRISS DER HISTORIK*. Die letzte Druckfassung. p. 447.

⁶³¹ Ver RÜSEN, Jörn. *História viva*. Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico; tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

⁶³² Die richtige Form der didaktischen Darstellung ist der historische Unterricht der Jugend, und zwar in der Hand eines Lehrers, der sich möglichst frei und mit selbständiger Forschung in den historischen Bereichen bewegt und sie beherrscht, unterrichtend in immer neuen Fassungen und Wendungen Zeugnis von dem Geiste gibt, der das geschichtliche Leben bewegt und erfüllt. DROYSEN. *GRUNDRISS DER HISTORIK*. Die letzte Druckfassung. p. 448.

desenvoltura pelos “campos da história”, em outras palavras, um bom professor precisa antes de tudo ser um bom pesquisador. Mais do que isso, ter não apenas a capacidade de testemunhar, mas, de realizar a histórica.

Por fim, a *quarta* forma de apresentação apontada por Droysen, a Exposição Discursiva. O autor não afirma categoricamente, mas, pelo exposto é possível inferirmos que de todas as formas de exposição essa última é a que requer mais habilidade dos historiadores, tanto como pesquisadores quanto como escritores. Além de considerar avançar para além das outras três formas, nessa última é necessário que o sujeito que analisa seja capaz de colocar os resultados do seu trabalho numa perspectiva mais ampla, comparando e confrontando com o que já foi realizado por outros. Nas palavras do próprio autor:

A apresentação discursiva transforma a plenitude do que é pesquisado, coletando essas luzes como em um espelho côncavo, a um certo ponto do presente, que ilumina de modo a "ser claro", a uma questão para decidir, uma alternativa na qual tomar uma decisão, um novo fenômeno cujo entendimento deve ser aberto. Cada coisa nova - não apenas fatos da política, também novas realizações, novas conquistas na arte e na ciência, etc. tem que classificar a explicação histórica e a comparação no curso do movimento e do trabalho progressivos (científico, estético, jornalístico, etc.)[...]. A essência da teoria é que ela dá a forma e a reivindicação de uma conclusão normativa, um princípio, ao resultado das formações e elaborações resumidas. Quanto menos ele resumiu todos os momentos, mais unilateralmente enfatiza o próximo ou último efetivo, mais doutrinário se torna; mais o momento comovente cada vez que deu o próximo passo era de natureza brilhante, apenas porque, nessas circunstâncias, para este fim lá e no trabalho.⁶³³

Alguns pontos que poderiam ser destacados é que na operação historiográfica discursiva, o autor transforma a totalidade do que foi pesquisado é um argumento coerente, que parte de uma questão que tem relação com o seu momento histórico. Isso

⁶³³ Die diskussive Darstellung wendet die Fülle des Erforschten, diese Lichter wie in einem Hohlspiegel sammelnd, auf einen bestimmten Punkt der Gegenwart, den sie so beleuchtet, um ihn “klar zu stellen“, auf eine Frage, die zu entscheiden, eine Alternative, in der ein Entschluß zu fassen, eine neue Erscheinung, deren Verstandnis zu erschließen ist. Jedes Neue — nicht bloß Tatsachen der Politik, auch neue Erkenntnisse, neue Leistungen in Kunst und Wissenschaft usw. — hat historische Erläuterung und Vergleichung einzureihen in den Gang der fortschreitenden Bewegung und Arbeit (die wissenschaftliche, ästhetische, publizistische usw. Kritik).[...]. Das Wesen der Theorie ist, daß sie dem Resultat der summierten Bildungen und Erarbeitungen die Form und den Anspruch eines normativen Abschlusses, eines Prinzips gibt. Je weniger sie alle Momente summiert hat, je einseitiger sie das nachstliegende oder zuletzt wirksamste hervorebt, desto doktrinäer wird sie; um so mehr, da das jedesmal bewegende Moment, das den weiteren Schritt geführt hat, genialer Natur war, nu für, unter diesen Umständen, für diesen Zweck da und am Werk. DROYSEN. *GRUNDRISS DER HISTORIK*. Die letzte Druckfassung. pp. 448-449.

jamais pode ser perdido de vista. Chama atenção também p fato de Droysen nomear não apenas episódios político (como o faz em outros momentos), mas, ressalta as perspectivas históricas sobre temas diversos. E o apelo que o autor faz para que ressaltemos sempre os limites de qualquer pesquisa que aponta para resultados válidos, numa determinada perspectiva, em certo tempo.

Nesse sentido, por mais complexa que seja a opção do Método, por refinada que seja a visão Teórica ou por mais sofisticada que se apresente a forma de expor os resultados precisamos a “nossa ciência não afirma que o método de sua pesquisa é o único científico. Ela tem a humildade de reconhecer que, em suas exposições de resultados, não tem condições de oferecer mais do que o que faz parte do seu domínio de pesquisa, nem além do que seus métodos possibilitam”.⁶³⁴

Acreditamos que apesar de brevemente aqui exposto, o tema da Exposição do texto, como foi discutido por Droysen, nos permite ver as suas formulações teórico-metodológica de modo completo e complexo como o autor pretendia.

Retomando a discussão de Droysen com autores que se situam imediatamente próximos ao tempo de suas reflexões e com os quais ele manteve um diálogo direto em torno dos temas centrais que perpassam toda a sua obra torna-se interessante. Vemos, por exemplo, como que junto a Chladenius, Humboldt, Ranke, Gervinus, entre outros, Droysen pôde configurar o problema da objetividade e da subjetividade a partir de uma nova compreensão da História enquanto ciência com método próprio.

No diálogo que o autor manteve com os intelectuais das gerações anteriores a sua, nomeadamente Chladenius, Gatterer, Schlözer. A questão do ponto de vista, por exemplo, conforme sinalizamos, é uma noção imprescindível para compreendermos a gestação dos fundamentos da relatividade do pensamento histórico em Droysen e o modo como ele refutou e ironizou a pretensão de objetividade defendida por outros historiadores de sua geração.

Evidente que nesse diálogo configurativo tem muito de distanciamento, sobretudo, pela postura que Droysen assume em relação a produção desses autores, ora se aproximando com maior ou menos concordância ora se distanciando com alguma

⁶³⁴ Unsere Wissenschaft macht nicht den Anspruch, daß die Methode ihres Forschens die einzig wissenschaftliche sei. Sie bescheidt sich, in ihren Darlegungen des Erforschten nicht mehr geben zu können, als zu erforschen ihres Bereiches ist und ihre Methoden ihr möglich machen. DROYSEN. *GRUNDRISS DER HISTORIK*. Die letzte Druckfassung. pp. 449-450.

sutileza ou diametralmente. Algo bastante evidente quando pretende fazer da *Historik* um *Organon* do pensamento e da pesquisa histórica.⁶³⁵

Nesse ponto, diverge de Chladenius e do próprio Boeckh, sobre a teoria ser apenas uma enciclopédia das ciências históricas; busca se distanciar de Hegel quando à carga especulativa subjacente aos problemas epistemológico contidos em sua Filosofia da História. Em relação a Gervinus, criticava a forma como este buscou pensar as formas de exposição do texto apenas como uma poética do fazer historiográfico. Autores que como já vimos, Droysen é bastante devedor, de modo que esse distanciamento não pode ser exagerado.

Por outro lado, quando olhamos para as críticas feitas por Droysen a Comte, Wachsmuth e Buckle, notamos que seu distanciamento foi bem mais contundente. Droysen considerava a leitura da história, pelo prisma desses autores, como uma visão “inadequada e especulativa” porque tentava colocar os “fenômenos vitais” de maneira análoga às Ciências da Natureza, como se esse fosse um critério seguro para garantir “o caráter científico da história”.⁶³⁶

Quando observamos o diálogo estabelecido com Ranke, vemos que Droysen mantinha inúmeras aproximações, como sinaliza Christophe Bouton: a recusa à noção ciceroniana de *Historia Magistra Vitae* e a substituição dessa função moralizante da história por uma visão pragmática de política; a distância que mantiveram em relação as abstrações filosóficas, embora, isso não excluísse suas convicções religiosas de que em última análise a história segue um plano incompreendido pela consciência humana limitada. No entanto, Droysen rejeitava o princípio da imparcialidade metodológica e política de Ranke. Droysen refutava ainda a noção de fonte e fato histórico, encaminhadas por seu antigo professor. Sobre isso podemos dizer, concordando com Katherina Kinzel, que na *Historik* não há uma tentativa de busca por um tipo de objetividade ancorada tão somente pelas técnicas da crítica histórica.⁶³⁷

De igual modo, podemos dizer – concordando com Lorraine Daston – que foi nesse amplo diálogo com outros autores que Droysen agregou diversas “camadas de significados” a sua definição de objetividade. Ele concordaria facilmente com Cícero quanto à questão do compromisso ético de dizer a verdade, ainda que refutasse a sua

⁶³⁵ DROYSEN. *Manual de Teoria da História*. 2009. p. 42; DROYSEN. *Grundriss der Historik*. Die letzte Druckfassung (1882). p. 425.

⁶³⁶ DROYSEN. *Grundriss der Historik*. Die letzte Druckfassung (1882). p. 452.

⁶³⁷ KINZEL, Katherina. *Method and Meaning*. Ranke and Droysen on the Historian's Disciplinary Ethos, *History and Theory*, 59, 1, 2020.

função moralizante de *História como Mestra da Vida*.⁶³⁸ A função da história para a formação política, apontada por Políbio e a subjetividade contida no relato histórico, sinalizada por Tácito, estas pareciam a Droysen bem mais prudentes e aceitáveis.

É impraticável pensar a configuração de um Método e uma Teoria da História em Droysen sem pensar esse diálogo com seus interlocutores. De igual modo, não temos como desconsiderar as suas contribuições genuínas para questões como o sentido e referência na tessitura do texto historiográfico, evento e estrutura na explicação histórica, crítica e interpretação das fontes, ponto de vista e verdade histórica, o problema da objetividade e subjetividade do historiador. A isso chamamos de configuração do mundo humano pela tessitura do enredo ou o tempo do livro.

Na sequência, buscaremos apresentar de maneira muito breve e sintética alguns apontamentos disponíveis sobre a atualidade de Droysen feitas por autores que se debruçaram particularmente sobre sua obra teórica.

7. 2 – A refiguração historiográfica: o tempo do leitor.

Buscaremos pensar a partir de agora sobre alguns elementos refigurativos que conectam o pensamento do historiador oitocentista com a Historiografia dos nossos dias a fim de evidenciar pontos latentes na *Historik*, pensados pioneiramente por seu autor e resgatados em outros contextos. Perseguiremos esse objetivo, tendo em vista que nas últimas décadas do século XX e início do XXI, a Historiografia consolidou-se como um campo de possibilidade de construção de uma epistemologia própria para História.⁶³⁹ Em linhas gerais esse é o panorama das discussões mais recente e que dialogam mais próximo com os interesses que mobilizam a feitura desse texto e que nos ajuda a compor um quadro geral a fim de situarmos nosso próprio lugar de produção.

Iniciamos com uma afirmação luminar de Pedro Caldas quando este afirma sobre a obra de Droysen que “lida com atenção, merece ser estudada e analisada, pois ela contém algo que é fundamental para o trabalho intelectual: a capacidade de surpreender”.⁶⁴⁰ E qual não pode ser a nossa surpresa quando observamos, na

⁶³⁸ DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. Tradução: Derley Menezes Alves e Francine Iegelski (Org. Tiago Santos Almeida). São Paulo: Editora Liber Ars, 2017.

⁶³⁹ WEHLING, Arno. Historiografia e Epistemologia Histórica. In. *A História Escrita: teoria e a história da historiografia* (Org.) Jurandir Malerba. – 2ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. pp. 175-191.

⁶⁴⁰ CALDAS. *O que significa pensar historicamente*. 2004. p. 96.

atualidade, questões latentes como algumas que já mencionamos e que foram antevistas pelo autor da *Historik*.

O historiador alemão Jörn Rüsen, um dos grandes responsáveis pelo resgate de Droysen na Historiografia do Segundo Pós-Guerra, apresentou algumas das coisas que ainda podemos aprender com Droysen. Destacam-se como legado do autor, em primeiro lugar, o fato de ter unificado a filosofia da história, epistemologia do pensamento histórico, metodologia da pesquisa, retórica da historiografia e didática da formação histórica numa argumentação única, contínua e coerente; em segundo lugar, antecipou a virada neokantiana da filosofia da história para a epistemologia das ciências históricas, algo que autores como Windelband, Rickert, Dilthey, Simmel e Weber se ocupariam na virada do século XIX para o XX; em terceiro, Droysen, passou adiante de Hegel quando elaborou uma explicação sistemática dos pontos de vista políticos, retóricos, estéticos, cognitivos, semânticos e normativos para o pensamento histórico.⁶⁴¹

As questões mencionadas por Rüsen apontam para a profundidade do pensamento de Droysen, sua capacidade analítica e de certo modo explica a capacidade que sua obra tem de levantar problemas permanentes na Historiografia.

Em consonância com esses pressupostos, ainda segundo Rüsen, aprendemos com Droysen a situar a interpretação como ponto central da Metodologia histórica, o que implica uma forma bastante sofisticada de “conciliar a facticidade do passado com a ficcionalidade da produção literária de sentido”. Nesse ponto Droysen pode ser visto como antagonista da concepção pós-moderna de história e seu relativismo exacerbado. Disso também resulta que a facticidade do passado ainda não é a história, mas, os dados disponíveis para serem interpretados através da “reconstrução racional”. Dito de outro modo, os fatores estéticos e semânticos do conhecimento histórico não podem ser pensados de maneira apartada dos dados empíricos e epistemológicos.

Ainda com Droysen, aprendemos a representar o tempo de uma nova maneira em que o presente ganha importância. Como atesta Rüsen “para Droysen, o ponto de partida do pensamento histórico sempre é o presente”.⁶⁴² É essa nova representação do tempo histórico trazida pelos autores historicistas que permite aos historiadores conectar

⁶⁴¹ RÜSEN, Jörn. Droysen Hoje: sobre temas extraviados da historiologia. In. *Cultura Faz Sentido*: orientações entre o ontem e o amanhã; tradução de Nélcio Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 61. Arthur Assis apresenta argumentos muito semelhantes ao dizer que a Teoria da História de Droysen abrange “uma série de microteorias, que eu só poderia listar aqui sumariamente: uma teoria das etapas da pesquisa histórica, uma teoria da historicidade, uma tipologia da representação histórica, uma teoria social, uma ética histórica, uma teoria política, entre outras”. ASSIS, Arthur. A didática da história de J. G. Droysen: constituição e atualidade. *Revista Tempo*, vol. 20 – 2014. p. 10. p. 04.

⁶⁴² RÜSEN. *Cultura Faz Sentido*. 2014. p. 76.

as dimensões temporais a fim de pensar o sentido por detrás dos acontecimentos e gerar uma consciência histórica a partir da experiência humana no tempo.

Aliás, a capacidade de formação do pensamento histórico seria o terceiro grande ensinamento de Droysen que permanece correto. Vale lembrar que, aprendizado histórico em Droysen, não se confunde com uma história exemplarista nos moldes propostos por Cícero. Nesse particular, Arthur Assis afirma que:

Droysen foi um dos primeiros intelectuais a extrair todas as consequências da moderna crítica à justificação exemplar da historiografia. Reconhecendo a inadequação dos exemplos históricos, ele começa a reajustar o foco e as metas da aprendizagem histórica. Para ele, produtores e receptores do conhecimento histórico deviam concentrar-se não na transmissão e no aprendizado de máximas concretas de conduta prática, mas, sim, no desenvolvimento de certas habilidades de pensamento.⁶⁴³

A formação ou aprendizado Histórico em Droysen significa a capacidade de pensar historicamente de maneira reflexiva, no presente, a partir da experiência e não apenas reproduzindo modelos legados do passado.

As questões da ordem da aprendizagem histórica, assim como as formas de apresentação do texto historiográfico que comentamos anteriormente, não foram exploradas nesse trabalho com a atenção que o tema merece. Nesse sentido, trabalhos posteriores poderão retomar e aprofundar essa análise.

O quarto ensinamento de Droysen seria a capacidade de pensarmos o sentido da história. Algo que nos faz lembrar a influência do Idealismo no pensamento droyseneano. Contudo, Droysen buscou inibir sua conotação metafísica e subjetiva e tratou de relacioná-lo aos fatores empíricos da pesquisa. Nos dizeres de Rüsen:

Podemos aprender com Droysen que a subjetividade do sentido histórico tem um vínculo retroativo com o acontecimento temporal do passado. Ela está, por assim dizer, fundada ‘objetivamente’ nos contextos culturais presentes, dos quais se origina a pergunta histórica.⁶⁴⁴

Resumidamente, permanecem latentes, segundo Rüsen, as formulações teórico-metodológicas encaminhadas por Droysen em torno da interpretação do passado, da

⁶⁴³ ASSIS. A didática da história de J. G. Droysen. 2014. p. 10.

⁶⁴⁴ RÜSEN. *Cultura Faz Sentido*. 2014. p. 81.

representação do tempo histórico, da formação do pensamento histórico e da possibilidade de pensar o sentido da história.

De modo semelhante, Arthur Assis também defende que “Droysen mantém-se relativamente atual, sobretudo por causa das reflexões sobre Teoria e Metodologia da História que ele sistematizou em cursos oferecidos nas Universidades de Jena e Berlim entre 1857 e 1883”.⁶⁴⁵ O autor segue afirmando que Droysen permanece atual:

Em primeiro lugar, pela simples razão de que a capacidade de pensar historicamente, que Droysen conecta à aprendizagem histórica, não se liga a nenhum cânone fixo de conteúdos. O conteúdo do nosso pensamento histórico, os objetos sobre os quais pode atuar a nossa capacidade de historicizar, não necessariamente precisam ser os mesmos privilegiados por Droysen [...]. Em segundo lugar, é preciso lembrar que, na obra teórica de Droysen, vemos já claramente definido um horizonte de ideias básicas dentro do qual ainda hoje se move parte significativa da reflexão sobre a aprendizagem histórica [...]. Em terceiro e último lugar, a atualidade das definições didáticas de Droysen remete à problemática do legado do historicismo em geral. A definição da função da história desenvolvida por Droysen é parte importante da “revolução espiritual” promovida pela afirmação do historicismo na Alemanha entre os séculos XVIII e XIX.⁶⁴⁶

Ao chamar atenção para o fato de que os problemas por nós levantados “não necessariamente precisam ser os mesmos privilegiados por Droysen”, Assis toca em uma questão fundamental quando temos no escopo na nossa análise um autor clássico. Considerando o lapso temporal entre nós e Droysen, as questões que ele privilegiou na sua obra e aquelas que na atualidade chamam nossa atenção e dominam a forma de pensarmos historicamente não podemos deixar de notar as mudanças ocorridas nesse transcurso. O autor nos adverte ainda que se “a preferência de Droysen por enquadrar temas políticos desde um ponto de vista germanocêntrico, pró-Prússia, masculino, burguês-ilustrado e antipopular não implica necessariamente que nós tenhamos de aderir a essas mesmas escolhas e perspectivas”. A despeito de tudo isso, o que permanece útil para nós, no pensamento histórico de Droysen, é o fato de que sua concepção de História é formal e aplicável “a qualquer conteúdo de experiência e conjugável com diversos conjuntos de normas e valores”.⁶⁴⁷ Isso assegura que os estudiosos da obra de

⁶⁴⁵ ASSIS. A didática da história de J. G. Droysen. 2014. p. 03. O texto de Assis apresenta e atualiza boa parte da bibliografia em língua estrangeira que aponta para a originalidade e atualidade das respostas encaminhadas por Droysen. Não teríamos aqui como mencionar a imensa lista de autores arrolados e comentados, porém, deixamos a indicação para os leitores. Nossa pretensão aqui é bem mais modesta.

⁶⁴⁶ ASSIS. A didática da história de J. G. Droysen. 2014. pp. 15-16.

⁶⁴⁷ ASSIS. A didática da história de J. G. Droysen. 2014. p. 15.

Droysen possam partir dele sem ficarem reféns das suas próprias escolhas temáticas, abordagens ou preferências mais restritas.

Na esteira de Rüsen, Caldas e Assis, em nossas próprias leituras da obra teórica de Droysen também localizamos afirmações que ainda hoje soam bastante originais. Chamamos atenção, em texto recente, para o trato dispensado às fontes históricas na *Historik*. Ali dissemos que há muitos fatores que podemos considerar atuais e que apresentamos aqui resumidamente porque nos parece exemplar do que estamos chamando aqui de refiguração ou o tempo do leitor.⁶⁴⁸

Em sua *Historik*, Droysen nos apresenta uma tipologia segundo características, conteúdo e finalidade das fontes; adverte que cada tipo de fonte exige um método diferente para a sua análise; apresenta as fontes como signos do passado no presente, logo, não como o passando em si mesmo; para ele as fontes possuem várias dimensões que devem ser observadas - empírica, representativa, memorativa e simbólica – o que nos revela a imensa profundidade das questões heurísticas que estavam no horizonte teórico-metodológico do autor; é categórico ao dizer que as fontes falsas podem ser usadas, dependendo da questão histórica colocada, mais uma vez demonstrando a sua riqueza analítica; para ele, a crítica prepara a fonte para ser interpretada, algo bem longe da visão simplista que costumamos ter acerca da Historiografia oitocentista e que aponta para o que já sinalizamos sobre a interpretação e representação do passado em Droysen; a importância da fonte é definida em relação ao objeto pesquisado, logo não há uma hierarquia de fontes para o autor, do tipo que um material seja capaz de revelar mais ou menos sobre o passado; por fim, ele nos ensina que, por mais completa que seja uma fonte ela é apenas uma parte selecionada do passado, portanto, a construção do sentido na história depende da capacidade do historiador em saber interpretar o passado a partir dos dados disponíveis.⁶⁴⁹

Qual não foi nossa surpresa, para retomarmos a expressão de Pedro Caldas, ao localizarmos todas estas ponderações na obra de Droysen. E, concordando mais uma vez com os autores acima mencionados, é isso que faz de Droysen um autor clássico: a sua capacidade de nos surpreender pela sua originalidade, mas, também de lançar

⁶⁴⁸ Parte substancial dessa discussão também está aqui presente, foi exposta no quinto capítulo da tese: *As fontes históricas e a historiografia autoconsciente*.

⁶⁴⁹ GOMES, Robeilton de Souza. *A Historik de Droysen: sobre a atualidade de um clássico oitocentista no trato das fontes*. In. *A Historiografia como Fonte Histórica* (Org). José D'Assunção Barros. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. p. 217.

questões para serem rediscutidas de modo refigurativos pela Historiografia na atualidade. Afinal, como afirma Rüsen:

A historiografia do passado não se transfere para um horizonte teórico proposto de forma mais ou menos nova, mas, ao contrário: a historiografia do presente estabelece uma conexão sistemática com a historiografia do passado e poderia contemplar-se nela, como no espelho de um estranhamento histórico, tendo em vista os problemas presentes, que, do contrário, permaneceriam ocultos a ela. E, além disso, poderia receber estímulos para a solução desses problemas.⁶⁵⁰

Nesse texto buscamos reconstruir o sentido histórico por detrás da conexão prefigurativa de Droysen com os problemas presentes no horizonte da Historiografia da sua época, com os quais acreditamos que ele dialogou para produzir uma configuração do mundo humano em sua obra. Se de modo refigurativo, nós também conseguimos nos comunicar com Droysen, sem desconsiderar os “estranhamentos” que a leitura de seus textos pode nos produzir, é porque o que para ele significava pensar historicamente permanece nos comunicando algum sentido.

Se conseguirmos pensar soluções para as nossas questões históricas, no presente, a partir de uma obra teórica do passado, cremos que por esse meio o aprendizado histórico e sua consequente construção de uma consciência histórica tornaram-se também possíveis.

⁶⁵⁰ RÜSEN. *Cultura Faz Sentido*. 2014. p. 59.

FONTES

Textos de Droysen.

- DROYSEN, Johann Gustav (1808 – 1884). **Manual de Teoria da História**; Tradução: Sara Baldus e Julio Bentivoglio; apresentação de notas Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- _____. **Histórica**. Lecciones sobre la Enciclopedia y metodologia de la historia. Versão Catellana de Enesto Garzón Valdés y Rafael Gutiérrez Girardot, da ed. Hübner, 1937. Barcelona: Editorial Alfa, S. A., 1983.
- _____. **Historik. Vol. 1**: Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857); Grundriß der Historik in der ersten handschriftlichen (1857–1858) und in der letzten gedruckten Fassung (1882), editado por Peter Leyh, Stuttgart, Frommann-Holzboog, 1977.
- _____. **Historik. Vol. 2**: Über die Deutsche Geistesgeschichte von Kant bis auf Schleiermacher (1842). In. *Historik. Vol. 2: Texte im Umkreis der Historik* (1826–1882), editado por Horst Walter Blanke, Stuttgart, Frommann- Holzboog, 2007.
- _____. **Historik. Supplement**: Droysen Bibliografie, editado por Horst Walter Blanke, Stuttgart, Frommann- Holzboog, 2008.
- _____. **Arte e Método** (1868); *Apresentação* Arthur Assis; tradução de Pedro Caldas. In. *História Pensada: Teoria e Método na Historiografia europeia do século XIX*. (Org.) Estevão Martins. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 31-46.

Outros textos clássicos.

- ARISTÓTELES. **Poética**. Eudoro Souza. 7ª edição. [S,l.] Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003.
- BERNHEIM, Ernest (1850-1942). **Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie**. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1903. (1889)
- BOECKH, August Wilhelm. **Enzyklopadie und Methodenlehre der Philologischen Wissenschaften**. Herausgegeben von Ernest Bratuscheck, zweite auflage besorgt von Rundolf Klussmann. Springer Fichmedien Wiesbaden GMBH, 1886.
- CHLADENIUS, Johann Martin. **Princípios Gerais da Ciência Histórica**: exposição dos elementos básicos para uma nova visão sobre todos os tipos de saberes, tradução Sara Baldus. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013 [1752].
- DAHLMANN, Friedrich. **Die Politik auf den Grund und das Maß der gegebenen Zustände zurückgeführt** (Göttingen, 1835).
- DILTHEY, Wilhelm (1833-1911). **Introducción a las ciencias del espíritu**. Madrid: Revista de Occidente, 1966. (1883).

- _____. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**; tradução Marco Casanova. São Paulo: Editora UNESP, 2010. (1910).
- DROYSEN, Johann. **Alexandre, o grande**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- GERVINUS, Georg Gottfried (1805 – 1871). **Fundamentos de Teoria da História**; tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio; apresentação e notas Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. [1837].
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (1770-18031). **Fenomenologia do Espírito**; tradução Paulo Meneses. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014 [1807]
- _____. **A Razão na história**: uma introdução geral à filosofia da história; introdução de Robert S. Hartman; Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001[1837].
- _____. **Princípios da filosofia do direito**; tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. [1821].
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**; tradução Fausto Castilho. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 [1927].
- HUME, David. **Investigação sobre o Entendimento Humano e sobre os princípios morais**; tradução José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora Unesp, 2004. [1748].
- KANT, Immanuel (1724-1804). **Crítica da razão pura**. Tradução Manuela Pinto dos Santos, 5ª edição. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. [1781].
- _____. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**; Organização Ricardo Terra; tradução Rodrigo Naves e Ricardo Terra. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. [1784]
- HUMBOLDT, Wilhelm. **Sobre a Tarefa do Historiador** (1821). Apresentação e tradução de Pedro Caldas. In. **História Pensada: Teoria e Método na Historiografia europeia do século XIX**, (Org.) Estevão Martins. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 71-100.
- LANGLOIS, Charles-Victor (1863 – 1929); SEIGNOBOS, Charles (1854 – 1952). **Introduction aux études historiques**. Paris: Kimé, 1992. [1898].
- MEINECKE, Friedrich. **El historicismo y su genesis**. Mexico: FCE, 1982 [1936].
- NIETZSCHE, Friedrich (1844-1900). II consideração intempestiva: sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In. **Escritos Sobre História**; tradução Noéli Correia de Melo. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015[1874]. pp. 47-118
- SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E (1768 – 1834). **Hermenêutica – A arte da interpretação**; tradução e apresentação de Celso Reni Braidá. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

SIMMEL, Georg (1858 – 1918). **Ensaio sobre teoria da História**; tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

BIBLIOGRAFIA

Teses e Dissertações sobre Droysen.

ASSIS, Arthur Alfaix. **Historical thinking**: Johann Gustav Droysen on the Value and function of history. – 2009. (Doutorado em História) – Universidade de Witten-Herdecke, Witten, Alemanha.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. **O que significa pensar historicamente**: uma interpretação da teoria da História de Johann Gustav Droysen. – 2004. 2015 f. (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

CREMONEZI, André Roberto. **O conceito de compreensão na “Histórica” de Johann Gustav Droysen**. – 2005. 106 f. (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Maria, Rio Grande do Sul.

SAMMER, Renata. **A Ética Historista de Johann Gustav Droysen**. Rio de Janeiro, 2012. 141f. (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

Referências Teóricas.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História, vol. 04**: Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**; Tradução de Flávio Paulo Meurer; revisão da tradução de Enio Paulo Giachini. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

_____. *Verdade e Método*: complementos e índices. Vol. 02; Tradução de Enio Paulo Giachini; revisão Marcia Sá Cavalcante Schuback. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos; Tradução Wilma Maas e Carlos Pereira. – Rio de Janeiro: Editora PUC: Contraponto, 2006.

_____. **Estratos do tempo**. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

RICŒUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Trad. Constança Marcondes Cesar e Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1994.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica; tradução Estêvão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

_____. **Reconstrução do Passado** – Teoria da História II: Os Princípios da Pesquisa Histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

_____. **História viva** – Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico; tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SCHMIDT, Lawrence. **Hermenêutica**; tradução de Fábio Ribeiro. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Bibliografia Secundária.

APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret. **Telling the Truth about History**. New York/London: w.w. Norton & Compay, 1994.

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica**. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC 2006 [1995].

ANKERSMIT, Frank. Historicismo, pós-modernismo e Historiografia. In. **A HISTÓRIA ESCRITA**: teoria e a história da historiografia (Org. Jurandir Malerba). – 2ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016 [1993]. pp. 125 – 149.

_____. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 113-135.

ASSIS, Arthur Alfaix. **Friedrich Meinecke**. A formação do Historicismo: considerações preliminares. In. *Lições da História*: da ciência científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Jurandir Malerba (Org.). Porto Alegre: FGV, Edipucrs, 2013.

_____. A didática da história de J. G. Droysen: constituição e atualidade. **Revista Tempo**, vol. 20 – 2014. pp.1-18

_____. Objectivity and the First Law of History Writing. *Journal of the Philosophy of History*, 13, 1 (2019): 107-128. 2019.

_____. Droysen, Outline of the Theory of History. **Bloomsbury History Theory and Method**. London: Bloomsbury, 2022. Bloomsbury History Theory and Method. Web. 27 Apr. 2022. p. 12. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5040/9781350927933.128>. Consultado em 20 de dezembro de 2022.

BACHUR, João Paulo. Filosofias da História e Teoria da Revolução: Progresso e Utopia, Dominação e Emancipação. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, vol. 15, n. 2, p. 134-172, Maio-Agosto, 2019.

BALLESTRIN, Lucina. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 11, Brasília, maio-2013. pp. 89-117.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. (5V)

_____. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Os conceitos**. Seus usos nas ciências humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

_____. **História e Pós-Modernidade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

- _____. **Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- _____. **Fontes Históricas**. Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- _____. **Fontes Históricas e seu lugar de produção**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- _____. **A Historiografia como Fonte Histórica**. (Org). José D'Assunção Barros. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. pp. 15-77.
- _____. **História Digital**: a Historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo. Petrópolis, RJ, 2022.
- _____. A harmonia musical como modelo de análise para a História Intelectual. **Tempos Históricos** • Volume 19 • 1º Semestre de 2015 • p.14-47 • 1983-1463 (versão eletrônica).
- _____. **Sobre a noção de paradigma e seu uso nas ciências humanas**. Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, v.11, n.98, p. 426-444, jan/jun. 2010.
- BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. **A Constituição da História Como Ciência**: de Ranke a Braudel. Petrópolis: Vozes, 2013
- _____. A Historische Zeitschrift e a historiografia alemã do século XIX. **História da historiografia**. Ouro Preto. Número 6, março de 2011. pp. 81-101.
- _____. Johann Martin Chladenius e o pensamento histórico alemão no século XVIII. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011. pp. 01-09.
- BLOCH, Marc. Para uma História Comparada das Sociedades Europeias. In. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998[1928]
- BODEI, Remo. Modelos. In. *A História tem um sentido?* Tradução Reginaldo Di Piero. Bauru, SP: Edusc, 2001. pp. 17-59.
- BURGUIÈRE, André. **Dicionário das Ciências Históricas**; tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.
- BURKER, Peter. Teóricos e Historiadores. In. **História e Teoria Social**; tradução Klauss Brandini Gerhardt, Raneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora Unesp, 2002 [1992]. pp. 11-37.
- BOUTON, Christophe. Learning from History. The Transformations of the topos historia magistra vitae in Modernity, **Journal of the Philosophy of History**, 13, 2 (2019): 183-215.
- CADIOU, François. **Como se faz a história**. Historiografia, Método e Pesquisa [et al]; tradução de Gisele Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- CALDAS, Pedro. Johann Gustav Droysen (1808 – 1884): história e compreensão. In. **Os Historiadores: clássicos da História, vol. 02**; (Org.) Mauricio Parada Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. pp. 36 – 55.

- _____. O limite do Historicismo: Johann Gustav Droysen e a importância do conceito de Bildung na consciência Histórica alemã do século XI. **Revista Filosófica de Coimbra** – n.º 29, 2006. pp. 139 – 160.
- _____. A Atualidade de Johann Gustav Droysen: uma pequena história de seu esquecimento e de suas interpretações. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, 2006. pp. 95-111.
- _____. Johann Gustav Droysen e a cultura grega clássica. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História** – São Leopoldo. 2007. pp. 01 – 07.
- _____. Uma dificuldade no caminho do Historicismo: uma leitura de Droysen com filtro marxista. In. **A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna** (Org.) Valdei Lopes de Araújo [et. al]. Belo Horizonte: MG, Argymentvm, 2008. pp. 107-124.
- _____. “A ética é a verdadeira filosofia da história”: bildung e hermenêutica em Droysen. Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). **Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual**. Ouro Preto: EdUFOP, 2011. (ISBN: 978-85-288-0275-7)
- CARDOSO, Ciro Flamarion; PÉREZ, Héctor. O método comparativo na História. In. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 409-419.
- CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. Ricoeur: de uma hermenêutica histórica a uma hermenêutica para a narrativa histórica. In. **História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica** (Org. Jurandir Malerba). Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. pp. 213 – 228.
- CARR, Edward. **O que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CERRI, Luis Fernando. O que é consciência histórica? In. **Ensino de História e consciência histórica**. Implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2011. pp. 19-55.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**; tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. [1976].
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 14ª edição. São Paulo, Editora Ática, 2013.
- COLLINGWOOD, Robin G. **A Ideia de História**. Lisboa: Editorial Presença, 1946.
- CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da; BENTIVOGLIO, Júlio César. **A religião da História: as raízes teológicas da moderna ciência histórica alemã em Humboldt, Ranke e Droysen**. Serra, ES: Editora Milfontes, 2018.
- DARNTON, Robert. História intelectual e cultural. In. **O beijo de Lamourette**. Mídia, cultura e Revolução; tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [1980]

- DASTON, Lorraine. **Historicidade e objetividade**. Tradução: Derley Menezes Alves e Francine Iegelski (Org. Tiago Santos Almeida). São Paulo: Editora LiberArs, 2017.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004 [1967].
- DESCARTES, René. *Discurso do Método*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.
- DI PASQUALE, Mariano. De la historia de las ideas a la nueva historia intelectual: Retrospectivas y perspectivas. Un mapeo de la cuestión. **Revista Universum**. nº 26. Vol. 01, 2011. Universidad de Talca. pp. 79 – 92.
- DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**, 17, p. 223-258, nov. 1998.
- DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- DOSSE, François. **A História**; Tradução Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- _____. **Império do sentido**: a humanização das ciências humanas; tradução Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2003 [1995].
- _____. A enxertia hermenêutica. In. **Paul Ricœur**: um filósofo em seu século; tradução de Eduardo Lessa Peixoto de Azevedo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. pp. 69 – 90.
- DUDLEY, Will. **Idealismo Alemão**; tradução Jacques Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ESCUDIER, Alexandre. De Chladenius à Droysen Théorie et méthodologie de l’histoire de langue allemande (1750-1860). **Annales HSS**, juillet-août 2003, nº4, pp. 743-777.
- FALCON, Francisco. História das ideias. In. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 139 – 188.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1989 [1953]
- FONTANA, Josep. **A História dos Homens**; Tradução de Heloísa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- FRANÇA, Lincoln Menezes de. *Filosofia da História Hegeliana*: Liberdade, Razão e o Mundo Germânico, 2010. 256f. Mestrado em Filosofia. Universidade Estadual Paulista, UNESP, Marília, São Paulo.

- FREITAS, Itamar. As ideias de prova nos manuais de Introdução à História dos ditos positivistas (1887-1926). **Revista Labirinto**, ano XVI, VOL.24, n. 2 (JAN-JUN), 2016, pp. 71-95.
- _____. **Uma introdução ao método histórico (1870-1930)**. São Paulo: Editora Liber Ars, 2020.
- GALLAGHER, Catherine; GREENBLATT, Stephen. **A prática do Novo Historicismo**; tradução Gilson César Cardoso de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- GARDINER, Patrick. **Teorias da História**; tradução Vitor Matos e Sá. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964 [1957].
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: **O Fio e os Rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. O extermínio dos judeus e O princípio da Realidade. In: *A História Escrita: teoria e a história da historiografia* (Org.) Jurandir Malerba. – 2ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. pp. 271–299.
- GOMES, Robeilton de Souza. A *Historik* de Droysen: sobre a atualidade de um clássico oitocentista no trato das fontes. In: **A Historiografia como Fonte Histórica** (Org.) José D’Assunção Barros. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. pp. 189-217.
- GRONDIN, Jean. **Introdução à hermenêutica filosófica**; tradução de Benno Dischinger. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006 [1950].
- HARTOG, François. **Evidências da História**. O que os historiadores veem; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- HASKELL, Thomas, “Objectivity Is Not Neutrality” [1990], in: Haskell. **Objectivity Is Not Neutrality**. Explanatory Schemes in History (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000): 145-174.
- HUENEMANN, Charlie. **Racionalismo**; tradução Jacques Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- HUME, David. **Investigação acerca do Entendimento Humano**. São Paulo Editora Nova Cultural Ltda, 1996.
- IGGERS, Georg: **The German Conception of History**: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present. Ed. revista. Hanover: Wesleyan University Press, 1983 [1968];
- JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

- JULIÃO, José Nicolao. **Reflexões filosóficas sobre a história**: Agostinho, Hegel e Nietzsche. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.
- _____. A Filosofia da História como o lugar de efetivação da liberdade no Sistema da Ciência Hegeliano. **Veritas**, v. 59, n. 1, jan./abr. 2014.
- _____. Ensaio de Introdução à Filosofia da História. **Veritas**, v. 55, n. 3, set./dez. 2010.
- JENKINS, Keith. **Why history?** Ethics and postmodernity, London, Routledge, 1999.
- _____. **A história refigurada**: novas reflexões sobre uma antiga disciplina; tradução de Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2014 [2003]
- KANT, Immanuel (1724-1804). **Fundamentação da metafísica dos costumes**; Tradução Paulo Quintela. Rio de Janeiro: Edições 70, 1986 [1785].
- KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In. **O historiador e suas fontes**. (Orgs.) Karla Pinsky e Tania Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 09-27.
- KERN, Daniela. Hayden White e o pluralismo histórico. In. (Org.). Jurandir Malerba. **História e Narrativa**: a ciência e a arte da escrita. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. pp. 181-191.
- KINZEL, Katherina. **Method and Meaning**. Ranke and Droysen on the Historian's Disciplinary Ethos, *History and Theory*, 59, 1, 2020.
- KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. **Historia y hermenêutica**. Barcelona: Paidós, 1997.
- _____. **O conceito de História** [et al]. *Prefácio*. Arthur Alfaix Assis e Sérgio da Mata; tradução René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pp. 09-10.
- KRAMER, Lloyd. Literatura, crítica e imaginação histórica. In. **A nova História Cultural**. (Org.) Lynn Hunt. São Paulo: Martins Fontes, 2001. pp. 131-173.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**; tradução Bernardo Leitão – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEIBNIZ, Gottfried. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. pp. 133-161.
- LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.
- LUNA, João Carlos de Oliveira. História e Pensamento hermenêutico na Alemanha do século XX. **Revista Crítica Histórica**. Ano I, Nº 1, junho de 2010. pp. 208 – 225.

- MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX** / Jurandir Malerba (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- _____. **Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Rio de Janeiro-RJ: FGV, 2013.
- _____. **A HISTÓRIA ESCRITA: teoria e a história da historiografia**. – 2ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- _____. **História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. **Teoria da História: Hayden White e seus críticos**. 179f. Tese de Doutorado em História. Brasília-DF: UnB, 2008.
- MARTINS, Estevão de Rezende. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. Historicismo: o útil e o desagradável. In. **Teoria e Filosofia da História: contribuições para o ensino de História**. Curitiba: W & A Editores, 2017. pp. 157 – 191.
- MEGILL, Allan. Historiologia/filosofia da escrita histórica. In. (Org.). Jurandir Malerba. **História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. pp. 35-57.
- MELLO, Ricardo Marques de. Da utilidade e desvantagem da história para Hayden White. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 25, nº 42: p.611-634, jul/dez 2009.
- _____. Hayden White (1928–), vol. 03. In. **Os Historiadores: clássicos da História, vol. 03**; (Org.) Mauricio Parada. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. pp. 178-201.
- MENEZES, Jonathan. **Frank Ankersmit: A metamorfose do historicismo**. 331f. Tese de doutorado em História. Assis-SP: UNESP, 2018.
- MEYERS, Robert. **Empirismo**; tradução Marcus Penchel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- MISSAGGIA, Juliana. A Hermenêutica em Heidegger e Gadamer: algumas confluências e divergências. **Griot – Revista de Filosofia**. v.6, n.2, dezembro de 2012. pp. 01 – 13.
- MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a História**; tradução Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- NICOLAZZI, Fernando. **O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica**, 2004. 154 f. (Mestrado em História). Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- _____. Paul Ricoeur (1913-2005). In. PARADA, Maurício (org.) **Os historiadores clássicos da história, vol.3: de Ricoeur a Chartier**. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2014. pp. 09-68.
- NORA, Pierre. **Entre a História e Memória: a problemática dos lugares**; Tradução Yara Aun Khoury. Proj História São Paulo (10), dez, 1993.
- NOVICK, Peter. **Aquele Nobre Sonho: A "Questão da Objetividade" e a Profissão Histórica Americana**: Cambridge University Press, 2007. [1988].

- OLIVEIRA, Carlos Moisés de. **Análise do conceito de Natureza em Kant**. 231 f. Tese de doutorado em Filosofia. Natal, RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009 [1955].
- PARADA, Maurício (org.) **Os historiadores: clássicos da história, vol.2:** de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2013.
 _____. **Os historiadores: clássicos da história, vol.3:** de Ricœur a Chartier. Petrópolis (org.). RJ: Vozes: PUC-Rio, 2014.
- PASAMAR, Gonçalo. La investigación historico e la historia metódica en el XIX. **História Contemporânea**, Bilbao, n. 11, 1994. pp. 183 – 213.
- PEGORARO, Olinto. **Sentidos da história:** eterno retorno, destino, acaso, desígnio inteligente, progresso sem fim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr/jun. 2018. pp. 102-104.
- PEREIRA, Luísa Rauter. O debate entre Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck a respeito do Conhecimento histórico: entre tradição e objetividade. **História da historiografia**, Ouro Preto, número 7, nov./dez. de 2011. pp. 245-265.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Lembrança do presente:** ensaios sobre a condição histórica na era da internet. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.
- POPPER, Karl. **A Miséria do Historicismo**. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- PROST, Antoine. **Doze Lições sobre História;** Tradução Guilherme Teixeira. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (História e Historiografia).
- REIS, José Carlos. **Tempo, História e Evasão**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- _____. **Escola dos Annales**. A inovação em História. 2ª edição. – São Paulo, 2000.
- _____. **História & Teoria:** historicismo modernidade, temporalidade e verdade. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 207 – 246.
- _____. **História & Teoria:** Tempo histórico, História do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. pp. 207 – 233.
- _____. REIS, José Carlos. **História da “consciência histórica” ocidental contemporânea:** Hegel, Nietzsche, Ricœur. 2ª Reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 15, n. 45, 2010.

- RICŒUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I; Tradução Constança Marcondes Cesar e Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- _____. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira; Revisão Maria da Penha Villela-Petit. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- _____. RICŒUR, Paul. **A memória, a História, o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. **Hermenêutica e Ideologias**. 2ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Em busca de novos horizontes. Reflexões sobre a cultura romântica. In. **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna (Org.) Valdei Lopes de Araújo [et. al]. Belo Horizonte: MG, Argvmentvm, 2008. pp. 81-106.
- ROSENZWEIG, Roy. **Clio Conectada**: o futuro do passado na era digital; tradução Gil Reyes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022 [2011].
- RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica; tradução Estêvão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- _____. **Reconstrução do Passado** – Teoria da História II: Os Princípios da Pesquisa Histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- _____. Droysen Hoje: sobre temas extraviados da historiologia. In. **Cultura Faz Sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã; tradução de Nélío Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. pp. 58 – 86.
- SAMMER, Renata. Causa diz-se em quatro sentidos: sobre a hermenêutica droyseana e a teoria da causalidade aristotélica. **Revista História e Historiografia** • ouro preto • n. 13 • dezembro • 2013 • p. 172-187 • doi: 10.15848/hh.v0i13.600
- SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SCHMIDT, Lawrence. **Hermenêutica**; tradução de Fábio Ribeiro. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- SCHNÄDELBACH, Herbert. La Filosofía de la historia despues de Hegel. El problema do historicismo. Versão Castellana de Ernesto Garzón Valdés. Buenos Aires: Alfa, 1980 [1974].
- SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. **História da historiografia**. Ouro Preto. número 6, março de 2011. pp. 42-63.
- SCOTT, Joan. **Experiência**. Disponível em: historiacultural.mpbn.net.com.br/feminismo/Jean_Scott-Experiencia.pdf.
- SEIGNOBOS, Charles. **El método historico aplicado a las ciencias sociales**. Madrid: Daniel Jorro, 1923 [1901].

- SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? **História da historiografia**, vol. 6, vol. 11, 173-189, 2013.
- SILVA, Guilherme José Santini da. **A percepção do projeto de H.T. Buckle para a fundação científica da História pelo jovem Dilthey como o primeiro momento de sua tese sobre a necessidade de uma psicologia descritiva e analítica no sistema das ciências do espírito**. 124 f. Tese de doutorado em Filosofia. São Paulo. Pontífice Universidade Católica (PUC-SP), 2020.
- SIVA, Luiz Sérgio Duarte da. Rüsen e Ankersmit. **Intelligere, Revista de História Intelectual** vol. 3, nº 2, out.2017. pp. 54-59.
- SILVA NETO, Sartório de Amorim. O que é um Paradigma? *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, Volume 45, Número 2, Outubro de 2011.
- SILVA, Rogério Forastieri da. **História da Historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SINNERBRINK, Robert. **Hegelianismo**; tradução Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- SKINNER, Quentin. **Visões da Política**: sobre os métodos históricos. Algés, Portugal: Editora DIFEL, 2005;
- STONE, Lawrence. The revival of narrative: reflexões on a new old history. **Past and Present**. n. 85, p. 3-24, 1979.
- _____. History and pos-modernism. **Past and Present**. n. 131, pp. 217-218, 1992[1];
- TAYLOR, Charles. **Hegel**: sistema, método e estrutura; tradução Nélcio Scheider. São Paulo: Editora Realizações, 2014 [1975].
- TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**: indagações sobre o século XX. São Paulo: ARX, 2002.
- TOPOLSKY, Jerzy. **Metodologia de la Historia**; tradução Maria Luisa Rodríguez Tapia. Madrid, Espanha: Edições Cátedra, 1985 [1973].
- VASCONCELOS, José Antonio. **Quem tem medo de Teoria?** A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4ª ed., Brasília: Editora UNB, 2008 [1971].
- VICO, GIAMBATTISTA. **Princípios de uma Ciência Nova**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2005.
- VILANOU, Conrad. Historia conceptual e historia intelectual. **Ars Brevis**, [en linha], 2006, Núm. 12, pp. 165-90.

- WANNER, Maria Celeste de Almeida. Uma reflexão sobre a filosofia de C. S. Peirce. In. **Paisagens sígnicas**: uma reflexão sobre as artes visuais contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2010. pp. 25-52.
- WASSERMAN, Claudia. A História Intelectual: origem e abordagens. **Tempos Históricos** • Volume 19 • 1º Semestre de 2015 • p. 63-79 • 1983-1463 (versão eletrônica);
- WEHLING, Arno. **A Invenção da História**. Estudos sobre o Historicismo. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho: Editora da UFF, 1994.
- _____. Historiografia e Epistemologia Histórica. In. **A História Escrita**: teoria e a história da historiografia (Org.) Jurandir Malerba. – 2ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. pp. 175-191.
- WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX; tradução José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992 [1973].
- _____. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura; tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994 [1978].
- _____. The Value of Narrativity in the Representation of Reality, **Critical Inquiry**. v. 7, n. 1. On Narrative (Autumn, 1980). pp. 5-27.
- _____. A consciência histórica e o renascimento da filosofia da história. In. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX; tradução José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- ZAGORIN, Perez. Historiografia e pós-modernismo: reconsiderações. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 137-152.
- ZIMMERMANN, Bénédicte; WERNER, Michel. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. **Textos de História**, vol. 11, n. 1-2, 2003. pp 89-127;

ANEXOS

Sobre a história intelectual alemã de Kant a Schleiermacher (1842).⁶⁵¹

Difícil tarefa no breve tempo para falar sobre a filosofia Kantiana. Mas também apenas quanto à nossa tarefa.

Se olharmos para os pontos principais do anterior, descobrimos que o novo tempo começou com o Pietismo e sua interioridade, foi uma renovação do princípio luterano, só que agora a pureza e a intimidade de todo pensamento não é contra a santificação pelas obras, mas contra o espiritualismo igualmente mecanicamente voltado de um dogmático ortodoxo, que nada deixou à vontade senão a contrição.

Com o Pietismo⁶⁵² o indivíduo começou a se levantar novamente monadicamente, ele novamente ganhou terreno em si mesmo, confiança em si mesmo; o racionalismo da filosofia de Wolff⁶⁵³ foi a próxima realização, foi uma força para se manter contra o exterior, recém-fortalecido na mente crente, ganhou uma nova posição contra o mundo, e já se aprofundou nessa subjetividade, que vimos em Klopstock⁶⁵⁴ de tal maneira desinteressado, a partir do qual Lessing começou forte luta de caráter, que culminou no período *Sturm und Drang*⁶⁵⁵ para a autonomia mais plena, para a pretensão imediata de plena autoridade contra tudo que é objetivo e válido. Goethe⁶⁵⁶, vimos,

⁶⁵¹ DROYSEN. *Über die Deutsche Geistesgeschichte von Kant bis auf Schleiermacher (1842)*. In: *Historik*. Vol. 2: Texte im Umkreis der Historik (1826–1882), editado por Horst Walter Blanke, Stuttgart, Frommann- Holzboog, 2007. pp. 203-224.

⁶⁵² O Pietismo é um movimento religioso surgido na Alemanha, muito crítico a ortodoxia do protestantismo luterano. Está muito relacionado aos fundamentos propostos pelo teólogo Philipp Jakob Spener (1635-1705). Os teólogos ligados a este movimento defendiam o estudo profundo das escrituras como meio de professar uma fé embasada no conhecimento; a participação maior dos leigos na administração das igrejas; uma aproximação maior com o princípio católico da fé justificada pela prática; liberdade religiosa e direito assegurado para os incrédulos; reforma religiosa das Universidades e uso de uma oratória que conseguisse se comunicar com as pessoas das várias camadas sociais e das mais diversas formações. O Pietismo foi muito influente na teologia de Schleiermacher e na filosofia de Kant.

⁶⁵³ Christian Wolff (1679-1754). *Filósofo alemão e uma das figuras centrais da cultura alemã do século XVIII*. Seus estudos sobre o pensamento são reputados como percussores dos estudos no campo da Psicologia.

⁶⁵⁴ Friedrich Gottlieb Klopstock (1724-1803), poeta alemão, autor do poema épico “O messias”, considerado um dos expoentes da poesia classicista e marcado pelo pensamento pietista.

⁶⁵⁵ *Sturm und Drang*, literalmente “Tempestade e Ímpeto” foi um movimento intelectual alemão que reuniu artistas dos mais diversos seguimentos, manifestando sua resistência ao pensamento racionalista. Defendiam a prevalência da emoção em desfavor da razão. Valorizavam as formas clássicas da música, da poesia e da pintura e se mantinham reticentes em relação a mudanças abruptas e revolucionárias. Alguns dos principais expoentes do movimento foram: Johann Georg Hamann (1730–1788), Heinrich Wilhelm von Gerstenberg (1737–1823), Gottfried August Bürger (1747–1794), Johann Wolfgang von Goethe (1749–1832), Johann Jakob Wilhelm Heinse (1746–1803), Friedrich Schiller (1759-1805), Jakob Michael Reinhold Lenz (1751–1792), Friedrich Maximilian Klingner (1752–1831) e Johann Gottfried Herder (1744–1803).

⁶⁵⁶ Johann Wolfgang von Goethe, polímata, estadista e escritor romântico alemão. Autor do livro *Fausto*, romance escrito ao longo de quase 60 anos (1775-1832) e considerada a obra mais influente da literatura alemã desse período.

estava na vanguarda deste desenvolvimento, uma forma plástica, saudável, unida em corpo e alma, no sentimento pleno de ser um centro dominante; mas certamente a natureza poderia ser calmamente observada e espiritualizada para uma norma universal, talvez um amigo mais fraco, uma menina amorosa, uma nação de assuntos humildes permitiu-se ser tratado pacientemente e levado; mas na vida viva da história não foi suficiente com este egoísmo exclusivo e os poderes e paixões, Enchendo o peito do indivíduo, por exemplo, enfrentou objetividades que exigiam uma compreensão mais profunda, e em que o próprio ego pensante apareceu apenas como um momento. Então encontramos a nobre figura de Schiller, e ao seu lado imediatamente uma nova versão da filosofia, que foi além do eudemonismo da moral anterior, bem como além do racionalismo dos iluminados.

Não estou falando de sua posição sobre Locke e Hume, sobre Rousseau e Wolff. O progresso do desenvolvimento deu-lhe duas tarefas essenciais.

- 1 – Desdenhosa e furiosamente, a subjetividade tinha se afirmado contra a objetividade, mas a questão que se coloca é a de que direito; a filosofia tinha que garantir a conquista feita, por assim dizer, pela organização e por uma conexão ordenada e sistemática com o pensamento vitorioso da época.
- 2 – E esse pensamento vencedor teve que se agarrar em si mesmo, por assim dizer, para se tornar uma constituição filosófica.

Geralmente se fala da filosofia kantiana como se tivesse um sistema redondo do começo ao fim; este é tanto o caso como se pode dizer da Revolução Francesa que é apenas um; na verdade é um princípio que a guia, mas assim, que ela se desenvolve em formas sempre diferentes, até que tenha esgotado seu ciclo para dar espaço a outro princípio de vida. Mas aqui eu não quero seguir o desenvolvimento da filosofia de Kant, mas apenas enfatizar esses 2 momentos e no final lembrar os momentos mais simples de sua filosofia.

1 Crítica da razão pura (1781). Se Hume tivesse afirmado que não havia conhecimento verdadeiro das coisas, que nosso conhecimento, vindo apenas da experiência, não poderia ter certeza de que a natureza, a ordem do mundo, e assim por diante, era apenas um hábito de nossa observação, a ideia de generalidade e necessidade são apenas sonhos, então Kant, no entanto, aceitou esse ceticismo em algum grau, mas ele imediatamente continua a dizer que, uma vez que a universalidade e a necessidade estão em um ponto primário, que não podem vir da experiência, mas são a priori em nossas mentes. Ele descobre que a mente tem um

certo conjunto de tais generalidades a priori ganhando as categorias. Ele diz: Até agora supunha-se que todo o nosso conhecimento tinha que ser baseado nos objetos. Então, tente ver se você não consegue ir mais longe com a tarefa da Metafísica, se assumirmos que os objetos têm que seguir nossas cognições. É exatamente como com o primeiro pensamento de Copérnico, que não foi bem sucedido com a explicação do movimento celestial, quando ele assumiu que todo o exército estelar girava em torno do espectador, percebeu que teria melhor sucesso quando ele torna-se o espectador e deixa a estrela sozinha. Com isto, ganhou-se uma relação completamente nova contra o mundo objetivo. Todas as determinações, que reconhecemos pelas coisas, são determinadas por nós cognoscente, apenas a própria coisa permanece completamente inacessível para nós, só sabemos que é, mas não tem mais determinações, porque todas estas são determinadas pela nossa cognição. Até agora, o reino da mente, que forma seus remédios originais a partir dos estímulos recebidos pelos sentidos de acordo com as categorias existentes a priori. Mas vem outra força, a razão; se a mente era dependente da experiência, então a razão tem apenas consigo mesma a ver com o pensamento racional, ela lida apenas com a conclusão de nossa consciência subjetiva, com as ideias das quais mostra que elas podem se tornar produtos puros do 'devir'. E, no entanto, o intelecto com todo o seu conhecimento válido está sempre à mão para controlar as ideias da razão, acusando-a de enxaminação não autorizada assim que quer reconhecer algo por si mesma. É uma relação estranha. A razão está na Câmara dos Comuns e a razão está na Câmara dos Lordes, diz Jacobi, esta última representando a sensualidade, a soberania real, sem cuja ratificação nada pode ter validade.

Não quero continuar a perseguir este desenvolvimento, já se vê a perfeita contradição na razão, que quer ser absoluta e se sente justificada, mas não deve ser, porque não sabe como se tornar segura de si mesma. O respeito diante do objeto, que é, no entanto, privado de todo destino, não é superado, essa existência vazia da coisa em si não é deixada. E em proporções semelhantes, como “postulados”, essas grandes determinações permanecem em Deus e assim por diante, que pertencem mais ao pré-julgamento do que à conseqüente conexão do sistema. O sujeito ganhou o passo gigante de conhecer todas as determinações e o ser como suas determinações; mas ainda não se atreve a se afastar completamente da consciência aparentemente solitária, ainda não se atreve a tomar o conteúdo deste pensamento como o absoluto e o mundo

das aparências apenas como aparência. Neste círculo tudo é tenso e cheio de contradições - que devem ser resolvidas imediatamente.

Tão importante para o desenvolvimento da filosofia é este lado teórico de Kant, pelo significado geral da sua *Crítica da Razão Prática* (1788), e já mais concêntrico e fresco, sua *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785). A razão teórica, uma vez que sem um determinado objeto lhe faltam os controles do pensamento, não teria uma verdade sem que o próprio objeto lhe desse. Isso não leva ao egoísmo; em teoria, o ego agora acompanha todas as nossas ideias. Mas a razão Prática é uma coisa própria; o fato da vontade (para Kant não prova essa conexão) é imediatamente a idealidade provando-se como realidade. O eu é a causalidade do eu em um sentido prático: quero estar com Kant tal qual estar com Descartes, *cogito ergo sum*. Foi muito bem descrito: ele não carrega a evidência ontológica para Deus, mas para o homem. O querer é um *factum*, não um sensorial, mas um fato espiritual, o pensamento do “eu quero” é o Ser: ser e pensar reconciliado aqui, esta é a única independência plena para o sujeito; um infinito está agora dissolvido no seio do homem. E aqui agora a razão rejeita todo dado, todo material, que é necessário para ela em teoria, ela se presta ao querer, a vontade é livre, autônoma. “Eu sou livre”, este é todo o resultado da filosofia kantiana e o ponto central correto de sua força. Sou livre, nem a natureza, nem qualquer homem, nem o próprio Deus é capaz de qualquer coisa contra essa vontade de liberdade. E a inalação dessa vontade é razão, ela ordena fazer o bem, o bem como dever; não tem preço pelo qual nos compra; não comanda hipoteticamente, de modo que promete contra o desempenho, mas, obriga todas as nossas inclinações como um imperativo categórico a reconhecer sua necessidade; a necessidade da vontade brota de sua liberdade e a moralidade é o conhecimento deste dever.

Posso ignorar a futura derivação destes princípios. Vemos a concentração que a subjetividade recebeu aqui; ela aumenta para a completa autonomia da vontade, para a liberdade, cujo conteúdo é a necessidade; e assim o homem torna-se social e politicamente maduro; Kant reivindicou o direito para o homem rejeitar tudo o que discorda da sua moralidade. O ensino de Kant teve o sucesso infeliz; de mãos dadas com a poesia de Schiller, ela passou pela nação, que ganhou uma base teórica e prática completamente diferente; a filosofia popular foi superada, a moralidade eudemônica frouxa foi superada, no coração da nação era a palavra de liberdade que, ao contrário dos direitos dos cidadãos franceses deu apenas direitos, mas, antes de todos os deveres, e que, como a justificação de Lutero pela fé contra o trabalho externo, Então,

agora, com a mais alta afirmação da própria consciência livre contra o podre em si mesmo, o pietismo afundado e a arrogância alta do orgulhoso ortodoxismo da fé apareceram. Na Idade Média Católica, a personalidade livre trazida com o cristianismo tornou-se um formalismo vazio sob a autoridade da Igreja, uma arbitrariedade pessoal, sobre o qual se concordava com a igreja nas relações externas em ação, foi no curso do protestantismo cada vez mais longe da realidade em si para um Quietismo, tornou-se apenas uma atitude interior para o mérito vicário de Jesus Cristo. Assim, esta volta kantiana deu-lhe acima de tudo a conexão essencial com a realidade e sua iminente determinação de agir e, assim, ser o primeiro, você mesmo novamente. Foi somente essa moralidade kantiana na qual uma renovação do cristianismo vivo poderia se construir; não aqueles pressentimentos mais calorosos de Hamann e Lavater⁶⁵⁷, não aquela beleza de Jacobi, não aquelas imagens contemplativas de Herder, - uma renovação da verdadeira natureza cristã, que não se refere apenas ao dogma e à fé subjetiva, mas permeia toda a existência e contentamento do homem, seu estado, sua ciência, seu trabalho e sua obra. Tantas elaborações foram necessárias, de modo que a origem do ensino cristão, a liberdade infinita e legitimidade da personalidade, veio à consciência.

As inúmeras ramificações da contemplação kantiana eu ignoro; era semelhante à sua aparência exterior como a vemos hoje. Seu ensino foi condenado, perseguido, proibido, mas o poder do conhecimento seguiu em seu curso silencioso.

Encontramos os momentos de contradição interior em sua fundamentação teórica. Para eles, a mesma independência e autonomia tiveram que ser obtidas como para sua prática. Kant não poderia ganhar totalmente o passo da consciência para a autoconsciência. E que Fichte, que se considerava de boa-fé de acordo com Kant, até que ele próprio protestou formalmente contra ele em 1799. Quero falar sobre ele. Ele diz que o que se dá a nós para reconhecer não é nada, nenhuma substância, atividade especial, é a imaginação, imagens internas que a consciência, e a consciência que vê, o que é potencializador torna-se atualizado apenas por isso, que ela conhece de si mesma, que se imagina; o conhecimento se torna autoconsciente: este é o primeiro fato diretamente certo. Que eu me estabeleça, é o primeiro princípio do ensino de ciências. O

⁶⁵⁷ Johann Georg Hamann (1730-1788), filósofo contrarrêneo de Kant e um dos seus grandes interlocutores. Tinha como particular interesse o estudo da linguagem, do pensamento e da natureza do ser. É considerado o autor do conceito de “metacrítica”, para ressaltar a capacidade que o sujeito tem de pensar sobre seu próprio pensamento. Johann Kaspar Lavater (1741-1801), teólogo e poeta suíço, um dos precursores da chamada Fisiognomia, a tentativa de identificar o comportamento das pessoas pelos seus traços fisionômicos.

fato de eu me sentar é o primeiro princípio da ciência, e isso imediatamente segue: o eu define o não-ser. Ambos devem ser libertados na consciência, sem assim abolir a unidade da consciência. Neste idealismo de Fichte, acima de tudo, o contraste entre o sujeito pensante e o mundo objetivamente concebido é tão elevado que é transferido para o próprio ego. Eu quero ficar aqui com essas fundações, é o suficiente para a nossa tarefa. Vimos: Uma vez que o eu não pode existir como um subjetivo sem sua oposição, ainda há o conflito infinito entre sujeito e objeto, e esse conflito é inerente a este eu mesmo; então há um dever, para superar essa dicotomia, e assim exigir um ato, que não pode ser realizado, porque com a abolição do não eu a mediação do eu existente, assim a condição de sua própria existência (ser) (seria) abolida. Então aqui temos uma constante renovação, um caos completamente resultante da vida, uma negação constante e ambientado e nela apenas a vida, e a única coisa real é a vida para ele. A atividade humana é o absoluto, é a atividade de autorreflexão em cada um de seus atos. E assim ele agarra o próprio Deus: como uma ordem de eventos; ele não é sua, mas ação pura, isto é, vida; mas cada conceito pode se tornar, somente pelo qual eu sou compreendido, ser estabelecido por ele. Assim, deve-se abster completamente do pretexto de Deus em rigor filosófico.

Neste desenvolvimento de Fichte (anterior *Dasrtestellung*), acima de tudo, o conceito de ser, como ocorre na consciência comum, conseguiu destruir a existência meramente sensorial, insistente, material e, portanto, morto; o ser, que nos aparece assim, não é nada, mas contém apenas isso, para ser uma determinação em nosso pensamento. Fichte chegou ao ponto de não ter olho para ser, mas apenas para a lei. Gosta-se de pensar no idealismo de Fichte como uma consequência extrema da confusão; mas vê-se apenas a força ousada com a qual ele prossegue nas formas mais difíceis de abstração e divisão; ele é uma personalidade verdadeiramente grande, com coragem criativa mundana, ele vai para as profundezas da vida, ele quebra a ponte para a visão comum, para o senso comum; ele empurra o terreno sólido do positivo e real, sobre o qual Kant ainda está com um pé, atrás dele de volta ao nada, ele primeiro se atreve a manter-se na esfera da espiritualidade pura; seu ego com conteúdo infinito, com a força da vida criativa, ele não quer o céu ou a terra, mas ele constrói um novo mundo espiritual, esse mundo ideal que Kant não ousou dar espaço. Com Fichte é aberto um abismo infinito entre a ciência e a multidão, a filosofia popular tem atraído com ele uma grande série de amigos, mesmo na borda que ainda preservaram, - num eles diminuem, e ver mais e mais este meteoro flamejante do espírito pensante, espantado e tremendo,

eles querem dizer, significa a destruição do mundo e do tempo tremendo. Este é um bom sinal de que a filosofia se tornou especulativa desde que Fichte abandonou a trivialidade. Mas a partir desta altura espiritual da filosofia - que golpes poderosos do tempo brilharam na nação. Foi ele quem, nos tempos da mais profunda humilhação, quando a Prússia começou a reunir as forças populares novamente, apareceu no novo lar espiritual, a Universidade de Berlim, e atingiu com seu poderoso discurso.⁶⁵⁸ Foi ele quem, nos tempos da mais profunda humilhação, quando a Prússia começou a reunir as forças populares novamente, apareceu no novo centro da mente, a Universidade de Berlim, e se reuniu com seu poderoso discurso. Com este poder indestrutível do eu no seu pico mais alto, o eu, que conhece essas realidades para ser superado como sua barreira, como uma barreira em si mesmo e deve superar em si mesmo, este é o modelo para a elevação da Prússia e da Alemanha, que falou a palavra tão corajosamente.

Não posso sair daqui para Schelling; devo dar uma olhada no resto do movimento intelectual da Alemanha. Não que eu queira seguir como o princípio kantiano e parcialmente o fichteano se formou nas outras ciências. No final do século, encontramos em todos os lugares o espírito crítico - analítico, que Kant tinha sido um pioneiro, em todos os lugares encontramos a aplicação do tópico kantiano até a filologia. Somente com a filosofia de Schelling, que partiu do conceito de um absoluto, não de uma antítese, ocorre uma reação contra essa direção crítica em todas as ciências. Em nenhum lugar a influência kantiana foi mais enérgica do que no campo da teologia, e o racionalismo em sua forma moderna, ou seja, em sua energia mais abrupta (Paul, Stäudlin, Wegscheider), foi precisamente a aplicação do princípio kantiano às questões da religião, em oposição ao sobrenaturalismo moderno na tremenda revolta causada por Schelling.

Mas uma liberação real das disciplinas individuais ainda não era possível no ponto de vista de Kant - Fichte. A profunda percepção de que cada círculo de conhecimento constituía uma totalidade em si ainda não havia sido adquirida. Mas no campo da bela literatura encontramos um fenômeno estranho. Muitas vezes, e assim de Hegel, toda a educação e maneira de sentir da escola romântica é conectada a Fichte. Veremos como eles (os românticos) continuam com a mão de Schelling, e como neles a própria poesia se torna desonrada em si mesma, exagera-a para a ciência ou o

⁶⁵⁸ Referência aos *Reden an die deutschen Nation* (Discursos para a nação alemã), um conjunto de conferências proferidas por Fichte, entre 1807-1808, na Universidade de Jena, após as vitórias napoleônicas em que o filósofo apela para o sentimento de pertencimento do povo germânico, centrado na noção de “eu nacional”, marcado que conformaria a identidade do povo alemão.

catolicismo. Esta é a coisa peculiar no desenvolvimento espiritual alemão, que com Schiller a última possibilidade, em que a poesia para compreender o conteúdo espiritual mais elevado, foi dada, de que antes. Já o próximo passo para Fichte é acompanhado apenas pela poesia degenerada.

Nunca contestarei o imenso significado e acolhimento de Jean Paul.⁶⁵⁹ Ele é sem igual. Tudo o que importa aqui é consertar seu núcleo. Ele combina a subjetividade ideal de Goethe e o idealismo subjetivo de Schiller de tal forma que ele toma o subjetivo de ambos, é a subjetividade livre que ele representa em si mesmo. Ele quer afirmar mais poeticamente o que Fichte é sábio filosófico; mas o ego poético é diferente do filosófico, é o empírico, finito; e isso agora começa a proceder contra toda objetividade com a mesma arbitrariedade, para definir, combinar, confundir, para levar a poesia mais absurda ao seu auge. Nada positivo está lá, mas as ideias aleatórias, sensações e ideias deste ego, e do mundo inteiro, todo o conhecimento, tudo válido é jogado junto nesta visão caleidoscópica do romance humorístico, em que o fato é indiferente e só essa maneira de olhar as coisas é a picante. O declínio da poesia em sua conexão com a realidade da vida e seus interesses.

Era necessário obter a transição do comportamento teórico ideal do espírito alemão para as realidades. Quão significativa é a visão de Schiller da transição do estado estético para o moral. O primeiro impulso poderoso foi Kant, quando ele dirigiu a pesquisa filosófica para a relação do pensamento com o ser; mas ele permaneceu na abstração; seu ser desapareceu para um vazio, ele desapareceu ainda mais antes das consequências dominantes de Fichte, esse idealismo abstrato, que nem sequer deixou uma impressão vazia, enquanto contra Jacobi⁶⁶⁰, desesperado da energia do pensamento, nada restou senão ser, o absoluto, o sentimento íntimo de Deus; abnegação e acosmismo⁶⁶¹, fé e conhecimento estava na mais forte tensão entre si. Em vez da reconciliação de seu pensamento, de sujeito e objeto, o contraste era apenas mais difícil, mais embaraçoso, foi levado ao extremo.

Mas já não vimos ambos os picos no campo da arte se inclinando amigavelmente um para o outro em Schiller e Goethe? Faltava a ambos um momento em que a mediação parecia tão próxima, tão fácil: a mente religiosa. Estes são os elementos em Novalis, o

⁶⁵⁹ Nome pelo qual era mais conhecido o escrito romântico alemão Johann Paul Friedrich Richter (1763-1825), autor de inúmeras novelas e romances.

⁶⁶⁰ Friedrich Heinrich Jacobi (1743-1819). *Filósofo alemão, discípulo de Rousseau e amigo de Herder, Goethe e Hamann. Foi um fervoroso crítico do racionalismo.*

⁶⁶¹ Doutrina filosófica segundo a qual não existe o mundo sensível.

protótipo dos românticos.⁶⁶² À primeira vista, Novalis poderia nos lembrar de Jean Paul: uma variedade igualmente colorida de conhecimentos, de alusões, uma fraude igualmente notável do pensamento visual. Mas mesmo à primeira vista parece que sim; o núcleo de seu ser é completamente diferente. Vemo-lo com grande talento a mergulhar na filosofia de Fichte; mas ele vive e tece ao mesmo tempo imagens religiosas, na presença viva da história, na abundância milagrosa do valor natural, ele não afasta a natureza com o rigor de Fichte, mas a abraça com o amor mais profundo; ela se aprofunda na linguagem das águas e na formação dos degraus de minério, nas línguas das estrelas, como nos círculos do deserto do ser histórico. Com sua sede de devoção, ele funde o todo, um rico rio. Nas profundezas da mente ele afunda a filosofia, e assim como ele sente que definir e governar eu em si mesmo como uma vida poderosamente poética, ele encontra a vida e a vida poética em todos os lugares; ele não está apenas em ser a lei, mas a mesma rica plenitude de vida que ele procura. Ele olha para lá outra vez. Natureza e história aparecem para ele como se fosse significativo em um conto de fadas e brincalhão na aparência; e sua poesia é para ele o ser mais íntimo, o conto de fadas para abrir. Então ele escreveu para o Ofterdingen⁶⁶³, ele queria destravar nele a essência mais íntima da própria poesia, nem deveria seguir uma série de romances de tendências semelhantes, em que a filosofia, a vida burguesa, a história, a política, o amor foram tratados de forma semelhante.

Assim, tudo vem a ele nesta unidade superior da vida contemplativa, da mente absoluta, que é justa, alimentada com riqueza total de conhecimento filosófico e material, sozinha na situação, aquela necessidade mais profunda de tudo o que existe, para ver e falar o conto de fadas. O verdadeiro conto de fadas é uma visão do futuro. A história de Cristo é certamente um poema como uma história; e, em geral, só a história é uma história que pode ser uma fábula. Também a consciência, este sentido - e o poder ofegante, este germe de toda a personalidade, me parece como o espírito do poema mundial. E finalmente: Exigimos a visão da grande alma simples dos fenômenos do tempo, e se acharmos esse desejo concedido, pouco nos importamos com a existência accidental de suas figuras externas.

⁶⁶² Trata-se de Georg Philipp Friedrich Freiherr von Hardenberg (1772-1801), mais conhecido pelo pseudônimo de Novalis. Aristocrata, polímata e poeta. Um dos maiores nomes do movimento romântico alemão.

⁶⁶³ Droysen está fazendo menção ao romance inacabado Heinrich von Ofterdingen, iniciado em 1799 e publicado postumamente em 1802. Ofterdingen é também o nome de uma cidade, hoje, pertencente ao distrito de Tübingen, estado de Baden-Württemberg, próxima de importantes cidades, como Stuttgart e Munique, reduto de grandes intelectuais alemães.

Em toda parte aqui, neste misticismo filosófico-poético, estão os momentos que a filosofia de Schelling em breve pronunciará livre e puramente. Mas por serem inteiros e somente em mente com Novalis, eles não têm nele o lado de um conhecimento objetivo da generalidade (humana), eles se apresentam na forma de aleatoriedade, de autogratificação visionária, eles aumentam nele para horror e visão de luxúria; noite, sentimento - doente - o desejo de um tempo perdido e belo, estas são as formas de suas intuições mais profundas; tal mente, tal misticismo precisa da forma da comunalidade religiosa para se espalhar além de uma generalidade; mas o protestantismo é para ele (um governo revolucionário declarado permanente) e também a igreja onipresente que ele encontra quebrada pela (insurreição do protestantismo). Mas ele suspeita do novo tempo, que está em ascensão: uma tremenda ideia da arbitrariedade criativa, da ilimitada, da infinita multiplicidade, da santa peculiaridade e da onipotência da humanidade interior para se tornar ativa em todos os lugares. São todos apenas insinuações, incoerentes e grosseiras, mas revelam aos olhos do olhar uma individualidade universal, uma nova história, uma nova humanidade, o abraço mais doce de uma jovem igreja surpreendida e um Deus amoroso, e a recepção mais íntima de um novo Messias em mil membros ao mesmo tempo.

Lá se vai o Novalis. É a tentativa de ganhar a reconciliação por meios poéticos, mas a poesia não alcança mais, seu poder termina onde a personalidade se perde, onde deixa de ser um tudo em si, e só se torna um símbolo, como um conto de fadas, um pouco do sol sabe. Já não retém qualquer forma, borra-se na música e nos sons, no palpite, no misticismo. O indivíduo com a esfera pessoal da sua mente já não pode abarcar toda esta nova vida bocejante; em todos os pontos da realidade e da existência, a vida infinita é agora sentida, e a alma embreaga, tem sede de afundar nesta alívio, e a apoderar-se deste misticismo panteísta.

Antes de prosseguirmos para a primeira reconciliação em Schelling, vamos primeiro considerar os esforços poéticos adicionais do Romantismo. Eles fornecem evidências de que a poesia permanece por trás.

A Propaganda sobre Schlegel (*Athenaeum*, *Kritica*)⁶⁶⁴, Tieck, Arnim, Brentano, etc.⁶⁶⁵ Já no comportamento cotidiano prático desses ricos talentos vemos no topo a

⁶⁶⁴ *Athenaeum* trata-se de um obra coletiva de crítica literária em que Karl Wilhelm Friedrich von Schlegel (1772-1829), assim como Schleiermacher e Novalis também contribuíram. Já a Kritik mencionada pode ser uma referência ao livro *Charakteristiken und Kritiken* (Caracterizações e Críticas), escrito em 1801, em que Schlegel apresenta suas considerações sobre a literatura romântica do período.

tentativa de reverter a luxúria do misticismo para um misticismo da luxúria. A grande identidade do real e do espiritual, que Schelling já fundava cientificamente, agora é praticada, na qual *Lucinde* sistematizou, fez do amor carnal o símbolo da identidade espiritual.⁶⁶⁵ O casamento natural é o topo. Aqui o ensino mais elevado significa: “a diligência e o benefício são os anjos da morte, que negam ao homem o retorno ao Paraíso”. O romantismo é levado a retratar esse alívio na versão mais pessoal, torna-se a vaidade mais autêntica, constitui-se como um mundo (errado). O romantismo está aumentando. Saudade e descanso tornam-se suas palavras-chave de atividade e dever: a naturalidade não como tal, mas a naturalidade refinada, o retorno feito para o Paraíso.

Assim contemplam o mundo real com a ironia que os acompanha em toda a sua poesia, o que os torna o princípio formal da arte. Não é a maneira de Fichte e de Jean Paul que mantém rigidamente o idealismo subjetivo, mas a ironia ironiza-se, evapora-se e o seu conteúdo mais sagrado, tenta precisamente que a abolição do subjetivo no objetivo seja, por assim dizer, a dialética poética; e seu único resultado é que nada permanece fixo, permanente, absoluto; o único permanente é precisamente essa ironia, que permanece nada, o reino espiritual.

Feitiço mágico ao luar,
Que mantém a mente cativa,
Maravilhoso mundo de conto de fadas,
Ergue-se em ampla glória, antiga.
(Tieck).

Vemos como no romantismo a poesia perde todo o seu âmago, todo o seu verdadeiro conteúdo; nada resta senão infinita mobilidade e receptividade, uma força apenas para tudo, uma mera possibilidade, uma sede nunca saciada.

Concepção maravilhosamente fina para todo o possível, para espanhol, inglês, poesia antiga, devoção na todas as formas de arte, concepção significativa da natureza, da história. Eles (os românticos) são atraídos para tudo distante e estrangeiro, e

⁶⁶⁵ Na ordem: Ludwig Tieck (1773-1853), Elisabeth Katharina Ludovica Magdalena Brentano, mais conhecida como Bettina von Arnim (1785-1859); e seu irmão, Clemens Wenzeslaus Brentano de La Roche (1778-1842). Arnim herdou o sobrenome do esposo, Carl Joachim Friedrich Ludwig Achim von Arnim (1781-1831). Todos estes poetas e romancistas ligados ao movimento romântico da literatura alemã.

⁶⁶⁶ A obra *Lucinde*, de autoria de Schlegel, foi escrita entre 1799 e 1801. Trata-se de um romance em defesa do amor livre, o que não foi bem recebida pela moral luterana.

assimilam-no com a agilidade mais hábil. Sem estrelas, elas desaparecem e se confundem com o som das ondas e os sussurros das gramíneas e o brilho da noite. A mente da nação tinha caído em abstrações e ideais. A Ásia leva de volta à vida mental da nação o passado e a natureza, mesmo não enfrentando o aqui e o agora, eles anulam o espaço e o tempo e enriquecem o sentimento imediato da nação com a riqueza de todo o passado distante.

Assim, no entanto, eles trazem uma vida completamente nova e estranha para a nação; e a disposição profunda dela parece estimulada em todos os lugares e impulsionada para mais sentidos e anseios. Ela se sente cercada por contos de fadas e lendas, por misticismo e magia: no rígido - iluminação inteligente, na moralidade categórica nos ideais claros de Schiller segue um tempo cheio de penetrações inicialmente fantásticas de todos os elementos possíveis, eles estão envoltos em cismas crepusculares em torno do até então solitário, apenas interesse teórico da nação; eles são as primeiras abordagens para as cristalizações ricas, que irão imediatamente esmagar e moldar as ciências. O romantismo é o precursor do Período Científico da Alemanha, que, iniciado por Schelling, dirigido por Hegel em forma estrita, começou a trabalhar com um poder surpreendente. O espírito alemão entrou em uma nova fase; enquanto ele se desvia das realidades, ele as alcança de dentro, submete-as, domina-as também para fins práticos, ele cria uma esfera de existência para si mesmo, na qual, finalmente, os resultados de longas privações para o lucro rico.

Constatamos que o Romantismo não foi capaz de apresentar o estágio de desenvolvimento da poesia de forma totalmente adequada. Houve um alívio na natureza e na história, uma alusão infinita, um horror secreto diante dos olhos da vida que olham para todos os lados; vendo que já não se via coisas, via-se a sua vida, o seu conto de fadas, só que a palavra da poesia já não pode expressar esta melhor coisa, mas ele próprio permanece como algo não dito ao lado das palavras, atrás dele (Byron: A pedra e a árvore choram com ele) A poesia não era mais suficiente, a palavra dura e conceitual não compreendia a infinidade de ancestralidade, formas e sons eram permitidos tocar, e o último e mais profundo permaneceu indizível. Semelhante como em Klopstock, a música entra no palco para alcançar o que a poesia teve que desesperar.

Neste ponto devo chamar Beethoven (...) Ele (seu trabalho) é a luta titânica do pensamento, uma violência de conteúdo que parece rasgar a forma em todos os lugares para despertá-lo de sua rigidez para uma nova vida espiritualizada (para ele). Mas com quem este pensamento luta? Aqui vemos a música, a arte chegar a um pico semelhante,

como em Schelling o conhecimento, a palavra (...) O que Novalis só poderia sugerir com seu conto de fadas é alcançado aqui na plenitude artística mais completa. Desde o seu último momento espiritual, do espaço e do tempo, a natureza desenvolve uma vida sadia que é perfeitamente adequada para a expressão do pensamento. Não uma massa morta, não a aparência colorida do real, mas sua lei mais íntima e última expressa o sentimento e a vida do espírito em todas as suas formações. Aqui na obra de arte natureza e espírito, ser e pensar é completamente identificável.

Poderíamos dizer que em Beethoven, como em toda a arte aperfeiçoada, há uma reconciliação do pensamento e do ser, do sujeito e do mundo objetivo; mas a reconciliação é uma obra de arte, uma nova criação na qual o jogo aparentemente aleatório de sons parece livre e ainda necessário, um mundo pequeno, completo e necessariamente no jogo livre de detalhes em si. E num vemos (isso) contra o que a filosofia faz em Schelling e depois em Hegel. É a mesma reconciliação, seus sistemas são obras de arte, eles compõem um mundo de pensamentos que só falta o belo jogo do acaso.

Não falarei em detalhes do sistema de percepção intelectual de Schelling. Uma representação esporádica só destruiria miseravelmente a riqueza esmagadora de suas opiniões entusiasmadas.

Lembro-me apenas de alguns pontos principais, mas Schelling começa a partir do ego Fichte. Ele descobre que é ativo na maneira do artista que misteriosamente faz uma imagem, uma estátua, uma peça de música e depois a tem na frente dele para contemplá-la, para se conscientizar de sua criação. E este eu é apenas a ponta da avenida na natureza, que é ao mesmo tempo a base de si mesmo (sujeito) e efeito, Objeto, natura naturata, o ser é vida, é atividade, é movimento entre os elementos polarizados, que está apenas no topo da avenida da natureza, no ser humano para se conectar à unidade imediata e desejada. Assim, encontra no reino da objetividade o que está no reino da subjetividade, mas inconsciente; as ações da natureza são as mesmas da mente, do pensamento; o ser original, que é subjetivamente considerado atividade criativa, é objetivamente considerado movimento, ou seja, espaço determinado pelo tempo. Expansão e contração são os fatores do ser em sua primeira forma, a matéria; sem a força subjetivante negativa do ser, o tempo, o universo fluiria para o vazio infinito, sem a força positiva objetiva do ser, o espaço encolheria para um ponto matemático. Mas nenhuma força existe por si só, cada uma com a outra, mas relativamente uma predominantemente. Assim, ganhamos o novo contraste de peso e

luz. A luz é o pensamento da natureza ou melhor, seu eu ainda espacial - eu - olhando, é a alma, a atividade espiritual, embora ainda inconsciente do mundo, a luz - sendo apenas juntos trazer o belo brilho da vida e completar a coisa para o real. E já aqui se desenvolve o novo contraste mais elevado de magnetismo e eletricidade, que o processo químico supera, através do qual a natureza se potencializa para a vida, que então vem a si mesma apenas no indivíduo como organismo, para o auto-movimento, sensibilidade e irritabilidade determinadas, finalmente, no ser humano, no qual a natureza ganha sua autoconsciência. Nesta fase, tudo o que foi formado até agora, como objetividade, passa por cima dessa subjetividade. O sujeito absoluto agora ocorre, como um momento idealista, como puro conhecimento, de toda a esfera anterior do espírito, este (reconhece) que o trabalho inconsciente da natureza é racional; o trabalho da natureza está em necessária harmonia com a mente consciente; ambos aparecem como a história da natureza, da mente.

Isso pode ser suficiente para descrever a posição de Schelling, sua visão panteísta. É no dia em que Schelling, desta forma, nem ganhar um Deus pessoal, nem o jogo do acaso, como chamamos, compreender, realmente pode ganhar a amplitude da existência no tempo e no espaço em nenhum lugar. Os esforços posteriores de Schelling são de grande interesse filosófico, mas podemos ignorá-los.

Mas o resultado infinitamente positivo da filosofia de Schelling foi um enriquecimento indescritível do espírito alemão; é somente a partir dele que se pode reivindicar uma verdadeira ciência. O entusiasmo visionário com que Schelling ensinou, descobriu e abriu essa fantasia pensante na natureza e na história. Todo o material rígido e esporádico do conhecimento tornou-se fluido, tinha a condição prévia de ter conteúdo e movimento vivos; todo conhecimento podia ser considerado como um segmento de toda essa vida do espírito absoluto. Quão poderosamente as observações da natureza de Oken e de Steffen⁶⁶⁷ se encontraram no estudo da natureza, a terra rígida tornou-se um trabalho vivo e ativo; coerência, a mesma lei foi descoberta em todos os lugares, as descobertas empíricas da Inglaterra e da França, as leis da física foram colocadas no contexto científico do pensamento universal. Seguiu-se, da própria natureza surgiu

⁶⁶⁷ Droysen está se referindo a Lorenz Oken (1779-1851), autor do livro *Lehrbuch der Naturphilosophie* (Manual de Filosofia Natural, 1809) e Henrik Steffens (1773-1845), poeta e cientista norueguês. Ambos influenciados por Schelling e suas reflexões sobre a Filosofia da Natureza.

como maior potência a vida espiritual, a história, considerada geografia pela primeira vez neste contexto, tornou-se ciência pela C[arl] Ritter.⁶⁶⁸

Os primeiros impulsos da vida espiritual, os primeiros desenhos, linguagem e mito, foram pesquisados como testemunhas dessa transição decisiva, o simbolismo de Kreuzer⁶⁶⁹ começou uma ciência completamente nova, a história religiosa suspeita de conexões, evolução progressiva, da versão mais infantil do paganismo, aumentada em grande conexão com o conhecimento cada vez mais elevado. Ao considerar as línguas nesta definição como a primeira expressão direta da vida espiritual desperta, um estudo completamente novo, a Linguística: comparação de línguas, os estudos de W. Humboldt,⁶⁷⁰ W. Schlegel, Grimm e Bopp foram selecionados.⁶⁷¹ A filologia anterior foi completamente reformulada, um tremendo empirismo da linguística evoluiu. Os românticos, insatisfeitos no desenvolvimento poético de seu ponto de vista, participaram dessa vida mais agitada. A história da arte ganhou um significado totalmente novo e uma devoção e sutileza de observação, que ainda não se suspeitava; novas expressões essenciais da vida foram encontradas nos produtos da arte de todos os tempos, de todos os povos. Em todos os lugares parecia ser apenas que se procurou completamente e nitidamente através do material existente para descobrir novos brotos, para descobrir a vida nos aparentemente mortos. Assim começou a crítica imaginativa de Niebuhr⁶⁷² da história, e ao mesmo tempo seu oposto da queda de Stühr dos Estados Naturais, Görres⁶⁷³[...], a visão de Schlegel da história em um caminho completamente oposto. A história se abriu de uma maneira completamente nova, começou-se a encará-la em seu crescimento natural, coletou-se e trabalhou-se na natureza abundante da Idade Média, viu-se que cavalheirismo e hierarquia eram semelhantes aos edifícios da catedral. Começou-se a desvendar o presente nestas suas relações históricas, que agora

⁶⁶⁸ Trata-se de Carl Ritter (1779-1859), o grande geógrafo alemão. Considerado um dos fundadores da Geografia moderna e de quem Droysen foi aluno, na Universidade de Berlim.

⁶⁶⁹ Droysen pode está se referindo a Karl Christian Friedrich Krause (1781-1832). Filósofo alemão, professor em Jena, fundador do pensamento Panenteísmo (Krausismo), doutrina teológica segundo a qual Deus é a substância imanente, espírito universal ao qual tudo pertence e a tudo transcende.

⁶⁷⁰ Friedrich Wilhelm Christian Karl Ferdinand (1767-1835), barão von Humboldt, filósofo fundador da Universidade de Berlim, em 1810.

⁶⁷¹ Jacob Ludwig Karl Grimm (1785-1863), os dos famosos “irmãos Grimm”, compiladores de histórias populares, de quem Droysen era próximo e cita mais de uma vez na *Historik*. E Franz Bopp (1791-1867), linguista alemão, famoso por seus estudos comparados das línguas indo-europeias.

⁶⁷² Barthold Georg Niebuhr (1776-1831), estadista e historiador alemão. Um dos percussores a Escola Histórica Prussiana e do movimento historicista.

⁶⁷³ Johann Joseph Görres (1776-1848), jornalista e professor universitário alemão. Um dos grandes nomes do jornalismo político. O texto não é muito claro, mas, parece que Droysen está afirmando que Niebuhr tem posicionamento diferente em relação a visão de História de Görres e Schlegel.

estavam a tornar-se vivo novamente; imperador e império novamente veio à tona, um era católico e usava roupas medievais.

Sentindo-se cercado por todos os tipos de imagens e relações da avenida, o mundo espiritual do magnetismo começou sua assombração. Milagres e sinais se acendem, um estava no frenesi mais maravilhoso. O pensamento racional abstrato foi superado, o misticismo panteísta de Novalis se espalhou para uma riqueza de gênio imaginativo, a contemplação; e no lugar do esclarecimento e do racionalismo rígido veio a interioridade indulgente de uma vida emocional em que o conhecimento e a fé, ser e pensar, foram completamente dissolvidos.

Se tivéssemos que chamar o período Goethe - Schiller de paganismo protestante, encontramos aqui o do catolicismo protestante. Não quero referir-me às numerosas aparências externas, inúmeras aparições, catolicismo em romances e poemas, etc. ; mas essa é a própria essência do catolicismo que o sujeito tem sua liberdade espiritual não em si, mas em geral, em atitudes apenas subsumidas, do qual não é um órgão integrador. À medida que a ciência deste período sobe apenas no momento da percepção intelectual, no entusiasmo do gênio imaginativo, para o conhecimento dessa vida toda, que é estranha ao resto do comportamento cotidiano, só assim o assunto permanece na Igreja Católica apenas alguns atos e momentos em unidade direta com esta comunidade eclesial, e é então deixado a si mesmo no resto; a fé não tem em si mesmo seu templo e seu constante poder revigorante, mas se destaca lá como um tesouro da igreja, como um único salvando An - Si mesmo, que também pode dispensar a participação do crente individual, o dualismo da Idade Média católica se repete nesse dualismo, comportar-se de maneira diferente nas horas de ordenação da espiritualidade superior. A ciência e a vida estão em completa separação e ainda assim devem ser uma e penetrar umas nas outras.

No solo do Romantismo, Schelling e Catolicismo, a arte medieval em particular cresce de novo. Veit, Friederich, Overbeck e Cornelius são os fundadores do novo Mahlerei, onde desde então a transição para o catolicismo não ocorreu.⁶⁷⁴ Em primeiro lugar, externamente, eles compreendem as formas distintas de arte católica da Itália e da Alemanha em artifícios piedosos, em simbolismo barroco. Mas representando a aparência da realidade expandida viva, eles mesmos são levados além dela, a realidade

⁶⁷⁴ Philipp Veit (1793-1877), Johann Friedrich Overbeck (1789-1869), Friedrich Wilhelm von Schadow (1789-1862), Peter von Cornelius (1783-1867). Grupo de pintores e escultores alemães, ligados à Universidade de Viena, apelidados de Nazarenos, pela forma austera de se vestir e pelos cabelos longos, um traço da personalidade religiosa que também se refletia nas suas obras de arte.

sensual se afirma, a escultura começa a moldar suas formas plásticas completas, exige sua participação no novo design, agora a beleza plástica do mundo grego é usada na correta usabilidade e urgência (Schadow, Rauch, Schwanthaler), vai além do simbolismo, da indefinição, da desejabilidade, Agarra-se a vivacidade concentrada de momentos historicamente distintos, culmina a pintura para a representação avassaladora dos afrescos de Munique, especialmente Cornelius e Kaubach. E o norte da Alemanha transformou o lado romântico em um novo tipo de paisagem. Friedrich, Lessing⁶⁷⁵: eles transferem Beethoven para o *Mahlerei*.⁶⁷⁶

A arquitetura começa a partir dos mesmos começos, começando com repetições medievais, continuando a basílicas, templos, arcadas. Mas Schinkel começa uma penetração de todos esses momentos diferentes, tentando organicamente criar algo novo vivo. Mas ele ainda não ganha uma forma para a tarefa mais elevada, para a Igreja Protestante; nem a Reforma tem que, não era forte o suficiente para construir um estado e uma igreja a partir de sua essência, era apenas na esfera do sentimento individual, ela criou apenas uma música e também a perdeu; O paganismo e o catolicismo têm que trabalhar por si mesmos para chegar a si mesmos; é isso que eles estão começando a fazer agora.

E no topo está o inesquecível Schleiermacher. Ele se levanta contra aqueles espíritos que invadem o céu, contra esse panteísmo subjetivo com a consciência clara da finitude; ele traz de volta esse gênio arrogante para a consciência de Deus, sobre o sentimento de dependência como base da mente humana e do sentimento religioso, a partir dessa avenida, ele novamente concentra a consciência novamente para o sentimento da personalidade, e assim recupera o terreno do protestantismo. Mas quão infinitamente enriquecida é essa personalidade que se sente dependente, que agora se conhece firme e livremente na fé. O próprio Schleiermacher é desenvolvido na plenitude mais rica, receptivo e acessível por todos os lados, alimentou-se de Platão, com os românticos que ele manteve em estreita relação: estado, ciência, arte, todas as esferas de interesse humano encontram-no pronto e acessível, e fora de (esta) riqueza mais rica ele trabalha o início do novo Protestantismo, que tem apenas o estado e a vida, o conhecimento e fora de si, finalmente, para compensar os arranjos gerais. Ele não tem

⁶⁷⁵ Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781). Poeta, filósofo, dramaturgo e crítico de arte alemão, um dos maiores pensadores do Esclarecimento, conhecido por sua defesa irrestrita da liberdade religiosa.

⁶⁷⁶ Droysen está fazendo referência ao livro *Ueber Mahlerei und Bildhauerarbeit in Rom* (Sobre pintura e escultura em Roma), de autoria do crítico de arte Friedrich Wilhelm Basilius von Ramdohr (1757-1822), publicado em 1787 e que teve várias edições. Sem mencionado no *Mahlerei* era considerado um sinal de prestígio e reconhecimento para um intelectual. Parece ser esse o sentido aqui empregado por Droysen.

a força para vencer ainda. E se apenas a teologia é trazida de volta a este solo próprio, o velho sentimento interior de novo desperta em todo o povo, a fé emerge novamente em novo poder alegre, o Festival da Reforma (1817) foi um novo ponto de conexão. E as 95 teses à porta da nossa igreja universitária, com o *Winterpostille* e *Sommerpostille*⁶⁷⁷, corajosamente e com sucesso invocaram a palavra alegre e poderosa da fé protestante contra a religião da razão com a qual não é nada.

Pode-se comparar Schelling com Platão e Hegel com Aristóteles; mas eles não são seguidos pelo Stoa e Epicuro, mas por uma vida renovada, mais rica do espírito cristão-protestante. E como a música em Seb[astian] Bach manteve a fé viva de nossa igreja contra a névoa morta da ortodoxia, até que o pietismo assumiu uma nova atividade espiritual, de modo que o espírito protestante mais recente celebrou na música (seu) renascimento em que *Paulus*⁶⁷⁸, o Oratório da fundação da comunidade cristã, por von Mendelssohn, consagrado por Schleiermacher. Aqui eu quero (fechar), anda muito resta, infinitamente importante. Hegel, um império napoleônico de pensamentos.

⁶⁷⁷ *Winterpostille* (1528) e *Sommerpostille* (1544) são textos escritos pelo reformador Martinho Lutero (1483-1546). Droysen está comparando o efeito que a obra luterana teve para a mudança do pensamento religioso de sua época com o impacto da obra dos autores alemães do século XVIII para uma nova concepção filosófica da História.

⁶⁷⁸ Oratório é gênero musical dramático, realizado na forma de concerto. O oratório *Paulus* é uma composição religiosa iniciada em 1830 e finalizada em 1836, por Felix Mendelssohn-Bartholdy (1809-1847), músico prussiano de origem judaica, batizado por Schleiermacher (de quem era amigo e aluno), em Berlim, onde o famoso teólogo e hermeneuta era pregador.

Elevando a história à categoria de ciência.⁶⁷⁹

História da civilização na Inglaterra por H. T. Buckle, Vol. L. ed, 2, Londres 1858, Vol, II. 1861.

A História da Civilização na Inglaterra por H T Buckle, traduzido por A. Ruge Volume I, tomo 1.2, Volume II Leipzig 1860. 1861.

Nossa época gosta de se vangloriar de que trabalha cientificamente mais livremente, mais livremente, com maiores, também sucessos práticos, do que qualquer anterior. E as ciências naturais recebem o preço no que fazem e na maneira como o fazem.

A energia dessas disciplinas é que elas estão plenamente conscientes de suas tarefas, seus meios, seu método, e que consideram as coisas que colocam no campo de sua pesquisa do ponto de vista e somente daqueles em que seu método se baseia. Esta área de estudo é adequadamente descrita por um investigador francês com as palavras frequentemente citadas: "Toda vez que se pode colocar um dos fenômenos vitais na classe do físico, também se fez uma nova conquista nas ciências, cujo campo se expande com ele; então as palavras são substituídas por fatos, hipóteses por análises, as leis dos corpos orgânicos então coincidem com as do inorgânico e se tornam capazes de explicação e simplificação como esta".

Mas essa afirmação ocorre em uma comunidade que é mais do que alarmante. Ou seria, de fato, uma nova conquista nas ciências somente se fenômenos vitais fossem colocados na classe da Física? A natureza e o campo da ciência seriam corretamente definidos? Devem eles reconhecer outras áreas do conhecimento humano, para ser apenas na medida em que são capazes de transferir fenômenos vitais para a classe da Física?

Não são apenas as surpreendentes conquistas e sucessos dos trabalhos científicos que espalham a convicção de que seu método é o mais excelente científico. É no modo educacional de nossa época, no estágio de desenvolvimento em que nossos estados sociais e morais entraram, que a razão mais profunda para a popularidade de uma visão, que é a correspondente para o mundo dos fenômenos quantitativos.

⁶⁷⁹ *Erhebung der Gechichte zum rang einer Wissenschaft.* In. DROYSEN. Grundriss der Historik. Die letzte Druckfassung (1882). pp. 451-469.

Buckle não é o primeiro a tentar abordar o caráter não científico da história, [ἀμέθοδος ὑλη]⁶⁸⁰, como um velho escritor chama, colocando seus fenômenos vitais em consideração, que são análogos aos que emanam as ciências exatas. Mas o que é ocasionalmente introduzido por outros - por exemplo, na fórmula do crescimento natural - ou realizado na concepção muito insondável, apenas metafórica do orgânico, que é realizado por outros - assim por Comte na atraente "filosofia positiva" - se a identificação for feita de forma especulativa, Buckle deve fornecer uma declaração histórica exaustiva.

Ele fala com expressões agudas sobre a "guilda dos historiadores" e suas realizações anteriores, e sobre a negligência com que eles trabalharam, a falta de escrúpulos com que eles pesquisaram; ele pensa que de acordo com sua maneira de trabalhar "Todo escritor é qualificado como historiador; 'seja o mesmo também incapaz de lidar com os mais altos ramos do conhecimento por preguiça mental ou limitação natural, ele só precisa passar alguns anos lendo um certo número de livros, e ele pode escrever a história de um grande povo e obter uma marca em seu rebanho, que para todas as direções mais elevadas da história do pensamento humano ainda está em imperfeição deplorável e apresenta uma aparência tão confusa e anárquica que só pode ser esperada de um objeto cujas leis são desconhecidas, sim, cuja razão ainda não foi estabelecida".

Ele, portanto, pretende elevar a história a uma ciência, porque ele ensina a provar os fatos históricos de leis gerais. Ele abre o caminho para isso, explicando que as ideias mais primitivas e cruas sobre o curso dos destinos humanos teriam sido resumidas nos termos do acaso e da necessidade, que "muito provavelmente" destes mais tarde nos "dogmas" do livre arbítrio e da predestinação que ambos são "erros" em nenhuma pequena medida ou, acrescenta, "que pelo menos não temos prova suficiente de sua verdade". Ele encontra, portanto, todas as mudanças que a história está cheia, todas as vicissitudes que afetam a raça humana, seu progresso e sua decadência, sua felicidade e miséria devem ser fruto de uma dupla eficácia da influência de fenômenos externos em nosso interior e os efeitos de nosso interior no exterior. Ele descobriu a confiança, as "leis" desta dupla ação, de modo que a história do homem pode ter gerado em uma ciência.

⁶⁸⁰ A expressão grega ἀμέθοδος ὑλη utilizada por Droysen pode significar algo como "não desenvolvido" ou "não ordenado" ou, em um sentido mais livre, "sem método", conforme nos parece atinente à intenção do autor.

Buckle vê o conteúdo histórico real da vida humana no que ele chama de civilização. Ele desenvolveu a história da civilização do povo inglês, francês, espanhol e escocês para usar esses exemplos para mostrar a aplicação de seu método, a correção das leis que ele encontrou. Ele considera estas leis, como ele diz, de duas únicas maneiras, a da dedução e a da indução; dessa forma, provando como essas leis explicam o desenvolvimento histórico da civilização entre os povos acima mencionados; sobre isso, resumindo a partir da abundância de fatos que ele coletou em seus estudos a autoridade e decisiva e encontrar a expressão superior que os une.

Não vou investigar sua indução e dedução de acordo com o material histórico relacionado à sua provação. Em seu tipo de uso de fontes, na seleção de suas indicações, na adequação de suas compilações, pelo menos, a inadequação errônea, arbitrária, poderia estar presente em abundância - como é realmente o caso -sem a tarefa, o método que ele recomenda à nossa ciência perderia seu valor científico; somente o historiador Buckle teria sido deixado para trás o pensador, o filósofo Buckle, e os historiadores especializados teriam tido a tarefa, a grande invenção que ele lhes ofereceu para exemplificar e explorar melhor do que o diletante espiritual tinha sido capaz de fazer em nossos estudos.

Anteriormente, este (von Sybels) jornal deu alguns ensaios sobre os aspectos metodológicos da nossa ciência e sobre a natureza e o alcance da cognição histórica. No entanto, deve entregar-se às questões que, afinal, não são apenas de natureza histórica, mas que devem ser tratadas pela própria ciência e resolvidas à sua maneira, se não quiser correr o risco de ser confrontado com tarefas estrangeiras, Esboçam-se caminhos, acrescentam-se definições do termo ciência, porque não pode submeter-se sem renunciar a si mesmo, sem renunciar à profissão, que no campo do conhecimento humano tem que cumprir e só ela pode cumprir.

Não será negado aos estudos históricos o reconhecimento de que também eles têm alguma participação no movimento espiritual da nossa época, que são ativos na descoberta de coisas novas, na pesquisa de uma nova tradição, na apresentação do que foi encontrado de maneira apropriada. Mas se alguém lhes perguntar sobre sua justificação científica e sua relação com os outros círculos do conhecimento humano, se alguém lhes perguntar sobre a justificação de seu procedimento, sobre a conexão de seus meios e suas tarefas, eles ainda não são capazes de Quão séria e profundamente o indivíduo de nossa "guilda" pode ter pensado através dessas questões, nossa ciência ainda não estabeleceu sua teoria e seu sistema, e por enquanto é assegurado que não é

apenas ciência, mas também arte é e talvez, - pelo menos de acordo com o julgamento do público, - é mais do que isso.

Nós, na Alemanha, temos a menor razão para ignorar o alto valor do aumento da tecnologia em nossos estudos, a crescente prática e segurança no tratamento da crítica histórica, os resultados alcançados com ela. A pergunta aqui em questão é outra. Uma obra como a de Buckle é muito apta a lembrar até que ponto os fundamentos de nossa ciência são obscuros, controversos e sujeitos a opiniões arbitrárias. E a profunda impressão de que o mesmo não está apenas no amplo círculo de amantes de cada paradoxo mais recente, pode ser chamado de bater na mesa ou falanstério ou a folha de oliveira dos amigos da Paz, mas também feito em alguns camaradas mais jovens de nossos estudos, pode muito bem ser um lembrete para nós para finalmente procurar a justificação para a nossa ciência, pela qual as ciências naturais desde Bacon - se de outra forma ele merece essa fama - estão à nossa frente.

Ou seria mérito do Buckle ter feito isso? Ele teria desenvolvido o verdadeiro significado e conceito de nossas disciplinas, a gama de suas competências? Ele seria o bacon da história e seu trabalho o *Órganon* que nos ensinou a pensar historicamente? Seria no método que ele ensina o poder, dos reinos do conhecimento histórico o *espetáculo dos ídolos*, o *fórum*, o *teatro*, etc. removê-los de nós agora na forma de "erros", como ele os chama, do livre arbítrio e da providência divina, da superestimação do princípio moral em relação ao intelectual, etc. obscurecendo a visão? E se ele estivesse realmente certo, se ele invocasse a parte mais interessante de suas proposições fundamentais, para a do livre arbítrio, em nosso Kant, quem como ele - esta é a sua visão - "a realidade do livre arbítrio na aparência para um fato insustentável" reconhecido? Será que ele pertence à prioridade da descoberta recentemente anunciada na Alemanha com um sotaque tão animado, que o ensino de Kant contém exatamente o oposto do que se acreditava até então ser encontrado nele, o resultado da crítica da razão pura e da razão prática de que um não é tão bom quanto o outro na verdade?

O tradutor da obra de Buckle já apontou que até agora a filosofia kantiana era o limite mais externo ao qual os pensadores ingleses se aventuravam; ele chamou a filosofia de Buckle de "um pensamento imperfeito, que até mesmo o empirismo bruto pode ser considerado como filosofia"; ele acusa seu autor de uma "consciência preconcebida" delirante de todos os pensamentos, apesar dos Vedas, Cousin e Kant dos "únicos países estrangeiros mencionados". Se ele, no entanto, acolhe as leis encontradas por Buckle "como um brilho através de um verdadeiro programa de progresso da mente

humana", e fala da "profissão reformatória" que o trabalho também tem para a Alemanha, então tais declarações nos colocam em nenhum pequeno embaraço. Se nós, por assim dizer, explicarmos em um antístrofe o que foi dito anteriormente, que pelo menos na base filosófica da teoria de Buckle errônea e inadequada, as coisas "pré-bíblicas" poderiam estar presentes em abundância, sem que o significado da Reforma de seu trabalho pareça menos importante? Que o diletantismo filosófico do autor tem tão pouca aceitação quanto o histórico?

Talvez que Buckle, livre das "antecipações" escolares de um e outro assunto, pudesse discutir mais livremente a questão da natureza da história e suas leis, que todo senso comum poderia ver "para elevar a história à categoria de ciência". Ele professa repetidamente querer observar e argumentar completamente e apenas como um empirista; e pelo menos os grandes e simples princípios do método empírico são, ao que parece, a visão que não é obscurecida por antecipações, o chamado senso comum claramente e só isso é o que a língua inglesa significa quando chama as ciências, cujos louros filosóficos os pesquisadores não deixaram descansar. O Buckle diz: "Ele espera fazer pela história do homem ou algo semelhante, o que outros pesquisadores das ciências naturais conseguiram, e na natureza os processos aparentemente mais irregulares e absurdos foram explicados e provados estar de acordo com certas leis imutáveis e gerais; se submetermos os processos do mundo humano a um tratamento semelhante, certamente todos temos a perspectiva de um sucesso semelhante".

É interessante notar o quiproquó a partir do qual Buckle começa. Qualquer um que acredita na possibilidade de uma ciência da história, como ele mesmo é certo, e que está certo de tê-la fundado pela aplicação do método científico, poderia ignorar o fato de que ele não elevou a história tanto para uma ciência, em vez de colocá-lo nas ciências naturais? Outras ciências, teologia e filosofia, também, numa época em que os seus métodos eram utilizados para o puramente científico, acreditavam que a história poderia atrair a natureza para a sua competência; mas nem as cognições da natureza nem a da história tiveram maior ganho na medida em que foram procuradas mais ortodoxas ou mais especulativas, há sempre apenas um caminho, um método de cognição? Os métodos não são diferentes e diferentes dependendo de seus objetos, como as ferramentas sensoriais para as várias formas de percepção sensorial, como os órgãos para suas várias funções?

"Quem acredita na possibilidade de uma ciência da história", de acordo com a nossa maneira alemã de pensar logicamente e apropriadamente, não gostaria de provar a

exatidão desta sua fé, convencendo-nos, você também pode cheirar com as mãos e digerir com os pés, você também pode ver sons e ouvir cores. Certamente as vibrações de uma corda, que o ouvido ouve como um som profundo, também podem ser vistas pelo olho; mas vê vibrações, cuja propriedade também deve ser ouvida como som, mas só é acessível ao ouvido e ao seu método de percepção. Certamente, nas áreas com as quais a "ciência da história" tem que fazer muito, o que é também o método científico, muito, que também é responsável ou acessível a outras e outras formas de conhecimento científico; mas se houver fenômenos, quantos ou poucos podem haver, Se subsistirem aspectos, referências, que não sejam acessíveis a nenhum dos outros tipos de conhecimentos, é conveniente que haja outro método, separado e especial para eles. Se houver uma "ciência da história" na qual também acreditamos, diz-se que há um círculo de fenômenos para os quais nem a abordagem teológica nem a filosófica, nem a matemática nem a física são adequadas, que há questões às quais nenhuma especulação dá uma resposta, se teologicamente tem o absoluto ao seu ponto de partida ou filosoficamente ao seu alvo, ou que o empirismo, que o mundo das aparências de acordo com seu comportamento quantitativo ainda agarra alguma disciplina dos domínios práticos do mundo moral.

Nosso fundador da ciência da história vai para sua tarefa com imparcialidade invejável. Ele não considera necessário discutir os termos com os quais quer trabalhar, circunscrever a área em que suas leis são aplicadas. O que a ciência é, ele pensa, todo mundo sabe o que a história é também. Mas não, ele ocasionalmente torna perceptível o que não é; ele cita Comte, Phil, p. 18, que observa com relutância: "a acumulação incoerente de fatos é chamada de história de forma bastante incongruente". Quão memorável é esta frase do pensador francês, quão instrutivo que o inglês se apropria dela. Certamente se chama o curso incalculável dos fatos em que vemos a vida dos homens, dos povos, da humanidade em movimento, da história, como se resume todo um fenômeno de outro tipo sob o nome da natureza. Mas alguém pensou que uma coleção de plantas secas era botânica, de zoologia de peles de animais recheadas ou não? Alguém teve a opinião de ser capaz de coletar fatos e, coerentemente ou não, pendurá-los? Fatos como há batalhas, revoluções, crises comerciais, laços de cidade, etc.? "A guilda dos historiadores" realmente não percebeu que os fatos são diferentes do que sabemos?

Se Buckle realmente quisesse acender uma luz para nós nos historiadores das trevas, ele teria deixado claro para si mesmo e para nós, como e com toda a razão que a

história do nome para cine poderia ter fixado certas séries de aparências, como a da natureza para outro; ele teria que mostrar o que significa que o Epitomador Rico do Mundo, o espírito humano, as aparências no espaço como natureza, que no tempo resume como história, nicho porque o pecado em si e objetivamente são tão e tão separados, mas para poder compreendê-los e pensar neles; ele teria então percebido como o material. Elas é feito, como uma "ciência da história" pode ter que fazer e trabalhar. Se ele estava ciente do que significava ser um empirista, ele não poderia deixar de discutir a maneira pela qual esses materiais de pesquisa histórica estão presentes para nós e para a perceptibilidade sensual, como a essência de todo empirismo exige. Claro, ele teria então que perceber que não eram os passados, não a confusão inevitável de "fatos" que os cumpriam, que esses fatos estão disponíveis para nós como material de pesquisa, que esses fatos foram embora para sempre com o momento a que pertenciam, que humanamente só temos o presente, o aqui e agora, é claro, com o impulso e a capacidade de desenvolver esse ponto efêmero aprendendo, reconhecendo, querendo imensuravelmente, que entre as ocorrências peculiares no reino do espírito, um dos mais estranhos é aquele que torna possível para nós despertar em nossas mentes as presenças que estão atrás de nós, que foram para sempre, que é imortalizar de uma maneira humana.

Buckle deveria ter-nos levado a uma segunda série de reflexões se quisesse elevar-nos a nós e a nós mesmos acima do uso irrefletido da palavra história e das antecipações que obscurecem o nosso olhar a partir dela. Ele deixa-nos experimentar em insinuações ocasionais que a história tem a ver com as "ações dos homens", que está ligada "à sede insaciável de conhecimento que diz respeito aos nossos semelhantes"; mas ele não nos diz como essas ações dos homens são de natureza histórica; Ele nos deixa na obscuridade sobre isso, ao que questiona a sede de conhecimento, que diz respeito aos nossos semelhantes, busca respostas.

Não é necessário um alto grau de perspicácia para perceber que as ações humanas, no momento em que ocorreram, e na opinião daqueles através dos quais e para quem ocorreram, tinham menos a intenção, o propósito, de serem fatos históricos. O general que entrega uma batalha, o estadista que negocia um contrato, realmente tem que fazer tudo o que puder para alcançar o propósito prático que é neste momento; e assim para as pequenas e menores "ações dos homens" Todos eles acontecem no contexto imensurável de interesses, conflitos, negócios, motivos, paixões, poderes e inibições, cuja totalidade certamente foi chamada de mundo moral. Será possível olhar

para eles de pontos de vista muito diferentes, práticos, técnicos, legais, sociais, etc. finalmente também uma visão do mundo moral é a histórica.

Não consigo explicar as consequências dessas discussões: consequências que, como o leitor atento dirá a si mesmo, nos levariam ao ponto em que, se assim posso dizer, os negócios se tornam história, que tipo de conhecimento baseado em tais materiais, aplicável em tal campo, será o que eles possuem e não podem fornecer, qual é a natureza da certeza de que eles vão, a verdade que eles serão capazes de encontrar.

Buckle tem a bondade de reconhecer que uma substância tem uma reputação rica e estimada em geral; ele descreve em grande detalhe a quantidade de pesquisas e descobertas já feitas no campo histórico; mas, acrescenta "Se quisermos dizer como esse material foi usado, devemos levantar uma pintura completamente diferente". Como foi usado? Tudo tem que ser explorado? A surpreendente profundidade do conhecimento matemático só é científica porque a faca de campo, o mecânico, pode usar uma ou outra frase dela? Quando os profetas advertiram o povo de Israel e puniram a imagem de si mesmos, quão diferente eles acharam da prova de que o Deus dos pais havia testemunhado a eles "do Egito"; quando Tucídides escreveu [χῆμα εἰς αἰί]⁶⁸¹, com esta palavra orgulhosa, não deveria ele referir-se à forma artística em que escreveu, ao drama histórico de que escreveu? A pergunta reprovável de Buckle esquece que a obra dos séculos é a *Fideikommiß*⁶⁸² de cada nova geração; qual é a civilização tão celebrada por ele mesmo diferente da obra resumida daqueles que estavam antes de nós? Todos os passados, toda a "história", está idealmente contida no presente e no que ela tem; e se trouxermos para nossa consciência seu conteúdo ideal, se nós, como o que se tornou, nos tornarmos nós mesmos, em forma narrativa, o que estamos fazendo além da história para entender o que é, o que estamos pensando, querendo, agindo? Este é o caminho, é um dos caminhos para expandir, para enriquecer, para aumentar imensuravelmente o permitido e solitário aqui e agora de nossa existência efêmera. À medida que nós próprios - refiro-me aos sexos de trabalho dos homens - subimos mais alto, o horizonte que examinamos expande-se e o indivíduo dentro dele mostra-se-nos com cada novo ponto de vista em novas perspectivas, em novas e mais relações; A amplitude do nosso horizonte é quase exatamente a medida das alturas que alcançamos; e na mesma medida

⁶⁸¹ Droysen aparentemente está censurando a ausência de modéstia ao considerar o relato que escreveu como um sucesso. É isso que a expressão grega χῆμα εἰς αἰί permite entender: "sou um sucesso".

⁶⁸² A palavra *Fideikommiß* (fideicomisso) remete a uma figura jurídica que se refere à transmissão de herança; nesse caso, o autor a está usando de modo figurativo para se referir às regras seguras de transmissão do conhecimento histórico entre as gerações.

o círculo de meios, de condições, dos dons de nossa existência se expandiu. A história nos dá a consciência do que somos e temos.

Vale a pena o esforço para perceber que, nesse contexto, o que é a educação e o que ela significa para nós. Como Goethe diz: "O que você herdou de seus pais, adquiri-lo para possuí-lo", encontramos aqui a prova deste ditado escuro. Quão grande pode ser o lugar da era, do povo, no qual nascemos individualmente, quão grande é a abundância do herdeiro, que é de nenhum proveito para nós, nós a temos, como se não a adquiríssemos por nosso próprio trabalho, eles reconheceram como o que é, como resultado do trabalho incessante daqueles que estavam antes de nós, o que foi trabalhado e passado na história dos tempos e dos povos, o que foi trabalhado no espírito, de acordo com o pensamento, é educação. A civilização está contente com os resultados da educação; é pobre na abundância da riqueza, na opulência do gozo.

Depois de lamentar o quão pouco até agora o rico e cada vez maior "massa de fatos" tem sido usado, Buckle dá a razão "para uma circunstância peculiarmente infeliz" que explica esse fenômeno; "em todos os outros grandes campos de pesquisa" a necessidade de generalização é admitida por todos, diz ele, e encontramos nobres esforços para descobrir as leis sob cuja regra os fatos se baseiam em fatos especiais. Os historiadores, por outro lado, estão tão longe de fazer este procedimento deles que entre eles a estranha ideia prevalece que o seu negócio é apenas "Contar histórias e animá-los com considerações morais e políticas apropriadas".

É preciso uma certa paciência para investigar essa trivialidade, essa confusão de conceitos que sempre gira em torno de si. Assim, generalizações são as leis que Buckle procura; por meio da generalização, ele acredita que pode encontrar as leis que explicam as aparências do mundo moral, isto é, determinar com necessidade. São as regras de uma linguagem leis? Certamente a indução do indivíduo resume o fato do geral, mas não generalizando-o, mas resumindo os detalhes em sua comunalidade. Mas para passar da regra para a lei, para encontrar a razão do fenômeno geral, o procedimento analítico é necessário. Buckle não considera necessário dar a si mesmo e a nós um relato da lógica de sua investigação; ele se contenta em eliminar um "obstáculo temporário" que parece bloquear seu caminho. "Isso significa", diz ele, "nas coisas humanas há algo providencial e misterioso que as tornará impenetráveis à nossa pesquisa e esconderá sua história de fumar para sempre", ele enfrenta esse obstáculo com a alternativa "simples": "As ações dos homens e, conseqüentemente, também da sociedade estão sujeitas a

certas condições, ou são o resultado de uma influência fortuita ou sobrenatural?" Sim, esta nuvem é, se não um camelo, então ou uma doninha ou uma baleia.

Já observamos que, para haver uma ciência da história, ela deve ter seu próprio campo de conhecimento, seu próprio campo de conhecimento; se em outro lugar a indução ou dedução produziu excelentes resultados, por isso não pode ter a consequência de que a ciência da história deve fazer uso de um ou outro método; e, felizmente, há coisas entre o céu e a terra que se comportam de forma igualmente irracional para a dedução, quanto à indução, que, com indução e o método analítico, demandam ao mesmo tempo dedução e síntese, a fim de serem apreendidos na atividade alternativa de ambos não tanto, mas cada vez mais, não completamente, mas de certa forma que não se desenvolvem, não explicam, mas querem ser compreendidos.

A "sede de conhecimento, que afeta nossos semelhantes", é, portanto, "insondável", porque, o que nos traz, é uma compreensão, e porque com nossa crescente compreensão dos homens e daqueles que são humanos e se tornaram, o eu mais profundo, mais livre, de fato, em tudo, tão certo quanto é que também nós humanos no metabolismo geral com[-] viver e [-]tecer, e tão certo que pode ser, que cada indivíduo apenas os e os átomos da "matéria eterna" temporariamente resumidos e tornou-se sua forma de existência, como certas ou infinitamente mais certas, que estas "formações fluidas" e suas apesar de todas as forças vitais se tornaram algo especial e incomparável, cine segunda criação não de novas substâncias, mas de formas, de pensamentos, de semelhanças e suas virtudes e deveres, o mundo moral.

Nesta área do mundo moral, tudo, desde a menor camada de amor até as maiores ações estatais, desde o trabalho espiritual solitário do poeta ou pensador até as combinações imensuráveis do comércio mundial ou a luta de teste do pauperismo acessível ao nosso entendimento; e o que existe, nós entendemos entendendo-o como um feito.

Já foi mencionado que Buckle, ao mesmo tempo que a providência divina, não deixa a liberdade da vontade viva, mas declara que é ilusões e a joga ao mar. Também nos campos da filosofia coisas semelhantes foram ensinadas nos últimos tempos; um pensador, a quem me lembro com estima pessoal, diz: Se alguém chama tudo o que um homem individual é e tem e realiza, A, isso consiste em um + x, pelo qual um engloba tudo, o que ele, através de circunstâncias externas de seu país, pessoas, idade, etc. tem, e o pequeno x é o seu próprio fazer, o trabalho de seu livre arbítrio. Por mais infinitamente pequeno que seja, é de valor infinito, moralmente e humanamente visto

sozinho de valor. As cores, o pincel, a tela, que Rafael precisava, eram feitos de tecidos que ele me trouxe; para usar esses materiais em desenho e pintura, ele tinha aprendido com os mestres; a ideia da Virgem, dos santos, os anjos, ele encontrou na tradição eclesiástica; que o mosteiro ordenou uma foto dele contra pagamento adequado; - mas que nesta ocasião, a partir destas condições materiais e técnicas, com base em tais tradições e pontos de vista a Sistina tornou-se, que está na fórmula $A = a + x$ o mérito do x cada vez menor. E da mesma forma em todos os lugares. Afinal, as estatísticas podem mostrar que no país em particular há tantos nascimentos ilegítimos, nessa fórmula $A = a + x$ este a pode conter todos os momentos que "explicam" que entre mil mães 20, 30, quantas há, solteiras dão à luz, - cada caso individual da espécie tem a sua história e quantas vezes um comovente e perturbador, e destes 20, 39 [em vez de: 30] Caído dificilmente se acalmará com o fato de que a lei estatística "explica" seu caso; nas consciências consistentemente entre as noites alguns deles se convencerão muito completamente, que na fórmula $A = a + x$ o x infinitamente pequeno é de força imensurável, que abrange todo o valor moral do homem, isto é, seu valor inteiro e único.

Nenhum homem sábio será capaz de negar que a visão estatística das coisas humanas também tem seu grande valor; mas não se deve esquecer o que pode e quer alcançar. Muitas, talvez todas as relações humanas, certamente têm um lado legal; mas por essa razão não se quer dizer que se deve buscar a compreensão da *Eroika* ou do *Fausto* sob as disposições legais sobre propriedade intelectual.

Eu não quero Buckle em suas discussões posteriores sobre as "leis naturais", sobre as "leis espirituais", sobre a vantagem do intelectual contra as forças morais, etc. seguir. O resultado de suas observações na primeira parte é resumido no início do segundo nos quatro seguintes "pensamentos principais", que em sua opinião devem se aplicar à grandeza de uma história da civilização. "1. O progresso da raça humana é baseado no sucesso, em que as leis das aparências são baseadas na extensão em que esse conhecimento é espalhado. 2, antes que tal pesquisa possa começar, um espírito do ceticismo deve ser gerado, que primeiramente exija a pesquisa e seja exigido então por ele. 3. As descobertas feitas desta forma fortalecem a influência das verdades intelectuais e, não necessariamente, enfraquecem ou enfraquecem a influência das verdades morais; estas são menos desintegradas e recebem menos crescimento do que as verdades intelectuais. 4. O principal inimigo deste movimento e, portanto, o principal inimigo da civilização é o espírito condescendente; com isso quero dizer a ideia de que

a sociedade humana não pode florescer, se seus assuntos não são guardados e guardados a cada passo pelo Estado e pela igreja, onde o estado então ensina as pessoas o que fazer, a igreja, o que acreditar".

Se estas são as leis em que se supõe que "o estudo da história da humanidade" tenha atingido seu auge científico, então o afortunado descobridor na ingenuidade, com o qual ele poderia se enganar por um único momento sobre sua extraordinária superficialidade, verdadeiramente invejável. Leis desse tipo poderiam ser encontradas por dezenas todos os dias, da mesma forma de generalização, leis, nenhuma das quais deveria ser inferior em termos de profundidade e fertilidade: que a medida da civilização de um povo é o consumo de sabão.

Baco disse uma vez: *Citius emergit veritas ex Errore, quam ex confusione*. Por não ter investigado e sondado a natureza das coisas com as quais se comprometeu a ocupar-se, prossegue com elas como se não tivessem a sua própria natureza e espécie, não precisassem do seu próprio método; e o método que ele aplica a uma área que lhe é estranha é vingado pelo fato de que, em vez das fórmulas calculáveis em que ela expressa suas leis, ela o deixa ganhar lugares comuns que podem ter uma certa retidão para hoje e ontem, Mas, em vista dos milênios da história, em vista das grandes condições da Idade Média, do início do cristianismo, dos romanos - e do mundo grego, eles parecem completamente sem sentido.

Se Buckle reconhece na história a grande obra da raça humana, como ele poderia se perguntar: de que tipo de material esse trabalho é feito, como os trabalhadores se comportam em relação a ele, para que fins ele é trabalhado? Ele teria reconhecido - pois vale a pena o esforço de me debruçar por um momento sobre essas questões - que a obra histórica, de acordo com sua substância, inclui tanto o dado natural quanto o histórico, que ambos são igualmente meios e barreiras, condição e motivação para isso. Ele teria notado que nesta área, no entanto, o método dos fenômenos quantitativos tem uma certa aplicabilidade, que aqui, onde diz respeito aos grandes fatores da existência física, condições naturais, estados estatísticos, nossa disciplina acompanha o trabalho da ciência exata com o maior interesse, seus resultados brilhantes aceitarão com agradecimentos alegres. Eles são assim explicados tão pouco como a bela estátua de Adorante com o minério a partir do qual foi lançado, o barro a partir do qual a forma foi feita, o fogo com o qual o metal foi trazido em fluxo. Levou, como o "mestre dos que sabem" já havia ensinado, também a ideia da imagem estar ali; e estava na alma do

artista antes da obra em que deveria ser realizada [τὸ τί ἦν εἶναι]⁶⁸³; também precisava do propósito, para fazer a imagem, tais como um voto ao Deus salvador, cujo templo era para ser feito; tomou a mão hábil para fazer o propósito e a imagem de ação de graças e o pano para dormir juntos para o trabalho acabado. Claro, o minério também era necessário para o Adorante ser feito; mas seria uma má peça de civilização se você quisesse apreciar esta maravilhosa obra de arte apenas pelo valor do metal, como Buckle faz com a história.

Ele não é menos unilateral do que aqueles - quão severamente ele os censura! - que a história só a partir do propósito, tal como a teologia a ensina ou a mente crente a suspeita, explica; - ou que apenas de um lado vê e observa as mãos hábeis que fazem o trabalho, como se os destinos não seguissem o seu caminho apesar da boa ou má vontade daqueles por quem se realizam; - ou de uma vez por todas com as suas ideias das coisas que estão em constante devir e em constante autocrítica, com as suas doutrinas, sempre só sabem e sabem melhor, tais como o estado, a igreja, a ordem social, etc. Cada um desses pontos de vista é unilateral, não confiável, mesmo que cada um dos seus seja eloquente e benéfico. "Tudo" que o filósofo antigo ensina, "o que é por causa, não por si só, como a Divindade", contém esses quatro momentos, nenhum dos quais sozinho e por si só pode e deve explicar o todo. E mais precisamente, depois desses quatro momentos, dissecamo-lo em nossa mente, para nossa contemplação com a consciência de que eles são completamente um e permeados na realidade que queremos contemplar; nos separamos e, assim, distinguimos com a consciência, que é apenas uma ajuda para nossa mente reconstrutiva quando procedemos dessa maneira, enquanto outras atividades de nossa alma imediatamente e imediatamente dão e recebem totalidades.

Perdoem-me estas discussões muito elementares; não devem ser contornadas pelo procedimento confuso de Buckle para que as questões em questão sejam colocadas num caminho seguro.

Então, na história, não é apenas o material em que ela está trabalhando. Ao lado do material está a forma; e nessas formas a história tem uma vida agitada. Pois essas formas são as semelhanças morais nas quais nos tornamos corpóreos e espiritualmente o que somos, em virtude das quais nos elevamos acima da ode e da escassez lamentáveis de nosso eu atomístico, dando e recebendo, quanto mais nos comprometemos e nos

⁶⁸³ A expressão parece indicar algo que o artista tem em mente no momento de conceber uma obra de arte: "o que isso significa".

comprometemos. Estas são áreas dentro das quais leis de natureza e energia diferentes das que a nova ciência procura, têm o seu lugar e exercem o seu poder, estes poderes morais como foram chamados, são, em excelente medida, fatores e produtos da vida histórica ao mesmo tempo; e tornando-se inquietos com o seu tornar-se eles determinam aqueles que são os enganadores de suas realizações, eles se elevam acima de si mesmos. Na comunidade da família, do estado, das pessoas, etc. o indivíduo se elevou além dos limites estreitos de seu ego efêmero para pensar e agir, se assim posso dizer, fora do ego da família, das pessoas, do estado. E nesta elevação e gratificação imperturbável da obra dos poderes morais de acordo com seu ato e dever, não na independência ilimitada e ilimitada do indivíduo reside a verdadeira essência da liberdade. Não é nada sem os poderes morais; é imoral sem eles, um mero locomóvel.

Buckle, é claro, pensa muito pouco desses poderes morais; ele não vê nada de igreja e estado como paternalismo e invasão; para ele, Direito e lei são apenas limites e paralisia; a consequência de sua maneira de ver seria que também a criança não depende tanto do cuidado e amor dos pais, da disciplina e da baixa; ele vê a orientação dos professores como sendo um pedaço de liberdade soberana.

Buckle chega a um conceito extraordinariamente grosseiro de liberdade porque ele não presta a devida atenção aos trabalhadores no trabalho histórico, porque ele só presta atenção à enorme civilização do capital, não à sempre nova aquisição, que é a essência da educação, pensa, porque ele não vê ou não quer ver que nesse x infinitamente pequeno está o todo e o único valor da personalidade, um valor que não se mede de acordo com o escopo da esfera de efeito ou o esplendor dos sucessos, mas de acordo com a lealdade, com a qual todos administram a libra que lhe foi confiada.

Nessas áreas, novamente, há leis de poder e implacabilidade bastante diferentes daquelas encontradas pela generalização; aqui é dever, virtude, escolha nos conflitos trágicos dos poderes morais, naquelas colisões de deveres, que só é resolvida pelo poder do livre arbítrio, em que a liberdade só pode ser salva pela morte. Ou essas coisas são eliminadas, pois "o dogma do livre arbítrio" é declarado uma ilusão?

Buckle, no entanto, ainda não está tão avançado para rejeitar esse dogma do livre-arbítrio porque é baseado no *petitio principii* que é espírito ou alma; como aqueles que concluiriam todos esses imponderáveis como intelecto, consciência, vontade, etc. para funções cerebrais involuntárias, Não sei o que é matéria cinzenta ou branca. E de fato os grandes Espíritos, que assim ensinam, teriam antes de tudo que comprovar que tais ensinamentos não são sequer efusões de seu cérebro, e sim patológicos. Mas ao

argumentar contra a existência do livre-arbítrio, a saber, a partir da "incerteza sobre a existência da autoconsciência", Buckle nos permite considerar seu próprio argumento, baseado em tal incerteza, como incerto; ou ele teria que provar para nós que ele iria argumentar mesmo sem a existência da autoconsciência, isto é, do ego pensante, e que ele poderia ter trazido o trabalho, mesmo se sem autoconsciência, por exemplo, como uma máquina de pensamento, com o qual ele quis elevar a história ao posto de ciência - não, não quer, porque nega querer com a liberdade da vontade; mas qualquer teria colocado os fatos na ação de um moinho de pensamento e o mesmo teria processado, e o que foi processado [σόφισμα χύρμα, τρίμμα]⁶⁸⁴ seria uma nova Ciência da História.

Se, apesar de tudo isso, Buckle reconhece o "progresso" na história e é inequívoco em chamá-lo de ser real na vida da humanidade, isso é muito grato, mas nem justificado na série de suas discussões, nem logicamente por- asas. Se houver uma progressão, a direção para o que é, deve ser reconhecida no movimento observado. O ponto de vista científico é diferente do ponto de vista sob o qual concebe os fenômenos. Ela vê nas mudanças que observa, até os equivalentes das forças, apenas as alternadamente iguais e permanentes, e os fenômenos vitais a interessam apenas na medida em que se repetem em períodos ou morfologicamente; no indivíduo que vê e procura apenas o termo genérico ou mediador do metabolismo. Ao excluir o conceito de progresso - a teoria do desenvolvimento de Darwin é a prova mais forte disso - em seu método - o progresso não em seu conhecimento, mas como um momento no que quer reconhecer, - então não tem lugar nem expressão no conceito de propósito, coloca-o fora de conta, em parte, degradando-o à utilidade e deixando em aberto a velha questão de Lessing, o que então o benefício do benefício é, em parte sob formas como a eternidade da matéria, desenvolvimento etc. outros métodos como um problema. Quando Buckle apresenta o conceito de progresso para o mundo histórico, ele chega a um paralogismo de um tipo muito significativo. Se ele confessasse que não tinha encontrado o *primum móvel* por meio da pesquisa histórica, ele poderia perceber que, de acordo com a natureza dos métodos empíricos, não seria possível desta forma com a linguagem da ciência, com seus conceitos, sua maneira de pensar, não pode ser adequadamente expressa - mas a conclusão é justificada que não é de todo, que tem um

⁶⁸⁴ Não identificamos um sentido preciso para a expressão empregada, soa como "sacudido e esfregado", o que pelo contexto parece está associada ao processo de transformação da história em um conhecimento científico. Importa mais destacar que nesse trecho observamos nitidamente que Droysen está tratando da mudança da palavra *Geschichte* para torna-se um conceito, um singular-coletivo, para usar a expressão de Koselleck, sintetizada na expressão *Wissenschaft der Geschichte* (Ciência da História).

lugar apenas em nosso erro? Não há ainda outras e outras formas de conhecimento, outros métodos, que talvez apenas o que o científico não quer e quer nicho na consequência correta de seu ponto de vista, que não pode ser histórico ou só pode inadequadamente, de acordo com sua natureza?

Não haveria julgamento estético, porque não pode ser encontrado por meios legais? Portanto, nenhuma sentença legal, porque se procuraria em vão por tal forma estética? Quem quer que justifique o progresso do mundo histórico pode lamentar que apenas uma parte deste movimento peculiar da raça humana possa alcançar nosso olhar, pode lamentar que apenas a direção desse movimento, não seu objetivo, apenas o fato desse movimento, não o movimento seja reconhecível; mas se ele se acalmar, ele será capaz de se acalmar para a necessidade mais profunda da mente, sentir-se como totalidade e saber que a única forma de empirismo mostra-lhe um mistério, que o outro não o resolve? Depois que ele perceber que há um problema, um mistério, ele o declarará inexistente porque não pode resolvê-lo? Não pode resolvê-lo porque ele quer vê-lo resolvido como uma charada ou como um logogrifo, seja como uma sílaba ou quebra-cabeça de letra, enquanto é um mistério de significado? Se alguém se torna, porque de um ponto de vista do conhecimento científico, um certo lado de todo o ser e toda a vida não é visível - apenas o lado metafísico, que de acordo com o velho jogo da palavra está por trás do físico, - E porque, do ponto de vista dos outros, só um pouco de perspectivamente toca os olhos, é preciso concluir que não está presente, este terceiro lado, exceto no nosso erro? Se não conseguimos captar a luz com as nossas mãos e ouvi-la com os nossos ouvidos, não é? Não é antes "o olho ensolarado", de modo que ele agarra a luz e torna perceptível o que não podemos agarrar com as mãos e ouvir com os ouvidos?

Mas eu não persigo mais estas perguntas, porque elas estão além do círculo de pensamento em que a tentativa de Buckle de estabelecer uma ciência da história se move. As indicações dadas serão suficientes para mostrar que ele não compreendeu a tarefa que ele se propôs como era necessário para levá-la adiante, que ele não apreciou o seu âmbito ou o seu peso, uma tarefa que me parece além do significado especial para os nossos estudos, tem ainda outro[,] mais geral, e precisamente por esta razão a atenção do mundo científico começa a ocupar. Parece ter se tornado o centro da grande discussão, que marcará a próxima virada significativa na vida geral das ciências. Para a crescente alienação entre as disciplinas exatas e especulativas, a crescente discórdia diária entre a cosmovisão materialista e supranaturalista não será mantida normal e

verdadeira. Essas contradições exigem compensação, e essa tarefa parece ser o lugar onde deve ser trabalhada. Para o mundo ético, o mundo da história, que é seu problema, participa de ambas as esferas; mostra em cada ato do ser humano e ação que esse pagamento não é absoluto. É o carisma peculiar da natureza humana tão felizmente imperfeita que, tanto espiritual como fisicamente, deve comportar-se eticamente; viver nesta vida dupla; a cada momento que o contraste se reconcilia para se renovar, novamente, para compensar. O mundo ético, histórico, querer pecar significa sobretudo reconhecer que não é só doutrinal, nem só metabolismo. Também superar cientificamente essa falsa alternativa, o dualismo desses métodos, essas visões de mundo, das quais cada um só quer dominar ou negar o outro, reconciliar nesse método, que é de acordo com o ético, o mundo histórico, Para desenvolvê-lo na visão de mundo, que tem sua base na verdade da existência humana, no cosmos dos poderes morais - como, penso, é o núcleo da tarefa, cuja solução está em causa.